

MARISA REZENDE BERNARDES



**EDUCAÇÃO, RELAÇÕES CAPITALISTAS, ESTRATÉGIAS E TÁTICAS: um ensaio
a partir de algumas escolas de ensino superior de Maringá (PR)**

Bauru
2009

u n e s p



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Campus de Bauru

MARISA REZENDE BERNARDES

EDUCAÇÃO, RELAÇÕES CAPITALISTAS, ESTRATÉGIAS E TÁTICAS: um ensaio a partir de algumas escolas de ensino superior de Maringá (PR)

Tese apresentada como exigência para a obtenção de Título de Doutora no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência – Área de Concentração Ensino de Ciências – da UNESP – Universidade Estadual Paulista –, Campus de Bauru.

Orientador: Prof. Dr. *Antonio Vicente Marafioti Garnica*

Bauru
2009

MARISA REZENDE BERNARDES

EDUCAÇÃO, RELAÇÕES CAPITALISTAS, ESTRATÉGIAS E TÁTICAS: um ensaio a partir de algumas escolas de ensino superior de Maringá (PR)

TESE PARA OBTENÇÃO DE TÍTULO DE DOUTOR

Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência – Área de Concentração Ensino de Ciências – da UNESP – Universidade Estadual Paulista –, Campus de Bauru.

BANCA JULGADORA

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Antonio Vicente Marafioti Garnica.....

2º Examinador: Prof. Dr. Marcelo Carbone Carneiro.....

3º Examinador: Prof. Dr. Carlos Roberto Vianna.....

4º Examinador: Prof. Dr. Geraldo Antonio Bergamo.....

5º Examinador: Prof. Dra. Heloísa da Silva

Bauru, 26 de março de 2009



Dedicatória
À massa anônima, homens e mulheres, que tiveram coragem de constituir novos cenários no Norte do Paraná.

A queda de temperatura, os olhares apreensivos olhando nos termômetros acompanhando o mercúrio chegando ao zero, provocaram durante a noite, madrugada adentro, a tentativa desesperada de se salvarem as lavouras, utilizando-se de geradores de fumaça. A alvorada encontrou legiões deles, sujos de óleo, cansados e desesperançados, perambulando pelas áreas plantadas para a constatação do grande desastre... (Corrêa Jr.)



Agradecimentos

A todos que me auxiliaram nesta etapa da minha vida.

BERNARDES, Marisa Rezende. EDUCAÇÃO, RELAÇÕES CAPITALISTAS, ESTRATÉGIAS E TÁTICAS: um ensaio a partir de algumas escolas de ensino superior de Maringá (PR). Bauru, 2009. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência – Área de concentração: Ensino de Ciências). Faculdade de Ciências, Campus de Bauru, Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita Filho”, 376 p.

RESUMO

A expectativa deste estudo é exercitar possibilidades de análise no campo da Educação a partir de um dispositivo estratégico que além de despontar como um caminho teórico possível para o estudo sistemático das formas de poder que controlam, exploram, devastam e exaurem as possibilidades da Educação, ao mesmo tempo permite perceber como estas formas de poder vinculam-se a uma lógica de poder global. Para isso, optamos por utilizar entrevistas com professores de Matemática que possuem posições de comando em instituições de ensino superior na cidade de Maringá (PR). A História Oral, utilizada como método dessa nossa investigação, possibilitou a utilização da memória mais como meio para a análise das ações por ela governadas e menos pelo conhecimento que, pela memória, foi possível registrar. A interconexão entre as opções metodológica e teórica presentes neste estudo possibilitaram a articulação de três elementos que julgamos fundamentais para compreender a Educação como instrumento de distribuição de poderes e saberes: o controle da natureza, o controle social e o autocontrole dos indivíduos.

Palavras-chave: Educação, História Oral, articulação saber-poder, saberes táticos e estratégicos, controle.

EDUCATION, CAPITALIST RELATIONS, STRATEGIES, AND TACTICS: An essay based on some institutions of higher education in Maringá (PR)

ABSTRACT

The expectation of this study is to exercise possibilities of analysis in the field of Education based on a strategic approach that, in addition to pointing to a possible theoretical path for the systematic study of forms of power that control, exploit, devastate, and exhaust the possibilities of education, make it possible to perceive how these forms of power are linked to a logic of global power. We opted to use interviews with mathematics professors who are in positions of authority in higher education institutions in the city of Maringá (PR). The method used was oral history, which enabled us to use memory more as a means of analyzing the actions governed by memory, and less for the knowledge it allows us to record. The interconnection between the theoretical and the methodological options in the study made it possible to articulate three elements we judge to be fundamental for understanding education as an instrument of distributing power and knowledge: the control of nature; social control; and individual self-control.

Keywords: Education, Oral history, Power-knowledge articulation, Strategic and tactical knowledge, Control.

ILUSTRAÇÕES DA CAPA

Fotografia antiga da capa: trecho da estrada que ligava Maringá a Londrina, 1945. (ACIM, 1996, p.43).

Fotografia recente da capa: vista da Praça da Catedral. (Acervo pessoal, 2007)

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIM	Associação Comercial e Empresarial de Maringá
ADUEM	Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá
ADUSP	Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANFAVEA	Associação nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APRAS	Associação Paranaenses dos Supermercados
ARCOMAR	Associação dos revendedores de Combustíveis de Maringá
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADES	Campanha de Aperfeiçoamento à Difusão do Ensino Secundário
CAPES	Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESUMAR	Centro Universitário de Maringá
CFE	Conselho Federal de Educação
CIEAEM	Commission Internationale pour l'Etude et l'Amelioration de l'Enseignement des Mathematiques
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno
COCAMAR	Cooperativa Agroindustrial de Maringá
CONED	Congresso Nacional de Educação
EBRAPEM	Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-graduação em Educação Matemática
EPB	Estudos dos Problemas Brasileiros
EUA	Estados Unidos da América
FABESC	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
GERCA	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura.
IBC	Instituto Brasileiro do Café
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSEP	Instituto Superior de Educação do Paraná
LDB	Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação e Cultura
OEA	Organização dos Estados Americanos.
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PRN	Partido da Reconstrução nacional
PSD	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A
SANBRA	Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINDEVEST	Sindicato da Indústria do Vestuário
SIVAMAR	Sindicato dos Lojistas do Comércio Varejista de Maringá
TELEPAR	Telecomunicações do Paraná S/A
UDN	União Democrática Nacional
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIANDRADE	Centro Universitário Campos de Andrade
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNIFAMMA	Faculdade Metropolitana de Maringá
UNINGÁ	Unidade de Ensino Superior Ingá Ltda.
UNIP	Universidade Paulista
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Resumo	07
Abstract	08
LISTA DE FIGURAS	09
LISTA DE ABREVIATURAS.....	10

1 O “OBJETO”: SUA CONSTITUIÇÃO E FORMAS DE APREENDÊ-LO

1.1 Circunstâncias	14
1.2 Educação Matemática e História Oral: sobre o método e a arquitetura do trabalho.	18
1.2.1 Sobre a arquitetura do trabalho	23
1.2.1.1 O primeiro estudo.....	24
1.2.1.2 O segundo estudo	26
1.2.1.3 O terceiro estudo	26
1.2.1.4 Considerações Finais.....	27

2 PRIMEIRO ESTUDO: Aspectos da Paisagem: uma região, uma cidade, um modelo colonizador

2.1 O encantamento da paisagem	28
2.2 Antecedentes e fundamentações da colonização na região de Maringá	53
2.2.1 Uma posição teórica.....	53
2.2.1.1 Introdução	53
2.2.1.2 Um início.....	57
2.2.2 Uma Região.	71
2.2.2.1 Breve Introdução	71
2.2.2.2 Desenvolvendo antecedentes e fundamentações da colonização na região de Maringá.....	72
2.2.2.3 Uma Cidade	100
2.2.3 Fé e religiosidade	116
2.3 DOIS BREVES COMENTÁRIOS: retomada e continuidade	127

3 SEGUNDO ESTUDO: Análise de Depoimentos

3.1 Introdução	134
----------------------	-----

3.2	Textualizações das Entrevistas	134
3.2.1	Textualização 01: Entrevista com o professor Amaury Antonio Meller.	134
3.2.1.1	Apresentação	134
3.2.1.2	Entrevista	135
3.2.2	Textualização 02: Entrevista com o professor Arnaldo Antonio Piloto	176
3.2.2.1	Apresentação:	176
3.2.2.2	Entrevista	177
3.2.3	Textualização 03: Entrevista com o professor Wilson de Matos Silva	242
3.2.3.1	Apresentação	242
3.2.3.2	Entrevista	242
3.3.	Uma análise por eixos	276
3.3.1.	Escola e Conhecimento	277
3.3.2	Família e Igreja: fatores de fixação a uma região	285
3.3.3	Formação pessoal e escolar	291
3.3.3.1	Formação pessoal	291
3.3.3.2	Formação Escolar	303
3.3.4	Como as Escolas foram constituídas	314
3.3.5	Forma de Gerência das Escolas	321
3.3.5.1	Política	322
3.3.5.2	Controle	325
3.4	Considerações finais	327

4 TERCEIRO ESTUDO: Síntese: Relações Estratégicas e Táticas, Segundo as Perspectivas Instauradas pelo Processo Civilizador de Norbert Elias e o Dispositivo Estratégico Foucaultiano

4.1	Introdução.....	328
4.2	Integração Estratégica – um campo constituído a partir dos deslocamentos dos discursos da Educação.....	333
4.2.1	Informações sobre as Instituições de Ensino Superior em Maringá	333
4.2.1.1	O CESUMAR – Centro Universitário de Maringá	334
4.2.1.2	Faculdade Alvorada de Tecnologia e Educação de Maringá - FACULDADE ALVORADA	335
4.2.1.3	Faculdade Maringá	335
4.2.1.4	Faculdade de Tecnologia América do Sul	336
4.2.1.5	Faculdade Ingá – UNINGÁ	336
4.2.1.6	Faculdade Metropolitana de Maringá – UNIFAMMA	337
4.2.1.7	Faculdade Cidade Verde – FCV	337
4.2.1.8	Instituto Superior de Educação do Paraná – INSEP	338
4.2.1.9	Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR	338
4.2.1.10	Universidade Estadual de Maringá – UEM	339
4.2.2	Sobre a Expansão do Ensino Superior Particular em Maringá/Brasil	339
4.2.3	Educação Superior no Paraná, período 1991-2004	345
4.2.4	Um “fechamento”	351

COMENTÁRIO FINAL	353
-------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	360
---	------------

ANEXOS

ANEXO A.....	367
ANEXO B	369
ANEXO C.....	370
ANEXO D	371
ANEXO E.....	371
ANEXO F	372
ANEXO G.....	373
ANEXO H	373
ANEXO I.....	374

1 O “OBJETO”: SUA CONSTITUIÇÃO E FORMAS DE APREENDÊ-LO

1.1 Circunstâncias

Uma pesquisa pode ser resultado das incoerências acadêmicas, dos percalços e de situações inesperadas. Sendo assim ou não, uma pesquisa, via-de-regra, não é resultado de um processo linear, objetivo, *aprioristicamente* claro e inequívoco, decorrência de *insights* geniais de um autor. O projeto que deu origem a esta Tese não escapou dos trâmites tortuosos enunciados nessa quase-regra.

Por ocasião da minha primeira participação na seleção para doutorado em 2003, neste mesmo Programa de Pós-graduação, apresentei o projeto que, hoje desenvolvido, norteou esta pesquisa. Quando encerrei minha dissertação de mestrado não interrompi os estudos porque o período do mestrado havia suscitado uma série de dúvidas que, à época, não pude encaminhar. Como continuava envolvida com o estudo de questões relativas à História Oral, fiz a primeira das entrevistas previstas no projeto de tese que me interessava. No entanto, em 2003, esse projeto foi rejeitado pela banca da seleção para o doutorado e, em decorrência disso, não dei prosseguimento aos procedimentos posteriores à entrevista, como transcrição, textualização etc. Desculpei-me com o professor que a concedeu, expliquei a situação, e guardei as fitas gravadas.

Em 2004 não participei do processo de seleção e só tentei uma vaga novamente em 2005. Neste exame apresentei novo projeto de tese cujo objetivo era estudar o processo de incorporação da UB – Universidade de Bauru – pela UNESP. A surpresa foi a banca da seleção de 2005 condicionar minha aprovação à alteração do projeto: eu deveria, segundo os avaliadores, dedicar-me àquele projeto recusado em 2003. A entrevista que eu havia guardado voltou a fazer sentido.

Essa situação tem, segundo penso, dois desdobramentos interessantes.

O primeiro está relacionado às múltiplas relações de poder que perpassam, caracterizam, constituem o corpo social. Melhor explicitando: por que um projeto não é aceito em uma seleção de pós-graduação e dois anos depois interessa a esse mesmo Programa? Uma tentativa de resposta a essa pergunta talvez seja dada por Foucault quando afirma que ainda hoje existem “sociedades de discurso” cuja função é conservar ou produzir discursos, fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-los segundo interesses:

[...] Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que trazem consigo. (FOUCAULT, 2000a, p.43-44).

Em 2003 um projeto de pesquisa cuja metodologia era a História Oral talvez não interessasse àquela “sociedade de discurso” - o Programa de pós-graduação. Não se pode esquecer que os espaços de publicação, as verbas para pesquisas são disputados por diferentes “sociedades de discurso” e ceder espaço para um novo discurso é dividir campo. Dois anos depois, a História Oral, como metodologia de pesquisa em Educação Matemática, conquista nitidamente seu espaço no meio acadêmico, outros professores do Programa passam a utilizá-la, a legitimam para esta “sociedade”. Daí, um projeto de tese com essa metodologia é uma possibilidade de aproximação e apropriação dos conhecimentos já construídos por um grupo que se dedica aos aportes teóricos e práticos dessa metodologia – do qual fazemos parte meu orientador e eu.

O segundo desdobramento está relacionado aos problemas, imprevistos e surpresas de uma pesquisa. Quando fiz a primeira entrevista, o único direcionamento teórico que tinha em mente era aquele dos procedimentos da História Oral – aos quais havia me dedicado por ocasião do mestrado -, e não havia definido qual teoria daria respaldo ao problema de pesquisa do meu projeto de tese. Faço essa ressalva porque, no entender de Amado & Ferreira (2000), a História Oral, como todas as outras metodologias, estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras do pesquisador relacionar-se com os entrevistados e as possíveis influências no trabalho – funcionando como ponte entre teoria e prática. Porém, essas autoras não classificam a História Oral unicamente como prática: como metodologia, a História Oral remete a uma dimensão técnica e uma dimensão teórica. Mas, na área teórica, só é capaz de suscitar, jamais solucionar questões: formula as perguntas, porém as respostas têm que ser obtidas em teorias externas, relacionadas à História Oral, porém dela distintas.

Realizada a primeira entrevista, e ainda que não tenha havido, além disso, nenhum tratamento adicional aos dados coletados, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista analítico, o que foi dito pelo depoente serviu para influenciar o direcionamento das minhas leituras posteriores. Houve tempo para pensar na entrevista que, em verdade, por ser a única até então disponível, foi a que ocupou minha mente. Aquele relato de vida funcionou como referência, suscitando questões que despertaram interesses mais ou menos direcionados. Essa observação é importante até mesmo para classificar o tipo de pesquisa que utiliza recursos da História Oral: para Garnica (2005, p.91) “o que caracteriza uma análise como qualitativa¹ não é o modo de coleta de dados, mas sim, ao fim e ao cabo, o modo como a análise é implementada ou como são utilizados ou concebidos os modos com que ‘representam’ as compreensões e a forma distinta com que fazem uma determinada teoria surgir”. As análises por ela desencadeadas mostram, de forma empírica, por que Garnica (2005) defende a História Oral como uma metodologia qualitativa.

Outro aspecto importante é destacar que uma nova forma de pesquisar passou a ser defendida, a partir de um certo entendimento da História, por alguns campos das Ciências Humanas: são essas as perspectivas às quais esse trabalho de pesquisa se alia e que tratará de apresentar e sustentar. Portanto, essa é também uma preocupação deste nosso estudo: ao se trabalhar com diversos campos do conhecimento há de se ter coerência, uma linha mestra deve alinhar esse processo. A metodologia de pesquisa precisa estar afinada com a teoria que a sustenta, e como este trabalho faz parte de um campo de pesquisa específico – a Educação – também deve entender-se com esse espaço que o acolhe.

Certos entraves no transcorrer de uma pesquisa podem ser compreendidos a partir do que Foucault chama de “descontinuidades”. São problemas que não só possibilitam novas descobertas: eles se oferecem à História, atuam sobre histórias particulares e desmascaram a neutralidade de uma pesquisa e do pesquisador. Quando considerados, quando não são apagados pela análise, incomodam, emitem um corpo com saliências e reentrâncias que arranham outras superfícies criando cicatrizes que de outra forma estariam ausentes. Quando optei por comentar o início da trajetória desta pesquisa a partir dos meandros de um processo de seleção e, conseqüentemente, de uma primeira entrevista, de certa forma, a luz do holofote foi direcionada. Isso é importante e quer significar não apenas que a entrevista foi responsável pelo passo teórico inicial desse trabalho, mas também que a trama em que ela se inscreve recende a intencionalidade. A História Oral não tem pretensão de homenagear ninguém – os sujeitos desse trabalho foram eleitos em discussões com meu orientador, o que já caracteriza

¹ Em Bernardes (2003), capítulo 4, existe um estudo sobre as diversas facetas de uma pesquisa qualitativa.

intencionalidade. A ele interessava depoimentos de professores de Matemática da região Norte do Paraná porque orienta um projeto de pesquisa denominado “História Oral e Educação Matemática”², que busca reunir trabalhos que veiculem depoimentos orais de professores de Matemática de todas as regiões do País. Este projeto coletivo reúne pesquisadores de diferentes instituições em torno de um tema comum – a constituição de um referencial metodológico próprio para a utilização da História Oral como metodologia qualitativa para os trabalhos em Educação Matemática – mas também ressalta as diferenças entre objetos e enfoques, que variam segundo o campo no qual se desenvolvem as relações próprias a cada um dos subprojetos de pesquisa vinculados ao projeto global do grupo que os acolhe. Como minha família reside em Maringá, a opção por ambientar a pesquisa nesta cidade favorecia aos interesses do Grupo de pesquisa e era viável para mim.

A mim interessava também um projeto que desse continuidade ao tratamento de questões relativas ao profissionalismo docente iniciadas no trabalho de mestrado, principalmente aquelas relativas às inferências das relações capitalistas no trabalho do professor. Trabalhando em universidade privada, posso ter uma percepção mais ou menos clara de como as relações capitalistas direcionam as ações de uma empresa privada (e as respostas de seus atores) e de como esses elementos constituem-se em fator decisivo na atuação do professor. No entanto, este não é um fator que influencia apenas professores da rede privada de ensino: também as instituições públicas estão sujeitas ao sistema capitalista, que constitui a forma de produção do país. Apenas na rede privada as relações capitalistas são mais evidentes do que em universidades públicas, porque quase sempre são proclamadas como fator diferencial de formação proporcionada por estas instituições para o mercado de trabalho. Foi desta forma que a minha condição profissional de formadora de professores de Matemática em uma instituição privada, o enorme contingente de professores ligados às instituições privadas de ensino superior e o contínuo crescimento do setor, suscitaram este trabalho de pesquisa que busca analisar a influência das relações capitalistas no campo da Educação. Desta forma, no projeto de doutorado apresentado (em 2003) e aprovado (em 2005) para ser desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação, foram escolhidos os depoentes que fazem parte desta pesquisa: proprietários de escolas particulares em Maringá.

O primeiro relato obtido deu suporte a um outro aspecto que passou então a ser considerado, reforçando a opção pela região de Maringá para o desenvolvimento da pesquisa: a história de vida deste professor não é só dele, ela está imbricada à história do desbravamento pioneiro da região do Norte do Paraná, da qual ele fez parte, história da qual seus pais foram

² Cf. Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq em www.cnpq.br.

atores. Assim como neste depoimento havia a expectativa de que, como a região que servirá de moldura aos depoimentos é muito nova, os relatos dos outros professores selecionados talvez transitassem por histórias semelhantes: não houve tempo para construir história distinta da que, em linhas gerais, foi a relatada pelo primeiro depoente e é incessantemente repetida também por meus pais e seus amigos. O traço comum é o mesmo: a história de um desbravamento pioneiro, a partir dos discursos de proprietários de escolas particulares em Maringá, as determinações sociais, históricas, culturais e econômicas capitalistas dela decorrentes influenciaram fortemente o processo de implantação e desenvolvimento de suas escolas.

A partir de todas essas considerações foi montado o projeto de pesquisa que deu origem a esta Tese. Ou seja, um estudo que busca ampliar as possibilidades de análise das influências das relações capitalistas nas práticas educativas, tendo como vetores, neste trabalho, os discursos de professores proprietários de escolas em Maringá.

1.2 Educação Matemática e História Oral: sobre o método e a arquitetura do trabalho

Este trabalho de pesquisa será parametrizado pelos fundamentos e recursos procedimentais da História Oral, como já foi de certa forma antecipado, e, portanto, assume de antemão a História Oral como método. Uma escolha como essa não se dá de forma alguma ao acaso: colocar o método no cerne das preocupações de um trabalho de pesquisa é entender que o ato de pesquisar não é apenas seguir procedimentos que garantam sua aprovação por uma banca. O método, frente aos dados que propicia, não só direciona novas ações, mas observa a si próprio – avalia-se e permite novas elaborações em sua própria estrutura – por meio da ação do pesquisador.

Em verdade não existe a pretensão de discorrer sobre os recursos e procedimentos técnicos da História Oral de que se lança mão para se obter documentos provenientes de relatos orais, posto que isto seria um trabalho repetitivo. O leitor, interessado nas particularidades operativas do método, poderá obtê-las em diversos trabalhos do GHOEM³, inclusive em Bernardes (2003), capítulo quarto. Como essa dissertação de mestrado, em particular, foi principalmente um exercício metodológico – de como se utilizar e fundamentar

³ Grupo História Oral e Educação Matemática, trabalhos disponíveis em < www.ghoem.com >.

os recursos da História Oral em pesquisas em Educação Matemática – o tópico “Metodologia” foi apresentado quase que em forma de manual.

O que temos a pretensão de enfatizar, aqui, é uma perspectiva de pesquisa, introduzida por Foucault (2000b), que negue toda e qualquer pretensão de reunir blocos de imobilidade, formas estáticas que se imporiam e definiriam de uma vez por todas as possibilidades. Antes, o objetivo é mostrar a pesquisa como um campo de experimentação para que tais objetos se transformem, novas comunicações apareçam, conceitos sejam elaborados, metamorfoseados ou importados, estratégias sejam modificadas frente à realidade de que os discursos que regem a Educação, ou qualquer outro campo do saber, são discursos de perspectivas, sejam individuais ou de grupos.

E, se esse sujeito que fala do direito (ou melhor, de seus direitos) fala da verdade, essa verdade não é, tampouco, a verdade universal do filósofo. É verdade que esse discurso [...] é sempre um discurso de perspectiva. Ele só visa à totalidade entrevedo-a, atravessando-a de seu ponto de vista próprio. Isso quer dizer que a verdade é uma verdade que só pode se manifestar a partir de sua posição de combate, a partir da vitória buscada, de certo modo no limite da própria sobrevivência do sujeito que está falando. (FOUCAULT, 2000b, p.61).

Para isso, Foucault destaca que a mobilidade de um sistema se dá de duas formas. Primeiro, por meio das modificações intrínsecas aos seus elementos (no caso, novos conceitos relacionados à História Oral que, como coleção de recursos metodológicos, necessita ainda de fundamentação teórica própria) uma vez que possíveis modificações internas a um domínio podem determinar novos objetos e, desta forma, novos edifícios teóricos podem ser construídos. Segundo, as tendências de certo campo do saber, neste caso o campo da Educação e da Educação Matemática, podem vir a modificar as necessidades ligadas ao método.

Problemas reais (tais como os decorrentes da identidade e da diversidade, da universalização da educação escolar e a possibilidade de acesso à Escola, para a maioria da população) colocam-se para a Educação e impõem ao trabalho docente a necessidade de determinar um funcionamento social, uma topografia de questões ou tópica, um campo de possibilidades estratégicas e de implicações políticas, o que remete pensar, como faz Foucault, na impossibilidade de existência de qualquer instância perene, nuclear da subjetividade (em decorrência, possibilidade permanente de modificações tanto no discurso da Educação quanto no domínio da História Oral como metodologia). No entanto, é interessante

observar como os dois níveis propostos não se desenvolvem segundo uma autonomia sem limites: da diferenciação primária dos objetos da História Oral à formação das estratégias discursivas nos campos da Educação e da Educação Matemática existe toda uma sorte de relações. Quanto a estas questões Foucault (1972) não admite dúvidas:

Mas entendamo-nos: não são os objetos que permanecem constantes, nem o domínio que formam; nem também o ponto de emergência deles ou seu modo de caracterização; mas o relacionamento das superfícies em que podem aparecer, em que podem se delimitar, em que podem-se analisar e se especificar. (Ibid., p.62)

Portanto, não se trata de buscar a instância originária das relações (que possibilitam o aparecimento do objeto), mas sim, as variantes destas relações, ou seja, a forma como a Educação é instituída pela sociedade e como, reciprocamente, atua sobre os indivíduos, permeando as relações de poder, crenças e visões de mundo, obrigando-a a recusar e validar qualquer explicação e qualquer prática que negligenciem as condições históricas. Desta forma, a Educação – assumida como atividade temporal – precisa ter presente as conseqüências da renovação dos procedimentos históricos. Assim é possível entender por que Portelli (1991) enfatiza o tipo de credibilidade diferente das fontes orais: a importância dos relatos orais reside muito mais na divergência com os fatos, conseqüência da imaginação e do simbolismo, do que no apego a eles. Pesquisas que utilizam fontes orais, salienta o autor, são intermináveis em decorrência da natureza das suas fontes e trabalhos históricos ao excluírem fontes orais são incompletos por definição (embora, também o sejam aqueles que não as excluem); a história não é apenas sobre os eventos, ou estruturas, ou padrões de comportamento, mas também sobre como eles são vivenciados e lembrados na imaginação, ou, como sugere Foucault: sobre como se desenha o jogo de verdade.

No entanto, trabalhos que assumem a História Oral como metodologia de pesquisa não excluem pesquisas em fontes escritas. Antes, o recurso de revisão bibliográfica nos ajuda a compreender não apenas o estado de arte de determinado assunto, mas também as suas cercanias.

Na tentativa de se entender o mecanismo segundo o qual se desenham certos jogos de verdade na profissão docente, uma vez que a expectativa deste trabalho de pesquisa é desenvolver contribuições para ampliar tramas de análise, em ambientes de formação de professores, das possíveis interferências das relações capitalistas nas concepções e práticas dos profissionais docentes, a primeira dificuldade foi a escolha dos depoentes. Como já foram

afirmadas anteriormente as razões da demarcação física da pesquisa (a cidade/região de Maringá) é preciso agora explicar a razão pela qual certos depoentes e não outros foram selecionados. A idéia inicial foi selecionar depoentes cujos relatos orais pudessem denunciar – talvez mais claramente – esses mecanismos do discurso capitalista, uma vez que nas escolas privadas muitas vezes eles se apresentam como virtude. Assim, a partir dos discursos de proprietários de escolas particulares em Maringá buscou-se entender as determinações sociais, históricas, culturais e econômicas capitalistas no processo de implantação e desenvolvimento da cidade e das escolas particulares, em interlocução teórica com apropriações das obras de Michel Foucault e Norbert Elias. Essa expectativa, como a pensamos, exclui – embora não despreze – a tematização específica do “objeto” formação de professores, pois não há pretensão de desenvolver especificidades, mas, sim, olhar para o assunto segundo outra perspectiva metodológica para a história, desenvolvida por Michel Foucault em “História da Sexualidade” e suas particularizações, como tecnologia de controle, relações entre saber-poder, dispositivo estratégico, distribuídas em obras anteriores e posteriores do autor. A análise a que este trabalho de pesquisa se propõe volta-se menos para a formação dos sistemas conceituais, ou para escolhas teóricas, e mais para o estatuto, o lugar institucional, a situação e os modos de inserção do sujeito-que-discursa. É preciso ter presente que, para Foucault, o micro não é o acontecimento local, mas tudo aquilo que possibilita sua forma de aparecer.

Os professores escolhidos como depoentes para este trabalho são sócio-proprietários das principais instituições de ensino superior na cidade de Maringá e, por coincidência, todos têm formação em Matemática. Coincidência porque, para o objetivo desta Tese, serem professores de Matemática significará apenas a possibilidade de um eixo específico fundado nessa situação (circunstancial, mas também ela disparadora de compreensões) que poderá ou não ser aproveitada para melhor desenvolver o que está sendo proposto.

Cabe, aliás, reiterar que a adjetivação que dá especificidade a alguns termos (Educação “Matemática”, professores “de Matemática”, por exemplo) não é fundamental a este trabalho de pesquisa. Se compreendemos a História Oral “em Educação Matemática” e em determinados momentos parecemos voltados à compreensão de questões próprias ao professor “de Matemática” é devido nossa inscrição num grupo de pesquisa específico e numa profissão específica. Nosso trabalho tratará, de modo geral, das relações capitalistas que permeiam a Educação (espaço do qual a Educação Matemática participa) a partir de instituições de ensino superior que formam profissionais (incluídos os professores de Matemática). De qualquer modo, tem-se defendido que ampliar a interlocução com outras áreas (das quais faz parte visceral a Educação) é fundamental à Educação Matemática, e este

trabalho exercita claramente essa proposta, dando-lhe uma dimensão talvez mais ampla e, também por isso, essencial à compreensão da nossa seara mais próxima: o estudo da Matemática em situações didáticas e pedagógicas. Com essas observações o leitor nos desculpará se, em alguns momentos, a força do hábito insistir em falar “Educação Matemática” ou “professor de Matemática” quando, na verdade, deveríamos dizer “Educação”, “profissionais” ou “professores”.

Voltemos, então, à discussão metodológica e procedimental.

A primeira entrevista foi realizada com o professor Arnaldo Antonio Piloto, sócio-proprietário do Grupo Nobel, constituído por dois Colégios (níveis fundamental e médio), Cursinho pré-vestibular e as Faculdades Nobel⁴. A segunda com o professor Amaury Antonio Meller, sócio-proprietário do Colégio Paraná e da Faculdade Maringá. O último depoimento é do professor Wilson de Matos Silva, sócio-gerente do Colégio Objetivo de Maringá e também mantenedor e reitor do CESUMAR – Centro Universitário de Maringá. Essas entrevistas foram realizadas e processadas segundo os procedimentos que, em meu grupo de pesquisa, têm sido adotados como formas estáveis para trabalhos em Educação Matemática cujo método é a História Oral. Denominei de tratamento técnico às fases de contato com os depoentes, gravação das entrevistas, transcrição, textualização e validação pelos depoentes do texto produzido. Em linhas gerais, a transcrição é o momento em que se altera o suporte da entrevista: a oralidade registrada fixa-se em texto escrito no qual se preservam vícios de linguagem, lacunas, silêncios etc. Na fase de textualização o pesquisador opta por alguns procedimentos que acredita serem eficientes para tornar o texto da entrevista concedida mais próprio para leitura⁵. Nesta fase, por exemplo, podem ser retirados total ou parcialmente vícios de linguagem e corrigidos os “problemas” de concordância⁶; a narrativa do depoente pode – ou não – ser re-organizada segundo alguma perspectiva (cronológica ou temática, por exemplo) escolhida pelo pesquisador como sendo útil aos seus objetivos de pesquisa; notas de rodapé elucidativas podem ser acrescentadas etc. Por fim, os textos gerados nesse processo – a transcrição e a textualização – são disponibilizados ao depoente para que sejam validados⁷. Ele poderá ou não concordar com a textualização realizada, com o ordenamento dado à sua

⁴ Atualmente, as Faculdades Nobel são de propriedade da PUC do Paraná.

⁵ Além de dar ao texto a ser disponibilizado uma forma contínua, cuja leitura é julgada como mais fluente, os momentos de transcrição e textualização compõem uma fase que transcende à mera questão estilística sendo mesmo uma questão de natureza epistemológica: nos esforços com o texto, o pesquisador torna-se cada vez mais “próximo” à narrativa, familiarizando-se com ela e projetando possibilidades de análise.

⁶ Na dependência do objeto de pesquisa e do depoente, há que serem registrados, inclusive, erros dessa natureza, posto que o pesquisador, ao textualizar, deve esforçar-se o máximo possível para manter um “tom vital” que caracteriza o modo de falar do depoente.

⁷ Usualmente – e este é o caso desta pesquisa – temos disponibilizado no corpo das pesquisas apenas as textualizações e, portanto, as validações definitivas ocorrem a partir deste texto, e não da transcrição.

fala, retirar o que não lhe parecer conveniente manter, fazer correções. Não houve dificuldade em conseguir as entrevistas. Fui aluna dos professores Arnaldo Piloto e Amaury Meller, mas não conhecia o professor Wilson de Matos. No contato inicial com os professores expus as razões pelas quais desejava realizar uma entrevista com eles, expliquei-lhes os procedimentos técnicos e reiterei o direito que os depoentes têm às suas memórias podendo, portanto, vetar partes ou complementar o que foi dito no momento da gravação das entrevistas. O professor Amaury foi quem apresentou-me ao professor Wilson de Matos, que também prontamente aceitou colaborar com o projeto. Os três professores leram os textos produzidos, efetuaram algumas correções relacionadas a nomes, grafias etc. Os professores Amaury e Arnaldo solicitaram a retirada de alguns trechos da entrevista por considerarem que algumas de suas afirmações poderiam desnecessariamente melindrar algumas pessoas citadas nomeadamente. Isso não implicou qualquer prejuízo aos objetivos do uso dos textos para a Tese, posto que eram recortes relativos às suas vidas privadas. O professor Wilson de Matos manteve todo o texto produzido.

1.2.1 Sobre a arquitetura do trabalho

Este trabalho constitui-se de três partes que decidimos chamar “Estudos”.

A apresentação de um trabalho de pesquisa nem sempre obedece à mesma ordem na qual foi efetivamente realizado. O problema de pesquisa, as necessárias delimitações de tempo e espaço e o tipo de depoentes que seriam procurados foram questões resolvidas quando da elaboração do projeto de pesquisa, mas no desenvolvimento do projeto, a coleta e o tratamento técnico das entrevistas demandaram revisões bibliográficas para a compreensão das relações que, então, eram paulatinamente apreendidas. Essa revisão bibliográfica fez surgir conceitos, teóricos e teorias que dialogavam com as informações obtidas e eram registrados e sistematizados pela pesquisadora numa trama “caótica, mas plena de estabilidades”. Também o exame de qualificação impôs várias alterações de percurso, permitindo a este trabalho sua configuração atual.

Para a redação final do trabalho, portanto, optamos por uma arquitetura específica: decidimos elaborar estudos que seriam apresentados separadamente. Cada um deles tem – espera-se – fôlego próprio, discutindo questões específicas, mas não devem ser lidos como desvinculados ou auto-suficientes, e provavelmente seja mais adequado ao leitor enfrentá-los

na ordem em que estão apresentados, posto que nossas limitações nos levaram a, com cada estudo, pavimentar os terrenos a serem trilhados no estudo subsequente.

Três estudos não esgotam o tema proposto. Cinco ou dez estudos não o esgotariam, mas dão ao nosso tema uma configuração que, como toda configuração, pode ser retomada, complementada e aprofundada. Na seqüência explicitamos a intenção dos estudos que comporão essa nossa Tese.

1.2.1.1 O primeiro estudo

O primeiro estudo, diferentemente do processo de desenvolvimento da pesquisa, tem relação com a revisão bibliográfica realizada e, basicamente, visa a descrever a região de Maringá sob perspectivas distintas. Como esta Tese busca ampliar as possibilidades de análise das influências das relações capitalistas nas concepções e práticas docentes, a partir de discursos de professores proprietários de escolas em Maringá, julgamos adequado – se não necessário – um tratamento às cercanias mais amplas nas quais essas relações capitalistas encontram condições de emergência e de proliferação. Uma das perspectivas vai ser construída a partir de fotografias e microtextos, apresentados na parte inicial deste primeiro estudo: trata-se de reproduzir a Maringá idílica, encantatória, como comumente a cidade tem sido divulgada, por exemplo, nos meios de comunicação. Para isso, optamos por fazer um exercício pretensiosamente similar àquele desenvolvido por Le Goff em seu livro “Por amor às Cidades”, no qual são estabelecidas “aproximações” entre as cidades medievais e a cidade contemporânea. Esse exercício servirá de pano-de-fundo para mostrar, na seqüência do estudo, o deslocamento que diversos mecanismos de controle social sofreram no tempo, como as cidades tornaram-se estruturas de aglutinação em favor de um novo regime que se impunha ao Ocidente.

Um segundo momento deste estudo tentará levar o leitor à desconfiança em relação a essa primeira apreensão da cidade, fazendo surgir em cena, mais explicitamente, as relações que fazem uso dessa cortina constituída pela decantada *qualidade de vida* que a cidade oferece. Não afirmamos que essa decantada *qualidade de vida* da cidade seja falsa, pois para que um discurso exerça suas relações de poder ele precisa ter base de realidade. Apenas afirmamos que grande parte da percepção do que é viver em Maringá não se apresenta naturalmente aos seus habitantes. As fotografias são imagens que os maringaenses têm diante de si todos os dias, ao percorrer seus roteiros cotidianos. No entanto, os diversos meios de comunicação buscam mostrar a cidade a todo instante em seus mais belos ângulos,

enfatizando o colorido da cidade, as dimensões de suas avenidas, as áreas verdes cantadas em prosa e verso. Essa estratégia da mídia é facilmente implementada numa cidade em que o verde e as flores emolduram construções e vidas. Há belas construções e tudo em Maringá tem odor de vanguarda. Verbas “a fundo perdido” alimentam e possibilitam o ritmo sempre frenético da cidade. Não porque seus políticos sejam mais competentes, ou porque a beleza da cidade sensibiliza corações, mas, sim, porque a economia regional possibilita ao município a co-participação em obras viabilizadas por este tipo de financiamento. Mas como em todas as cidades, a vida de Maringá não existe sem a animação dos corpos dos moradores. E esses corpos, como em todo país capitalista, devem ser controlados segundo um mecanismo que constitui a todos como vigiados. Os radares de trânsito, as câmeras de segurança em estabelecimentos comerciais, a polícia, as diversas Instituições (a Escola, os Hospitais, os Bancos, a Igreja etc.) e os olhos dos outros, do vizinho, do amigo, do colega de trabalho, dos pais, da família etc. exercem o controle de cada pessoa, não só naquilo que ela é ou faz, mas daquilo que ela pode ser ou fazer. Ao mesmo tempo, cada indivíduo exerce um processo constante de vigilância em relação a todas essas instâncias. Esse processo de mão dupla é decorrente das necessidades colocadas pela perspectiva expansionista do regime capitalista, como será mostrado na segunda parte deste primeiro estudo. Os antecedentes e fundamentações da colonização realizada na região de Maringá serão utilizados como tentativa de retirar dos olhos do leitor o véu que as perspectivas locais representam, e mostrar que a cidade e suas grandes Instituições, ao serem inseridas em uma perspectiva macro apresentam-se de forma diferente. Também neste item será discutido como os mecanismos de controle, historicamente, foram ajustados aos interesses do capital. A cultura que os colonizadores implantaram na região da cidade de Maringá é a do capital. Todas as concessões feitas à cultura dos imigrantes internos (e aos externos, ou seja, pessoas de outras nacionalidades que não a inglesa) visaram a proteger o que não podia ser atacado: o núcleo central, os interesses econômicos. Mas reduzir esses interesses ao grupo inglês responsável pela colonização da região seria ingênuo. Interesses locais souberam aprender com os ingleses as bases das relações capitalistas e constituíram relações novas, nas quais a poesia, o humanismo, a beleza, o *espírito da cidade* e o *bem comum* possuem um papel importante na validação das relações capitalistas próprias de países como o Brasil, denominados emergentes: as relações do *mandonismo*.

Em decorrência dessas constatações, a última parte deste primeiro estudo é um confronto do caráter idílico da paisagem com a desconstrução do encantamento proporcionado pelos antecedentes e fundamentações da colonização da cidade de Maringá.

1.2.1.2 O segundo estudo

O segundo estudo será constituído pela apresentação dos textos das entrevistas e a análise deste material de acordo com eixos constituídos a partir da leitura e do confronto dos três textos. Esses eixos serão analisados pela presença (ou ausência) de uma dada característica que os identifica. É neste momento que o arsenal teórico elencado, ao ser aplicado às condições locais, deverá ser testado em sua universalidade, uma vez que as relações capitalistas perceptíveis a partir dos relatos orais, pela análise, não são apenas maringenses ou brasileiras. Tanto em sua gênese como em sua continuidade, essas relações estão conectadas às condições técnicas, econômicas e políticas do mundo. Mas esse processo não é estanque: o complexo jogo de circunstâncias locais, de ordem natural e social, incorpora continuamente ao conhecimento universal o aroma do novo e, simultaneamente, constitui saberes novos que, ao serem incorporados às perspectivas iniciais, o ampliam. Daí a importância das vidas.

1.2.1.3 O terceiro estudo

O terceiro estudo estará pautado nos conceitos de tática e estratégia. Será um exercício de confronto de situações, de certos tipos de discursos (detectados na análise dos textos produzidos a partir dos relatos orais) que podem ser caracterizados como situados no nível tático ou estratégico. Essa categoria foi escolhida para fechamento do trabalho por questão de coerência com a perspectiva basicamente foucaultiana desta pesquisa. Daí que as análises das situações retiradas dos textos serão pautadas no dispositivo estratégico de Foucault que considera que a produção dos saberes acontece a partir de manobras estratégicas e táticas, num processo de mútua alimentação entre saber e poder e, portanto, deve ser analisado nessas perspectivas. As reações às ações do poder podem ser individuais, portanto, únicas: cada professor, por exemplo, reage a alguma ação que considera arbitrária subvertendo-a de forma própria: são desses micro-poderes que Foucault trata. No entanto, as manobras presentes nestes processos muitas vezes deixam de ser ações individuais e assumem uma conotação de ação de grupo, ao serem incorporadas por uma categoria. Assim, se esses discursos poderiam ser vistos como isolados, ora se manifestando nas narrativas de professores (de Matemática) que atuam apenas em salas de aula, ora se manifestando em narrativas de professores que são gerenciadores de grandes instituições, a partir desse exercício que propomos realizar nesse estudo, talvez possamos entendê-los não isoladamente ou como manifestações dicotomizadas

que visam meramente à manutenção ou à resistência, mas como procedimentos táticos e estratégicos de uma categoria.

1.2.1.4 Considerações Finais

Estes três estudos são o resultado de um esforço, como já foi dito, no qual a lógica da pesquisa não coincide com a lógica da exposição. Cada tema desenvolvido busca resolver os problemas momentâneos que surgiam durante o processo da pesquisa. Reitera-se que os três estudos não têm pretensão de esgotar um tema tão amplo quanto a análise das influências das relações capitalistas nas práticas da Educação. Da mesma forma como o ponto de partida de uma pesquisa é arbitrado – posto que tentamos ultrapassar as noções de “origem” – o encerramento deste trabalho será arbitrado pelo pesquisador e suas circunstâncias – dado que o tempo para um doutorado é limitado e deve atender a exigências claramente determinadas. Mas qualquer tema – e dentre eles a análise das influências das relações capitalistas nas concepções e práticas docentes – sempre deixará algo em aberto: a retroalimentação existente entre saber e poder torna efetiva a possibilidade de novas perspectivas.

2 PRIMEIRO ESTUDO

Aspectos da Paisagem: uma região, uma cidade, um modelo colonizador

2.1 O encantamento da paisagem

O caminho que esta pesquisa percorreu teve como referências a paisagem, as memórias, o cotidiano e seus atores. A partir desses elementos foi tramado um discurso que tenta interrelacioná-los.

Neste item serão tratadas especialmente as relações que interferem na construção da paisagem pelo ser individual, pois a paisagem é uma obra da mente que a compreende num resgate de lembranças, um emaranhado de passados e presentes projetando futuros, um entrelaçamento de toda a história do sujeito, com todos os fatores psíquicos, sociais, culturais e políticos que o moldaram e permitiram que o cenário fosse formado. Perscrutar a paisagem, tendo a percepção de que ela é inexoravelmente construída a partir das impressões que a memória guarda, num movimento que renova e acrescenta novas informações, foi algo a mim ensinado pelo professor Antonio Carlos Carrera de Souza. Foi também por sua influência que li o *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*, de Jacques Le Goff, livro em que se destaca que as estruturas modificadas nas paisagens das cidades contemporâneas (aparentemente recursos paisagísticos ou que visam apenas ao conforto ambiental) continuam refletindo as funções originais de organização do espaço das cidades medievais. Melhor explicando: trata-se da tentativa de organizar o espaço segundo uma técnica de distribuição dos indivíduos por meio da inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. Tanto o livro – que é um ensaio sobre as proximidades que a cidade contemporânea conserva em relação às cidades medievais (apesar de muitas vezes modificadas em suas formas de aparecer) – quanto a proposta de análise de cenários, paisagens e cotidianos como uma forma de aumentar as possibilidades do exercício crítico nas práticas discursivas da formação de professores, interferiram fortemente na idealização deste trabalho de pesquisa.

Em Maringá o caráter idílico da paisagem é fortemente explorado. Nas publicações institucionais, jornalísticas e comerciais referentes à cidade as mensagens freqüentemente são

emolduradas por fotografias de belos cenários. O leitor poderá, em algum momento, comprovar isso, quando se deparar com algum prospecto ou cartaz de divulgação nacional de cursos de pós-graduação ou congressos científicos sediados na cidade. Acredito que entender as razões de tais procedimentos é entender a finalidade e a intenção desse direcionamento do olhar. Perscrutar a paisagem a fim de identificar a rede de fenômenos que ela abriga, e não somente observá-la, só é possível quando se educa o olhar, usando para isso ferramentas intelectuais adequadas, observa Souza (2001). As paisagens que o olhar captura não são construídas somente a partir do natural, mas também segundo uma perspectiva histórico-social: há os atores das paisagens, que nela transitam, transitaram ou transitarão; há sempre presença e não-presença naquilo que permanece e naquilo que muda. Os sujeitos que percorrem anonimamente a paisagem transitam agrupam-se sob um abstrato comum – a “sociedade” –, um conjunto de vidas e suas infinitas relações, que é historicamente determinada e vinculada a uma dada cultura. Daí, o olhar, embora sempre tenha algo de pessoal ou individual, avalia a paisagem a partir de juízos e de valores estéticos e éticos que a sociedade na qual está imerso lhe insufla. Ao construir a paisagem, o sujeito é também construído por ela.

Para Souza (2001) um fator importante na constituição das paisagens pelo sujeito é o tempo não ser um *continuum*: há um ponto entre o passado e o futuro no qual o ser humano se encontra e em que o tempo se modifica; onde o ser individual tem que se posicionar, “tensionado” ao mesmo tempo pelo passado e pelo futuro. A Educação é a possibilidade do ser humano arbitrar essa luta, projetando-se para o futuro a partir deste ponto em que ele encontra-se indefinidamente, apesar da mobilidade. Para que este ponto não se torne uma lacuna entre o passado e o futuro, mas uma terceira força¹, é necessário um esforço do sujeito, que deverá marcar posições, ao mesmo tempo, face ao passado e ao futuro. A proposta do autor parece óbvia: o passado balizando o futuro. No entanto, há uma grande dificuldade nesta tarefa delegada à Educação: não alimentar as possibilidades de perpetuar relações hegemônicas. O grande entrave deste encargo atribuído à Educação é a memória coletiva sempre ter sido disputada por classes, grupos ou estamentos.

¹ Em Souza (2001) percebe-se claramente que essa terceira força é uma resultante – metáfora obviamente apoiada, numa concepção vetorial, no paralelogramo de composição de forças. As forças passado e presente chocar-se-iam caso o sujeito – cuja interferência determina a intensidade da resultante – não se interpusesse de modo a provocar um “desvio” no ponto onde ocorreria o “choque”.

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1994, p.426)

Esse mecanismo do poder, ao manipular a memória, instala uma luta na constituição da paisagem na mente do sujeito, resultado de movimentos de lembranças e apagamentos. A memória, o olhar, o cenário e a paisagem estão imbricados em uma teia de relações que impede o privilégio de um sobre o outro, observa Souza (2001). Esta teia de relações constitui o sujeito da paisagem como elemento do próprio cenário. Por esta razão o olhar do nosso tempo, para Souza, precisa buscar as relações entre o visível e o invisível, pois nelas é que se encontra uma possível interpretação do real. A análise dessa articulação permite perceber a memória e o cotidiano como artífices da paisagem, sendo esta distinta da estática percepção do natural.

Assim, educar o olhar, para Souza (2001), é buscar analisar quais práticas educacionais habitam o cotidiano escolar e relacioná-las às normas e regras praticadas no contexto social mais amplo, objetivando a percepção e a análise de um campo múltiplo e móvel de correlação de forças existentes em dada sociedade. Em suma, educar o olhar é se perceber sujeito da paisagem em qualquer cenário, seja ele escolar ou “da rua”, rural ou urbano, de miséria ou luxo.

A seguir serão apresentadas uma série de fotografias que mostram como Maringá é pródiga de belos cenários. Nos tópicos seguintes a tarefa será descortinar a teia de relações que o belo – também uma construção da cultura de uma sociedade determinada – não deixa transparecer e torna a todos sujeitos da paisagem.



Fig. 01 Perimetral Norte. Trajeto alternativo à Avenida Colombo, para Campo Mourão e Cianorte. Acervo pessoal. 2007.



Fig. 02 Linhas de transmissão da COPEL – Companhia de Força e Luz do estado do Paraná. Acervo Pessoal. 2007



Fig. 03 Avenida Colombo. Via de tráfego intenso, parte da BR 376, é acesso para Paranavaí, Cianorte e Campo Mourão. No entanto, sua aparência é de uma avenida, como tantas outras em Maringá, uma vez que é local de comércio sofisticado como agências luxuosas de venda de carros, lojas de decoração, etc. Acervo pessoal. 2007

Na antiguidade, segundo Le Goff (1998) a muralha isolava o espaço urbano no plano material, assegurava sua defesa e permitia o controle da circulação com o exterior.

Atualmente, as vias periféricas, muralhas ocas, cercam a cidade para responder a uma nova necessidade: melhorar a circulação urbana.

As grandes estruturas de transmissão de energia – os grandes “linhões” – presentes nas cidades contemporâneas, também eles delimitam o espaço urbano.



Para Le Goff(1998) uma das funções essenciais de uma cidade é a troca...

O comércio da cidade de Maringá é exuberante: tanto no setor de varejo, onde imperam os luxuosos shoppings; quanto no atacado, onde os luxuosos shoppings atacadistas oferecem até mesmo possibilidade de hospedagem anexo ao complexo.

O comércio situado nas ruas também tem grande importância, principalmente porque aí estão situadas as grandes lojas de eletrodomésticos, decoração e móveis. O setor de “importados” é organizado em lojinhas e vez ou outra sofrem devassa da Polícia Federal.

Todos os ramos de atividades próprias da região, como agricultura, pecuária, confecções etc., encontram suporte no comércio local

Fig. 04 Fotografias dos Shoppings de venda no varejo, Avenida, Aspen e Cidade; um dos shoppings do setor atacadista, VestSul; conjunto de lojas populares, que comercializam produtos importados. Acervo pessoal. 2007.



Para Le Goff(1998) uma das funções essenciais de uma cidade é a vida cultural...

Maringá conta com dois grandes teatros: o Teatro dos Irmãos Marista e o Teatro Municipal Kalil Haddad. Além deles há o Teatro Reviver e o Teatro Barracão – teatros de madeira, um projeto que teve o apoio do Banco do Estado do Paraná, incorporado pelo Banco Itaú .



Fig. 05 Conjunto de fotografias dos teatros de Maringá: Teatro dos Irmãos Marista; Teatro Municipal Calil Haddad; Teatro Reviver; e Teatro Banestado ou Teatro Barracão. Acervo pessoal. 2007



Para Le Goff(1998) uma das funções essenciais de uma cidade é a informação...

Segundo o autor, a universidade encontrou na cidade medieval o húmus e as instituições. Isto é, de um lado, os mestres e os estudantes e, de outro, as formas corporativas, que lhe permitiram existir, funcionar e adquirir poder e prestígio. Uma universidade é, para uma cidade, um bom negócio. Os estudantes movimentam o mercado imobiliário e, mesmo aqueles com menos condições financeiras, são consumidores que interessam à cidade. Mas as relações entre a cidade e a universidade nunca foram fáceis, mesmo hoje quando se considera a universidade necessária para criar um “pólo de excelência” nas cidades. Há uma animosidade entre ambas desde o início da história da universidade porque essa última, originalmente veiculada à Igreja, protegida por ela, colocava restrições à liberdade urbana. Como a universidade preserva a faculdade de julgar a si mesma, de julgar seus resultados, ela sempre resistiu às intervenções externas. A partir do século XIII, complementa o autor, surgiu um *slogan* que afirmava que o verdadeiro poder, aquele que os juristas chamavam de *potestas* no direito romano, apresentava três aspectos: *regnum*, o poder público; *sacerdotium*, o poder religioso e *studium*, o saber, isto é, a universidade. Assim, em decorrência da cristalização desse entendimento, as cidades se vêem forçadas a ouvir as opiniões, autorizadas, da universidade. Mas, ainda hoje, essas instituições não parecem dispostas a se curvar aos desejos das coletividades locais. (Ibid., p.60-67)

Em Maringá, as universidades são empresas privadas e apenas uma estadual, UEM, que originalmente foi privada e acabou sendo incorporada pelo Estado.

Fig. 06 Conjunto de fotografias: de cima para baixo, UEM – Universidade Estadual de Maringá; CESUMAR – Centro Universitário de Maringá; Colégio Paraná e Faculdades Maringá; Faculdades Nobel (atualmente PUC-Nobel). Acervo Pessoal. 2007

Os estudantes representam, na cidade um corpo estranho e são freqüentemente encarados com hostilidade, observa Le Goff (1998). A atitude das cidades, complementa, com respeito aos universitários é ambígua ou, antes, ambivalente. Por um lado, as cidades celebram suas universidades e seus universitários porque encontram nisso prestígio e mesmo lucros, mas, de outro, não se aplaca a hostilidade que se experimenta a seu respeito. Desde a Idade Média os estudantes são considerados baderneiros e agitadores. Eles perturbam a vida dos “bons cidadãos”.

Em Maringá, os vestibulares da Universidade Estadual atraem estudantes do Brasil inteiro. A cidade recebe em torno de vinte, a vinte e cinco mil candidatos às vagas da UEM, duas vezes ao ano. Essas ocasiões são ótimas para o comércio local: os hotéis e pousadas têm lotação máxima; os restaurantes festejam e o comércio local também. No entanto, moradores das proximidades da universidade vivem dias tumultuados: acontecem reuniões barulhentas nas ruas, que impede o trânsito de fluir normalmente, os moradores ficam ilhados, além da infiltração de elementos perigosos, estranhos ao meio estudantil. Há um consumo exagerado de álcool e drogas são consumidas à vista de todos. O resultado destas manifestações tornam-se tragédias quando seus participantes vão para as estradas alcoolizados ou são feridos no confronto com a polícia.

Lideranças locais e estaduais consideram que seria de bom alvitre a federalização da universidade, uma vez que ela pouco atende aos estudantes da cidade e região.

Em torno da Universidade Estadual e do CESUMAR (que possui um número de alunos quase equivalente ao da UEM) são construídos imóveis próprios para estudantes constituírem “repúblicas”. Os moradores de prédios de apartamentos maiores procuram proibir, sem sucesso, a locação de unidades para os estudantes. Ao fim e ao cabo, eles conseguem burlar as convenções de condomínio, locando em nome de terceiros, ou mesmo porque fazer valer tais determinações não é tarefa simples para os síndicos. As casas térreas ao serem ocupadas por estudantes quase sempre apresentam aspecto deplorável, seja pelo cuidado com a limpeza, seja pela poluição visual das paredes pichadas.

Outro ponto de confronto entre estudantes e moradores são os “barzinhos”, que existem em torno das duas maiores instituições de ensino superior. A fiscalização do meio ambiente não é eficiente a ponto de coibir a música alta nos ambientes comerciais e nos carros que normalmente ficam estacionados próximos.



Fig. 07 Fotografia de um conjunto de sobrados, próximos à UEM, que são locados para “repúblicas”. Acervo pessoal, 2007



Fig. 09 Fotografias do Banco do Brasil e do Banco Itaú. Acervo pessoal. 2007

Segundo Le Goff (1998) a população urbana tem muito mais necessidade de dinheiro do que aqueles que vivem no campo. Os gastos na cidade, muitas vezes ostentatórios, quer se trate de casas, aluguéis, alimentação, vestuário, exigem mais uso de dinheiro. Por isso, a partir do século XIV, a cidade suscitou um mecanismo de câmbio, que se iniciou em lugares muito simples, com frequência em espaços exteriores, sobre bancas (daí o termo “banqueiro”), devido a grande multiplicidade de moedas. É aí que aparece o papel dos judeus, não como especialistas em câmbio, mas especialistas no empréstimo a juros para o consumo. O Antigo Testamento proibia que se emprestasse dinheiro a juros ao irmão – isso foi acatado inicialmente pelos judeus e, posteriormente, pelos cristãos. Portanto, os judeus não praticavam o empréstimo entre eles, mas praticavam em relação aos cristãos. Eles exigiam como garantias para o empréstimo louças, vestuários, tecidos, coisas da vida cotidiana. Aqueles que tomavam dinheiro emprestado dos judeus se despojavam e alimentavam um forte ressentimento contra eles. Contudo, esse ressentimento é consequência da organização da economia e da sociedade. Os judeus foram progressivamente expulsos de todos os ofícios: no século XIII, eles foram excluídos da posse da terra, mesmo como camponeses servos de um senhor. Desde o início do século XIV a Inglaterra expulsou todos os judeus e, ao final do século a França faz o mesmo. Daí, os judeus passaram a circular apenas como credores. Na Itália, na Europa central e no leste europeu eles foram confinados em guetos. (Ibid., p. 36-41)

A opção por ilustrar essa página com fotografias do Banco Itaú e do Banco do Brasil está vinculada à relação desses bancos com o Estado do Paraná e com a região em que se situa Maringá. O Banco Itaú S/A adquiriu, em outubro de 2000, o controle acionário do Banco do Estado do Paraná e, pelo contrato de compra do banco, o Itaú poderia manter o monopólio das contas do Tesouro do Estado do Paraná durante 10 anos. No entanto, em 2007, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, suspendeu a liminar que mantinha as contas do Estado com o Itaú. Com essa decisão as contas estaduais foram direcionadas para o Banco do Brasil.

O Banco do Brasil teve uma participação muito grande no processo de abertura e desenvolvimento da região do Noroeste do Paraná. A importância do Banco não se restringiu ao fato de que era através dele que os empréstimos agrícolas eram viabilizados. Os gerentes de banco, especialmente os do Banco do Brasil, exerciam uma grande influência na sociedade: tanto que foi através da orientação de um deles que a Cooperativa de Cafeicultores de Maringá foi fundada. Essa Cooperativa, como será comentado posteriormente no Capítulo 03, influenciou sobremaneira o tipo de desenvolvimento econômico que se verificou na região de Maringá a partir da década de 1960. Até bem pouco tempo, apesar da internacionalização da maior parte do sistema bancário e da impessoalidade desejada pelo sistema, em algumas agências, tais como a do Banco Mercantil do Brasil ou Banco Santander (antigo Banco Noroeste) os gerentes eram identificados pela associação do seu nome ao nome do banco. Empréstimos, nos Banco Mercantil e Noroeste, era coisa para se tratar com o “Chico” e com “Sr Nelson”, respectivamente. A ex-gerente do setor de Habitação da Caixa Econômica Federal, Marly Martin Silva (atualmente DEM - Democratas), foi eleita vereadora, em parte pela visibilidade que o cargo na Instituição propiciou. Esse fato ilustra uma característica interessante das relações capitalistas em países como o Brasil. Uma mentalidade “mandonista”, herança do período colonial, demonstra que a distância entre as classes nem sempre deve-se a uma questão quantitativa.



Fig. 08 Conjunto de fotografias, retratam, acima as fachadas da Prefeitura Municipal de Maringá, ao lado, o Fórum e abaixo, o prédio do poder Judiciário Federal. Acervo Pessoal. 2007



Para Le Goff (1998) uma das funções essenciais de uma cidade é o poder...

Para Foucault, a cultura deve ser estudada através de tecnologias de poder. O poder opera através de uma rede infinitamente complexa de “micropoderes”, de relações de poder que permeiam todos os aspectos da vida social. Mas toda sociedade tem suas “catedrais”, que se referem à uma possibilidade de “verdade” última dos poderes constituídos, tais como o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Por isso, para Proust, a catedral é um espelho do mundo.



A cidade contemporânea, observa Le Goff (1998), é um cadinho de inúmeros valores e crenças.

Perceber isso é entender porque Foucault advoga a favor de uma história geral, que busca as interações, as correlações e predominâncias. O processo de uma sociedade é um sistema complexo de elementos múltiplos e que nenhum poder de síntese domina.

Fig. 10 Fotografias do Templo Budista Jodo Shu Nippakuji e da Mesquita Mulçumana Sheik Mohamed Ben Nasser Al Ubudi. Acervo pessoal. 2007

Os museus e os monumentos fazem uso do trabalho da inteligência em relação ao passado e da metamorfose que a memória de sensações, a memória involuntária, opera em relação às imagens captadas pelos sentidos, dos objetos do passado que foram conservados. Isso porque para Proust, na obra *Em busca do tempo perdido*, o que a inteligência fornece sob o nome de passado não é o passado. Em um processo de ordenação e associação, a inteligência perscruta cada momento de vida vivido que se prende em um objeto material e permanece aí cativo, sempre cativo. A inteligência pesquisa o interior de cada objeto, buscando a intrincada conexão entre sua forma atual e a realidade que lhe serviu de matéria-prima. Durante esse processo, de ir e vir realizado pela inteligência, a imagem reconstituída por cada pessoa, não é mais produzida por sua memória voluntária, mas por suas sensações. A memória de sensações reproduz os fios do tempo e seus resíduos, impregnados no espaço vivenciado por outras pessoas, de forma própria. Esse interessante processo faz com que as pessoas busquem na memória até mesmo o que não foi por elas vivido e construam valores da cultura de uma sociedade.



Fig. 10 Museu da Bacia do Paraná. Acervo pessoal. 2007.

O Museu da Bacia do Paraná foi implantado pela Portaria n.º 583/79-GRE. A sede atual é a primeira casa construída em Maringá (Maringá Novo), uma doação da CMNP (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná). A construção foi desmontada em seu local original, removida e remontada no Campus Universitário, exatamente como era. A inauguração deu-se no dia 14 de abril de 1984. O acervo inicial era formado por uma coleção entomológica cedida pelo Departamento de Biologia. Posteriormente, recebeu por doação todo o acervo da CMNP, composto de fotografias, aparelhos e equipamentos topográficos. A partir daí, a comunidade integrou-se ao museu e seu acervo foi ampliado com a doação de peças dos pioneiros da cidade. Os objetivos do Museu são: preservar a memória da cidade, atuar como complemento do ensino formal, apoiar pesquisas na área de abrangência do museu, receber, catalogar e manter objetos referentes à história da cidade. (MPB, 2008)



O túnel da linha férrea corre abaixo da Avenida Horácio Raccanello, daí a ausência de arborização, característica da cidade.



Fig. 11 Fotografias do “Novo Centro”.
Acervo pessoal. 2007

As fotografias acima retratam o surto de novas construções na área denominada “Novo Centro”. Todo o conjunto do sistema ferroviário, encravado na região central de Maringá, foi retirado e um túnel foi construído, por onde corre a linha férrea. Os terrenos ocupados pelo sistema ferroviário foram liberados para a construção civil e toda essa região central então sofreu um novo processo de urbanização. Torres imensas estão sendo construídas em uma área onde existiam casas de ferroviários.

Segundo Le Goff (1998) A cidade como lugar de orgulho, inovou em todas as áreas, aspira à beleza e reinventou o urbanismo:

os regulamentos de higiene e urbanismo, estranhos ao campo, apareceram nas cidades a partir do século XII. Mas foram iniciativas isoladas, quase sempre ligadas aos problemas que atingiram diretamente o soberano, como foi o caso da morte do filho do rei Luís VI, na França. O rapaz morreu em consequência de uma queda de cavalo provocada por um porco perdido numa ruela parisiense. A partir daí os animais foram proibidos de perambular pela cidade. É nesse mesmo século que a arte gótica e a escolástica das novas escolas urbanas estabeleceram como norma de urbanismo a ordem e a luz, a matemática e a razão, a cor e a verticalidade. A verticalidade é uma das formas mais poderosas da imaginação medieval, as famílias ricas procuravam ter uma torre mais alta do que aquela de uma família rival. A Idade Média não sente a beleza da natureza, ela criou a beleza artística urbana. Urbanidade vem do latim *urbs*, polidez, da *polis* grega, porque a atividade mais inovadora, criativa, da cidade medieval é sua função cultural (em contraposição ao campo, sede do bárbaro, do rústico): escola, arte, teatro e urbanismo. A Idade Média estabeleceu também a noção do preço justo. Essa noção foi elaborada essencialmente com base no que se passa na cidade. O *justum pretium* é o *pretium in mercato*, o preço de mercado, conclui o autor.

O “preço de mercado” em Maringá está ligado a vários parâmetros, entre eles a possibilidade de aproveitamento dos terrenos definida pelo Código de Obras e Diretrizes Básicas da cidade. A beleza, a harmonia e o bem-estar da comunidade não são prioridades quando se exagera na verticalidade na cidade contemporânea. Em uma cidade onde não há falta de terrenos, uma vez que existem possibilidades de expansão horizontal, criam-se monumentos urbanos que desafiam o céu. Mas não mais num impulso em direção a Deus, como as torres dos monumentos cristãos, como observa Le Goff (1998) em relação à verticalidade, mas como consequência da especulação dos terrenos urbanos e da necessidade de afirmação do homem.



Fig. 12 A moderna arquitetura e a arrojada engenharia, dos grandes edifícios e das largas avenidas, harmonizam-se com a arborização da cidade e com as áreas de lazer, que as reservas de mata nativa proporcionam. Na fotografia abaixo uma das ATIs - Academias da Terceira Idade ao ar livre - pelas quais Maringá foi premiada, pelo segundo ano consecutivo, pelo Ministério da Saúde. Acervo pessoal, 2007





“[Na antiguidade] com a instalação de uma nova classe dominante, ou com mais frequência, da fusão entre populações bárbaras estabelecidas no território do antigo Império Romano, aparece uma forma de poder cujas origens são germânicas e que se denomina banalidade. É um direito de comando bastante geral, que inclui direitos de justiça, mas sobretudo direitos econômicos: a obrigação de moer sua farinha no moinho do senhor, a obrigação de pagar para poder vender sua colheita no mercado etc. É o direito da banalidade. E, a partir do século XI, aproximadamente, esse direito espalha-se essencialmente no campo, e forma-se uma estrutura que é típica da feudalidade, que se chama a “senhoriagem banal”. Mas esse termo, a banalidade, diz respeito também ao território urbano e, sobretudo, suburbano. A partir do século X, mas principalmente do XI, é o grande período da urbanização[...] esse desenvolvimento urbano faz-se a partir de núcleos. Esses núcleos são dominados ou por um senhor eclesiástico, o bispo, [...], ou por um senhor leigo, sobretudo um conde, desde a época carolíngia. Eles governam a partir de seu palácio episcopal ou de seu castelo [...] Em torno desses postos de comando constituem-se dois territórios: de um lado, a cidade propriamente dita, [...] e, de outro, os burgos da periferia. [...] A cidade vai portanto lançar seu poder em volta, na qual exercerá direitos mediante coleta de taxas: é isso que se chamará subúrbios. [...] a unidade contemporânea entre cidade e seu subúrbio, tão interdependentes, data da Idade Média”. (Le Goff, 1998, p.16-17)

Fig. 13 Conjunto de fotografias de um bairro popular de Maringá. O mesmo cuidado que a Prefeitura Municipal dispensa ao centro da cidade é entendido aos bairros de classe médias e altas e populares. Na última fotografia, detalhe da ciclovia. Acervo pessoal. 2007



Embora a cidade, observa Le Goff (1998), como lugar de orgulho, aspire à beleza, ela é lugar de renovação. E a função inovadora da cidade caminha paralela a uma espécie de tendência intrínseca de destruição, operada pelas relações econômicas que justificam as mudanças ocorridas nas paisagens como sendo necessárias ao progresso. Mas há também nas cidades pontos intocáveis. O que causa traumas é sempre a destruição de um monumento considerado quase totêmico: em algumas sociedades, a destruição de uma catedral, um sino derrubado, etc.

Em Maringá, as torres de telefonia celular e das emissoras de televisão comprometem a paisagem urbana em um bairro de luxo. Mas são toleradas porque fazem parte do *bem comum*. O que é alvo de inúmeras discussões na mídia e nos órgãos competentes, o que não é tolerado, é a retirada da árvore, um exemplar de gurucaia, que comprometia o traçado de uma avenida em região periférica da cidade. Ela não pode ser retirada, de tal forma que a avenida ganhou uma estranha sinuosidade.



Fig.15 Fotografias de uma residência e da Praça Pio XII, na Zona 05, bairro de classe média alta; e da Avenida Gurucaia. Acervo pessoal. 2007



Fig.16 Fotografias de casas da Zona 02, o mais tradicional e antigo bairro da classe média e alta de Maringá. Casa de madeira ao lado de residências de luxo. Acervo pessoal. 2007



Fig.17 Torre de apartamentos tipo *loft*, em construção no Novo Centro. Acervo pessoal. 2007

A atualidade tem apresentado uma inversão em relação à Idade Média: a evolução das estruturas e dos comportamentos familiares tem influenciado o desenvolvimento urbano. Enormes torres de unidades tipo *flat* ou *loft*, apartamentos de luxo, ideais para uma pessoa, têm sido construídas em resposta à solicitação do mercado cada vez mais também constituído por pessoas solitárias.

A cidade como lugar de poder...

Na Idade Média, observa Le Goff (1998), o desenvolvimento urbano influenciou a evolução das estruturas e dos comportamentos familiares. É na cidade, que a família ampliada (o tipo de família do campo e da feudalidade, em que viviam juntos os filhos, os parentes, diversas gerações, em suma) passa à família nuclear – limitada aos pais e filhos apenas. Assim, como o modelo familiar era simples, à imagem da Sagrada Família, o “bom governo” de uma cidade não tinha que congregiar uma infinidade de interesses contrários, como nas municipalidades atuais.

O traçado inicial de Maringá demarcava as regiões de comércio e de áreas estritamente residenciais. Atualmente, essa demarcação tende a ser flexibilizada pelo poder público, face aos interesses econômicos e políticos. Com o crescimento do setor de serviços e do comércio, ambos tendem invadir as áreas residenciais, criando transtornos para moradores quando sua atividade é barulhenta e incômoda.

No início da cidade de Maringá, as casas eram de madeira em decorrência, principalmente, da abundância de matéria prima o que proporcionava certa homogeneidade no padrão das residências. No entanto, o zoneamento da cidade desenvolveu-se assinalado pelas diferenças nos preços dos terrenos e na demarcação de bairros ricos e prestigiados e bairros modestos. Mas algumas casas de madeira permanecem ao lado de residências de luxo. Uma vizinhança muito provavelmente esteticamente “incômoda” para os monumentos urbanos. Houve uma tentativa de mudança na Legislação Municipal a fim de proibir a construção de casas de madeira, mas a lei não foi aprovada. O que torna proibitiva a construção em madeira, no entanto, é o custo do material, que se tornou escasso, e questões relativas à segurança.



A cidade como lugar de cobiça, dá origem à utopia da segurança urbana...

A cidade da Idade Média, observa Le Goff (1998), era um espaço fechado. Ela era guarnecida de torres, torres das igrejas, das casas dos ricos e da muralha que a cercava. Lugar de cobiça, a cidade aspirava à segurança. Mas os doentes, como os leprosos que não podiam mais trabalhar, causavam medo, e essas estruturas de abrigo não demoraram a tornarem-se estruturas de aprisionamento, de exclusão. Como não se percebia que o desemprego era resultado dos mecanismos econômicos, acreditava-se que todos os desempregados eram uma ameaça. A segurança passa a ser uma obsessão urbana, muito consciente e muito viva. Mesmo os pobres têm preocupação quanto à segurança, ao menos para as pessoas.

Foucault (1972) chama atenção para as possibilidades de uma análise que busca os momentos de inversão do discurso, na busca dos eventos enquanto *loci* de conflitos em que as práticas sociais foram transformadas.

A cidade contemporânea é o palco da inversão do medo urbano: atualmente, o medo do perigo está no interior da cidade e ela vive sob forte vigilância.

Fig. 18 Conjunto de fotografias. A primeira retrata uma viatura da Polícia Militar, as centrais a Penitenciária Estadual de Maringá e a última a construção do Centro de Detenção Provisória de Maringá. Acervo pessoal. 2007



Fig.20 Conjunto de fotografias de alguns dos grandes hospitais particulares de Maringá. Acervo pessoal. 2007



Acima, destaque para a construção do hospital da UNIMED, por sua localização quase central. A tendência de posicionamento de novos hospitais tem sido as regiões mais afastadas do centro da cidade e com acesso estratégico. Apenas hospitais antigos, como o Santa Rita, o Maringá, o São Marcos, etc. estão situados em regiões mais próximas ao centro.

Na Idade Média, observa Le Goff (1998), o limite entre doença e pobreza era muito fluido: como não existia seguridade social e, na cidade, não funcionava, salvo exceção, a solidariedade familiar que existia no campo, quem ficava doente tornava-se desempregado, tornava-se pobre, e, a partir desse momento, revela-se a caridade. Era uma caridade conjunta da Igreja e da cidade: os asilos eram freqüentemente construídos pelas municipalidades com o dinheiro da cidade, mesmo quando era a Igreja quem assegurava o funcionamento. O desenvolvimento dos hospitais, instituições que tratavam e acolhiam os pobres, dissimulava a ausência de solidariedades familiares na cidade. Originalmente animados por um espírito de caridade, muitos se tornaram lugares de isolamento, como os leprosários. Constatava-se a presença ostentatória dos grandes burgueses que financiavam as instituições.

Maringá é servida por grandes hospitais particulares, clínicas luxuosas e modernos laboratórios. A iniciativa privada, no ramo da medicina, encontrou um campo fértil em uma cidade que monopoliza uma imensa região. A população mais carente é atendida, basicamente, pelo Hospital Universitário, gerenciado pela UEM, e pelos postos de saúde, localizados nos distritos e bairros mais populares da cidade.



Representações a óleo da Maringá antiga.

Fig. 21 Estação Rodoviária (óleo 0,60x0,90), hoje praça Napoleão Moreira da Silva. As “jardineiras” eram da Viação Garcia Ltda. OSTERROHT (1997, p.28)



Fig. 22 Avenida Brasil com a Avenida Paraná (óleo 0,60x0,90). OSTERROHT (1997, p.29)

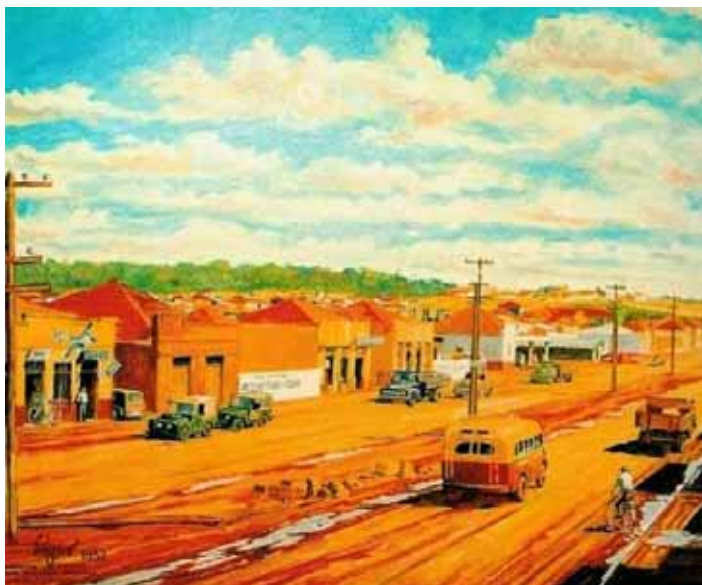


Fig. 23 Avenida Brasil (óleo 0,60x0,90). OSTERROHT (1997, p.34)



Segundo Le Goff (1998), a essência da cidade contemporânea está na função da troca, até mesmo a informalidade na comercialização ainda acha espaço na cidade.

A “pedra”, local de comercialização e troca informal de carros, coexiste com as luxuosas concessionárias que também comercializam carros usados, a despeito dos inúmeros questionamentos legais.



Fig. 24 Conjunto de fotografias: acima, a “pedra”, tem localização central, no pátio de estacionamento do estádio de futebol Willie Davids. Ao lado as Concessionárias Fiat e Renault. Acervo pessoal, 2007.



Fig 25 Conjunto de fotografias de parte da Vila Olímpica e do Estádio de Futebol, Willie Davids. Acervo pessoal. 2007



Na cidade, segundo Le Goff (1998), é possível desfrutar numerosos feriados e dias festivos bem como as “festas” que ela proporciona. Muitas delas estão ligadas ao esporte. As festas urbanas, para o autor, têm como uma de suas funções o descanso do trabalho.

O complexo esportivo da Vila Olímpica está localizado em uma área central e faz parte do Eixo Monumental do traçado da cidade. Foi planejado e está sendo construído para servir de referência à região sul no desenvolvimento de atletas, técnicos e equipes de alto rendimento em uma área central da cidade de 121.500 m². Um dos módulos deste complexo é um velódromo, para a prática de ciclismo. Além da pista oval de 7,55 metros de largura há neste módulo arquibancadas, dependências da secretaria, *box* das equipes, vestiários e sanitários para atletas, salas de arbitragem, depósitos, oficina, túnel de acesso e uma pista central de skate.

No parque aquático do complexo está sendo construída uma piscina olímpica e uma piscina semi-olímpica. As duas piscinas têm dimensões oficiais para treinamentos e provas internacionais de natação, pólo aquático e outras modalidades, como competições oficiais de nado sincronizado.

Outro setor do complexo em construção são os vinte módulos para alojamentos, compostos por uma sala de estar e trabalho com cozinha integrada, dois dormitórios e área de serviço a serem utilizados como local de hospedagem ou residências temporárias para atletas de alto rendimento, técnicos, professores e árbitros.

Neste complexo estão localizados também a Secretaria dos Esportes e Lazer, o Ginásio de Esportes Francisco Bueno Neto - Chico Neto –, com capacidade para seis mil pessoas, um importante local para o desenvolvimento do esporte no município, por sediar a maior parte das atividades esportivas e recreativas da cidade. Jogos importantes da Liga Nacional de Vôlei são sediados neste ginásio. Também está localizado nesta área um ginásio de esportes de menor porte e o Estádio de Futebol Willie Davids, com capacidade para vinte e três mil espectadores.



Fig. 26 Conjunto de fotografias que retratam o Porto Seco e o Aeroporto de Maringá. Acervo pessoal. 2007



A cidade como lugar de troca...

Segundo Le Goff (1998), as trocas na Idade Média eram feitas, muito mais do que atualmente, pelas vias fluviais. As cidades geralmente eram portos. Bastava um pequeno curso de água e um atracadouro de madeira.

Na atualidade, as modernas relações capitalistas fizeram aparecer a figura do “porto seco”, como apoio nas operações de armazenagem e movimentação de mercadorias.

Em Maringá o Porto Seco Norte do Paraná é administrado por MARINGÁ ARMAZÉNS GERAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, através de concessão do Governo Federal do Brasil. O Porto Seco é um terminal alfandegado, de uso público, que tem por objetivo receber sob controle aduaneiro mercadorias importadas e as destinadas à exportação, onde são executados serviços de desembaraço aduaneiro.

O Aeroporto Silvio Name Junior é administrado pela empresa criada pela Prefeitura Municipal, a Terminais Aéreos Maringá. Com uma pista de 2.100 m, permite pouso e decolagem de aeronaves de médio e grande porte. Em Maio de 2007 a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), através da portaria 388/SIE (16 de Abril de 2007), passou a considerar o Aeroporto Regional de Maringá habilitado para o tráfego aéreo internacional de cargas, permitindo o pouso e decolagem de aeronaves destinadas ao transporte de cargas internacionais, em regime especial de trânsito aduaneiro. (BRASIL, 2008)



Fig. 27 Conjunto de fotografias: acima as sedes da COPEL, Companhia de Energia Elétrica do Paraná e da distribuidora central dos Correios e Telégrafos. Ao centro, **Bristol** Dobby Metrôpole Hotel, Mabu **Golden Ingá** Premium Hotel e abaixo Hotel **Íbis** Maringá. Acervo pessoal. 2007

Nestes conjuntos de fotografias, assim como em Le Goff (1998), houve a tentativa de, através da descrição de paisagens e dos recursos da história, capturar o universo que transcende a própria paisagem e desta forma fixar uma representação da cidade. Mas a cidade contemporânea escapa às definições tradicionais, observa o autor, não há possibilidade de uma síntese que domine uma representação da cidade e que se possa dominar mentalmente. No entanto, embora o passado e o presente da cidade seja sempre atravessado por descontinuidades, ainda assim, a continuidade se firma em algumas estruturas. A cidade, produto e abrigo das relações capitalistas, oferece serviços especializados aos seus habitantes e visitantes.

Em Maringá, as empresas prestadoras de serviço, força e luz, telefonia, correios, etc. estão instaladas em amplas sedes. A rede hoteleira dispõe de opções em toda a escala, que vai das pensões aos hotéis e flats sofisticados.



Fig.28 Nova sede do Tribunal Regional do Trabalho. Acervo pessoal. 2007



Fig. 29 Fotografias dos bairros Jardim Alvorada e Parque das Palmeiras. Acervo pessoal. 2007

Segundo Le Goff (1998) a cidade atual caminha em direção ao policentrismo, a medida que centros nevrálgicos se multiplicam. Os centros das grandes cidades tendem se tornar um centro-museu, uma vez que não estão mais adaptados à vida econômica, à vida das relações que dominam as populações urbanas. O centro sobrevive apenas e, provavelmente sobreviverá por muito tempo, pelo recurso do imaginário: o imaginário urbano que, segundo o autor, se formou na Idade Média.

Na Avenida Gastão Vidigal – ao lado do antigo aeroporto, onde atualmente funciona a Secretaria Municipal dos Transportes – está sendo construído o prédio que abrigará a nova sede do Tribunal Regional do Trabalho. O prédio faz parte da utilização da área do antigo aeroporto para a implantação do novo Centro Cívico de Maringá. Nele estarão concentrados os novos prédios da Prefeitura, do Fórum da Justiça do Trabalho, da Polícia Federal (que fica próximo ao local) e o do Ministério Público. Na região central de Maringá não há mais possibilidade de expansão física dos prédios, nem possibilidade de aumento de mobilidade que as relações urbanas capitalistas exigem.

Vários bairros em Maringá, tais como o Jardim Alvorada, a Vila Morangueira e o Parque das Palmeiras funcionam como centros fragmentários. O comércio é intenso, há agências de banco, de correio, etc. Os moradores desses bairros dependem muito pouco da área central da cidade, que em horário bancário torna-se caótica.

2.2 Antecedentes e fundamentações da colonização na região de Maringá

2.2.1 Uma posição teórica

2.2.1.1 Introdução

Uma perspectiva que pode ser interessante para trabalhos de pesquisa com relatos orais (com intenções historiográficas ou não) é a defendida por Foucault (2000b), segundo a qual é possível formular novos textos a partir de diversos textos. Assim, em vez de reconstituir um segredo imanente, os textos seriam apreendidos como um conjunto de elementos do qual, segundo uma nova combinatória, surgiriam relações absolutamente novas na medida em que elas não foram determinadas pelos autores (ou pelos depoentes, no caso específico da História Oral), mas tornadas possíveis a partir dos relatos. As relações formais que assim se descobrem não constituem o conteúdo latente dos enunciados, mas uma construção precisa, obtida das relações estabelecidas pelos depoentes que, embora preexistindo, resultam novas. Defendo que esta seja uma perspectiva interessante porque o leitor poderá se perguntar o que há de peculiar na proposta de produzir textos a partir de relatos orais de professores de Matemática de todas as regiões do país (uma das propostas do grupo de pesquisa no qual me inscrevo). Afinal, professores de Matemática, são sempre ... professores de Matemática. Considero esta hipótese porque há na sociedade uma visão arraigada – e inúmeros trabalhos acadêmicos comprovam isso – de que a abordagem que a imensa maioria dos professores de Matemática defende (consciente ou não) é a abordagem internalista que privilegia somente o conhecimento (do ponto de vista interno) da própria Matemática. No entanto, os professores, mesmo defendendo à exaustão alguns pontos de vista (inclusive o internalista), têm uma vida que transcende a defesa de seus pontos de vista sobre a Matemática. Ao comentar sobre suas vidas em família, sobre a relação com seus companheiros e filhos, com colegas de profissão, com amigos e parentes, essas pessoas acrescentam fatos novos ao que se sabe das relações individuais com a categoria docente e com a sociedade. Todos estes aspectos permitem uma reflexão sobre os condicionantes de práticas pedagógicas, o que coincide com a proposta do dispositivo estratégico de Foucault, segundo o qual não se deve interrogar o discurso do outro segundo a ideologia no qual se inscreve: o discurso é muito mais. O discurso é o que se deve apreender a partir de posições

assumidas, da fala, das práticas cotidianas e profissionais que denunciam os efeitos recíprocos do par saber-poder e a sua integração estratégica na conjuntura de correlação de forças nos diversos confrontos produzidos na reprodução da vida.

Outro ponto importante para Foucault (1972) em trabalhos que se inscrevem como uma análise histórica é a noção de *descontinuidade*. Para a História, na sua forma clássica, o descontínuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável, observa o autor, o que se oferecia sob a capa dos acontecimentos dispersos – decisões, acidentes, iniciativas, descobertas – e o que devia ser, pela análise, contornado, reduzido, apagado para que aparecesse a cômoda, mas falsa, continuidade dos acontecimentos. No entanto, a descontinuidade tornou-se, para os novos procedimentos históricos, uma potencialidade para a análise:

Constitui, de início, uma operação deliberada do historiador (e não mais o que ele recebe “malgré lui” do material que tem a tratar): pois ele deve, pelo menos a título de hipótese sistemática, distinguir os níveis possíveis de análise, os métodos que são próprios a cada um, e as periodizações que lhes convêm. Ela é também o resultado de sua descrição (e não mais o que se deve eliminar sob o efeito da análise): pois o que ele empreende descobrir são os limites de um processo, o ponto de inflexão de uma curva, a inversão de um movimento regulador, os limites de uma oscilação, o limiar de um funcionamento, o instante de funcionamento irregular de uma causalidade circular. Ela é, enfim, o conceito que o trabalho não deixa de especificar (em lugar de negligenciá-lo [...]); ela toma uma forma e uma função específica de acordo com o domínio e o nível em que se inscreve: não se fala da mesma descontinuidade quando se descreve um limiar epistemológico, a reversão de uma curva de população, ou a substituição de uma técnica por outra. Noção paradoxal, esta da descontinuidade: é, ao mesmo tempo, instrumento e objeto de pesquisa, delimita o campo de que é o efeito, permite individualizar os domínios, mas só pode estabelecer isto por comparação, e, afinal de contas, ela não é talvez simplesmente um conceito presente no discurso do historiador, mas que este em segredo a supõe: de onde poderia ele falar, na verdade, senão a partir dessa rutura que lhe oferece como objeto a história – e sua própria história? (Ibid., p.16-17).

Assim, a história contínua, adverte o autor, tem sido correlato indispensável à noção fundadora do sujeito, forma de salvar, contra todos os descentramentos, a soberania do sujeito. O mesmo ocorre com a procura por uma história global, em que as diferenças de uma sociedade poderiam conduzir, de uma forma única, à organização de uma visão de mundo, ao estabelecimento de valores e a um tipo coerente de civilização. Portanto, um dos importantes usos da história consiste na dissolução sistemática da identidade, em fazer aparecer as descontinuidades que a atravessam: o plural a habita, almas inumeráveis nela disputam, os sistemas se entrecruzam e se dominam uns aos outros. E, em cada uma destas almas, a história

não descobrirá uma identidade esquecida, sempre disposta a renascer, mas um sistema complexo de elementos múltiplos que nenhum poder de síntese domina.

Outra questão importante para Foucault (1972), ainda aliada à noção de descontinuidade, são as possibilidades de uma pesquisa. Ao delimitar um campo de pesquisa, esclarece o autor, não se está buscando estabelecer um isolamento, mas, antes, tornar a investigação livre para descrever, nela e fora dela, os jogos de relações. Não existe um começo absoluto: o processo ao qual está submetido o objeto de estudo, o seu desenvolvimento, a ordem de sucessão das etapas, não se impõe como que de fora para dentro sobre um material histórico inerte e desprovido de estrutura: ao contrário, a estrutura encontra-se no próprio material. A questão é desvendar os tipos de racionalidade implicadas em um processo: definir e descobrir como certos discursos são instituídos sob as formas do justo; de ordená-los tal como são impostos e admitidos em seus mecanismos institucionais.

Considero a possibilidade de junção destas duas posições teóricas de Foucault – a noção de descontinuidade e o desvelar das racionalidades – parte importante na modelagem de um método (ou um anti-método, como o chamaria Foucault, dada sua característica de centrar-se nas dispersões de elementos – com suas lacunas, falhas, misturas, incompatibilidades, superposições, conversões e substituições) que possibilite analisar o objeto da presente investigação e propicie um conceito que possa ser transmitido. Um modelo cuja variabilidade não seja mais as inúmeras formas de olhar cotidianas, mas aquela propiciada a partir do “olhar educado”, proposto por Souza (2001), ou seja, olhares desenvolvidos a partir de uma elaboração teórica. Espero que esta proposta venha responder uma eventual dúvida do leitor sobre ser mais útil para este trabalho a seleção de depoimentos de pessoas ligadas à perspectiva de ensino e aprendizagem da Matemática. Com certeza seria mais útil para coleccionar argumentos favoráveis a esta perspectiva. Mas não deve ser essa, segundo penso, a única proposta de um trabalho de pesquisa em Educação Matemática: a proposta é desvendar a racionalidade implicada em um processo que se perpetua entre outras práticas, como, por exemplo, a predominância de uma postura internalista que, malgrado os dados alarmantes de pesquisas institucionais demonstrem não dar conta da aprendizagem em Matemática, apóia uma resistência sistemática a qualquer tentativa de implementar novas abordagens provenientes de concepções alternativas.

A noção de descontinuidade nos auxiliou na configuração da forma pela qual os depoentes da pesquisa foram selecionados: conhecer diferentes modos de comportar-se frente às instituições, diferentes racionalidades relativas ao enfrentamento do mundo capitalista, é apreender momentos singulares que podem auxiliar, pela análise, a compreender a ligação

lógica das instâncias particulares com o todo social no qual estão inseridas. Esta proposta, um movimento do pensamento que transita entre dois pólos, o micro e o macro, buscará configurar um modelo que tem nas instâncias particulares a possibilidade de testar sua generalidade. É um movimento que buscará configurar – ou reconfigurar – estratégias, como no modelo de descontinuidade proposto por Foucault (1972), que possibilitem compreender quais são os limites de um processo social, o ponto de inflexão de uma curva, a inversão de movimentos reguladores, os limites de oscilações, o limiar de funcionamentos, os instantes de funcionamento irregular de uma causalidade circular, inerentes, como será visto a seguir, ao processo de produção capitalista.

Outra consideração coloca-se como importante: o modelo pensado a partir dos dados desta pesquisa e sua lógica subjacente organizadora poderá dar conta de uma análise feita por uma investigadora ligada a uma instituição da cidade de Bauru, uma região diferente daquela que está centrada a pesquisa? Acreditamos que o fato da pesquisadora estar filiada a uma instituição de uma região diferente da de Maringá não limita o escopo do problema tratado no texto, dado que, apostando na noção de descontinuidade, a teoria que sustenta essa investigação sustenta que o "micro" não é uma contingência local, mas uma categoria que possibilita uma compreensão das partes em relação ao todo social. É justamente a diferença das instituições, das inserções na cultura, que talvez permitam a visualização de perspectivas novas para o ensino, a partir do entendimento de práticas dominantes e da razão de se mostrarem assim: naturais, eternas, inquestionáveis e aceitas sem maiores suspeitas. É nas diferenças que se percebem, com mais clareza, os jogos de relações que influem nas perspectivas educacionais de cada instituição de ensino, de cada professor. Um exemplo que me parece esclarecedor é analisar em quais esferas os problemas pedagógicos de uma instituição são tratados. Chamou a minha atenção o fato dos depoentes desta Tese, os três em cargos de direção, abordarem questões sobre ensino. Na instituição na qual trabalho esta é uma questão para coordenadores locais. Nas reuniões semestrais realizadas com os coordenadores na sede da Instituição com o diretor do Instituto, embora a reunião seja adjetivada como “pedagógica”, as questões tratadas são quase sempre de natureza administrativo-empresarial, o que também ocorre nas reuniões com o diretor local. Questões “pedagógicas” são delegadas exclusivamente aos coordenadores locais. O que pode não parecer um problema quando o coordenador é da área da Educação, impõe-se nitidamente como problema quando ele é um técnico. Os coordenadores de cursos como as Engenharias, por exemplo, que possuem em seu quadro professores responsáveis pelas disciplinas de Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Analítica, Estatística etc. (para nos atermos à área

do ensino da Matemática) – uma vez que a instituição não tem a estrutura de Departamentos – não têm o conhecimento teórico de prática de ensino necessário para dar conta de tal incumbência. Mesmo comunicações entre coordenadores locais e coordenador geral são mais administrativas do que voltadas às preocupações educacionais. Tal estranhamento fica ainda mais acentuado quando um dos meus depoentes esclarece que sua instituição faz parte das “associadas” à instituição a qual pertencem. As instalações, a fala do reitor-diretor, a clientela a que ele visa e as finalidades e o encaminhamento das atividades educacionais da sua escola me parecem muito diferentes daquelas da “matriz”. Entender a aparente falta de identidade entre essas instituições, que na sua origem são idênticas, é um exemplo de paradoxo presente nas articulações da iniciativa privada.

2.2.1.2 Um início

Uma vez que não existem “origens”, não resta alternativa para o início de um trabalho senão arbitrá-lo, buscar um ponto de fuga inicial necessário para disparar e dar profundidade à história contada aqui. Para isso farei uso dessa perspectiva introduzida por Le Goff – e também da defendida por Foucault – em relação aos monumentos.

É com o olhar no “Memorial do Pioneiro”, existente em Maringá, que inicio a visita ao arsenal teórico que sustenta esse trabalho. É um recorte e, ao mesmo tempo, um exercício de buscar uma elaboração teórica para tratar como, de um ponto de vista micro, as relações capitalistas se insinuam nas práticas docentes.

DOCUMENTOS E MONUMENTOS

A memória coletiva tem sido apresentada pela História sob duas formas, segundo observa Le Goff (1996): os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador. O monumento, historicamente, tem conotação de perpetuação e muito raramente é relacionado a documentos escritos:

A palavra latina monumentum remete para a raiz indo-européia men, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (menini). O verbo monere significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O monumentum é um sinal do passado. Atendendo às origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por

exemplo, os atos escritos /.../ desde a antigüidade o monumentum tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura; /.../ 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (Ibid, p.535).

O uso da palavra “monumento” abarca dois sentidos: a perpetuação e a recordação. No entanto, a perpetuação da memória não consiste apenas em recordar algo do passado, tem também função de “instruir”, tal como as obras comemorativas cuja função é relembrar o passado. Mas o interesse de quem as fez está no futuro (em se tratando de obras humanas, o interesse reside na formação ou manipulação das opiniões das gerações vindouras).

Esta questão desperta interesse especial em uma pesquisa desenvolvida na região da cidade de Maringá porque o passado pioneiro da região é muito explorado pela mídia e pelas grandes Instituições. Há na cidade uma praça que é referência devido ao “Memorial ao Pioneiro” que ela abriga. Mais do que este monumento, as palavras “pioneirismo” e “pioneiro” parecem ajustar-se ao conceito de monumento. Elas representam um passado não tão distante que, por algum motivo, interessa às relações sociais da região. Segundo Elias (1994a, 1994b), um conceito ou palavra é de emprego comum no linguajar diário de uma sociedade enquanto essa prática retiver um valor existencial; ou seja, na idéia do pionerismo perpassam as práticas de uma sociedade ou grupo, a luta e o poder. Além disso, o termo “pioneirismo” transita pelo domínio da morte e, como nos *monumentos*, perpetua a recordação não apenas de pessoas falecidas, mas das paixões, dos sonhos, dos hábitos, dos ideais, locais, acontecimentos sociais e políticos, enfim, de todas as nuances da vida. Palavras que se tornam importantes para um povo podem ser um importante indicativo de mudanças de vida do próprio povo; daí que o uso do passado pioneiro da região no cotidiano da cidade talvez possa constituir em uma unidade preestabelecida importante no entendimento da racionalidade que direciona discursos, em especial o domínio dos discursos que se escandir dos relatos dos professores disponibilizados nesta Tese.

[...] palavras que ocasionalmente surgem em algum grupo mais estreito, tais como família, seita, classe escolar ou associação, e que dizem muito para o iniciado e pouquíssimo para o estranho. Assumem forma na base de experiências comuns. Crescem e mudam com o grupo do qual são expressão. Situação e história do grupo refletem-se nelas. E permanecem incolores, nunca se tornam plenamente vivas para aqueles que não compartilham tais experiências, que não falam a partir da mesma tradição e da mesma situação. (ELIAS, 1994b, p.26)

O mesmo talvez se possa dizer dos relatos orais (que em primeira instância foram aqui tomados como documentos, para explicitar a escolha do pesquisador) e, desta forma, entender por que Foucault (1972) afirma que a História tem transformado *documentos* em *monumentos*. Nos textos escritos, originados de relatos orais, apesar de sua aparente inércia quando impressos, cada palavra, cada idéia ali capturada mantém um diálogo ininterrupto com o passado, o presente e o futuro. Para que os valores de um texto, seus segredos, suas contribuições para um problema de pesquisa se revelem, é necessário perscrutá-lo, interrogá-lo à luz da própria experiência prática do pesquisador, da sua observação do mundo, da posição que assume e pratica diante da vida. Os relatos orais podem “instruir”, “iluminar”, mas não em uma leitura despretensiosa ou amigável – a intenção de uma pesquisa que utiliza História Oral como metodologia não é prestar homenagem e, muito menos, privilegiar um único tipo de discurso. Mas também não é uma leitura de quem meramente – ou apenas – critica: ao invadir a seara de outras áreas de estudo, nós, professores que fazemos uso dos relatos orais, nos obrigamos a respeitar princípios éticos. Obrigamos-nos a seguir os parâmetros éticos que nos impomos a partir da interação que estabelecemos com outras áreas nas quais, historicamente, a História Oral tem sido mais freqüentemente praticada.

DISPOSITIVO ESTRATÉGICO

Segundo Foucault (1972, p.89) para se obter a potencialidade de uma unidade preestabelecida, de um recorte inicial, é necessário estabelecer sua natureza e capacidade de individualizar conjuntos: “[...] se unidade há, ela está na coerência visível e horizontal dos elementos formados; reside, muito antes, no sistema que torna possível e rege sua formação”. Assim, as condições políticas, econômicas e existenciais devem ser vistas não como obstáculo para um problema de pesquisa, mas como o sistema que permite aos sujeitos defenderem suas posições. Cabe, portanto, ao pesquisador, buscar compreender quais são as relações de luta e de poder a fim de detectar a racionalidade existente nos discursos apreendidos. Para isso, o conceito de dispositivo estratégico de Foucault (1988) fornece um encaminhamento especialmente útil para uma pesquisa que, como esta, se propõe analisar as possíveis influências das relações capitalistas nas concepções e práticas de professores:

Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo de correlações de forças; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas. Não se trata de perguntar aos discursos [...] que ideologia – dominante ou dominada – representam; mas, ao contrário, cumpre interrogá-los nos dois níveis, o de sua produtividade tática (que efeitos recíprocos de poder e saber proporcionam) e o de sua integração estratégica (que conjuntura e que correlação de forças torna necessária sua utilização em tal ou qual episódio dos diversos confrontos produzidos). (FOUCAULT, 1988, p 97)

Segundo a perspectiva assumida – a formação do objeto de pesquisa a partir das discontinuidades, das dispersões, dos jogos de diferenças, das lacunas, afastamentos, substituições, transformações – é preciso inventariar elementos para discutir a questão dessa pesquisa. No caso deste trabalho, portanto, o pretendido é situar a região pioneira do Noroeste do Estado do Paraná (e, nessa região, a cidade de Maringá e, nesta cidade, a partir da abstração inicial, o uso do passado pioneiro, o “pioneirismo” que o “Monumento do Pioneiro” inspirou como recorte inicial, como unidade preestabelecida) como campo no qual será efetuada essa pesquisa cujo objeto está sendo formado.

Neste momento faço uma pausa para confessar ao leitor que, apesar de perceber na obra de Foucault um encaminhamento para a questão que propus para este trabalho de pesquisa, em razão da minha formação acadêmica de Engenheira Civil e Licenciada em Matemática, tenho bastante dificuldade com o jogo de dispersões que o autor propõe. Este tipo de formação acadêmica que tive cria tendência de encaminhar o trabalho cotidiano, seja profissional ou atividades particulares, segundo um esquema geral que, apesar de nem sempre ser declarado, existe. E, por existir e não ser declarado, muitas vezes, cria dificuldades na comunicação com as pessoas que dividem comigo as tarefas cotidianas. Não foi diferente na minha relação com o orientador deste trabalho de pesquisa, daí a razão deste comentário para, de alguma forma, esclarecer ao leitor minhas intenções para o encaminhamento da pesquisa. É como se intuitivamente as atividades cotidianas fossem orientadas segundo um esquema que interliga de forma otimizada as funções, em relação ao tempo, ao espaço e disponibilidade de meios materiais, que em Engenharia é denominado de PERT-cpm¹. Para alguém como eu, que cria mentalmente redes de PERT-cpm para atividades cotidianas, em

¹ É um cronograma representado por uma rede de nós e setas. No entanto, não é um processo estático, engessado: é um planejamento bastante flexível, que permite reavaliação constante. PERT (técnica de avaliação e revisão de programa) – cpm (método do caminho crítico) é usado para avaliar e determinar atividades críticas, além de melhorar a programação do projeto, se necessário, e rever o progresso das atividades.

um processo de investigação não poderia ser diferente. Aliás, esta é uma das dificuldades do trabalho de um relatório de pesquisa: passar ao leitor todas as nuances da fase de investigação. Além disso, confesso que aprecio o conforto de um método, de um esquema. Creio que faço Foucault gritar² quando idealizo, a partir do que foi proposto por ele em *A Arqueologia do Saber*, um esquema para o objeto da minha investigação (a influência das relações capitalistas na Educação) e o conceito que desejo formular que é, *grosso modo*, o processo civilizador na sua expressão micro. Para isso arbitrei uma abstração inicial, o *pioneirismo*, que acredito representar de forma não desenvolvida as relações do todo social, mas que tem forma de aparecer ostensiva, nos meios de comunicação e no *marketing* das grandes Instituições na cidade de Maringá, o que para mim suscita indagações, inquietações. Enfim, foi este recorte inicial que abriu uma rede de relações particulares a serem investigadas.

[...] o que se analisa aqui não são, certamente, os estados terminais do discurso, mas os sistemas que tornam possíveis as formas sistemáticas últimas; são *regularidades pré-terminais* em relação às quais o estado último, longe de constituir o lugar do nascimento do sistema, se define, antes, por suas variantes. Atrás do sistema acabado, o que descobre a análise das formações não é, ardente, a própria vida, a vida ainda não capturada; é uma espessura imensa de sistematicidades, um conjunto cerrado de relações múltiplas. E, além disso, essas relações apesar de não serem a própria trama do texto, elas não são por natureza estranhas ao discurso. [...] isto é, elas não especificam um pensamento, ou uma consciência ou um conjunto de representações que seriam, fora do tempo e de uma forma jamais inteiramente necessária, transcritos em um discurso, mas que elas caracterizam certos níveis do discurso, que definem regras que ele atualiza enquanto prática singular. (FOUCAULT, 1972, p.94-95, itálicos do autor)

Estas relações particulares por sua vez deverão mediar a análise de “objetos únicos” (por exemplo, as entrevistas, as Instituições, etc.), que vão se expressar como singularidades em sua relação lógica direta, não mediada, com a generalidade, isto é, um conceito a ser entendido, que possibilita certos níveis de discurso.

Apesar da negativa, reiterada por Foucault, quanto a ter criado um método, foi a partir de três grandes eixos de pesquisa, em uma reflexão metodológica proposta no *A Verdade e as Formas Jurídicas*, que este esquema citado acima foi criado. Os três eixos principais propostos pelo autor tornaram-se diretrizes para condução desta pesquisa. O primeiro eixo em Foucault (1999, p.7) dá uma conotação propriamente histórica à pesquisa, ou seja, como foi possível formar domínios de saber a partir de práticas sociais? O segundo

² O que não é contrário ao que Foucault autoriza quando fala sobre o uso que faz da obra dos autores que aprecia, especialmente da obra de Nietzsche e Marx: “Quanto a mim, os autores que eu gosto, eu os utilizo. O único sinal de reconhecimento que se pode ter para com um pensamento como o de Nietzsche, é precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar” (Id. 1996, p.143).

eixo de pesquisa é um eixo metodológico, que trata da análise do discurso como jogos estratégicos, de ação e reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta; ou seja, a análise do discurso como um conjunto regular de fatos polêmicos e estratégicos. O terceiro eixo é o encontro dos dois eixos em uma perspectiva que problematiza a teoria do sujeito: ou seja, mostrar que a constituição histórica de um sujeito de conhecimento se dá por meio de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais.

O PRIMEIRO EIXO EM FOUCAULT: a perspectiva histórica

Quando se observa o desenvolvimento das relações de um capitalismo bastante avançado, como aquelas que nortearam a colonização da região Noroeste do Paraná por uma companhia inglesa, é possível entender o caráter histórico que este primeiro eixo imprime à pesquisa. Os sujeitos dessas relações têm história: eles se constituem no jogo ambivalente que, ao mesmo tempo em que se assujeitam a essas relações, às práticas sociais nas quais estão imersos, eles as constroem e alimentam. As entrevistas desta tese mostram que os sujeitos não são definitivamente dados pelas relações capitalistas impostas a uma região, a uma determinada época. Os professores entrevistados mostram que respondem a essas relações segundo uma lógica própria e constroem seus domínios a partir delas, neste caso, suas escolas e, dessa forma, as disseminam atendendo uma clientela determinada. Este primeiro eixo trata, portanto, dos domínios do saber em relação às práticas sociais, excluindo a preeminência de um sujeito de conhecimento definitivamente dado. Portanto, a história das relações capitalistas, introduzidas pela companhia colonizadora, que será esboçada a seguir, é essencial para se entender o porquê de certos domínios do saber surgirem e o modo como se desenvolveram em uma região pioneira. Ou ainda, como relações gerais são resolvidas no plano individual e resultam no autocontrole do indivíduo, em opções que parecem a ele singulares. É uma tentativa específica de se entender relações de dominação e exploração. É uma possibilidade de se entender o assujeitamento, esta dimensão das relações de poder em que as identidades de indivíduos e grupos permitem observar as interconexões de cultura e poder.

O SEGUNDO EIXO EM FOUCAULT: o discurso como um jogo estratégico

As relações capitalistas, introduzidas pela companhia colonizadora da região de Maringá, possibilitaram um discurso próprio para Instituições da região que enaltece, em seus procedimentos de *marketing*, o pioneirismo e coloca o pioneiro no cerne de um processo de abertura e continuidade da região pioneira. Foucault (1999, p.9) propõe estudar o funcionamento do discurso procurando entender o funcionamento dos enunciados, não de forma sintática, mas como sendo um conjunto de técnicas políticas, técnicas de poder.

No regime capitalista duas tendências normalmente caminham lado a lado: uma tendência é manter a taxa média de lucro com pouca dispersão num determinado período e a outra é a diminuição da taxa média de lucro em períodos subseqüentes em decorrência de superprodução. Historicamente têm se observado pontos significativos de diferenciação acontecer em torno da taxa média de lucro quando há inovação na produção ou quando há expansão de fronteiras. Essa expansão de fronteiras pode ser geográfica ou acontecer em setores da reprodução da existência. Foucault realizou em sua obra uma interessante pesquisa histórica sobre como a expansão de fronteiras e a relação com o poder decorrente ocorreu em diversos modos de produção, de sistemas de governo e de serviços. No caso da abertura da região de Maringá a expansão de fronteiras aconteceu nas duas frentes. A expansão geográfica deu-se pelo uso de técnicas que fazem com que o corpo e o tempo dos homens tornem-se tempo de trabalho e força de trabalho e possam ser efetivamente utilizados para se transformar em sobre-lucro: a promessa embutida no discurso do pioneirismo, historicamente em qualquer região do planeta, tem sido sempre a de enriquecimento, de prosperidade, na pior das hipóteses. Além disso, o controle da natureza em uma região pioneira requer bravura, abnegação, resistência, traços essenciais em homens e mulheres necessários a este trabalho. A incorporação do discurso do pioneirismo faz o sujeito reconhecer-se nessas condições. Assim, ele dispõe do seu corpo e de seu tempo, de sua vida enfim, em um trabalho que enaltece e ao mesmo tempo acena com a perspectiva de prosperidade no mesmo discurso. O outro tipo de expansão, em que ações e produções humanas que não são capital passam a sê-lo, faz parte deste trabalho de pesquisa: com foco na Educação, a análise evidenciará como setores de sobrevivência modificam-se e como as práticas se naturalizam como necessárias ao progresso, ou seja, parodiando Foucault, *em favor da Sociedade*. Entende-se assim a dupla materialidade do discurso em Foucault. Uma dessas faces é a disposição do corpo nas relações materiais de existência. A outra é um processo de exclusão de toda perspectiva humanista que as práticas

sócio-econômicas imprimem aos discursos. O humanismo aparece nos discursos com objetivos precisos: tornar, na aparência, homogêneos, discursos contraditórios. Um processo como este coloca em evidência as regras de um jogo estratégico e contraditório que cria determinadas formas de subjetividade em uma sociedade e permite a um discurso produzir acontecimentos, decisões, batalhas e vitórias e ao mesmo tempo baliza as possibilidades táticas.

O TERCEIRO EIXO EM FOUCAULT: a crítica do sujeito pela história

Por fim, o terceiro eixo de pesquisa proposto por Foucault (1999, p.9) é a convergência desses interesses inventariados nos dois eixos anteriores para que se faça uma crítica radical do sujeito humano pela história. A constituição histórica de um sujeito de conhecimento por meio de um discurso deve ser feita a partir de uma análise que considera o discurso como um conjunto de estratégias e táticas que fazem parte das práticas sociais. Daí, portanto, a importância da história da companhia colonizadora e das práticas e relações de poder vigentes na região. Não foram apenas relações de poder locais, elas também traduzem as relações e práticas de uma época e em escala mundial. É a partir desse inventário que talvez se possa fazer uma crítica às verdades que sustentam as práticas e justificam o tipo de objetividades e subjetividades que norteiam os sujeitos – no caso, professores de matemática – em seus jogos lógicos.

Enfim, os três eixos de pesquisa propostos promovem uma síntese da condução das questões que abordei até o momento, ou seja, como questões próprias deste discurso denominado Matemática interagem com as relações sociais e fazem da Educação um jogo estratégico e polêmico:

Esse é o fundo teórico dos problemas que gostaria de levantar. [...] A hipótese que gostaria de propor é que, no fundo, há duas histórias da verdade. A primeira é uma espécie de história interna da verdade, a história de uma verdade que se corrige a partir de seus próprios princípios de regulação: é a história da verdade tal como se faz na ou a partir da história das ciências. Por outro lado, parece-me que existem, na sociedade, ou pelo menos, em nossas sociedades, vários outros lugares onde a verdade se forma, onde um certo número de regras de jogo são definidas – regras de jogo a partir das quais vemos nascer certas formas de subjetividade, certos

domínios de objeto, certos tipos de saber – e por conseguinte podemos, a partir daí, fazer uma história externa, exterior da verdade. (FOUCAULT, 1999, p. 11)

SOBRE O ARSENAL TEÓRICO

A proposta acima norteou a demarcação inicial desta pesquisa, que foi analisar os discursos de proprietários de escolas particulares em Maringá, buscando entender as determinações sociais, históricas, culturais e econômicas capitalistas no processo de implantação e desenvolvimento da cidade e das escolas particulares. Inicialmente a proposta teórica foi pautada, principalmente, na apropriação das perspectivas de obras de Michel Foucault, mas no decorrer da pesquisa novas necessidades teóricas se imporiam, como será visto a seguir. Nunca houve a pretensão em tematizar especificamente o assunto formação de professores, não havia pretensão de desenvolver especificidades. Daí, além da perspectiva teórica desenvolvida nos tópicos anteriores, mostrou-se adequada a perspectiva metodológica para a História, desenvolvida por Michel Foucault em *História da Sexualidade* e suas particularizações, como tecnologia de controle, relações entre saber-poder, dispositivo estratégico, distribuídas em obras anteriores e posteriores do autor.

Foucault introduziu outra forma de olhar as relações sociais a partir da História segundo o que denominou de “dispositivos”: não mais do ponto de visibilidade das relações, do ponto luminoso que as caracterizava e demarcava para a História de até então. O olhar direciona-se agora para o objeto de interesse, a partir dos deslocamentos sucessivos sofridos no seu sentido e dos discursos relacionados a eles, que acabam por constituir um dispositivo, criado por eles e, simultaneamente, os abriga quando os reveste de uma falsa neutralidade e homogeneidade. Em pesquisas, segundo esta perspectiva, a categoria “o sujeito” não pode mais ser tomada como algo dado *a priori*, a configuração dos indivíduos na sociedade extrapola a mera observação pautada na inserção ou exclusão social, ou segundo a perspectiva dominantes/dominados. Assume-se que não estamos em um mundo homogêneo e os discursos que permeiam um mundo não homogêneo não são discursos da totalidade ou da neutralidade: são sempre discursos de perspectiva porque em uma situação estratégica eles sofrem os tais deslocamentos sucessivos para criar a ilusão de um mundo homogêneo. Esses deslocamentos buscam estabelecer uma rede entre elementos heterogêneos de um conjunto e, assim, propiciar ilusões de homogeneidade, de neutralidade, do natural, do inevitável, do sempre

dado. Eles são necessários para que uma determinada relação de força possa não só se manter, mas se acentuar, se estabilizar e ganhar espaço nas necessárias manobras, movimentos de retorno, que propiciam às estratégias que coordenam as relações de poder efeitos novos, que possibilitem avanços sobre domínios que não eram dados nem conhecidos de antemão. Há, continuamente, uma re-utilização imediata de efeitos involuntários, das situações novas e inesperadas. Além disso, uma multiplicidade de relações de dominação, suas diferenças, suas especificidades ou reversibilidades aparecem quando diferentes operadores de dominação se apóiam uns nos outros, se remetem uns aos outros. Os procedimentos do poder não se apóiam na dominação global que se pluraliza e repercute até os níveis mais baixos, mas, sim, nos mecanismos infinitesimais, os quais têm sua própria história, seu próprio trajeto, sua própria técnica e tática e que a partir de certo momento se deslocam, se estendem, se modificam. Em certos casos esses diferentes operadores são fortalecidos e convergem, noutros casos se negam ou tendem a anular-se. Assim, para Foucault, os objetos de uma pesquisa devem ser analisados a partir dos processos históricos de ruptura, quando um determinado momento histórico tenha respondido a uma emergência, ou seja, tenha ocorrido a predominância de um objetivo estratégico que propicia visibilidade e ocultamento nas formas discursivas e não-discursivas. No entanto, isso é um ponto importante na perspectiva foucaultiana, a existência desses dispositivos, no processo de consolidação e também no permanente processo de legitimação das relações capitalistas não busca apenas o controle econômico e sujeição de classe, mas, antes, sempre visaram à auto-afirmação de uma classe e não à sujeição de outra. A Saúde, assim como a Educação, por exemplo, historicamente tem possibilitado um racismo dinâmico, um racismo da expansão, ou seja, a busca da garantia para si, por parte das classes privilegiadas, da força, da perenidade, não apenas através da proliferação secular do corpo, mas a legitimação da condição de condutores das massas a partir de cuidados e preparação privilegiados. O que se tem como fratura binária em sociedades cujas relações são capitalistas não é o enfrentamento de duas raças exteriores uma à outra, mas o desdobramento de uma única e mesma raça, em uma super-raça e uma sub-raça em um processo de auto-afirmação, de um grupo em relação ao outro, e não de sujeição.

Na história da Educação é possível relacionar muitas variações ocorridas no sistema educacional com a existência de movimentos externos ao sistema de ensino, necessidades decorrentes de necessidades sociais, econômicas e políticas. A Educação de massas, por exemplo, em suas sucessivas expansões que ampliaram sucessivamente o tempo escolar “para todos”, sempre esteve ligada às necessidades do capital. Assim, em decorrência dessa inter-relação, variações em dado mecanismo em função de existência de conflitos e urgências na

sociedade, saber e poder estão intimamente relacionados, na medida em que o exercício do poder é lugar do saber, e também que todo saber constitui relações de poder. Essa foi a razão pela qual em minha dissertação de mestrado busquei situar o profissionalismo docente, por analogia aos analisados por Foucault, em um dispositivo que denominei “dispositivo da Educação”: é neste mesmo dispositivo que também será situado este trabalho de pesquisa. Desta forma não é a formação de professores que constitui um dispositivo, ela é apenas um dos elementos que compõem a rede – razão pela qual nunca houve a pretensão em tematizar especificamente o assunto nesta pesquisa.

Essa constatação mostra que a dimensão metodológica que Foucault propõe é importante para a análise da formação de professores, mas encontra seu limite a partir do momento em que a análise se desloca para as condições de possibilidades desta produção, na sua própria história. Ou seja, quando se colocam perguntas tais como: em que medida a cultura interfere no entendimento e seleção dos saberes caros à Educação, saberes ditos “clássicos” – em consequência, interfere na formação de professores – em diferentes regiões do Brasil? Ou para os diferentes grupos sociais? O sistema educacional vigente, os valores e saberes que a Escola dissemina, foi projetado para um ensino massificado ou para um ensino de elite? A Pedagogia, a Didática, a pesquisa científica na área da Educação, sem dúvida, buscam um processo ensino-aprendizagem mais eficaz, mas em que medida esse conhecimento é estendido à formação de toda população? Todas essas questões permeiam análises que buscam entender as verdades utilizadas para se demarcar posições, instituir verdades, consolidar certos discursos na Educação e, em particular, na formação de professores.

Assim, para ampliar os limites da análise procurou-se apoio teórico também em Norbert Elias. Embora Foucault e Elias utilizem procedimentos metodológicos diferentes, uma aproximação entre eles é muito importante: ambos obrigam a História a pensar de outra forma os seus objetos e seus conceitos. Para estes dois autores é imprescindível, para o estudo das relações sociais, articular toda sorte de documentos, toda espécie de ciências e assuntos até então considerados menores ou ignorados – em especial, as práticas discursivas para Foucault e os costumes para Norbert Elias.

Outra perspectiva importante para Foucault é a eficácia produtiva do poder: sua riqueza estratégica tem como alvo gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações a fim de aumentar a força econômica e diminuir a força política em processos de rupturas entre as diversas formas sociais ou discursivas. Uma das formas de visibilidade da eficácia dessas ações aparece no que Norbert Elias denominou de comportamento do homem civilizado

ocidental: um processo histórico de “banda larga”, ou seja, a continuidade, onde as formas sociais e psicológicas deslizam de uma para a outra. A civilidade, como categoria de comportamento social aceitável no Ocidente, teve grande importância nos mecanismos de consolidação e legitimação de discursos em “defesa da sociedade”, ou em “defesa da vida”. Esses discursos, disparados por uma tecnologia voltada para o desempenho do corpo e encarando os problemas que ameaçam a vida, caracterizou um poder cuja função mais elevada é investir sobre a vida, de cima para baixo. Um racismo que a sociedade vai exercer sobre si mesma, sobre seus próprios elementos, sobre seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social.

Norbert Elias denominou *processo civilizatório* a dinâmica que pressupõe alterações nas relações de poder e controle dos indivíduos, alterando as relações de interdependência e, assim, possibilitando a consolidação dos controles estatais, a organização da sociedade sob a forma de Estado. As oposições formais “indivíduo-sociedade” e “eu-nós” só aparecem para o autor em termos lingüísticos, sua perspectiva está centrada na dinâmica das relações presentes entre os indivíduos e a sociedade, na interdependência das funções individuais, em que cada pessoa singular está em dependência funcional de outras. Segundo Elias (1994a, 1994b), o que se entende por “indivíduo” e “sociedade” está amplamente condicionado por ideais carregados de sentimentos positivos e antiideais carregados de sentimentos negativos. “Sociedade” e “indivíduo” são “entidades” distintas e freqüentemente opostas porque são associadas a sentimentos e valores emocionais diferentes e muitas vezes contrários: pressões e exigências sociais, de um lado, e as necessidades individuais, o desejo de justificação, sentido e realização das pessoas, de outro. No entanto, para o autor, esse abismo não existe, as funções e relações interpessoais expressas por partículas gramaticais como “eu” e “nós” são interdependentes – as estruturas da psique humana, da sociedade humana e as estruturas da história humana são indissociavelmente complementares.

A sociedade não só produz o semelhante e o típico, mas também o individual. [...] certamente não existe nenhum ponto zero de individuação entre as pessoas que crescem e vivem numa sociedade. Em maior ou menor grau, as pessoas de todas as sociedades que nos são conhecidas são individuais e diferentes uma das outras até o ultimo detalhe de sua configuração e comportamento, e são específicas de cada sociedade, ou seja, são formadas e ligadas, na natureza de sua auto-regulação psíquica, por uma rede particular de funções, uma forma particular de vida comunitária, que também forma e liga todos os seus membros. Aquilo que muitas vezes é conceituado como duas substâncias diferentes, ou duas camadas diferentes dentro do ser humano – sua “individualidade” e seu “condicionamento social”-,

não passa, na verdade, de duas funções diferentes das pessoas em suas relações recíprocas, nenhuma das quais pode viver sem a outra. (ELIAS, 1994a, p.56).

O conceito de “civilização”, esclarece Elias (1994b), refere-se a uma grande variedade de elementos tais como nível de tecnologia, maneiras, desenvolvimento dos conhecimentos científicos, idéias religiosas e costumes. Também pode se referir ao tipo de habitações, à forma de convívio de homens e mulheres, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário etc. Não é simples definir o que sejam atividades e atitudes civilizadas. Daí, se há necessidade de uma síntese, o autor opta por definir civilização como a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Ou seja, no que a sociedade ocidental se baseia ao se julgar superior, nos últimos dois ou três séculos, em relação a sociedades mais antigas ou sociedades contemporâneas “mais primitivas”: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão do mundo. O termo descreve um processo em movimento constante, uma tendência continuamente expansionista. É um conceito que minimiza as diferenças nacionais entre os povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou – na opinião dos que o possuem – deveria sê-lo.

A existência desta rede funcional em Elias (1994a) é coerente com a percepção foucaultiana de que não é se desfazendo do Estado que estas redes serão eliminadas: antes, há uma interdependência entre elas que possibilita entender as produções dos saberes que são gerados a partir do exercício do poder e, simultaneamente, são possibilitados por ele.

Portanto, retomando as questões colocadas anteriormente, a associação dos saberes pedagógicos, didáticos, os valores e saberes ditos “clássicos” às técnicas de controle social, em direção à produção de um dispositivo da Educação, somente se tornou possível quando o Estado monopolizou tais técnicas e saberes, no momento em que se tornou necessário, em razão de situações de interesses econômicos e sociais, estendê-los a todos. O proletariado foi incorporado à abstração “processo civilizador” quando a universalização da saúde e da instrução, entre outros procedimentos, ampliou para toda a população os modelos de autocoerção, o domínio das emoções, os sentidos de vergonha e pudor. Esta é a expectativa que a junção dos autores propõe: entender como os deslocamentos no sentido dos objetos da história da Educação aconteceram e como esses sucessivos deslocamentos foram também responsáveis por alterações expressivas nas relações de gênero, raça, classe social entre outras tão presentes nas falas dos depoentes desta Tese.

Por fim, fica a pergunta de como estes referenciais teóricos podem contribuir para a compreensão do desenvolvimento da Educação, e, portanto, de interesse para a formação de professores, a partir da localização da pesquisa na cidade de Maringá? A cidade teve sua história de colonização ligada a uma Companhia de Terras de origem inglesa – fruto do processo europeu capitalista, ou seja, a forma mais desenvolvida do capitalismo do ponto de vista teórico – e esteve também à mercê das manobras nacionais e internacionais do poder. Como a proposta desta Tese é analisar influências de determinações sociais, históricas, culturais e econômicas capitalistas nas concepções e práticas de professores, a idéia é considerar o processo de implantação e desenvolvimento de escolas particulares em Maringá como uma das instâncias no inventário dos elementos desta pesquisa: ou seja, do sistema que tornou possível e regeu a formação dos discursos dos depoentes em suas posições estratégicas e táticas, e que assegurou um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e especificação. Daí, a partir de uma teoria “local”, fundada em contornos “locais”, pretende-se estabelecer observações e conseqüências.

No entanto, um último cuidado teórico é necessário antes do que será apresentado a seguir ao leitor.

Os conceitos de “civilização” e “processo civilizador” tiveram uma construção histórica bem demarcada, representaram uma compreensão própria das nações européias do século XIX que constituiu uma referência ao “outro”, “ao não civilizado”, àquele que deveria ser civilizado. Desta forma o termo e a expressão foram incorporados no Brasil pela sociedade e, até mesmo pelo Estado, como forma inicialmente de produzir a auto-imagem das elites políticas e intelectuais brasileiras no decorrer do século XIX e XX. Mas para esses dois grupos as condições e possibilidades de tornarem os brasileiros civilizados estiveram e ainda estão, a despeito da permanente necessidade colocada de internacionalização de todas as relações sociais e econômicas, vinculadas a uma forma própria das relações sociais e econômicas capitalistas em países ditos “em desenvolvimento”, o que Florestan Fernandes denominou de “mandonismo”. Outro ponto importante para entendermos o “mandonismo” é a formação do Estado brasileiro. A sociedade brasileira do século XIX originou-se de laços entre os membros da aristocracia e das elites econômicas, favorecendo o desencadeamento de redes de clientelismo, cuja interdependência forneceu o modelo para suas atuais formas. Estas questões serão desenvolvidas a seguir, tendo como arsenal teórico diretor as perspectivas introduzidas por Foucault e Norbert Elias.

2.2.2 Uma Região.

2.2.2.1 Breve Introdução

Uma das formas de delimitação da região denominada Norte do Paraná é a combinação de fatores fisiográficos com as atividades econômicas, sugere Luz (1997). As delimitações dessa região ao norte, leste e oeste são estabelecidas respectivamente, pelos rios Paranapanema, Itararé e Paraná; porém, a limitação ao sul é feita, “grosso modo”, pela forma como a cultura cafeeira se estendeu, pelo limite climático (nem sempre respeitado) que permitia razoável segurança em relação às geadas (para vários autores coincide com o paralelo 24).

No entanto, a ocupação do Norte do Paraná teve movimentos distintos e, conforme a época e a origem da respectiva colonização, ela pode ser dividida em três áreas, observa Luz (1997): o Norte Velho, área compreendida da divisa nordeste com São Paulo até Cornélio Procopio (colonizada entre 1860 e 1925 por paulistas e mineiros); o Norte Novo, delimitado pelos rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema (colonizado entre 1920 e 1950); o Norte Novíssimo, área compreendida do rio Ivaí ao Paraná e ao Piquiri (colonizada de 1940 a 1960).

O movimento de ocupação territorial do Norte do Paraná intensificou-se a partir da década de 1920, como resultado da busca por parte dos cafeicultores paulistas de terras novas não sujeitas às restrições ao plantio do café (face à proibição do plantio em São Paulo e em outros estados da federação). Foi elemento facilitador para a expansão da cafeicultura paranaense a política de incentivo empreendida pelo governo do Estado que colocou terras devolutas à disposição para ocupação permanente. Companhias particulares de colonização (e depois o Estado) facilitaram esta aquisição.

Porém, o episódio mais notável deste processo de ocupação territorial foi, segundo Luz (1997), o empreendimento realizado pela atual Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Esta empresa, de origem inglesa, adquiriu do Governo do Estado do Paraná cerca de 500.000 alqueires de “terras roxas” – fertilíssimas – e por desbravar, entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí. Nesta área executou um plano de colonização dividindo as terras em pequenas áreas, sendo raros os casos de grandes frações de terras nas mãos de um único dono. O sucesso alcançado por tal iniciativa levou o Governo do Estado, possuidor de

grandes extensões de terras devolutas entre os rios Ivaí e Paranapanema e de antigas concessões que haviam retornado ao seu patrimônio em 1934, a encetar um programa de colonização de muitas dessas áreas, no início da década de 1940. O processo de colonização do Estado teve como modelo aquele empreendido pela Companhia de Terras Norte do Paraná, posteriormente Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Dessas iniciativas – particulares e do poder público – resultou a ocupação definitiva e o povoamento da região.

2.2.2.2 Desenvolvendo antecedentes e fundamentações da colonização na região de Maringá

Dentro da perspectiva historiográfica assumida neste trabalho de pesquisa e para se entender o processo de colonização do Norte do Paraná, a década de 1920 parece ser uma boa opção para se iniciar a análise pretendida nesta tese. Nesta década, *grosso modo*, aconteceu um encontro de elementos determinantes para o resultado atual de uma colonização e o seu desenvolvimento na região, quando se lança o olhar para a história que se desenrolava nos contextos nacional e internacional.

No entanto, para justificar esta opção, é necessário traçar minimamente o processo de formação da sociedade capitalista, que segundo Hobsbawm (2003), foi a maior transformação da história humana. Processo esse que, obviamente, não teve seu tempo de gestação na história da colonização do Norte do Paraná: as relações capitalistas ali introduzidas pela empresa colonizadora já tinham sofrido maturação em outras épocas e em outros locais (até mesmo no território nacional). Porém, essas relações não permaneceram intactas, intocadas, administrando um processo sem rupturas, sem discontinuidades. Antes, é justamente o encontro desse processo capitalista gerado em outro continente com as particularidades locais que provocará a necessidade de novos conceitos e justificará um trabalho de pesquisa como este. As particularidades locais, por um lado, provocaram lacunas, ausências de certos elementos organizativos no processo inicial das relações capitalistas procedentes de sociedades hegemônicas; e, por outro lado, introduziram outros elementos organizativos que tendem para a constituição, estrutural, de um capitalismo dependente. Esse amálgama histórico conferiu uma condição de novo ao processo de ocupação que ocorreu na região do Norte do Paraná. Por isso, alerta Fernandes (2004), é necessário ter presente que as relações capitalistas não surgem da mesma maneira, não funcionam do mesmo modo e não produzem os mesmos resultados onde quer que apareçam. Na configuração dessas relações, observa o

autor, além do confronto entre os aspectos locais e a configuração e dinamismo provenientes de sociedades hegemônicas, é preciso levar em consideração a natureza e a variedade de forças provenientes de tendências dominantes na evolução das estruturas internacionais de poder. Esse último aspecto, como será visto posteriormente, foi particularmente responsável pela configuração de forças a partir da década de 1970 na região de Maringá (embora as condições nacionais há muito respondessem às estruturas internacionais de poder).

Por tudo que foi apontado anteriormente, faz sentido o alerta de Hobsbawm (2003) de que não há como pensar o mundo moderno sem medir a profundidade da grande revolução de 1789-1848 e das conseqüências que ela desencadeou no mundo ocidental. Este período histórico foi arbitrado pelo autor para analisar a adaptação da economia e da sociedade à revolução industrial, processo esse denominado capitalista. Ele utilizou como marcos: para o início do período, a construção do primeiro sistema fabril do mundo moderno em Lancashire e a Revolução Francesa em 1789; para o término, a construção da primeira rede de ferrovias e a publicação do Manifesto Comunista.

A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da “indústria” como tal, mas da indústria “capitalista”; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade “burguesa” liberal; não da “economia moderna” ou do “Estado moderno”, mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. (Ibid., p.16)

No entanto, na Inglaterra (que nos interessa sobretudo pela origem inglesa da companhia colonizadora) a era capitalista, ao menos em alguns de seus elementos essenciais, inicia-se antes deste período. Isso porque as condições para que tal acontecesse também foram antecipadas nesta região da Europa, em especial a criação de grande massa de *homens livres*. Essa condição de liberdade é primordial para o desenvolvimento do capitalismo, seja para analisar o desenvolvimento de modos de produção, como em Marx, seja para analisar as relações de poder, como em Foucault: o triunfo da nova sociedade burguesa é o aparecimento de jogos de forças praticados sobre sujeitos livres e somente na medida em que são livres. Deste tipo de liberdade, constituída e constituinte do capitalismo, emerge um tipo de *governamentalidade* praticada pelos Estados atuais. Esse fenômeno particularmente astucioso, observa Foucault (1996), é uma opção para se analisar como atualmente o Estado não é mais essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade e em que o território que ela ocupa é

apenas um componente. Este tipo de governo, que tem essencialmente como alvo a população, utiliza a instrumentação do saber econômico, mas basicamente configura uma sociedade controlada por dispositivos de segurança. No interior dessa sociedade o sujeito não está apenas assujeitado ao jogo de forças dos aparatos do social, mas age como autor e sujeito de sua própria conduta. Essa liberdade ambivalente do indivíduo, nem autônoma nem heterônoma absolutamente, é necessária para que o modo de governar indivíduos, grupos, almas, comunidades, famílias, docentes, etc. seja estruturado a partir do campo possível de ação dos outros. Este tipo de governo é a constituição de um campo estratégico, estruturado não apenas nas formas legitimamente constituídas de sujeição política ou econômica, mas também nos modos de ação, mais ou menos considerados e calculados, destinados a operar sob as possibilidades de ação das pessoas. Essa tendência que o Ocidente conduziu incessantemente, observa Hobsbawm (2002b), é baseada na participação das pessoas comuns no processo político através da lealdade e subordinação voluntárias dos cidadãos ao seu governo. A lealdade ao Estado e à Nação é a identificação com a coletividade, é estar pronto para o ato supremo de abdicar de sua liberdade e até de sua vida a favor do *bem comum*.

Essas pessoas comuns animam um mecanismo de *governo* que se materializa apenas com a existência de um grande número de pessoas vivendo em comum. É necessário entender esse processo quando se trata de entender as relações estabelecidas na colonização do Norte do Paraná, porque o movimento que faz aparecer essa *população*, essa sociedade como um campo próprio, foi em grande medida balizado pelos interesses da companhia colonizadora inglesa (e não só no processo inicial de exploração relacionado à venda de terras, mas também em uma época em que a região caminhava para a atual configuração econômica e social). Pionerismo, neste caso, não é o dos navegantes à época do descobrimento. A civilização que se formou na região pioneira foi a do capital, com sua forma específica de interesses e saberes/poderes. Nem por isso reproduziu aquelas ocorridas em outros países capitalistas: as diferentes culturas dos pioneiros dessa região promoveram uma animação específica a esse peculiar processo de ocupação. Além disso, esses três movimentos – governo, população e economia política – constituído a partir do século XVIII, afirma Foucault (1996), constituem um conjunto importante por que ainda não foi desmembrado.

SOBRE AS GRANDES ECONOMIAS DE PODER NO OCIDENTE: ANTECEDENTES

De maneira global as grandes economias de poder no Ocidente podem ser caracterizadas, segundo Foucault (1996), a partir das formas:

em primeiro lugar, o Estado de Justiça, nascido em uma territorialidade do tipo feudal e que corresponderia *grosso modo* a uma sociedade da lei; em segundo lugar, o Estado administrativo, nascido em uma territorialidade de tipo fronteiriço nos séculos XV-XVI e que corresponderia a uma sociedade de regulamento e de disciplina; finalmente um Estado de governo que não é mais definido essencialmente por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade, e em que o território que ela ocupa é apenas um componente. (Ibid., p.292-293, *grifo* do autor).

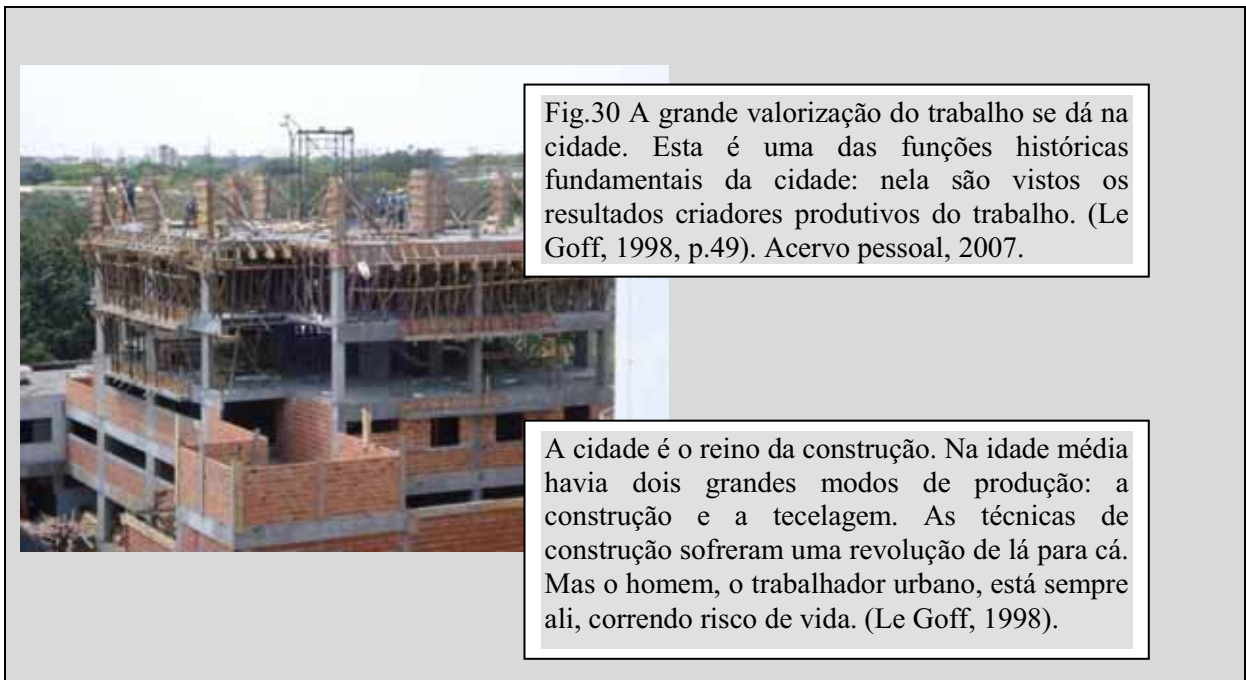
Para se entender a primeira dessas formas na Inglaterra é preciso destacar que na última parte do século XIV as áreas de servidão neste país já haviam praticamente desaparecido. A grande maioria da população consistia naquela época, segundo Marx (1985)³, e mais ainda no século XV, de camponeses livres, economicamente autônomos. Eram pequenos proprietários fundiários que cultivavam suas próprias terras com as próprias mãos e usufruíam modesto bem estar. Havia também trabalhadores assalariados: uma parte era de camponeses que aproveitavam o tempo livre trabalhando para grandes proprietários e a outra parte, pouco numerosa, de trabalhadores assalariados propriamente ditos (os quais eram camponeses economicamente autônomos porque recebiam além do salário um terreno arável e, junto com os demais camponeses, usufruíam das terras comunais). Tais condições, com o florescimento simultâneo das cidades, característico do século XV, permitiam uma riqueza para o povo, mas elas excluía a riqueza de capital. Para o interesse deste trabalho de pesquisa, é importante notar que essas condições típicas de produção da Inglaterra desse período, produzem uma massa de homens numa escala superior ao modo feudal. Quando há a expropriação de suas terras, cria-se um numeroso contingente de *homens livres como pássaros* (MARX, 1985) que se deslocam por todo o território e podem ser utilizados para produzir sob a relação de salários, tanto no campo, quanto na nascente manufatura.

Esse desenvolvimento urbano, segundo Le Goff (1998), a partir principalmente do século XI, acontece em razão de núcleos que dispunham de um poder de dominação, mas não apenas poder econômico e, sim, um poder geral sobre todas as pessoas, os camponeses e os

³ A utilização ocasional de referências de Marx, em um trabalho no qual um dos grandes referenciais teóricos é a obra de Foucault, é justificada pelo próprio Foucault quando afirma: “é impossível fazer história atualmente sem utilizar uma seqüência infundável de conceitos ligados direta ou indiretamente ao pensamento de Marx e sem se colocar num horizonte descrito e definido por Marx. Em última análise poder-se-ia perguntar que diferença poderia haver entre ser historiador e ser marxista”. (Id., 1996, p.142-143). Portanto, não se trata de confundir perspectivas: posteriormente, neste mesmo capítulo, aparecerão as diferentes demarcações de Foucault e Marx quanto à análise das relações capitalistas.

artesãos que viviam ao redor. Esses núcleos, concentrados em um pequeno espaço, eram um lugar de produção e de trocas em que se mesclavam o artesanato e o comércio, alimentados por uma economia monetária. Em consequência disso, a cidade possibilitou o aparecimento, a partir do século XIV, daqueles que se tornaram especialistas em câmbio e empréstimos e seriam chamados de banqueiros.

No último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI, observa Marx (1985), aconteceu a dissolução dos séquitos feudais, com a expulsão violenta do campesinato da base fundiária. A mudança desse estado de coisas, para Mousnier (1995), deu-se em decorrência do crescimento das cidades e do apelo ao campo quanto à necessidade de gêneros e matérias-primas.



Isso provocou um distúrbio nas explorações camponesas, mesmo nas regiões afastadas e de difícil circulação. Os senhores despediram os foreiros e constituíram grandes unidades de exploração nova ou arrendaram “a meia” (das quais viviam grande parte dos *yeomen* (camponeses livres). Essas terras, muito maiores do que as antigas, não eram mais cultivadas a mão, mas por parcerias de bois. A fazenda “a meia” apresentava melhores rendimentos e empregava muito menos pessoal. Grande parte das terras cultiváveis foi transformada em pastagens de ovelhas, até a própria paisagem foi modificada pelos grandes cercados.

Além disso, ao final do século XV até meados do século XVI, foram constituídos em suas linhas gerais os novos espaços oceânicos abertos ao grande comércio, os novos

mercados, os novos escoadouros. A lã de carneiro era vendida para a fabricação de tecidos exportados para o estrangeiro. Assim, a vida das fazendas dependia, em parte, da procura das aldeias e em parte do comércio internacional. Conseqüência desta movimentação, a liquidação do cultivo comunal da Idade Média, foi um grande contingente de pessoas serem arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários *livres*. Surge assim, observa Le Goff (1998), um novo tipo de população urbana que são os marginais, para os quais é extremamente frágil o limite entre pobreza, miséria e crime, mais ainda para as mulheres, que se debatem entre a miséria e a prostituição.

Assim, segundo Foucault (1996), o problema do governo aparece no século XVI sob múltiplos aspectos: problema do governo de si mesmo, reatualizado pelo retorno do estoicismo⁴; problema das almas e das condutas, tema pastoral católico e protestante; problema do governo das crianças; enfim, problema do governo dos Estados por príncipes. A legislação é usada para contornar os problemas de tal revolução, o pauperismo⁵ é reconhecido oficialmente mediante a introdução do imposto para os pobres.

Além disso, a Reforma, no século XVI, deu à economia inglesa um impulso decisivo, pondo em circulação os bens da Igreja Católica, proprietária feudal de grande parte da base fundiária inglesa. Simultaneamente à supressão dos conventos lançou seus membros na proletarização, bem como os súditos hereditários das áreas pertencentes à Igreja e os camponeses empobrecidos, que participavam dos dízimos da Igreja. Desta forma há o aumento da transferência de mão de obra para as cidades e as indústrias.

Desenhavam-se assim as possibilidades para o Estado administrativo e para o desenvolvimento das atividades capitalistas. Como será visto a seguir, seguiu-se ao roubo dos bens da Igreja, como bem sintetizou Marx (1985), a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, o que possibilitou a acumulação de capital e de homens livres que viabilizaria as modernas relações capitalistas.

⁴ Era admiravelmente importante para o poder e manutenção do reino ter arrendamentos de áreas suficientes para sustentar homens capazes sem penúria e assegurar que grande parte do solo do reino ficasse na posse da *yeomanry* ou de pessoas em condições médias entre os nobres e os caseiros (*cottagers*) e servos camponeses [...] Pois é a opinião geral dos mais competentes conhecedores da guerra [...] que a força principal de um exército consiste na infantaria ou nos combatentes a pé. Mas para constituir uma boa infantaria, necessita-se de pessoas que se criaram não de modo servil ou na indigência, mas em liberdade e com certo bem-estar. (BACON, 1870, p.308. In: MARX, 1985, p.266).

⁵ O pauperismo, resultado da abolição da propriedade do lavrador sobre a base fundiária, foi reconhecido oficialmente através da *Lei dos Pobres*, instituída pela rainha Elisabeth no século XVI.

Com o passar do tempo, alguns senhores, negligentes ou pouco hábeis, empobrecidos pelo luxo crescente que usufruíam e pela alta de preços, viram-se forçados a vender suas terras. Os comerciantes adquiriram-lhes os feudos, observa Mousnier (1995), passando a possuir grandes casas, a ligar-se aos humanistas e a viver como nobres. Desta forma, e também porque exerciam funções públicas, as famílias burguesas ascenderam à nobreza, dando origem à linhagem de gentis-homens, de figuras eclesiásticas ou militares, por vezes de grandes dignitários reais. Mas os nobres de *sangue* não os reconheciam como homens de qualidade. Na parte mais baixa da escala social, formou-se um proletariado condenado a viver do trabalho braçal quotidiano, artesãos livres, operários de empresas capitalistas. No campo, os rendeiros, pequenos capitalistas de espírito burguês, constituíam uma classe superior de trabalhadores, mas por não disporem de capital enfrentaram dificuldades e insuflaram muitas revoltas camponesas. Inicia-se, assim, a problemática geral do governo em geral:

Todos estes problemas, com a intensidade e multiplicidade tão características do século XVI, se situam na convergência de dois processos: processo que, superando a estrutura feudal, começa a instaurar os grandes Estados territoriais, administrativos, coloniais; processo inteiramente diverso, mas que se relaciona com o primeiro que, com a Reforma e em seguida a Contra-Reforma, questiona o modo como se quer ser espiritualmente dirigido para alcançar a salvação. Por um lado, movimento de concentração estatal, por outro de dispersão e dissidência religiosa: é no encontro destes dois movimentos que se coloca, com intensidade particular no século XVI, o problema de como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método, etc. (FOUCAULT, 1996, p.278).

Entre o período feudal e o burguês, em todos os países europeus, sempre existiu o período do absolutismo, observa Mousnier (1995), mas na Inglaterra esse período foi relativamente curto. A monarquia absoluta era o regime em que o rei, encarnando o ideal nacional, possuía, além disso, de direito e de fato, os atributos da soberania: poder de decretar leis, de fazer justiça, de arrecadar impostos, de manter um exército permanente, de nomear funcionários, de julgar os atentados contra o bem público e, em especial, a autoridade real por meio de jurisdições de exceção emanadas do seu poder de justiceiro supremo. Esses monarcas foram responsáveis por uma legislação sanguinária contra aqueles que, expulsos do campo e não absorvidos pela manufatura nascente ou que não se enquadraram na disciplina da nova condição, foram considerados vagabundos. O poder era, antes de tudo, neste tipo de sociedade, observa Foucault (1988), não só direito de apreensão das coisas, do tempo e dos corpos, mas também da vida para suprimi-la. Surgiu em toda a Europa ocidental, ao final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação cruel contra a vagabundagem. A

legislação, segundo Marx (1985), os tratava como criminosos “voluntários” e supunha que dependia de boa vontade seguir trabalhando em condições totalmente adversas e diferentes daquelas às quais estavam habituados.

A conquista das Índias Orientais, o monopólio exclusivo do comércio de chá assim como do comércio chinês em geral e do transporte de mercadorias para a Europa marcaram a aurora da era do sistema capitalista na Inglaterra. O sistema colonial desempenhava então o papel preponderante nas relações capitalistas do período manufatureiro. Ele foi responsável pela supremacia comercial, pois as colônias asseguravam mercado de escoamento para as manufaturas em expansão, além da acumulação de capital a partir da pilhagem e escravização. O mercantilismo era um *estatismo* econômico na Europa. Apenas o Estado estava habilitado a regulamentar e a estimular a economia como lhe convinha. A monarquia absoluta, observa Hobsbawm (2003), usava todos os recursos disponíveis para fortalecer sua autoridade, aumentar a renda tributária dentro de suas fronteiras e seu poderio fora delas. Mas este regime nunca desejou, e nunca foi capaz de atingir, a total transformação econômica e social que exigiam o processo de economia e os grupos sociais ascendentes. Embora o desenvolvimento comercial parecesse necessitar de maior intervenção estatal, o surto de um importante capitalismo comercial e industrial inspirava aos negociantes o ódio aos regulamentos e aos monopólios, o gosto pela liberdade, a idéia que o comércio não devia ser regulado a não ser por uma legislação geral e que se tratava de um assunto do Parlamento.

O período do absolutismo inglês teve seu apogeu ao final do século XVI, quando a criação de novas indústrias utilizáveis na guerra foi estimulada. Porém, a partir dessa época, o número e a prosperidade dos grandes comerciantes e dos grandes industriais, proprietários de indústrias concentradas, aumentou muito. Esse grupo tinha consciência da sua força e necessitava de liberdade em suas ações econômicas, por isso eram hostis à regulamentação e ao absolutismo que a impunha. Para eles o rei já não encarnava o ideal nacional, uma vez que uma nova mecânica do poder, com procedimentos bem particulares, estava sendo gerada e era incompatível com o poder absoluto. Segundo Foucault (2000c), essa nova mecânica de poder incidia mais sobre os corpos e sobre o que fazem, mais do que sobre a terra e sobre seu produto; buscava-se um mecanismo de poder que permitisse extrair dos corpos tempo e trabalho, que se exercesse continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e obrigações que se reproduzem assentadas na tradição de fundo religioso, como as do mercantilismo. Um tipo de poder que pressupõe muito mais uma trama cerrada de coerções materiais do que a existência física de um soberano, e define uma nova economia de poder cujo princípio é que se deve ao mesmo tempo fazer que cresçam as forças

sujeitadas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita. Era necessário que pessoas expulsas do campo, ao alimentarem o sistema de trabalho assalariado também possibilitassem a criação de um mercado interno, reconhecessem as relações de produção como leis naturais evidentes. Além disso, observa Mousnier (1995), o mercantilismo, destinado a remediar as crises econômicas, sociais e políticas que sofria o Estado, levava este a guerras que intensificavam estas crises. As guerras longas com mortes, destruições, forças e tempo utilizados na produção de bens como a pólvora, projéteis e armas, afastavam o dinheiro estatal de suas funções econômicas voltadas para outros ramos da produção.

Se a decolagem econômica do Ocidente começou com os processos que permitiram a acumulação do capital, pode-se dizer, talvez, que os métodos para gerir a acumulação dos homens permitiram uma decolagem política em relação a formas de poder tradicionais, rituais, dispendiosas, violentas e que, logo caídas em desuso, foram substituídas por uma tecnologia minuciosa e calculada de sujeição. Na verdade os dois processos, acumulação de homens e acumulação de capital não podem ser separados; não seria possível resolver o problema da acumulação de homens sem o crescimento de um aparelho de produção capaz ao mesmo tempo de mantê-los e utilizá-los; inversamente, as técnicas que tornam útil a multiplicidade cumulativa de homens aceleram o movimento de acumulação de capital. A um nível menos geral, as mutações tecnológicas do aparelho de produção, a divisão do trabalho, e a elaboração das maneiras de proceder disciplinares mantiveram um conjunto de relações muito próximas. (FOUCAULT, 2000e, p.182).

Ao final do século XVII, graças às revoluções inglesas e por meio de novas instituições públicas, o individualismo econômico e social triunfa progressivamente. Mas este desenvolvimento provocou um longo conflito comercial com a França. A luta econômica contra a França e a luta por uma religião mais adaptada ao espírito capitalista, observa Mousnier (1995), provocaram a Revolução de 1688. Este golpe de Estado, denominado pela historiografia burguesa da Inglaterra de *Glorious Revolution* (Revolução Gloriosa) consolidou, segundo Marx (1985), a monarquia constitucional na Inglaterra, que se baseava num compromisso entre os nobres proprietários fundiários e a burguesia. Desta forma, o lucro privado e o desenvolvimento econômico foram aceitos como os supremos objetivos da política governamental. O progresso do século XVIII se deu através da usurpação dos bens do Estado e da lei *Bills for Inclosures of Commons* (leis para o cercamento da terra comunal) que permitiu aos proprietários fundiários tomar posse da propriedade comunal. Este furto da propriedade comunal ajudou a inchar os grandes arrendamentos que foram denominados de arrendamentos de capital, ou arrendamentos de mercador e liberar o povo rural como proletariado para a indústria.

Segundo David Buchanan⁶ os proprietários fundiários ofereciam:

[...] a terra ao melhor ofertante, e se este é um inovador (*improver*), introduzirá imediatamente um novo sistema de cultura. O solo, antes coberto de pequenos camponeses, estava povoado em proporção a seu produto; sob o novo sistema de cultura melhorada e rendas multiplicadas, obtém-se a maior produção possível ao menor custo possível, e para esse fim os braços tornados inúteis são afastados. [...] Os expulsos de suas terras buscam sua subsistência nas cidades fabris etc. (Id, 1814, p.144, in MARX, 1985, p.272).

Em 1694 foi fundado o Banco da Inglaterra, mas na verdade era uma sociedade de especuladores privados, que estando ao lado do governo e, graças aos privilégios recebidos, estava em condições de emprestar dinheiro ao Erário. Por intermédio do Banco, aponta Mousnier (1995), a influência dos capitalistas ingleses exercia-se até no Gabinete Ministerial. Surge a figura da dívida pública que foi um dos fatores de grande influência na acumulação do capital.

Desta forma, a arte de governar encontra ao final do século XVI e início do século XVII, pontua Foucault (1996), uma primeira forma de cristalização, ao se organizar em torno do tema de uma razão de Estado. O Estado se governa segundo as regras racionais que lhe são próprias. A arte de governo já não se funda em regras transcendentais, em modelo cosmológico ou em ideal filosófico-moral.

Mas para que o novo mecanismo de poder, que prescindia do monarca absolutista, funcionasse, foi necessário o trabalho de um sistema de direito explícito, que é o da soberania, dos direitos soberanos do indivíduo e o trabalho silencioso das disciplinas, observa Foucault (2000c). Por sua vez as disciplinas têm um discurso próprio, que não é o discurso jurídico e, sim, o da regra; não o da regra jurídica derivada da soberania, dos direitos do sujeito, mas o da regra natural, não mais religiosa, isto é, da norma. Essa normalização ocorrerá em um horizonte teórico diferente do edifício do direito: no campo das ciências humanas. Ela foi possível, no entanto, pela justaposição de dois discursos absolutamente heterogêneos: de um lado, a organização do direito em torno da soberania, que remete para o sujeito de direitos, do outro, a mecânica das coerções exercidas pelas disciplinas, que remete para o sujeito de natureza. Ao final do século XVII havia todas as condições para que um mecanismo desses fosse instalado, face novas necessidades criadas. A economia continuava a ser principalmente agrícola, o capitalismo comercial em uma enorme parte da Europa transformava lentamente a agricultura. Apenas algumas áreas, a Inglaterra foi a principal delas, levaram o capitalismo

⁶ David Buchanan foi comentarista de A. Smith, segundo nota de rodapé número 217 em MARX (1985, p.272).

agrário mais adiante, rumo a uma agricultura puramente capitalista e, portanto, segundo Mousnier (1995), a população tendia sempre a ultrapassar os meios de subsistência. A fome era endêmica porque a técnica agrícola não permitia produzir o suficiente. Assim, em sua maioria, os habitantes eram mal alimentados, tinham saúde medíocre e vida curta. A manufatura nascente não absorvia os trabalhadores rurais com a mesma velocidade com que foram expulsos pela dissolução dos séqüitos feudais. Crianças eram escravizadas nas manufaturas; o poder se exercia pelo confisco, pela extorsão de produtos, de bens, de serviços, de trabalho e do sangue das pessoas nas colônias. A transformação social no setor agrícola foi responsável por muito sofrimento humano, observa Hobsbawm (2003). A *Lei dos Pobres*, instituída pela rainha Elisabeth (Elizabete Primeira, filha do Henrique VIII) foi reformulada durante e depois da fome de 1795 e reeditada em 1834, quando recebeu, na realidade, sua forma mais dura⁷. Este sistema que deveria garantir um salário de subsistência através de subsídios, quando necessário, criou condições para uma pobreza ainda maior porque possibilitou os salários caírem abaixo do mínimo, além de dar elementos para justificar o novo patamar de salários.

A partir do século XVII, situa Foucault (1988), o Ocidente conheceu uma profunda transformação nos mecanismos de poder: o poder passou a se situar e ser exercido ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços da população. A função mais elevada do poder passou a ser investir sobre a vida, de cima para baixo.

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; [...] Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos. [...] O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser

⁷ A Igreja Anglicana, criada na Inglaterra por Henrique VIII, pai da rainha Elizabeth, mesclava características católicas e calvinistas. A rainha Elizabeth, em seu governo absolutista, soube manipular essa Igreja, em seu conteúdo calvinista, a favor de seus interesses. A Lei dos Pobres obrigava as paróquias complementar, sob a forma de esmolas, o salário nominal do trabalhador até a soma nominal necessária à mera vida vegetativa. Em nota de rodapé na página 267, Marx (1985) nos dá uma idéia do “espírito” protestante: no sul da Inglaterra, vários proprietários fundiários e arrendatários abastados submeteram a um jurista famoso daquele tempo, dez perguntas sobre a interpretação correta da Lei dos Pobres. Parte da nona pergunta: “alguns dos ricos arrendatários da paróquia imaginaram um plano inteligente, pelo qual podem ser afastadas todas as confusões na aplicação da lei. Eles propõem a construção de uma prisão na paróquia. A todo pobre que não se deixar encarcerar nessa prisão, deverá ser negado o auxílio. Deverá então ser anunciado à vizinhança que, se qualquer pessoa estiver disposta a arrendar os pobres desta paróquia, deverá apresentar propostas lacradas, em determinado dia, dando o preço mais baixo pelo qual ela nos desejaria tomá-los. [...] Caso um ou outro pobre morra sob a tutela do contratante, o pecado será dele, pois a paróquia teria cumprido seus deveres para com os mais pobres.” (Ibid., p.267)

vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma bio-política da população*. (Ibid., p.131, grifos do autor)

Mas esse mecanismo de poder só foi considerado necessário quando as condições adequadas para uma revolução industrial estiveram presentes. Isso aconteceu precocemente na Inglaterra (em relação aos demais países europeus). Ao final do século XVIII, segundo Hobsbawm (2003), as atividades agrícolas na Inglaterra já estavam predominantemente dirigidas para o mercado e estavam preparadas para levar a termo suas três funções fundamentais: aumentar a população não agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e excedente número de recrutas em potencial para as cidades e as indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia. A política já estava engatada no lucro e com isso não só as relações de produção estavam sendo articuladas, mas também a distribuição das mercadorias, através de melhores estradas e vias navegáveis, bem como de uma frota mercante com facilidades portuárias. Porém a constituição destas bases sociais não era suficiente para uma revolução industrial. Eram necessárias mais duas condições: primeira, uma forma de concorrência que oferecesse recompensas excepcionais para o fabricante que pudesse expandir sua produção rapidamente ao menor custo possível e, segunda, um mercado mundial amplamente monopolizado por uma nação produtora.

Para que a primeira dessas condições fosse atendida era necessário que a produção de mercadorias acontecesse em quantidades tão grandes e a um custo tão rapidamente decrescente a ponto de não depender da demanda existente, mas de criar o seu próprio mercado. Para tanto, inovações simples e baratas, que se pagavam quase imediatamente em termos de produção, foram fundamentais. A máquina de fiar, o tear movido a vapor, a fiandeira automática e, um pouco mais tarde, o tear a motor são exemplos de inventos que revolucionaram a indústria que utilizava algodão. Além disso, o outro fator essencial foi a exploração da mão-de-obra. Mas não mais na forma anterior, em que trabalhadores eram explorados até a morte. A morte passou a ser considerada como perda, a *vida* entrou na história.

Por isso um dos fenômenos indispensáveis ao desenvolvimento do capitalismo, segundo Foucault (1988), foi o investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças. O poder encarregou-se da *vida* através de uma série de tecnologias políticas, resultado de saberes sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar,

as condições de vida, todo o espaço da existência. A *vida*, muito mais do que o direito, tornou-se o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito. No entanto, a razão porque a questão da *vida* foi colocada deve ser buscada em sua dupla relação com a história: nesta duplicidade, que, por um lado, a situa “fora da história” com suas mediações biológicas e, ao mesmo tempo, dentro da historicidade humana, infiltrada por suas técnicas de saber e poder. Estas técnicas de poder investem no “direito” à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades que por sua vez remetem às condições necessárias pelas quais o corpo ganha valor mercantil ao ser utilizado como força de trabalho e, simultaneamente, mantém o trabalhador num grau de dependência do salário que acena o acesso a elas. No entanto, não foi esse o primeiro objetivo dessas técnicas de poder: para que o proletariado fosse dotado de um corpo são, para que sua saúde e necessidades constituíssem problema para a burguesia, foram necessários conflitos (principalmente com relação ao espaço urbano: coabitação, proximidade, contaminação, epidemias, como a cólera em 1832 ou, ainda, a prostituição e as doenças venéreas) e urgências econômicas (desenvolvimento da indústria pesada, com a necessidade de uma mão-de-obra estável e competente). A valorização do corpo esteve anteriormente ligada ao processo de crescimento e de estabelecimento da hegemonia burguesa e só posteriormente essas técnicas foram aplicadas ao proletariado. Para o autor, uma das formas primordiais da consciência de classe, pelo menos no caso da burguesia no decorrer do século XVIII, foi a afirmação do corpo. A burguesia converteu o *sangue azul* dos nobres em um organismo são:

Testemunhos disto são as obras publicadas em número tão grande, no fim do século XVIII, sobre a higiene do corpo, a arte da longevidade, os métodos para ter filhos de boa saúde e para mantê-los em vida durante o maior tempo possível, os processos para melhorar a descendência humana; eles atestam, portanto, a correlação entre essa preocupação com o corpo e o sexo e um certo “racismo”. Mas este é bem diferente do manifestado pela nobreza, ordenado em função de fins essencialmente conservadores. Trata-se de um racismo dinâmico, de um racismo da expansão, embora só encontrado ainda em estado embrionário e tendo tido que esperar até a segunda metade do século XIX para dar os frutos que acabamos provando. [...] As condições de vida impostas ao proletariado, sobretudo na primeira metade do século XIX, mostram que se estava longe de tomar em consideração o seu corpo e o seu sexo: pouco importa se essa gente vivesse ou morresse, de qualquer forma se reproduziria sozinha. (FOUCAULT, p.118-119)

A escola, a política habitacional, a higiene pública, as instituições de assistência e previdência e medicalização geral das populações passaram a constituir parte de um aparelho administrativo e técnico e instauraram uma tecnologia de controle que permitiu manter sob vigilância o corpo e a sexualidade da classe explorada. Todo este mecanismo, em dado

momento, numa conjuntura precisa, e mediante certo número de transformações, tornaram-se economicamente lucrativos e politicamente úteis. A família como modelo de governo vai desaparecer. Em compensação, o que se constituiu nesse momento é a família como elemento no interior da população e como instrumento fundamental de controle. A partir da metade do século XVIII, observa Foucault (1996), a família aparece em uma dimensão instrumental em relação à população, como demonstram as campanhas contra a mortalidade, as relativas ao casamento, de vacinação etc. Campanhas através das quais se age diretamente sobre a população e técnicas que agem diretamente sobre ela, as quais permitem aumentar, sem que as pessoas se dêem conta, a taxa de natalidade ou dirigir os fluxos de população:

A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo do que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. [...] Apreendendo a rede de relações contínuas e múltiplas entre a população, o território, a riqueza, etc., se constituirá uma ciência, que se chamará economia política, e ao mesmo tempo um tipo de intervenção característico de governo: a intervenção no campo da economia e da população. (Ibid., p. 289-290)

Uma vez que a arte do governo tornou-se ciência, a economia política, o problema da soberania não foi de modo nenhum eliminado, ao contrário ele torna-se mais agudo do que antes. Assim, procurou-se encontrar qual forma jurídica, institucional, qual fundamento do direito se poderia dar à soberania que caracteriza um Estado. Este movimento permitiu o Estado sobreviver quando possibilitou táticas de governo que podem definir, a cada instante, o que deve ou não competir ao Estado, o que é público e o que é privado, o que é ou não estatal etc.

Por todas essas particularidades, para Hobsbawm (2003), o período que precedeu a revolução industrial foi mais de transformação social do que tecnológica. A burguesia, pontua Marx (1985), emprega a força do Estado para fazer surgir uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais e evidentes. Mas, na gênese histórica da produção capitalista, observa, a burguesia nascente empregou o Estado para “regular” o salário e para prolongar a jornada de trabalho. Por isso, ressalva Foucault (1996), a arte de governar só pode se desenvolver, ser pensada e multiplicar suas dimensões em períodos de expansão, e não em momentos de grandes crises militares, políticas e econômicas.

O ALGODÃO E A EXPANSÃO COLONIAL

Ao final do século XVIII, início do XIX, a Inglaterra, segundo Hobsbawm (2003), possuía uma economia forte e um Estado suficientemente agressivo para conquistar o mercado de seus competidores. Os britânicos virtualmente eliminaram do mundo não-europeu todos os rivais, exceto até certo ponto os jovens Estados Unidos da América. Além disso, possuía uma indústria ajustada à revolução industrial pioneira sob condições capitalistas e uma conjuntura econômica que permitia que se lançasse à indústria algodoeira e à expansão colonial.

No entanto, apesar de toda a agressividade britânica no setor algodoeiro, depois de 1815, observa Hobsbawm (2003), aconteceu uma redução na margem de lucros. Em primeiro lugar porque a revolução industrial e a competição provocaram uma queda dramática e constante no preço dos artigos acabados, mas não em vários custos de produção. Em segundo lugar, depois de 1815, a situação geral dos preços era de deflação, ou seja, os lucros, longe de um impulso extra, sofriam um leve retrocesso. Houve uma redução nos salários, mas havia um limite fisiológico nestas reduções. Caso contrário, os trabalhadores morreriam de fome, como de fato aconteceu com quinhentos mil tecelões manuais. Em tempos de crise da acumulação de capital a *vida* de alguns não é prioridade. Mas não apenas a *vida* do trabalhador individual estava em jogo: surgiu então a figura da *centralização de capitais*. Neste processo, cada capitalista “mata” muitos outros. Paralelamente a ele, observa Marx (1985), desenvolve-se a forma de cooperativa do processo de trabalho em escala sempre crescente, a aplicação técnica da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalhos utilizáveis apenas coletivamente, a economia de todos os meios de produção mediante uso como meios de produção de um trabalho social combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. Assim, essa crise criou uma enorme pressão para que a indústria se mecanizasse, isto é, baixasse os custos através da redução do emprego de mão de obra e, simultaneamente, se voltasse para uma perspectiva mundial para seus negócios. A acumulação de capital passa ser simultaneamente acompanhada por sua concentração e centralização.

O advento da grande indústria, essa forma superior do trabalho social combinado, deu à acumulação dos corpos são uma eficácia de produção num grau exponencialmente mais

elevado do que qualquer modo de produção anterior. Em relação à formação da força de trabalho com habilidades para participar das nascentes formas de divisão técnica do trabalho necessárias a grande indústria, tem-se a constituição de uma escola que, lentamente, vai se tornando obrigatória para a maioria da população. O conhecimento das bases mínimas de escrita, leitura e cálculo passa a ser necessário para uma grande massa de trabalhadores que possam inserir-se na produção industrial. A educação escolar das séries iniciais, que além do aprendizado da disciplina e obediência, passa a incluir um mínimo de saber técnico, vai ao longo do tempo sendo inserida nas leis dos países pelo mundo todo como educação obrigatória. Na Inglaterra, em 1864, a Lei Fabril instituiu como obrigatória a instrução escolar para crianças trabalhadoras.

O principal público investidor, constituído de classes médias que não tinham o mesmo gosto por extravagâncias e luxos das sociedades aristocráticas e feudais, necessitava de novos investimentos lucrativos. Além de economizarem, as classes médias eram virtualmente livres de impostos, por isso, observa Hobsbawm (2003), as primeiras duas gerações da revolução industrial acumularam renda tão rapidamente e em tão grandes quantidades que excediam todas as possibilidades disponíveis de gasto e investimento. Essa acumulação aconteceu em meio a um populacho faminto, cuja fome era o reverso daquela acumulação (Ibid., p.75). As indústrias existentes tinham se tornado demasiadamente baratas para absorver mais do que uma fração do excedente disponível para investimento. O investimento estrangeiro foi uma possibilidade óbvia. Velhos governos, desgastados pela guerra, e novos governos desejavam o crédito disponibilizado pelos investidores ingleses. No entanto, o retorno do capital investido no exterior nos *booms* especulativos de 1825 e 1835-7 foi decepcionante porque muitos governos não pagavam de acordo com o que fora estabelecido por ocasião dos empréstimos.

Então os investidores passaram a desejar soluções domésticas, que estariam mais sujeitas ao controle. Em uma feliz conjuntura, constata Hobsbawm (2003), as indústrias de bens de capital estimularam a construção de ferrovias. A mineralogia, por exemplo, necessitava não só de máquinas a vapor em grande quantidade e de grande potência, mas também de meios de transporte eficientes para a extração (no interior das minas) e distribuição da produção. Desta forma, o capital encontrou as ferrovias, que não podiam ser construídas tão rapidamente e em tão grande escala, sem grandes investimentos. A primeira das modernas ferrovias foi a ligação entre o campo de carvão de Durham e o litoral (StocktonDarlington, 1825). Mal tinham as ferrovias provado ser tecnicamente viáveis e lucrativas na Inglaterra (por volta de 1825-30), já existiam planos para a construção ferrovias

em outros países. Como a instalação de ferrovias necessitava de imensa quantidade de ferro e aço, maquinaria pesada, mão de obra e investimento de capital, essa era a demanda necessária às indústrias de bens-de-capital para se transformarem tão profundamente quanto a indústria algodoeira. Desta forma os investidores aplicavam seu dinheiro em certas empresas que beneficiavam a industrialização e, assim, construiu-se a primeira economia industrial de vulto. Marx (1985) sintetiza bem a mudança de perspectiva que sofreu o sistema comercial quando as relações capitalistas do período manufatureiro são encaminhadas para um período industrial naqueles que, sobre essa base, vão se tornar países imperialistas:

Hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, é, ao contrário, a supremacia comercial que dá o predomínio industrial. Daí o papel preponderante que o sistema comercial desempenhava então. Era o “deus estranho” que se colocava sobre o altar ao lado dos velhos ídolos da Europa e que, um belo dia, com um empurrão e um chute, jogou-os todos por terra. (Ibid., p.288)

O CAFÉ, A ESTRADA DE FERRO, BARÃO DE MAUÁ: ANTECEDENTES NACIONAIS

Este é o modelo do capitalismo nos países ditos centrais do sistema capitalista. Em termos gerais, a Inglaterra forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo modelo econômico que rompeu com as estruturas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França quem desenvolveu a política liberal e radical-democrática que acompanharia o modelo, observa Hobsbawm (2003). A junção desses dois “modelos”, própria de países imperialistas como se tornou a Inglaterra em torno da segunda metade do século XIX, criou diferentes perspectivas econômicas para sociedades não européias, inclusive a sociedade brasileira, mas quase sempre utópicas. O que realmente norteou as relações capitalistas nos países periféricos como o Brasil foi a terrível constatação de Marx (1985, p.102): “[...] a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”. As relações capitalistas que direcionaram a colonização e o processo de ocupação da região Noroeste do Paraná são exemplos disso.

No âmbito nacional, observa Carrion (2000), a maioria dos historiadores econômicos considera que os primeiros passos da industrialização brasileira só se deram entre 1885 e 1895, seguidos da expansão industrial do início do século XX. No entanto, no Brasil, a idéia

de construir uma estrada de ferro (parte do “modelo” inglês) surgiu em 1835, cerca de uma década após a comprovação da viabilidade das ferrovias como meio de transporte ter sido comprovada na Inglaterra, por iniciativa do Governo Imperial brasileiro. O Governo concedia, entre outros benefícios, o privilégio de exploração por 40 anos à companhia que se propusesse a construir uma ferrovia ligando o Rio de Janeiro a Minas Gerais e ao Rio Grande do Sul. Apesar disso, o empreendimento não se concretizou. A primeira ferrovia do Brasil foi inaugurada somente em 1854, quando, por iniciativa do Barão de Mauá (Irineu Evangelista de Souza), foi criada a Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, que, com uma extensão de 14 km, ligava a Corte à Vila de Frago, localizada ao pé das serras fluminenses. A partir desta ferrovia, multiplicaram-se as iniciativas para a construção de novas estradas de ferro no país – com capitais nacionais ou ingleses – mas sempre com a participação de Mauá. Não foi por acaso que o Barão de Mauá foi o fundador desta companhia de estrada de ferro: seu envolvimento com uma firma inglesa a partir do ano de 1828 proporcionou-lhe aproximação com a mentalidade e os hábitos ingleses e a compreensão do valor do crédito para negócios mais amplos, bem como a possibilidade de associação com capitais ingleses. A biografia deste empresário mostra como se originou o primeiro surto industrial, anterior ao período preconizado pelos historiadores nacionais, em pleno regime escravista, sem a existência de uma numerosa força de trabalho livre, algo, por isso mesmo, singular e inédito.

A política colonial de Portugal sempre criou obstáculos para a industrialização do Brasil, observa Carrion (2000). A proibição de manufaturas têxteis na Colônia estendeu-se até 1808. Além disso, a proteção alfandegária à Inglaterra até 1828 e, posteriormente, a abertura da importação a todos os países, tornou o mercado brasileiro refém das manufaturas estrangeiras. Somente em 1844, em revidade às medidas que a Inglaterra vinha tomando contra o tráfico negreiro que prejudicava sua política colonialista, foi aprovada a Lei Alves Branco. Essa Lei proporcionou o primeiro surto industrial no país, em pleno regime escravista: ela instituiu uma reforma tarifária que elevava as taxas de importação a patamares que acabavam com os privilégios ingleses e, simultaneamente, constituía-se como uma proteção para a criação de indústrias no país, ao isentar indústrias instaladas no Brasil do pagamento de impostos sobre importações. Essa foi uma oportunidade que Irineu Evangelista não desperdiçou e lançou-se em empreendimentos ligados à indústria do ferro, em parceria com um grupo inglês, com destaque para a Fundação e Estaleiros da Ponta de Areia em Niterói.

No entanto, observa Carrion (2000), esse incentivo à industrialização teria pouco significado sem a abolição do tráfico negreiro em 1850, liberando enormes quantidades de capitais, até então aplicados nesse lucrativo negócio e na agricultura na cultura do café.

No início do século XIX os produtos agrícolas nacionais, o açúcar, algodão, arroz, bem como o couro, não eram competitivos na esfera internacional graças à política colonialista da Inglaterra. Diante deste quadro os agricultores brasileiros procuraram um produto agrícola de fácil penetração e que os colocassem em vantagem no plano internacional. O café foi a grande cartada dos produtores nacionais, principalmente quando descobriram o índice de produtividade das manchas de terra roxa existentes no atual Estado de São Paulo. Em 1850 o Brasil já era o primeiro exportador de café do mundo. Mas a Inglaterra não dava tréguas ao Brasil em relação ao tráfico de escravos, observa Carrion (2000): sua esquadra chegou a bombardear Paranaguá e ameaçar fazer o mesmo com o Rio de Janeiro. Assim, em 1850 foi aprovada a Lei Eusébio de Queirós, extinguindo o tráfico negreiro e liberando enormes quantias de dinheiro, envolvidas nessa atividade, para outros tipos de investimentos. Irineu Evangelista percebeu a possibilidade de captação desses recursos para posterior direcionamento para um centro onde pudessem alimentar as forças produtivas. Um novo Banco do Brasil foi fundado no Rio de Janeiro em 2 de março de 1851 e Irineu foi eleito seu presidente. Ele se apoiava e dependia do Governo Imperial para levar adiante seus empreendimentos, usava a política em prol dos negócios, por isso viu-se obrigado a intermediar as questões ligadas à geopolítica brasileira no Prata e na Amazônia. O Banco financiou o governo uruguaio, para isentar o governo brasileiro de um envolvimento maior, por ocasião do bloqueio que a Argentina infringiu a Montevideú por ser contrária à livre navegação do rio da Prata. Da mesma forma foi o Barão quem acudiu o governo brasileiro quando este se viu ameaçado pelo expansionismo dos EUA que pregava a livre navegação do rio Amazonas. Mas ambos os empreendimentos apresentaram alto retorno e, desta forma, o Banco do Brasil propiciou um crescimento vertiginoso ao Barão. Em decorrência de ter criado alternativas, através do Banco, de aplicações rentáveis para capitais ociosos, de mecanismos mais ágeis e menos onerosos para o financiamento da produção agrícola e por ter modernizado meios de transportes, ele foi tolerado pela oligarquia escravista.

Assim, conclui Carrion (2000), a nova burguesia, nascida das entranhas da sociedade escravista, está desde o seu início atrelada à classe dominante e ao seu governo, dele dependendo em tudo. Por isso, os empreendimentos de Mauá e de alguns outros pioneiros eram compatíveis com o regime escravista e contribuíram para torná-lo viável em um período

já de declínio. Por tudo isso é interessante notar que os fatores internos e externos, que propiciaram que o Barão de Mauá se tornasse industrial, político e banqueiro, mostram a sociedade brasileira em condições tipicamente neocoloniais, como foi denominada esta fase por Fernandes (2004). É uma fase na qual já emerge um mercado capitalista especialmente moderno, mas as condições para seu aparecimento não são as mesmas daquelas que propiciaram o aparecimento do regime capitalista nas sociedades hegemônicas. Apesar da proibição do tráfico negreiro, a sociedade ainda estava em um ambiente escravista.

Não só a legislação divide a sociedade brasileira numa pequena minoria de “homens bons” e os “outros”, mas o próprio cotidiano está impregnado da cultura do mandonismo. A oligarquia agrária reproduz-se tanto através da transmissão cartorial da propriedade entre, basicamente, as mesmas famílias, quanto da formação de filhos bacharéis em direito, em que o menos importante é o saber jurídico e sim o aprendizado das formas de reproduzir as maneiras e práticas sociais que demarquem nitidamente as distinções de classe. Mesmo a instauração da República não eliminou o poder das antigas oligarquias agrárias. Ao longo da história brasileira ocorreu uma sucessão de “acertos por cima”, nos quais a nascente burguesia associou-se com as velhas oligarquias agrárias, contra a imensa maioria do povo, em especial contra os interesses da crescente massa de trabalhadores.

No entanto, tão logo Mauá passou a ter importância na economia nacional, observa Carrion (2000), ele foi hostilizado por essas mesmas elites agrárias, que receavam qualquer mudança. A primeira grande crise enfrentada pelo Barão foi em 1853, quando foi fundado um novo banco oficial, que acenava com a possibilidade dos investidores serem sócios acionistas de um empreendimento garantido pelo Império. A fuga dos investidores do Banco do Brasil, fez com que Mauá o entregasse ao governo. Apesar disso em 1854, o início do funcionamento de três de seus grandes empreendimentos, a Companhia de Gás no Rio de Janeiro, a Estrada de Ferro e a Companhia de Navegação do Amazonas reverteram a situação crítica pela qual estava passando. Como o espaço creditício tradicional estava ocupado pelo Banco oficial, Mauá buscou montar instituições financeiras que associasse um banco às ferrovias e à indústria, mas o governo brasileiro inviabilizou suas tentativas. Em 1860, por pressão da expansão do imperialismo inglês e do setor agrário que se consolidava como agro-exportador do café, a Reforma Silva Ferraz desmonta a política protecionista de 1844 e isenta de tarifas alfandegárias materiais importados destinados à lavoura e os navios produzidos no estrangeiro, acarretando enormes dificuldades à produção industrial no país, em especial, aos negócios de Mauá.

A pressão dos setores escravistas e dos ingleses pelo fim das tarifas alfandegárias (que oneravam suas importações) pelo fim dos “privilégios” para as indústrias; a transformação do Banco do Brasil – agora sob o controle da oligarquia governante – em uma alternativa para a aplicação rentável dos capitais parasitários; a crescente má vontade contra essas “inovações” (que contrariavam a tradicional “vocação agrícola” do Brasil); a falta de um mercado de trabalho livre; tudo isso foi vulnerabilizando as posições de Mauá e outros pioneiros. (Ibid., p.42)

A penúltima cartada de Mauá foi uma tentativa de associação ao capital inglês para a formação de um grande banco de caráter internacional. Essa iniciativa foi sabotada pelo governo brasileiro ao criar empecilhos que fizeram com que os ingleses desistissem do empreendimento em sociedade com o brasileiro. Já nesta época as oligarquias governantes concediam maiores facilidades aos capitais industriais e bancários estrangeiros do que aos nacionais. A última grande tentativa do Barão foi investir todo o seu patrimônio pessoal como garantia em seus negócios. Não teve êxito. Sua história, sem final feliz, é a história de obras pioneiras em um solo pouco propício. Experiências semelhantes serão retomadas em outro nível, observa Carrion (2000), somente após a Abolição da escravatura e a proclamação da República, que abrem de fato o caminho para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

SÃO PAULO, PARANÁ, INGLATERRA

A disponibilidade financeira, propiciada pela exportação de café, foi aplicada pelos produtores rurais em outros setores de atividades e isso deu visibilidade internacional à Província de São Paulo ao final do século XIX e início do século XX. Daí, investidores ingleses perceberam as possibilidades de lucro que se apresentavam para investimentos em estradas de ferro, companhias de gás e empresas de eletricidade. Eles tinham capitais disponíveis para investimento, máquinas e tecnologia para serem vendidas. Então, em decorrência do investimento inglês no país surgiu o importante entroncamento ferroviário em São Paulo. Esse resultado obtido pelos ingleses motivou a aplicação de outros capitais estrangeiros, inclusive canadense, em outras áreas, como foi o caso da Companhia de Eletricidade *Light*.

Amancebada desde o seu início com o capital estrangeiro, subordinada à grande propriedade da terra, dependendo do governo, temerosa do povo, a burguesia

brasileira estará marcada desde a sua origem pela pusilanimidade e a falta de um verdadeiro projeto nacional. Tal qual é hoje. (CARRION, 2000, p.42)

Não houve uma revolução agrícola, nem uma revolução urbano-industrial, nem mesmo uma revolução nacional, observa Fernandes (2004), a partir da burguesia nacional. No entanto, ela vende a perspectiva de ter percorrido todas as etapas desses processos como se fossem produtos de sua atividade histórica. Camufla-se em “verso e prosa” que a história interna do desenvolvimento do sistema capitalista nacional não se acelera por via autônoma, mas graças a esquemas de articulação da “iniciativa privada nacional”, com o “intervencionismo estatal”, com o “capital estrangeiro”, ou com ambos. Desse processo resulta um sistema capitalista nacional sob condições tipicamente de dependência econômica, sociocultural e política. Uma “modernização dependente”, produzida e regulada graças à absorção de dinamismos socioeconômicos e culturais das nações capitalistas hegemônicas, que busca justificar e maquiagem os conflitos do capitalismo em *bem comum* e, portanto, necessários à sociedade. Mas sem nunca consolidar um padrão de desenvolvimento que pudesse se equiparar ao padrão de desenvolvimento auto-sustentado das nações capitalistas hegemônicas. A proclamada aliança da “burguesia industrial” com os “interesses financeiros externos” não foi um fenômeno político sem confrontos, como foi visto na trajetória do Barão de Mauá e será analisado na história do processo de colonização do Norte do Paraná.

O fenômeno político profundo, nesse período, foi a articulação de interesses econômicos internos e externos no mesmo padrão histórico de dominação burguesa, o qual se evidencia tanto na emergência de uma “oligarquia moderna” (extensamente vinculada aos interesses comerciais, industriais e financeiros de “parceiros externos”), quanto no acordo do café (que se tornou viável e eficiente graças a essa articulação) e na freqüente associação da emergente “burguesia industrial” com interesses externos, principalmente financeiros. (Ibid., p.265-266)

O plantio e a comercialização do café e o investimento estrangeiro foram os grandes responsáveis pela construção do importante entroncamento ferroviário que influiu de forma decisiva na história de São Paulo. Em 1908 a Estrada de Ferro Sorocabana foi entendida até Ourinhos, divisa dos Estados Paraná e São Paulo. Intensifica-se assim, no início do século vinte, principalmente pela proximidade da ferrovia, a ocupação do Norte Velho do Paraná. Um grande cafeicultor, major Antonio Ferraz Junior, em 1910 vendeu suas terras na região de Ribeirão Preto para adquirir uma enorme gleba na região situada no trecho Ourinhos (Estado de São Paulo) – Cambará (Estado do Paraná). Como este empresário tinha muita tradição na cafeicultura, seu exemplo atraiu outros fazendeiros para a região. No entanto, o escoamento

da safra era deficitário, as estradas eram extremamente precárias e a travessia do Rio Paranapanema, com 400 m de largura, era feita através de balsas. Com o passar do tempo percebeu-se que não havia interesse em ampliar a Estrada de Ferro Sorocabana através do Paraná. Assim, na década de 1920, os cafeicultores paulistas, interessados na expansão de suas áreas produtivas no Estado do Paraná, percebem-se em um impasse: era necessário resolver o problema do prolongamento da ferrovia que viabilizaria o escoamento da safra através do porto de Santos. Então uma empresa foi constituída por cinco deles para a construção do trecho Ourinhos-Cambará: a Estrada de Ferro Noroeste do Paraná, posteriormente denominada Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná.

O governo do Paraná concedeu aos donos da empresa o direito de utilização exclusiva de uma faixa de 15 quilômetros nos dois lados da linha, isenção de impostos estaduais sobre materiais importados para a ferrovia, isenção de todos os impostos estaduais e municipais que incidissem sobre a estrada, suas dependências e maquinários. Além disso, iriam ser ressarcidos pelo Estado de todo valor gasto na construção, de todos os custos dos investimentos, incluindo desapropriações de áreas, com terras devolutas, assim que a ferrovia fosse entregue ao tráfego. Apesar das condições serem altamente favoráveis, o retorno seria demorado porque estava condicionado ao tráfego integral nas linhas. A ferrovia deveria ter extensão de 29 quilômetros, unindo Ourinhos a Cambará. Porém, a disponibilidade financeira dos sócios da empresa não era suficiente para concluir com rapidez a empreitada.

Criou-se assim um dos pontos de convergência das condições que iriam nortear a ocupação do Norte do Paraná: no início de 1924 este grupo de empresários rurais buscou atrair para o empreendimento novos investidores, especialmente o capital estrangeiro. Assim, para este grupo que desejava introduzir modernas relações capitalistas no campo, a visita de uma delegação inglesa ao País nesta época se constituiu em oportunidade única. Para atrair a atenção dessa delegação inglesa, quando da sua chegada ao país, fizeram publicar em um jornal paulista um artigo de página inteira sobre as terras do Paraná.

Esta missão inglesa era comandada por *Right Honorable* Edwin Montagu, ex-secretário de Estado para as Índias e ex-secretário financeiro do Tesouro da Inglaterra. Seus assessores eram *Sir* Charles Addis, diretor do Banco da Inglaterra e presidente do *Hong-Kong and Shanghai Banking*, *Sir* Hartley Withers, conde de Londres e Simon Joseph Fraser, décimo sexto barão do Reino Unido, o Lord Lovat. Conta-se que a convite do governo brasileiro essa missão tinha como objetivo estudar as situações financeira, econômica e comercial do país, bem como reorganizar o Ministério da Fazenda. Porém, segundo Recco (2005), a missão havia sido organizada por capitalistas e banqueiros, credores da dívida brasileira. Lord Lovat,

além de assessorar a missão, foi incumbido pelos acionistas da *Sudan Plantations*, da qual era diretor técnico, de localizar terras adequadas para o cultivo de algodão para suprir a demanda da indústria têxtil inglesa. Essa delegação era formada por pessoas que representavam a associação do capital produtivo com o capital financeiro, junção essa que os fazendeiros da região de Ourinhos-Cambará não dispunham, mas buscaram constituir.

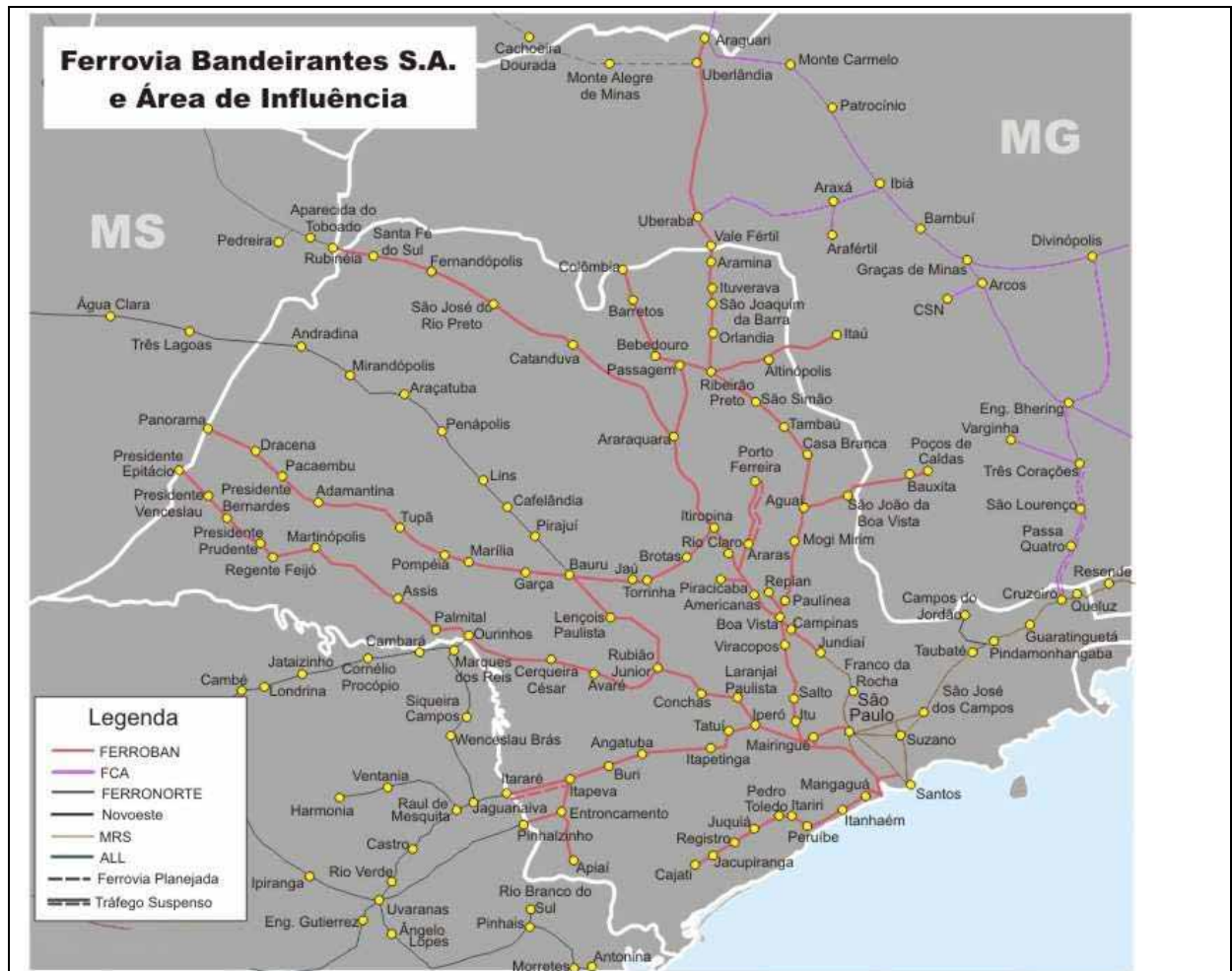


Fig. 32 Mapa atual da malha ferroviária no Estado de São Paulo, parte de Minas Gerais e Paraná. (FERROBAN, 2007)

A Estrada de Ferro Sorocabana, a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, a Estrada de Ferro São Paulo - Minas e a Estrada de Ferro Araraquara foram incorporadas à Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que teve sua razão social alterada para Fepasa - Ferrovia Paulista S/A. (atualmente operada pela concessionária FERROBAN - Ferrovias Bandeirantes S.A.).

Fernandes (2004) resume bem o tipo de relações capitalistas que essa convergência de interesses possibilitou. Para este autor, o Estado, como parceiro externo da iniciativa

privada, articula o espaço político que a burguesia sempre necessitou para organizar seus interesses:

[...] o Estado não é, para as classes dominantes e com o controle político, um mero comitê dos interesses privados da burguesia. [...] Na lógica do uso do Estado, [...] o “parceiro externo” não passa de um “perigoso companheiro de rota”. É a relação política com esse aliado, aliás, que caracteriza a existência do capitalismo dependente e define os rumos da revolução burguesa que ele torna possível. Sem um Estado suficientemente forte e dócil, seria difícil manter a associação com os “interesses externos” em condições de autodefesa dos “interesses privados nacionais”; esse Estado que engendra o espaço político de que necessita a “burguesia nacional” para ter uma base de barganha com o exterior e, ao mesmo tempo, poder usar o capital externo como fonte de aceleração do crescimento econômico ou da transição de uma fase para a outra do capitalismo. (Ibid., p.233-234)

Diante deste quadro percebe-se o porquê da escolha da década de 1920 como ponto inicial desta análise da ocupação capitalista do Norte Paraná. Foi nesta década que aconteceu a convergência das necessidades econômicas e sociais - nacionais e internacionais - que possibilitou o surgimento das condições necessárias ao tipo de colonização que acabou sendo desenvolvida no Norte Novo, onde está situada a cidade de Maringá. Para completar o quadro, a busca pelo controle da natureza representada por extensas áreas de terras fertilíssimas, mas nem por isso menos hostil: as matas exuberantes peculiares às áreas de terra roxa que dificultavam o acesso aos desbravadores.

LORD LOVAT E A ENTRADA NO PARANÁ: INTENSIFICANDO A COLONIZAÇÃO

A partir da publicidade veiculada pelos cafeicultores paulistas, Lord Lovat toma conhecimento da existência de terras férteis no Estado de São Paulo e também de férteis glebas que o governo do Estado do Paraná oferecia à venda por preços muito baixos, decorrentes das dificuldades de acesso à região. Entusiasmados com a qualidade da terra, os ingleses fundaram em Londres a empresa “*Brazil Plantations Syndicate Ltda*”.

Em princípio, os investidores tiveram seus interesses voltados para o plantio do algodão, mas estudos posteriores, mais detalhados, apontaram tanto para a colonização seguindo o eixo norte-sul (terras na margem esquerda do rio Paranapanema, entre os rios Tibagi e Ivaí – Norte Novo) quanto para a deliberação de não se restringir ao cultivo único. Esta decisão, a de partir para a colonização e vendas de terras, exigiria um aumento de capital

da *Brazil Plantations*. A opção, no entanto, foi por criar, em 24 de setembro de 1925, outra empresa, a *Paraná Plantations Company* tendo como filial brasileira a Companhia de Terras Norte do Paraná a fim de levantar fundos de maior vulto para grandes empreendimentos.

Grande parte das terras do Norte e Oeste do Paraná, nas bacias do Tibagi, do Ivaí e do Piquiri eram terras devolutas, isto é, eram terras que foram devolvidas ao estado do Paraná pela Coroa Espanhola por não terem sido colonizadas. No entanto, apesar do difícil acesso, algumas áreas de terra que interessavam aos ingleses já tinham sido ocupadas por pretensos donos. Então, para garantir a segurança do projeto de colonização que pretendia empreender, a companhia colonizadora começou comprando destes ocupantes títulos e direitos de posse dos lotes para depois adquirir novamente do Estado as mesmas terras. Este cuidado com a legitimidade dos títulos influenciou sobremaneira no êxito do empreendimento colonizador da Companhia. Essas terras, no entanto não foram adquiridas ao acaso. As glebas acompanhavam o então chamado traçado Cincinato Braga, ferrovia projetada e aprovada para a ligação de Ourinhos a Guaíra pelo Norte do Paraná.

No decorrer do ano de 1928 a companhia colonizadora cessou todas as atividades com o algodão e dedicou-se intensivamente à colonização. Isso fez com que os ingleses adquirissem as ações da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, com todas as benesses do Estado, o que possibilitou o prolongamento, a partir do ramal Ourinhos-Cambará, da ferrovia até as zonas de loteamento. Os ingleses sempre foram muito cuidadosos no planejamento da nova empreitada. Eles souberam tirar o melhor proveito possível das condições topográficas da região, no traçado dos leitos da ferrovia e da estrada principal, possibilitando o estabelecimento dos principais núcleos urbanos da região, facilitando as relações entre os sítios e as cidades, entre os campos e as casas de comércio e as estações. A ação colonizadora empreendida - que resultou no estabelecimento de um regime de pequenas propriedades e propiciou desde logo uma vida regional intensa – foi minuciosamente planejada e baseada no loteamento e venda de terras, na construção de estradas e na implantação de núcleos urbanos próximos uns dos outros.

Londrina, a segunda cidade em habitantes do Paraná, fundada em 3 de dezembro de 1934, é o marco inicial da ação colonizadora da Companhia no Norte do Paraná.



Fig. 33 A imensa figueira, padrão de terra fértil. Eram necessários doze homens para enlaçá-la de mãos dadas. Década de 1950. Acervo pessoal.

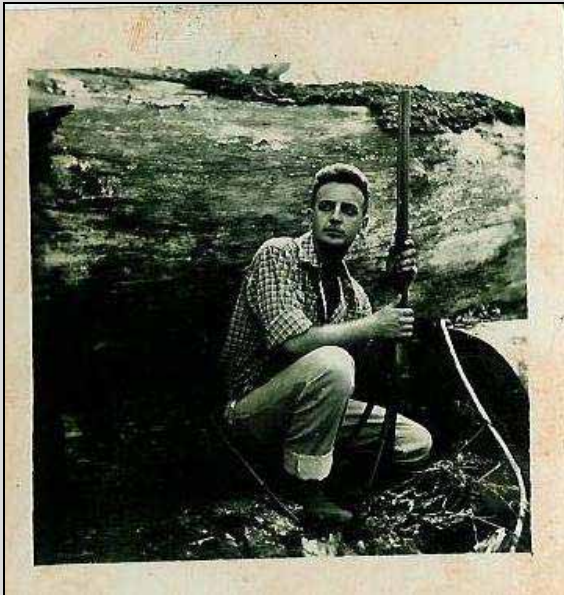


Fig. 34 A tora de timburil quebrou a lingüeta da catraca do caminhão madeireiro. Década de 1950. Acervo pessoal.



Fig.35 Caminhão madeireiro. (RECCO, 2005, p.38)

No plano internacional, não só os interesses dos investidores estrangeiros influíram nos contornos econômicos-sociais que se desenhavam para determinar o tipo de colonização engendrada na região do Norte Novo. A Alemanha, após a primeira guerra, tem necessidade de criar empregos, especialmente para filhos de pequenos agricultores, mesmo que a custa de imigração para outras regiões, desde que estas fossem carentes de trabalhadores. Surge assim a Sociedade de Estudos Econômicos do Ultramar, de origem alemã. Em 1932, a empresa alemã associou-se à empresa inglesa e fundaram a cidade de Rolândia, próxima à cidade de Londrina. Posteriormente, esse processo migratório constituiu para a Alemanha de Hitler numa ameaça de evasão de divisas e cérebros. Mediante tal risco, o governo alemão, a partir de 1934, não mais permitiu a saída de bens do país. Segundo Robles (2007), foi aí que a Companhia de Terras adotou uma solução criativa: propôs ao governo alemão que os bens seqüestrados fossem trocados por material ferroviário, que a Alemanha dispunha em quantidade, para serem utilizados no prolongamento da ferrovia de Ourinhos até o interior do Paraná. Em troca a empresa se comprometia em ressarcir os imigrantes com títulos de terras paranaenses. Essa permuta possibilitou a expansão da ferrovia desde a divisa do estado de São Paulo até a cidade de Rolândia. Em 1954 ela chegou a Maringá e, em 1973, Cianorte. Embora projetada para avançar até Guaíra, rumo ao Paraguai, a ferrovia foi paralisada em Cianorte.

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, em 1939, a Inglaterra decretou o retorno compulsório de capitais ingleses aplicados no Exterior. As empresas inglesas foram oferecidas à venda em todo mundo. Em 1942 a Companhia de Terras Norte do Paraná passou para o controle acionário de brasileiros, ao ser negociada com um grupo de empresários paulistas (que tinha à frente Gastão Vidigal, fundador do Banco Mercantil de São Paulo). A estrada de ferro passou a ser possessão do Governo Federal por exigência do governo Getúlio Vargas. Entretanto, a nova diretoria não alterou as diretrizes fixadas por seus antecessores para o processo de colonização.

Em 1950 foi aprovado o nome de Hermann Moraes de Barros para o cargo de diretor gerente da Companhia. Ele introduziu uma nova mentalidade à empresa, diversificando suas atividades, uma vez que, com o término das terras disponíveis para venda, ela estaria fadada à extinção. Por isso, além atividade colonizadora a Companhia desenvolveu outras: produção de energia elétrica (Empresa Elétrica de Londrina), montagem de fábricas de cimento (Companhia de Cimento *Portland* Maringá) e usina de açúcar (Companhia Agrícola Usina Jacarezinho), fabricação de vagões e outros equipamentos ferroviários (COBRASMA), indústria produtora de tubos galvanizados (Forjas Nacionais – FORNASA), produção de autopeças e produtos forjados (BRASEIXOS), Companhia de Seguros (A Marítima) e,

principalmente, atividades agropecuárias. As atividades agropecuárias da empresa sempre primaram pelas frentes de pesquisa e planejamento cuidadoso desenvolvidos em suas várias fazendas e obedeceram a seguinte ordem de implantação: atividade florestal, cultura do café, criação de gado de corte e produção de sementes selecionadas. O Horto Florestal de Maringá foi idealizado não como uma mera reserva florestal ou área de lazer, mas para ser um centro de pesquisas para as atividades agropecuárias da Companhia. Essa necessidade de diversificação de atividades provocou em 1951 a mudança do nome para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Encontra-se em CMNP (1975), a seguinte estatística que, sob o nome atual, resume toda a atividade da Companhia quando se comemorou seus cinquenta anos:

No total, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná colonizou uma área correspondente a 546.078 alqueires de terras, ou 1.321.499 hectares, ou ainda cerca de 13.166 quilômetros quadrados. Fundou 63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras para 41.741 compradores, de área variável entre 5 e 30 alqueires e cerca de 70.000 datas urbanas com média de 500 metros quadrados. (Ibid, p.133).

Em 10 de maio de 1947 Maringá foi fundada. Projetada pelo urbanista Jorge Macedo Vieira, obedecendo a avançadas normas de planejamento, a cidade era destinada a se tornar capital da porção mais ocidental das terras da Companhia.

Segundo o urbanista, a pretensão do projeto, idealizado sem que jamais ele tivesse visitado o lugar e inspirado nas *Cidades-Jardins de Ebenezer Howard* e nas *Cartas de Atenas* (padrões no urbanismo), era:

[...] criar uma cidade muito moderna, em que o traçado das ruas não seguisse o xadrez, que é o que os portugueses nos ensinaram. Segui o processo moderno que era de acompanhar o terreno o máximo possível e uma cidade já pré-traçada, por zoneamento estudado, com parques, seus lugares de lazer, seus verdes todos caracterizados. (RECCO, 2005, p.36-37)

2.2.2.3 Uma Cidade

IDEALIZAÇÃO, PROJETO E REALIZAÇÃO.

Talvez porque a empresa colonizadora reservara, na zona central da sua extensa gleba, um local privilegiado para o estabelecimento de uma cidade que polarizaria as partes mais ocidentais de suas terras, dividindo com Londrina a liderança regional, é comum ouvir dos pioneiros locais, com indisfarçável orgulho, sobre o cuidado com que a cidade foi planejada e desenvolvida. A qualidade de vida é um diferencial nesta cidade que conta com 90 alqueires de matas nativas, distribuídas por bosques e milhões de árvores de diversas espécies plantadas ao longo das ruas e avenidas, totalizando 6.826.823 m² de área verde ou 25,94 m² por habitante.

A arborização que confere bem estar à população é fruto de um bem elaborado projeto. Como espécimes da mata nativa necessitam de proteção uns dos outros, sem a qual não resistem às tempestades e fortes ventanias, eles não eram apropriados para serem mantidos em locais urbanos. A saída encontrada pela Companhia foi plantar novos espécimes de forma organizada pelas ruas. Para isso criou o Horto Florestal com o objetivo de torná-lo um instituto científico para obtenção de sementes selecionadas e preservação de recursos naturais e, ao mesmo tempo, fomentar o reflorestamento e a arborização das cidades recém-criadas. Situado ao lado do perímetro urbano de Maringá e abrangendo uma área de 37 hectares, nele também é conservada, até hoje intacta, a mata nativa original. Para conduzir o projeto de arborização a Companhia contratou o engenheiro florestal Luiz Teixeira Mendes. Além disso, disponibilizou a reserva florestal e a estrutura para o funcionamento do Horto, organizou equipe de trabalhadores para a produção, plantio e cuidado com as mudas depois de plantadas, veículos para a rega, enfim, tudo o que foi necessário ao projeto. Parte das mudas e sementes foram obtidas na mata, outras foram importadas de outras regiões, como as palmeiras e tamareiras. Porém, o que norteou o plano de arborização foi o plantio de espécies que fossem as mais adequadas possíveis, visando não apenas ao embelezamento da cidade, mas à boa qualidade de vida para as pessoas. Este projeto foi o embrião de outro importante ramo de atuação da Companhia, o setor de sementes selecionadas.

Durante muitos anos coube à Companhia Melhoramentos a tarefa de levar adiante o projeto de arborização e somente na administração de João Paulino Vieira Filho (1961-1964) o município assumiu como sua esta tarefa. Essa intervenção rendeu à Companhia uma imagem altamente positiva na sociedade maringaense:



Fig.36 Lançamento da pedra fundamental da futura cidade de Maringá inauguração do primeiro hotel em 1942. (RECCO, 2005, p.32).



Fig.37 No primeiro plano a formação do Maringá Velho, ao fundo Maringá Novo e a Vila Operária. Os dois bosques (Parque do Ingá e Bosque dos Pioneiros), situados no coração da cidade e nesta fotografia parcialmente visualizados. (RECCO, 2005, p.44)

A primeira escola de Maringá, Casa Escolar do Maringá Velho, foi erguida com recursos de moradores. Ela funcionou em uma pequena casa de madeira, no incipiente “Maringá Velho”, a partir de março de 1946. Três maringaenses, Napoleão Moreira da Silva, Ângelo Planas e Otávio Periotto, convidaram uma normalista carioca, Dirce de Aguiar Maia, que esteve em Cambé em visita a parentes, para ser a primeira professora da cidade. A escola funcionou até agosto de 1947, depois passou a chamar-se Escola Isolada do Maringá Velho e dela nasceu o Grupo Escolar Visconde de Nácar. Em 1949, foi construído pela Companhia Melhoramentos o Grupo Escolar do Maringá Novo, que posteriormente recebeu o nome de Grupo Escolar Osvaldo Cruz. (REIS, 2004)



Fig.38 Vista da Avenida Brasil, no Maringá Velho em 1951. Essa região era chamada de “Boca do sertão” ou “Fim da Picada”. (ROBLES, 2007, p.17)



Fig.39 Praça Napoleão Moreira da Silva em 1947. À esquerda situava-se a rodoviária e, à direita, as Casas Pernambucanas. (ROBLES, 2007, p.17)

No início da arborização de Maringá, em 1952, era comum verem-se árvores arrancadas ou deformadas pelo vandalismo de certos elementos. Hoje, ao contrário, fazem-se listas pedindo o plantio de árvores. E é comum que proprietários de casas modestas se antecipem ao poder público no plantio de árvores em sua calçada. Realmente, foi a nosso ver uma grande conquista, pois o *homem* quem se conscientizou da importância da árvore! [...] o Horto retrata o lado humano da Empresa colonizadora, preocupada com o bem estar e a felicidade daqueles que nela confiaram. Como exemplo dessa atuação encontra-se a arborização da cidade de Maringá, sem paralelo em qualquer outra do País. (CMNP, 1975, p.263, grifo do autor).

A partir da implantação deste laboratório, no qual se constituiu o Horto Florestal a Companhia Melhoramentos iniciou, segundo Recco (1975), um projeto de reflorestamento, denominado Projeto de Incentivos Fiscais, baseado na regulamentação da lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966⁸, em uma área de sua propriedade de 1.025 hectares.

A produção deste projeto é vendida para a Indústria Klabin, situada em Telêmaco Borba, no Paraná. Outros projetos de reflorestamento estão situados em áreas da Companhia próximos ao Rio Ivaí e em áreas próximas a Cianorte. A implantação do Horto Florestal e o projeto de arborização da cidade de Maringá é um aspecto interessante para se perceber como a ação da Companhia no processo de colonização da região não foi apenas um processo de expansão geográfica, mas também um processo de expansão no setor de serviços. Assim

⁸ **LEI Nº 5.106, DE 2 DE SETEMBRO DE 1966. Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. [...]**

Art. 1º As importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento poderão ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas, residentes ou domiciliados no Brasil, atendidas as condições estabelecidas na presente lei. [...]

§ 1º As pessoas físicas poderão abater da renda bruta as importâncias comprovadamente aplicadas em florestamento ou reflorestamento e relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto for devido, observado o disposto no art. 9º da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964. [...]

§ 3º As pessoas jurídicas poderão descontar do imposto de renda que devam pagar, até 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, as importâncias comprovadamente aplicadas em florestamento ou reflorestamento, que poderá ser feito com essências florestais, árvores frutíferas, árvores de grande porte e relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto for devido. [...]

Art. 2º As pessoas físicas ou jurídicas só terão direito ao abatimento ou desconto de que trata este artigo desde que:

- a) realizem o florestamento ou reflorestamento em terras de que tenham justa posse, a título de proprietário, usufrutuários ou detentores do domínio útil ou de que, de outra forma, tenham o uso, inclusive como locatários ou comodatários;
- b) tenham seu projeto previamente aprovado pelo Ministério da Agricultura, compreendendo um programa de plantio anual mínimo de 10.000 (dez mil) árvores;
- c) o florestamento ou reflorestamento projetados possam, a juízo do Ministério da Agricultura, servir de base à exploração econômica ou à conservação do solo e dos regimes das águas. (SENADO FEDERAL, 2007)



Os macacos ignoram os limites da cerca e alegam crianças e adultos. O “Projeto macaco-prego”, por meio de plaquetas fixadas à cerca, alerta: “O macaco encontra sua alimentação na natureza, ele é mais esperto do que você imagina”. Uma tentativa de coibir o hábito das pessoas de dar alimentos aos animais, que podem prejudicá-los.

Calçadas ecológicas com partes impermeabilizadas e partes com vegetação possibilitam o trânsito das pessoas e também facilitam a infiltração da água.



A Avenida Dr. Luiz Teixeira Mendes é uma das muitas vias paisagísticas de Maringá. Situada na “divisa” do meio urbano e do ambiente natural, margeia o Horto Florestal - uma reserva de 37 hectares que conserva até hoje intacta a mata nativa. Na lateral urbana da Avenida encontram-se importantes clínicas médicas e o Teatro Municipal.



Fig. 40 Conjunto de fotografias do Horto Florestal e da Avenida Dr. Luiz Teixeira Mendes. Acervo pessoal. 2007.

como o pioneirismo foi o discurso necessário à expansão geográfica, o discurso do “cuidado com o outro” agregado ao reconhecimento público da “capacidade de fazê-lo” foi necessário para inserir a empresa em outro campo econômico. O Horto Florestal não foi uma mera preocupação ecológica da Companhia em face da destruição da mata tropical propiciada e permitida pelo processo de colonização. Não se pode perder de vista que o processo de colonização foi de uma fúria demolidora que devastou extensas áreas, sem poupar sequer as matas ciliares junto aos rios e córregos. Por outro lado, os novos proprietários da colonizadora à época, já anteviam a necessidade de diversificar seus negócios face ao esgotamento do nicho que foi a venda de terras. Como a cidade foi planejada para polarizar as atividades da empresa, o processo de arborização foi significativo para criar uma imagem de competência e sensibilidade que muito contribuiu para que as mercadorias que vieram a produzir fossem de indiscutível qualidade aos olhos do mercado consumidor. Também nesse caso, a importância da análise das descontinuidades e rupturas proposta por Foucault, que fazem do discurso um *acontecimento*: a transição dos cuidados com a ecologia como direito à qualidade de vida para a ecologia como serviço que produz qualidade de vida.

Os discursos ecológicos, as referências à ação da Companhia em publicações comemorativas (CMNP, 1975; RECCO, 2005), estão pautados no direito das pessoas à qualidade de vida e utilizam termos que não se referem às categorias econômicas, têm como função fazer aparecer uma personagem salvadora, a “mestra da colonização”: aquela que faz aparecer as necessidades na sua verdade e aquela que as faz desaparecer, depois de tê-la desencadeado. A Companhia Melhoramentos encontrou suas garantias e suas justificações nos privilégios concedidos pelo conhecimento: ela não mediu esforços para contratar pessoas altamente competentes no processo de implantação do Horto Florestal, que detinham conhecimento científico, o que legitimou, aos olhos da população, sua intervenção. A partir desta legitimação – um saber que se ocupa com a qualidade de vida das pessoas e expõe o “lado humano da Empresa colonizadora” – as marcas da colonização, da destruição da mata tropical sem qualquer controle, são apagadas e o discurso gera necessidades econômicas sem criar qualquer suspeita. O esquecimento é matéria da memória, por isso a memória, para Elias (1994), importa não tanto pelo conhecimento que traz, mas pela ação que ela governa. O discurso que faz aparecer a necessidade de reflorestamento e de arborização de cidades, de se cuidar do meio ambiente, simultaneamente faz desaparecer a verdade da destruição que as desencadeou. Mais do que isso: ações e produções humanas que não são capital, como direito à qualidade de vida, passam a sê-lo. Assim, quem produz mudas e sementes de alta qualidade têm direito ao lucro e prosperidade. A quem encetou um projeto de arborização, citado como

modelo em trabalhos de graduação e pós-graduação em faculdades de arquitetura em todo o país, é conferido o poder decorrente da competência. Por outro lado, a qualidade desses produtos não é uma mera mentira, a utilização prática deles atesta isso. Por isso são importantes os efeitos de verdade de discursos que, em si mesmo, não são verdadeiros nem falsos, mas condição para o desenvolvimento do capitalismo, pois eles imprimem parte significativa do valor de troca das mercadorias. A verdade está conectada, numa relação circular, com sistemas de poder que a produzem e a confirmam, e com efeitos de poder que ela induz e que a estendem.

A mesma lógica parece aplicar-se à Educação, como será possível observar a partir das entrevistas disponibilizadas nesta tese. Quando, de forma majoritária, a Educação não é diretamente capital, ela é legitimada por termos que remetem aos direitos das pessoas, tais como “formar cidadãos”, “formar sujeitos competentes e livres” etc. A ruptura do discurso se produz quando a Educação passa ser diretamente capital de forma majoritária (como é a situação atual do ensino superior brasileiro): neste momento ela passa a ser legitimada por termos que remetem ao econômico tais como “serviços”, “clientes”.



Fig.41 A arborização da cidade é composta por várias espécies de árvores. Na fotografia, as primeiras palmeiras imperiais plantadas em Maringá em 1952, no canteiro central da atual Avenida Getúlio Vargas – parte do eixo monumental da cidade. Acervo pessoal, 2007

Em relação à situação atual da arborização em Maringá, o projeto “Árvore”, lançado em 2004, realizou um inventário quali-quantitativo total da arborização da cidade para o estabelecimento de informações geográficas. Detectou-se um número muito grande de árvores que estão condenadas pela presença de cupim ou precisam ser trocadas em decorrência da idade. Outro problema que comprometeu a vida útil das árvores foi o processo de poda que a Companhia de Eletricidade – Copel infringiu às mesmas. Muitas copas de árvores foram mutiladas para permitir a passagem da rede elétrica. Além disso, os bosques sofrem com processo de erosão que ameaça as espécies nativas. Estes são problemas que a atual administração (e as futuras) terão que resolver, para que Maringá não perca a condição de ser

uma das únicas cidades do país que atinge o índice internacional recomendado de relação área verde/por habitante.

ALTERAÇÕES E PERMANÊNCIAS NA PAISAGEM

Pode-se afirmar que Maringá, como fenômeno urbano, refletiu as condições do povoamento e da economia do Norte do Paraná, observa Luz (1997); da cafeicultura paranaense, enfim.

Por muito tempo Maringá permaneceu dependente quase que exclusivamente da economia agrária. A primeira fase desta dependência foi representada em grande parte pela cafeicultura. No entanto, apesar da região ter formado boas lavouras, a cidade não surgiu na melhor época do café: quando do seu desenvolvimento, a fase áurea desta cultura já havia passado, o mercado de café já enfrentava os problemas resultantes das super-produções. Conseqüência desta dependência, sua economia passou por fortes crises, não só em função dos baixos preços praticados, mas em decorrência das geadas históricas de 1953, 1955, 1963, 1966, 1969, 1972 e, por fim, a mais trágica de todas para a cafeicultura, em 1975. Com a geada de 1963, seguida de uma forte seca, começou a se desenhar o fim da monocultura na região. Colaborou fortemente (além das geadas) para o processo de erradicação dos cafeeiros os confiscos do café determinados pelo Governo Federal, cuja atenção ao final da década de 1950, início da década de 1960 estava voltada para a construção de Brasília e não para os problemas dos cafeicultores. Ao final de 1958 foi organizada a Marcha da Produção, cafeicultores de toda a região se concentrariam em Maringá e de lá iriam ao Rio de Janeiro exigir do Presidente da República, uma política melhor para a cafeicultura. No entanto, tropas militares bloquearam as saídas da cidade e impediram o avanço da manifestação. O receio do governo é que o movimento atravessasse o rio Paranapanema, atingindo São Paulo e, daí, se alastrasse para outras regiões cafeeiras como Espírito Santo e Minas Gerais. Mas apesar da brevidade da manifestação o movimento ganhou repercussão nacional.

Mas a terra era boa, isso possibilitou, a cada cataclismo climático, a agricultura sofrer mutações e a pecuária surgir com força. Quando a natureza é transformada por homens e mulheres, são eles próprios, potencialmente, que estabelecem suas condições de apropriação, as regras que determinam a permanência ou não de uma organização econômica e não as “ditas forças superiores da natureza”. Em suas causas e efeitos, o desenvolvimento de uma

sociedade é característico de uma situação específica, a sociedade não se desenvolve no vazio, alerta Elias (1984). Com relação aos fenômenos naturais, mais do que às ocorrências sócio-históricas, os seres humanos têm conseguido sair do círculo vicioso que coloca graus de incerteza e ameaça, as quais são enfrentadas pelos homens através da adequação do pensamento e da ação humanos, e vice-versa (Ibid, p.72). Os produtores rurais souberam conjugar as condições climáticas às possibilidades de culturas da região e a mecanização agrícola foi implantada com sucesso em uma região de relevo suave. Novas tecnologias, como correções de solo, sementes selecionadas, herbicidas de última geração, seleção zootécnica, técnicas de manutenção de boas pastagens, fizeram da agricultura e da pecuária no Norte do Paraná modelo, até mesmo para nações consideradas do Primeiro Mundo. A COCAMAR – Cooperativa Agroindustrial nasceu como Cooperativa de Cafeicultores de Maringá em 27/03/1963 – e atualmente é considerada modelo tanto no setor de cooperativismo agrícola como de agroindústria.

Na década de 1970, incentivos agrícolas e industriais lançados pelos militares, segundo um projeto de desenvolvimento nacional, foram fundamentais para o tipo de crescimento econômico da região. Se por um lado modificações implantadas no setor agrícola trouxeram pujança para a cidade e região, a mecanização agrícola e a ampliação das áreas de pastagens afastam homens e mulheres do meio rural. Maringá não escapou dos efeitos do êxodo rural, criando problemas para as administrações municipais e exigindo muito trabalho de assistência social. No entanto, atualmente não existem favelas em Maringá. Em parte porque sua agroindústria é pujante, o setor de comercialização de bovinos, suínos e aves é um dos importantes no país e seu comércio atacadista é tido como o mais forte do interior brasileiro. Passada a dependência quase exclusiva da economia agrária, novas perspectivas surgiram para permitir à cidade continuar sendo um pólo regional talvez porque lideranças locais já se preparassem para isso. Até mesmo antes da constituição da COCAMAR, que influenciou sobremaneira na região, já tinha sido criada a ACIM – em sua sigla original: Associação Comercial de Maringá, atualmente Associação Comercial e Empresarial de Maringá – em 1953. Essa poderosa associação influenciou desde seus primórdios as decisões políticas e empresariais da cidade.

Na década de 1980, Maringá viveu uma de suas fases mais importantes, foi uma década de transição de uma era cafeeira, que se encerrou praticamente com a geada de 1975 e a adoção das culturas de soja e do milho. Há redefinição da base econômica da cidade, que passa de pólo regional agrícola para agroindustrial. Segundo o Censo IBGE/2000 a cidade possui uma população de 288.465 habitantes, mas continua apresentando um crescimento or-

COCAMAR – Cooperativa Agroindustrial de Maringá

O sistema de cooperativismo foi concebido, segundo Serra (1989), no século XVIII a partir das idéias socializantes de Saint-Simon (1760-1823), de Charles Fourier (1772-1837), de Robert Owen (1771-1858). Esse sistema foi colocado em prática pela primeira vez em 1844, na pequena cidade inglesa de Rochdale, por um grupo de tecelões desempregados que fundou a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, considerada a primeira cooperativa da história. No Brasil, essa idéia foi difundida por imigrantes estrangeiros, principalmente europeus e asiáticos, entre o final do século XIX e o início do século XX. De maneira geral, os imigrantes estrangeiros quando constituíam uma colônia, implantavam também uma cooperativa como forma de minimizar os fortes impactos conseqüentes da adaptação ao novo meio. A entidade tinha como função buscar informações quanto ao trato com os diferentes tipos de solo e a criação de mecanismos que facilitassem o relacionamento social e econômico com as populações locais, principalmente pela dificuldade de comunicação em função da língua.

A partir de 1950 o sistema de cooperativismo teve um grande avanço no Brasil, a ponto do Governo Federal se preocupar com a condição de força que este sistema representava. Através do Decreto 60.597, editado no dia 19 de abril de 1967, o Governo interferiu no sistema, cancelando incentivos tributários, estabelecendo uma nova regulamentação quanto ao crédito cooperativo e desta forma reduzindo o número de entidades.

No entanto, o modelo de cooperativismo tem mudado nas ultimas décadas. Na prática, as cooperativas de produtores agrícolas se transformaram em grandes empresas comerciais e industriais, guardando pouca semelhança com aquelas que se formaram na época da crise do café. Este modelo atual é fruto da aprendizagem a partir da experiência cotidiana que busca proporcionar vantagens financeiras aos cooperados: no Paraná não se faz “poesia com o tema cooperativismo” afirma Constâncio Pereira Dias, ex-presidente da COCAMAR. (SERRA, 1989, p.127).

Diante dos problemas enfrentados pela cafeicultura, uma vez que a frustração da Marcha da Produção mostrou que era necessário mudar a estratégia, a Cooperativa de Cafeicultores de Maringá – COCAM – foi fundada em 1963 para organizar a produção e comercialização cafeeira da região. A sigla nunca foi usada, desde o início a cooperativa era conhecida por COCAMAR, o que só veio ser oficializado em 1965. O mercado cafeeiro de Maringá era dominado pelos atravessadores que compravam a produção diretamente nas propriedades e arbitravam o preço a ser pago, uma vez que não existia nenhuma estrutura de armazenamento e o café precisava ser comercializado logo depois de colhido. Por este motivo um grupo de cafeicultores resolveu amadurecer a idéia de fundar uma cooperativa que, na pior das hipóteses, uma vez que o governo parecia não se interessar pela cafeicultura, eliminaria os atravessadores. A primeira reunião com registro em ata, com o objetivo de fundar a cooperativa, aconteceu na Agência do Banco do Brasil e a sede provisória da nova entidade foi a “máquina de café” de um dos fundadores. A primeira intervenção da cooperativa foi obter um crédito, concedido à época apenas às cooperativas pelo Banco do Brasil, que ajudou a muitos agricultores endividados.

A geadada de 1963 levou o Governo Federal a financiar a erradicação e a renovação da lavoura cafeeira por meio do GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura. Em 1965 o Governo Federal promoveu uma quase ruptura na política de garantia de preço do café quando não reajustou o preço de garantia daquele ano-safra. Isso provocou uma grande crise na vida da Cooperativa e o Banco do Brasil chegou a decretar intervenção na empresa. No entanto, em decorrência desta geadada, o IBC – Instituto Brasileiro do Café – lançou um programa de financiamento de máquinas de beneficiamento de algodão com o objetivo de diversificar a economia das regiões cafeeiras e torná-las menos vulneráveis às ocorrências climáticas. A Cooperativa aproveitou a ocasião para adquirir sua primeira máquina e os produtores foram incentivados a plantar algodão. Já na primeira safra, em 1969, a COCAMAR recebeu uma quantidade surpreendente de algodão e sua situação se tornou mais estável. A monocultura na região iniciava seu declínio, mas ainda fixava um grande contingente de pessoas no campo.

Um novo ciclo desenhava-se no início da década de 1970: a cultura mecanizada de grãos, a soja como cultura de verão e o trigo como cultura de inverno. A COCAMAR construiu em 1972 seu primeiro armazém graneleiro. Essa foi uma ação pioneira da cooperativa, o que promoveu uma grande mudança no perfil da agricultura regional de grãos, uma vez que os agricultores tinham a garantia de estocar a safra. Nesta época, nenhuma multinacional planejava investir em armazéns

graneleiros na região. Apesar da soja se constituir em meados da década de 1970 na principal cultura da região, o começo da comercialização foi muito complicado. Não se tinha conhecimento de como lidar com a Bolsa de Chicago e tampouco que as cotações da soja variavam a cada segundo; também eram desconhecidos da diretoria os caminhos da exportação e da formação de preços. O início foi um longo aprendizado, mas em pouco tempo a empresa já estava estruturada para dar sustentação à nova realidade da agricultura.

A mecanização agrícola desencadeou um grande processo de êxodo rural o que, além de outros fatores, viabilizou a industrialização da cooperativa com a implantação em 1979 de uma unidade de esmagamento de soja que fornecia óleo bruto e degomado para outras indústrias. Havia auto-suficiência de matéria-prima e a política adotada pelo governo, o período era o do chamado “milagre brasileiro”, estimulava a transformação industrial dos produtos da lavoura com a injeção no setor de dinheiro fácil e com juros subsidiados. Esses recursos vieram, em boa parte, da tomada de empréstimos no exterior pelo Governo federal numa época de grande liquidez internacional vinculada aos chamados “petrodólares”. Tais empréstimos tinham à época juros baixos, mas os contratos tinham cláusulas de “juros flutuantes”. Não muito tempo depois esses juros “flutuaram” sempre para cima, constituindo-se no principal fator do crescimento exponencial da dívida externa brasileira e também por uma grande crise enfrentada pela COCAMAR ao final da década de 1980.

Com a atuação mais forte do cooperativismo, multinacionais e cerealistas encerraram suas atividades na região. O acesso às Bolsas de mercadorias nacionais e internacionais anteriormente era privilégio das empresas multinacionais. A cooperativa também foi decisiva não só na política de preços da safra a ser comercializada, mas também no fornecimento de insumos. Ao eliminar a figura do intermediário o sistema de cooperativismo promoveu o barateamento da produção.

Em 1983 foi montada a refinaria de óleos vegetais, a fábrica de embalagens plásticas e um setor de envase acoplado à refinaria. A COCAMAR foi a primeira indústria brasileira a utilizar a tecnologia de PVC biorientado em embalagens. Até então a tecnologia só estava disponível às indústrias instaladas em países europeus. Também foi inaugurada neste mesmo ano a indústria de fiação de algodão que, posteriormente, passou a dividir espaço com outras fibras.

Em meados dos anos 90, com a organização do SICREDI, cooperativa de crédito, o sistema de cooperativismo foi fortalecido ao instalar uma nova forma de concorrência com os bancos. Essa cooperativa nasceu no interior da COCAMAR, a partir da criação em 1985 da CREDIMAR – Cooperativa de Crédito Rural de Maringá Ltda e atualmente o SICREDI Maringá tornou-se uma das maiores cooperativa de crédito do país.

No final da década de 1990 a cooperativa investiu no mercado de varejo, lançando novos produtos que alcançaram grande aceitação, graças a grande credibilidade e o conceito de qualidade da COCAMAR junto aos consumidores. Atualmente a cooperativa é um conglomerado de diversas unidades industriais que industrializam 87% dos produtos recebidos: de óleo e farelo, refino e envasamento de óleos, fiação de algodão, torrefação e moagem de café, fábrica de sucos e néctares de frutas, fábrica de bebidas à base de soja, fábrica de molhos e maioneses, destilaria de álcool, fábrica de suco concentrado e congelado de laranja, usina de preservação de madeira, inúmeros armazéns, dois institutos tecnológicos. Possui inúmeros entrepostos em cidades vizinhas a Maringá.

Além de todos os cuidados com a produção, comercialização e prestação de assistência técnica aos produtores, uma nova gestão inteiramente profissionalizada da cooperativa implantada a partir de 1996, procurou eliminar o máximo de ociosidade industrial com a prestação de serviços para terceiros. Uma importante parceria foi estabelecida com a COAMO, grande cooperativa sediada em Campo Mourão, que realiza parte de seu esmagamento e acondicionamento de produtos de varejo em Maringá. Em contrapartida a COCAMAR utiliza-se do terminal portuário da co-irmã em Paranaguá.

A partir de outubro de 2002 houve uma mudança de denominação e a empresa, com o objetivo de conferir à marca amplitude nacional, passou a ser COCAMAR Cooperativa Agroindustrial de Maringá.

denado (segundo e aperfeiçoando o planejamento inicial). Possui um moderado crescimento industrial (voltado para o aproveitamento da produção regional de matérias-primas e visando ao seu mercado consumidor); possui função de centro comercializador das regiões Norte, Noroeste e Oeste do Estado do Paraná; tem se afirmado como centro cultural e universitário; e, principalmente, se firmado como centro financeiro e de capitalização de recursos para investimento em benefício da região. Nesta década a cidade chegou a ter o maior índice percentual de crescimento urbano do país. Segundo a edição de comemoração do

cinquentenário da ACIM, nesta época já havia ocorrido um grande amadurecimento do empresariado local na relação direta com o mercado. Até por isso, passou a ser ordem do dia a preocupação da Associação com a permanente educação do empresário. Foram criados convênios com instituições de ensino superior para aprimoramento do atendimento em setores de apoio cruciais às empresas. Não é sem motivo que a ACIM dá ênfase ao papel desempenhado pelo CESUMAR - Centro Universitário de Maringá – como prestador de serviços ligado à educação e afirma que Maringá é “um modelo na relação empresa e escola” (ACIM, 2006, p. 93). O reitor Wilson Matos Silva é um dos comentaristas que fazem a apresentação da revista nas páginas iniciais.

A partir de 1999 a ACIM, o SIVAMAR – Sindicato do Comércio Varejista de Maringá, a APRAS – Associação Paranaense dos Supermercados, e a FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná se uniram para escolher anualmente o “empresário do ano”. Em 1999 o escolhido foi o reitor Wilson Matos, em 2000 o industrial Benito Finco e em 2001 o atual presidente da COCAMAR, Luiz Lourenço, foi o homenageado. Como bem observou Foucault (1999), a escola e a indústria são estruturas de fixação dos indivíduos no processo de produção.

A edição comemorativa da ACIM comenta também que na década de 1990 a cidade de Maringá tinha amadurecido, colhia então os frutos de uma geração que tinha estudado, se qualificado, que havia sido talhada para participar de uma transformação que a cidade começava experimentar “sem perder a beleza, a qualidade de vida e a visão do ser humano” (ACIM, 2006, p.125).

Os anos 1990 plantaram a semente para que as bases da cidadania, da responsabilidade social e da ética florescessem em Maringá em toda sua plenitude. Houve a união de todos os segmentos em busca do bem comum. Diversas ONGs foram criadas para defender a integridade da cidade, como CODEM, IDR, Conselho de Segurança e, claro, entidades mais tradicionais como ACIM, Sociedade Rural, Apras (Associação Paranaense dos Supermercados), Fiep, Sivamar, Arcomar (Associação dos Revendedores de Combustíveis de Maringá), SINDEVEST (Sindicato da Indústria do Vestuário), entre outras.

A prefeitura fala a língua da comunidade. A Câmara ouve os anseios da população. Os veículos de comunicação defendem projetos da cidade. Até órgãos mais fechados e com passado policialesco como as polícias Militar e Civil, receitas Federal e Estadual, procuradoria da defesa do Consumidor, Ministério do Trabalho, estão trabalhando na educação dos cidadãos e não apenas dentro do rigor da lei.

Maringá já não segue Curitiba ou Brasília com o “pires na mão”. Ela leva projetos auto-sustentáveis e, aos governos, dá mais do que recebe. [...]

O Brasil vem até Maringá. A cidade tornou-se referência pelos seus projetos que possui (sic) como Codem, Sicoob, Conselho de Segurança, entre outros. [...] A cidade não pensa apenas na cidade. Seja por altruísmo, seja por questões meramente comerciais, as lideranças de Maringá passam a lutar pelo

desenvolvimento econômico e social da região. Projetos regionais passam a contar com o apoio da ACIM, Cocamar, de outras entidades e dos políticos locais. (ACIM, 2006, p.125, *grifos nossos*).

Percebe-se que não há muita diferença no discurso da ACIM e o da Companhia Melhoramentos, também em sua edição comemorativa de cinquentenário, relatado anteriormente. Ambas estão inseridas em relações de produção nas quais o saber é valorizado porque o poder-saber se relacionam, se retro alimentam. Os discursos que articulam o regionalismo com o pioneirismo servem para mobilizar corações e mentes de trabalhadores e pequenos empresários a se fixarem e realizarem sobre-esforços produtivos. E o fazem porque isso dá sentido aos seus próprios interesses (ELIAS, 1994a). Simultaneamente, o humanismo em ambos os discursos justifica e legitima todas as ações.

Quando se foca o panorama nacional nessas décadas, 1970, 1980, 1990, verifica-se que Maringá não é uma ilha isolada para qual o País converge como os peregrinos à Meca. Em meados dos anos 1970, há um crédito internacional abundante associado à crise do petróleo (os chamados “petrodólares”) que irrigou uma série de projetos da ditadura militar: a implantação de um moderno sistema nacional de telecomunicações, estradas continentais, forte expansão do sistema elétrico (incluindo usinas de geração atômica) e um projeto nacional de industrialização que pretendia aprofundar o chamado modelo de substituição de importações, através tanto da produção de bens de consumo não duráveis, quanto de bens de capital. Esse processo privilegiou mais a expansão de empresas multinacionais do que o capital nacional, as quais para aqui vieram associadas à expansão do capital financeiro, com a entrada de bancos internacionais e fusão de pequenos bancos nacionais em empresas bancárias nacionais de grande porte e tecnologia financeira complexa. Todo esse processo pressupunha um desenvolvimento não harmônico em termos geográficos, mas sim a criação de pólos que concentrassem determinada cadeia produtiva completa (em associação com o capital financeiro). Nesses pólos houve uma atração de trabalhadores que se dirigiam diretamente para essas empresas de produção de bens, bem como para a forte expansão do setor bancário (em 1985, antes da reestruturação, havia quase um milhão de bancários no Brasil) e junto a esses trabalhadores juntam-se todo um gama de outros vinculados ao setor público, comércio e serviços. No tocante à Educação há um ponto de inflexão no crescimento do Ensino Médio (e pouco depois no Superior), vinculado a uma qualificação dos trabalhadores para uma produção mais complexa, o qual tem um corte marcadamente tecnicista e uma ênfase no ensino profissionalizante. Os anos de 1980 (chamados de “a primeira década perdida”), que seriam de maturação desses projetos, sofrem os efeitos

negativos da crise mundial de superprodução, cuja resolução, que ainda está em curso, passa por uma demarcação mais draconiana na divisão internacional do trabalho, reservando a países como o Brasil a produção de bens de pouco valor agregado. Os anos de 1990, que serão chamados no Brasil de “segunda década perdida”, a crise de superprodução de capitais tem sua resolução vinculada principalmente à expansão da fronteira “serviços”, com um discurso de loas ao chamado “terceiro setor”, e a emergência das ONGs, as quais também têm surgido como forma de minimizar os efeitos de pauperização das camadas médias, abrandando tensões sociais. É nesse contexto que Maringá se desenvolve como pólo de desenvolvimento agroindustrial, comercial e financeiro, ao qual se vincula um determinado processo de acumulação de pessoas.

Quando se foca a cidade, lugar onde ocorre a concentração do desenvolvimento (constrangido a ocupar o lugar que lhe cabe na divisão internacional do trabalho), o que salta aos olhos e ofusca é a exuberância do crescimento (comparado apenas com o próprio local em momentos precedentes).

Se, por um lado, o poder municipal em Maringá erradicou todas as favelas com políticas de loteamento que não permitiam a abertura de novos bairros sem a infra-estrutura necessária e asfaltamento nas ruas – o que encarecia os lotes urbanos –, por outro lado, o município de Sarandi, ao lado de Maringá, funciona como “cidade dormitório”. Esta cidade abriga os problemas de desorganização social, que foram extirpados ou deslocados pelas administrações municipais maringaenses. No entanto, os dois distritos, Iguatemi e Floriano, apresentam a cuidadosa organização de Maringá: seus habitantes são providos de escolas, posto de saúde, equipamentos urbanos que garantem a fixação dos trabalhadores à localidade, bem como oportunidade de trabalho em indústrias próximas.

Na fala do diretor da Companhia Melhoramentos, Hermann Moraes de Barros, Maringá era sua “menina dos olhos”. No entanto, as relações que se travaram entre a Companhia e as administrações municipais, a partir da gestão de Inocente Villanova Junior, não foram tão cordiais. O primeiro prefeito de Maringá (1952-1956) iniciou tumultuadas batalhas sobre impostos territoriais que incidiriam sobre os terrenos não comercializados pela Companhia. Inúmeros embates já foram travados em relação aos terrenos doados pela Companhia à administração pública por ocasião da colonização da região, mas nenhum foi tão rumoroso quanto aquele travado quando da implantação do Projeto Ágora. O Projeto foi criado para viabilizar a remoção e transferência do complexo ferroviário do centro da cidade e reurbanizar a imensa área, criando um novo centro para Maringá - projetado inicialmente pelo

arquiteto Oscar Niemayer. À Companhia não faltou a percepção do vulto deste projeto arrojado que viabilizou a edificação de imensos e luxuosos prédios de apartamentos e também aqueles destinados a *shoppings*, hotéis etc. Em ruidoso processo, minuciosamente relatado por Correa Jr. (1991), a Companhia pretendeu uma indenização, a ser paga pelo poder público maringaense em doze parcelas mensais e sucessivas, superior ao orçamento anual do município. No entanto, a área não mais lhe pertencia uma vez que, por ocasião da nacionalização da Companhia, como já foi mencionado, todo o complexo da ferrovia foi transferido para o Governo Federal

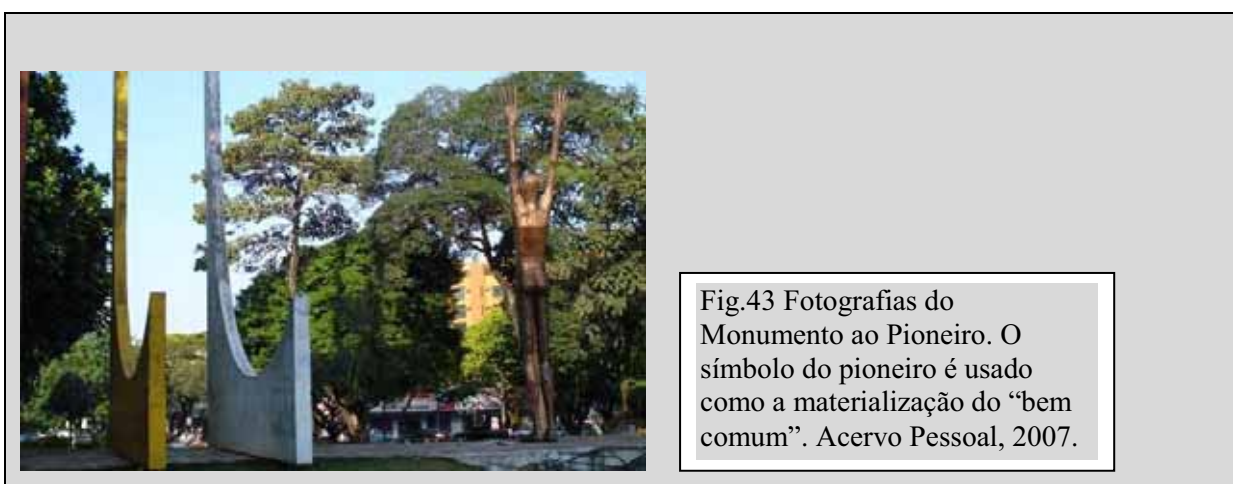
O PIONEIRO: UM SÍMBOLO COMO SÍNTESE

Parece haver um momento no qual não é necessário mais ao poder esconder intenções. Talvez não seja mais necessário, ou talvez não seja mais possível dissimular as estratégias que mantém no poder alguns grupos.

O pioneirismo, tal como atualmente é veiculado e reproduzido no imaginário das novas gerações maringaenses, pelo *marketing* das grandes Instituições e pela mídia, apaga o cenário das lutas que as pessoas travaram. O saber histórico, produzido por grandes corporações como a Companhia Melhoramentos, a ACIM, COCAMAR e a própria Igreja Católica, cujos exemplos são suas luxuosas edições comemorativas, minimiza as lutas, o suor, as lágrimas, a dor, o medo, as necessidades de toda ordem que homens e mulheres enfrentaram na região pioneira. E, sobretudo produzem um discurso em que seus interesses particulares são apresentados como “bem comum”. Aquelas pessoas que lutaram no trabalho diário, que amarraram trapos nas mãos para agüentar o sofrimento físico que o machado, a foice ou a enxada infringiam, pessoas que viram filhos morrerem à míngua – vítimas da falta de recursos médicos ou da deficiência das condições operacionais e até mesmo sanitárias dos hospitais – são convidados a lembrar nestas edições comemorativas não o que as pessoas foram, mas o que é preciso, para essas grandes Instituições, que elas lembrem que foram.

O Monumento ao Pioneiro representa a totalidade dessas pessoas, uma vez que não tem rosto. Não há heróis, todos são heróis, todos se reconhecem heróis. Mas se todos são iguais, do que se sugere de certo modo a ausência de luta, houve apenas o confronto entre esses iguais e as condições adversas a que estavam expostos. Essa parece ser a mensagem do pioneirismo, tal como é veiculada atualmente.

É comum meu pai referir-se a si como “caipira”. Professor Arnaldo intitulou-se, durante a entrevista, ao comentar sobre um episódio ocorrido no período da graduação, como “pobre jeca”. Esses termos, usados por pessoas que participaram da expansão da classe média no período de colonização do Norte do Paraná (inclusive uma “classe média rural”), produzem efeitos de poder porque o espaço do discurso é organizado no campo do “outro”, no campo dos colonizadores econômicos. Percebe-se assim que essas técnicas, a utilização de termos como “jacu”, “caipira”, “jeca” e “pionerismo”, fazem parte dos procedimentos minúsculos do poder, que organiza, ao mesmo tempo, espaços e imagens.



Por isso a posse da memória da época pioneira não é o que se tem a partir das publicações citadas. Nelas há a idéia de possibilidade de acúmulo, de um tipo de arquivo geral que encerra os tempos e as formas, como se fosse possível constituir um lugar inacessível à agressão do tempo, ao eternizar o “pioneirismo” e os efeitos de poder dos discursos vinculados a ele.

Na história dos enfrentamentos é possível entender as condições de existência das relações de produção que caracterizam as sociedades capitalistas. Os materiais obtidos e as entrevistas coletadas nesta tese mostram que nas relações de classe político-econômicas, a dominância na relação vem da esfera política. A Companhia Melhoramentos, a COCAMAR, a ACIM parecem saber disso, a Igreja também, quando produzem materiais de divulgação voltados para uma maior inserção na sociedade. A mídia produz diariamente imagens do jogo político que se estabelece em toda a sociedade, mas aos olhos da população as políticas econômica, partidária e sindical são tediosas. E no momento em que se tornam tediosas não são vistas. Por essa razão a história pautada nas lutas, nos combates, tem também como objetivo reativar a atualidade histórica como sendo importante para que não só a política seja

retomada como importante, mas também a cultura política. Talvez essa seja a única forma, observa Santos (2000), de superar o senso comum regulatório que transforma a anormalidade em que vivemos na única normalidade possível e desejável.

2.2.3 Fé e religiosidade

“A IGREJA que brotou da mata” é o título do livro do Padre Orivaldo Robles, uma obra que procura resgatar a história dos cinquenta anos da Diocese de Maringá. Percebe-se nele que esta história da Diocese é intencionalmente levada a confundir-se com o exercício da vida religiosa de Dom Jaime Luiz Coelho – primeiro bispo da Arquidiocese de Maringá que esteve no exercício do bispado por mais de quarenta anos – e com a história da colonização que resultou na cidade de Maringá. Apesar de aposentado de suas funções religiosas, a influência de Dom Jaime na comunidade ainda é muito forte. Uma das formas de interpretar essa influência é cultivada pela própria Igreja Católica, como se pode perceber no texto abaixo, excerto da obra de Robles (2007).

Antonio Facci, pioneiro de Maringá e escritor, observou, há não muito tempo, que Maringá se constitui em cidade diferente de todas as outras de igual porte. Não só pela exuberância de uma arborização que ainda preserva parte do verde da mata original. Não só pela pujança do seu comércio, que chegou a ostentar, faz algum tempo, o posto de segunda praça atacadista do Brasil, atrás apenas de São Paulo. Não só pelo número de universidades e cursos superiores, que atraem estudantes do Brasil inteiro e de países vizinhos. Acima de tudo, Maringá é diferente porque, sessenta anos depois de nascida, mantém elevado nível de solidariedade, como acontecia entre os primeiros moradores. As dezenas de obras beneficentes, multiplicadas e visíveis por todos os cantos, refletem a marca de um sofrido começo, quando os habitantes daquela boca de mata cultivavam fortes laços de união, sob pena de sucumbirem às agruras do meio. Não se podia estiolar o espírito de família que os tornava não só unidos, mas responsáveis um pelo outro, e todos, pela cidade que era sua.

Em outros lugares esse calor de vida se perdeu. Não em Maringá. Por uma razão historicamente inegável, segundo Facci. Porque Maringá teve o privilégio de acolher um homem que lhe ensinou, pelo exemplo de anos seguidos, a abrir o coração para as necessidades do outro. Mais ainda: ele transmitiu uma lição que Maringá incorporou à sua experiência de vida: a lição que o outro não é estranho, é irmão. Esse homem se chama dom Jaime Luiz Coelho.

Para confirmar, quando a ACIM – Associação Comercial e Industrial de Maringá, no dia 6 de agosto de 2003, entregou a primeira comenda Américo Marques Dias, criada para comemorar seu cinquentenário, o presidente Arioaldo Costa Paulo confessou que não encontrou dificuldade em escolher o homenageado. Não podia

ser outro: “se Maringá é hoje uma cidade unida e comprometida, dom Jaime foi o responsável por isso”. (Ibid., p.212).

As condições para que o poder do bispo na cidade se fizesse sentir, provavelmente, tiveram sua gênese nas relações que constituíram o processo de colonização da região pioneira do Noroeste do Paraná, nas quais a Igreja Católica teve muita influência por solicitação da Companhia Colonizadora. A análise mostrará que não há apenas um ato formal (de solicitação da vinda da Igreja), que se esgota em si mesmo, mas um processo de associação que se desdobra ao longo do tempo em ações conjuntas ou complementares. Percebe-se, pela história da região pioneira, que as condições econômicas, sociais e políticas da época propiciaram uma parceria entre a Companhia de Terras e a Igreja Católica. As relações que se estabeleceram a partir das necessidades impostas à Alemanha pela Primeira Grande Guerra e os interesses econômicos do grupo inglês, fizeram da Igreja Católica um dos agentes que influenciou fortemente na cultura que se formava nessa região pioneira. É a história dos domínios do saber em relação às práticas sociais que faz nascer um tipo novo de sujeito de conhecimento: a cultura dos imigrantes não isolou saberes, não se impôs a uma sociedade que nascia. Não houve tentativa de imposição de uma cultura, como em determinadas regiões do país e até mesmo no Paraná em que culturas como a germânica e a italiana buscaram criar núcleos próprios. O núcleo do interesse estava nas relações econômicas, na necessidade de expansão do capitalismo, principalmente o inglês, uma vez que os novos métodos de produção, decorrentes da Revolução Industrial, criaram um excedente que forçava a abertura de mercados e a expansão dos negócios. As relações capitalistas que surgiram na região pioneira nem tão pouco foram equivalentes àquelas vigentes nos países originários. A cultura do mandonismo, essa especial forma de relação capitalista vigente em países periféricos, distorce as relações capitalistas primárias em sua característica de impessoalidade, em favor de figuras individuais, quer sejam políticas, religiosas ou comerciais.

Não se sabe ao certo a data da chegada do primeiro vigário de Maringá, Padre Dr. Emil Clemens Scherer, mas acredita-se que foi em 1939. Sua vinda para o Brasil, ao fugir de certos problemas relacionados com o governo de Hitler, foi viabilizada com a transferência de seus bens na forma de investimentos em terras paranaenses por meio do acordo que a Companhia de Terras Norte do Paraná mantinha com o próprio governo alemão. Essas terras, próximas a Maringá, foram incorporadas posteriormente ao patrimônio da Igreja e nelas foi instalado um noviciado. Foram os ingleses que propuseram a vinda do padre através desse tipo de transação. Eles se preocupavam com a paz e a ordem nos novos núcleos que se

formavam, argumenta Robles (2007), e acreditavam que um padre poderia impedir que a região se tornasse uma espécie de faroeste brasileiro. Aos colonizadores não escapava o apego do homem rural à sua religião e muito menos a sólida formação cultural do padre alemão. A Companhia, por sua origem inglesa, já tinha incorporado em seus procedimentos de gestão os novos controles sociais adotados na Inglaterra no século XIX, sendo a implantação destes o principal modo de controle a ser adaptado às condições de produção da região pioneira. Na esfera religiosa, complementar, apareceu mais adequado não impor a Igreja Anglicana inglesa, mas sim a Católica.

Esses novos controles sociais nasceram ao fim do século XVIII, segundo a análise de Foucault, em decorrência de uma nova distribuição espacial e social, centrados em três aspectos: vigilância, controle e correção. Mas não se tratava mais do controle exercido por leis explícitas, relativo ao Direito Penal que pune o indivíduo por danos causados pela infração à sociedade. Era um controle exercido por grupos ao nível não do que se faz, mas do que se é e do que se pode fazer. No entanto, esse tipo de controle sofreu um deslocamento no tempo, ao longo do espaço social: no século XX, as instituições deixam de ser fundamentalmente estruturas de vigilância de um grupo ou de uma sociedade (o que é um ponto fundamental neste mecanismo de controle) e passam a ser estruturas de aglutinação, de fixação dos indivíduos para constituí-los como grupos. Os indivíduos internalizam as práticas discursivas das instituições que os constituíram como grupos e põem em funcionamento relações entre si em que cada um é, por assim dizer, a própria instituição na sua função de vigilância, controle e correção de todos. A Escola fixa os indivíduos a um aparelho de transmissão de saber, a Igreja fixa os indivíduos a um aparelho de normalização. Assim, como a Escola e a Igreja têm como objetivo comum ligar o indivíduo a um processo de produção, a Companhia de Terras procurou dotar a região pioneira de orientadores espirituais e educacionais.

Padre Scherer foi responsável pela construção da primeira igreja de Maringá, a atual Capela Santa Cruz que faz parte do Colégio das Irmãs Carmelitas. A igreja foi sede da antiga paróquia do Maringá Velho - região do primeiro conjunto de casas de Maringá, situadas em uma clareira na mata:

Maringá era capela da paróquia de Mandaguari. [...] Começou a tomar conta de Maringá Velho no dia primeiro de janeiro de 1946 o Revmo. Pe. Dr. Emílio Clemente Scherer que era proprietário da fazenda São Bonifácio. [...] o diretor Mr. Thomas [da Companhia] [...] estava mais em favor de construir a capela no centro

do futuro Maringá Novo. Mas como naquele tempo em Maringá Novo não havia nem uma única casa a comissão resolveu de erguer a capela em Maringá Velho, a saber, no lugar que ela hoje de fato se acha. [...] Coberta a capela e um altar provisório feito, celebrou-se a primeira missa na nova capela no domingo da paixão de 1947. Já neste dia a capela era pequena demais. A população mostrou durante a construção generosidade e espírito de sacrifício contribuindo com muitos donativos. Pouco a pouco a capela foi interiormente artisticamente terminada. [...] No dia da fundação de Maringá Novo a Companhia Melhoramentos fez a doação de Cr\$20.000,00 para a capela de Maringá Velho, dia 10.V.1948. (PARÓQUIA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, in ROBLES, 2007, p.117-118).

Padre Scherer era intempestivo e autoritário, cultivou um difícil relacionamento com colegas de ministério e até mesmo com a Companhia quando foi contrário ao projeto diretor da cidade que estabelecia o centro como o eixo monumental formado pela tríade igreja matriz – estação ferroviária – campo de futebol.

Em 1950, Maringá deixou a condição de capela de Mandaguari para tornar-se paróquia. Foram criadas duas paróquias, a que respondia pelo Maringá Novo e a outra pelo Maringá Velho. Houve discórdia quanto ao nome do vigário que assumiria a paróquia do Maringá Novo: foi cogitado que o interesse financeiro, dada a proximidade do cartório à nova paróquia, teria interferido na nomeação do novo vigário. Assim, Padre Scherer continuou respondendo pela paróquia do Maringá Velho. Em 1951 as duas paróquias foram unificadas e a Igreja Santa Cruz foi reduzida à condição de capela.

A Companhia Melhoramentos por certo cuidava para que equipamentos urbanos fossem construídos de forma a atender aos pioneiros e, conseqüentemente, resultar na valorização das terras que comercializava. Seus diretores solicitaram, ao bispo de Mandaguari, religiosas para se criar um colégio feminino em Maringá. Em 12 de junho de 1952, segundo Robles (2007), chegaram a Maringá as sete primeiras Irmãs Carmelitas da caridade que seriam responsáveis pelo Ginásio Santa Cruz, o primeiro órgão de ensino particular de Maringá. A Companhia doou à paróquia, dentre outros seus, o terreno para o Ginásio:

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná [...] doou e reservou para a paróquia por título de Mitra Diocesana os seguintes terrenos:

- um alqueire de terra ao lado do cemitério para a construção de um Ginásio Diocesano.
- um alqueire de terra entre Maringá Novo e Vila Operária para a construção de uma Santa Casa como propriedade da Mitra Diocesana.
- todo o terreno necessário para a construção da nova Igreja Matriz conforme a planta, que fora apresentada pelo Exmo. Snr. Bispo Diocesano.

- um quarteirão inteiro para o futuro Colégio feminino em Maringá Velho, i. é. o quarteirão em que atualmente fica a Igreja Sta. Cruz com a casa paroquial anexa.
- uma data⁹ vizinha à área da Casa Paroquial, para a possível ampliação da mesma. [...] o superintendente da Companhia prometeu reservar mais dois quarteirões para futuros projetos do Exmo. Snr. Bispo, no bairro residencial, que hoje ainda é mato fechado. (PARÓQUIA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, in ROBLES, 2007, p.124).



Fig. 45 Capela Santa Cruz, situada no terreno do atual Colégio Santa Cruz. Está, atualmente, passando por processo de restauração. Acervo pessoal. 2007.

Desde a vitória da Revolução de 1930, as relações entre a Igreja e o Governo Revolucionário começaram a estreitar-se e a Igreja foi ganhando terreno na esfera política. Em 1934, graças à atuação de Dom Sebastião Leme, o catolicismo foi restituído à condição de religião oficial do povo brasileiro – privilégio perdido com a Constituição de 1891. A nova Constituição de 1934 foi promulgada em nome de Deus; o catolicismo, instituído como religião oficial; foi implantado nas escolas primárias e secundárias o ensino facultativo da religião católica; a assistência religiosa às Forças Armadas, penitências, asilos foi oficialmente autorizada. (ABRIL, 1980, p.94).

Além da Educação, a Companhia recorreu à Igreja também no atendimento às questões da Saúde. Em 18 de setembro de 1953 chegaram a Maringá os alemães Irmãos da Misericórdia de Maria Auxiliadora que prestaram serviços na Santa Casa de Misericórdia de Maringá, fundada em 12 de junho de 1954.

A Igreja sempre esteve presente em frentes ligadas ao assistencialismo:

- Em 27 de março de 1959 as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo vieram dirigir o Albergue Santa Luiza de Marillac, por intervenção do primeiro bispo de Maringá. Monitorado pela Igreja há quase cinquenta anos, o albergue possui excelentes instalações e atende a uma média superior a 30.000 clientes/ano.
- O Lar dos Velhinhos foi fundado pelo Rotary Club, mas desde 8 de maio de 1966 é administrado pela Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição.
- O Lar Escola da Criança é gerido pelas Irmãs Murialdinas de São José.

⁹ Em Maringá é comum referir-se a lotes de terra como “datas”.



Fig. 46 Conjunto de fotografias da sede da Cúria Metropolitana. Acervo pessoal. 2007

A sede da Cúria Metropolitana de Maringá está situada na região central de Maringá, próxima à Catedral. No detalhe do *outdoor*, locado no terreno da Cúria, que anuncia a Santa Casa de Maringá, é destacada a associação do hospital e da Igreja Católica através do símbolo estilizado da Catedral, locado ao alto e a esquerda, logo acima de onde aparece a própria Catedral, na fotografia da cidade. O *outdoor* veicula as qualidades diferenciadoras que o hospital advoga como suas em relação ao mercado médico-hospitalar: “Pioneirismo, Modernidade e Humanização”.

DOM JAIME: UMA VIDA, UMA CIDADE.

Dom Jaime Luiz Coelho foi escolhido, pelo Papa Pio XII, Bispo de Maringá. Em 24 de março de 1957 foi criada a Diocese de Maringá com a chegada do novo bispo.

No dia 24 de março de 1957, no aeroporto de Maringá envolto num turbilhão de pó, por volta de 15h00, o novo bispo pisou pela primeira vez o solo de Maringá. [...] Uma multidão de quase 30.000 pessoas reuniu-se no campo de pouso, ao longo da Avenida Brasil, na Avenida Getúlio Vargas e na praça da Catedral. Para que dom Jaime conseguisse caminhar, foi necessário formar a sua volta uma corrente de braços, a fim de que o povo, na ânsia de cumprimentá-lo, não colocasse em risco sua segurança. Em veículo aberto, foi acompanhado, sob ruidoso foguetório, por um cortejo de aproximadamente 500 veículos ao longo da Avenida Brasil. [...] A entrada solene na catedral de madeira só não levou o novo bispo às lágrimas de desalento porque, a seu lado, esforçando-se por fazê-lo sorrir, o espirituoso dom Mousinho cochichava: “Veja que maravilha de catedral. Sinto inveja de você. Olhe as colunas, os capitéis, os lustres... Que obra imponente!” (ROBLES, 2007, p.139).

A Companhia havia reservado para o seminário da futura diocese um alqueire de terras, mas dom Jaime não gostou da localização e conseguiu dela outros cinco alqueires no meio do

mato. Apesar das dificuldades, aos 15 dias de agosto de 1958 o bispo lançou as pedras fundamentais do Seminário e da Catedral.



Fig. 47 Recepção a Dom Jaime no aeroporto. (ROBLES, 2007, p.24)

Dom Jaime concebeu uma catedral diferente de todas: inspirado pelos *sputiniks* idealizou uma estrutura que parecia ascender aos céus. Por interferência de um dos diretores da Companhia coube ao arquiteto José Augusto Belluci dar forma final ao projeto do bispo. No dia 10 de maio de 1972, jubileu de prata da cidade e 15º aniversário de instalação da diocese, a etapa de concretagem da Catedral de Maringá foi considerada finalizada. Até o final do século XX a Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Glória de Maringá, um corajoso projeto da arquitetura sacra, conservava a posição do monumento mais alto da América do Sul e 10º entre os mais altos do mundo.

Robles (2007), utilizando um texto de dom Jaime, destaca as relações da Companhia com a Igreja quanto à educação dos filhos dos pioneiros que adquiriam as terras postas à venda. Para isso a Companhia reservou

[...] amplas áreas na cidade de Maringá para os diversos estabelecimentos de Ensino. Na Zona 2, a 09 de setembro de 1951, lançava a pedra fundamental do “Colégio Maringá”, sendo o mesmo inaugurado oficialmente a 10 de maio de 1952, 5º aniversário da cidade, sendo o 1º Diretor o Professor Anthero Alfredo Chaves Santos. No dia 24 de agosto de 1954 a Mitra Diocesana de Jacarezinho assume a Direção do Colégio na pessoa do Padre Cleto Altoé. Instalada a Diocese de Maringá em 1957, Dom Jaime conseguiu a colaboração dos Irmãos Maristas para a direção do Colégio, que o assumiram a 09 de dezembro de 1957, contando com os esforços do Irmão Vitor Floriano. A 10 de janeiro de 1958 chegam os primeiros Irmãos Maristas: Irmão Estevão José, Diretor e Irmãos Marcos e Zenon (COELHO, 1982, p.100 in ROBLES, 2007, p.184).



Fig. 48 A catedral antiga e a nova quando em construção. (ROBLES, 2007, p.164)



Fig.49 Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Glória. Acervo pessoal. 2007. De forma cônica, o templo se expande num diâmetro de 50 metros da única nave circular. O diâmetro interno possui 38 metros. O cone atinge a altura externa de 114 metros, e sustenta uma cruz de 10 metros, também de concreto, perfazendo altura total de 124 metros. Envolve um segundo cone, com altura livre interna de 84 metros que torna difícil, olhando para cima, perceber onde se dá o fecho. (ROBLES, 2007, p.165).

Em 24 de março de 1957 Dom Jaime assumiu o bispado de Maringá. Em julho de 1959 iniciou-se a construção da nova catedral e em 10 de maio de 1972 foi concluída a etapa em concreto. Um período curto, tanto para sua idealização – dois anos apenas após a instalação da Diocese –, quanto para a execução da obra que exigiu uma grande captação de recursos.

A cada etapa da obra, a população era convocada a se envolver no processo através de promoções. Um processo interessante de legitimação que faz a todos sentir como um dos seus construtores.

É interessante notar também que, embora a região estivesse em seus primórdios, já existia no país conhecimento técnico para se edificar uma obra de engenharia desta envergadura. O país estava às vésperas da construção de Brasília, quando foi feito o projeto estrutural da catedral. As arrojadas peças, projetadas para a nova capital do país por Niemeyer e cujos cálculos estruturais foram realizados por Joaquim Cardozo, demonstraram também que o país já contava à época com um importante conhecimento técnico em engenharia. Muita da madeira utilizada para a construção da capital federal era proveniente da região Noroeste do Paraná.

A fé, segundo entendimento da Teologia, é uma entrega do ser humano à Deus através de orações e demonstrada em ações concretas e não através de monumentos. Monumentos, mesmo os sacros, demarcam poder humano. Até mesmo a Igreja Católica parece reconhecer isso quando por ocasião do Concílio Vaticano II (em 1965), no documento *Apostolorum Successores* – Diretório para o Ministério Pastoral dos Bispos –, é recomendado que não mais se construa templos e prédios de Instituições Católicas grandiosos.

A instalação das Instituições de Ensino católicas obedeceu a seguinte ordem cronológica:

- Em 1957 a Companhia doou à paróquia São José um terreno para a construção de uma escola paroquial. Os padres da paróquia solicitaram à Alemanha que enviasse para organizar a Escola uma irmã da mesma Congregação. De Escola passou a Ginásio, depois Escola Normal para finalmente tornar-se Colégio Santo Inácio.

- Em 1961 foi aberto o Grupo Escolar Ipiranga. Era dirigido pelas Missionárias de Santo Antonio Maria Claret e se tornou posteriormente o Colégio Estadual Ipiranga.

- Em 1966 foi criado o Externato São Francisco Xavier, sob a direção das Irmãzinhas da Imaculada Conceição.

- Em 1967 foi construído o Colégio Regina Mundi.

Inúmeras escolas sob a direção de religiosos foram implantadas nas cidades vizinhas. Além disso, há escolas de educação religiosa como Seminários e Noviciados na região de Maringá e proximidades.

Em 28 de agosto de 1959 foi criada pela lei estadual nº 4070 a Faculdade de Ciências Econômicas e Dom Jaime foi seu o primeiro diretor. Ela funcionou inicialmente no prédio do Colégio Marista, posteriormente foi mudada para o pavimento superior do atual Instituto de Educação e, por fim, foi transferida para o atual *campus* da UEM. O bispo era responsável pela disciplina “Ética e Sociologia”.

O Bispo sempre esteve envolvido com todas as instâncias da sociedade maringaense. Participou da fundação da UMES – União Maringaense dos Estudantes Secundários (a Companhia Melhoramentos cedeu o terreno para a sede da entidade) em junho de 1958 e esteve envolvido com a “Marcha da Produção”, uma tentativa frustrada de agricultores de ir até a capital federal para reivindicar melhores preços para a produção e mais assistência à lavoura cafeeira. Participou de movimentos de greves ao lado de operários, e teve participação ativa na criação da Junta de Conciliação e Julgamento de Maringá.

Nunca se absteve de participação política. O governador paranaense Ney Aminthas de Barros Braga (gestão 1961-1965) nunca escondeu que considerava um fator decisivo, em sua vitória nas eleições, o apoio político que Dom Jaime manifestou publicamente em seu favor. Da mesma forma, influiu na vida política partidária de Maringá, ao tornar clara sua posição em relação aos sucessivos candidatos a prefeito e vereadores da cidade.

Dom Jaime sempre esteve presente na mídia. Tal possibilidade parece ter resultado do fato que a indústria cultural, ao juntar elementos de há muito correntes, atribui-lhes uma nova qualidade, como observou Adorno (1987). Trustes poderosos, ao servir-se de discursos religiosos, nacionalistas e culturais desejam fazer crer na autonomia, dentre outros, destes *valores* e, com uma quantidade muito maior de meios, os difundem e reproduzem, seja porque são vendáveis, ou, porque garantem a venda de outros produtos. A cultura de massa, e dela a religião tem sido um dos componentes, tornou-se um objeto rentável e maleável, segundo as necessidades da produção. Conseqüentemente, as empresas, as administrações, as potências da informação se põem em busca de *valores* e procuram restaurar as relações humanas através da técnica, em uma sociedade na qual a comunicação tornou-se obsessão na prática social. No entanto, observa o autor, não se trata nem das massas em primeiro lugar, nem das técnicas de comunicação como tais, mas do espírito que lhes é insuflado, a saber, a voz do seu senhor. O controle da técnica, dotada do poder de transformar e sempre reservada à elite, subjaz aos enunciados, tornando-os parecidos e inofensivos: os personagens diversos são igualmente apresentados, a fim de transferir, sem mais, a motivação do lucro às criações espirituais.

Logo após a chegada de Dom Jaime a Maringá, a Rádio Cultura de Maringá – primeira emissora de rádio da cidade que iniciou suas atividades em 15/06/1951 – ofereceu a ele um programa, transmitido às dezoito horas, que se manteve no ar por várias décadas. Além disso, por mais de dez anos a emissora transmitiu a missa dominical celebrada na Catedral às nove horas da manhã, antes de um prestigiado programa da emissora. Há quarenta e oito anos ininterruptos é veiculado na imprensa local um artigo dominical de Dom Jaime.

É desta forma que a indústria cultural se transforma em *public relations*, sem relação com os produtores ou objetos de venda particulares, observa Adorno (1987). Sua técnica permanece externa ao objeto e, assim, se exime cuidadosamente de tirar todas as conseqüências de suas técnicas em seus produtos - estas janelas abertas para o outro, para as necessidades do outro, funcionam apenas como ilusão de ótica; elas são reabsorvidas e folclorizadas pelo contexto em que se inserem. Este é o grande paradoxo do mundo capitalista: as empresas não criam apenas o produto, mas agregam valor de mercado a ele através do subjetivo – através da “aura”, pela presença de um *não-presente*. Ao buscar o lucro econômico, no lugar de lidar somente com o corpo, investe-se no imaterial, na criação de significados, a eles agregando valor de mercado.



Fig 53 Com apoio do bispo diocesano, Pe. Gerhard Schneider implantou em Maringá a TV Horizonte UHF que veio se tornar a atual TV 3º Milênio. A emissora tem programação de vinte e quatro horas diárias. Acervo pessoal, 2007.

A Folha do Norte do Paraná, o segundo maior jornal do Norte do Paraná, e a TV Cultura de Maringá foram fundadas pelo Bispo de Maringá com o objetivo de formação doutrinária da população. Atualmente a Diocese conta com A TV 3º Milênio, mantida pela Igreja Católica por meio da Fundação Nossa Senhora de Lourdes.

Dom Jaime não se descuidou também de uma importante comunidade constituída por grupos nipônicos, que foram atraídos pela fama da fertilidade das terras do Norte do Paraná. O mais antigo clube social da cidade é uma colônia nipo-brasileira, ACEMA - Associação Cultural e Esportiva. Essa associação foi fundada em 1953 e congrega a Escola Mista São José, da qual o bispo foi diretor por mais de dez anos. Essa instituição privada de ensino é direcionada preferencialmente aos filhos e netos de japoneses e mantida por esta associação.

Além da participação na vida da Escola São José, com o objetivo de prestar atendimento aos católicos japoneses da cidade, em 1957 o bispo requereu ao Japão um missionário japonês. Miguel Yoshimi Kimura chegou ao Brasil em de junho de 1958. Apesar da dificuldade em aprender a língua portuguesa, Pe. Kimura foi responsável por uma obra relevante na cidade: fundou o Centro Cultural e Social São Francisco Xavier em 1960, e em 1962 lançou a pedra fundamental do Colégio São Francisco Xavier.

Portanto, dom Jaime, conscientemente, inseriu-se no sistema de produção, fazendo sua presença permear instituições e práticas sociais que regulam as relações capital-trabalho, a formação técnica e ideológica da força de trabalho; impondo-se nos locais de irradiação do poder político e econômico.

As relações introduzidas pela Companhia são um pólo determinante da acumulação de pessoas na região de Maringá. Quando certo nível de acumulação é atingido, as práticas de distribuição dos produtores necessitam de um nível maior de planejamento, controle e vigilância. A chegada de dom Jaime foi triunfal. Trinta mil maringaenses não tiveram dúvidas sobre o que fazer: foram ao poeirento aeroporto para recebê-lo. Por sua vez, também dom Jaime não teve dúvidas: uma Catedral rasgaria os céus demarcando a pujança da acumulação já realizada e reforçando a função que a Igreja tem na condução de seu enorme rebanho. Os ritos, os discursos e as práticas religiosas serão incorporados em cada indivíduo constituído por elas e referenciados no espaço através de sua distribuição numa região circular que tem o centro na Catedral. Toda essa série de relações, mecanismos, práticas e discursos convergem para destinar os produtores para os diferentes postos produtivos e, nessa esfera, cada um não tem dúvidas de que esse é mesmo o seu lugar.

2.3 DOIS BREVES COMENTÁRIOS: retomada e continuidade

O Dispositivo da Educação, Norbert Elias e três eixos propostos por Foucault

A construção de um texto requer a percepção de que o leitor constrói um texto próprio a partir da compreensão que tem de falas, gestos e escritos. Mas requer também do autor a percepção de que quase sempre o texto que o leitor constrói é diferente daquele que ele pensou ter elaborado. Por um lado isto é positivo, porque a construções que um texto possibilita é uma forma de medir seu potencial. No entanto, em um processo de exposição de uma pesquisa, quando se deseja um esforço do leitor na construção do texto, deve-se lhe fornecer meios teóricos para embasar raciocínios, meios esses que pré-configurem o campo de significados em que os raciocínios têm validade teórica. É esta amarração que desejo fazer neste momento do texto: retomar os principais pontos até então trabalhados para avaliar o encaminhamento dado à questão do trabalho, ou seja, uma proposta teórica que permita analisar as influências das relações capitalistas nas práticas docentes. O proposto até o momento foi conduzir essa análise a partir das relações existentes entre os campos da Política, da Economia e o da Educação tendo como apoio estudos de Foucault e Norbert Elias. Para Foucault a análise deve ser focada nos efeitos recíprocos do par saber-poder e para Elias ela

deveria estar pautada na forma de distribuição de funções existente em uma sociedade. Confesso que a questão que particularmente me incomoda é a Escola não ser um campo no qual as questões políticas sejam negociadas por profissionais da Educação e, sim, um campo no qual as questões políticas e econômicas negociam as funções a serem ocupadas por estes profissionais. Para isso, o dispositivo estratégico de Foucault parece fornecer formas de análise imersas numa conjuntura que possui estrutura de campo de correlação de forças: o que denominei de Dispositivo da Educação. Este Dispositivo tem um espaço próprio no qual seus efeitos aparecem: a Escola. Mas as circunstâncias que fazem o Dispositivo funcionar, que Foucault denominou de “urgências”, estão fora da Escola: são ditadas pelas necessidades e demandas da sociedade. A *verdade* que permeia a Escola e que orienta sua trajetória é objeto de debate do poder econômico e político:

[...] a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ideológicas). (FOUCAULT, 1996, p.13)

Portanto, para Foucault a *verdade* que embasa o discurso (da Escola) provém de um conjunto cerrado de relações múltiplas, uma imensa teia de sistematicidades que apesar de não constituírem a própria trama das falas, apesar de muitas vezes não serem especificadas, não são, por natureza, estranhas ao discurso (da Escola). Por constituírem um conteúdo latente nas falas, nos gestos e nas atitudes, essas relações caracterizam certos níveis do discurso, ao definir regras que o discurso atualiza enquanto prática singular. A Companhia Melhoramentos, a ACIM, a COCAMAR, a Igreja e a Escola atualizam e metamorfoseiam seus discursos singulares, mas o conteúdo latente que os caracteriza aponta para as relações capitalistas. Parece-me que essa constatação viabiliza a análise dos relatos orais neste trabalho de pesquisa, ou seja, a construção de um texto propiciado pela percepção que uma fundamentação teórica pode proporcionar a partir de uma formação discursiva que emana da fala do outro. A proposta, portanto, é partir dos três eixos de pesquisa propostos por Foucault (1977) a fim de perscrutar regras de formação discursivas nas falas dos depoentes, tendo como aliados: 1) a perspectiva histórica (como foi possível formar domínios de saber a partir

de práticas sociais?), 2) a possibilidade de análise do discurso como jogos estratégicos e, por fim, 3) o encontro dessas duas perspectivas. Essa perspectiva final, resultado desta convergência (ou confronto), deverá mostrar, pela análise, que a constituição histórica da *verdade* (que norteia práticas e distribui funções em uma sociedade) se dá também pelo discurso – tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais. O discurso é um constituinte da *verdade* ao mesmo tempo em que por ela é constituído.

As funções da escola

No entanto, para entender as relações que são estabelecidas entre a Escola e a Sociedade, segundo Foucault (2003), é preciso analisar a Escola como um circuito com dupla função. Em primeiro lugar, uma função de exclusão. As crianças de classes mais privilegiadas desde cedo são postas à parte da vida dos adultos, são levadas inclusive para “escolinhas” que antecipam a vida escolar obrigatória. Este processo de exclusão visa a tornar mais eficiente a tarefa da escola de ensinar a elas, de forma sistematizada, o que a relação com adultos desde o início de suas vidas já havia introduzido: ou seja, que parte das tensões e paixões terá que ser elaborada no interior do ser humano. A introdução de modelos de comportamento por parte dos adultos é parte da percepção estratégica, uma vez que os modelos desempenham um papel importante na estrutura de correlação de forças, necessário aos diversos confrontos produzidos na vida cotidiana. Sobretudo nas classes média e alta um autocontrole mais ou menos automatizado, acreditam seus membros, subordina os impulsos de curto prazo aos comandos de uma enraizada visão em longo prazo. Segundo Elias (1993, 2v.) quanto mais o tecido social torna-se intrincado, mais o aparato sociogênico torna-se diferenciado, complexo e com maior necessidade de estabilidade. Por isso é muito difícil a modelação social de indivíduos que a sociedade ocidental hoje requer. Para que a educação das crianças e jovens seja razoavelmente bem sucedida (segundo este modelo) ela requer uma regulação muito intensa e estável de paixões. Isso porque em sociedades em que a divisão de funções se encontra mais avançada, nas quais as cadeias de ações que ligam os indivíduos são mais longas (e, portanto há maior dependência funcional entre as pessoas), são necessários monopólios mais estáveis de força. O indivíduo é protegido contra a irrupção de violência física em sua vida, mas ao mesmo tempo terá que reprimir em si próprio a propensão à violência e às paixões. Portanto, a mudança do comportamento, analisada a partir do dispositivo estratégico de Foucault, é uma transposição do reino da produtividade predominantemente tática (restrita aos efeitos recíprocos de poder e saber), para um horizonte potencialmente desenhado pela integração

estratégica (ou seja, que tipo de postura potencializa a utilização dos efeitos recíprocos de poder e saber, que permitem a percepção da conjuntura e da correlação de forças necessários nos diversos confrontos produzidos nos campos de interesse individual ou coletivo?).

[...] Quanto mais apertada se torna a teia de interdependência em que o indivíduo está emaranhado, com o aumento da divisão de funções, maiores são os espaços sociais por onde se estende essa rede, integrando-se em unidades funcionais ou institucionais – mais ameaçada se torna a existência social do indivíduo que dá expressão a impulsos e emoções espontâneas, e maior a vantagem social daqueles capazes de moderar suas paixões; mais fortemente é cada indivíduo controlado, desde a tenra idade, para levar em conta os efeitos de suas próprias ações ou de outras pessoas sobre uma série inteira de elos na cadeia social. A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental para além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito – todos estes são aspectos da mesma transformação de conduta, que necessariamente ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias de ação e interdependência social. Ocorre uma mudança “civilizadora” do comportamento. (ELIAS, 1993, 2v., p.198)

A segunda função da Escola, segundo Foucault (2003), é a de integração. Durante o período de formação escolar o estudante recebe modelos de conduta socialmente desejáveis, formas de ambição, elementos de comportamento político, de modo que o ritual de exclusão termina por tomar a forma de uma inclusão, ou de uma reabsorção. No entanto, o resultado deste processo de formação individual, que o Ocidente denominou de civilizador, é claramente favorável ou desfavorável apenas em relação a poucos casos, em cada extremidade da escala, observa Elias (1993, 2v.). A maioria das pessoas ditas civilizadas vive um meio-termo entre os dois extremos. Aspectos socialmente positivos e negativos, tendências pessoalmente gratificantes e frustradoras, misturam-se nelas em proporções variáveis. O processo de formação individual no Ocidente gera conflitos, decorrentes da teia de relações pessoais que provocam auto constrangimento, um entrelaçamento que não tem fim, porque embora a autodeterminação da pessoa, maleável durante a infância, se solidifique e endureça à medida em que cresce, ela nunca deixa de ser inteiramente afetada pelas relações estabelecidas com outras pessoas durante toda a vida. Mas as camadas médias brasileiras, predominantemente, acreditam na Escola como condição para manter os padrões de comportamento necessários à reprodução de classe e até mesmo de mudança de classe. Suas aspirações estão na manutenção dos sinais distintivos de classe, mas também na formação que proporcionaria um *mandonismo* qualificado. A classe média aspira à liderança.

Esta dupla função que a Escola exerce, por sua vez, é decorrente de um processo que ocorreu além-mar: a normalização que foi tratada no tópico anterior deste capítulo, papel este assumido pelas ciências humanas face às novas necessidades criadas pelo capitalismo. As condições instaladas na região da cidade de Maringá provêm do capitalismo europeu, uma vez que, como já relatado, a região foi colonizada por uma companhia inglesa. Porém, as relações capitalistas que caracterizam o discurso que rege as atividades econômicas e políticas locais (e da Educação?), são metamorfoses daquelas que nortearam o discurso, em seus sucessivos deslocamentos, no desenvolvimento das relações capitalistas nos países de centro. Foi esta percepção inicial que conduziu a escolha do “pioneirismo” como recorte inicial da pesquisa histórica desenvolvida anteriormente. Uma abstração que, de antemão, se sabia manifestar-se em uma multiplicidade de outras relações particulares, passíveis de serem apreendidas pela análise teórica de discursos que apresentam determinados constituintes do saber-poder. Em outros termos, o “pioneirismo” é uma abstração que representa de forma não desenvolvida relações do todo social, que se esperava surgir a partir da análise teórica. Ao mesmo tempo, é uma abstração que faz sentido para os marcos teóricos deste trabalho, pois tem forma real de aparecer, envolve a constituição de representações mentais de habitantes da cidade de Maringá e veicula-se explicitamente em múltiplas formas discursivas (monumentos, documentos, posições institucionais, bem como falas e gestos de relações cotidianas). O “pioneirismo”, espero ter conseguido mostrar isso ao leitor, de forma alguma representa uma solene origem do desenvolvimento da região. Antes, faz parte dos procedimentos do poder que camufla o caráter fabricado do conhecimento e suas reações de retroalimentação.

A invenção – *Erfindung* – para Nietzsche é, por um lado, uma ruptura, por outro, algo que possui um pequeno começo, baixo, mesquinho, inconfessável. Este é o ponto crucial da *Erfindung*. Foi por obscuras relações de poder que a poesia foi inventada. Foi igualmente por puras obscuras relações de poder que a religião foi inventada. Vãmente portanto de todos estes começos quando são opostos à solenidade da origem tal como é vista pelos filósofos. O historiador não deve temer as mesquinhas, foi de mesquinha em mesquinha, de pequena em pequena coisa, que finalmente as grandes coisas se formaram. À solenidade da origem, é necessário opor, em bom método histórico, a pequenez meticulosa e inconfessável dessas fabricações, dessas invenções. (FOUCAULT, 1999, p.15-16, grifos do autor)

Deste recorte inicial surgiram todas as possibilidades que conduziram o trabalho de pesquisa até aqui; principalmente porque nos remeteu para as análises do tipo de colonização do qual a região foi objeto, das concepções e relações implantadas pelos colonizadores, da origem da companhia colonizadora e os sucessivos deslocamentos do discurso capitalista em

sua região de origem – discurso que a Companhia de Terras incorporou em sua matriz e soube adaptá-lo às condições nacionais e locais, fazendo emergir relações capitalistas próprias à nova região –, dos discursos das instituições importantes na sociedade maringense etc. Essa abstração permitiu a produção de uma história externa à *verdade* que funda os discursos das escolas particulares em Maringá. Há na sociedade, observa Foucault (1999, p.11), vários lugares onde a verdade se forma, onde certas regras do jogo são definidas e fazem nascer certas formas de subjetividade, domínios de objetos, certos tipos de saber, a partir dos quais é possível fazer uma história externa da verdade. Nessa história externa da verdade é possível entender os sucessivos deslocamentos do discurso no Dispositivo da Educação têm sofrido, face às novas emergências ditadas pelas relações capitalistas. Esses deslocamentos do discurso da Educação carregam em seu bojo a possibilidade de adaptações e apropriações pelas diversas instituições, e, até mesmo discursos individuais para as ramificações de uma mesma instituição, face às necessidades e possibilidades locais.

Se quisermos realmente conhecer o conhecimento, saber o que ele é, apreendê-lo em sua raiz, em sua fabricação, devemos nos aproximar, não dos filósofos mas dos políticos, devemos compreender quais são as relações de luta e de poder. E é somente nessas relações de luta e de poder – na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros, relações de poder – que compreendemos em que consiste o conhecimento. (FOUCAULT, 1999, p.23)

Por outro lado, admite Foucault (1999), existe uma espécie de história interna da *verdade*: uma verdade que se corrige a partir de seus próprios princípios de regulação. Daí, essa regulação interna da verdade pode constituir-se em pontos de resistências ao discurso que a história externa produz. Assim, as concepções que professores têm sobre Matemática, sobre Pedagogia, sobre prática científica, sobre categoria profissional influenciam suas práticas, são micro poderes que interferem no discurso produzido pela história externa. Como analisar essas duas perspectivas, interna e externa da verdade? Ou seja, segundo a história externa construída para o discurso capitalista local, qual categoria de análise deve ser arbitrada de modo a apresentar melhor poder de descrição e, na medida do possível, de explicação das influências capitalistas na prática docente? Essa categoria deverá surgir a partir da análise das entrevistas em confronto com a perspectiva do todo social. É este o trabalho a ser realizado no terceiro estudo.

Concretamente, no “pioneirismo”, uma importante característica do processo capitalista se mostra (a classe dominante como produtiva) e por isso esse “pioneirismo” foi

eleito como o nexu interno para a análise das particulares determinações nas atividades produtivas (agrícolas, industriais, comerciais, de serviços, de conformação da força de trabalho), bem como para destacar modos em que tais particularidades singularizam-se em importantes instituições e empresas de Maringá (Cia de Terras, COCAMAR, ACIB, Igreja etc). A opção por este nexu interno impõe-se, do ponto de vista lógico, para orientar a análise das singularidades expressas nas entrevistas deste trabalho, posto que nossos depoentes são proprietários de escolas.

3 SEGUNDO ESTUDO

Análise de Depoimentos

3.1 Introdução

A escolha dos depoentes para este trabalho de pesquisa não foi arbitrária. Como já foi dito anteriormente, nossa proposta foi norteadada pela demarcação inicial de analisar os discursos de proprietários de escolas particulares em Maringá, buscando entender as determinações sociais, históricas, culturais e econômicas capitalistas no processo de implantação e desenvolvimento da cidade e das escolas particulares. Como os depoentes respondiam oficialmente pelas três maiores instituições de Ensino Superior da cidade de Maringá – CESUMAR, Faculdades Maringá e Faculdades Nobel (atualmente incorporada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná) – e também por instituições de Ensino Fundamental e Médio – Colégio Objetivo, Colégio Paraná e Colégios Nobel – eles se tornaram fontes orais obrigatórias.

3.2 Textualizações das Entrevistas.

3.2.1 Textualização 01: Entrevista com o professor Amaury Antonio Meller.

3.2.1.1 Apresentação

O professor Amaury Antonio Meller é proprietário e diretor da Faculdade Maringá e do Colégio Paraná, na cidade de Maringá, estado do Paraná. Ele era o professor da disciplina Estatística quando fez o curso de Engenharia Civil. A entrevista foi realizada nos dias 29/07/2006 e 24/01/2007, na sala da diretoria da Faculdade Maringá.

3.2.1.2 Entrevista

Eu nasci em Três de Maio, em mil novecentos e trinta e seis, no município de Santa Rosa. Com três ou quatro anos meus pais mudaram para Santo Ângelo onde vivi toda a meninice. É uma cidade pequena perto de Santa Rosa e dos municípios do Rio Grande do Sul o mais próximo da fronteira com a Argentina, por isso sempre teve dois exércitos. Bom, vou começar falando sobre aquilo que exerceu bastante influência na minha vida, não profissionalmente, mas na minha maneira de encarar as coisas. Meu pai morou na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, no município de Santa Rosa. Ele é o irmão mais novo de um grupo de seis. Os pais vieram da Itália com o primeiro filho e os demais nasceram aqui no Brasil. Ele foi bem sucedido, casou-se já com trinta e cinco anos e já era proprietário de terras, olaria, hotel, empreiteiro de estradas e tal. Ele sempre teve um espírito muito esportivo, viveu a vida. Eu tenho fotos de quando era garoto de todas as igrejas em construção pelo interior do Rio Grande do Sul. E naquela época era difícil: sem nenhuma estrada asfaltada, ele visitava todos esses locais. Isso deve ter me influenciado bastante.

Meu pai não tinha formação de nível superior. Meu avô contratava um professor para dar aula na fábrica (que ele montou ao chegar da Itália) de farinha de mandioca chamada Atafona. Assim, como os outros cinco irmãos, meu pai teve aulas particulares ali na fábrica. Finalizado o horário de trabalho de fábrica, um professor os esperava ali. Mas como meu pai foi o mais jovem, ele só teve vinte e oito meses para aprender ler e escrever porque à época era o único estudando. Daí, meu avô não manteve mais o professor e ele só teve essa escolaridade.

No entanto, meu pai teve o primeiro carro da região, devia ser um caminhãozinho, depois um automóvel. E até onde esse caminhão ou automóvel conseguia chegar ele levava o médico, que para não ir no lombo de um burro, pedia pro meu pai levá-lo. E nesses trajetos o médico foi corrigindo o português dele. Ele dizia, “você vai ser uma pessoa de destaque, tem que falar corretamente”. Ele percebeu nele um garotão que seria bem sucedido financeiramente. Meu pai sempre comentou que, graças ao médico, ninguém notava seu baixo nível de escolaridade. Ele foi fundador da Associação dos Moageiros de Trigo do Rio Grande do Sul, freqüentou reuniões em todo Noroeste sem ter tido um curso oficial.

Tanto ele como minha mãe tinham letras muito bonitas. Eles tinham cuidado pra escrever por que as canetas eram de pena. Eu também comecei a escrever com caneta de pena.

Mas apesar de não ter ensino formal meu pai sabia orientar os empregados e os advogados de acordo com o desejo dele. Levou a vida movendo ações contra o governo, seja porque passavam na terra sem autorização, ou porque desviavam o córrego. Essa era a cultura dele, sempre me fez questionar muito, era o método da época. É... isso me ajudou muito.

Minha mãe estudou em um colégio de freiras. Inclusive foi colega da Nadir Alegrete, que foi chefe da Inspetoria de Ensino aqui de Maringá. O colégio era um internato, mas como minha mãe morava na mesma cidade, em Três de Maio, ela era externa e a Nadir era interna. As moças eram preparadas com todos os dotes femininos, de pintura, de bordado. Ela deve ter feito todo o Fundamental. Mas nunca vi, nunca percebi, ela ter influência, ensinar meu pai ou corrigi-lo nisso ou naquilo. O nível cultural que ele conseguiu era tal que havia equilíbrio, nunca vi desequilíbrio, ele ter menos cultura e ela mais. Isso me chamava sempre à atenção.

Eu freqüentei, primeiro, segundo ano em um grupo escolar no Rio Grande do Sul, muito tradicional. Até hoje admiro o fato que as provas vinham impressas de Porto Alegre para serem aplicadas no interior do Rio Grande do Sul. Comecei o primeiro ano primário em mil novecentos e quarenta e dois, mas depois eu já fui estudar no colégio dos Irmãos Maristas. Tive uma formação bastante rigorosa e minuciosa. Como meu pai fez a doação de todas as cerâmicas para a construção do colégio e foi um conselheiro deles, eu sempre fui muito protegido pelos Irmãos Maristas. Uma consideração que até certo ponto eu não gostava, queria ser tratado como os demais. Isso me chocava muito.

Acredito que isso deve ter refletido depois, na minha vida profissional, porque eu não distingo ninguém pelo poder financeiro, econômico. Essa foi a grande influência de algo que eu detestei: ser muito paparicado. Mas tive uma boa formação. Participei de grupos de lideranças católicas, cruzadas eucarísticas e tudo mais. Daí, os padres tentaram me motivar a ser um Irmão Marista. Por isso quando eu cursava a segunda ou terceira série ginásial, bem garoto, fui morar em Porto Alegre, estudei num internato preparando-me para ser um Irmão Marista.

Fiquei bastante tempo no internato. Os professores deste internato, Colégio Champagnat, eram professores da primeira Universidade Católica dos Irmãos Maristas no Brasil, em Porto Alegre. Lá se fazia as tarefas em sala de aula, mas o resto do tempo era para estudar. Um Irmão Marista cuidava para que ficássemos quietos, estudando. Eu li muito, o internato tinha uma boa biblioteca. Acredito que isso foi muito importante na minha vida, ter lido realmente muito. Eu já era contra o tipo de ensino de línguas da época, que era decorar a

pergunta e a resposta do questionário. Como percebi que ia ter deficiência em virtude daquele tipo de ensino, eu li todos os romances de Conan Doyle¹ em inglês pra treinar a língua. Assim eu fiz com o francês, tanto que leio pensando em francês e inglês. No entanto a minha conversação é bem mais frágil, em inglês especialmente.

No curso Científico, graças a professores que não nos obrigavam decorar livros e autores, eu percebi que a geografia era algo espetacular, muito mais complexa do que a Matemática ou a Física. Eles permitiam que a gente a cada aula dedicasse uns minutos, não lembro ao certo, quinze, vinte minutos, para ter uma idéia de toda obra de um dado autor, na outra aula de outro. A idéia era que as pessoas percebessem as ligações existentes, era uma coisa viva. O mesmo aconteceu com o Português, com Literatura, que eu até certo ponto ridicularizava. Eu percebi então que havia uma grande simbiose com o que estava acontecendo na época, as construções, os vários estilos. O estilo de vida tem uma ligação muito forte com a literatura e com isso comecei a enxergar também os aspectos da geografia humana, o que estava acontecendo com ela. Nessa época o internato comprou um laboratório de Física da Alemanha, chamado Phiwe. Foram feitos armários para guardar as pecinhas de acordo com a planta vinda da Alemanha. Eu e mais três ou quatro alunos, que dedicávamos muito tempo à leitura, fomos escolhidos pelos professores para auxiliá-los na montagem desse laboratório. Nós ajudamos montar, guardar todas peças. O professor de Física não tinha feito essas experiências por isso nós montávamos as experiências e ele supervisionava. Como éramos uns quatro, se não me engano, cada vez ele tinha quatro experiências novas.

Com isso eu adquiri uma visão muito prática. No caso da Física, comecei perceber que muitas fórmulas são deduzidas pela experiência. Por exemplo, com a experiência da dilatação, nós testávamos várias substâncias diferentes e percebemos que há um componente da substância que interferia, que a gente não sabia qual era e por isso adotávamos um coeficiente quanto ao comprimento. Conforme as experiências que nós fazíamos, percebíamos que era função da temperatura, que todos os resultados eram proporcionais. Assim deduzíamos a fórmula. Esta visão, realmente de uma coisa não livresca no ensino, exerceu muita influência em mim. Isso numa época, anos cinqüenta, cinqüenta e pouco em que quase cem por cento dos professores, quase... e quase cem por cento dos alunos não tinham esta visão, o problema era decorar. Por isso, acredito que sempre me dei bem nos estudos. Uma autocrítica que eu me fazia e jamais falei isso para ninguém, era a de que tinha boa memória e não o poder do

¹ Médico e escritor britânico Sir Arthur Conan Doyle.

raciocínio privilegiado. Eu era privilegiado quanto à memória. Mas felizmente eu tive essa autocrítica e percebi que a memória não adianta muito.

Mas aos poucos fui percebendo que os Irmãos que dedicavam uma vida inteira à religião, em sua maioria, apenas lecionavam aulas de religião durante dois ou três dias na semana, durante meia hora e, no restante do tempo, eram simples professores. Isso me decepcionou bastante. Achei que não compensava dedicar uma vida inteira para ensinar religião só duas ou três vezes por semana. No internato, percebi como era a vida deles e vi que não era isso que eu queria. Por isso, saí quando tinha dezenove pra vinte anos.

Bom, aí eu fui fazer a faculdade em Curitiba. O clima de Porto Alegre era muito rigoroso. Chegamos a ter sete graus abaixo de zero. Daí que eu e meu irmão fomos morar sozinhos em Curitiba. Eu por causa da faculdade e meu irmão para fazer o científico Eu queria fazer engenharia, mas os professores me influenciaram a fazer o curso de Matemática.

Mas o interessante que em Curitiba, na época, os cursos de Matemática e Física da Universidade Católica eram praticamente o mesmo curso. Uma ou duas disciplinas eram diferentes nos cursos de Matemática e de Física. Mais tarde eu cursei essas duas disciplinas na Federal, mas não peguei o diploma apesar de estar habilitado para lecionar Física. Na realidade eu tenho os cursos de Matemática e Física.

O meu curso de Matemática foi bacharelado. Mas como no último ano era possível cursar as disciplinas da licenciatura separadas eu tenho os dois diplomas, um de bacharel e outro de licenciado.

Eu tive alguns professores de destaque internacional, pena que o Paraná não teve mais condições de bancá-los e eles foram para a USP. Foi o caso do Newton Carneiro, ele era da área da lógica matemática e desenvolveu uma teoria própria, a Teoria da Lógica Paraconsistente. Ele tornou-se meu amigo, conselheiro. Naquela época, em cinqüenta e sete, cinqüenta e oito, ele lecionou análise matemática o que hoje corresponde ao Cálculo. O enfoque do Cálculo à época era mais teórico. Nós tínhamos os livros da La Valée Poussén, livros de orientação francesa e o Courant. Newton era um jovem professor, mas tinha destaque internacional, dava cursos de lógica matemática em Baía Blanca², aqui na América do Sul, que era o grande centro de lógica matemática. Eu ganhei à época o diploma do

² Bahía Blanca, Provincia de Santiago del Estero, Argentina.

primeiro lugar, o prêmio Newton Carneiro, fiz um trabalho que ele elogiou, mas percebia que o meu trabalho não tinha muito mérito.

Newton voltou-se para o estudo da lógica talvez porque ele era de uma família de positivistas. A lógica matemática começou um pouco ligada à filosofia positivista, até tornar-se conteúdo de Matemática. Como eu gostava da Matemática, ele disse que eu seria seu sucessor na Católica. Ele dava seis horas de aula, três na Federal e três na Católica e para ele como pesquisador era demais. É... mas cheguei à conclusão que não era isso que eu queria. Eu queria ter facilidade financeira, meu pai foi um médio empresário no Rio Grande do Sul, na área de cerâmica, empresário de moinhos de arroz, de farelo de... farinha de trigo, milho... Ele era um médio empresário e tinha uma vida tranqüila. Bem, eu não queria ser um matemático e não poder ter esse nível de vida.

No mesmo ano que comecei a faculdade, em 1957, de imediato, eu peguei aulas no internato paranaense. Os Irmãos Maristas conheciam meu pai, acho que houve influência dele. Eles me deram aulas preparatórias para o exame de admissão ao ginásio, o quinto ano primário que faltava pra nós no Brasil e que agora estamos pra resolver. Naquele primeiro ano eu quase desisti de ser professor, pensei em fazer o curso de Matemática com o intuito de ser pesquisador. Eu não tinha domínio de classe – aliás, até hoje com garotinhos. Simplesmente fui um... fracasso. Eu não conseguia, com garotinhos de onze anos, chegando, puxando, “professoor”... e tal. Os Maristas perceberam isso. Mas perceberam também que eu tinha habilidade com Física e Matemática e me deram de cara no ano seguinte aulas dessas matérias no segundo e no terceiro científico. Eram matérias, que na época, glorificavam o professor, e os Irmãos Maristas deram para um jovem professor de vinte e dois anos, acho que tinha vinte e um anos, por aí. Sei lá como que eles administraram isso. Poxa, para um jovem...

Daí, pedi que comprassem o laboratório alemão Phiwe com a promessa que eu daria todas as aulas de Física no laboratório. Mande fazer os armários, montei todas as aulas, absolutamente todas, e os alunos assistiam sentados em banquetas no laboratório. Eu percebi, sozinho, que a experiência de demonstração de palco tinha deficiências, mas era o que se fazia na época. Então eu convidava todas às vezes - sem distinção, cada aula era um grupo diferente, tinha esse cuidado por causa do meu complexo de ter sido protegido -, três ou quatro estudantes para me ajudar pegar as pecinhas, montar, etc. Mas ainda era demonstração, experiência e demonstração de palco.

No caso de fórmulas experimentais, eu ia deduzindo a fórmula junto com os alunos, solicitava as observações deles. Se eles falassem alguma coisa incorreta assim mesmo eu anotava o que foi dito. Depois repetia a experiência, recorria. Sempre tentava seguir um

processo assim. Nas aulas de Matemática, era regra na época demonstrar teoremas. Eu já me perguntava por que os estudantes precisavam daquilo. Mas eu seguia as regras.

Então no ensino da Matemática, eu evolui ao poucos, conforme fui abandonando aos poucos o espírito reinante.

Quando terminei o Bacharelado, em 1961, eu queria também cursar a Licenciatura. Mas eu tinha sido convidado a dar aulas nesses cursos de verão, chamados cursos da CADES, em Londrina. Eram cursos para professores que tinham experiência prática, mas não tinham curso superior e aqui no Paraná eram oferecidos em Londrina pelo Governo Federal. Esses cursos eram oferecidos em decorrência da dificuldade de acesso aos cursos superiores na época. Somente a partir da década de 1960 aconteceu a interiorização dos cursos superiores. Aqui em Maringá, a Faculdade de Ciências Econômicas é de 1960, mas a Filosofia só foi fundada em 1966 e a Universidade só foi constituída em 1969. Antes só existiam cursos superiores em capitais. No Rio Grande do Sul, por exemplo, só existiam cursos superiores na capital e em Santa Maria, que era cidade universitária. No Paraná, na capital e em Londrina, mas a Faculdade de Filosofia de Londrina é do começo de 1960 também, mas anterior a de Maringá. O curso de Medicina só foi implantado em Londrina em 1966, exatamente junto com a Faculdade de Filosofia em Maringá. Daí que poucos tinham curso superior. Mas o problema continuou de certa forma sob outro aspecto. Os cursos só eram implantados em cidades maiores. No Paraná eles foram iniciados em Maringá, Umuarama, Paranaguá, bem no sul na divisa com Santa Catarina, Rio Negro... Mafra... não, é outra cidade. Ah, sim, em Lajes. Daí que nas pequenas cidades os professores continuavam sem curso superior. Por isso eu sempre fui favorável a Cursos como os de Mandaguari, Jandaia que eram praticamente não presenciais. Mas pelo menos os professores adquiram uma certa polidez que o ensino transmite, só isso já era um benefício. Por pior que seja alguma faculdade para alguém, ela é útil, melhora o nível cultural. Embora eu criticasse sempre um modelo que já existia na época na Avenida Paulista, dos Freis Franciscanos para professores do interior. Nesse curso os professores só compareciam nas férias, quando tinham aulas expositivas sobre a disciplina além da obrigatoriedade de apresentar para uma certa equipe os trabalhos e as pesquisas que eles faziam durante o semestre. O que eu quero dizer é que o método não presencial pode ser altamente eficiente. Essas faculdades faziam uma burla e mesmo assim eu era favorável porque algum benefício trazia.

Por causa do número reduzido de professores com formação superior o governo organizava esses cursos nas férias. Eles eram denominados de Curso de Suficiência para professores, eram os tais cursos da CADES. Então fui convidado pela Inspeção Federal para ministrar aulas em Londrina para alguns desses cursos. No meu caso eram cursos para suficiência em Ciências Naturais. Mas existiam cursos de suficiência para professores de Português, etc. Acrescentava-se essa formação no registro de professor, se ele tivesse curso superior seriam registradas as matérias pela faculdade, se não fosse o caso lhes era dado um certificado de Curso de Suficiência. Esses cursos tinham pouco mais de um mês de duração e os professores eram da região.

Eram oito ou seis horas diárias de curso. Eu ia para Londrina e ficava lá a semana inteira em hotel, a esposa ia ao final de semana. No caso, para esses Cursos de Suficiência eu dava aulas de Matemática, mas visando o professor que já lecionasse Matemática no chamado ginásio. Eram cursos apenas para professores do primeiro grau. Se não me engano não existiam cursos para o segundo grau. Tudo isso me foi muito útil porque pude confrontar e discutir com professores em exercício a visão de didática que eu tinha. Esses diálogos com outros professores me davam tranquilidade para continuar com experiências que eu fiz nas diversas séries do primeiro grau. Eu era muito jovem e por ser contra o método tradicional esse confronto de idéias me fortalecia. A aprovação no curso era condicionada a determinada frequência e o resultado da avaliação. Mas pelo o que eu percebia a avaliação não tinha muito poder de exclusão, eles eram professores autorizados a lecionar e tinham conhecimento da matéria com a qual trabalhavam. As provas eram mais relacionadas à metodologia de ensino. Em relação ao conteúdo matemático era apenas uma questão de aprofundamento.

Esse inspetor federal de Londrina que me convidou para esses cursos, se tornou meu amigo e certa feita me disse: “Maury, vem pra cá, aqui falta professor de Matemática”. Ele era da área de português, porque fez o curso de Direito, é muito conhecido em Londrina, Dino de Zambenedetti. Mas como eu queria fazer as disciplinas da Licenciatura ele sugeriu que apenas prestasse as provas de segunda época das matérias pedagógicas, sem frequentar os cursos. Daí eu vim para Londrina na penúltima semana de fevereiro e as aulas começavam em março. No entanto, o Dino só conseguiu vinte aulas para mim em Londrina porque um colega meu da Católica tinha se antecipado a mim e assumiu a maior parte das aulas disponíveis. Então o próprio Dino sugeriu que eu procurasse pelo então diretor do Colégio Estadual Gastão Vidigal aqui de Maringá. O Colégio Gastão Vidigal era ali, onde hoje é o Instituto de Educação³. O

³ O Instituto de Educação está localizado ao lado da Catedral, região central de Maringá. O Colégio Dr Gastão Vidigal está situado atualmente na Rua Líbero Badaró, 252. Sua localização à época da transferência para o

nome dele Giampero Monacci. Diziam que era arquiteto, mas na verdade era desenhista técnico. Era casado com uma suíça e por problemas referentes ao casamento, eles não podiam viver nem na Itália, nem na Suíça. Por isso eles resolveram ir para a Argentina, mas no navio encontraram o representante consular da Itália que os convenceu a vir para Maringá. O Giampero assumiu a direção do colégio e começou dar aulas de Matemática, pra sobreviver, aqui no Brasil. Mas como ele precisava de mais professores de Matemática e também de Física, não sei como, esse meu amigo, o Dino, ficou sabendo e me indicou a ele. Peguei o ônibus em Londrina e vim pra cá, falei com ele e desta forma eu fui o primeiro professor licenciado a dar aula de Matemática em Maringá. Fiquei sabendo depois que tinha uma professora na cidade, até de uma certa idade, formada em Matemática em São Paulo. Mas ela mantinha um hotel, nunca deu uma aula.

Aqui, em Maringá, além do Gastão Vidigal, existiam os Irmãos Maristas, eles tinham apenas o curso ginásial, e o curso técnico em Contabilidade; o Colégio Santa Cruz oferecia apenas o curso ginásial e da mesma forma o Colégio Santo Inácio. Havia também os chamados Grupos Escolares que ofereciam até a quarta série do ensino fundamental. O Instituto de Educação era Escola Normal, não me lembro onde ele funcionava, sei apenas que ocupou o prédio do Gastão Vidigal quando este foi transferido para o prédio novo.

A influência da Igreja Católica aqui, no início da cidade, foi muito grande. A Igreja sempre utilizou até o limite possível o poder que ela tinha em mãos e quanto mais fraco o nível cultural maior era esse poder. E não só pela presença dos Colégios confessionais. Prova disso, foi a participação, na história da cidade, de Dom Jaime⁴: ele usou o poder no limite. Só depois de ter uma visão mais geral do mundo, eu percebi claramente que Dom Jaime fazia parte do Clube de Bispos de alguns países da Europa, como a Itália, a França, a Alemanha. Eu só pude fazer essa análise a partir de outra esfera, a dos clubes de serviços. Eu convivi com esses grupos como ex-governador de Rotary. Para esses governadores, ele foi o senhor feudal, intocável. Dom Jaime foi o príncipe da Igreja no estrito sentido feudal. Mesmo onde ele não participava de alguma circunstância em Maringá, de alguma maneira ele fazia sentir-se a

novo prédio já não era considerada mais tão central, apesar de estar a poucos quarteirões do centro da cidade, porque o acesso ao centro era dificultado pela existência de um pátio de manobras da Rede Ferroviária e uma linha férrea que dividia a cidade ao meio. Diversas avenidas, tais como a Getúlio Vargas, Duque de Caxias, Herval, eram truncadas pelo pátio de manobras. O acesso de uma região a outra da cidade era viabilizado, em sua região central, pelas avenidas Paraná e São Paulo o que tornava o acesso longo. Na Avenida Paraná a linha férrea corria no mesmo nível que ela, na Avenida São Paulo havia um viaduto. Após o rebaixamento da linha férrea, com a construção de túnel entre as avenidas Paraná e Pedro Taques e retirada do pátio de manobras da Rede Ferroviária da região central da cidade na década de 1990, o acesso deixou de ser truncado e a localização do colégio voltou a ser considerada bastante central porque a distância entre ele e a avenida Brasil, avenida central da cidade, pode ser percorrida em poucos minutos mesmo a pé.

⁴ Dom Jaime Luiz Coelho foi o primeiro arcebispo da Diocese de Maringá.

guilhoada. Quando um dos diretores da Faculdade de Economia fez ver a ele que lhe faltavam os cursos legais, que começara lecionar apenas por benevolência do Conselho Estadual, ele tomou essa intervenção como agressão pessoal. Ele participou de tudo. Dom Jaime, além do poder religioso, tentou usar de todo o tipo de influência.

Bom, aí, o Giampero viu meu currículo simples da época, as notas, recomendações e disse “Olha, o professor só pode dar trinta e seis aulas. Mas as Alegretti são professoras solteiras e elas não querem tantas aulas, trinta e seis horas é muito para elas. Você pode dar aulas em nome delas e quando vier o pagamento elas o repassam para você. Assim você pode dar quarenta e nove aulas”. Então eu dava vinte e quatro horas, ou vinte e cinco de manhã, nem sei como é que cabia a quinta aula. E vinte e quatro aulas à noite, no total, quarenta e nove aulas. Trinta e seis em meu nome e as outras em nome da Idalina e da Nadyr Allegretti. Essa combinação era feita pelo diretor e elas me passavam o pagamento.

O Giampero me levou numa pensão aqui da época, bem ajeitadinha em forma de “U”. Não sei mais o nome, já a demoliram, devia ser próxima à zona dois. Como os filhos dos donos estudavam no Gastão Vidigal, me deram um quarto todo de madeira, mas um quarto amplo, escrivaninha, para eu trabalhar e várias regalias. Eu ficava próximo ao centro, bem instalado. A pensão servia refeições, um hotel na realidade. Muitos políticos de destaque, proprietários de fazendas tinham um quarto seu, cativo, permanente ali, nessa pensão. Bom, com isso voltei para Londrina, peguei minha mala, minhas roupas, peguei tudo e vim pra Maringá.

Quando cheguei em Maringá, conheci um grupo de professores, que eram mais que irmãos. Saíamos da aula e íamos juntos ao cinema. Eu acho que só existia o Cine Maringá na avenida Getúlio Vargas. Apagava muito a luz naquela época... Eu fiquei, acho um mês, dois nessa pensão porque Gianpero Monacci tinha uma casa dele ali, bem perto do Instituto de Educação. E a casa que era para o diretor, onde foi inspetoria, na esquina do Instituto de Educação, ele liberou pra nós, professores solteiros, montarmos uma república. Éramos em quatro, cada um morava, um na sala, outro no quarto, outro noutro quarto e outro na cozinha. Fazíamos refeições fora, só dormíamos ali.

Para mobiliarmos a casa eu e os professores compramos a prazo na Hermes Macedo. Comprar a prazo significava pagar só na metade do ano, quando vinha o primeiro pagamento do ano. O primeiro pagamento era só no mês de julho ou agosto em decorrência da burocracia. Isso acontecia todos os anos, mesmo para quem já era professor, porque a carga

horária sofria modificações. Empréstimo em Banco era da mesma maneira, “papagaios” com prazo de cento e vinte dias.

Um desses amigos cismou em arrumar uma esposa para mim e de fato me apresentou uma moça que se tornou mais tarde minha esposa. Noivei em dezembro de 1961 e me casei em 1962.

Eu só lecionava Matemática e Física no Ensino Médio, não lecionei nas primeiras séries. O Colégio Gastão Vidigal já tinha o Ensino Médio desde 1961 ou no ano anterior. Antes de mim quem lecionava Matemática no curso científico era um ex-seminarista, que também lecionava Latim. Outro seminarista lecionava Física. A época do professor Monacci foi uma época ainda bem empírica. Eles lecionavam essas disciplinas tendo feito apenas o curso Científico de Seminários. Mas é preciso destacar que o Seminário antigamente dava uma sólida formação tanto cultural quanto científica para o seu pessoal. Hoje os seminaristas fazem todo o ciclo pré-universitário em colégios regulares. Aqui no Colégio Paraná, nós tivemos vinte e seis rapazes que se tornaram padres. Fizeram o curso com bolsas do Colégio junto com outros alunos a noite e durante o dia eles trabalhavam em Paróquias. Como estudavam a noite e trabalhavam durante o dia, o nível cultural deles era daquele operário que à noite procura um curso supletivo. Logo, o conhecimento científico e a formação cultural dos padres atuais é o de aluno de curso noturno, melhorado com um ano de Filosofia que é oferecido a eles posteriormente no Seminário. Mas na época do início da cidade de Maringá, se o colégio precisava de alguém para assumir Física, a única opção eram os seminaristas porque tinham estudado Física no Seminário. A mesma coisa acontecia com a disciplina de Português, todos os professores de Português que eu encontrei eram ex-seminaristas. As únicas exceções foram os professores Darcy e Bacarim, eles não foram seminaristas. O professor Darcy era da área de ciências, era professor de Química. Foi farmacêutico, já era idoso quando se mudou se não me engano de Santos ou São Paulo para Maringá. O professor Bacarim tinha o curso de Biologia e se não me engano também era Bioquímico.

Só a partir de sessenta e dois, sessenta e três os estudantes daqui se aventuraram em tentar vestibular para cursos de engenharia, de medicina, de odonto...

No começo, durante dois ou três anos, eu lecionei Física, procurando que cada um fizesse uma experiência em casa. Distribuía fichários, onde constava o que eles teriam que fazer e como deveriam fazer. As fichas tinham até o desenho pra ser mais fácil entender e eles

apresentavam as experiências depois, em sala de aula. Eu incentivei muito o aprendizado pela experiência. Muitos pais, donos de oficinas se entusiasmaram, queriam entender eletricidade. Então eles ajudavam a equipe dos filhos e depois vinham todos, inclusive o pai, na sala de aula apresentar a experiência. Também para ver como foi feito, verificar as dificuldades e conclusões. Alguns experimentos nós fazíamos no pátio. Além disso, eu convidava os alunos para irem a uma oficina, para ver a parte de ótica. Eu consegui que numa vidraçaria fizessem um prisma de vidro, com as quinas bem coladas e tudo mais. Enchia d'água e conseguia fazer um prisma que decompunha luz nas faixas monocromáticas, um prisma de d'água. Para mostrar as lentes eu usei vários artificios. Juntamente com esses prismas, usava lentes de óculos de sol que eu pedia aos estudantes para trazer de casa e assim mostrava as faixas de absorção.

Quando o novo prédio do Colégio Gastão Vidigal foi construído em 1964, 1963, não tenho certeza, o Instituto de Educação ocupou o prédio antigo. O professor Bacarim⁵ foi o primeiro diretor no prédio novo. Em Maringá só tinha Científico e a escola Técnica do Comércio no Gastão. As freiras do Colégio Santa Cruz só tinham o Normal. Como eu era o único professor de Matemática e Física, todo aluno do Científico passava pela minha mão ali no Gastão. Como o professor Bacarim era um furacão, sempre, ele reuniu os pais e pediu que comprassem as caixas do Otto Bender. Era um kit didático, semelhante ao alemão, porém mais simples, pequeno. Mas era extraordinário. O professor Bacarin providenciou bancadas, armários, escureceu as janelas da sala de laboratório por causa de ótica. Os vidros foram escurecidos com tinta alumínio. Como era tinta metálica, um pontinho de poeira parecia um farol, um holofote, né? Várias demãos de tinta e tudo ficava completamente escuro. Era possível medir o comprimento de onda das várias luzes monocromáticas, os alunos mesmo mediam. Eles ficavam encantados porque, ao conferir com as tabelas no livro, a coisa batia, né?

Eu cumpria todo o conteúdo, fazendo tudo experimentalmente, tudo, completamente tudo. Bom, mas como eu também dava aulas de Matemática, comecei montar um fichário com equipamentos e demonstrações matemáticas. Também por causa do curso da CADES, o curso de verão que eu dava para aos professores em Londrina.

Quando ensinava o círculo trigonométrico, por exemplo, eu dava a ficha para uma equipe construir o equipamento. Eles desenhavam um círculo de raio um, e nele colocavam os graus. Daí eu ensinava determinar o co-seno, eles conferiam o resultado confrontando com tabelas, observavam que estava próximo, aí, eu explicava sobre margem de erro. Da mesma

⁵ Segundo o histórico do colégio (anexo A) o professor Bacarim foi diretor em 1966.

forma o cálculo do seno. Na marcenaria, alguém embutia uma régua dentro da outra, espichavam e mostravam a tangente. Eu acho nosso ensino extremamente defasado. É um sistema muito errado, é um sacrifício para nossos alunos. Eu não tenho nem coragem de dizer, mas grande parte de nossas aulas é um sacrifício. Acredito que se pudermos oferecer algo diferente a cada aula teremos um ganho. Em Matemática, por exemplo, para ensinar triângulos semelhantes eu levava os alunos para fora da sala de aula num dia de sol e mostrava a sombra de um poste. Media o comprimento da sombra do poste e fazia o mesmo com a sombra de uma varinha e sua altura. Depois explicava o que eram triângulos semelhantes. Como a única incógnita era a altura do poste, eu dava um jeito, perguntava a um electricista ou alguém que soubesse a altura do poste. Daí eu mostrava que saber tal conteúdo tinha um ganho, não era preciso subir num poste para saber sua altura.

Eu sempre procurei usar o método inverso do habitual. Primeiro o aluno precisa saber no que aplicar o conteúdo. Isso é uma característica do método que eu usei sempre. Para ensinar o Teorema de Pitágoras na quarta série eu fazia o mesmo. Ia até o pátio e com um arame ensinava construir um ângulo reto..

Mas comecei perceber duas coisas: se no ano seguinte eu fornecesse aquele equipamento para uma outra equipe não havia benefício. O importante era eles fazerem o experimento em marcenaria, pintar, escrever números, dialogar e tal. E a outra conclusão foi que aquilo ainda não era Física. Era um equipamento apenas.

Aos poucos fui perdendo minhas fichas, no curso da CADES as freiras queriam copiar todo o meu fichário, eu emprestava e com isso foram desaparecendo. Ai eu passei para outro estágio, ou seja, aplicar a Física realmente na prática. A primeira experiência foram medidas feitas em um muro. Chegamos até pedir para o dono do terreno ao lado autorização para fazer medidas do lado dele. E as turmas eram de cinquenta alunos. Essas experiências que estou relatando, como se pode notar pelo conteúdo, foram também com alunos do ginásio. Embora eu não tivesse aulas nas primeiras séries, as professoras Idalina e Nadyr Allegretti tiveram todos os anos um mês de férias ou de licença, iam para Guarapari, e as aulas delas eram repassadas para mim.

Eu sempre tive uma teoria toda especial. Eu dei muito pouca aula particular, mas nunca quis dar mais que doze horas de aula para um aluno com dificuldades em uma matéria. Alunos que iam fazer segunda época em Matemática, por exemplo. Sempre achei que não eram necessárias mais do que doze aulas porque a matéria a ser revista era sempre muito pouca. Houve até um fato interessante, o Monacci organizou um Congresso para professores de Matemática em Mandaguari. E eu, jovem professor, fui para lá. Um professor levantou-se

e disse que a matéria era muita em certas séries. Na sexta série todas as equações, sistema de equações, aquele comecinho da álgebra, monômio, binômio, polinômio, multiplicação, né? Não dava tempo e dificilmente ele conseguia chegar ao final e ensinar equações. Fiquei incrédulo, cai da cadeira. Porque eu já tinha experiência com as aulas da Idalina, sabia que não era assim. Além disso, em Curitiba, eu tinha lecionado no Paranaense para todas as séries e no curso para admissão, que era o resumo do antigo primário.

Eu acho que no ensino da Matemática é preciso conseguir em primeiro lugar a ferramenta, agora que ferramenta é essa? A gente explica e tal. Então o aluno aprende e sabe entender as minúcias. Por exemplo: nós começamos com razões e proporções para chegar a cálculos de juros. Até que ponto o aluno, quando ele está estudando, aplicando juros, cinco por cento e multiplicando por 0,05 ele sabe que na realidade está embasado em todos aqueles meses de estudo de proporção. Agora, se inverter o processo e começar pelo cálculo de juros, tanto por cento, e depois justificar o porquê me parece mais razoável. Eu sempre usei esse método e sempre acreditei que o que se fala da Matemática não está certo, no ensino ela é mais indutiva do que dedutiva.

Então essa sempre foi a minha posição. Mostrar para o aluno que uma curva na Matemática é algo vivo, não é estático. Essa sempre foi a minha posição, me centrar mais na idéia matemática do que no algoritmo. Eu sempre desprezei muito o algoritmo, aquela luta fria vamos deixar usar calculadora ou não. Sempre fui radicalmente a favor do uso da calculadora. Mas é claro, sabendo o que vai fazer, né? Acho que se gasta um tempo enorme dando praticamente algoritmo. O aluno esquece tudo depois e não chega a ver o que é Matemática.

Todos esses equipamentos ajudam, permitem até entender como se calcularam as tabelas e tudo mais. Mas isso não era tudo, era apenas uma experiência. Daí eu introduzi a discussão sobre preços de lente de óculos. Como eu tinha um prisma e uma luz produzida por um filamento paralelo a uma fenda que não dava distorção, era possível um espectro muito bom. Então os alunos usavam as lentes daqueles óculos de sol que eles traziam e percebiam que os resultados batiam com aqueles obtidos com o uso das lentes mais caras.

Eu cheguei levar grupos de alunos para a praia, alguém ia à frente para reservar um hotel, um andar para meninas e outro para os meninos. Convidava mais um, dois ou três professores e os levava para praia, ficávamos dois ou três dias em Caiobá. Isso era muito importante para os alunos.

Maringá estava à época com treze, quatorze anos de emancipação política. Quando se vinha de Londrina, ao chegar em Mandaguari, entrava-se em um túnel, “túnel de pó”, que saía em Maringá. Era uma poeira... O asfalto era até Apucarana, depois de Apucarana até Mandaguari a estrada era bem empedrada, coisa assim, não era aquela poeira infernal. Durante o dia, se um carro passasse muito próximo, apenas quando a poeira subia é que se enxergava alguma coisa. Agora, à noite quando não há essa convecção do ar a poeira era permanente, aquela faixa, aquele túnel. Usava-se luz baixa, como se fosse uma neblina severa, andava-se devagar. Para percorrer o trecho de Mandaguari à Maringá devia se levar uma hora, duas, uma hora e meia talvez⁶. E se chovesse era um dia. Maringá, se não me engano, naquela época, não tinha sessenta, ou melhor, tinha em torno de sessenta mil habitantes. E o traçado era pra trezentos mil, daí que era o desenho de uma aranha, enorme, uma cidade fria, tudo ficava distante.

Quando a gente ia ao cinema, ficávamos na porta do cinema para ver as moças que chegavam de carro e corriam lá para dentro. Era o máximo que a gente conseguia ver do elemento feminino, a não ser na escola. Existia muita desconfiança por parte das famílias porque aqui foi um faroeste mesmo. Era muito difícil avaliar as pessoas, distinguir a formação, a personalidade de uma pessoa ou outra. Muitos, realmente um grandíssimo número, vieram pra ganhar dinheiro, dar o calote que pudesse dar e daí retornar para São Paulo. Ai, eu me associei ao Country Club⁷ porque a vida social era exclusivamente em clubes. Eu fiz parte diretoria, inclusive.

Ali, no Gastão Vidigal, hoje o Instituto de Educação, era tudo terra, todo o centro era terra. Na avenida Brasil, perto das Casas Pernambucanas, tinha um pouco de pedra, não sei bem se a avenida era pavimentada com paralelepípedos ou era pedra, mas só ali pelo centro. Na frente do Colégio, tinha um barranco de mais ou menos um metro. Então, para subir na calçada, para entrar no colégio fizeram no barranco uma escadinha.

Um dia, na saída da aula, o irmão da minha namorada encontrou o jipe com o pneu furado. O irmão era um garotão, ela estudante. Sobrou para eu trocar o pneu: fui na república, ali na esquina, coloquei um short, meia noite quase, deitei no barro para levantar e macaquear o jipe. Tive que arrumar uma tábua para calçar o jipe porque era tudo barro. Após trocar o pneu precisei tomar banho, para depois ir à casa da namorada tomar um caldo quente, né?

⁶ A distância de Maringá a Mandaguari é de 35 Km.

⁷ Clube recreativo tradicional da classe média e alta maringaense.

Toda aquela região era barro, a região do Grande Hotel⁸, tudo isso aí era barro mesmo, não era empedrado.

O Grande Hotel conserva a mesma arquitetura até hoje. A Companhia Melhoramentos fez o aeroporto e no meio da mata aquele hotel. Ele era um monumento. Quem vinha ver os pequenos sítios, as terras, a Companhia Melhoramentos trazia o peão de avião, o hospedava ali no hotel. E era realmente um luxo, a pessoa ficava maravilhada, porque aqui tinha aeroporto e um hotel como aquele. O transporte na região era essencialmente avião. Eu tive avião. Aquele aeroporto guardava uns quarenta aviõezinhos, pequenos, para ir pras fazendas, para os sítios. A aviação teve um papel muito importante no processo de colonização da região.

A nossa capital efetiva era São Paulo porque as melhores estradas eram na direção desta cidade. Não havia ligação com Curitiba. Então qualquer garoto precisava conhecer São Paulo. Era, inclusive, a capital financeira do comércio, das ligações. Os que tinham mais poder aquisitivo enviavam os filhos para lá, para estudar. Tudo estava relacionado com o Estado de São Paulo. Curitiba só mais tarde assumiu seu posto de capital nos integrando através de estrada.

Mas o que me entusiasmou ficar aqui foi o seguinte. Quando chegava no Rio Grande do Sul, sentia o peso de ser filho de quem eu era. Meu pai fez até um edifício com o nosso sobrenome. Eu chegava lá e me tornava apenas o “filho do Jango”. O filho do Jango, o que está estudando em Curitiba, o filho do Jango que está estudando em Porto Alegre.. Saía com minha mãe na cidade, naquela época de terninho, gravata, era uma época muito formal e minha mãe comentava sobre mim com todas as comadres. Todos sabiam, era uma cidade pequena, todos sabiam que eles tinham um filho estudando em Porto Alegre e tal. Quando caí aqui em Maringá, não sabia sequer o nome dos vizinhos, quando se tinha vizinhos. Até mesmo quando já era casado, morei numa casa em que passei mais de ano dando com a mão quando via o vizinho, ao cruzar com algum, mas não conhecia o nome, o que era, quem era. Eu era um jovem morando em um lugar distante, sem a família cobrando certas atitudes e comportamentos, estava iniciando meu próprio ritmo de vida. Não tinha quem cobrasse se fora à missa ou não, eu era totalmente independente e isso para um jovem tem um valor extraordinário, o maior. Por isso, apesar da poeira, apesar da cidade ser fria devido a sua distribuição futurística e às pessoas tão desconfiadas, eu quis permanecer na região. Aqui, eu era eu mesmo. Meu pai desejava que eu voltasse para o Rio Grande do Sul, esperava que fosse dirigir os negócios dele, afinal eu era o filho mais velho. Essa era a esperança dele. Em

⁸ O Grande Hotel foi tombado recentemente pelo Patrimônio Histórico Paranaense.

segundo lugar, percebi as possibilidades da região. De cara, fui à Companhia de Terras e comprei um terreno bem localizado, grande, para pagar em prestações mensais pequeninas por quatro, cinco anos, para construir minha casa. Isso com o salário de professor em Maringá. Hoje nossos filhos não conseguem algo assim sendo professores. Em 1961 eu dava aulas só no ensino médio, em 1962 já dava aulas também Faculdade de Economia. Mas mesmo assim é extraordinário que o trabalho de dois anos em uma cidade tenha proporcionado uma casa de alvenaria, prontinha, para casar. Isso me entusiasmou ficar aqui.

Mais tarde eu fundei o Colégio Paraná com curso supletivo. Cheguei ter oito prefeitos da região como estudantes do ensino fundamental, aqui no Colégio Paraná. Da Câmara de Vereadores, dos quinze que eram na época, doze estudavam no Colégio. Poucos por aqui tinham curso superior. Maringá era uma cidade de filiais. Os funcionários que se destacavam nas matrizes, jovens funcionários, especialmente não casados pra agüentar isso aqui, eram destacados para cá. Vinham pra Maringá e depois de mais ou menos estabilizados começavam a procurar uma forma de continuar os estudos. Um dos diretores do Banco Nacional de Minas Gerais, ele e a esposa foram transferidos pra Maringá porque eram funcionários de destaque. Eles já tinham a quinta série ginásial quando vieram pra cá, mas a partir da sexta série foi tudo aqui no Colégio Paraná. Então essa era a sociedade da época. Foi quando surgiu a idéia do curso supletivo. Mas eu fundei um curso de calendário especial. É bom frisar isso.

A fundação do Colégio Paraná é posterior à fundação da Faculdade de Filosofia. Sobre a Faculdade de Filosofia, comento a respeito depois. Aconteceu que uma aluna, uma carioca, veio para Maringá, para fazer a Faculdade de Filosofia e comentou com minha esposa que o tio dela, um inspetor federal que atuava em Londrina, tinha uma idéia revolucionária para colégio. Eu me interessei pelo assunto. Fomos a Londrina, junto com minha esposa, para falar com ele. Daí ele explicou toda a idéia dele. Questionei-o sobre como se fundava um colégio? Ele respondeu: “Você não fundou a Faculdade de Filosofia? Você sozinho a fundou. É semelhante o processo. Faculdade, colégio, tudo é semelhante”. Aí, ele me cedeu a legislação.

Ele me orientou em relação aos seguintes aspectos: “Amaury, eu tenho pensado muito no seguinte: o aluno do período diurno estuda cento e oitenta dias letivos no ano e o aluno do noturno estuda cento e cinqüenta dias. Mas cento e cinqüenta dias, para quem está ingresso na força de trabalho, ele chamava esse estudante de jovem adulto, é muito. Acho que é o caso de pensarmos em uma metodologia para esses alunos, mais prática, e eles terão exatamente os cento e cinqüenta dias em duzentos dias mais ou menos do ano civil. Com férias de uma

semana na metade do ano, uma semana no fim do ano, período para provas que não constam como dia letivo, tudo legalzinho”. Em Londrina, um curso tinha entrado com um processo assim e ele era membro do Conselho Estadual de Educação, Dr. Otávio Mazziotti foi o relator. E foi com esse processo que ele me orientou, aqui em Maringá. Então era o curso exatamente igual aos demais, exceto o calendário especial. Mesma carga horária, mesma quantidade de dias letivos, apenas o calendário era especial. A cada sete meses, nós encerrávamos um ano. Então se um ano começasse em abril, dali sete meses tínhamos as férias de final de ano, publicávamos e começava outro ano...

O curso teve início em 1966. Daí, que eu comecei o Colégio com uma parenta do Dr Otávio, o inspetor que me auxiliou no início. Ela era, acho, filha adotiva de um parente que ele queria proteger. Ela foi a primeira secretária de escola, a Noemi. Mas acabei ficando com a parte dela porque ela queria aplicar o dinheiro em outra coisa.

Em pouco tempo havia cursos desse tipo em Apucarana, Curitiba, etc.. Surgiu então a preocupação de como levar ao conhecimento do público essa novidade na educação. Aí nós fundamos uma associação de escolas com calendário especial e resolvemos investir em *marketing*. Surgiram assim as denominações “Mini Ginásio” e “Mini Científico”. Esses cursos noturnos eram exatamente o curso noturno tradicional, mas sem tantos feriados. E se cumpriam os cento e cinquenta dias letivos em duzentos, duzentos e dez dias.

O Conselho de Educação, ao autorizar o funcionamento desses cursos, agiu com muita sabedoria. Só estava autorizado fazer o “Mini Ginásio” quem tinha quatorze anos ou mais. Nessa idade o estudante deveria ter concluído o ginásio no sistema regular, tradicional. A autorização era para quem estava defasado, só esse podia fazer no sistema de “Mini Ginásio”. Sete meses para cada série, em vinte e oito meses se fazia todo o ginásio. A idade limite para o “Mini Científico” era dezoito anos, época na qual o jovem deveria ter concluído o curso normal do ensino médio. Nós só podíamos aceitar estudantes respeitando essas idades limite.

Em setenta, sessenta e nove, começaram falar na edição de uma lei. De uma nova Lei de Diretrizes e Bases. Ela saiu em setenta e um. Porque a anterior foi a de 1961, a 4024. Essa Lei de Diretrizes e Bases não chegou atingir a parte pedagógica, ela foi praticamente estrutural. Foi quando se criaram inspetorias, um local para a documentação escolar. Até aquela data toda a documentação dos alunos ficava nas escolas. Portanto, se pegasse fogo numa escola toda a documentação se perdia. A partir dessa época havia cópia da documentação dos que concluíam a série no Colégio, na Inspeção e na Secretaria da

Educação. Então, foi uma reforma puramente administrativa. Essa lei de Diretrizes e Bases, editada em 1961, criou o Curso Supletivo. Mas não entrou em detalhes, especificou apenas que deveria ser um curso diferente do regular, quanto à nomenclatura, metodologia, filosofia e tudo mais.

Dez anos depois, percebeu-se que era necessário revisar a parte pedagógica também. Fundamos uma Associação das mantenedoras de Escolas de Ensino de Calendário Especial. Aí, a nossa Associação de Escolas do Paraná foi consultada porque era a única na modalidade no Brasil. Nós tínhamos experiência com adultos, fizemos um relatório e veio alguém do MEC e nos ouviu. Passaram um dia todo com nossa diretoria, levaram nosso relatório e a nossa sugestão. A nossa sugestão era a seguinte: o professor do ensino tradicional organiza o tempo com o aluno em três partes, um terço do tempo para expor a matéria, o outro terço do tempo para fixar a matéria através de exercícios e um terço para atividades educativas. E isso era o supra-sumo da didática da época.

Então, a nossa tese era que a nossa clientela de jovens adultos não precisava desse terço de tempo que cuidava da formação da personalidade. Eles já estavam com a personalidade formada. Os jovens com quatorze anos ou mais, que era a exigência para fazer o curso, já quase todos ingressos no mercado de trabalho por isso era um curso só noturno, já estavam formados, já tinham noção de responsabilidade. Estando ingressos no trabalho, o próprio dia do trabalho, o dia a dia, já ensinara a eles ter horário, a cumprir tarefas. Esse desenvolvimento da personalidade já estava consumado, o professor não precisava se preocupar em moldar.

Na época a carga horária regular do curso ginásial era de setecentos e vinte horas aulas. Então dois terços de setecentos e oitenta são quatrocentas e oitenta horas. Era possível cumprir quatrocentas e oitenta horas em seis meses.

O Ministério, a partir da nossa experiência, discutiu sobre essa possibilidade e orientou os Conselhos no sentido que aceitasse essa idéia, de redução de um terço, embora não constasse na lei. A lei é bem genérica, inclusive permitindo toda criatividade. Imediatamente, nós tínhamos nossa associação, nos reunimos e comunicamos a todas as escolas do Paraná que tinha sido acatado o que tínhamos sugerido. “Passem a reformular o regimento. A carga horária é de quatrocentas e oitenta horas, a cada seis meses, o nome, cada um dê o nome que quiser para o curso”. O Conselho Estadual aprovou e nós fomos os primeiros no Brasil a implantar o curso Supletivo. Era um curso compacto para adultos.

Então, fizeram as maiores barbaridades. Cursos que não têm nada a ver com a escolarização e tal. Enquanto que para nós ficou o curso para adulto de seis em seis meses e o

aluno não perdia nada em conteúdo. Mas o professor não ficava gastando tanto tempo para passar tarefas, para cobrar as tarefas, etc. Daí nós começamos a conscientizar o professor sobre essas tarefas puramente formativas de personalidade. Naquela época, muito poucos professores tinham curso superior já que a Faculdade de Filosofia era recente. Os professores eram ex-seminaristas, o professor de língua portuguesa era um poeta. Ele foi seu professor, não foi? O professor Ary de Lima, mas ele não teve curso superior. Ele veio de Minas Gerais, foi gerente de banco, saiu do banco e o que ele poderia fazer? Dar aulas. Foi uma pessoa inteligente e tal. Então o que nos dispúnhamos no começo como professores eram pessoas assim.

Aí, quando a Faculdade de Filosofia começou formar professores nós selecionávamos os melhores. Recrutávamos aqueles que tivessem mais visão para fugir do modelo ao qual eles estavam sendo levados. Era explicado como funcionava o curso, a nossa pedagogia para adultos.

Em geral nossos alunos tinham mais do que a idade mínima. Dificilmente nós tínhamos alguém de quinze, dezesseis anos só, muito poucos estavam nessa idade mínima. O estudante que tinha em torno de quatorze anos quase sempre fora reprovado um ano ou outro, ou começou estudar um pouco mais tarde, ou porque morava em um sítio e estudara na escola pública por ali. Da mesma forma no científico. Poucos tinham idade próxima ao limite dos dezoito anos. Eram muito poucos. Aqui na Universidade, há um doutor em Física que foi nosso aluno após os filhos já estarem no fim do Ensino Médio. Decidiu recomeçar os estudos, a partir da quinta série e foi embora. Hoje é doutor em Física.

Como todos os estudantes trabalhavam para viver, eu sempre pensei que sou antes de tudo professor, sempre pensei nos alunos antes da empresa, por isso a mensalidade era bem acessível. Na época eu fazia isso porque sempre procurei ser muito humano, sempre digo que o diretor de escola tem um perfil especial. Além disso, o poder aquisitivo era bom, fizemos um levantamento estatístico e quase todos trabalhavam. Poucos eram os que não trabalhavam. A gente aconselhava, os colocava então no meio de adultos e esses alunos com seus dezesseis, dezessete anos iam bem. Esse mini-ginásio tinha uma função muito boa, nesse sentido.

Nós fomos muito criticados pelo governo. Aconteceu em uma reunião em Curitiba, foi dito que nós queríamos fazer do curso supletivo um curso regular acelerado. Respondi que queríamos sim. Afinal qual é a nossa realidade no Brasil? Eu cheguei a ter, dada essa demanda, três mil e quinhentos alunos. Três mil e quinhentos alunos, ingressos na força de trabalho, atuantes, em geral os melhores funcionários que tinham sido mandados para a região

de Maringá, pela matriz, porque eram os melhores. Esses indivíduos chegaram aqui e se estabilizaram porque tinham muita capacidade, eram sujeitos especiais. Isso nós provamos estatisticamente. Então, esses sujeitos especiais têm direito a uma formação real dentro de um sistema para adultos e não apenas um consolo cultural para velhinhos.

Daí nossos alunos foram fazer vestibular, tiraram os primeiros lugares em Direito, Administração e Economia. Na UEM⁹, nós tivemos maravilhas em seus vestibulares. Os alunos eram aprovados nos primeiros lugares, alunos que fizeram nossos cursos, ginásial em dois anos e ensino médio mais um ano e meio. Completaram a escolaridade básica em três anos e meio e foram aprovados nos primeiros lugares na universidade. Até mesmo no vestibular para o curso de Direito, que sempre foi um curso muito concorrido. Da mesma forma os que optavam pelos cursos de Economia e Administração. Portanto, esses não foram cursos que visavam a ser apenas consolo cultural. Embora eu ache que esses cursos também têm seus objetivos. Mas que o governo cuide para que se cumpra esse objetivo. Idealize cursos para que pessoas anciãs possam obter um grau cultural bom, cursos que não visem mais à força do trabalho. Mas não é nossa função, como nossa estrutura é particular nós queremos atingir a força de trabalho útil.

As instalações iniciais do Colégio foram alugadas dos Irmãos Maristas. O primeiro prédio foi aquele no qual funcionou a Faculdade de Filosofia, na Avenida Tiradentes. Eu comentei com os Irmãos Maristas que ia fundar um colégio noturno, descrevi as características e pedi que me alugassem o prédio à noite uma vez que as instalações estavam livres neste período. Eles aceitaram e só passaram a me cobrar aluguel quando começou funcionar o colégio. Permitiram que eu tirasse fotografias, e que as usasse, assim como o endereço do prédio, no projeto, sem pagar nada adiantado. O aluguel cobrado era uma porcentagem da arrecadação bruta do colégio. O colégio começou a funcionar ali e em pouco tempo o prédio estava lotado. Aí aluguei do Estado, a troco de bolsas, o Grupo Escolar São João da Escócia e o Grupo Escolar Ipiranga. Ambos foram lotados. Foi quando pensei que era hora de construir a sede própria. Outro prédio, que eu loquei para funcionar como extensão, foi o do Colégio Adventista, na Avenida Teixeira Mendes. Mas como eles tinham perdido a motivação como colégio, me propuseram vender o quarteirão inteirinho com área de dez mil metros quadrados. Atualmente a TV Cultura de Maringá funciona em parte desse local, o restante do terreno foi loteado. Mas surgiu também a possibilidade de adquirir este terreno aqui no centro, com seis mil e seiscentos metros quadrados. É um terreno com dimensões de 110 x 60 m. Como este é central e aquele estava em uma região que se desenvolveu bem

⁹ Universidade Estadual de Maringá.

depois, era afastado, eu optei por comprar aqui. A compra, realizada junto à Companhia de Terras, se deu da seguinte forma: eram três terrenos de 20x110 m, um deles foi contado como doação e os outros dois foram adquiridos. Mas o preço desses dois lotes era tal que, ao final, o terreno custou em torno de cinquenta por cento do preço real da época. Enquanto a Companhia teve escritório e terrenos em Maringá, foram incontáveis os casos em que doou áreas para Instituições Religiosas, para Igrejas, para Seitas Religiosas, para Creches... Entidades educacionais, como os Irmãos Maristas, as Irmãs, todas elas ganharam o terreno. E mesmo para um colégio leigo, o Colégio Paraná foi o primeiro, eles deram desconto no preço de cinquenta por cento.

A Companhia teve uma participação extraordinária nessa região. Eu diria mais, uma participação inteligente e não, vamos dizer, filantrópica. Eu acompanhei o planejamento de alguns loteamentos. Meu pai fez loteamentos no Rio Grande Sul, um dos primeiros loteamentos nos moldes novos, porque antigamente o loteamento não era planejado como hoje, com a obrigatoriedade de ceder um terreno para a Prefeitura. A Companhia Melhoramentos cumpriu isso de maneira excelente, porque além de cumprir essa imposição legal, como todos fazem atualmente, ela fazia doações de terrenos para escolas e para uma ou outra entidade.

Daí, construí o bloco lá do fundo neste terreno. Fechei as extensões uma a uma e fui trazendo pra cá, acomodando os alunos aqui. Eu percebia a fragilidade da extensão, eram diferentes diretores, a biblioteca estava situada aqui, outros equipamentos também. Por exemplo, em cada sala de aula daqui existia um alto-falante e um microfone. Naquela época a pedagogia era um pouco diferente. Caso o professor quisesse gravar a aula dele, isso era praxe, para melhorar a didática, porque a didática era quadro negro e voz, ele dispunha desse recurso. Bastava solicitar a gravação. Esse equipamento nunca foi usado para controlar os professores ou mesmo disciplina de uma sala de aula. Em resposta a sua pergunta, nunca me foi solicitado gravações para controle político. Para saber o que estava acontecendo em sala de aula eu mandei colocar um vidro em cada porta. Assim qualquer um que passasse pelo corredor via o que estava acontecendo em sala de aula.

Com a aquisição do terreno aqui no centro e a construção do primeiro bloco, eu fundei o curso regular porque durante o dia a estrutura ficava ociosa. Minha primeira experiência com o curso diurno foi baseada no que o Di Gênio estava fazendo no Colégio Objetivo. A idéia era montar turmas com sete ou oito alunos em média. Era um sistema todo especial e eu fiz essa experiência. Eu tinha uma filha que estava estudando no Colégio Santa Cruz, se não me engano na quinta ou sexta série, a outra cursava uma série anterior e o menino ainda

estava na primeira série. Então, abri todas as séries do ensino fundamental. Convidei filhos de amigos, mas não fiz nenhuma outra divulgação porque não queria um curso com muitos alunos. Enquanto o curso se desenvolvia, fui fazendo reuniões com os professores, observando, avaliando as possibilidades de retorno, qual era o benefício para o aluno.

A minha conclusão a respeito dessa experiência foi que um número muito pequeno de alunos em uma sala de aula não é interessante. Fiquei sabendo que no Objetivo em São Paulo foi feita a mesma observação. Não há competição. A sala precisa ter um número maior de alunos de tal forma que os alunos líderes tenham outros colegas nos quais eles exerçam influência. Eu sempre achei que meus filhos eram intelectualmente de uma dotação bastante elevada, por isso observei que reunir alunos superdotados ou de uma dotação intelectual bastante elevada em uma mesma sala vira como se diz na gíria um “saco de gatos”. Em segundo lugar, além de não haver motivação pela competitividade, muitas vezes o professor fazia um círculo, sentava-se e a aula se dava com pouca dinâmica. Creio que talvez a metodologia da época contribuiu para que a experiência não fosse satisfatória. Não havia na prática pedagógica da época o que nós temos hoje, uma predominância dos aspectos qualitativos em relação aos quantitativos. Essa prática só foi incorporada ao ensino a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1971. A partir dessa lei, as partes quantitativas, que o aluno precisa decorar, foram reduzidas, e foi ampliada a parte qualitativa. Uma estratégia que visa levar o aluno realmente entender os mecanismos do conhecimento. Para aqueles professores isso era muito recente e eles não conseguiram com um grupo pequeno que os estudantes realmente aprendessem sobre o mundo que os cerca, analisassem, pensassem e não se preocupassem tanto com os aspectos quantitativos. Essa experiência se deu com mensalidades normais para os outros alunos. Imaginava que na hora que eu sentisse que realmente era esse o caminho, sete, oito alunos teriam que pagar pelos outros trinta e cinco, quarenta. Mas percebi que o caminho não era esse, essa não foi uma experiência que tivesse compensado e comecei ampliar as turmas para vinte e cinco alunos, trinta. Essa não foi uma decisão de cunho econômico, mas sim, essencialmente pedagógica.

Como tinha meus filhos, considerava que isso era um investimento para dar o melhor nível de ensino a eles. Imaginava que o rendimento fosse altíssimo, mas apesar de tudo acredito que o rendimento tenha sido bem acima da média porque todos os três passaram no primeiro vestibular: Medicina, Odonto e Engenharia em Florianópolis. Então, eu comecei o colégio regular assim.

As últimas anotações de uns dois ou três anos atrás mostraram que estávamos com trinta e oito mil e poucos alunos em nosso arquivo de inativos, chamado arquivo morto. Não

constavam nesses arquivos os alunos de cursinho nem os alunos da pré-escola porque somente anos mais tarde se oficializou a pré-escola como curso oficial no Brasil. Eram somente alunos de primeira série a oitava série do Fundamental e do Ensino Médio. No decorrer da história do Colégio eu abri o Curso Alfa Vestibular, foi o maior cursinho preparatório para vestibulares de Maringá. Eu sempre encarei o cursinho apenas como uma preparação para entrar em um curso superior da época, sem finalidade educativa. Por mais absurdo que pareça, era o método usado para preparar os alunos para entrar no curso superior. Então eu coloquei o cursinho, mas dizendo de público que era contra.

Eu fundei o Cursinho porque não havia cursos desse tipo estruturados em Maringá. Isso é um fato até histórico: dois professores se associam, divulgam que fariam um curso de revisão, um curso preparatório para o vestibular. O aluno chega paga o pedido por uma funcionária. Ao final da noite os dois verificam o que foi arrecadado, repartiam uma parte para cada um... Então, esse é o molde de algo bem empírico, quando percebi isso pensei: “pôxa vida, são professores de bom nome e fazem isso... acho que está na hora de fazer um curso organizado”. Assim, montei, divulguei, um cursinho com molde de qualquer estrutura bem organizada. O curso funcionava aqui, foi montado nos moldes do colégio: professores registrados, um caixa empresarial. Daí que esse Cursinho foi o primeiro de Maringá que não fosse amador e foi montado em sociedade com o professor Boldori, ele entrou com a capacidade intelectual e não financeira. Ele foi o primeiro mestre em Química Analítica do Rio Grande do Sul, veio para cá porque foi contratado pela UEM. Eu conhecia a formação pessoal dele, uma pessoa séria, possui uma visão séria do mundo. Com ele eu tinha certeza que não teria problemas em compartilhar uma parceria em Educação. Não teria discussões que só visassem problemas financeiros e não problemas em Educação.

O Ensino Médio foi conseqüência das primeiras turmas formadas do ensino Fundamental. Como fundei o Colégio Paraná com o ensino do segundo grau supletivo, já tinha experiência, daí, comecei o ensino regular diurno conforme a oitava série foi formada.

O Cursinho ainda existe. Mas apenas para propiciar o “terceirão integrado” para nossos alunos quando eles chegam à terceira série do Ensino Médio. Na terceira série, nossos alunos fazem revisão de primeira e segunda em ritmo do que seria no Cursinho. Da forma como o vestibular está indo um bom ensino médio é o que importa. Não interessa deturpar o ensino de segundo grau para o ingresso na universidade. Essas universidades que preparam professores e usam um método totalmente descabido em seu vestibular, onde só pede-se aspectos quantitativos de Física, Matemática, problemas que depois no curso superior o aluno não chega nem aprender, me incomodam. As universidades públicas estão começando

lentamente introduzir avaliações mais qualitativas. O vestibular que eu tenho aqui, na Faculdade Maringá, é para selecionar o aluno específico que nos interessa. Não nos interessa, por exemplo, formar um advogado pesquisador, para a carreira diplomática, mas advogados do dia-a-dia. Então, muitas vezes são pessoas com experiência da vida profissional que vêm fazer um curso aqui.

Em relação à Fundação da Faculdade de Filosofia aconteceu assim. Quando cheguei aqui em sessenta e um já existia Faculdade Estadual de Ciências Econômicas¹⁰, mas não tinha um professor de Matemática, muito menos quem poderia lecionar Estatística. Daí, eu comecei a lecionar Estatística em 1961. Os professores nessa faculdade eram contadores, que em São Paulo fizeram curso de Economia.

Em 1966 fundou-se uma Faculdade em Mandaguari¹¹ e outra em Jandaia¹². Em 1965, quando o pessoal do Conselho Estadual de Educação esteve na região para deliberar sobre

¹⁰ O Curso de Ciências Econômicas da Fundação Universidade Estadual de Maringá foi criado juntamente com a então Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá (FECOM), pela Lei Estadual nº 4070, de 28 de agosto de 1959. Autorizada a funcionar pelo Decreto Presidencial no 48431, de 27 de junho de 1960, a FECOM foi instalada oficialmente em 20 de setembro de 1960, pelo então Governador do Estado do Paraná, Sr. Moisés Lupion. A implantação do primeiro curso da FECOM, Ciências Econômicas, deu-se no início de 1961. O reconhecimento do curso deu-se por meio do Decreto no 61.584 do Governo Federal, de 20/10/67. A incorporação do curso à Universidade Estadual de Maringá, ocorreu com a criação da mesma pela Lei nº 6034, sancionada em 06/11/69, e pelo Decreto nº 18.109, de 28/01/70, do Governo do Estado do Paraná. No entanto, permaneceu sob o controle e denominação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá (FECOM) até o reconhecimento da Fundação Universidade Estadual de Maringá, em 11/05/76, pelo Decreto Presidencial nº 77.583, e com a implantação da Reforma Universitária no mesmo ano (1976). (UEM, 2007)

¹¹ A Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari foi fundada em 19 de agosto de 1966, através da lei nº 22/66, alterada pelas leis nºs 104 e 123/72, e obteve autorização para funcionamento em 09 de dezembro do mesmo ano, oferecendo os cursos de Letras, Matemática, História e Pedagogia com habilitação em Magistério das Matérias Pedagógicas de 2º Grau, Orientação Educacional, Supervisão Escolar e Administração Escolar, que foram reconhecidos pelo Governo Federal através do Decreto nº 72.940 publicado no Diário Oficial da União em 18/10/73. Em 1974, a Faculdade alterou, com vista a obedecer o Parecer 1.687/74, o Currículo do curso de Matemática, o qual foi reconhecido Ciências de 1º Grau com Habilitação em Matemática, o qual foi reconhecido pelo Decreto Presidencial nº 76.160/75 publicado no Diário Oficial da União em 26/08/91. Em 13/08/85, o Conselho Estadual de Educação autorizou a implantação do novo curso, Ciências Contábeis, atendendo ao Projeto de Expansão que visava a atender as áreas profissionais ainda carentes na região, tendo sido reconhecido em maio de 1991 através da Portaria Ministerial nº 819/91 publicado no Diário Oficial da União em 24/05/91. (FAFIMAN, 2007)

¹² A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul (FAFIJAN) foi criada como fundação de direito público, através da Lei Municipal no. 496/66, obtendo autorização de funcionamento no dia 07 de dezembro de 1966. A Fundação desvinculou-se do Poder Público Municipal em 1972, pela Lei n.º 771/72, passando a denominar-se Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul. A Instituição, caracterizada como entidade sem fins lucrativos, foi declarada Entidade de Utilidade Pública através de Lei Municipal nº 782/72. Seus primeiros cursos foram: Ciências – Licenciatura de 1º Grau, Geografia, Letras (Anglo-Portuguesas e Franco-Portuguesas) e Pedagogia com habilitações em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Administração Escolar e Inspeção Escolar, reconhecidos pelo Parecer CFE nº 995/72 e Decreto nº 71903/73. Atualmente, o curso de Ciências oferece habilitação plena em Biologia, conforme Parecer CFE nº 556/92 e Portaria nº 1713/92; o curso de Letras oferece a habilitação em Anglo-Portuguesas e tem autorização de funcionamento na habilitação em Português/Espanhol, pela Portaria n.º

essas faculdades, eu compareci a uma reunião com eles a convite de um engenheiro que desejava fazer campanha política. Mas o meu interesse em estar ali era por acreditar que Maringá precisava de uma Faculdade de Filosofia. Sai dali como presidente da comissão, pró-fundação da Faculdade Estadual de Filosofia de Maringá.

Bom, daí eu fiquei sozinho na comissão e comecei sem um tostão. Tirava cópias de documentos de professores pelo processo fotográfico porque não existia xérox. Eu conhecia um padre que gostava de fotografia e um garotinho revelava as fotografias pra ele. O prefeito arrumou uma verba para gente e com ela tirávamos fotografias da documentação dos professores. Na época, que curso vamos colocar? Optamos pelo curso de Ciências.

Nós tínhamos um professor de Biologia e Química, o professor Basílio Bacarim. Mas precisávamos definir nomes para professores de Física e Matemática. Aí, eu assumi a Matemática. O professor Oberon Floriano Dittert assumiu a Física. A família dele era de Curitiba e ele era amigo do pessoal do Conselho de Educação. Assim, apesar dele ter sido engenheiro e não ter cursado uma faculdade de Filosofia ou de Física, eles o aprovavam como professor da faculdade. Claro, eu preferia as aulas de Física, tinha direito a dar aulas de Física, tinha prática, já tinha feito muitas experiências, mas por coleguismo cedi a Física a ele. Tinha professores para as disciplinas História e Geografia, mas para Português não tinha. Como sempre fui bem relacionado, eu solicitei a uns amigos em Londrina um nome de um professor de Português para apresentar ao Conselho.

Daí eu fui, com o prefeito para Curitiba, conversar com o governador Paulo Pimentel, no dia vinte e dois, vinte e três de dezembro. Eu tinha toda a documentação dos professores e o governador me nomeou diretor. Faltava o Secretário. O governador sugeriu que fosse um advogado porque assim a documentação já estaria em Curitiba. Convidei, então, Luis Carlos Borba, ele e o pai foram advogados famosos. Ele formou-se em São Paulo. A resposta dele foi: “Seu Amaury eu não vou lecionar, não vou ser secretário de faculdade”. Eu retruquei: “Não pedi isso Luis, pedi para você me ceder o seu diploma”. Ele consentiu eu mesmo assinei os documentos necessários, por ele.

Vimos para Maringá, passar o Natal em casa. No dia vinte e seis de dezembro em Curitiba, Paulo Pimentel assinou a criação da Faculdade. Bom, daí, estava fundada a Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras, em 1966. Quando montei o processo da Faculdade Estadual de Filosofia, a única opção foi começar com o curso de Ciências do

primeiro grau porque efetivamente éramos apenas quatro amigos que respondiam por Matemática, Física, Química e Biologia, mas não havia quem respondesse pela parte humanística. Minha primeira esposa Elza foi da primeira turma do Curso de Ciências. E eu fui o primeiro diretor.

Quanto às instalações da Faculdade de Filosofia, inicialmente foram na avenida Tiradentes, naquele prédio que ficava anexo ao Colégio Marista. Interessante, estou te contando as minúcias da história da Faculdade de Filosofia e, claro, da Universidade que deveriam interessar às professoras de História de Maringá com T40¹³. Elas deveriam publicar livros de História enquanto tem pessoas vivas que a vivenciaram em Maringá. Você vai ter a história... Bom, eu me dava bem com os Irmãos e consegui que eles alugassem o prédio para a prefeitura.

Como o professor Oberon era responsável pelas aulas de Física e eu pelas de Matemática nós montamos um programa para preparar professores para lecionar Matemática no ensino fundamental. A destinação do Curso de Ciências era essa. À época eu propus aos alunos montar um laboratório de Matemática, mas como posteriormente passei a me dedicar mais à minha escola, eu só usava meu tempo para minhas aulas, e reduzi o tempo e dedicação à universidade, ninguém levou essa idéia pra frente. Eu tinha fundado o Colégio e também era diretor da faculdade.

O currículo era muito rígido, tanto que o diploma de Licenciatura em Ciências, era uma injustiça porque a carga horária era de bacharelado. Da mesma forma o que fizemos mais tarde, também com a informática: demos um diploma de tecnólogo quando a carga horária era de bacharelado em Informática. Não bastava pensar em fazer algo bom, era preciso dar um nome correspondente.

Em 1967, o primeiro ano efetivo da Faculdade de Filosofia, eu fui ao Prosdócimo e comprei todos os móveis da secretaria, uma máquina de escrever e mais algumas coisas. A Instituição recebia dos alunos uma taxa a título de inscrição para o vestibular e depois uma mensalidade bem baixinha. E até outubro não recebemos nada e não era isso que nós queríamos. Queríamos fazer um curso bem feito, estava ali um grupo de idealistas... Tanto assim que nenhum de nós empregou a esposa, ou na universidade quando a implantamos. A esposa do Bacarim era formada, podia estar lá. Mas nós tínhamos muito cuidado com os procedimentos, não queríamos nepotismo. Mas o governo ficou de mandar uma verba, não mandou. Comuniquei ao governo meu pedido de demissão em caráter irrevogável, ficaria no cargo somente enquanto não designassem um substituto. Os professores da congregação,

¹³ Regime de trabalho de 40 horas adotado pela Universidade Estadual de Maringá.

todos assinaram também a mesma coisa, pedindo exoneração. Funcionou porque mudou o diretor e veio a verba para a Faculdade.

Mas não tinha professor de prática de ensino de Matemática e agora? Fui para Curitiba e falei com a professora de prática, não lembro o nome dela, me orientou quanto aos livros, como faria com os alunos. Não havia ginásio de aplicação, eram aulas que iam ser dadas daqui e dali. Eu lecionei a disciplina por dois anos. Isso foi muito importante para minha vida profissional. Passei a ter uma grande preocupação pedagógica. Foi daí que eu comecei a acompanhar a literatura, as novas idéias que estão surgindo, me preocupar com a lei de Diretrizes e Bases.

Em certa ocasião eu participei de um acontecimento na disciplina Prática de Ensino que me marcou profundamente. Sempre cito como exemplo. Assisti a uma aula de um acadêmico para garotinhos de quinta série sobre figuras geométricas e áreas. Ele usou um material visual e fez probleminhas. Todos aqueles ensinamentos tipo o que é quadrado, retângulo, triângulo, área do triângulo, área do retângulo, base vezes altura... Um triângulo de base tanto, altura tanto, tal. Bom, quando terminou a aula eu disse para os alunos que o professor fora espetacular, mas que eu queria brincar um pouco com eles.

Eu tinha levado, talvez por intuição, várias figuras em papelão, retângulo, triângulo e tal. Pedi para calcularem a área. E régua? A régua eu peguei de brinde. “A régua é presente para vocês”. E o pessoal usava as réguas e se perguntavam: “Qual é a base do retângulo? Onde está a altura? Qual é a altura?” E foi aquele reboiço na sala e eu fazia que não via. Quando chegou na vez do triângulo, eu tive o cuidado de baixar as perpendiculares sobre o lado oposto dos três lados para eles não terem problemas com as perpendiculares e poderem calcular a altura. Então ali tinha a altura e tal. Foi um *fuzuê*.

Na aula seguinte de Prática de Ensino, na faculdade, eu perguntei: “O que vocês ensinaram? Aqueles alunos sabem calcular a área dessa parede? Aí não está escrito onde está a base, onde está a altura. Aquele probleminha que vocês propuseram em sala de aula, uma parede tem tanto por tanto, uma lajota tem tanto por tanto, quantas cabem na parede? Ah, eles já sabiam, dividiam ali, mas decoradinho”. Assim não adianta nada nossa aula, na realidade eu disse: “adianta, deixa o cara orgulhoso pensando que sabe alguma coisa e não sabe”.

No meu Colégio a grande dificuldade tem sido convencer os professores disso. E para não me diluir muito, pode parecer, deve parecer falta de imaginação, eu sempre cito esse caso. Eu dou alguns outros exemplos e martelo muito nisso, no cuidado com as aulas. Hoje eu tenho certeza que nas primeiras séries temos um trabalho belíssimo. As professoras têm grupo

de pesquisa que se reúne para estudar um livro novo, um capítulo, um texto que a coordenadora apresenta.

Eu faço parte da Confederação das Escolas Particulares do Brasil. Nna verdade sou membro da diretoria. Lá encontrei professores de Matemática que fazem trabalhos nas escolas deles também. Eles têm capacidade para escrever artigos, tudo muito bonito, mas teórico. Se eu perguntar a um professor daqueles qual é a medida dessa parede e quantas lajotas são necessárias para construí-la, eles não vão acertar. Eles não vão considerar essas juntas entre os tijolos porque não sabem como fazê-lo. Os professores daqui começaram a fazer medidas com os alunos, porque eu comecei “cair em cima”, quando em sala de aula se está estudando medidas de comprimento. No início foram medir um corredor, fizeram três, quatro medidas e nenhuma coincidiu e a diferença era grande. Pura falta de hábito.

Um dia convidei uma professora de Matemática a me acompanhar até a frente do Colégio e quando estávamos na calçada eu perguntei: “Professora, um quilômetro vai mais ou menos até aonde aqui pela Avenida Colombo”? E ela não sabia. Daí eu questionei como ela poderia ensinar medidas, entre elas o quilômetro, sem nunca ter pedido para os pais dos alunos passearem durante um quilômetro com eles. Para eles terem idéia do quanto é um quilômetro, que é um “tantão” assim. Da mesma forma quando se fala em hectômetro e tudo mais, essa idéia prática, não se ensina. Infelizmente hoje eu sei que se somos um dos países atrasados na Educação não é só porque não se sabe compreender textos mas é porque nós, professores de Matemática, ensinamos Matemática prá anjos. Muito bonitinha na ponta do lápis e não conseguimos ensinar nada, né? Então a minha idéia do ensino de Matemática é essa.

Como tenho uma forma diferente de encarar o ensino da Matemática eu não quis colocar até o momento nenhum curso pedagógico aqui na Faculdade Maringá. Só fiquei aperfeiçoando, aperfeiçoando. Agora eu vou instalar mais oito cursos e vou ficar muito tempo solidificando esses cursos.

No Curso de Direito, ao fim de semestre ou de um ano, despeço cinco e contrato outros cinco, três são aprovados, dois não. Ou ao contrário, dois são aprovados e três não. Essa não é a realidade que a gente quer, mas eu acompanho, observo o efeito, o método, a pedagogia. Não que eu seja lá muito exigente. Mas preciso de alguém razoável, que pelo menos ensine, né? Muitas vezes contratamos um figurão e é só fachada. Bom, agora eu fiz o

projeto para o Curso de Matemática. Contratei para isso um doutor em Ensino de Matemática, o Daniel de Freitas¹⁴. Ele foi meu aluno.

Estamos compartilhando idéias porque ele fez doutorado em ensino, mas eu tive a felicidade de acompanhar sempre cada Lei de Diretrizes e Bases. Desta forma eu estou muito enfronzado na parte legal, sei qual é o espírito que deve ter o ensino do quantitativo, do qualitativo, tudo isso né? Nós montamos uma grade curricular, com todo currículo amordaçado de tal forma que acabar com essa simbiose entre licenciatura e bacharelado.

Aqui em Maringá, falar que nós somos uma faculdade de ensino é uma humilhação. Isso cria um ambiente propício para licenciaturas que na verdade são bacharelados.

Eu tive oportunidade de visitar, com o vice-reitor da universidade, uma universidade da Califórnia, campus de Bakersfield da Universidade da Califórnia, que se definia como universidade de ensino, todas as pesquisas são direcionadas para as questões do ensino. Pretendo seguir esse raciocínio. Ah! Então eu pretendo que o currículo tenha as matérias básicas da Matemática e tal, mas que tenha uma matéria de aplicação matemática que contemple os conteúdos das diversas séries.

Então, o aluno que nós pretendemos formar, é aquele que em cada série, para o que for lecionar, ele tenha uma ferramenta pra resolver os problemas do dia-a-dia. Essa é a idéia. Você pode perceber que se trata de um desafio. Vou procurar profissionais que me auxiliem nessa proposta. Vou procurar onde tiver, seja lá no Nordeste, no Amazonas, no Paraguai, na Argentina, onde eu encontrar. Por isso só agora montei o curso de Matemática que espero ser implantado em 2007. E se não conseguir o que desejo eu fecho o curso.

Os conteúdos curriculares já estão bastante elaborados, a grade já está bem adiantada e espero aprovação do curso em 2007. O processo é assim: encaminha-se um projeto para aprovação do curso e depois serão feitas as modificações necessárias. Vai ser uma experiência, mas sem prejudicar o aluno porque ele terá na grade as matérias básicas e necessárias. Os complementos é que serão testados, será realmente um curso experimental. A grade se divide em três grupos: disciplinas básicas, profissionalizantes e optativas. As básicas visam à formação geral do professor, História da Matemática, Filosofia, etc., as outras são aquelas que ele vai precisar como conhecimento para lecionar e as optativas buscam um enfoque especial para as questões do ensino. Nessa área do terceiro grupo, das optativas, serão encaixadas no currículo as disciplinas experimentais.

¹⁴ Professor Daniel de Freitas cursou o doutorado na PUC de São Paulo onde, simultaneamente, fez o curso de Psicologia. Após aposentar-se pela UEM passou a dedicar-se à psicologia clínica.

Bom, retomando à história da Faculdade de Filosofia, algum tempo depois do início da Faculdade veio a idéia de reunirmos os cursos em universidade. O governador me nomeou como um dos três para instalar a universidade. No começo da UEM – Universidade Estadual de Maringá – só havia um departamento, chamado Departamento de Ciências reunindo Matemática, Física, Química, Biologia e Estatística. Atualmente são vários departamentos. Naquela época era um só, um chefe apenas de departamento.

Por isso, quando analiso a Revolução de 1964, em primeiro lugar eu observo o que se fez em nome dela. As Faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas eram isoladas. A Faculdade de Ciências Econômicas funcionava no Instituto, a Faculdade de Filosofia no prédio dos Irmãos Maristas e o Curso de Direito funcionava no Edifício Atalaia. Bastou nos unirmos na UEM em 1969, quando de universidade só existia o reitor que tinha uma sala isolada no Edifício Atalaia, para surgir conversas do tipo: não podemos aglomerar alunos, vamos construir tudo espalhado, e passar para o regime de departamentos. Departamento de Matemática, disso, aquilo...

Foi na disciplina que se sentiu o efeito das políticas governamentais porque toda a sociedade absorve a maneira do governo dirigir. Na época, qualquer coisa era motivo para suspender os alunos das aulas. A vida da direção era uma tranquilidade enorme porque ela tinha um poder enorme. O medo que o governo federal infringia era praticado por todos nas diversas instâncias de poder. Caso os alunos matassem aula, eu como diretor publicava um edital suspendendo os alunos. Daí eles tinham que apresentar trabalhos durante um dia, dois ou três e voltar pra casa. Isso era a coisa mais natural, o diretor tinha um poder na mão... Mesmo quando o período da Ditadura terminou o poder autocrático do governo continuou sendo sentido. Os chefes do executivo são os senhores feudais da Idade Média, não tem diferença nenhuma. A casa onde cada um de nós mora pode ser tomada a qualquer instante desde que o governo a considere de interesse público.

Eu fui contra partirmos para departamentalização e matrículas por disciplinas para quebrar o espírito grupal. Essa política na qual os alunos são colegas em uma disciplina hoje e no ano que vem já não são mais quebra todo mundo. A Universidade era menor que o colégio que eu dirigia. Eram mil e tantos alunos na Universidade e eu já tinha três mil alunos. Argumentei que tudo aquilo era um absurdo e indaguei se aquelas medidas haviam sido solicitadas por alguém ou através de algum ofício. Era uma Universidade Estadual pequenininha, não era necessário desmontar o esquema vigente. Tirar a seriação só trouxe prejuízo e nenhum benefício. Até hoje estamos arcando com as conseqüências. A ação da revolução aqui foi muito pontual. Só mais tarde eu soube da possibilidade de estar fichado

porque os alunos da Faculdade de Filosofia se revoltaram em determinada ocasião por não vir nenhuma verba do governo. Muitos alunos eram professores, estavam no batente aí, em pé de igualdade conosco. Sem o pedido de nenhum professor eles fizeram uma parada, só entraram em sala na segunda aula, e ficaram na avenida na frente do Instituto. Foi quando passou o prefeito. Todos sabiam que o prefeito Luiz de Carvalho¹⁵ tinha dinheiro aplicado em bancos. Desde quando uma administração pública tem dinheiro aplicado em banco com tanta coisa para fazer? Ele não dava verba para a Faculdade porque achava que aí o Estado ia segurar a verba mais ainda. Aquela briguinha... Acho que vaiaram o prefeito e ele deve ter dito que o diretor era culpado. Daí aconteceu que certa vez, por ocasião de uma feira de ciências, o professor Bacarim solicitou hospedagem para alguém que vinha do Rio, do Núcleo de Energia Nuclear do Brasil, para essa feira. Essa pessoa se hospedou na minha casa, durante dois ou três dias estivemos juntos, indo pra feira, vendo isso e aquilo...Ao final desse tempo ele me confessou ser do DOPS¹⁶, que estava ali como “olheiro”. Na feira observou alguns probleminhas, uns radinhos transmissores que os meninos montaram, mas que o principal era ter percebido que eu não era aquilo para o qual ele estava preparado. Como ele ficou três dias hospedado em minha casa, tomando café da manhã, almoçando, eu levando, vindo... ao final desse tempo é possível conhecer uma pessoa né? Pediu para eu não comentasse nada, como de fato o fiz. Mesmo com o fim da revolução, nunca comentei nada com ninguém... acho é a primeira vez que estou falando a respeito. Ele me deu uma bela régua que ainda tenho comigo do Centro de Energia Nuclear, uma régua chiquérrima.

Quanto à minha titulação acadêmica, foi assim. Em 1957, 1958, em Curitiba o máximo que se tinha acesso para quem tinha interesse em algum tipo de especialização era a Sociedade Paranaense de Matemática. Quem se interessava por um aprimoramento reunia com os professores e a cada encontro um dos acadêmicos apresentava um capítulo de um livro avançado de Matemática. Nós sabíamos com antecedência de um ano qual capítulo nos caberia. Um dos meus calouros, o Jairo, fez mestrado na Inglaterra e foi ele quem instalou o primeiro mestrado em Matemática, não sei se no Fundão no Rio de Janeiro ou no Instituto de Matemática e Estatística. Fora isso não havia muitas possibilidades. Mas eu tentei me manter atualizado, fiz um estágio, isso consta na Universidade Federal do Paraná, com o professor Jaime Cardoso que era um dos catedráticos, e fiz um outro com o pessoal da USP. Esse curso da USP eu trouxe para Maringá, para fazer o nivelamento dos alunos egressos da graduação

¹⁵ Luiz Moreira de Carvalho foi prefeito de Maringá no período de 1965 a 1968.

¹⁶ Departamento de Ordem Política e Social, polícia política que, instituída na década de 1920, comandou a repressão durante a ditadura militar de 1964. (Centofanti, 2002)

porque nos primeiros mestrados em Matemática, se o aluno não fizesse dois anos de nivelamento, ele não entrava. E mesmo com toda minha tarefa administrativa de chefe de departamento de Matemática, sendo anfitrião do professor, eu fiz a especialização em Análise Matemática. Daí que eu fiz duas especializações, não tinha as classificações de especialização ou atualização e tal, mas foram especializações realmente, com carga horária bem superior a 360 horas. Eu era catedrático, que na época era um título e um cargo. Aí, por decreto fui transformado em professor titular, que é só cargo. Só percebi isso mais tarde, que o professor perdia um título, e entrei com um processo para recuperá-lo e foi deferido. Em razão disso eu me aposentei na universidade com setenta por cento a mais porque esse título é equivalente ao de doutor. Eu fui governador do Rotary em mil novecentos e oitenta e seis, oitenta e sete. Então eu acho que me aposentei da UEM em oitenta e cinco mais ou menos. Aqui, no Colégio Paraná e na Faculdade Maringá eu nunca dei aula, sempre fui só diretor.

A década de 1970 na área de Educação se caracterizou não só pela interiorização do ensino superior público, mas também pela proliferação do ensino superior privado. Quando percebi isso e soube que o professor Lafranchi¹⁷ em Londrina e o professor Candinho¹⁸ em Umuarama se mobilizavam para fundar faculdades eu pensei nisso também. Na época o requisito para se fundar uma faculdade era verificar se estava na região geoeeducacional, daí eu consultei a respeito da nossa região, quais cursos poderiam ser implantados. Estávamos iniciando Itaipu, portanto um dos cursos era Engenharia Elétrica. Além disso, estava sendo requisitado às escolas qualificarem pedagogicamente profissionais, tais como engenheiros, biólogos, etc., profissionais de várias áreas, para serem professores em cursos técnicos. Queriam formar técnicos, aquele técnico entre aspas do ensino profissionalizante, um técnico de segundo grau. Então solicitei ao MEC a viabilidade de um curso de formação de professores. Seriam cursos de um ano compostos apenas de matérias pedagógicas para esse fim. O processo de análise de viabilidade de instalação de cursos era bem eficiente e inteligente. Caso o MEC entendesse que para a região eram cursos interessantes, podia se fazer o investimento para instalar um curso, sabia-se que não era perdido, certamente eu teria

¹⁷ Marco Antônio Laffranchi e a esposa Elisabeth Bueno Laffranchi criaram o Centro de Estudos Londrina em 17 de fevereiro de 1972, origem da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR. O credenciamento como Universidade deu-se em 03 de julho de 1997 por meio do decreto Federal publicado no Diário Oficial nº 126 de 04 de julho de 1997. (UNOPAR, 2007).

¹⁸ O advogado Cândido Garcia e esposa Neiva Pavan Machado Garcia foram fundadores da UNIPAR – Universidade Paranaense. A Universidade foi fundada na década de 1970 com a criação da Associação Paranaense de Ensino e Cultura – APEC -, em Umuarama. Foi reconhecida como universidade através da Portaria MEC nº 1580 de 09 de novembro de 1993 com caráter *multicampi* – Toledo, Guaíra, Paranavaí, Cianorte, Cascavel e Francisco Beltrão. (UNIPAR, 2007).

a aprovação do curso. E eu recebi o parecer prévio favorável. Mas nesse meio tempo, falando com meus irmãos, eles me questionaram se era isso mesmo que eu desejava. Eles lecionavam na Federal do Rio Grande do Sul, um foi pró-reitor, outro era da Odonto, foi coordenador do curso. Então eles me mostraram o trabalho que eu teria com as necessidades que a todo o momento se apresentariam, tais como montar laboratórios, isso mais aquilo, o que me cercearia naquilo que gosto de fazer que é viver a vida, viajar, coisa e tal. Daí, pensei: realmente não tinha equipe, e um curso superior, até hoje eu acho isso, não é curso de uma pessoa. Um curso superior não tem dono, ele precisa ser um curso realmente não autocrático, um curso democrático, não pode ser de um único dono, precisa contar com uma equipe. Assim, eu deixei caducar o parecer prévio no cofre e não instalei os cursos. Hoje nós temos a UNIPAR, a UNOPAR, escolas que começaram exatamente trilhando o caminho que eu comecei e não quis continuar.

Só mais tarde percebi que tinha chegado o momento de pensar seriamente na instalação de um curso superior. O Brasil estava em uma posição que exigia isso. Eu tenho propriedade rural, e vejo os filhos dos meus administradores já terminando o ensino médio, prontos para ir para o curso superior e tendo condições. Hoje no meio rural as crianças vão assistir aulas na cidade, pegam um ônibus na porta de casa. Desapareceu, o que muitos não perceberam, a distinção entre meio rural e urbano. O aluno do meio rural tem em torno da casa dele um terreno muito amplo, um contato muito grande com a natureza e essa é a única diferença com o aluno urbano. Inclusive ele fica horas e horas na frente da televisão, isso já há muitos anos, semelhantemente aos da cidade. Apenas com menos intensidade porque ele tem mais possibilidades de brincar e tudo mais... Mas não há outra diferença e muitos pensam ainda naquele Brasil antigo: alguém está no mato e outros estão na cidade. Daí, eu percebi que o ensino Fundamental e Médio é um pré-requisito simplesmente humano, todos devem ter acesso. Da mesma forma o curso superior, aparece a necessidade dele se expandir, permitir o acesso para um grande número pessoas. Não se concebe mais uma empregada doméstica que não tenha um bom preparo para atender telefone, dar recados, supervisionar as tarefas das crianças porque a dona de casa foi para um outro trabalho, e assim por diante... No entanto, ela não tem disponível um curso superior para isso. Eu acho inconcebível em Maringá, nós temos tanto orgulho dessa cidade, dos hotéis, das escolas, das universidades e tudo mais e, no entanto os taxistas que trabalham no aeroporto não sabem dar informações sobre a cidade aos visitantes. Eles são pessoas totalmente despreparadas, não dispõem de um curso com componente de área de turismo para receber bem o visitante em Maringá e ser útil para nós. Entregamos uma máquina agrícola de setecentos mil reais, toda computadorizada, com cabine

climatizada para um semi-analfabeto que não tem visão de Física, não tem visão de como funciona uma embreagem... Observando tudo isso, cheguei a conclusão que era evidente que em cada esquina deverá haver um curso superior. Quando percebi essa necessidade de curso superior para todos, praticamente para todos, resolvi partir logo para a implantação do curso superior.

O primeiro curso superior privado de Maringá foi mantido pelo Centro de Ensino Superior de Maringá, o CESUMAR¹⁹. Eu fui convidado a fazer parte da sociedade e a idéia era ele funcionar no ano seguinte, aqui neste prédio. Mas eu não quis, preferi seguir o caminho sozinho. Eles atrasaram um ano o funcionamento porque tiveram que construir no terreno que ganharam da Prefeitura. A Faculdade Maringá foi o segundo curso superior privado. Depois, se não me engano, veio a UNIANDRADE²⁰. O nome UNIANDRADE não tem nada a ver com universidade, essas impressões que se dá de universidade, mas é relativa à “união”.

Em 1996 eu tinha uma equipe que trabalhava comigo há dezoito anos, quinze anos. Entre eles o professor Boldori, que foi meu sócio no Cursinho e o professor Célio Raniero. Eu admirava a formação do professor Célio, primeiro no Colégio Agrícola, depois Física. Assim, a Faculdade Maringá é de um grupo de sócios. As cotas são menores, mas todas as decisões, independentemente das cotas, são discutidas democraticamente, cada sócio tem seu peso individual e não pelas cotas. O Colégio Paraná é meu e da esposa apenas.

Nossa primeira dificuldade foi a seleção dos cursos a serem implantados. Agora, que cursos colocar? Nós não tínhamos nenhum curso na área de Comunicação Social no Oeste do Paraná, não havia nenhum curso em Umuarama e também não havia no Mato Grosso do Sul. Só existia em Londrina um curso de Jornalismo. Então, a primeira escolha foi o curso de Jornalismo porque já havia uma grande quantidade de órgãos de comunicação e nenhum curso preparatório específico. Como se multiplicaram as repetidoras de televisão em Maringá, há inúmeras, achávamos que havia necessidade de pessoas especializadas no assunto. Bom, também achava que faltava um curso preparatório para o representante do capital numa empresa, o dono, o filho do dono ou um neto. Falta para eles e para seus gerentes uma visão que as idéias administrativas modernas podem propiciar, e também um processo de gestão para seus funcionários. Então colocamos cursos da área de administração visando especificamente preparar o que eu digo, em termos bem simples, sem retórica nenhuma:

¹⁹ A entrevista com o professor Wilson Mattos, reitor da CESUMAR, faz parte desse trabalho de Pesquisa.

²⁰ Centro Universitário UNIANDRADE. De propriedade da família Campos de Andrade tem sua sede em Curitiba.

cursos para preparar o representante do capital, o dono, o filho do dono e os gerentes de setor. É com essa visão que os professores fazem sua prática, os problemas que são apresentados aos alunos seguem essa linha. Para um ensino assim, a meu ver, não interessa saber o que se fez no passado, a não ser como uma visão cultural, sem maior ênfase, apenas como uma base de formação pessoal. Mas para a disciplina instrumental não interessa saber sobre linha em produção em série, Fordismo, etc. O aluno tem que ser preparado para resolver problemas do dia-a-dia de uma empresa que está indo mal, por exemplo. As ações de hoje são medidas totalmente diferentes das aceitas no passado. É muito difícil falar em poucas palavras, e não parecer ingênuo, do porquê de um curso pragmatista. Sou totalmente favorável à uma sólida formação cultural mas na hora de ser instrumental vamos ser objetivos e preparar os estudantes para o dia-a-dia. Todos da minha equipe pensavam assim também. Por influência da minha esposa, minha primeira esposa Elza é nossa diretora acadêmica, convidamos mais duas ou três pessoas fora dessa equipe para trabalhar conosco, mas mais por aspectos sentimentais.

Portanto, em primeiro lugar, a nossa preocupação em um exame vestibular é: qual é o perfil que nós queremos selecionar? E o perfil que desejamos é o daquelas pessoas que acompanham os fatos atuais, uma pessoa inserida na sociedade e não aquelas que de uma certa forma estão alijadas da sociedade, o “geniozinho”. Esse tipo de aluno deve ser encaminhado para ser um pesquisador. O que nos interessa são aqueles que estão inseridos no contexto porque nós queremos preparar um profissional para exercer a profissão em seu contexto.

Muitas universidades, faculdades não dizem que profissional elas querem preparar, portanto estão afrontando frontalmente o código do consumidor. Há um manual, obrigatório a toda instituição de ensino, que visa mostrar seu perfil. Deve estar a disposição dos alunos na secretaria, na diretoria acadêmica, na sala do reitor, locais assim e o público não sabe. Daí, alguém pode fazer um curso pensando que depois vai ser advogado para exercer a profissão e, no entanto será preparado para ser um pesquisador. Alguém ingressa no Curso de Matemática, faz o curso pensando em que algum momento vão prepará-lo como professor de Matemática e isso não acontece. Mesmo com o nome de Licenciatura, esse aluno ingressou em um bacharelado camuflado. Eu sempre me revolttei com isso, é o que chamo de enganar. Então, se queremos preparar um advogado, para ser um advogado do dia-a-dia e não pesquisador, é preciso escolher os que têm esse perfil. Em nossos cursos, todos os professores sabem qual é o perfil do egresso que desejamos e vão trabalhar para isso. Então, se um professor faz uma avaliação com testes de múltipla escolha, aqui na Faculdade Maringá, ele deve ter um motivo

claro para fazer isso porque senão estará preparando alguém para concursos e não é o perfil que nós queremos para os nossos alunos. Agora, ele pode ter a justificativa para isso, mas será argüido porque fez tal tipo de avaliação.

Eu acho que das instituições particulares de ensino somos a única de Maringá que só faz um vestibular. Realizamos nosso vestibular em princípio de novembro, ocupamos todas as vagas, enquanto outras instituições estão no quarto vestibular.

Os cursos que oferecemos aqui são: o curso de Direito; na área de Administração os cursos de Comércio Exterior, Análise de Sistemas e Marketing; na área de Comunicação social, o curso de Jornalismo. Já tivemos o curso de Rádio e Televisão. As universidades ofereciam esse curso porque não existiam elementos preparados no mercado para Rádio e Televisão. Mas a profissão não foi regulamentada, é o jornalista ainda que manda, os alunos formados neste curso de Rádio e Televisão não podiam assumir as funções do seu curso porque ele não foi regulamentado. Então, encerramos o curso.

Agora estamos aguardando a resposta do MEC sobre o pedido de implantação de oito novos cursos. Depois de oito anos sem criar um curso, todos nós da Faculdade achamos que já estava na hora. Procuramos consolidar os cursos existentes, mas eles já estão num nível no qual nossa imaginação já está esgotando, está na hora de expandir. Nossos cursos não são melhores por falta de capacidade nossa, imaginação, contexto. Vários motivos fazem com que não seja tão perfeito quanto se queira, né? Então, vamos colocar mais alguns da área tecnológica, outros de graduação plena e um curso de comunicação visual para suprir e utilizar os laboratórios de Rádio e Televisão.

Como o grupo de professores, com os quais começamos a Faculdade Maringá, pensavam todos na mesma linha, foi muito fácil aprová-la. Tínhamos muita unicidade no nosso pensamento de como conduzir o curso, como selecionar os professores e assim por diante. É muito complicado quando alguém na equipe acha, por exemplo, que é possível matricular um aluno, no caso de curso supletivo, que não tenha idade correta, “se dá um jeito”, isso e aquilo. Muitos pensam que é fácil “se dar um jeito”. Outros pensam que “isso atrai aluno”, querendo que o professor amoleça e tal. Mas hoje, na Faculdade Maringá, eu acho que nós pensamos razoavelmente da mesma maneira. Claro, temos discussões internas principalmente em relação a essa nossa posição de levar o ensino de um modo um pouco antiquado. O governo franqueou para que 20% das disciplinas possam ser não presenciais. Eu sou totalmente fã disso porque acho que é possível planejar-se um trabalho individual onde não é necessária a presença do professor. Esse trabalho deverá ser motivado, para não haver aquela inércia natural da pessoa humana, e depois bem cobrado. Mas infelizmente, se hoje

colocássemos aqui na escola, eu acho que seriam vinte por cento de “não trabalho” porque muitos alunos não aproveitariam e por isso nós não instalamos esse sistema. Então, são visões diferentes que nos fazem trocar idéias democraticamente, mas não divergimos naquilo que consideramos essencial.

Com relação ao espaço físico necessário para o funcionamento dos novos cursos, há dois, três anos atrás, adquirimos na avenida Colombo o Clube Teuto Brasileiro. O clube teve problemas financeiros, e venderam a sede para saldar compromissos. Não divulgamos, mas todos esses anos mantivemos a piscina semi-olímpica perfeita, tratada a água. Eu não entro lá há meses. Depois concluímos que devíamos continuar no centro de cidade. Era ilusão o campus ecológico, toda aquela idealização que eu sempre quis. O A sede do clube está totalmente quitada, mas nós vamos vender para construir em um outro terreno a 100 metros daqui. Temos um terreno extremamente central, para frente do Estádio Willie David. A importância dessa proximidade, entre outras coisas, é o fato da biblioteca atual servir aos dois *campi*.

Além disso, nossa posição é estratégica em relação ao terminal de passageiros²¹. O final do terminal está entre esse *campus* e o outro. Os ônibus de alguns bairros do Norte vão entrar pela avenida aqui ao fundo, onde o terreno se encosta no terminal rodoviário, e os outros vão entrar pela outra extremidade. O que está atrasando um pouco a construção é o plano diretor dessa região, denominada de Novo Centro de Maringá. Os arquitetos pararam esse planejamento nessa avenida aqui dos fundos da faculdade e o que está aprovado não atinge o nosso terreno que está do lado de cá, lado norte da avenida. Esse planejamento está amarrando um pouco, mas espero que para os próximos dias já tenha o nosso projeto aprovado. Nós utilizamos o anteprojeto para conseguir a autorização para o funcionamento dos novos cursos. Mas se vierem comissões de especialistas em trinta dias nós colocamos as salas do Clube Alemão (Clube Teuto Brasileiro) em condições para funcionar os cursos que forem aprovados até terminarmos a nova construção. Podemos preparar oito salas de aulas e no antigo salão nobre do Clube podemos locar salinhas de laboratório. O ginásio de esportes, onde se realizavam as maiores competições esportivas de Maringá, funcionará como espaço de área coberta. Esse local ficou parado três anos por prudência.

Nós oferecemos também aos nossos alunos um tipo de crédito educativo. A inadimplência nas escolas particulares é altíssima. Eu faço parte da diretoria da Confederação Nacional de Escolas Particulares, é a primeira vez que o Paraná tem um representante. Lá

²¹ O sistema de ônibus urbanos de Maringá funciona com passe integrado. O passageiro de qualquer região da cidade pode ir a uma outra região mudando de ônibus no terminal sem pagar nova passagem.

existe um relatório sobre a situação das Instituições no Brasil inteiro. A menor inadimplência é na região de Brasília onde a grande maioria são funcionários públicos, assalariados. O mesmo acontece em algumas cidades do Nordeste onde a parcela da população que vai estudar é de funcionários públicos. Então o famoso Sul e o seu poder aquisitivo... as maiores inadimplências estão do Rio de Janeiro para baixo. Mas nós sempre procuramos fazer uma gestão chamada de muito humana. Mas há um limite imperceptível entre o humano e o quase ingênuo. Então nós estruturamos para atuar bem nesse sentido. Para não prejudicar aquele que realmente quer estudar e passa dificuldades nós temos um crédito educativo, o mesmo que eu propus na Universidade Estadual de Maringá quando o ensino era pago. O crédito funciona assim: o aluno termina o curso dele, se ele teve um crédito de cinquenta por cento, após um ano de carência, ele começa pagar parcelas que correspondem a cinquenta por cento da mensalidade do ano.

A Faculdade tem este crédito. Se alguém tem um desconto especial, por estar ligado a empresas conveniadas nossas, também têm acesso ao crédito. Há uma longa tradição, mesmo no Colégio, de darmos descontos especiais aos militares porque o salário deles é baixo. Mas, se além desse desconto, eles precisarem, nós damos crédito também. Agora veja, o que eu considero uma coisa moral: não cobramos juros. A mensalidade sobe de acordo com o INPC, quatro por cento, sete, no máximo oito. Então em cinco anos, acumula, quatro em cima de quatro, assim por diante. É mais do que quatro, mais quatro, mas não chega a cinquenta por cento, quarenta por cento, eu estou chutando, depois de um curso de cinco anos. Depois de seis anos do seu ingresso no curso, o aluno vai pagar uma mensalidade só atualizada na desvalorização do dinheiro, sem um mínimo por cento de juros, enquanto que o crédito educativo do governo é um empréstimo bancário com juros. Esses fundos, bolsas, créditos, tudo isso é demagogia, não é moral. É realmente imoral. Eu acho que esse crédito que a UEM concedia, enquanto era paga e aquilo que a Faculdade Maringá faz atualmente, é altamente humano e moral. O interessante é que nós temos levantamento de quem já está pagando e muitos não esperam um ano de carência. Quando ingressam na força de trabalho, vêm e nem querem usar o pagamento mensal, pedem um parcelamento em três vezes, quatro vezes e pagam tudo. E a inadimplência é menor do que na mensalidade comum.

O governo do Estado do Paraná é de uma omissão total. Nós, escolas particulares de ensino somos, tanto ao nível estadual quanto ao municipal, boas empresas de arrecadação do governo.

Minha vida empresarial começou cedo. Eu cheguei em Maringá em 1961, em dezembro deste ano noivei, em dezembro de 1962 me casei. Aí meu sogro, na época tinha uma empresa de exportação de madeira para São Paulo, me convidou a fazer o mesmo. Daí eu fundei junto com um sócio a firma “Madeiras Guairacá Ltda”. Ao clarear do dia ele ia até esses hoteizinhos, pensões onde tivesse esses caminhões de toras na frente, esperava os rapazes acordarem e já negociava as toras. Essa região aqui era chamada pátio da estação ferroviária e tudo era depósito de toras. Eu dava aula pela manhã e a noite por isso a tarde tinha tempo para fazer um serviço que consistia em estabelecer o preço de aquisição de cada tora. Eu listava tora por tora, ele comprou a carga por tanto, a medida dele de compra foi tanto, o preço de cada tora era tanto. Quando as embarcava para São Paulo, eu tinha a medida de compra e a medida de venda. A cada quinze dias eu viajava para São Paulo. Após a aula de sexta feira à noite, pegava o carro e amanhecia em São Paulo. Ia às serrarias no centro de São Paulo, pequenas serrarias de madeira de lei, para fazer o encontro de contas. Mas como eu sabia exatamente o preço de tora por tora, na hora do acerto final eu sabia o que podia ceder ou não. Ao final do ano nós tínhamos aumentado o capital em doze vezes. No ano seguinte a empresa tornou-se maior e começamos exportar madeira para a França, Itália e Alemanha. Esse negócio me deu uma base financeira boa, com isso eu comprei uma fazendinha de cinqüenta e sete alqueires ao lado de Campo Mourão. Mas mesmo assim nunca quis deixar de ser professor um dia por semana. Tenho também uma fazenda em Iretama, com noventa e poucos alqueires e agora com a esposa atual temos outra oito quilômetros adiante, em Roncador, com trezentos e poucos alqueires.

Eu não me imaginava madeireiro, com isso eu não cresci financeiramente como deveria, porque nunca quis ser conhecido como madeireiro. Fui até diretor adjunto da Associação Comercial representante dos madeireiros, mas eu queria ser chamado de professor e ter meu tempo caracterizado como sendo de um professor. Na cidade eu nunca fui conhecido como um madeireiro e eu não queria transmitir essa idéia. Bom, certo final de semana eu peguei o volkzinho, lá pela uma da manhã, depois de Londrina até São Paulo o asfalto era novo mas não tinha posto de gasolina. Após Londrina eu encontrei três, ou quatro fazendo sinal, pedindo ajuda. Eu estava sozinho, tinha uma arma na porta. Eu nem cogitei ser um assalto, parei para ajudá-los. Era o Olivir Garbardo, ele estava levando o processo da Faculdade de Medicina para Brasília. Tinha dado aula, se atrasaram daqui e dali e em três professores no carro ficaram sem gasolina. Uma coincidência encontrar esses amigos e poder ajudá-los.

Ao clarear do dia eu chegava a São Paulo, procurava um hotel, tomava um banho, um café e ia até as serraria conferir as medidas daqueles quinze dias. Aí ajeitava tudo, pousava para descansar uma noite e domingo cedo me mandava para Maringá. Chegava domingo à noite, segunda feira eu dava aula. Eu chegava segunda feira nas salas dos professores e encontrava aquele marasmo, o pessoal só se queixando da vida, do salário, disso e aquilo. Eu chegava na segunda feira louco por aquele ambiente de escola, passava o final de semana louco para voltar a ser professor. Sempre dei aula de jaleco, nunca fui dar uma aula de manga de camisa, não admitia um profissional sujo de giz. Queria ficar à vontade, eu sempre dei aula com guarda-pó, mas depois como era muito quente com um jaleco, invés de camisa usava uma túnica tipo Mao Tse Tung, branco e tal. Depois que eu adquiri uma propriedade rural passava sábados, domingos na propriedade, pratiquei muito esporte aquático com a família. Na segunda feira eu estava com o corpo extremamente cansado, mas realmente com aquela ânsia de ser professor de novo.

Eu trabalhei com a Madeireira Guairacá de sessenta e dois, três, a sessenta e seis. Aí eu me envolvi com a fundação da Faculdade Estadual de Filosofia. A partir daí em vez de dar aula no Gastão Vidigal meu padrão ficou à disposição da Faculdade de Filosofia. Com essa mudança era complicado eu ficar a tarde toda no escritório de madeira. Por isso eu desisti do negócio e deixei tudo para meu sócio. Naquela época eu deixei de adquirir mais terra porque não tinha interesse em ocupar meu tempo com outra coisa que não fosse a escola. Naquela época havia muita facilidade, eu comprei a fazenda de café com um projeto aprovado de financiamento. Eu registrava um lote no cartório, levava ao banco e já saía com o dinheiro na conta e com ele eu pagava o terreno. Então eu poderia comprar duzentos, trezentos alqueires e pagaria tudo com dinheiro do financiamento. Mas eu não quis mais terra, arrumei para um grupo de amigos daqui, cento e tantos alqueires que eu poderia ter ficado, para não deixar de ser professor. E não me arrependo.

Nessas fazendas de café, eram vinte e sete famílias, vinte e quatro diretamente ligadas a mim, e três eram ligadas a algumas delas. Eu sempre destaco isso, são agregados, pessoas que têm uma certa deficiência e tem um padrinho. Eles nunca vêem dinheiro, mas são mantidos, têm comida, casa e tal. Comigo, com contrato de meeiro de café, eram vinte e quatro famílias e eu nunca tive o mínimo problema trabalhista, absolutamente nada. Eu estava sempre aos finais de semana nas fazendas. À tardinha reunia todo mundo batia papo sobre higiene, de que não tinha interesse em tirá-los dali, que fizessem a horta, plantassem uma árvore frutífera, orientava em como eles poderiam aplicar o dinheiro da percentagem na época

da safra. Eu fico muito contente por saber que dezenas deles são proprietários de pequenas chácaras, pequenos sítios graças a esse papo. Alguns compravam um sítio e queriam mudar-se pra lá. Não percebiam o que estavam perdendo, a retaguarda que tinham ao trabalhar comigo. Quando eles foram sozinhos para suas terras não tinham esse amparo e não tinham se preparado para isso e não acreditavam, achavam que a gente falava por falar. Outros ficavam na fazenda, colocavam o filho mais velho ou um irmão para ir plantando, abrindo o sitinho. Assim eles ganhavam percentagem em cima de café, e depois mudavam pra lá com uma reserva de dinheiro. Outros foram comprar terras, lá por Curitiba, foram enganados, aqueles golpes de venda de terra no papel. A gente fica sabendo de cada coisa no Brasil... O trabalhador ganha uma porção de dinheiro na colheita do café, podia comprar uma terra e é enganado, perde tudo. Daí que fora da atividade de professor praticamente minha atividade foi sempre rural. Sempre gostei de terras.

Eu tive colheitadeiras compradas de grandes fazendas que ao comprarem maiores, vendiam as menores perfeitinhas e tal. Mas em dado momento eu percebi que plantar não valia a pena. O seguro do governo, o PROAGRO²², existe exclusivamente para o banco receber o dinheiro do financiamento e não para proteger o agricultor. Caso eu não financiasse um plantio não existia nenhum seguro para a eventualidade de uma geada que acabasse com toda a minha colheita de trigo, por exemplo. Eu decidi então só trabalhar com pecuária. Meu irmão, aquele que foi pró-reitor, tinha uma fazendinha ao lado da cidade e me questionou a respeito dessa decisão. Eu respondi a ele: “olha, em sã consciência, hoje só planta aquele que está atolado em dívidas e tem que fazer um novo financiamento para pagar o anterior”. Ele concordou comigo.

Deixei de plantar e atualmente só me dedico à pecuária. O resultado disso é, no lugar de vinte e sete famílias trabalhando comigo, tenho uma apenas em cada fazenda. Na fazenda maior são duas. Isso é triste porque as famílias eram bem cuidadas, todas as casas com água de mina encanada, eu e a esposa cuidávamos da parte social, orientávamos, sonhávamos em colocar em prática inúmeras idéias que nós tínhamos. Por exemplo, hoje é fácil manter uma pequena criação de rãs, uma senhora consegue cuidar sozinha e desta forma ter uma renda extra para a família. Nas fazendas, um ônibus passa na porta para as crianças irem a escola, há luz elétrica há muitos anos, os empregados têm celular. Hoje no meio rural as pessoas teriam

²² Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, criado em 11 de dezembro de 1973 por meio da lei nº 5969.

uma estrutura para viver muito bem e o poder público não pensa nisso. Então, eu não vou arcar com aquilo que não sou responsável.

Denomino de fazendeiro de asfalto pessoas que, como eu, são profissionais liberais que moram numa cidade, ou mesmo um outro empresário de outra área, mas que tem sua propriedade rural e muitas vezes acode a fazenda com dinheiro de outras fontes. É o meu caso. Eu tenho salário, aposentadoria, uma pela universidade, outra pelo INSS que é pequeníssima. Mas de certa forma isso vai acumulando, uma hora se vende um lote de gado e o dinheiro retorna. Para alguém retirar o necessário para a subsistência de uma propriedade rural ela tem que ter um bom porte. Atualmente há uma política de lesar o produtor em tudo. Quando eu produzia café, colhia lá doze mil sacas de café, eu depositava na cooperativa, vendia assim, mil sacas de café e acertava probleminhas. O resto ficava depositado na cooperativa, e sempre que havia possibilidade de se exportar um certo lote eu era consultado. Vendia ao preço de exportação, direto. As cascas, os pedacinhos, o que sobrava retornava ao produtor, pagava-se por isso que era denominado de “escolha”. Atualmente o processo é contrário. O comprador retira do lote de café a ser comercializado, uma amostra de 100 g com toda técnica de estatística, descasca-se e pesa. O que sobra é chamado de renda. O café de 23, 24 de renda é considerado excelente. Mas os compradores não retiram só a casca, eles alegam que uma parte do café está um pouquinho escuro, está ardido, está um pouquinho quebrado, eles vão tirando tudo e um café com renda 24 cai para 17. E isso que é retirado é comercializado no mercado interno pelo preço total de café, sem nenhum retorno para o produtor. O mesmo acontece com o pequeno produtor de milho, aquele que não pode estocar, não pode exportar. O preço só se torna compensador quando o produto não está mais nas mãos do pequeno produtor, só está nas mãos dos cerealistas, das cooperativas. Essa é a nossa realidade no Brasil.

3.2.2 Textualização 02: Entrevista com o professor Arnaldo Antonio Piloto

3.2.2.1 Apresentação:

O professor Arnaldo Antonio Piloto, à época da entrevista, era sócio-proprietário das Faculdades Nobel e do Colégio Nobel na cidade de Maringá, estado do Paraná. As Faculdades

Nobel foram incorporadas pela PUC-Paraná. Conserva a situação de um dos proprietários dos Colégios Nobel (com unidades em Maringá, Paranavaí e Londrina) e exerce a função de diretor do Ensino Médio da unidade de Ensino Médio de Maringá. A entrevista foi realizada nos dias 17/10/2003 e 22/10/2003 na sala dos professores do Colégio Nobel – unidade Ensino Médio.

3.2.2.2 Entrevista

Marisa: Bom, Arnaldo, uma entrevista pode se iniciada em qualquer ponto da vida do depoente. No seu caso eu vou arbitrar um início. Então, por conta da nossa conversa preliminar de ontem, por conta dos versos de Chico Buarque que você citou, me veio à mente um determinado momento da minha vida e este será o início da nossa conversa. Na década de 1970, não consigo precisar bem o ano, eu fazia parte de um grupo de alunos do Colégio Gastão Vidigal. Estávamos conversando no corredor do colégio quando passou por nós um jovem professor. Como não o conhecia perguntei a um dos colegas: “quem é?”. Este colega respondeu: “é o professor de Matemática, o nome dele é Piloto”. Ai, eu retruquei: “esse professor não tem nome? Apenas sobrenome?” O colega respondeu: “ah, sim, é Arnaldo Piloto. Dizem que é um gênio”. (risos do professor Arnaldo). Você quer falar sobre esse jovem professor?

Arnaldo: Claro, podemos iniciar por esse jovem professor. Bem, pelos meus registros comecei lecionar efetivamente, assumi uma sala de aula, em 1971. Em 1970 fiz alguma coisa relacionada com lecionar, mas não em Maringá, nessa época eu ainda era torneiro mecânico em Cianorte. Portanto, comecei lecionar em 1971 “no Estado”, em Cianorte. No mesmo ano que entrei na Faculdade. Estava cheio de vontade, nunca havia trabalhado para um outro patrão que não fosse meu pai, nunca tinha tido um salário fixo. Trabalhei três anos, dois anos e meio em Cianorte, o suficiente para tomar cada vez mais gosto pela coisa, lecionava Matemática. Mas não consegui mais aulas lá, na verdade tinha um número muito pequeno de aulas, aí me convidaram para vir trabalhar em Maringá. Aqui, trabalhei primeiro no Cursinho Vetor e dei aulas no Colégio Estadual Dr Gastão Vidigal.

No Gastão, eu tinha umas dez aulas; no ano seguinte, em 1974, trabalhei no Colégio dos Irmãos Maristas. No segundo semestre fui contratado pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Concluí o curso em julho e fui contratado pela Universidade em seguida. Naquele ano trabalhei também no Instituto de Educação. Durante o ano de 1975 além de trabalhar eu estudei, fiz cursos já me preparando para o mestrado. Em 1976 fui para o Rio de Janeiro para fazer o mestrado e retornei no começo de 1978. Além da Universidade trabalhei no Curso Alfa Vestibular por dez anos, até 1988. Foi neste ano que, por problemas até alheios a minha vontade, eu sai do Alfa e nós montamos o Nobel. O Nobel... são quinze anos até aqui... e aquele jovem professor continua aqui. Do mesmo jeito, empolgado, eu gosto muito disso tudo aqui e, talvez, goste tanto que é até difícil as pessoas entenderem. Mas este professor tem um estilo diferente, sei lá, acho que posso resumir em uma palavra: assusta... Acho que assusto as pessoas. Quanto a ser gênio, ou qualquer coisa assim, sem “frescura”, sem falsa modéstia, não tem nada disso não, viu? Eu sei muito bem quem sou, sei que não sou uma pessoa de inteligência mediana, sei disso, desde pequeno eu sei, mas também não sou nenhum gênio. Eu sei o que é um gênio, já estudei com pessoas que poderiam ser classificadas como extremamente acima da média, conheci esse tipo de pessoa pessoalmente e sei como elas funcionam. Também leio bastante, sei como funciona realmente um gênio. Um gênio é descoberto aos quatorze anos, nessa idade ele não é um cidadão que precisa de uma escola regular, estudar para passar nas matérias, nada disso. São pessoas bem diferentes de mim. Acho que as pessoas me atribuem uma genialidade que não tenho, talvez, por que eu tivesse uma certa competência para entender todas as disciplinas escolares. Isso é uma coisa que chama muito a atenção. Meu professor de Português dizia que eu devia ser professor de Português, meu professor de Matemática dizia que eu ia ser professor de Matemática. Eu sempre fui muito esforçado, muito disciplinado. Eu me analisei durante muito tempo, gosto sempre de procurar o porquê? Qual a razão de eu ser assim? De fazer tal coisa? Já me perguntei muito sobre qual a razão de eu ser assim tão disciplinado... Atualmente, talvez, eu seja um pouco menos, o que só confirma a minha tese. Por que da disciplina? A resposta parece ser que eu achava que precisava acertar a minha vida e as de todos que dependiam de mim. Por isso sempre fui um “cara” muito estudioso. Sempre fui não. A partir de um certo momento percebi que precisava estudar. Ah, aí, eu estudei muito a sério. Isso levava as pessoas a acreditar que eu fosse um gênio, mas não é nada disso. Acho que sou apenas uma pessoa com inteligência um pouco acima da média.

Eu nasci em 1949 no estado de São Paulo, em Presidente Prudente. Fiz 54 anos em agosto. Não conheço meus pais biológicos, fui adotado por um casal Sr Arlindo e Dona Elizabeth. Nunca tive a menor idéia, nem quis ter de quem sejam meus pais biológicos. Dona Eliza faleceu em 1974 e seu Arlindo faleceu ano passado.

Desde pequenino, eu ouvi contarem que fui adotado quando tinha três meses de idade mais ou menos. Isso sempre me fez bastante bem, mas eu nunca quis conversar a respeito com meu pai. Você vai observar que eu vou falar muito mais do meu pai do que da minha mãe. Isso porque nós tivemos problemas muito sérios e afinal de contas passei quase todo o meu tempo, a partir do momento que adquiri consciência de quem eu era, quase só aos cuidados do meu pai. Nós tínhamos um relacionamento muito bom. E eu nunca quis perguntar a ele nada sobre esse processo. Primeiro porque nunca me interessei realmente. Vez ou outra aparece na televisão, principalmente na televisão aparece muito disso né? Sobre pessoas que são filhos adotivos que têm uma necessidade profunda de achar seus pais biológicos. Acho isso uma coisa completamente despropositada. Eu olho para as minhas filhas, por exemplo, isso porque não há nada que eu ame mais profundamente do que as minhas filhas, e nunca consigo pensar assim “ahh... ela veio lá de dentro de mim” (risos). Não, de jeito nenhum, entende? Então, se elas fossem minhas filhas adotivas, eu tenho certeza que o sentimento seria o mesmo. Gostei e continuo gostando tanto do meu pai, mesmo ele não estando mais aqui, que sempre considerei que falar sobre a adoção seria extremamente indelicado com ele. Seria uma grosseria sem tamanho. Deus me livre, jamais perguntaria a ele “quem é meu o que? Meu pai?” Não, meu pai era ele. Jamais gostaria de usar essa palavra com outra pessoa que não fosse com ele. Seria indelicado, inclusive. Houve uma história, até recente, veja você, há uns dois, três anos uma irmã da minha ex-mulher visitou meu pai. Ela é uma pessoa extremamente loquaz e uma das besteiras que ela perguntou a ele foi sobre meus pais biológicos. Ele não falou sobre isso para mim, queixou-se à minha irmã e ela falou comigo. Ele não gostou. Então, aí, mais do que nunca eu vi que estava com a razão de não tocar nesse assunto nem por algum tipo de curiosidade. Aliás, nunca tive essa curiosidade. Meu pai não poderia pensar como você a respeito de adoção. É diferente, é preciso levar em consideração que você é uma moça dos tempos modernos, não é? Meu pai nasceu em 1916 e as idéias eram outras. Tanto que hoje em dia um processo de adoção é extremamente complexo, formal. Naquela época não tinha nada disso, essa formalidade toda. Eu fui registrado aos sete anos de idade quando precisei ir para a escola. Ninguém dava “bola” para isso. Nenhuma relação com o fato de eu ser filho adotivo, meus irmãos, os que são filhos biológicos do meu pai, também foram registrados quando foram para a escola. As coisas eram diferentes, muito diferentes.

Quando eu tinha um ano de idade mais ou menos, nós viemos para o Paraná, moramos aqui, próximo a Londrina em uma fazenda de café. Depois moramos em outra fazenda adiante de Paranavaí onde meu pai havia montado uma serraria para o dono da fazenda e ele a administrava. Minhas lembranças mais antigas são dessa época, 1954, 1955. Em 1954 a gente devia estar nessa fazenda próxima a Jaguapitã, uma fazenda de café. Dali, meu pai foi para outra fazenda, aqui adiante de Paranavaí, do mesmo dono, para montar uma serraria.

Eu não tenho muitas lembranças dessa fazenda próxima a Londrina. Aliás, do que lembro dali, foi da primeira vez que entrei em uma sala de aula. Nós morávamos em uma colônia, dos empregados da fazenda. Eram aquelas casas iguaizinhas assim, uma ao lado da outra, e quem morava ao nosso lado era a professora. Lá havia uma professora e uma escolinha na fazenda e tal. Um dia ela me convidou para assistir uma aula. Foi a experiência mais terrível que eu já passei na minha vida porque não tinha a menor idéia do que era aquilo, como deveria me portar. Eu me lembro que sentei naqueles bancos compridos, eu era pequenino... Troço chato, né? A pessoa falando lá na frente e eu não entendia nada, não sabia nada do que estava acontecendo, queria sair e não sabia se podia sair. Eu acho que comecei a chorar dentro da sala e, aí, a diretora ou a professora chamou meu pai que estava trabalhando ali perto.

A fazenda tinha o que chamavam de sede. Além disso, um conjunto de edificações onde as pessoas trabalhavam e ficavam as máquinas, essas coisas... Havia também a colônia de casas de colonos. Havia um moinho de fubá alimentado por uma roda d'água, foi meu pai quem a fez, e me lembro dele construindo aquele moinho e a roda d'água. A proporção para uma criança é diferente daquela quando adultos, mas me impressionava ele ter construído aquela roda d'água de madeira aproveitando uma queda d'água. Ele instalou também o moinho de milho. Também havia os terreiros de secagem de café, os secadores, as máquinas de secar café e uma máquina de beneficiamento de café. Meu pai era mecânico, montador de máquinas. Havia também uma máquina de arroz e havia uma escola ali dentro da fazenda.

As escolas eram do tipo multiséries, havia uma classe multisérie com primeiro, segundo, terceiro, quarto anos, devia ser até o quarto ano primário, e essa devia ser uma escolinha desse tipo. Não sei por que razão meu pai me mandou para a escola naquela época e se não fosse meu pavor talvez tivesse ficado lá mais tempo. Mas não ia adiantar nada porque depois dessa fazenda nós nos mudamos para outra, próxima de Paranavaí.

A fazenda próxima a Paranavaí era um mega latifúndio, uma coisa maluca... Ela estava fora da gleba da Companhia Melhoramentos. Aliás, ela estava bem dentro das regiões

de grilagem ligadas ao nosso “saudoso” Moysés Lupion²³. Esse fazendeiro morava em Londrina e ele era um grande, um grande latifundiário no Paraná. Ele tinha a fazenda perto de Londrina e a de Paranavaí.

Para você ter uma idéia, Marisa, essa fazenda de Paranavaí, quando meu pai veio para cá, era mato ainda. Não existia nada, então eles abriram uma estrada passando na cabeceira da fazenda. Formaram também uma vilazinha, existe até hoje, chama-se Cristo Rei. O cidadão, dono da fazenda, era muito religioso, um italiano, Remo Máximo era o nome dele, um homem extremamente religioso e sanguinário. Não é difícil encontrar essa combinação. Todas as fazendas dele, todas, tinham nome de santo. Aquela, próxima a Londrina, chamava-se Santa Maria, a próxima a Paranavaí era São Sebastião. A fazenda São Sebastião ficava ao lado do povoado chamado Cristo Rei. Lá tinha uma capela, ele tinha dessa: fazia uma igreja em tudo quanto era fazenda dele ou povoados que ele constituía. Fazia uma igreja, levava o padre lá e tal, era tremendamente carola. Meu pai viajou com ele, ele tinha um avião. Segundo meu pai, ele sentava-se no banco de trás do piloto do avião com um rosário nas mãos, rezando. Ele tinha muito medo de morrer em desastre de avião. Não morreu dessa forma, mas um filho dele sim.

Fomos para a fazenda São Sebastião em 1955, ano de uma das grandes geadas no Paraná. Eu me lembro dos efeitos dessa geada, lá em Cristo Rei, eu tinha seis anos de idade. Lá não havia escola, não havia nada. Havia muito bicho. A colônia era só as casas, um prédio para o escritório e a serraria. Tudo era feito com madeira, as casas eram de madeira. Vivíamos em uma clareira no meio da mata, com uma serraria, as casinhas em volta e muita atividade. Serrava-se madeira todos os dias. Inicialmente nós moramos em uma casinha mais simples, depois mudamos para uma casa um pouco mais bem acabada, mais próxima do escritório da fazenda. Essa casa tinha forro de madeira, era uma casa do tipo bangalô de madeira dos anos 50, 60 que existiam aqui nessa região. Ainda existem né? Casas como essas por aqui, aquela casa que hoje é o museu da Universidade é um bom exemplo disso. Aquele estilo, aquilo já era uma casa bastante sofisticada. Nós nunca moramos numa casa de chão batido, mas tive amigos que moravam, conheci muitas, conheci muitas... As pessoas tinham um modo de tratar o chão de terra que o tornava quase vitrificado. Virava mesmo uma louça. As mulheres tinham o hábito de regar suavemente aquilo. Mesmo durante o uso.

Para você ter uma idéia do tamanho do latifúndio, a fazenda tinha, isso eu fiquei sabendo muito tempo depois conversando com meu pai, dois milhões de pés de café. Nós moramos, acho uns dois anos ali e eu nunca vi um pé de café, para mim aquela fazenda era só

²³ Moysés Lupion foi governador por duas vezes do Estado do Paraná, períodos de 1947 a 1951 e 1956 a 1961.

mato. Na minha lembrança ficou isso. O dono explorava a madeira e plantava café. Mais tarde meu pai me contou que o café era plantado nas partes altas do terreno, que eles chamavam de espigões. Ali nos espigões, onde as geadas são menos intensas, abriam-se clareiras imensas na mata e plantava-se o café. Então a mata já estava toda manchada de espigões com plantações de café. Como já disse este cidadão estava bem fora da área da Companhia Melhoramentos. A área da Companhia Melhoramentos tinha documentação certinha e tal. Quando meu pai foi para lá ainda não havia nada no lugar, eles abriram uma clareira e montaram uma serraria. Meu pai montou essa serraria e depois ficou gerindo a serraria. Foi quando a família mudou-se para lá.

Mas enquanto ele estava lá sozinho, eles dormiam em alojamentos, todos os empregados que estavam na fazenda. Havia uma equipe: trabalhadores rurais, carpinteiros, mecânicos, cozinheiros e os jagunços do Sr Remo Máximo. Alguns célebres. Paranavaí é uma cidade muito antiga. Na década de trinta ela já existia, mas com outro nome, chamava-se Brasileira. Aquela região tem muitas histórias de conflitos de terra, havia muito “posseiros”. Os fazendeiros faziam mesmo como se diz aí nas historinhas clássicas: eles tomavam posse da terra e a documentavam através de agentes em Curitiba. O Remo Máximo tinha um cidadão que trabalhava para ele em Curitiba, que legalizava a documentação de uma área imensa. Essa área, por exemplo, tinha uns 60 mil hectares, para você ter idéia de como era. É lógico, em uma área como essa já havia gente morando há muito tempo, mas os jagunços expulsavam as pessoas. Essas histórias clássicas que, talvez, ainda aconteçam lá no norte, aconteciam ali. Meu pai contava que dormia ao lado daqueles camaradas e que os “caras” dormiam de bruços, com uma arma no chão e um braço fora da cama, prontos para tudo. Por conta desse convívio, meu pai ficou sabendo de histórias terríveis que depois me contou. Aconteciam coisas horríveis. Esses cidadãos algumas vezes até manifestavam certo remorso por conta das barbaridades que haviam feito. Coisas do tipo, pedir para uma família sair, a família não querer sair e eles matarem todo mundo. Matar mesmo, homens, mulheres, crianças e enterravam a todos em qualquer lugar. Você pode imaginar, uma imensidão de mato, 50, 60 mil hectares, havia todo tipo de bicho lá, onça, anta, toda essa fauna que existia por aqui estava lá, não havia meio de chegar até aqueles cafundós, sem contar que o camarada era o dono, podia impedir que a lei chegasse até lá...

Mas meu pai se desentendeu com o dono.

Mais ou menos quando eu estava com sete, oito anos, Dona Elisa começou a manifestar sinais de esquizofrenia, ela tinha alucinações auditivas, ouvia vozes e tal e saiu de

casa. Quando falo sobre isso as pessoas talvez pensem em conflito, incompatibilidade de gênios. Não, a vida era muito menos organizada do que é hoje. Ela simplesmente saiu de casa, ia para a casa da mãe dela e depois da casa da mãe, para a casa de um irmão dela, da irmã. Fazer o que? Ela estava fugindo da perseguição á qual acreditava estar sendo submetida. Nesse esgarçar-se da família meu pai ficou morando com uma sobrinha dela, Dona Isabel e aí teve uma filha com essa mulher, depois um filho, depois outra filha, depois um filho. Então, os meus irmãos começaram a nascer quando eu já estava com uns oito, nove anos mais ou menos e eles são filhos da Dona Isabel, não são filhos da Dona Eliza. A partir daí Dona Eliza foi apenas uma figura que de vez em quando estava em casa. Veja, isso parece coisa do filme “Eu, tu, eles”. Ela aparecia lá em casa, meu pai já estava vivendo maritalmente com Dona Isabel, que era sobrinha dela, mas não havia problema não. Ela desistiu da idéia de que estava casada, embora eles fossem casados no civil, no religioso e tudo mais. Ela não deu mais “bola” para isso não. Ela ficava uns dias em casa, aí começava a ouvir as vozes das pessoas que acreditava estarem a perseguindo, normalmente dizia que eram os vizinhos, coisas assim... Muitas vezes passava a noite gritando, foi uma coisa traumatizante mesmo. Por isso ela ficava por ali um tempo e ia embora. Ela tinha uma casa, fez, sei lá, uma casinha em São Paulo. Ela tinha um irmão que morava em São Paulo, então, hora ela ia para São Paulo, algumas vezes foi até Brasília porque queria falar com o presidente da República para pedir que alguém tomasse uma providência com relação a essa perseguição que moviam contra ela. A vida para ela foi muito triste, realmente muito triste e a gente não podia fazer muita coisa para ajudá-la. Ah, não podia fazer praticamente nada... Atualmente existem medicamentos, que minoram as manifestações da doença, mas é preciso ter recursos e, nós não tínhamos praticamente recursos de tipo algum... nem financeiros, nem os recursos da assistência social. Ela esteve internada em um hospital psiquiátrico em Presidente Prudente, depois esteve internada em um hospital psiquiátrico em Marília e aí, finalmente em 1972, 1973, mais ou menos ela sofreu um derrame cerebral, ficou paralisada e voltou para a casa do meu pai. Dona Isabel cuidou dela até sua morte.

Daí que eu tenho um monte de irmãos, perco-me na conta, mas são sete irmãos, todos filhos da Dona Isabel. A mais velha mora aqui em Maringá, é professora da UEM.

Quando fui para a escola, Dona Eliza ainda estava em casa. Eu não tinha dificuldade para aprender. Graças a Deus nunca tive, aprendi a ler depressa, sempre tive muito interesse nessas coisas, sempre gostei de ler. Já nesse tempo eu estava muito aos meus próprios cuidados, quando entrei no primeiro ano do grupo como a gente chamava, ensino primário. Eu estava muito aos meus cuidados, quero dizer, completamente aos meus cuidados porque,

primeiro, a escola não tinha essa estrutura que tem hoje, que tenta envolver família e, além disso, há pessoas para olhar pelas crianças além da sala de aula. Eu me lembro que havia um exame ao final do ano, estudávamos o ano todo, fazíamos todas as provas, mas mesmo assim ao final do ano era necessário fazer um exame de toda matéria. Os alunos de todas as séries tinham que fazer isso, um exame de toda a matéria, não existia essa de aprovação direta por nota. Daí, no meu primeiro ano, no dia do exame, eu cheguei lá, tranqüilo, me lembro bem disso e me lembro bem da cena sabe? Cheguei à escola, em Alto Paraná, para fazer exame e estranhei que a escola estava cheia de mães e um bando de moleques chorando. “Aah... mas o que está acontecendo?” Exame, exame, todo mundo morrendo de medo do exame. O guri decerto apavorou o pessoal em casa e lá foi a mamãe para apoiar o Joãozinho. “Não chore, fique tranqüilo, a mamãe está aqui”. E eu lá, solto no meio do mundo. Ainda bem que, graças a Deus, eu tinha boa cabeça. As salas eram praticamente iguais as de hoje, com uma professora. Era bom quando se acertava com a professora, quando a professora era agradável, compreensiva. Eu tive uma ótima professora na primeira série, chamava-se Eiko Nakata. Nunca me esqueci dela, minha professora de primeira série era muito boazinha, muito boazinha mesmo e gostava bastante de mim. Ao final do ano ela me deu um estojo de lápis de cor, daqueles de madeira, 36 cores e tal... coisa linda! No segundo ano não tive a mesma sorte. A professora chamava Dona Helena Yamashita, ela era brava, chata. Ela era daquelas pessoas “linha dura”. Por causa dela fiquei com a idéia que o segundo ano era o mais difícil, mas eu passei. Passei pela terceira série tranqüilamente porque aí, minha professora foi de novo Dona Eiko. Aí eu “nadava de braçada”. Na quarta série tive um pequeno problema, sofri um acidente, extremamente sério. Eu tinha uns dez anos, para onze anos mais ou menos eu sofri um acidente quase inacreditável. É difícil para as pessoas acreditarem que passei por aquilo sabe? O acidente ocorreu em Presidente Prudente durante minhas férias de final de ano. Sempre ao final do ano eu ia para casa da minha avó. No meio do ano ou no final do ano, lá moravam a mãe do meu pai, a mãe da minha mãe, duas ou três tias. Nas férias eu ficava na casa da avó, uma delícia! Por causa desse acidente, quando eu voltei para casa as aulas já haviam começado.

Quando aconteceu esse acidente em Presidente Prudente, acho que na verdade meu Anjo da Guarda cuidou de mim naquele momento, para que eu pudesse cuidar de outras pessoas. Porque de fato, em relação aos meus irmãos, assumi esse papel. Tenho consciência disso, minha irmã sempre comenta: “olha se você não fizesse parte dessa família, nós estaríamos em uma situação um pouquinho diferente”. Eu fui atropelado por um caminhão.

Estava andando de bicicleta com as mãos soltas, descendo uma avenida, atrás vinha um caminhão. Como eu queria ficar sozinho na rua, diminui a velocidade para que o caminhão me ultrapassasse. Quando nos aproximamos da esquina o caminhão virou para a direita, fui tentar acompanhá-lo e cai embaixo dele. Ele passou por cima da bicicleta e por cima das minhas nádegas. Veja você que coisa: por isso eu digo meu Anjo da Guarda realmente cuidou de mim. Como o caminhão estava virando para a direita obviamente o centro de gravidade se desloca para a esquerda, quero dizer o peso, a roda traseira direita passou por mim sem toda a possibilidade de pressão que poderia fazer. Eu cai numa posição tão favorável que a roda passou exatamente sobre as nádegas, não passou, por exemplo, sobre as costas, sobre as pernas ou algo assim. Apenas provocou uma fissura, uma trinca pequena no íliaco, na “bacia” como a gente falava. O caminhão passou, eu me levantei, estava a umas dez quadras da casa da minha avó, fui até lá andando, coxeando, mancando um pouco porque a perna esquerda estava doendo. Nós voltamos ao lugar do acidente, a bicicleta estava lá, amassadinha. A bicicleta não era nem do meu primo, era da empresa para a qual ele trabalhava, a VASP, ele trabalhava como entregador da VASP. Mas até àquela hora nem eu tinha me dado conta que o caminhão tinha passado por cima de mim, cheguei com tanta adrenalina no sangue que não era possível entender direito o que tinha acontecido. Bom, chamamos a polícia, fizeram o registro de ocorrência e me levaram para um hospital. Eu não tinha nada grave, aparentemente. Um escoriação e um cortezinho mais profundo, mas nada mais grave. Mas quando nós estávamos no hospital, a moça que estava me radiografando baixou meu calção e percebeu em minhas nádegas um rastro do caminhão. Claro, a pressão infernal deixou um hematoma como se eu tivesse levado uma borrachada. Só nesse momento me lembrei que, quando cai, vi o eixo cardam direto na minha frente. E o caminhão foi embora, sem parar para ver o que acontecera.

Aí, me lembro que em meu primeiro dia de aula, no dia que cheguei, havia uma prova para ser feita e eu não sabia nada. Mas mesmo assim fiz a prova. A professora chamava-se Dona Alice Zerbato. Lembro-me bem dela, dei aula para um sobrinho dela. Pois bem, Dona Alice aplicou a prova e depois no dia que devolveu a prova ela foi chamando os meninos e as meninas pela ordem da nota. Como era fim de aula, quem recebia podia ir embora. Quando ela me chamou só havia uns dois ou três alunos na sala, mesmo assim porque estavam pegando material para sair, e eu fui o último a receber a nota. Dá para você imaginar a nota que eu tirei, acho que foi quatro, uma coisa assim. Quando ela me entregou a prova, eu agradei. Eu não tinha pretensão de ofendê-la, mesmo porque sempre fui o último da fila,

socialmente falando. Minha situação era muito complicada, não tinha quem me defendesse, quem olhasse por mim. Era complicado. Mas porque agradeci quando recebi aquela nota horrenda, Dona Alice me deu uma descompostura, como aquelas que de vez quando dou aqui nos meus alunos. Ela me disse que eu deveria chorar. Ah, mas eu tinha tanta coisa mais grave por que chorar, não ia chorar por causa daquilo. Mas depois engrenei e, aí, Dona Alice viu que eu era um bom aluno e, realmente eu era, lia bastante, fazia redações muito boas. No segundo semestre mudaram a professora, aí a professora era Dona Talma. Ela era diretora do colégio também, embora fosse assim, “rigorosa”, não era de todo assustadora não. Não tenho má lembrança da quarta série. Certa ocasião Dona Talma nos pediu uma redação cujo título era “minhas férias”. Ela gostou tanto da minha redação que a transcreveu no quadro para os outros alunos copiarem... “Ah, eu sou o maior” (risos). É por isso que eu digo, realmente me conheço muito bem. Eu não sou um bobo, não sou um qualquer, mas também não sou nada de extraordinário. Tanto não sou que quando fui para o ginásio, por isso tenho a exata medida de quem sou, eu sofri o choque que tentamos evitar nas crianças hoje: sair de uma professora única para um monte de professores. Naquela época o programa era pesado, nós tínhamos geografia geral, latim, canto orfeônico, trabalhos manuais. Não se estudava inglês, estudava-se francês no primeiro ano, mas era pesado. A Matemática era com letrinhas, eu não entendia aquilo. Eu me lembro o dia que cheguei da escola todo contente e contei para o meu pai “pai hoje eu aprendi a fazer aquelas contas com letras”. “Como é, filho?” “ah, cada letra vale um número”. Ele deu risada, claro. Foi difícil, eu fui aos trancos e barrancos porque não havia alguém que me desse alguma orientaçãozinha. Meu pai, já havia assimilado a idéia de que sua obrigação era simplesmente me mandar para a escola, perguntar quais eram os livros para comprar e dar conselhos. Eu não estou dizendo que me abandonou ou coisa assim. Não, não é nada disso. Pela condição social dele e tudo mais eu acho que ele fez o que podia. Era tudo difícil, o camarada tinha que trabalhar “prá caramba”. Ele não tinha tempo para ir à escola e saber do meu desenvolvimento, ou mesmo verificar meus livros e cadernos. Como fui bem no curso primário, fui por mim, nunca reprovei, não tive problema nenhum, ele achou que o ginásio seria a mesma coisa, da mesma forma. Tanto é que, eu me lembro, quando trouxe o boletim ao final do ano, ele ficou chocado, não imaginava, “mas como? você reprovou?” Mas ele era uma pessoa assim muito pacata, muito tolerante. Ele era mais de falar, de tentar ganhar pelo afeto do que de bater. Eu, na verdade, preferia que ele me tivesse dado uns “cascudos”. Como se pode perceber tive uma trajetória escolar acidentada, reprovei na primeira série do ginásio. Quando voltei à escola, de novo foi aquela confusão, cheguei atrasado, tinha um monte de redações para serem feitas, um monte de coisa, meu pai me

ajudou a fazer as redações, na verdade ele fez as redações para mim e eu retomei. Mas, é aquela história... Alto Paraná até hoje é uma cidade pequenina, naquela época era uma maravilha, eu era moleque, aquela cidadezinha tinha tudo que se tem no sítio, no campo e tudo que se tem na cidade: tinha cinema, banca de revistas, bar, movimento, o campo era logo ali... Quero dizer, você andava 500 m e podia caçar passarinhos a vontade, nadar nos rios... Você pode imaginar, um moleque que não tinha ninguém para cobrar dele, “oh Joãozinho vai fazer tal coisa...” Eu levantava de manhã e ia para a escola, mas chegava em casa, largava o material de lado e caía no mundo. Aí eu descobri que na verdade não precisava nem ir à escola pela manhã. Prá que? Ninguém cobrava nada, eu pegava um caderno, colocava debaixo de um monte de lenha que tinha perto da minha casa e ia caçar passarinhos, logo cedo. Resultado: meu pai descobriu que eu não estava indo à escola, e falou comigo: “rapaz, já falei tantas vezes, quem não estuda (ele falava bem assim), quem não estuda vai ser burro de carga dos outros, você tem que ir à escola”. “Tá bom...”, aí, no dia seguinte, eu fui para a escola, cheguei lá, a primeira aula era com um querido professor que nunca esqueci o nome, Olímpio Bignini. Ele era o diretor da escola e era professor de Português. No ano anterior ele tinha lecionado Latim e também Matemática. Imagina as três coisas mais difíceis do mundo e o professor Olímpio era rigoroso, bravo... Mas ele estava certo, queria mesmo que a gente estudasse. Mas ele era aterrador. Então você está vendo, Marisa, que eu tenho porquê ser um professor assustador, acho que sou uma mistura de Dona Alice com o professor Olímpio. Mas ainda tem mais professores aterradores pela frente. Aí, lá fui eu. A primeira aula foi com o professor Olímpio, e quando ele fez a chamada, quando chegou em meu número, me deu um sermão. E ele falava sabe? Ele chegava ao aluno, jogava o caderno no chão, “seu caderno é uma porcaria”, jogava no chão, ficava perto e “pega essa coisa aí rapaz”, pegava, ele jogava de novo, pegava o apagador passava no rosto. Ele era terrível, só não agredia fisicamente, no mais ele judiava da molecada. Ele me fez uma descompostura, eu me lembro bem o tom do discurso dele: “eu ganho doze mil setecentos e noventa e duas pitombas (sei lá qual era a moeda, devia ser cruzeiros) e trinta e sete centavos, para vir aqui dar aulas para vocês. Vejam, eles me pagam até os trinta e sete centavos para eu vir aqui, gastar meu tempo e você não toma juízo”. Mais isso e mais aquilo e eu quieto, ousasse eu falar alguma coisa. Bom, terminou a aula dele, era hora do recreio e eu comecei a pensar em desistir de estudar. Olha que coisa, que absurdo. Mas a distância do colégio até em casa era muito grande e aquela minha decisão foi evaporando ao meio do caminho e aí quando cheguei em casa resolvi deixar esse assunto de lado. E continuei naquela vida de embrulhadas, de fazer de conta que ia para a escola. Meu pai descobriu que eu não estava indo e veio com o jeitão dele e disse: “olha, já

falei para você continuar estudando, você é quem sabe, não quer estudar não vai estudar, mas você devia estudar”. Por isso não sou adepto dessas pedagogias lenientes, sabe como? A Pedagogia comete ainda hoje os mesmos erros que se criticavam na Pedagogia do século XIX, tratar a criança como um adulto em miniatura. A de hoje também trata, só que trata a criança como um adulto em miniatura no que diz respeito aos seus direitos. Quero dizer, mais errado que as Pedagogias de antes, porque um moleque desse não tinha nada que ter vontades né? Pôxa, o “cara” tinha capacidade, tinha gosto, gostava de estudar, adorava ler... Tanto é verdade que eu parei de ir à escola, mas devorava tudo quanto era livro que achava pela frente, com treze anos já tinha lido quase a obra do José de Alencar inteira. Quero dizer, um moleque como eu fui tinha que ter levado uma cintada, é isso que eu tinha que ter levado... Mas aí fiquei por ali, para quebrar um galho fui engraxar sapatos. Hoje mesmo eu brincava com o pessoal lá em casa, “olha, eu sempre tive um espírito empreendedor. Trabalhei no setor de serviços: fui engraxate; trabalhei com comunicação, com imprensa escrita: vendi jornais na rua; trabalhei com *comodoties* agrícolas: apanhava mamona nos terrenos baldios, secava e tal e vendia” (risos)

Nessa época meu pai havia se associado a uns “caras” e montado uma máquina de café em Alto Paraná. Mas a máquina de café foi destruída por um incêndio em 1962. Por isso nos mudamos para Cianorte. Acredito que foi um incêndio acidental em decorrência de um curto circuito. O fogo consumiu tudo, coitadinho do meu pai, ele ficou sem nada, não tinham feito sequer o primeiro embarque de café. Era o primeiro ano de funcionamento da empresa deles. Como tinham emprestado dinheiro do banco para comprar o café, eles estavam segurados, mas todo o estoque de café estava dentro da máquina, foi todo. Uma coisa horrível, Nossa Senhora... À época, eu tinha completado treze anos, não senti nada pelo acontecido, hoje sinto pelo meu pai. Pelo amor de Deus, meu pai realmente foi um herói...

Em junho de 1963 mudamos para Cianorte. Lá meu pai associou-se a um camarada, ele já tinha uma oficina em Alto Paraná e havia comprado uma oficina aqui em Maringá. Quando comprou a oficina aqui, tinha intenção de administrar as duas, a de lá que ele já tinha e essa de cá. Mas em uma viagem de Alto Paraná para cá ele sofreu um acidente e não pode se locomover por um tempo muito grande. Então, como já conhecia meu pai, convidou-o a se associar a ele. Ele havia recém comprado a oficina em prestações, daí, propôs ao meu pai mudar a oficina para Cianorte, ele se responsabilizava pelas contas e o resultado seria dividido meio-a-meio. Meu pai aceitou e lá fomos nós para Cianorte. Chegamos lá, como eu disse, no meio do ano de 1963 e eu sem fazer nada. Mas foi bom porque durante o trajeto, no dia que mudamos, fui com meu pai, pensando naquilo que ele me falava, naquelas coisas que pai fala:

“você anda em má companhia, você é muito bom, mas seus amigos o estragam”. Acho que era o contrário. Mas fui pensado nisso, sabe Marisa? Eu comentei sobre isso com meu pai quando ia visitá-lo em Cianorte e fomos passear por essa estrada que percorremos quando mudamos de Alto Paraná para lá. Eu tenho o coração leve com relação a meu pai, tudo que eu sempre senti de bom em relação a ele eu falei, demonstrei com gestos e palavras. Pensando nessa etapa da vida tenho observado que o camarada mudar de cidade é bom, é retirado da rotina, da turma que ele tem, das condições que mantêm os maus hábitos dele. Então se o camarada mudar-se para um outro lugar, não tendo amigos, ele pode recomeçar. Caso queira constituir um novo círculo de amigos, ele poderá constituí-lo selecionando as pessoas ou então ficar quieto. Muitas vezes, eu próprio, como diretor da escola, recomendo à família: “olha, tira o garoto da escola, manda-o para Curitiba, lá ele não terá telefone tocando toda hora, namorada, amigo chamando para ir ao *shopping*, não tem *point*, ele não sabe onde são os *points*”. Quando o camarada é um bom garoto você ajuda muito fazendo isso. Essa foi uma experiência valiosa para mim porque em Cianorte eu trabalhava com meu pai, era um trabalho interessante. Isso facilitou nosso convívio. Antes ele trabalhava em uma máquina de café, eu não podia fazer nada, não tinha nada para eu fazer. Ao trabalhar junto com meu pai eu me isolei. Daí, comecei sentir vontade de estudar de novo, lembrava do que o professor Olímpio falava, dois anos se passaram e eu ainda me lembrava do que ele falava. Resolvi, enfim, voltar a estudar. Mas naquela época havia um tal de exame de admissão.

Eu prestei esse exame por duas vezes. Antes, em Alto Paraná, eu fiz o exame de admissão para entrar no ginásio. Eu poderia ter buscado meus documentos de transferência, mas resolvi prestar o exame de admissão de novo. Daí, fiz cursos preparatórios para este exame, isso foi em maio de 1964. Esse tipo de curso era particular. Não era comum esse curso durar o ano todo, mas eu fiz um curso de admissão extensivo, o ano todo. Apesar de começar atrasado, freqüentei a partir de maio, quero dizer, já estava rodando o curso, foi ótimo porque aí peguei realmente o jeito, o ritmo. Eu já estava maduro, fiz quinze anos naquele ano. Bom, graças a Deus, daí para frente eu saquei como deviam ser as coisas, todo aquele período de fuga da escola não foi em vão. Como já falei, eu li bastante e isso me deu um bom preparo para estudar.

Quando morávamos em Alto Paraná, certa ocasião passou por lá um vendedor de livros com uma coleção de José de Alencar. A encadernação era bonita, a capa e a lombada marrons, a contracapa creme. Acho que essa coleção está na casa do meu pai. Em Alto Paraná havia uma banca de revistas, eu comprava gibis lá. Um dos sócios do meu pai na máquina de café era um contador. Ele montou um escritório inicialmente na máquina de café e ele tinha

um monte de livros lá, inclusive uma coleção com uma encadernação azul, de literatura infantil. Quando mudamos para Cianorte, nós comprávamos muitos livros de vendedores que passavam por lá. Compramos livros de Júlio Verne, Malba Tahan, uma coleção de histórias das grandes conquistas, uma enciclopediazinha chamada “Trópico” que é uma delícia. Eu comprei uma para minhas filhas, mas elas não tiveram o menor interesse. Não a leram. Além disso, quando estava em Cianorte eu vinha muito aqui, para comprar peças para a oficina, aí eu sempre comprava uma revistinha e tal, uma coisa assim. Dessa maneira consegui ter acesso a livros, muito pouco, se tivesse mais eu teria lido muito mais. Eu era matéria para ser mais bem aproveitada se tivesse tido a oportunidade que essa molecada tem aqui. Nossa Senhora, teria rendido muito mais em termos de aprender. Mesmo com os poucos recursos, felizmente, eu consegui aproveitar um bocado de coisas. Meu pai sempre comentava que se achasse um pedaço de jornal no meio da rua eu o pegava para ler. Eu e ele saíamos juntos, a pé, pela cidade, quando nos chamavam para consertar um motor ou o que fosse. Um dia nós fomos fazer um conserto em um hotel. Onde nós estávamos trabalhando havia um monte de notas fiscais, que o hotel havia jogado fora, e havia também um monte de apostilas do curso Bardahl. Eu peguei aquele monte de apostilas e levei para mim, tenho essas apostilas até hoje, aquelas apostilas antigonas. A capa não era espiralada, era daquelas coladas. Mas nelas havia uma infinidade de textos. Elas eram do filho do dono do hotel, o nome dele era Djalma Bonini. Ele tinha tentado o vestibular para medicina em Curitiba e como não conseguiu, desistiu, e trouxe aquele montão de apostilas e depois jogou fora. Elas foram uma das fontes para eu estudar para o vestibular.

Aí eu peguei a sério, peguei a sério mesmo. Tinha lá minhas razões para ser um aluno esforçado. Eu sei a exata medida da minha capacidade. Eu fui o aluno com o qual todo professor sonha, entende? Não era inteligente demais a ponto de embaraçar o professor, mas era o bastante para aprender bem tudo que me foi ensinado. Esse é o sonho de aluno de qualquer professor. Eu terminei o primeiro ciclo e fui cursar o que a gente chamava de colegial, científico. Fiz o primeiro ano, quando eu estava no meio do segundo ano meus amigos me disseram que existia um curso supletivo aqui e também um exame chamado “madureza”. Fiquei interessado naquele negócio.

No meio do segundo ano, em outubro de 1970, fiz esse exame de madureza, nós fomos fazer esse exame em um colégio em Araraquara. O exame consistia em uma bateria de provas, durante três dias lá, acho que eram duas provas por dia. Havia algumas matérias obrigatórias, acho que três matérias obrigatórias – Português, Matemática e uma língua. Depois eram mais

três provas que você escolhia de um rol: História, Geografia sei lá o que. Caso o candidato fosse reprovado em alguma das provas ele poderia voltar para fazer novo exame até eliminar todas. Eu, felizmente, consegui eliminar todas as matérias de uma vez e recebi o diploma de conclusão do ensino médio, sem ter feito a terceira série. Por isso eu sempre digo que entrei no ensino superior sem saber um monte de coisas de Matemática, de toda essa Matemática que se ensina à época da terceira série. Aí, comecei me preparar para fazer o vestibular, estudar em casa, fui ajudado por amigos, tinha um professor que me ajudava. Recentemente fui visitá-lo, ele mora atualmente em Batatais, perto de Ribeirão Preto onde eu tenho uma filha estudando. Eu fui visitar minha filha e me lembrei que o professor Marcelo Girardi morava ali perto em Batatais. Consegui localizá-lo e passamos juntos um sábado maravilhoso, ele é uma pessoa que adoro, gosto muito. Quando entrei na faculdade, a Fundação Universidade Estadual de Maringá era paga, ele conversou com o pessoal sobre a possibilidade de uma bolsa de estudo para mim. Um dia ele lotou a *Variant* azul dele, zero Km, o carro do ano, com livros que ele tinha de biologia, física, química e matemática e descarregou tudo na oficina, onde eu trabalhava com meu pai. Essa foi uma época em que eu me isolei do mundo, tempo muito gostoso. Fiz a inscrição para os vestibulares daqui de Maringá e Mandaguari peguei os dois programas e localizava nos livros os conteúdos, estudei sozinho, Graças a Deus eu tinha essa capacidade de me livrar das coisas, sozinho. Era um tempo complicado, nós não tínhamos nem luz elétrica, eu estudei à luz de vela e lamparina. Em Cianorte já havia energia elétrica, mas nós não tínhamos dinheiro para instalar a luz, entende? A situação era muito ruim, muito difícil. Eu morava em um quarto na oficina, construído na época que ainda estudava no colégio porque meu pai tinha comprado uma casinha de madeira, muito longe dali. Como eu estava estudando e a oficina era próxima do colégio, morava lá. Ao fim da tarde, eu fazia musculação dentro da oficina com uns trechos que havia preparado e ia para o colégio. Aí, meu pai vinha à noite e trazia comida para mim, deixava lá uma marmitazinha. Além do problema da distância, a casa do meu pai era muito pequenina e ele tinha aquela família imensa, um bando de filhos com a Dona Isabel. Eu e Dona Isabel não nos dávamos muito bem, ela era uma mulher difícil, geniosa. Não conversava comigo há muito tempo, por isso preferi ficar na oficina.

A escola de Alto Paraná era uma escolinha de madeira, um prédio de madeira que havia sido construído efetivamente para ser escola. É uma edificação em “L”. Não tinha muitos recursos, não tinha sequer uma quadra de esportes A única atividade física da qual eu me lembro, fazíamos na rua mesmo. O professor fazia a molecada correr na rua. Na cidade

havia um prédio grande, também de madeira, onde funcionava um clube social. Em certa época foi feita uma outra sede para o clube, uma sede melhor, veja que o clube estava melhor do que a escola. O clube mudou-se para a nova sede de alvenaria e a escola passou funcionar onde era o clube. O prédio onde era o clube foi adaptado e tal e ali funcionou uma escola. Isso aconteceu quando eu estava na terceira série, a primeira série e a segunda eu cursei na sede original, que era de madeira, mas específico para a escola. Somente quando eu fui para a quarta série, no segundo semestre da quarta série, em 1961, portanto, o Estado finalmente construiu um prédio de alvenaria, bem ajeitadinho para a escola. Ali nós tínhamos um pátio grande, as salas de aulas bem arrumadinhas, mas também não tinha muito mais do que isso não. Não tinha uma biblioteca, não tinha uma cancha. Ou, se existiam, devia ser algo tão pequeno que não atendia todos os alunos porque não me lembro de ter ido num lugar desses. A lembrança de uma aula de educação física que eu tenho é da época do ginásio. Essas aulas aconteciam em uma instalação também adaptada, em um prédio onde antes havia um hospital e também era desse jeito, improvisado. E longe “prá caramba”! A escola não tinha outros recursos a não ser as salas de aulas. Havia uma sala que deveria ser um laboratório ou algo assim, mas transformaram em depósito. Eu me lembro que entrei lá uma vez e não foi para nenhuma atividade regular. Talvez tenhamos entrado lá porque a porta estava aberta e resolvemos olhar o lugar. Havia um monte de coisas, mapas, umas bobagens assim. Os prédios eram abafados, precários e sem qualquer outra instalação, devia ter sala de professores em algum lugar, sala de diretor, essas coisas aí em algum lugar também. Mas não tenho a menor lembrança da presença de alguém que fosse uma espécie de auxiliar, coordenadora, nada! Isso é uma coisa que sempre me intrigou, acho que as escolas funcionavam assim: no dia primeiro de julho, fechavam tudo e iam embora. Atualmente, a gurizada sabe quem é a tia, quem é a zeladora, quem é a orientadora, quem é isso quem é aquilo. Naquela época não tinha nada disso, não se via, não havia nem espaço físico para acomodar essas pessoas. Então, a gurizada chegava à escola, entrava nas salas de aula e acabou-se... Tinham aula.

Em Cianorte, o Ginásio no qual eu estudei sempre foi sediado ali, no centro, numa construção feita especificamente para ser um colégio, embora de madeira. Esse Colégio tinha uma canchinha de terra lá no fundo onde a gente jogava futebol de salão. Tinha uma cantinazinha de madeira, uns banheiros imundos no fundo da escola e mais nada. Nem sombra de biblioteca ou qualquer outra coisa dessa natureza. Isso já no fim da década de sessenta, começo da década de setenta. Aí foi construído um prédio mais ajeitado para funcionar o Colégio Estadual de Cianorte. Eu dei aulas lá, mas não estudei no prédio novo. Na verdade, como a cidade é grande, havia várias escolas, estou falando da escola na qual eu

estudei. Já haviam sido construídas várias escolas grandes, mas elas não ofereciam o Ensino Médio, só bem mais tarde passaram a ter. Na época em que eu cursava o Ensino Médio em Cianorte, só o Colégio Estadual no qual eu estudei oferecia o curso. Assim eram nossas escolas...

Eu fui aprovado nos dois vestibulares, o daqui e o de Mandaguari e optei por estudar aqui apesar de ser mais “puxado”. A opção foi pautada na possibilidade de entrar em Matemática e mais tarde fazer a transferência para Engenharia Civil. Até brinquei com meu pai sobre a possibilidade de vir a ser o primeiro engenheiro da família. Felizmente eu não tive a idéia de fazer Engenharia, entrei no curso de Matemática, comecei dar aulas logo no primeiro ano em 1971, gostei da coisa, por isso continuei fazendo Matemática. Mas morei ainda em Cianorte até 1972, só no meio de 1973 eu vim morar aqui em Maringá. Nessa época meus irmãos estavam na escola, eu estava com vinte anos e a minha irmã Cristina, por exemplo, estava com dez, doze... Ela estava na sétima série e eu fui professor dela. No início do curso, eu estudava aqui e dava aulas em Cianorte. Eu vinha para Maringá todo o dia porque estudava à noite e pela manhã dava 12 aulas. Dava as aulas e depois voltava para a oficina para trabalhar como torneiro mecânico. Mas no segundo semestre eu peguei aulas à noite, um número grande de aulas, aí mudei o turno na faculdade. A faculdade funcionava nos períodos noturno e matutino. Aí eu passei para a turma do diurno, em Matemática. Um dos estudantes, dos que vinham de Cianorte para estudar em Maringá, tinha uma Kombi. Pagávamos uma mensalidade e ele trazia um grupo de estudantes. Eu tive sorte porque naquele ano a estrada tinha sido asfaltada. Esse professor a quem eu fui visitar, fez a faculdade todinha, viajando todos os dias, passando por Engenheiro Beltrão, mas mesmo assim eles andavam um trecho de terra e um trecho de asfalto. A estrada por lá, ela tem uns vinte quilômetros a mais do que a estrada atual, mas a vantagem é que tinha um trecho grande, uns sessenta quilômetros de asfalto. Nós não tivemos esse inconveniente não, era tudo asfalto, uma maravilha, era gostoso, lógico, agora que passou né? Uma vez eu li um artigo em que o “cara” fala, conta uma história. Um sujeito mandou um camarada entalhar uma frase em uma trave de madeira que ele tinha sobre a lareira. A frase estava em grego, essa frase é famosa, eu já vi depois em um outro texto a respeito dessa frase. Mas o que interessa é que o entalhador estava lá trabalhando e ele era maneta, não tinha um braço, não tinha o braço direito, só o esquerdo. Tchá, tchá, entalhava com habilidade. Daí o entalhador perguntou para o dono da casa “o que quer dizer isso aqui”? O dono da casa respondeu: isso aí que dizer

“talvez um dia seja um prazer lembrar essas coisas”. Ou seja, nós sempre lembramos tudo com certo prazer. O que foi bom é bom lembrar porque você viveu, o que foi ruim também é bom lembrar porque você sobreviveu. Claro, foi um período difícil sair daqui de Maringá onze horas da noite, chegar em casa uma hora da manhã, sem ter jantado e tal. Mas eu era jovem, tudo era festa. Em uma dessas viagens eu disse aos colegas que, no dia que terminasse a graduação eu iria de Maringá a Cianorte a pé, só para ter o prazer de não ter pressa para chegar. Assim eu poderia chegar à hora que quisesse, estaria livre do compromisso. Houve uma época em que eu dava aula em um colégio até seis e dez, a Kombi ficava me esperando na porta do colégio, eu saía da sala de aula, pulava dentro da Kombi e ela saía de lá um pouquinho atrasada, por ter me esperado, para chegar para as aulas às sete e meia. Era um custo. E eu realmente fiz isso, fui a pé para Cianorte. Um dos colegas de viagem, somos muito amigos até hoje, quis ir junto. E foi. Eu já era professor da UEM, em 1975, combinamos para um feriado de semana santa, uma quinta feira santa. Aí, um irmão desse colega, que hoje inclusive mora aqui em Maringá, quis ir também. A idéia era sair daqui, na quinta a tardezinha, andar durante a noite para chegar a Cianorte pela manhã. Eles foram mais malucos do que eu, porque eu já morava aqui em Maringá, eles vieram de Cianorte de ônibus. Levamos uma mochilazinha com uma garrafa d’água, chocolates, algumas coisas assim e estabelecemos uma rotina: caminharíamos duas horas, descansaríamos meia hora. Deu certinho. Mas esse meu amigo veio com um sapato igual a esse que estou usando. “Cara” maluco, esse não é sapato próprio para andar oitenta quilômetros pelo asfalto. Quando chegamos à cidade de Doutor Camargo o pé dele tinha “explodido”. Ele ficou lá, tomou um ônibus, e eu continuei com o irmão dele. O curioso disso é que, claro, as pessoas ficaram sabendo, algumas pessoas começaram a dizer, como o passeio coincidiu com a quinta feira santa, que era uma espécie de promessa, uma penitência. Ah, meu Deus do Céu! Nunca fui disso, né? Mas foi exatamente isso o que nós fizemos. Durante a viagem, veja que curioso, devia ser uma hora da manhã ou mais, noite fechada mesmo, nós estávamos descansando em um monte de palha de arroz que havia a beira da estrada. Era o nosso turno de descanso. Passou um cidadão com um automóvel e olha que coisa inusitada. Ele parou e nos ofereceu carona, sem nos conhecer. Pensamos na possibilidade que esse cara estivesse com medo da viagem a ponto de se arriscar perguntar a três estranhos na beira da estrada: “olha, vocês querem carona”? Mais tarde, quando estávamos apenas em dois, outro camarada repetiu o gesto: “vocês querem carona”, respondemos, “não, não... obrigado”. Foi uma noite muito agradável, era uma noite de lua, gostosa, amena. O trajeto que fizemos foi Paiçandú, Água Boa, Dr. Camargo, Jussara, Cianorte. Havia muito café, ainda havia mais café do que

qualquer outra coisa. Essa região aqui de Dr. Camargo é muito acidentada, muita pedra e tal, e também havia ali algumas regiões onde se havia erradicado o café. Mas no restante do trajeto o que se via era café.

Meu pai só estudou até o terceiro ano do primário, mas era um camarada muito inteligente. Ele tinha uma multiplicidade de interesses. Quando a minha irmã estava cursando o doutorado, eu me lembro que ele guardava recortes da Folha de São Paulo que trouxessem artigos do interesse dela, artigos sobre Química, sobre refinamentos e tal. Ele lia com interesse e tinha discernimento suficiente para perceber que aquilo era uma coisa do interesse da filha que estava fazendo doutorado em Química. Certa ocasião ele fez um comentário interessante sobre professores universitários, bem na seguinte linha: “esses ‘caras’ ficam falando que são cientistas, que cientistas! Eles são professores, cientistas é quem cria alguma coisa, agora quem fica lá repetindo o que o sujeito falou não é cientista, o “cara” é professor”. Esse era o nível dele.

Meu pai sempre teve a característica de muita generosidade, ele dizia “olha, se eu prover e se eu falar a pessoa faz. Se ela não fizer é porque ela não quer fazer”. Eu já tenho uma idéia um pouco diferente, e acho que isso foi bom para alguns dos meus irmãos. Eu tenho três irmãs e a mais velha tem oito anos, nove mais ou menos, menos do que eu. Quando eu estava no segundo ano do colegial e minha irmã na sexta série, ela reprovou. Como eu já era um adulto, tinha vinte anos, resolvi interferir nessa questão, com relação a eles. Procurei alertar meu pai e aos meus irmãos sobre a importância da escola. Pelo meu pai ficaria na base do “será que foi, será que não foi?” Comigo era diferente, e eles tinham um receio de mim, sabe? Um receio bravo, me respeitavam. Verdade! Eles diziam: “O Arnaldo, ai meu Deus!” Marisa, eu nunca tive vocação para tirano. Mas a gente vivia numa miséria tão grande, sabe? Eu nunca fui de revolta e nem de ter pressa. Acho que foi ótimo Deus ter me dado essas características, nunca maldisse a minha vida “oh como sou pobre e tal”, embora eu soubesse que era extremamente pobre. Mas nunca fui de lamuriar por isso e nem tampouco ter a idéia fixa “eu preciso enriquecer”. Não, eu só tinha consciência que precisava ter condições dignas de vida, que eu precisava cuidar da minha turma. De que modo? Devagar, tudo no seu devido tempo... Naturalmente, é óbvio, a escola seria o nosso caminho. Por isso procurei, então, estar sempre junto com meus irmãos e os obrigava ir para a escola. Quando minha irmã mais velha foi minha aluna, aí ela não tinha como escapar. Mais foi ótimo, em algumas situações ela até chorou de tanto que eu a perturbava. Mas foi bom porque realmente as mulheres vão herdar o mundo. Mulher é outra história né, Marisa? Mulher é algo diferente, a biologia explica isso. O homem, o macho, ele é competitivo, destrutivo, o diabo! A fêmea é sempre cooperativa e com

isso ela sabe qual é o melhor caminho para chegar onde quer. Elas percebem os caminhos mais cedo, amadurecem mais cedo. A gente percebe isso aqui na escola. As moças quando chegam ali pelos vinte anos, elas já percebem que é necessário pensar nas coisas sérias da vida, enquanto os homens até os setenta, continuam idiotas.

Assim a mais velha, Isabel Cristina, pegou o caminho. Algum tempo depois que eu mudei para Maringá, quando comecei acertar minha vida, eu a trouxe para cá. Foi quando terminei a graduação e consegui ser contratado pela UEM em 1974. Aí, em 75, eu trouxe minha irmã para morar aqui, acertei com uma professora para elas morarem juntas. Ela se matriculou no Colégio Gastão, estava no segundo ano colegial. Em 1976, eu fui para o Rio de Janeiro para o mestrado e ela ficou sozinha. Mas estudou, prestou o vestibular e foi aprovada. Era um curso concorrido, estudou bastante a moça, ela entrou “na minha” entende? Percebeu “Opa! O caminho é por aqui mesmo” Nós viemos de uma família em que ninguém cursou sequer o colegial. Uma coisa triste. Aí, de repente, Graças a Deus, nosso pedacinho de família começou achar o trilho. Depois, as outras duas meninas perceberam o caminho que a mais velha trilhava. Os rapazes, não. Infelizmente. O que um dos meus irmãos, qualquer um, aprontou de confusão em um dia de vida não é o que as três meninas juntas aprontaram na vida toda. Apenas um dos meus irmãos seguiu mais ou menos a tônica de nós quatro, eu e minhas irmãs. Ele fez Agronomia, demorou dez anos para concluir o curso, demorou uns três anos para entrar e dez anos para concluir. Imagina, Agronomia... Ele casou-se, atualmente é professor de Anatomia. Vai se virando. Os outros não. Um deles é técnico de laboratório na UEM, deve ter feito vestibular agora com trinta anos e lá vai pedrada e não tomou jeito na vida ainda. Tempos atrás, ele pediu para freqüentar o Cursinho pré-vestibular aqui. O outro deles mora em Cianorte, é bombeiro. Não quis da vida muito mais do que isso aí; “quero ser bombeiro”. Agora, o mais velho dos meninos, digamos que ele é um contestador das instituições.

Até por isso, olhando para meus irmãos, eu acredito que as mulheres herdarão o mundo. Na palestra que fiz na “Semana da Matemática” da UEM, que você assistiu, eu mostrei quais eram as preferências dos navegantes pela Internet tomando por base uma matéria publicada pela revista VEJA duas semanas antes. A estatística mostrava que as mulheres dos dez aos vinte anos se dedicam a *sites* de bate-papo, fofocas, coisas dessa natureza; os rapazes se dedicam a jogos, *chats* de bate-papo e sexo. Depois dos vinte anos, a pesquisa mostra que as mulheres já assumem uma atitude mais madura, elas já se mostram

preocupadas em visitar *sites* de faculdades, de empresas de colocação profissional, basicamente não há mais nada, digamos, superficial. Talvez, trocas de mensagens. Já os rapazes nessa idade, eles estão preocupados com carros, motos, sexo. A estatística abrangia outras faixas etárias, dos trinta aos quarenta, dos quarenta aos cinquenta, etc. Mas o que era possível observar é que os homens continuavam sempre do jeito que eles eram quando adolescentes. Aqui na escola, comprovamos isso todos os dias: as mulheres amadurecem mais cedo do que os homens, as mocinhas que têm idade em torno de 15 anos já tem conduta, em termos de responsabilidade, de seriedade no encarar as coisas, que não se compara com as dos garotos. Eu pessoalmente tenho essa experiência. Como já contei, minhas três irmãs fizeram seus cursos superiores rapidinho. Uma continua estudando, as outras duas estão no mercado de trabalho. Aos 23 anos elas já estavam com a vida resolvida, profissionalmente falando. Já os rapazes, um custo né? Com minhas três filhas é a mesma coisa, são pessoas bastante responsáveis. Eu chamo atenção para alguma coisa, elas param, pensam e percebem que o melhor é aquilo para o que estou apontando. Aqui na escola as funções-chaves são desempenhadas por mulheres: a coordenadora, a gerente administrativa, a responsável pelos recursos humanos, a coordenadora do ensino fundamental, a gerente de marketing. É mulher para todos os lados. Elas dão conta do recado, fazem as coisas muito bem feitas e não têm o “corpo mole” que têm os homens. Elas estão aproveitando o espaço que essa corrida “atrás de não sei o que” tem possibilitado. Elas, aos poucos, têm se libertado da opressão social e desfrutam de maior liberdade. Além disso, eu acredito que essa questão da maturidade se explica biologicamente. Não estou me referindo só a questão da maturidade biológica. Acho que existe uma similaridade de comportamento entre os seres humanos e os outros animais. Eu gosto muito de assistir aos programas de televisão do tipo *National Geographic*, *Discovery Channel*, sempre que posso vejo algum documentário sobre a vida animal. Nesses programas é possível notar que os comportamentos do macho e da fêmea são muito parecidos com os comportamentos do homem e da mulher. Além disso na literatura, alguns textos de paleontologia, aquelas descobertas de fósseis e tal, apontam nesse sentido, a similaridade entre os dois comportamentos: do macho e da fêmea e do homem e da mulher. Daí que há essa explicação biológica para certas características, em termos de responsabilidade, de amadurecimento mais precoce. Acredito que o mínimo que vai haver é um equilíbrio em termos percentuais nas funções que em geral conduzem a vida. Daqui a alguns anos teremos a atribuição de responsabilidades metade para o homem, metade para a mulher. Vamos ficar todos iguais em todos os sentidos, socialmente falando. Portanto, é natural que as coisas se dividam, metade para cada um. Isso só não é natural quando se preconiza algum tipo de

superioridade para um dos lados, o que eu acho que não existe. Aliás, acredito que, se é possível estabelecer alguma coisa chamada participação feminina e se as coisas continuarem do jeito que vão, é provável que a participação feminina ultrapasse a atuação do homem na sociedade. Acho que a tendência é que as funções, digamos mais relevantes, as mais decisivas, sejam ocupadas preponderantemente pelas mulheres. Vou dizer uma coisa para você: se o mundo for feito no futuro por essa população que constitui o meu alunado, eu tenho certeza que nós teremos mais mulheres do que homens em postos chave. As oportunidades estão sendo oferecidas às mulheres e elas estão aproveitando. O mesmo não acontece com os rapazes, eles continuam como sempre foram, competitivos entre eles, se auto-destruindo. As estatísticas mostram isso. Os meninos se envolvem muito mais em acidentes do que as meninas, exatamente por essa similaridade do comportamento deles com os outros machos da natureza. Eles são competitivos e acabam se auto-destruindo. Aqui na escola, infelizmente, temos vários casos de rapazes envolvidos em episódios lamentáveis. Não me lembro de nenhum no qual esteve envolvida uma moça. A história é quase sempre a mesma: um ou dois rapazes foram para uma festa, beberam um pouco demais, pegaram o carro, saíram correndo e um final trágico. Essas bobagens típicas de homens. E esse tipo de comportamento vem desde que são pequeninhos. Eu me lembro de um documentário na televisão sobre uma experiência feita a partir de um grupo de meninas e um grupo de meninos, ali na faixa de três anos mais ou menos. Para cada um deles foi dado um montão de peças de lego. As meninas num instantinho estabeleciam um clima de cooperação para construir um castelo, todas trabalhando juntas, e o resultado era uma edificação enorme. Enquanto que os meninos, um erguia um castelo, outro tentava erguer um castelo um pouco maior e se não conseguia, ele derrubava o do colega. Cada um fazia o seu castelo nesse clima de competição e ao final não saía nada. Homens e mulheres não são iguais, mas isto não quer dizer que isso é ruim para A ou para B. Apenas eles têm muitas diferenças, felizmente. Mas apesar delas estarem aproveitando todos os espaços, coitadas delas. Eu acho que pensei em mim na hora, ah meu Deus do Céu, se eu pudesse fazer tudo que posso desenvolver sem assumir certas responsabilidades seria uma delícia. Mas infelizmente não é assim. Na medida em que você desabrocha, na medida em que galga posição, que assume postos, você assume ônus e o bônus. Coitadas delas, realmente, porque ainda por cima vão ter que cuidar dos rapazes e os rapazes dão um trabalho danado!

O advento do capitalismo possibilitou mais oportunidades para as mulheres. Eu honestamente acho que o capitalismo, no sentido de livre iniciativa, é uma coisa natural. O socialismo não é natural, é um regime muito generoso, e tudo mais... Mas o ser humano não é

generoso. O socialismo parte do pressuposto que as pessoas são todas iguais, são todas boazinhas, responsáveis, que cada um vai desempenhar sua função com afinco, com esmero e nós sabemos que não é assim. Em todas as experiências o que se viu, infelizmente, é que somos todos iguais, mas tem uns mais iguais. Isso não é maledicência capitalista, é a realidade, nós sabemos disso. Um regime socialista pressupõe um controle social muito grande, eu comentei sobre isso na conferência da “Semana da Matemática” na qual você estava. As pessoas não percebem que as coisas nesse tipo de regime só funcionam se houver um extremo e profundo controle social? A escola passaria a doutrinar. Bom, ninguém usa essa palavra doutrinar politicamente, mas sim construir o cidadão, como pressuposto que haveria uma politização das pessoas. Mas com a existência de controle qual tipo de politização é possível? A maioria dos meus colegas professores ficaria escandalizada com essa minha fala, de que o capitalismo é melhor do que qualquer outro regime. Eu acho isso porque ele deixa qualquer um por sua conta, pela conta das suas habilidades, suas capacidades e é assim que as pessoas são. Lógico, tem que haver os controles sociais em termos de tentar minimizar os azares próprios do sistema de produção. Dias atrás eu li sobre a “peste da batata” que aconteceu na Irlanda no meio do século XIX. À época houve uma grande fome e as pessoas que podiam intervir e dar um “jeitinho”, fazer um “fome zero” lá para os pobres irlandeses não o fizeram. Achavam que o negócio era, como se dizia à época “deixa acontecer”. Não é assim né? Essa foi uma idéia que perdurou até 1930 quando a política *New Deal* modificou essa mentalidade. Essa não foi a primeira iniciativa, parece-me que um país escandinavo, não sei qual, foi o primeiro a tentar alguma ação social, criando empregos públicos, órgãos públicos, investimentos para intervir na economia. Eu acho isso certo, é assim que tem que ser mesmo. As pessoas vão trabalhar, a coisa vai ter seus altos e baixos como Marx bem disse que haveria, mas tem que haver essa componente, com a qual ele não contava que é a intervenção estatal. Em relação às mulheres, é aquela história, é comum alguém dizer que o capitalismo, na verdade, cortou a massa de salários pela metade - metade para os homens e metade para as mulheres - e colocou as mulheres para trabalhar. Quando alguém me fala isso eu pergunto, se no entender da pessoa, o bom é as mulheres continuarem em casa e só os homens trabalharem? Elas não querem isso e nem tem que querer. Eu ajudei minhas três irmãs escolherem uma profissão, a tomarem uma posição. A mesma coisa em relação às minhas filhas, em casa nunca educamos as moças para se casar. Sempre orientamos no sentido delas terem como se sustentar. Eventualmente, se casarem vão ajudar o marido. Mas se alguma coisa acontecer elas têm como se cuidar, assim deve ser uma mulher e assim tem que ser um homem também. Eu acho melhor do que ficar trancada em casa. A diferença salarial, entre

homens e mulheres, que ainda existe em alguns setores da economia, é algo que será resolvido com o tempo. Passamos por todos os milênios da história da humanidade até trinta, quarenta anos atrás para que algo mudasse, não há como resolver tudo de uma hora para a outra. Não se resolve, principalmente porque, nesse momento existem quanto? Seis bilhões de pessoas no mundo, vamos considerar três bilhões de homens, três bilhões de mulheres. E os três bilhões de mulheres estão criando um monte de homenzinhos machistas, não estão? Quem está educando os marmanjos, predominantemente, são as mães e apesar de reclamarem dos homens serem machistas elas educam os moleques dentro de uma visão machista. Logo, vai demorar bastante tempo para que problemas como diferenças salariais sejam resolvidas.

O episódio da ditadura militar é uma dessas coisas nas quais eu penso com bastante frequência. Penso e repenso, mas o certo é que dependendo de quantos anos a pessoa tinha à época do fato ter ocorrido, a forma como o vivenciou é diferente. Eu, por exemplo, se tivesse a cabeça que tinha aos quarenta anos, em 1964, provavelmente teria sofrido muito. Não acredito que fosse me engajar na luta armada, ou qualquer coisa desse tipo, por me faltar coragem, espírito de sacrifício. Não, talvez eu fosse sensato e percebesse que não adiantaria nada se envolver com algo assim, mas teria sofrido porque teria sido privado de muitas coisas com a falta de liberdade de expressão. No entanto, a revolução ocorreu, a ditadura começou, quando eu tinha quatorze, quinze anos. Eu era um moleque do interior, um interior tão profundo que José Dirceu²⁴ quando precisou se esconder veio para perto de onde eu morava, ali, trinta quilômetros adiante, em Cruzeiro do Oeste. À época eu morava em Cianorte, cidade situada a trinta quilômetros de Cruzeiro do Oeste. O que eu quero dizer é que era indiferente ele ter se escondido em Cianorte ou em Cruzeiro do Oeste: tanto uma cidade quanto outra era um bom lugar para se esconder porque havia pouca repercussão das coisas por ali. O mundo era diferente, não existia essa facilidade toda de comunicação, nós realmente estávamos bem distantes da efervescência dos fatos. Desta forma, como eu tinha quinze anos e morava em um lugar tão isolado, não me tiraram muita coisa. Eu não tinha participação política, acredito que poucas pessoas têm grande participação política aos quatorze, quinze anos. Na verdade, eu

²⁴ José Dirceu de Oliveira e Silva (PT-SP) foi Ministro-Chefe da Casa Civil e um dos principais responsáveis pela campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Durante a Ditadura Militar, como líder estudantil, foi preso, esteve exilado e morou durante cinco anos usando identidade falsa em Cruzeiro do Oeste. Ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores em 1980. Dirceu era considerado o "homem forte do governo do presidente Lula", chamado por alguns rivais de "primeiro-ministro" e tido como o responsável por gerir ações no Congresso Nacional para aprovar projetos de interesse do Executivo. A derrocada política do ex-Ministro iniciou-se a partir de denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) que o acusou de ser um dos mentores de um esquema de propinas que foi denominado de "mensalão", uma suposta mesada paga a parlamentares da base aliada pelo governo. O mandato do Deputado José Dirceu foi cassado em Dezembro de 2005.

nem tinha feito quinze anos ainda e a não ser os “caras” excepcionais e com pendor têm participação política efetiva nessa idade. Então não houve um grande choque, eu só fui tomando consciência do mundo a minha volta a medida que a ditadura foi recrudescendo. Dali onde eu morava, por exemplo, não me lembro de nenhum colega de escola que tivesse engajamento político, as pessoas nem tomavam conhecimento disso. Só fui tomando conhecimento do que estava acontecendo quando em torno de 1969 eu passei a ler o “Pasquim”²⁵ e um jornal interessante chamado “Opinião”²⁶. Tudo era extremamente velado, quero dizer, era preciso descobrir tudo sozinho quando se morava num lugar como o que eu vivia. Ali, no esconderijo do José Dirceu. Eu já disse para você que sei quais são os meus limites superiores e inferiores. Então, eu tinha capacidade, sagacidade, argúcia suficiente para perceber que algo não estava certo. Quando se lia uma revista como “Veja”, por exemplo, era possível perceber que havia uma série de artigos herméticos. Havia uma série de artigos que ao lê-los eu pensava: ou isso é um algum tipo de brincadeira ou então o “cara” está querendo dizer uma outra coisa. Eu era uma pessoa extremamente ligada, perceber eu percebia, mas partilhar isso com alguém era muito difícil. Eram poucas as pessoas que tinham a mesma noção que eu tinha do que estava acontecendo. Lembro-me apenas de um amigo que estudava em Curitiba, ele vinha nas férias para Cianorte, como era um estudante da Capital já tinha alguma experiência, tinha alguma passagem envolvendo repressão. Na verdade era mínima a repercussão dos acontecimentos onde eu morava.

Eu sempre digo para a gurizada, não é porque estávamos em um regime ditatorial que ao meio dia era tudo escuro. Sabiá cantava do mesmo jeito. Quando não se viveu alguma coisa diferente, a vida parece transcorrer normal. Dúvidas só aparecem quando se pensa um pouco mais, quando se reflete sobre o que se lê, se você se liga, se capta bem as coisas. Essa inquietação não significa necessariamente revolta, mas insatisfação, curiosidade. Os indícios estavam por aí, em qualquer lugar, mas a década de sessenta para mim terminou com eu vivendo ali, naquela cidadezinha, daquele tamanho, isolada. Nem energia elétrica havia, não havia televisão. Eu me lembro que na década de sessenta, eu assinava a “Folha de São Paulo”,

²⁵ "Pasquim" foi um semanário editado entre 1969 e 1991 e famoso pela contestação à ditadura militar.

²⁶ O jornal Opinião foi fundado em 1972 pelo falecido editor Fernando Gasparian, dono da editora Paz e Terra e deputado constituinte. Era um jornal semanário considerado como um dos focos de resistência à ditadura militar. Em 1973, Gasparian comprou a editora Paz e Terra, que tinha sido fundada em 1965, do amigo Ênio Silveira, editor da Civilização Brasileira. A Paz e Terra se transformou em referência para a intelectualidade e o meio acadêmico brasileiro nos anos 1970, tendo em seu conselho de acionistas nomes como Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Berta Ribeiro, Celso Furtado, Dias Gomes, Érico Veríssimo, Fernando Henrique Cardoso, José Aparecido de Oliveira e Wilson Fadul. A casa também editou grandes autores nacionais e internacionais nas áreas da filosofia, da sociologia e da ciência política, transformando-se em referência para o meio acadêmico e universitário. (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2006).

mas a imprensa era cerceada, não se tinha noção do que estava ocorrendo e mesmo que se tivesse noção, sozinho não se faz nada.



Fig. 54 Acampamento da Construtora Rabello Ltda em Cruzeiro do Oeste em 15 de maio de 1957. Acervo pessoal. 2007

Não fui atingido, não cortaram nada do meu direito de ir e vir, principalmente porque eu não ia muito longe nem vinha de muito longe na década de sessenta. Agora, na década de setenta, aí sim. Eu estudava em Maringá, vinha para cá, conheci pessoas que tinham sido vítimas de repressão. Você conheceu o Tarso, que foi candidato a reitor. Ele foi vítima da repressão. Mas as coisas estavam muito bem “arrumadinhas”, não havia grandes possibilidades da eclosão de movimentos de insatisfação, que aglutinasse pessoas. Quando cursava a graduação, eu me lembro que um professor me convidou para uma reunião, em um domingo. Um grupinho foi nessa reunião, mas até hoje não sei se ele era do “lado A” ou do “lado B”. Ele conversou, conversou e deixou tudo no ar, não firmou uma posição. Às vezes eu penso nisso e me pergunto: meu Deus do Céu, aquele “cara” queria arregimentar alguém ou queria dar oportunidade para alguém se abrir e depois delatá-lo? Até hoje eu não sei, assim como um outro cidadão que conversava muito comigo sobre a situação com base apenas nas informações obtidas do que líamos. É interessante isso, depois de passadas as coisas... Eu não tinha intenção nenhuma de cair na clandestinidade, principalmente porque tinha um problema muito maior para resolver. Eu tinha uma quantidade de irmãos, meu pai com dificuldades financeiras, tinha mais é que trabalhar. Não tenho vocação para mártir, eu queria cuidar de mim Daí, que eu ouvia, sabia das coisas, mas nunca com a intenção de me engajar em um

movimento revolucionário. Eu só me envolvia com essas coisas pelo prazer intelectual e não por vocação política.

Existe uma história interessante, que ilustra bem um aspecto da Revolução. Quando o conselho de ilustres deu a forma final ao AI5, alguém comentou: “eu não tenho medo de uma lei dessas, ou de um instrumento desses na mão do governo. Mas tenho medo de um instrumento desse na mão de um inspetor de quartelão”. E realmente foi esse o grande problema. Essa foi uma ditadura que só poderia ter acontecido no Brasil. Esses dias eu li um livro muito interessante, chama-se “A espada e a balança”²⁷. O livro traça o panorama da evolução do Direito no Brasil, da década de cinquenta até os dias de hoje. É uma biografia de dois advogados ilustres. O curioso no livro é que nele se mostra que vivíamos uma ditadura constitucional. Quando o camarada era preso, o advogado argüia a justiça militar quanto à correção do processo, se uma dada ficha fora preenchida de forma incorreta o processo podia ser anulado. O recurso era julgado e considerado procedente. Que diabos de ditadura é essa? Mas na verdade o “inspetor de quartelão” não dava “bola” para essas filigranas. A única vez em que esbarrei com um, durante a ditadura, foi em 1975 quando eu já trabalhava na UEM e ia sair para o mestrado. Íamos sair em um grupo de professores e nos foi dado um termo de compromisso para assinar. Nós tentamos discutir os termos deste compromisso, até porque estava falho contra a Universidade. Havia uma cláusula que autorizava o professor a afastar-se para cursar o mestrado, mas não especificava por quanto tempo. O problema nosso era uma cláusula que obrigava o professor trabalhar na Universidade, quando retornasse do mestrado, o dobro do tempo que permanecesse ausente. Era essa cláusula que queríamos discutir, se era possível diminuir esse tempo. Foi um movimento encabeçado por um professor do departamento de Química. Na verdade não foi um movimento, conversamos a respeito e esse professor foi falar com o reitor. Obviamente ele não foi direto ao reitor, procurou por alguém da reitoria. Mas o reitor, professor Rodolfo Purpur²⁸, o chamou em seu gabinete e disse o seguinte: “olha se o senhor quer discutir esse assunto, então vamos fazer assim: vou marcar uma reunião no gabinete do comandante do Quarto Batalhão para discutirmos isso”. Olha que palhaçada, que coisa idiota. O professor Rodolfo foi um reitor que fez uma gestão interessante na UEM, fez coisas que considero interessantes em termos de racionalização administrativa e tal, fez coisas sérias. Mas esse episódio é uma mácula, ele não precisava ter passado por isso. Eu convivo há muito tempo com o professor Neumar²⁹, que sucedeu a ele, ele foi, eu acho,

²⁷ TÉRCIO, Jason. *A espada e a balança: crime e política no banco dos réus*, Jorge Zahar Editor. 2002.

²⁸ Rodolfo Purpur, Gestão 1974/1978.

²⁹ Neumar Adélio Godoy foi vice-reitor no período de 1974/1978 e sucedeu ao professor Rodolfo Purpur como reitor no período de 1978/1982.

vice-reitor do professor Rodolfo. É outra figura, tolerante, nunca, nunca fez uso dessas bobagens. Olha, eu o vi ser azucrinado por moleques, a gente diz moleques hoje, aquela gurizada, uns esquerdistas ferrenhos, idealistas, sonhadores e que faziam parte da representação estudantil nos Conselhos. Ele nunca perdeu a linha com os guris, deixava a molecada falar e protestar, levava o negócio numa boa mesmo, discutia, nunca lançou mão de arbitrariedades. Graças a Deus a possibilidade de arbitrariedades acabou. Um dia eu estava em casa, passava a novela “Que rei sou eu”³⁰, me lembro bem, minha mulher comentou: “nossa como eles falam uma coisa dessa?” Olha só a mentalidade da época. Era como se dissesse hoje que o Lula é um barbudo. Nossa! Vai preso rapaz! Era perigoso acontecer isso mesmo por causa de uma besteira assim. Mas para nós, aqui no interior, realmente não foi a catástrofe que se imagina, não foi. Cada um cuidava de sua vida e não havia evidências que algo muito pesado estava no ar. Tinha até eleições de vez enquanto, quero dizer, era uma ditadura, aquilo que eu disse: uma ditadura *sui generis*. Agora, quem estivesse em um grande centro estaria sob a influência de pessoas que em 31 de março de 1964 tinham em torno de quarenta anos, tinham votado em Getúlio Vargas, aquela coisa toda, tinham visto o partido comunista sair da ilegalidade. Esses perderam muito não é? Eles viram os jornais, as revistas e o rádio mudarem de feições, acabaram-se as críticas e no lugar entraram aqueles programas “elogiosos”. Deve ter sido horrível para quem tinha tido outra visão das coisas. Mas para quem foi se criando dentro da mesma visão, tudo igual. Imagina quem viveu na União Soviética, que tenha nascido em 1930, ou antes. Existem muitos depoimentos, nos quais o “cara” diz: “nossa, a gente imaginava que no Ocidente fosse tudo escuro, gente pobre morrendo de fome a cada esquina”. Em alguns lugares é assim realmente, mas não o todo não é?

Marisa: O que me intriga um pouco em relação a esse período é sempre a tendência, e de certa forma você fez isso, em analisar o que se poderia ter perdido. Eu coloco a pergunta em um outro plano. GANHOU-SE TAMBÉM COM O PERÍODO DA DITADURA? O que eu estou querendo dizer é o seguinte: nós todos, eu, você e alguns professores que já entrevistei, estão numa faixa de idade que passaram por um determinado período em que se denominou de “milagre brasileiro”. A grande mágoa dos militares é que, segundo eles, ninguém reconhece o lado positivo da passagem deles pelo poder.

³⁰ QUE REI SOU EU? Emissora: Rede Globo, Período: de 13 de fevereiro a 16 de setembro de 1989.

Reitores da UEM



Reitor: José Carlos Cal
Garcia Gestão
1970/1974



Vice-Reitor: Ayrton Pinheiro
Gestão 1970/1974



Reitor: Rodolfo Purpur
Gestão 1974/1978



Vice-Reitor: Neumar Adélio
Godoy
Gestão 1974/1978



Reitor: Neumar Adélio
Godoy
Gestão 1978/1982



Vice-Reitor: Aroldo Xavier
Gestão 1978/1982



Reitor: Paulo Roberto Pereira
de Souza
Gestão 1982/1986



Vice-Reitor: Daniel
Domaszak
Gestão 1982/1986



Reitor: Fernando Ponte de
Sousa
Gestão 1986/1990



Vice-Reitor: Manoel Jacó
Garcia Gimenes
Gestão 1986/1990



Reitor: Décio Sperandio
Gestão 1990/1994



Vice-Reitor: Luiz Antonio de
Souza
Gestão 1990/1994



Reitor: Luiz Antonio de
Souza
Gestão 1994/1998



Vice-Reitora: Neusa Altoé
Gestão 1994/1998



Reitora: Neusa Altoé
Gestão 1998/2002



Vice-Reitor: José de Jesus
Previdelli
Gestão 1998/2002



Reitor: Gilberto
Cezar Pavanelli
Gestão 2002/Março2006



Angelo Aparecido Piori
Vice-Reitor: Gestão
2002/Março de 2006
Reitor: Gestão Abril até 10 de
Outubro de 2006

Arnaldo: É verdade. Só se fala do ruim... Olha Marisa, realmente não se pode negar que economicamente o país evoluiu um bocado neste período, não tenha dúvida. Mas o problema é a história ser escrita por intelectuais. E os intelectuais têm uma forma distorcida de ver os acontecimentos. Alguém já disse assim: “a história é a crônica das desgraças humanas”. Ruben Braga escreveu uma crônica, se você tiver oportunidade leia, é maravilha, chama-se “Os Jornais”. Ela é uma das crônicas de um livro dele cujo título é “Duzentas Crônicas Escolhidas”³¹. Nela, ele comenta exatamente sobre isso quando cria uma notícia em uma linguagem tipicamente policial: “ontem no bar do Encantado, ‘fulano de tal’, pedreiro, vulgo ‘Nenê’ e ‘fulana de tal’, desempregada, encontraram-se e começaram tomar cerveja e conhaque”. Bom, se isso for uma reportagem policial vai acabar em morte não é? Mas ele diz que na verdade eles ficaram ali, tomando cerveja, depois começaram cantar, cada um lembrava um chorinho antigo, ou uma canção e cantavam e cantavam... E já eram umas três horas da madrugada quando o dono do bar deu uma rodada de bebida por conta da casa para eles e pediu para irem embora. Eles saíram cantando, a lua estava bonita e tal... É lógico que o jornalista foi despedido no dia seguinte, claro. Ninguém está interessado na felicidade alheia. Por isso quando se fala do período da Ditadura Militar é dito que foi uma época tenebrosa, que não havia liberdade, não sei o quê e tal. Por outro lado, elogia-se Ulisses Guimarães “prá caramba”, ou mesmo Tancredo Neves. Para mim foram um bando de políticos fisiológicos à moda antiga. Quero dizer, o simples fato do Ulisses estar a frente dos trabalhos dessa Constituição cavalgar que é uma droga, todo mundo sabe que é, já mostra isso. Agora está se descobrindo que tem palhaçadas no meio, introduziram uns artigos sem serem votados em plenário. Afirmo que é uma droga porque acho inconcebível uma Constituição ter coisas do tipo “zona Franca de Manaus”. Daí que um “cara” que fez algo assim é elogiado porque se opôs, resistiu e tal à Ditadura. Oh meu Deus do Céu! Mas de fato houve avanço, é aquilo que eu falei para você, quando nós mudamos para Cianorte em 1963 não havia energia elétrica ali, não havia ligação asfáltica de lá para Maringá. Tudo isso aconteceu neste período e para mim teve muito significado. Alguns conhecidos, que fizeram faculdade aqui em Maringá e moravam em Cianorte, passaram quatro anos fazendo em três, quatro horas um trecho que hoje se faz em cinquenta minutos em velocidade regular. Na verdade os reflexos do “Milagre” foram muito mais sensíveis do que a tristeza do cerceamento da liberdade. Muito mais, claro. A televisão também aconteceu durante este período. Televisão pode ser o ópio do povo, mas o povo gosta de ópio e, além disso, também informa né? Houve também uma maior disseminação de livros, de revistas. Havia censura, tudo bem, mas é desse período a revista

³¹ Duzentas crônicas escolhidas. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

“Veja”, a revista “Realidade”, o “Pasquim”. Este jornal tinha uma tiragem fenomenal e a começou chegar lá no meu grotão a partir da facilidade de comunicação que foi se estabelecendo.

Marisa: apesar da facilidade de comunicação há quem diga que as pessoas estão mais isoladas. A internet, por exemplo, é citada como agente de um novo tipo de isolamento.

Arnaldo: Não acho que esteja havendo isolamento de jeito nenhum. Há muito mais eventos sociais do que houve em qualquer outra época. Se não é muito mais, não é menos. Eu acho que há muito mais. O cinema renasceu, não é? E observo que um filme é lançado atrás do outro. Em Paranavaí, por exemplo, não tinha um cinema. Eu tenho um amigo que mora em Paranavaí, ele juntou-se a outros e montaram um cinema e o negócio vai “de vento em popa”. As pessoas estão na rua, tanto que inventam festas com nomes variados, há festas de tudo quanto é tipo. Outro dia nós tivemos um problema aqui, circulou um planfietinho que era um convite para uma festa numa chácara. O telefone de contato era o da escola. Que diabos, usar o telefone da escola! Descobri que um funcionário organiza, junto com a turma dele, essas festas para as quais as pessoas compram convites. Descobri que existe muito disso por aí. Talvez as pessoas de uma determinada faixa etária pode ser que estejam isoladas, mas essas sempre estiveram. Acho que antes estavam mais isoladas ainda porque nem internet para bater papo existia.

Eu sou realmente muito fechado, isso é traço de caráter, fui moldado assim. Eu me dou muito bem comigo mesmo, posso ficar sozinho em casa sem problema nenhum. Sou avesso a festas, essas coisas, sou mesmo. Não tenho trato social, não fui educado assim. Aqui em Maringá, não tem um bar onde um casal de meia idade, aí pelos seus cinquenta anos, possa sentar, tomar uma bebidinha, bater papo ouvindo uma música suave. Só tem aqueles bares de jovens com som infernal, ninguém consegue conversar, não entendo isso. Não tem um lugar onde um cidadão da minha idade, por exemplo, possa ir sozinho e não se sentir deslocado. É difícil, é difícil. Hoje, talvez muito mais do que antes, faz-se tudo para o jovem. Esse negócio de telefone celular é uma barbaridade. Estão lançando telefone celular como sendo um brinquedo para rapazes e moças. Telefone celular para eles não é um aparelho de comunicação. Isso mostra de que modo o consumo, quem provê os consumidores, olha para esses consumidores.

Marisa: Quando eu era menina meu pai freqüentava um determinado local e atualmente não mais. Este local era denominado de “pedra”, ficava no centro da cidade, e era mais do que

PREFEITOS DE MARINGÁ

PREFEITO	MANDATO
Sílvio Magalhães Barros II	2005 -
João Ivo Caleffi	2003 - 2004
José Cláudio Pereira Neto	2000 - 2003
Jairo Morais Gianoto	1997 - 2000
Said Felício Ferreira	1993 - 1996
Ricardo José Magalhães Barros	1989 - 1992
Said Felício Ferreira	1983 - 1988
Sinclér Sambatti	1982 - 1983
João Paulino Vieira Filho	1977 - 1982
Sílvio Magalhães Barros	1973 - 1976
Adriano José Valente	1969 - 1972
Luiz Moreira de Carvalho	1965 - 1968
João Paulino Vieira Filho	1961 - 1964
Américo Dias Ferraz	1957 - 1960
Inocente Villanova Júnior	1953 - 1956

(MARINGÁ, 2007)

onde se comercializava carros, como o é hoje. Era um local freqüentado por políticos e os pioneiros da cidade.

Arnaldo: Era a “boca maldita”. Em Cianorte havia isso também. Mas veja bem: nesse local havia a congregação de pessoas que têm um certo protagonismo social, uma proeminência e tal. Mas essas pessoas, que jogam nesses papéis hoje em dia, estão mais espalhadas, elas estão trabalhando em outro nível. Os políticos estão tendo que ir aos bairros, onde estão as pessoas da sua base eleitoral. Importa menos articular em locais como a “pedra” do que conversar com os eleitores em seus locais de residência e trabalho. A decadência desses locais é também consequência da decadência de um certo coronelismo que nós tivemos por aqui também. Aqui em Maringá, há quinze anos atrás, se no mesmo local estivessem João Paulino, Said Ferreira³² e Horácio Raccanelo³³, Maringá “estava” lá. Quero dizer, o que aqueles “caras” ali decidissem, era o que seria feito em Maringá. Um deles fatalmente seria o candidato a prefeito, o outro seria o candidato da oposição e tal e acabou-se. Hoje em dia não vemos mais isso, estamos aí, às vésperas de uma eleição municipal, e o número de candidatos a prefeito dá para encher caminhões. Cada um deles está trabalhando em seu nicho. Antigamente não, antigamente havia, claramente, aquelas histórias, o cidadão era do PTB, o cidadão era da UDN, ou então da ARENA, do MDB. Hoje em dia essas distinções não são tão evidentes. Com a extinção desses “espécimes”, os nossos coronéis, um lugar como a “pedra” não tem mais razão de ser. Eu acho que essa “extinção”, na verdade, foi um fenômeno nacional. Em menor ou maior intensidade, conforme a região. Londrina, por exemplo, teve grandes políticos, grandes coronéis, vamos dizer assim. José Richa³⁴, aliás ele encerrou a carreira, o próprio Álvaro Dias³⁵, ambos são de lá né? Mas lá já não há essas figuras carismáticas, centralizadoras. Eu sei porque temos também uma escola em Londrina. Aliás, nem na política nacional, o que há hoje em dia é um bando de políticos de menor expressão, não tem ninguém que seja assim “o homem”. Localmente, em alguns pontos isolados ainda há, por exemplo,

³² Vide quadro de prefeitos.

³³ Horácio Raccanello Filho foi fundador e presidente do PMDB de Maringá, além de candidato a prefeito da cidade, deputado estadual e a federal constituinte. Horácio Raccanello Filho empresta seu nome ao trecho de 1.640 metros da Avenida situada sobre a laje do túnel ferroviário. Essa via representa um componente fundamental do eixo fundamental da cidade, compreendido entre o campus da Universidade Estadual de Maringá e a Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Glória. (MARINGÁ, 2007)

³⁴ José Richa foi governador do Paraná pelo PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira no período de 1983-1986. Nascido em São Fidélis em 11 de novembro de 1934, faleceu em 17 de dezembro de 2003. (SENADO FEDERAL, 2007).

³⁵ Álvaro Fernandes Dias, nascido em Quatá em 1944, foi governador do Paraná entre março de 1987 e março de 1991. Atualmente é senador, filiado ao PSDB, com mandato até fevereiro de 2014. Seu 1º suplente é o professor Wilson Matos Silva (sócio proprietário do CESUMAR – Centro Universitário de Maringá e um dos depoentes deste trabalho de pesquisa). (DIAS, 2007).

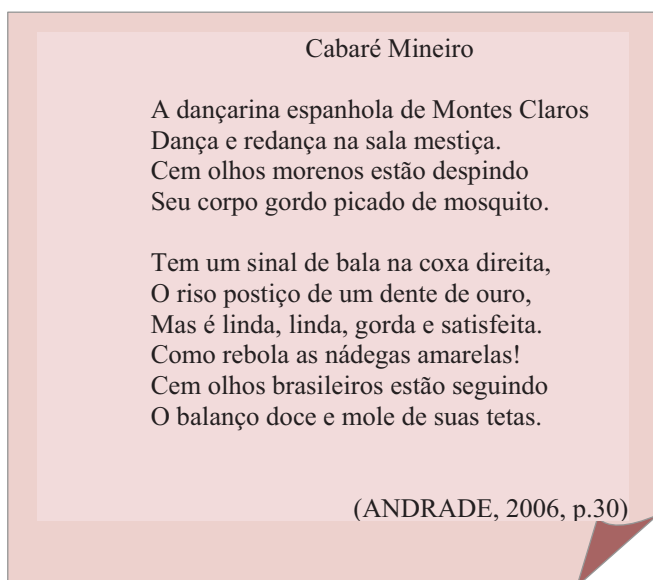
um Sarney da vida. Mas ele representa o que? Um pedacinho do Nordeste. Antonio Carlos Magalhães é só a Bahia. Não há mais, mesmo em termos nacionais, essas figuras que avassalavam. Qualquer um pode, da noite para o dia, sumir. Como aconteceu com o próprio Antonio Carlos Magalhães, quero dizer, de repente o desmoralizaram.

Outro dia eu ouvi o depoimento de um deputado, contando que à época da Constituinte houve a inclusão de artigos não votados. Na verdade era mais uma questão de forma do que conteúdo, mas ele afirmou que tudo foi feito porque o Dr. Ulisses determinara. E quem ia se opor ao Dr. Ulisses? Percebe? É isso que eu quero dizer, será que hoje nós temos figuras dessa natureza? Acho que não e nunca mais vamos ter. Isso é bom, isso é ótimo porque era dado a essas figuras dimensões que elas realmente não tinham. Atualmente com a facilidade de comunicação, excesso de informação, liberdade de imprensa é difícil um ídolo se formar e se manter. Mas não é só a questão da liberdade de imprensa, mas sim de diminuição da vassalagem. Eu não tenho notícia que houvesse algum cerceamento à imprensa na década de trinta nos Estados Unidos, eles já desfrutavam de ampla liberdade de imprensa, mas veja a mentalidade da época e a mentalidade de hoje. Franklin Delano Roosevelt³⁶ era paraplégico, ele não conseguia parar em pé sem algum tipo de amparo. E nos filmes, nas fotos de revistas e jornais, isso não aparecia. Os jornais não tocavam neste assunto porque existia uma mentalidade de vassalagem que hoje em dia não existe mais. A mídia não escarafunchava a vida sexual dos políticos como o fazem atualmente. Essa nova outra mentalidade torna difícil se criar um mito da envergadura de Ulisses Guimarães e companhia limitada. Na primeira escorregadela que um político dá alguém já acaba com ele. Lógico, tem que ser assim mesmo.

Marisa: em sua palestra na “Semana da Matemática” da UEM você disse que a poesia o consola...

³⁶ Franklin Delano Roosevelt, nascido em 30 de janeiro de 1882 e falecido em maio de 1945 foi o 32º presidente dos Estados Unidos da América (1933-1945), realizou quatro mandatos e morreu durante o último. Eleito pela primeira vez para o quadriênio em 1932, Franklin Delano Roosevelt, que herdara a Grande Depressão, resultante da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque de 1929, foi um arauto do otimismo. Facilmente reeleito em 1936, além da política do *New Deal* (o Novo Trato), ele deu ênfase a uma série de medidas intervencionistas para reativar a economia. Durante sua estadia na casa Branca, teve de enfrentar além do período da Grande Depressão a Segunda Guerra Mundial. Contraiu poliomielite aos 39 anos, uma doença que o deixou com grande dificuldade de movimento desde então. (EDUCATERRA, 2007; WHITE HOUSE, 2007).

Arnaldo: É verdade. Mas a poesia não só me consola, ela me diverte, emociona, cativa, fascina. Quando eu estava preparando aquela fala, pensei em um pequeno poema do Carlos Drummond de Andrade cujo título é “Cabaré Mineiro”³⁷ Eu o acho hilariante, maravilhoso, fantástico. Pensei nele porque eu ia falar sobre inteligências múltiplas. Eu concordo que existem inteligências múltiplas, mas isso quer dizer que algumas pessoas aprendem melhor algumas coisas e não conseguem aprender tão bem outras. Portanto, o professor não pode esperar que todos seus alunos aprendam tanto quanto ele deseja porque alguns não vão aprender mesmo. Do professor se espera a sensibilidade para compreender qual é o limite de cada um. A minha idéia foi colocar para a platéia o poema e perguntar se ali alguém saberia escrever algo assim. Provavelmente ninguém ali o faria, mesmo que estudasse anos a fio de comunicação e expressão. Você não tem a inteligência necessária para escrever isso, eu também não tenho. Mas eu também tenho certeza que o Carlos Drummond de Andrade nunca vai saber Matemática como você. Não saberia, poderia se debruçar nos livros, estudar, estudar e não saberia. Esse é o significado de “inteligências múltiplas” para mim. Um poema que me



emociona? Também é do Drummond, “Máquina do Mundo”³⁸. Maravilhoso, lindo, um poema que me consola. Em certa época da minha vida, o “Poema em linha reta” do Fernando Pessoa, meu Deus, nele o poeta parecia estar falando para mim. Ou era eu quem estava falando no poema? A minha situação econômica e social era extremamente desfavorável, nós éramos extremamente pobres, nós batalhávamos muito para ganhar o suficiente para comer.

Trabalhava-se muito mesmo. Eu tenho uma filha que é estagiária em um escritório de advocacia, eu digo para ela: você está mais ou menos na situação em que eu estava àquela época. É a última a falar, a primeira que apanha e come se sobrar, portanto, vai lá, fica quietinha e trabalha. Como fui criado sem uma figura feminina, sem a figura de mãe, eu tive que aprender a me defender sozinho, não tinha a quem recorrer nos momentos em que dava

³⁷“Cabaré mineiro” integra o elenco da produção erótica de Carlos Drummond de Andrade.

³⁸ Este poema foi escolhido como o melhor poema brasileiro de todos os tempos por um grupo significativo de escritores e críticos, a pedido do caderno “MAIS” (edição de 02-01-2000), publicado aos domingos pelo jornal “Folha de São Paulo”. (NOGUEIRA JR, 2007a)

Poema em linha reta

Fernando Pessoa
(*Álvaro de Campos*)

Nunca conheci quem tivesse levado porrada.
Todos os meus conhecidos têm sido campeões em tudo.

E eu, tantas vezes reles, tantas vezes porco, tantas vezes vil,
Eu tantas vezes irresponsavelmente parasita,
Indesculpavelmente sujo,
Eu, que tantas vezes não tenho tido paciência para tomar banho,
Eu, que tantas vezes tenho sido ridículo, absurdo,
Que tenho enrolado os pés publicamente nos tapetes das etiquetas,
Que tenho sido grotesco, mesquinho, submisso e arrogante,
Que tenho sofrido enxovalhos e calado,
Que quando não tenho calado, tenho sido mais ridículo ainda;
Eu, que tenho sido cômico às criadas de hotel,
Eu, que tenho sentido o piscar de olhos dos moços de fretes,
Eu, que tenho feito vergonhas financeiras, pedido emprestado sem pagar,
Eu, que, quando a hora do soco surgiu, me tenho agachado
Para fora da possibilidade do soco;
Eu, que tenho sofrido a angústia das pequenas coisas ridículas,
Eu verifico que não tenho par nisto tudo neste mundo.

Toda a gente que eu conheço e que fala comigo
Nunca teve um ato ridículo, nunca sofreu enxovalho,
Nunca foi senão príncipe - todos eles príncipes - na vida...

Quem me dera ouvir de alguém a voz humana
Que confessasse não um pecado, mas uma infâmia;
Que contasse, não uma violência, mas uma cobardia!
Não, são todos o Ideal, se os oiço e me falam.
Quem há neste largo mundo que me confesse que uma vez foi vil?
Ó príncipes, meus irmãos,

Arre, estou farto de semideuses!
Onde é que há gente no mundo?

Então sou só eu que é vil e errôneo nesta terra?

Poderão as mulheres não os terem amado,
Podem ter sido traídos - mas ridículos nunca!
E eu, que tenho sido ridículo sem ter sido traído,
Como posso eu falar com os meus superiores sem titubear?
Eu, que venho sido vil, literalmente vil,
Vil no sentido mesquinho e infame da vileza.

(PESSOA, 1990, p.419)

A Máquina do Mundo

E como eu palmilhasse vagamente
 uma estrada de Minas, pedregosa,
 e no fecho da tarde um sino rouco
 se misturasse ao som de meus sapatos
 que era pausado e seco; e aves pairassem
 no céu de chumbo, e suas formas pretas
 lentamente se fossem diluindo
 na escuridão maior, vinda dos montes
 e de meu próprio ser desenganado,
 a máquina do mundo se entreabriu
 para quem de a romper já se esquivava
 e só de o ter pensado se carpia.
 Abriu-se majestosa e circumspecta,
 sem emitir um som que fosse impuro
 nem um clarão maior que o tolerável
 pelas pupilas gastas na inspeção
 contínua e dolorosa do deserto,
 e pela mente exausta de mentar
 toda uma realidade que transcende
 a própria imagem sua debuxada
 no rosto do mistério, nos abismos.
 Abriu-se em calma pura, e convidando
 quantos sentidos e intuições restavam
 a quem de os ter usado os já perdera
 e nem desejaria recobrá-los,
 se em vão e para sempre repetimos
 os mesmos sem roteiro tristes périplos,
 convidando-os a todos, em coorte,
 a se aplicarem sobre o pasto inédito
 da natureza mítica das coisas,
 assim me disse, embora voz alguma
 ou sopro ou eco ou simples percussão
 atestasse que alguém, sobre a montanha,
 a outro alguém, noturno e miserável,
 em colóquio se estava dirigindo:
 "O que procuraste em ti ou fora de
 teu ser restrito e nunca se mostrou,
 mesmo afetando dar-se ou se rendendo,
 e a cada instante mais se retraindo,
 olha, repara, ausculta: essa riqueza
 sobrance a toda pérola, essa ciência
 sublime e formidável, mas hermética,
 essa total explicação da vida,
 esse nexo primeiro e singular,
 que nem concebes mais, pois tão esquivo
 se revelou ante a pesquisa ardente
 em que te consumiste... vê, contempla,
 abre teu peito para agasalhá-lo."

As mais soberbas pontes e edifícios,
 o que nas oficinas se elabora,
 o que pensado foi e logo atinge

distância superior ao pensamento,
 os recursos da terra dominados,
 e as paixões e os impulsos e os tormentos

e tudo que define o ser terrestre
 ou se prolonga até nos animais
 e chega às plantas para se embeber
 no sono rancoroso dos minérios,
 dá volta ao mundo e torna a se engolfar,
 na estranha ordem geométrica de tudo,
 e o absurdo original e seus enigmas,
 suas verdades altas mais que todos
 monumentos erguidos à verdade:
 e a memória dos deuses, e o solene
 sentimento de morte, que floresce
 no caule da existência mais gloriosa,
 tudo se apresentou nesse relance
 e me chamou para seu reino augusto,
 afinal submetido à vista humana.
 Mas, como eu relutasse em responder
 a tal apelo assim maravilhoso,
 pois a fé se abrandara, e mesmo o anseio,
 a esperança mais mínima — esse anelo
 de ver desvanecida a treva espessa
 que entre os raios do sol inda se filtra;
 como defuntas crenças convocadas
 presto e fremente não se produzissem
 a de novo tingir a neutra face
 que vou pelos caminhos demonstrando,
 e como se outro ser, não mais aquele
 habitante de mim há tantos anos,
 passasse a comandar minha vontade
 que, já de si volúvel, se cerrava
 semelhante a essas flores reticentes
 em si mesmas abertas e fechadas;
 como se um dom tardio já não fora
 apetecível, antes despiciendo,
 baixei os olhos, incurioso, lasso,
 desdenhando colher a coisa oferta
 que se abria gratuita a meu engenho.
 A treva mais estrita já pousara
 sobre a estrada de Minas, pedregosa,
 e a máquina do mundo, repelida,
 se foi miudamente recompondo,
 enquanto eu, avaliando o que perdera,
 seguia vagaroso, de mãos pensas.

(ANDRADE, 2006, p.301-304)

vontade de chorar. Assim, eu tirei isso da minha rotina, do meu espírito, nunca dava para ter vontade de chorar, de recuar, não podia retroceder, tinha que ir sempre adiante, ou no mínimo, não sair do lugar e deixar o vento açoitá-lo. Isso tudo dá impressão que todos são “príncipes” e só eu levava porrada... Esse poema me acompanha até hoje. Quando eu trabalhava na UEM, eu tinha uma cópia em minha mesa. Esse poema, para mim, é consolo puro desde aquela época.

Fico pensando sobre a estupidez do MEC quando fez uma campanha dizendo que no Ensino Médio só será ensinado o que é útil para a vida. Onde já se viu uma coisa dessas? Aprender só o que é útil para a vida? Para a maioria das pessoas o útil para a vida delas é o arroz e o feijão. E só. Essa nossa conversa, por exemplo, não tem nenhuma utilidade para essas pessoas, nada tem utilidade para a gurizada que está aí. Outro dia, não sei o porquê, em uma aula no terceiro ano eu lembrei daquela música “Chão de Estrelas”. Eles caíram na risada. Ninguém sabia do que eu estava falando. Nessas horas eu fico meio “mordido”. Eles gostam é da Kelly Key. Mas eu já li que gente boa em poesia gostaria de ter escrito aqueles versos “tu pisavas nos astros distraída” Acho que foi Manoel Bandeira³⁹, Vinicius de Moraes, foi alguém assim que afirmou que esses foram os melhores versos da língua portuguesa.

Marisa: Talvez para se entender os versos de “Chão de Estrelas” é necessário ter pisado naquelas estrelas...

Arnaldo: ainda tem muita gente que entende...

Marisa: no meio da nossa conversa você disse “nós temos também uma escola em Londrina”. Onde vocês atuam Maringá e Londrina?

Arnaldo: Também em Paranavaí. Aqui em Maringá, nós começamos em agosto de 1988, ou seja, há quinze anos atrás. Até 1988, nós os oito sócios, trabalhávamos no Curso Alfa⁴⁰. Nós éramos professores da Universidade e também professores deste Cursinho preparatório para o exame vestibular. A única exceção era o Joel, professor de Física, à época ele era acadêmico do departamento de Química na UEM, portanto, não era professor da UEM. Tércio é

³⁹ O poeta brasileiro Manuel Bandeira costumava dizer que o verso "tu pisavas nos astros distraída" era o mais belo da língua portuguesa. (MOLINA, 2007)

⁴⁰ O Curso Alfa Vestibulares faz parte da estrutura do Colégio Paraná e o professor Amaury Meller, um dos depoentes deste trabalho, é sócio-proprietário.

professor de História, é ele quem está atualmente cuidando da nossa unidade em Londrina; Antonio Paulo Jacometo é professor de Química, ele continua trabalhando como professor aqui também; Carlos Sperandio é professor de Química; Alvacir dos Santos Bahls é professor de Biologia; Carlos Anselmo Corrêa é professor de Geografia. Nessa época o dono da escola, professor Amaury Meller, praticamente nos empurrou para essa decisão de fundar uma escola nossa. Houve uma discussão sobre reajuste de salário, talvez para arrefecer o nosso ânimo, ele levantou a hipótese de que não funcionasse a escola no ano seguinte. Foi uma indelicadeza conosco. Nós trabalhávamos ali há dez anos e de repente ele diz que vai fechar a escola? Consideramos a hipótese de pelo menos ele nos oferecer a oportunidade de arrendá-la. Acho que para espichar a conversa e desviar-se do assunto reajuste salarial, ele respondeu: “tudo bem, me façam uma proposta”. Nós então constituímos uma empresa para fazer a proposta de arrendamento. Mas quando ele percebeu que a coisa tomou uma feição mais séria, no começo de 1988, ele resolveu dar o reajuste que achava razoável e voltou atrás quanto ao arrendamento. Bom, nessa altura já estávamos no primeiro semestre de 1988, a discussão tinha começado em 87, final do ano, época de reajuste de salários. Mas como já havíamos organizado uma empresa, feito uma porção de reuniões e obviamente sonhado com alguma coisa, nós embalamos e resolvemos então montar uma escola. Então nós fomos conversar com o professor Amaury, da forma mais leal possível, me orgulho disso, não fizemos nenhuma bobagem. Foi dito a ele o seguinte: “olha, nós temos um compromisso com alunos do seu Cursinho até o vestibular de julho e com os alunos de terceiro ano até o final do ano. Daí que nos comprometemos a dar aulas para esses alunos, tanto para esse pessoal de julho até o último dia do vestibular, quanto para o pessoal que vai até o final do ano. “Não faremos propaganda de outra escola, mas vamos montar nossa escola em julho, quando encerram as atividades com essa turma preparatória para o vestibular, porque agora nós já constituímos a empresa”. Mas ele resolveu optar por não querer trabalhar com duas equipes de professores ao mesmo tempo, como aconteceria no segundo semestre, e para nós foi melhor. Nós saímos e fomos tocar nossa empresa. Como eu disse, gosto muito desse episódio porque normalmente episódios semelhantes a esse sempre envolvem algum tipo de traição, alguma bobagem. Nós saímos de lá mantendo boas relações com eles, tanto é que eles rodaram material para nós, alugaram carteiras. Então, foi uma saída digna dos dois lados. Felizmente isso aqui deu certo, bastante certo, desde o início, nunca tivemos nenhum percalço maior. Nós trabalhamos, durante o segundo semestre de 1988, só com o curso preparatório para vestibular, mas já fomos preparando o processo para a implantação do Ensino Médio regular. Desta forma em 1989 já estávamos com o Ensino Médio regular e em 1993 nós começamos também com o

Chão de estrelas

Música: [Sílvio Caldas.](#)

Letra: [Orestes Barbosa](#)

Minha vida era um palco iluminado
E eu vivia vestido de dourado
Palhaço das perdidas ilusões
Cheio dos guizos falsos da alegria
Andei cantando minha fantasia
Entre as palmas febris dos corações
Meu barracão lá no morro do Salgueiro
Tinha o cantar alegre de um viveiro
Foste a sonoridade que acabou
E hoje, quando do Sol a claridade
Forra o meu barracão, sinto saudade
Da mulher, pomba-rola que voou
Nossas roupas comuns dependuradas
Na corda qual bandeiras agitadas
Pareciam um estranho festival
Festa dos nossos trapos coloridos
A mostrar que nos morros mal vestidos
É sempre feriado nacional.
A porta do barraco era sem trinco
Mas a lua furando nosso zinco
Salpicava de estrelas nosso chão
E tu pisavas nos astros distraída
Sem saber que a ventura desta vida
É a cabrocha, o luar e o violão.

(MOLINA, 2007)

Ensino Fundamental. E fez-se assim a história da escola, dos oito sócios, um, o professor Tércio está em Londrina, o professor Alvacir resolveu se dedicar à Universidade e só está dando aulas lá, os outros seis continuam dando aulas no Nobel.

Marisa: Bom, material humano vocês tinham no início da escola, mas e o capital?

Arnaldo: Bom, diante da possibilidade que a história de arrendamento abriu, nós começamos a fazer alguma poupança. Abrimos uma conta administrada por dois dos oito sócios, com o compromisso de um depósito mensal. Na verdade nós éramos mais do que oito sócios, mas depois alguns saíram. Fizemos também algumas chamadas extras de capital, as pessoas venderam o que podiam e, com capital praticamente nenhum, começamos o curso pré-vestibular. Eu tenho um espírito muito contemporizador e, sem falsa modéstia, tenho certa capacidade de empatia. As pessoas muitas vezes usam a palavra empatia fora do significado que ela tem, usam a palavra no sentido de identificação ou de simpatia. E o sentido de empatia é outro, o sentido é a capacidade de alguém se colocar no lugar do outro, de sentir mais ou menos o que o outro está sentindo na situação. Isso é empatia, não é nada que liga alguém ao outro. Acho que essa capacidade foi importantíssima na organização desse grupo de pessoas porque algumas situações que poderiam causar encrenca foram evitadas. Então, uma das primeiras orientações que estabeleci, estou falando na primeira pessoa, mas você pode dar um desconto, falo assim porque me lembro que a iniciativa foi minha propor que parentes não seriam envolvidos no negócio. Nem esposa, nem filho, nem tia. Nada! Além disso havia um acordo tácito entre nós de que receberíamos apenas a remuneração pelas aulas. Como foi necessário contratar funcionários, fizemos provisões para pagar o salário das pessoas contratadas no período entre o término do primeiro Cursinho que oferecemos e o início do ensino regular e do Cursinho seguinte. Mas, felizmente, com esse capital conseguimos realmente arrancar, sair do chão, sem precisar achar, admitir um sócio capitalista, por exemplo, o que não teria sido bom para nós. Cada um se virou né? Eu tive que vender a moto e um ou dois imoveizinhos. Juntamos o que pudemos, alguns um pouco mais, outros um pouco menos, tanto que existem algumas discrepâncias nas participações. Também estabelecemos um compromisso de não se fazer outra coisa com as eventuais sobras, a não ser reaplicá-las num prazo mínimo de cinco, seis anos. Tudo que a escola rendeu foi investido nela. Então, o capital na verdade foi assim, arrancado do fundo do baú de cada um. A

empreitada teve sucesso porque as pessoas demonstraram através disso confiança no que estavam fazendo. E tinham disposição para trabalhar.

Marisa: Como foi viabilizada a aprovação do funcionamento do Ensino Médio em um curto prazo de tempo?

Arnaldo: Não é complicado, Marisa. Sabe o que é? As pessoas gostam muito desse negócio de influência política. Nós fizemos as coisas da forma mais pura que você possa imaginar. Um dia fomos lá, o Eliomar, que você conhece, e eu fomos ao Núcleo⁴¹ e perguntamos a uma professora que atendia no balcão quais eram os procedimentos para montar um colégio. Coincidentemente, quem nos atendeu tinha sido professora do Eliomar, ele nem se lembrava mais, ela quem lembrou. Ela nos informou sobre a existência de manuais que poderíamos fazer uso e sobre os prazos. Não tem nenhum segredo, é só seguir o que é pedido nos manuais.

Quando resolvemos montar uma unidade em Londrina, há uns dois anos atrás, como nós já tínhamos passado pela experiência de Maringá e Paranavaí, fizemos da mesma maneira, fomos procurar informações no Núcleo. Quem organizou praticamente todo o processo de implantação da nova escola foi o Tércio. Mas, faltando três dias para o prazo final para se protocolar o processo, ele teve um problema cardíaco. O processo estava praticamente pronto, mas faltavam ainda alguns detalhes. Aí eu assumi o processo, fui até o Núcleo em Londrina e perguntei se eles conheciam alguém que pudesse me ajudar, alguém com experiência nesse tipo de processo. Eles me indicaram uma professora que por coincidência estava morando aqui em Maringá. Ela era de Londrina, tinha trabalhado no Núcleo, e estava aqui trabalhando com um irmão dela numa construtora. Ela tinha bastante experiência e assim nós conseguimos cumprir o prazo de entrega do processo. Algum tempo depois ela comentou que os antigos colegas do Núcleo acharam interessante nós tratarmos diretamente com os funcionários do balcão porque as pessoas normalmente não fazem isso. Isso é costume do brasileiro, o “cara” sempre procura um político, ou alguém com influência, para falar com o chefe do Núcleo. Tal procedimento até ofende as pessoas que trabalham lá porque o chefe do Núcleo, muitas vezes, é um político ou foi designado por ser um político. Ele, salvo honrosas exceções não sabe nada. Daí, se você o procura, pede a benção, fica devendo-lhe um favor e ele chama um funcionário do balcão para lhe dar as informações. É verdade, é verdade. É sempre a mesma

⁴¹ O Núcleo ao qual o professor Arnaldo se refere é equivalente à Diretoria de Ensino Regional no Estado de São Paulo.

historinha do Magalhães Pinto. Ele era Ministro das Relações Exteriores e logo que assumiu, um oficial de gabinete apresentou um monte de processos para ele assinar. Ele observou que alguns daqueles processos tratavam da transferência de diplomatas para Paris, Londres, Roma, Nova York, etc. Questionou o oficial de gabinete a respeito daqueles processos e recebeu a informação que eram procedimentos de praxe, de rotina, que estava tudo certinho. Aí, ele retrucou: “olha, não vou assinar isto aqui não, só vou assinar se alguém me pedir”. Entende? A cultura do brasileiro? Quero dizer, vem um idiota que tem o direito líquido e certo da coisa, mas ele vai pedir, vai ficar devendo um favor. Muitas vezes eu ouço das pessoas “nossa vocês têm influência política”. Tem nada, pelo contrário, pelo contrário, nenhuma. Meu pai sempre dizia isso: “favor você nunca paga”. Para se montar uma escola é só observar o regulamento. Se nele diz que tem que ter uma sala assim, outra assim é só cumprir. Quando houver vistoria o que fiscal vai fazer? Aprovar. Pronto. Ah, precisa ter um litro de “ácido nítrico” no laboratório. É só colocar. Aliás, por causa da existência de um ácido no laboratório a Polícia Federal nos autuou você acredita? Os “caras” investigaram uma loja em São Paulo, que nos vendeu um litro de ácido, não foi nítrico, acho que foi ácido sulfúrico ou algo assim... Investigaram a loja, pegaram as notas “ah, o senhor vendeu um litro de ácido sulfúrico, 100%, para o Centro Educacional Nobel? Cadê a autorização da Polícia Federal?” É necessário ter autorização porque com esse ácido é possível destilar droga, fazer explosivo, o escambal. E não existia a tal autorização, foi um erro da empresa, ela não podia ter vendido. Mas antes de ser erro da empresa, foi erro da Secretaria da Educação. Eles fornecem uma lista de itens para laboratório, com coisas do “arco da velha”, sabe? Cinco litros de plasma humano, coisas dessa natureza. O fiscal que conferiu nosso laboratório dispensou o plasma porque percebeu que era uma loucura, mas o ácido o gênio viu, ácido para se usar durante dez anos numa escola igual a nossa, e consentiu. Daí, que certo dia, apareceram aqui uns cidadãos da Polícia Federal e me informaram que não poderíamos ter um litro de “ácido sulfúrico” no laboratório e que nenhuma escola de Maringá tinha algo assim, nem a Universidade comprava uma quantidade tão grande. Ah, meu Deus! Por causa daquela compra, nós ficamos aí, anos, preenchendo mensalmente um relatório que indicava quanto do ácido tinha evaporado, quanto tinha sido gasto, para onde tinha ido e tal.

Marisa: O Nobel nasceu então de um problema salarial, isso é estar de um lado da mesa, agora você está do outro lado...

Arnaldo: Isso não muda muito as coisas. Eu tenho, como já falei, dificuldades para falar de certas coisas. Não porque sou muito atrevido, mas porque tenho convicção de que em nossas relações com os funcionários agimos de maneira bastante correta. E bastante sensata também. É lógico, um sonhador vai dizer que ganhamos dinheiro à custa dos outros. Mas o “cara” não é obrigado a trabalhar aqui. Se estiver trabalhando aqui, ele está ganhando algum também. Então, não há grandes conflitos. Eu participo do movimento sindical patronal, assim como participei do movimento sindical dos funcionários. Eu fui um dos fundadores da entidade que deu origem ao Sindicato dos Professores. Sempre achei necessário as pessoas se associarem: quando era professor me associei ao sindicato dos professores, quando me tornei dono de escola me associei ao sindicato de donos de escola. Eu participo realmente, fui presidente do Sindicato Patronal inclusive; vice-presidente em uma gestão que o presidente abandonou o Sindicato e depois presidente efetivamente. Eu brigo na convenção trabalhista, mas brigo para o quê? Brigo para que as escolas sejam obrigadas a conceder o mínimo possível, de maneira que elas possam exercer a sua política salarial e patronal com alguma liberdade. Se as escolas cederem simplesmente e permitirem que sejam estabelecidas responsabilidades, tipo reajuste, carga horária, essas coisas todas, jornada de trabalho nos limites máximos suportáveis pela saúde econômica das empresas elas não terão liberdade para se diferenciarem. É natural que se garantam algumas coisas ao trabalhador, o essencial tem que ser garantido, o seu registro, descanso, etc., etc., mas também é necessário garantir a sobrevivência das empresas.

Eu tenho uma visão muito pessoal das coisas, das relações de trabalho e tal. Como já disse, não tenho pendores socialistas, não tenho mesmo, mas também não acho que eu seja um capitalista selvagem. De maneira alguma. Eu acho que nossa escola é gerenciada de maneira bastante humana, nós temos algumas preocupações que vão além das relações de trabalho habituais. Temos sim. Talvez, obviamente, porque já estivemos do outro lado também. Ninguém quer deixar ninguém “na mão”. Mas isso não quer dizer que de vez enquanto não se lance mão do que a lei nos permite. Quero dizer, se é caso de demissão sumária, será demissão sumária, sim. Claro, sem dúvida. É possível conceder alguma coisa além do que a lei manda ao funcionário que foi demitido? É, então vamos conceder. Não, esse cidadão não merece porque ele fez tal coisa. Não mereceu, acabou. Tenho minha consciência absolutamente tranqüila, eu não faço nada por capricho ou de forma leviana. Em determinada ocasião cogitamos demitir um cidadão. Mas ao fim chegamos à conclusão de que se ele não respondia satisfatoriamente ao que era solicitado era por culpa muito mais nossa do que dele, porque não o orientávamos direito. Ao final das contas, não o demitimos e, além disso,

contratamos uma pessoa para exercer a função de gerência de pessoal. Isso porque constatamos que poderíamos cometer injustiças, estávamos gerindo o pessoal de forma muito amadora. Não tínhamos dado conta que a escola estava tomando um certo porte que demandava a presença de alguém para cuidar especificamente dessas coisas. Por isso eu digo: sempre deito, boto a cabeça no travesseiro, não tenho problema nenhum para dormir.

Marisa: gostaria que você falasse sobre suas impressões de ex-aluno da Licenciatura em Matemática da UEM.

Arnaldo: Eu tenho uma dificuldade terrível de colocar as pessoas constrangidas. Outro dia eu comentei com você de forma sigilosa a respeito daquele episódio, do nosso amigo que mentiu. Mas mesmo em uma situação assim eu fico com vergonha, não tenho coragem de dizer “não, isso não é certo”. Dias atrás eu estava em uma reunião familiar e estavam ali, meu cunhado, o irmão dele e o sobrinho, menino de quatro, cinco anos. Certa altura, o menino disse que ia estudar piano e o priminho debochou dele ao comentar: “ah, você vai estudar piano, depois você vai estudar balé”. O menininho retrucou: “você vai lavar os pratos na cozinha para sua mãe”. Percebia-se claramente que o pai tinha instruído o menino a dar aquela resposta. Era uma observação muito sofisticada para um garotinho de cinco anos. Eu deixei passar, o que ganharia se perguntasse ao pai “você ensinou isso a ele?” Preferi deixá-lo viver a ilusão dele. Mas o irmão já não teve esta percepção e inquiriu o garoto a respeito de quem o instruíra a dar aquela resposta e ele respondeu que tinha sido o pai. O que ele ganhou com isso? Nada. Então, já disse a você Marisa: eu tenho a exata noção do meu alcance intelectual, tenho. Acho que sou um “cara” que tem boa memória e que sabe articular mais ou menos as idéias. Apenas isso, nada de genialidade. Mas sou um cidadão que, eventualmente, topava com algum professor que facilmente poderia “ser colocado na parede”. Tranquilo. Eu tive professores bons e tive professores medíocres, também. Mas sempre tive uma boa relação com todos eles, nunca senti qualquer prazer, qualquer sentimento de afirmação, com a possibilidade de mostrar para o fulano que eu sabia mais do que ele. Sei lá, acho que sou um bom moço por nascimento. (risos).

Marisa: Em sua fala na Semana da Matemática, você demonstrou esse cuidado quando disse que o local⁴² onde estava interferia em seu discurso.

⁴² Na Semana da Matemática, organizada pela UEM em 2003, o professor Arnaldo Piloto foi convidado a proferir uma palestra na abertura. Durante sua fala não foi possível evitar que suas impressões em relação ao

Arnaldo: Claro, eu tive cuidado para não melindrar e dar margem a alguém comentar: “ele é arrogante com quem não tem segurança material porque na verdade tem dor de cotovelo por não ter tido o sucesso intelectual que nós temos”. Mas o fato é que eu não tenho nenhuma mágoa em relação a isso. Eu conheço muita gente do curso de Matemática da UEM. Inclusive, muitos foram meus alunos. Eu me lembro que muitos deles tiveram dificuldades no curso que eu não teria jamais. Eu não quis fazer um doutorado, por conhecer o alcance da minha capacidade. Eu sabia que não seria um doutor produtivo, não iria contribuir com muita coisa. Logo seria perder tempo, gastar dinheiro do governo e me frustrar também. Então, se fosse para fazer um doutorado como muitos têm feito, apenas para ser um doutor a mais, eu teria feito doutorado, pós-doutorado. Mais adiante, explico porque não fiz isso. Mas nós íamos falar da graduação, no entanto me pareceu que você queria que eu desse alguma “ferroada”...

Marisa: Não, nada disso. Apenas gostaria que você comentasse o período da graduação como o viveu. Como você sentiu a escola naquela época.

Arnaldo: Eu não tenho receio de que alguém que tenha sido meu professor, ou estudou comigo, possa ler uma entrevista como essa e se melindrar. Agora, se aparecer um tonzinho muito “elogioso” é porque, na verdade, eu passei pela graduação em um crescendo de entusiasmo. Essa é a realidade. No início, levei um choque, acho que todo mundo leva. O que ajudou muito foi meu grau de amadurecimento, eu entrei na graduação com vinte e dois anos incompletos, completei vinte e dois anos no primeiro ano de graduação. Além disso, já tinha uma boa base de cultura geral, e isso ajuda bastante. Eu tinha também um bom treino de estudo individual. O início foi um pouco claudicante, até eu me situar, entender realmente do que tratava as coisas, tinha algumas lacunas. Na verdade a gente entra com lacunas no curso e sai com lacunas. Mas na medida em que fui identificando essas lacunas, eu as fui preenchendo com estudo individual. Principalmente no período de férias, eu pude identificar uma série de lacunas, me lembro que no verão de 71 para 72 estudei bastante, sozinho em minha casa. Por isso que eu digo que fui fazendo a graduação num crescendo de entusiasmo, fui pegando o jeito.

Eu tive um curso de Fundamentos de Matemática, com o saudoso professor Santa Rosa. Um dia ele me deu uma tremenda bronca em sala de aula. Foi um episódio estranho, ficou marcado na cabeça de todo mundo, muita gente que eu conheço daquela época, lá se vão trinta e três anos, ainda lembra daquilo. Nessa aula, o professor tinha demonstrado um teorema e ia demonstrar um outro. Mas eram teoremas do tipo, quem entendeu uma demonstração, entenderia a outra. Mas ele se perdeu na segunda demonstração porque estava embriagado. Era de conhecimento geral que de vez em quando ele excedia na bebida. Aconteceu que um amigo, ao meu lado, percebeu que ele estava tendo dificuldades e comentou que o encaminhamento da demonstração estava equivocado. Eu estava sentado bem na primeira fila, nós assistíamos aula em um anfiteatro grande, a turma era de noventa alunos. Aí eu falei para o meu amigo: “tranquilo, depois a gente resolve isso”. Mas ele percebeu a nossa conversa, veio em minha direção, e perguntou se eu tinha alguma objeção em relação ao que ele estava fazendo. Antes que eu conseguisse falar qualquer coisa, ele ficou bravo, disse que me reprovava, me mandou ficar quieto e sentar no fundo da sala. Eu, pobre jeca, vindo de Cianorte, primeiro mês de aula, fui para o fundo da sala. Na verdade eu não fiquei tão envergonhado, tão constrangido, quanto fiquei assustado. Havia muitas histórias de professores que perseguiram alunos e tal. Eram bobagens, mas a gente ouvia essas histórias todas. Eu fiquei assustado. Toda sexta feira a noite tínhamos quatro aulas com ele. Aí, durante o intervalo, procurei por ele para esclarecer o que realmente tinha acontecido. Mas na hora que o procurei, ele já estava me aguardando no corredor. Não sei se conversou com alguém na sala dos professores, se refletiu e percebeu que tinha sido uma bobagem, só sei que propôs passar uma borracha sobre o episódio. Ele nem me deixou falar. Aí, fiquei mais encabulado ainda porque na sala ele pediu para eu voltar ao lugar que estava antes e ainda me perguntou onde tinha parado a aula. Lógico que eu não esqueci o que ele falou. Eu me lembro que fazia as provas dele com esmero, gastava duas folhas de papel almaço, escrevia, escrevia... Isso foi maravilhoso porque desenvolvi bastante minha capacidade de argumentar, de ser cuidadoso, isso se reflete em mim até hoje. Tenho certeza disso, sou muito rigoroso, quando falo alguma coisa gosto de ter certeza que aquilo que estou afirmando não deixa margens à dupla interpretação. Em suma, acabou sendo bom para mim ter passado por aquela situação. Nós acabamos tendo um bom relacionamento, fui monitor dele no ano seguinte. A realidade é essa, não quero fazer média com quem quer que seja, o professor Santa Rosa inclusive já morreu, que Deus o tenha. Eu tive professores bons, professor Amaury Meller, dono da Faculdade Maringá, por exemplo, era muito bom professor. Foi meu professor de Cálculo, um bom professor. Muito cuidadoso, um professor bastante culto. Eu acho que não vale a pena

mencionar os professores, embora me lembre da maioria deles. E sempre lembro assim, como pessoas esforçadas e honestas, eu tenho uma boa imagem do Departamento de Matemática. Eu acho que até hoje o Departamento de Matemática da UEM tem essa característica, ele é composto de gente muito séria. Há lá, um ou dois que podem destoar, mas hoje em dia eu acho que nem tem mais esses. Sempre foi um grupo de gente muito idealista, muito “grudada na coisa”, que gostavam do que faziam e o faziam de forma correta. Eu estou falando dos professores que dão aulas para o Curso de Matemática, principalmente. São pessoas que não afastam o aluno, são sempre muito abertos e isso já existia desde a primeira turma.

Eu sou da primeira turma do Curso, nós tínhamos um convívio agradável com os professores, uma coisa muito, muito tranqüila, nada de extremismo. Muito bom mesmo. A época da graduação para mim foi um sonho. Quando prestei o exame vestibular, eu fui aprovado aqui e em Mandaguari. Aqui, existia a possibilidade de no ano seguinte optar por continuar em Matemática ou cursar Engenharia Civil. Quem foi aprovado para o Curso de Química, poderia ficar na Licenciatura em Química ou então fazer Engenharia Química. Eu optei pela UEM por causa dessa possibilidade, mas num instantinho a esqueci. Principalmente porque eu estava lecionando. Esqueci desse negócio de ser engenheiro, virei professor mesmo e a Universidade teve uma participação muito grande nisso. Nem tudo eu entendia assim, de primeira vista, mas se alguma coisa eu não entendesse em aula, eu estudava em casa e conseguia. Esse processo estimulava, o que vinha eu gostava. Conseguia entender os conteúdos, fazia exercícios, ia bem nas provas. Foi um período muito tranqüilo mesmo. Acabei concluindo o curso em três anos e meio.

Durante o primeiro e o segundo ano morei em Cianorte, trabalhava com meu pai e dava aulas como professor suplementarista. Mas hoje eu vejo que as aulas no Estado constituíam uma relação escravocrata, uma vergonha. Os professores suplementaristas⁴³ entregavam os documentos necessários para a contratação em março, esses papéis iam para Curitiba e na melhor das hipóteses o primeiro pagamento vinha em maio. Houve época em que o primeiro pagamento do ano aconteceu em julho. Uma maravilha, você pode imaginar: inflação “comendo solta” e o Estado segurava os salários dos infelizes quatro meses. Uma maluquice... Esse era um problema dos professores suplementaristas. Eles precisavam renovar o contrato anualmente. Em 1971 trabalhei o ano todo a partir de março, mas apesar disso em fevereiro de 72 foi firmado um novo contrato e tive que esperar novamente por todo o

⁴³ Denominação do cargo de professor, dada pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, ocupado por aqueles que praticam a docência sem terem concluído o Curso Superior ou não foram efetivados através de Concurso.

processo. Mas de qualquer maneira consegui me virar e custear o curso. Como a Universidade era uma Fundação os cursos eram pagos. Eu paguei o meu, parte com recursos do meu trabalho fora, parte com bolsa de monitoria. Acho que paguei até o fim porque quem implementou a gratuidade foi o governador Álvaro Dias, algo bem recente, por volta de 79⁴⁴, por ali... Não me lembro bem. Eu me lembro que minhas irmãs, as duas que fizeram Farmácia aqui, pagaram o curso até o fim com o Crédito Educativo⁴⁵. Eu só mudei para cá no meio do terceiro ano, em 1973, julho de 73. Aí, peguei umas aulinhas no Gastão e no Cursinho, deu para me “virar”. Isso foi bom porque pude fazer um curso de Iniciação Científica em Análise e depois, no ano seguinte, fiz outro curso de Iniciação Científica de Análise no Rⁿ com um professor já falecido, professor Armando Espejo. Não sei se você o conheceu, ele era peruano, tinha ganhado prêmio, era muito legal. Eu tenho um livro de Análise que ele me emprestou, usei o livro durante o curso, e ele me deu o livro de presente ao final do curso. Eu o tenho com muito carinho. Isso já foi no último semestre da graduação. Daí arrumaram um jeito para fazermos prática de ensino nas férias de julho e nos formamos. Formamos em um número grande, para os padrões do curso de Matemática, eram doze alunos. Um bando de gente boa. Dos doze, cinco se tornaram professores do Departamento⁴⁶, eu, Dorival, João Teixeira Mendes, Ivani Basso e Jorge Kakitani. Eu fui contratado imediatamente.

Marisa: esse período em que foi professor no Gastão Vidigal, como você se lembra da Escola Pública?

Arnaldo: Olha, Marisa, em 1969, por aí, o governador, acho que era o Ney Braga, deu um tremendo reajuste de salário para os professores. Empolgou muita gente, sabia? Eu me lembro que os professores apresentavam visivelmente sinais de que estavam vivendo um período de relativa tranqüilidade financeira. Eu tive um professor que morava em Cianorte e estudava

⁴⁴O governador Álvaro Dias foi responsável pela implantação do ensino gratuito nas Universidades Estaduais, quando foi governador do Paraná, entre 1987 e 1991. (DIAS, 2007)

⁴⁵Programa de Crédito Educativo – CREDUC – foi criado pelo Governo Federal em 1975, institucionalizado pela lei 8.436, de 25 de junho de 1992, passou a ser coordenado pela Caixa Econômica Federal a partir de 1976, visava financiar o estudo superior de estudantes carentes no custeio do primeiro curso de graduação em Instituição Superior não gratuita. Em 1997 foram suspensas as contratações do Programa de Crédito Educativo e, por meio da Medida Provisória 1827 foi criado o atual FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, com o mesmo objetivo, porém, condições de contratação e formas de pagamento diferenciadas do Programa de Crédito educativo. (CAIXA, ECONÔMICA FEDERAL, 2004).

⁴⁶ O Curso de Matemática da UEM foi criado em 1971, na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Maringá. A partir de 1971, o Curso foi vinculado ao Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas - ICET da UEM e teve seu reconhecimento em 11/05/76 através do Decreto nº 77.584. Em 1979 foi aprovado o currículo pleno do Curso de Graduação em Matemática, o qual foi reformulado pela primeira vez em 1987. A partir de 1996 foram implantadas duas modalidades: Licenciatura e Bacharelado em Matemática. (GARCIA, 2002)

aqui, isso em 1971, ele e a esposa vinham para cá, todos os dias, com carro do ano. Eles tinham um carro médio e estudar aqui, vir e voltar, era uma despesa plenamente suportável. Duvido que um casal de professores consiga suportar atualmente uma despesa desta, acredito que algo em torno de mil e quinhentos reais. Então, havia entusiasmo, e muita gente boa trabalhando, essa era a idéia. Quando vim para Maringá havia oportunidades para quem estivesse iniciando a graduação aqui, tanto é que eu entrei na graduação e consegui aulas no Estado, coisa que hoje não acontece. Lógico, talvez nossas aulas não fossem extraordinárias né? Faltava muito estofamento para mim, cuidados didáticos, pedagógicos, mas eu sabia bastante do conteúdo. Eu estudava, estava empolgado. Mas essas delicadezas de como conduzir a coisa, de como respeitar a maturidade intelectual da criança e tal, ou do adolescente, isso nós não tínhamos. A coisa era mais ou menos assim: se você sabia o conteúdo, dava aula. Foi assim comigo e com todos que começaram juntos. Não havia essa de fazer-se uma reunião pedagógica, de alguém dizer: cuidado com isso e aquilo. Nada disso. Só depois, com as disciplinas pedagógicas da graduação, foi possível perceber que é necessário levar a sério certas considerações.

Muitos professores do Gastão eram professores na Universidade, também. A grande maioria. Isso me influenciou muito, eu observava aquelas pessoas e pensava: “poxa, isso é o máximo. O camarada dar aulas na Universidade e ainda trabalhar no Estado”. Quero dizer, eu não tinha a percepção de que deveria trabalhar oito horas por dia e não doze ou quatorze horas aula. Eu queria trabalhar, se tivesse trabalho estava ótimo. Eu via aquilo como um ideal profissional. Oh! Que beleza seria ter aulas na Universidade, ter um bom salário e ainda aulas no colégio. Era isso o que eu queria fazer. O que eu quero dizer é que o Ensino Médio era de ótima qualidade porque havia professores que sabiam o que estavam falando, bem preparados, não havia descompromisso com a aula. Eles davam aulas, de fato, porque o salário, acho, motivava. Salário não era a única, mas era uma grande motivação. O Gastão era uma escola de muito prestígio, um dos melhores colégios do Estado, um colégio de projeção nacional. Foi lá que eu terminei meu trabalho com Ensino Médio público. No ano seguinte, 1974, primeiro semestre, eu fui trabalhar no Marista.

Marisa: havia uma rivalidade muito grande entre Gastão e Marista...

Arnaldo: sem dúvida, sem dúvida. Eu tive bons alunos em ambos os colégios. Inclusive um deles, ex-aluno do Marista, é meu sócio aqui, Carlos Sperandio. Um outro bom aluno que eu tive era do Gastão, Mário Olivério. Ele fez Matemática na UEM, depois doutorado na PUC e

tal. Trabalha atualmente no Rio de Janeiro. Ele era de uma turma esforçada, uma turma noturna. Encontro alguns ex-alunos na rua de vez em quando. Este primeiro semestre de 74 foi meu último semestre de graduação, no segundo semestre a UEM me contratou. Minha turma se formou no meio do ano, nossa formatura foi no dia 17 de agosto, e o meu contrato de trabalho com a UEM é de 19 de agosto. Dia 17 era um sábado, 19 uma segunda-feira.

Não havia concurso, não tinha nada. Óbvio, foi uma contratação em caráter precário, sem estabilidade, eu não era um funcionário público ou autárquico. A Universidade à época era Fundação por isso fui contratado sem o concurso. Muitas contratações eram feitas assim, a direção da Fundação tinha autonomia para contratar professores. Eles estavam implantando a escola, então eles agiam assim, dentro desse regime de liberdade, mas com bastante responsabilidade. Convém ressaltar que eu não era a única opção, não, o pessoal trouxe gente boa para a escola. Professor Fred Wolff, você conhece, professor Nehemias, professor Wadilson⁴⁷... Quem mais que ainda vive aí daquele tempo? Eles todos foram professores da rede pública e foram professores de Cursinhos pré-vestibulares. Alguns deles montaram um Cursinho em 1976, eles montaram o CAU⁴⁸...

Marisa: em 1975... Eu entrei na Universidade em 1976 e fui aluna deles no Cursinho.

Arnaldo: Exatamente. Bom, aí trabalhei na Universidade durante o segundo semestre de 1974, mas no ano de 75 eu já comecei a me preocupar com a continuidade da minha formação. Fiz um curso em Londrina, havia lá um convênio com a UNICAMP, uns professores de lá davam cursos ali. Eu, Daniel de Freitas⁴⁹ e Jorge Kakitani assistíamos aulas com o professor Patrocínio em um curso de Topologia que era ministrado nos feriados e finais de semana. Nós começamos com o curso meio andando e tal, mas estudamos bastante e foi muito gostoso. Era uma curtidão. Era uma maravilha estudar e ter um emprego na Universidade. Era uma beleza, eu ganhava uma nota preta e assim pude ajudar meu pai pagar umas contas bravas que ele tinha.

⁴⁷ Fred Wolff, Nehemias Cuervelo Pereira, Wadilson Kleber Fabri Pereira

⁴⁸ CAU – Caro Amigo Universitário

⁴⁹ Professor Daniel de Freitas cursou o doutorado na PUC de São Paulo onde, simultaneamente, fez o curso de Psicologia. Após aposentar-se pela UEM passou a dedicar-se à psicologia clínica. Ele assessora Professor Amaury Meller na implantação da Licenciatura em Matemática da Faculdade Maringá (vide entrevista).

Em 1976 consegui uma bolsa de estudos e afastamento remunerado para fazer o mestrado na PUC. A PUC tinha um convênio com a UEM⁵⁰. No segundo semestre de 76 uma professora da PUC deu um curso de Análise no \mathbb{R}^n , já valendo créditos para o mestrado; depois, no verão, vieram mais dois ou três professores do Rio e deram outros cursos. Eu fiz um curso de Álgebra Linear, um curso de Geometria Diferencial e um curso de Variáveis Complexas. Para fazer o mestrado no Rio era necessário fazer oito cursos para conseguir os créditos todos e eu já tinha feito quatro cursos dados por professores da PUC e mais o curso de Topologia do convênio de mestrado da UEL. Esse convênio tornou tudo mais fácil, daí, um grupo de professores foi para o Rio fazer mestrado. Eu, Daniel, Nelson⁵¹, que é o atual diretor do Departamento de Matemática e Jorge Kakitani. Mas o Jorge foi para o curso de Informática e não estou certo se foi no mesmo ano ou no ano seguinte. No ano seguinte acho que foram as professoras Roseli⁵², Akemi Yamagata e a Maria Dólis. Ficamos um período no Rio, Daniel, Nelson e eu, deixamos tudo prontinho e retornamos para Maringá. No começo de 78 voltamos ao Rio só para apresentar as dissertações.

Durante este período em que estive no Rio foi acertada a situação jurídica e trabalhista da Universidade, antes era Fundação Universidade Estadual de Maringá. No Rio eu recebi a informação de que havia sido efetivado. Acho que a diretoria promoveu uma espécie de anistia, tipo “quem já é professor aqui e contratado há tanto tempo será considerado professor efetivo. Doravante só entra fazendo concurso”.

Marisa: você era solteiro à época?

Arnaldo: Sim, eu era solteiro. Quando fui para o Rio de Janeiro fazer mestrado eu era solteiro, embora já tivesse compromisso com uma moça de Cianorte, Ivani. Enquanto estava lá, nos casamos. Foi quando aconteceu aquela história que eu contei para você outro dia. Eu tinha comprado a mobília do apartamento de uns amigos, eles tinham terminado o mestrado, e herdei o contrato deles. Continuei pagando o aluguel em nome deles, era um apartamento bem bonitinho, bem em baixo do Cristo Redentor, numa rua comprida. Gostoso... Daí, aquele nosso amigo fez a delicadeza de denunciar a situação à imobiliária, me tiraram o apartamento e ele foi morar lá.

⁵⁰ Na década de 70 o Departamento de Matemática da UEM manteve durante mais de dois anos um convênio de cooperação com a PUC-RJ, pelo qual os professores poderiam obter 50% dos créditos de mestrado na UEM, com a chancela da CAPES e do CNPq por meio de bolsas e despesas, com os professores da PUC. Na época vários professores iniciaram o programa de Mestrado. (GARCIA, 2002)

⁵¹ Nelson Martins Garcia

⁵² Roseli Nozaki

Ivani é professora, ela fez curso de Pedagogia na UEM. Ela tinha terminado o Ensino Médio quando nos casamos. Atualmente ela leciona em Mandaguari. Em 1995, mais ou menos, nos separamos. Mas temos três filhas, isso nos mantém bastante unido, inclusive com umas brigas de vez em quando.

Retomando: em 1978 assumi novamente o Departamento e acho que naquele mesmo ano fui eleito coordenador do Colegiado do Curso de Matemática. Começou assim uma carreira burocrática dentro da Universidade. Mas eu tinha aquelas idéias, que assimilei no Gastão, que o “quente” na vida era trabalhar na UEM e ter mais um emprego. Assim, quando apareceu a oportunidade de trabalhar no Curso Pré-vestibulares Alfa eu achei uma maravilha. Eu conciliava tudo tranquilamente, tinha energia, vitalidade, vontade...

Quando assumi a coordenação do Colegiado do Curso, nesta época, em 78 o Curso de Matemática estava em extinção. Há um histórico do Departamento, disponibilizado na internet que atesta isso. Haviam sido juntados os cursos de Química, Física, Biologia e Matemática e isso deu origem ao curso de Ciências⁵³. Como ainda existem alguns por aí. Era necessário fazer o núcleo básico para depois cursar um ano de disciplinas específicas da Matemática, da Química, da Física ou Biologia. Mas o que estava perceptível é que os alunos, com o curso daquele jeito, não aprendiam direito nem Matemática, nem Química, nem nada. Desta forma, minha grande tarefa frente à coordenação era reorganizar um currículo de forma a reimplantar o curso de Matemática. E foi isso o que fizemos, remanejamos os alunos do curso de Ciências para os cursos que eles queriam. Foi feito o acerto, o aproveitamento das disciplinas e reimplantamos o Curso. Eu, à época, reconheço, tinha idéias muito exageradas, em termos de otimismo, quanto ao curso. O programa era pesadíssimo para um curso de graduação. Eu só pensava em minhas deficiências como professor universitário. Atualmente, penso diferente, calma! É preciso separar bem as coisas. Nós estávamos elaborando um curso para formação de professores para o Ensino Médio, então as preocupações tinham que ser outras. Mas demorou uns dez anos para eu ir “baixando a bola” e perceber que não havia

⁵³ A Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus, nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 e a Resolução nº 30/74 (CFE, 1974) tornaram obrigatória a unificação das Licenciaturas da área de Ciências Físicas e Biológicas e de Matemática, convertendo-as em uma única Licenciatura de Ciências com habilitação específica para o 1º grau ou para o 1º e 2º graus. Em 1975 (CFE 37/75), determinou que o prazo final para esta conversão, seria o início do ano letivo de 1978, onde a Estrutura Unificada das Licenciaturas deveria substituir as Licenciaturas Plenas de Matemática, Física, Química e Ciências Biológicas. O Curso Licenciatura em Matemática da UEM foi implantado em 1971, o currículo inicialmente aprovado, embora com pequenas alterações, vigorou até 1977. Em 1978, com a implantação progressiva do Curso de Ciências com habilitações (Portarias nº 30/74-CFE e 37/75-CFE) deixou-se de oferecer vagas específicas para o Curso de Matemática. Em 1979, com a eliminação do Curso de Ciências, foi aprovado pelo CEP o currículo pleno do Curso de Graduação em Matemática. (DMA, 2008).

necessidade de um curso “violento” como aquele para o “cara” que ia dar aula em colégios. Além disso, era necessário criar mecanismos para que aquele “cara” que não desejava apenas dar aulas em colégios. Era preciso também criar condições para quem tinha um pouco mais de habilidade pudesse estudar mais, de acordo com a sua habilidade.

Depois do Colegiado do Curso, fui vice-diretor do Centro de Ciências Exatas. A época era 82, 83 por aí, já fazia quatro, cinco anos que havia retornado do Curso de Mestrado. Não me lembro se o pessoal que foi comigo para lá tinha retornado para o Doutorado. Nesta época comecei perceber que não seria boa opção para mim, fazer o Doutorado. Para mim, pela minha forma de encarar a vida e tal. Primeiro porque eu não seria um “expoente”. Eu ia ser um “cara” com um título de doutor, poderia ficar na Universidade arranhando a rocha do conhecimento para tentar me enquadrar, mas para ganhar um dinheirinho e tal. Outra coisa: nesta época o Departamento, a Universidade em geral, começou se politizar demais. A Universidade recebeu uma leva de professores, muitos professores de São Carlos. São Carlos era um manancial da esquerda, né? Aquilo “brotava”, “brotava” gente de lá que era uma maravilha. A década de 80 foi quando começaram aparecer “os filhos de São Carlos”. Maravilha... O Departamento tinha contratado uma leva, acho que nove professores e, praticamente todos eles vinham de São Carlos. Quase todos. A situação era cômica, caricata algumas vezes. Eu me lembro que em uma reunião de Departamento, uma professora que chegou nessa leva, ainda nessa época era Departamento de Matemática e Estatística, se levantou e falou da opressão da reitoria e não sei mais o quê. Ela falava do pessoal da reitoria e apontava para o Sul. Fiquei observando e ponderando comigo: será que convém eu falar para ela: “professora a reitoria é para lá, não para o lado que a senhora está apontando, é do outro lado, a senhora nem sabe em que lado está situada a reitoria e já está brava com ela?” O pessoal estava “tinindo de vermelhidão”. Eles convidaram um “cara”, um tal de Penereiro, se não me engano. Bom, reunidos os tupiniquins, o “cara” falou sobre a visão dialética da História, falou sobre o regime feudal e tal, sobre a parte que se opunha a outra, depois essa parte brigou com aquela, e dessa briga saiu mais essa... Aquele papo da dialética. Doutrinação, bobagens... e ficamos lá, ouvindo aquilo. Acho que eles imaginavam “se colar, colou, quem sabe a gente pega alguém?” É fácil pegar. É aquilo que eu sempre falo: é fácil para a “esquerda” seduzir os adolescentes e os jovens porque o pensamento é muito generoso, ele desconsidera a realidade, desconsidera que por trás do ser humano existem necessidades, inclinações naturais, que nem todo mundo é bonzinho, honesto e tal. Alguém já disse: “esquerdismo” é uma doença que todo mundo pega na adolescência, alguns saram, outros não. A coisa mais rara é encontrar alguém que tenha virado “esquerdista” depois de velho.

Você conhece algum? Eu não conheço. Conheço gente que estava na “esquerda” e passou para a “direita”, mas que estava na “direita” e passou para a “esquerda” depois de velho, isso eu não conheço. Depois que o sujeito encara a dura realidade do convívio com as pessoas, percebe que até a mulher dele, que ele achava que era tudo na vida dele, pode traí-lo, o fulano percebe que as pessoas não são tão leais assim aos compromissos.

Para completar eles juntaram uns oito jovens revolucionários e propuseram um “baita” projeto de pesquisa que consistia em estudar o Cálculo à luz da Dialética. Olha a petulância, os “caras” não tinham nem o Mestrado completo ainda. Você pode imaginar? O “nego” não sabia o Cálculo nem à luz ... Nem Cálculo sabiam direito. Eles iam provar dialeticamente que quando se calcula um limite, na verdade, existe ali aquela história do conflito, que depois gera uma contradição, que não sei o que... Gente de Deus... Um bando de crianças que não sabiam nada, recém graduados, eles terminaram a graduação, fizeram um ano e meio de disciplinas de mestrado e tinham a pretensão de juntar oito “caras” e fazer um projeto de pesquisa dessa natureza? Precisa ser muito infantil né? Nós, os professores mais antigos do Departamento, ficamos desarmados, não sabíamos como combater um negócio assim. A minha posição foi de obstrução, eu discuti, discuti, mas a vontade era dizer: “olha, vamos jogar essa porcaria no lixo, porque isso não vale nada”. Então, a saída que me pareceu viável foi fazer um monte de perguntas a fim de que as pessoas percebessem que não conseguiriam responder. Assim elas mesmas perceberiam o ridículo que era tal projeto e aí esqueceriam aquela droga.

Isso tudo foi fazendo com que eu chegasse à conclusão que não deveria me meter a fazer um doutorado. Isso significaria minha condenação a viver eternamente dentro daquele ambiente. Naquela hora eu não conseguia perceber que um dia a grande maioria dali ia sarar daquele “esquerdismo”. Caso aquela doença se agravasse cada vez mais eu estaria perdido, ia morrer ali, ia ficar louco porque eram discussões intermináveis, acerca de assuntos bobos. Certa feita, invocaram com a Câmara Departamental. Acho que a idéia central era a seguinte: transformar a Universidade numa república de *soviets*, cada departamento com alunos, funcionários e professores soviéticos. Então, essas instâncias tipo Câmara Departamental precisavam ser combatidas. No pensamento deles as Câmaras Departamentais reuniam um grupo de professores que tomavam as “grandes decisões” do Departamento entre quatro paredes e tal. Eles queriam acabar com as Câmaras. Eu acho que sou bastante flexível na negociação percebe, Marisa? Então, eu coloquei que para isso era necessária uma reforma de Estatuto e do Regimento da UEM. Era necessário porque se acabassem com as Câmaras e alguém tomasse uma decisão que contrariasse algum interesse, e alguém questionasse a decisão, não haveria como aprová-la porque ela deveria passar pelas instâncias que estavam

previstas pelo Estatuto e o Regimento. Mas eu mesmo dei uma sugestão, que foi acatada: as reuniões seriam abertas, as pessoas poderiam assistir às reuniões, participar, opinar, mas não poderiam votar. Caso a decisão aprovada não agradasse à maioria dos presentes, eles poderiam entrar com um recurso ao Departamento. Pronto, arrumamos assim uma forma de conciliar a rigidez do Estatuto com a necessidade de democratização. Mas para chegarmos a essa solução foi uma manhã inteira de discussões. Na primeira reunião da Câmara Departamental, os professores juntaram cadeiras, todo mundo sentado de qualquer jeito para assistir à “grande reunião”. Menino, os assuntos que são tratados nestas reuniões são titicas, coisa mixuruca, ninguém decide nada, não se dispõe de um centavo para comprar um botão para pregar na parede. Não é possível mudar um programa de disciplina em uma reunião dessas, não se faz nada, são reuniões burocráticas para sancionar umas bobagens que precisam ser feitas. As pessoas perceberam que era isso mesmo, na segunda reunião não apareceu ninguém. De vez em quando aparecia uma idéia deste tipo.

Em uma outra reunião alguém queria, porque queria a participação dos alunos. Eu me lembro de ter dito o seguinte: “sou contra a participação de alunos. Porque? Porque não vejo nenhum aluno aqui pedindo, quando aparecer um aluno aqui pedindo para participar eu serei a favor”. É sempre a história da tutela. Parte-se do pressuposto que somos sábios e que o resto da humanidade precisa ser tutelada. Os alunos precisam ser tutelados? Nunca nenhum aluno me interpelou a respeito das reuniões do Departamento. Caso isso acontecesse, eu seria o primeiro a apresentar uma moção solicitando um assento para um aluno que quisesse discutir e participar das reuniões. Como não havia, porque discutir uma coisa que sei lá se os “caras” vão querer? Porque se eles quisessem estariam aqui. Mas arrumou-se um jeito para dar participação aos alunos, o aluno ficava olhando para as paredes, lendo revista durante a reunião. Não concordo com esse negócio, eu acho que gestão não pode ser democrática. Não tem esse papo. Gestão democrática não existe, existe gestão eficiente, responsável. Quando se está gerindo dinheiro do povo tudo tem que ser feito de forma certa, fiscalizada, vigiada e eficiente. Outra palhaçada foi quando começaram com esse negócio de eleição direta para reitor. Aí, o candidato a reitor precisava ir até a garagem, explicar para os mecânicos porque ele seria o melhor reitor para a UEM. Gente, o melhor reitor para a UEM é o “cara” que tem trânsito científico e tem articulação política, que sabe falar e defender os interesses da escola. Esse é o melhor reitor. Não é o melhor grevista. Eu me lembro bem do Fernando Ponte⁵⁴. Ele foi o primeiro reitor de esquerda que a UEM teve. Aquele que fez uma greve de fome. Ele foi presidente da ADUEM. Forçaram tanto a barra que o governador aceitou escolher, da lista

⁵⁴ Fernando Ponte de Sousa, Gestão 1986/1990

tríplice que seria encaminhada a ele, o candidato mais votado. Jacó era o vice-reitor. Aquilo para mim era uma piada. No programa de governo deles tinha uma frase que dizia bem assim, quem sabe você se lembra: “Queremos conotar e denotar o campus universitário enquanto estrutura que vivencia os vazios especializados”. Gente, professores universitários escrevendo umas coisas dessas e outros professores universitários engolindo, sem perceberem o ridículo disso. É muito heim? É muito.

A gestão do Fernando foi a tomada do Palácio de Inverno. Deu um sururu geral na cabeça de todo mundo e saíram fazendo barbaridades. Alguns reitores começaram uma movimentação pela estadualização das Faculdades de Cascavel, Paranavaí, até mesmo algumas Faculdades municipais. À época eu estava dando um curso em Cascavel e me lembro que falei para o Nelson, ele era pró-reitor de pesquisa e pós-graduação: “Nelson, o que vocês estão fazendo, homem? Eu estou dando aulas em Cascavel, lá os “caras” fumam cachimbo, sabe como?” Um dia desses, eu estava em Cascavel, fui lá dar um curso, uma disciplina em um curso de especialização para os professores e um amigo me apresentou a alguns professores. Entre eles um cidadão que é dono de uma cadeira na Faculdade, mas na verdade ele é um empresário. Ele estava no escritorzinho dele, dentro do departamento, vestido com esmero, fumando cachimbo, afetado, com pose de intelectual. Em Cascavel ele poderia até ser considerado intelectual. A discussão que acontecia ali era se ele iria ou não dar aulas naquele semestre. Lá a coisa era desse jeito, sou professor, mas o semestre que eu quero dou aula, o semestre que eu não quero vou cuidar dos meus negócios. Entende? Enquanto isso, nós aqui, é aquilo que eu falei para você, os professores do nosso Departamento sempre foram muito sérios, as pessoas faziam daquilo o seu ofício. Por isso eu falei para o Nelson: “Nelson, pelo amor de Deus, vai até lá para você ver. Não transformar aquilo em uma escola igual essa daqui, quero dizer, aquele “cara” vai ganhar o mesmo salário que você, mas você é doutor. Ele provavelmente será titular, ele deve ser professor de lá há trinta anos, portanto vai ganhar o mesmo que você, entende? Vai ficar fumando cachimbo na sala dele e fazendo de conta que ele é o “bambambam” Não é por aí, meu Deus do Céu, o Estado não agüenta esse negócio. Não sei porque as pessoas acham que o Estado é inesgotável, que ele faz dinheiro. Falta essa noção para as pessoas. Por isso que eu falo, Marisa, pode soar horrível, mas esse negócio de gestão democrática não existe.

Eu sou a favor do Estado mínimo, porque o Estado é uma praga, todo mundo sabe disso. Eu vivi dentro de uma Instituição Estadual durante muitos anos e sei a praga que é. Vi histórias horríveis. Eu me lembro de uma vez, uma professora apresentou um projeto de pesquisa. O objetivo era pensar uma forma de ensinar Estatística para o curso de Psicologia de

maneira a diminuir o índice de reprovação. Aconteceu o seguinte dialogo: “Mas professora, como é que a senhora vai fazer isso?” Resposta da professora: “Eu vou ensinar Estatística sem usar muita Matemática porque o que faz as pessoas reprovarem ainda é a Matemática”. “Mas como a senhora vai ensinar Estatística sem usar Matemática? Explica para nós?” Eu sempre usei essa técnica. É difícil dizer para uma pessoa que está tudo errado. É preferível colocar sucessivas questões para que ao final das contas a pessoa mesma perceba que aquilo é insustentável. Mas no decorrer deste processo, um colega de Câmara Departamental me informou que a tal professora se aposentaria em dois anos e que o objetivo dela com o projeto era reduzir a carga horária. Eu não sou um paladino da moralidade, Marisa, mas sou um paladino da racionalidade. Eu estava no meio desse troço, aquilo ia me prejudicar. Sabe, por quê? Porque essa mulher ao reduzir a carga horária, obrigaria o Departamento contratar outro professor. Quando se fecha os olhos para coisas assim não se percebe que está se promovendo um inchaço no departamento. Um Departamento que funciona com trinta professores em pouco tempo pode ter sessenta. E o Estado não vai agüentar pagar um salário razoável para sessenta, quando trinta poderiam fazer o serviço. As pessoas não percebem isso.

Tudo isso foi firmando em mim a decisão de que eu precisava arrumar alguma coisa para fazer por minha conta. Não podia ficar atrelado àquilo. Não estou falando de ninguém pelas costas, eu falei tudo isso em reunião de Departamento. Várias vezes eu chamei atenção para a importância de sermos mais rigorosos na contratação de professores. Atualmente há um número muito grande de pessoas com formação, com Mestrado, com Doutorado, tanto é que o Departamento nem admite mais quem só tem Mestrado. A situação atual é diferente daquela de quinze, vinte anos. Tanto que naquela leva que eu comentava há pouco foram contratados nove ou dez professores e acho que nenhum deles tinha o Mestrado ainda. Eles tinham no máximo os créditos completos do Mestrado e algumas longas horas de estudo de marxismo, leninismo e dialética.

Eu colocava isso nas reuniões do Departamento: “gente, se você abre a boca querendo contratar professores, amanhã teremos umas vinte pessoas que são capazes de entrar em sala de aula e dar uma aula como nós damos”. É a lei da oferta e da procura. Por outro lado, se a oferta de profissionais é tão abundante não se pode esperar um salário muito alto. Nós que somos da Matemática devíamos ver isso. Quantos gerentes de Banco há em Maringá? Nesta cidade tem menos gerentes de banco do que professor num Departamento da Universidade. E porque razão o professor quer ganhar três vezes o que ganha gerente de banco? Não tem lógica. Não adianta argumentar que nós fazemos um trabalho importantíssimo para a

humanidade porque os lixeiros também o fazem. Se os lixeiros tivessem ficado seis meses em greve, como os professores da UEM ficaram, essa cidade teria virado um caos, metade da população teria morrido numa epidemia não é? E, no entanto, os professores ficaram seis meses em greve e acham que fizeram uma grande façanha. Uai, ficar seis meses sem trabalhar e recebendo salário eu também fico. Qual é a façanha que há nisso? Os professores não conseguem perceber esse negócio? Por isso eu decidi que naquele barco eu não ficaria.

Quando Paulo Roberto⁵⁵ assumiu a reitoria, ele me convidou para ser o chefe de gabinete. Mas antes eu tinha sido sondado se aceitava ser candidato a vice-reitor. Quando aconteceu o convite, a minha saída foi dizer a ele: “Paulo, eu ando de tênis e calça jeans, não quero me vestir formalmente, usar sapato social e calça de tergal”. Ele retrucou que isso não era desculpa que também ele se vestiria assim. Mas na verdade eu não queria era largar meu empreguinho lá fora, entende? Eu não queria deixar o Cursinho que acabou nos empurrando para montar o nosso. E, felizmente, a escola tem uma trajetória de sucesso. Graças a Deus. Nós temos pessoas trabalhando conosco que são extremamente responsáveis e aguerridas. Nós temos lisura de conduta e minha filosofia sempre foi essa. Eu vim de uma posição extremamente humilde, sem grandes contatos sociais, sem participar dos esquemas oligárquicos. Então eu vi que o caminho era andar corretamente assim ninguém pode pegar no pé e não é necessário favor de ninguém.

Dentro dessa filosofia, para um grupo de professores, vivendo de ser professor, é fácil conduzir uma escola. É fácil se ganhar as pessoas, um tipo de cliente. Não tenho nenhum pejo com relação a essa palavra, somos todos clientes né? Clientes do padre, clientes da UEM... Esse tipo de cliente está com você todos os dias, então não dá para enganá-lo. O aluno é um dos clientes, o outro cliente é o pai dele e com cada um deles há uma responsabilidade. Com o aluno a obrigação é com a condução correta das coisas, respeitar os seus direitos e também cobrá-lo em suas obrigações. Exatamente por nossa origem idealista, aqui não interessa se seu pai é senador, é deputado, fazendeiro, aqui todos são alunos e ninguém vai ser mais respeitado e nem desrespeitado em função do pai que tem. Cumprir compromissos é fácil quando se sabe o que está fazendo. Quando se domina bem o assunto, você saberá selecionar pessoas, incutir nelas o mesmo espírito. É fundamental não se prometer nada que não se possa cumprir. Porque se prometer alguma coisa é necessário cumprir até a última vírgula. Essa é a nossa grande virtude: não receamos o escrutínio de qualquer julgamento. É fácil viver assim, quando se faz as coisas direitinhas, não se enrola, não se tenta enganar ninguém. tudo flui direito. Nós procuramos documentar tudo. A minha primeira preocupação, no início, até

⁵⁵ Paulo Roberto Pereira de Souza, Gestão 1982/1986

mesmo quando o Cursinho era ainda incipiente, foi com a elaboração de um contrato de prestação de serviço que definisse o que era nosso compromisso e, por outro lado, o compromisso do cliente em nos pagar. Os nossos contratos vêm sendo aperfeiçoados. Ainda semana passada acrescentei mais uma coisinha ao contrato porque passamos por um problema que nunca tínhamos vivido: a interrupção das aulas do Cursinho por causa da greve na Universidade. Por causa desta greve nós iniciamos as aulas do Cursinho em maio, mas em julho os professores precisavam de um frescor. Então fizemos um recesso, antes não havia isso porque as aulas aconteciam entre um vestibular e outro e não tinha necessidade de um recesso mais longo. Um pai reclamou, queria ressarcimento porque não teve aulas naqueles dias. Achei isso descabido, afinal de contas eu tinha um compromisso com ele de cumprir o programa até o dia do vestibular. Inclusive esse pai é professor da UEM, ele deveria perceber que isso foi causado por conveniência deles lá. No manual do aluno já constava essa possibilidade de contratempo, mas agora consta também em contrato. Eu mesmo alterei: o período de aulas é de tanto a tanto, o recesso de tal dia a tal dia. Então é necessário esse nível de minúcias, você percebe Marisa? Além de o contrato ser claro, é necessário acrescentar um aviso grande: olha, este documento estabelece seus direitos e suas obrigações, leia-o com atenção, guarde-o com segurança. Brasileiro tem costume de alegar que não leu o contrato. Estes dias um oficial de justiça, advogado, recorreu à justiça porque não queria pagar um valor devido, alegando que não havia lido o contrato. É brincadeira uma coisa dessa? É muita petulância. Um advogado, um oficial de justiça, se escudar numa desculpa dessa? Bom, o juiz concordou que era inadmissível a alegação dele. Mas depois deste fato tomei a precaução de acrescentar, ao apresentar o conjunto de documentos para o pai no ato da matrícula, que é extenso porque tem requerimento de matrícula, contrato, manual, etc., uma folha com um texto curto, com letras bem grandes, lembrando o seguinte: “o ato de escolher a escola para o seu filho é de muita responsabilidade para você, eu acredito. E para nós é muita responsabilidade receber o seu filho. Eu sei, nós sabemos, a escola sabe que o volume de documentos que você está levando agora é excessivo para ser lido aqui, na sala de matrículas. Então, lembre-se que a lei lhe garante o direito de voltar dentro de dez dias e desfazer este contrato sem qualquer ônus, e será ressarcido do que tenha pagado”. Isso tem surtido efeito.

Nós ainda temos a vantagem de termos uma aferição externa, que é o desempenho dos nossos alunos nos vestibulares. Ainda ontem eu vi um artigo do Celso Antunes⁵⁶ na Folha de São Paulo, acho que foi ontem, sugerindo sortear as vagas da Universidade. Isso teria o bom

⁵⁶Celso Antunes é professor da PUC-SP e autor de mais de 20 livros, entre eles "As Inteligências Múltiplas e Seus Estímulos" (Papyrus). (FOLHA DE SÃO PAULO, 2002)

efeito de imediatamente acabar com os Cursinhos. Eu não sei por que acabar com os Cursinhos é bom efeito. Mas, eu estive pensando: olha que barbaridade, como professora você deve ter passado por esta experiência, os alunos dos cursos mais concorridos são alunos mais bem preparados. Quando eu lecionava na UEM, era um doce as aulas na Engenharia Química, na Farmácia. O pessoal tinha sido aprovado em um vestibular puxado, então lá estavam os melhores. Agora o cidadão vem e faz uma proposta idiota dessa? De novo é aquela história: se estou gerindo dinheiro do povo, eu não gostaria que o dinheiro dos meus impostos fosse destinado para pagar um curso para determinados alunos que eu vejo aqui. Tem “cara” dormindo na sala, ele não quer nada com nada. Enquanto isso tem “nego” ralando. Nós tivemos recentemente a visita de um garoto que foi nosso aluno, ele foi bolsista. Nós temos um concurso anual, promovido pelo Rotary, cujo prêmio é fazer os três anos aqui. Esse menino ganhou, ele é filho de uma zeladora da UEM. Ele terminou o curso de Direito no Largo de São Francisco⁵⁷, Marisa. Entende? o garoto é sensacional, inteligentíssimo. Agora imagina se a idéia torta do Celso Antunes é aceita e um menino assim não é sorteado. Meu Deus do Céu! Onde já se viu uma coisa dessas? Quando se está empregando recursos públicos é necessário classificar, os melhores devem ser os escolhidos. É necessário otimizar os recursos públicos ao usá-lo com os melhores alunos. Quando se fala, “ah os nossos alunos passam no vestibular” há sempre aquela deturpação de que Cursinho é um “treinador” para vestibulares. Pelo amor de Deus! Se os professores da Universidade são tão incompetentes que não conseguem fazer um teste a prova de treinadores, eles deveriam dar um tiro na cabeça. Não é verdade? Mas isso não acontece, o pessoal tem liberdade para criar a prova que quiser. Eles elaboram boas provas, que de fato medem a capacidade dos candidatos. Eu duvido que um aluno que entrou em um curso concorrido tem inteligência com prazo de validade. Duvido que o conhecimento e a inteligência dele tenham prazo de validade. Amanhã vai sair o resultado do vestibular, então amanhã vence o prazo de validade de tudo que eu ensinei para meus alunos? Ah para com isso. Só um louco falaria uma coisa dessas. Ele vai fazer o curso, lembrando de um monte de coisas que eu falei. Não é verdade? Portanto é um estudo como outro qualquer. Acho que o Cursinho provê condições para que um aluno que tenha potencial o desenvolva. Não fazemos milagres. Se o “cara” não quer, não tem capacidade, ninguém faz milagres. Mas eu acredito que nós temos uma estrutura, tocada com cuidado, que dá oportunidade para quem tem potencial se desenvolver. É o caso desse menino, por exemplo, que eu acabei de citar. E ele não é o único. Só em Direito no Largo São Francisco nós temos três alunos. Isso porque são poucos os que vão para essa escola. Esses

⁵⁷ Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

alunos voltam aqui porque continuam tendo admiração por professores que eles tiveram aqui. Comparam professores daqui com os da Universidade. Nunca é uma comparação passional. Não, é sempre uma comparação sensata. Eles reconhecem que na Universidade não se sentiam como em outro planeta, antes eles já estavam em um ambiente onde eram desafiados. Então eu acredito que nossa escola funciona bem. Essa aferição, a aprovação em vestibulares, dá às pessoas em geral uma medida da qualidade da escola, mantém certo prestígio da escola.

O processo de ampliação da escola foi inexorável. Foi oferecido o Ensino Médio e muitos alunos que fizeram o Ensino Fundamental em outros lugares vieram para cá sem formação ideal. Além disso, os pais preferem centralizar os filhos em uma só escola. Basicamente isso estabeleceu nossa trajetória. Isso funciona, os alunos que têm sua formação escolar de cabo a rabo aqui têm uma outra cabeça. Como acontece em qualquer outra escola também. O aluno Marista, do primeiro ano ao último ano, tem melhor formação do que aquele estudante que fez até a oitava série em uma cidadezinha e depois foi para o Marista. O mesmo acontece com alunos do Regina Mundi, do Platão... São todas boas escolas, apenas vezes ou outras fazem algumas coisas que o *status* permite a escola fazer. Mas no geral são escolas comprometidas e o aluno que faz sua trajetória escolar em uma dessas escolas, ele se identifica com a escola, rende, tem uma formação melhor. Não resta dúvida.

Eu acho nossa escola de Ensino Fundamental muito boa, muito bem tocada. A coordenadora é extremamente estudiosa.

O Nobel de Maringá tem mais ou menos 1500 alunos no curso regular. A população de Cursinho é flutuante. Em Paranavaí temos mais ou menos quatrocentos alunos. Em Londrina a escola está começando suas atividades agora.

Nossa escola de Curso Superior oferece apenas três cursos por enquanto, temos oitocentos alunos mais ou menos. O único curso oferecido pela manhã é uma turma de Direito. Administração, Direito e Turismo são cursos noturnos.

Houve uma proliferação de escolas e a nossa opinião é que elas iriam logo, logo padecer de falta de qualidade. Aliás, isso acontece com muitas delas, isso não é mistério. Muito poucas são as escolas que foram feitas por pessoas que têm vivência com educação. Mas está demorando acontecer um saneamento. Então ficamos nesse compasso. Bom, nós instalamos os três cursos, eles estão sendo reconhecidos na medida em que as primeiras turmas se formam. Os cursos que formaram turmas já estão reconhecidos, na verdade o curso de Administração ainda não formou a primeira turma e já foi reconhecido. A primeira turma

do Direito concluirá o curso em 2005. Ele será reconhecido também porque somos criteriosos em relação ao exigido para se implantar um curso. São necessários dez mil volumes na biblioteca, então a biblioteca terá dez mil volumes. Não tem jeito. Estamos fechando nosso Plano de Desenvolvimento Institucional, uma exigência do MEC, e nele estamos acenando com a possibilidade de criação de mais alguns cursos. Mas por enquanto não pretendemos mudar nada.

Marisa: Quanto às filhas, elas fizeram quais cursos?

Arnaldo: a mais velha, Maria Carolina, fez o curso de Letras e fez o mestrado em Lingüística em Florianópolis, Santa Catarina. Terminou o mestrado agora, em agosto, e já está fazendo disciplina como aluna especial no Doutorado em Londrina. Está trabalhando muito em um projeto para a seleção. Eu estímulo muito, incentivo muito. Hoje, mais do que nunca, é preciso fazer Doutorado, ainda mais na área dela. Há bastante gente nesta área embora não tenha quase sempre qualidade.

A segunda filha, Maria Clara, está cursando Medicina. Embora as duas primeiras filhas tenham um ano de diferença, a segunda entrou na escola mais nova, um ano mais cedo em relação a mais velha. Elas sempre estudaram juntas e tiveram que decidir sobre profissão ao mesmo tempo.

Maria Clara gosta da área de Biologia e pensou fazer Enfermagem. Daí eu argumentei do por que não pensar em Medicina? Não queria que ela fizesse Enfermagem por medo do vestibular para Medicina. Disse a ela que se não conseguisse aprovação numa escola pública, a concorrência é brava, eu custearia uma Universidade particular. É o que estou fazendo, faltam três semestres para ela concluir o curso. Ela está se dando bem, inclusive neste final de semana ela esteve aqui, neste semestre ela não tinha vindo nenhuma vez porque já está no chamado internato. Foi bom porque pudemos conversar sobre a vida no hospital e ela comentou como é terrível o trabalho de enfermeiro.

A filha mais nova, Maria Claudia tem vinte anos, cursa Direito e adora. Há um ano, ela arrumou um estágio, trabalhou uns seis meses de graça até que o “cara” achou que poderia pagar “duzentão” por mês para ela. Ela trabalha oito horas por dia e as notas dela melhoraram depois que começou trabalhar. Ela própria conseguiu o estágio, eu poderia até facilitar um pouco, conheço muita gente, como temos a Faculdade de Direito, talvez não fosse muito difícil. Mas eu me neguei fazer isso, a pessoa poderia se sentir constrangida, poderia aceitá-la a contragosto ou tratá-la de forma diferenciada. Comparei o trabalho dela ao exercício de

musculação, quando se paga para carregar peso, se carrega peso porque se quer. Ela carrega peso porque quer, porque se não quiser pode parar, ela não está obrigada a trabalhar para se sustentar nem nada. Achei que um estágio de meio expediente seria o ideal para não prejudicar o estudo, mas ela não conseguiu. As notas dela melhoram porque quando o tempo é curto a pessoa se organiza melhor. Se ela tem um trabalho para entregar daqui a quinze dias e o tempo livre é amanhã, ela fará o trabalho amanhã. Quando não se tem compromisso, ah daqui a quinze dias, tem tempo!

Graças a Deus, as meninas são uma bênção. Nossa senhora! Não gosto nem de falar porque parece que sou coruja e eu não sou... Neste sentido fui abençoado sabe? As meninas são muito responsáveis. Elas reconhecem que é dada liberdade, mas exige-se responsabilidade delas. Elas sabem administrar bem isso.

Marisa: suas filhas também o acham bravo?

Arnaldo: Não, eu não sou bravo, Marisa. Falam que o Piloto é o bicho e tal. Mas não é nada disso. O problema é que durante muito tempo o precipício era aqui e meus calcanhares estavam aqui...

Quanto às minhas filhas eu sempre fui muito rigoroso em relação às responsabilidades, trabalho é trabalho, diversão é diversão. É preciso procurar ser o mais sério possível né? É preciso pensar nisso quando se fala de escola. As atitudes dos professores contribuem muito para o estado de degradação em que se encontra a profissão docente. Eu vejo professores querendo fazer média com aluno. Não tem nada disso. Eu gosto do convívio com os alunos, não me nego a uma conversa, empresto livros e tal, brinco. Não recuso uma brincadeira desde que no momento que eu digo: agora vamos ter aula, acabe a brincadeira. Para que não se crie clima de muita liberdade acho que vale a pena tomar cuidado com o vocabulário. O pessoal é muito relaxado, falam palavrões adoidado, não gosto disso, acho inconveniente.

Vivemos uma situação complicada, a garotada não tem a relação respeitosa que deveriam ter com os professores, como eu tive com os meus. Adorava meus professores, a grande maioria deles. Um ou outro era cabeça de bagre, mas mesmo assim eu tinha respeito, sabia reconhecer que o professor sabia mais do que eu. Por isso que eu falei para você: nunca tive intenção de colocar ninguém na parede. Até poderia fazer isso, tenho certeza que passei por muitos professores que tinham lido muito menos do que eu. Mas em alguma coisa ele sabia mais do que eu e não estávamos lá para demonstrar o que eu sabia, o quanto tinha lido mais do que ele.

Não que os alunos tenham malícia para fazer uma pergunta que o professor não saiba responder, eles não têm. O problema não é esse. Eu guardei um recorte de jornal com uma notícia de que na Alemanha, por exemplo, as escolas estavam criando cursos de boas maneiras porque é necessário ensinar a molecada falar, "por favor", "obrigado". Na Alemanha! Isso porque as famílias não estão fazendo ensinando o mínimo de cortesia.

Em vez das pessoas do governo falarem asneiras, do tipo "o aluno vai aprender na escola aquilo que é útil para a vida", eles precisavam falar para as famílias: "mandem seus filhos para a escola e peça para eles respeitarem os professores. Os professores ajudam os pais a criar os filhos. Agora, os infelizes dos professores têm o maldito Estatuto do Menor e do Adolescente a cercear o trabalho deles. Os políticos sabem as besteiras que eles fazem e criam leis para tentar remendar a dor de consciência que eles têm. Uns troços absurdos. Hoje eu vi uma notícia no Jornal Nacional que me chamou atenção. Em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, aconteceu uma reunião para discutir o Estatuto do Menor e do Adolescente. A cidade de Santo Ângelo tinha sido escolhida porque lá havia ocorrido experiências exemplares nesse sentido. Lá o garoto, pequeno infrator, precisa assistir aula e também prestar algum tipo de serviço. Limpar a praça, por exemplo. Trabalho é bom, faz bem para o corpo, meu pai viveu até os 85 anos, lúcido, uma maravilha de pessoa, sempre trabalhando. Ele morreu quando não conseguiu mais trabalhar. Enquanto conseguia trabalhar dava gosto conversar com aquele velhinho, sabia de tudo, dinâmico, ativo, fazia exercício com os braços, com o corpo e mantinha a mente sadia. Trabalho é ótimo, não estou falando isso porque eu quero convencer meus empregados a trabalhar para mim não. Estou falando porque eu trabalho. Alguém que ficar sem trabalhar morre. É preciso corrigir o equívoco proveniente da nossa colonização portuguesa de que trabalho é coisa degradante. Com isso nós entramos no campo das éticas. Mas que ética que eu vou ensinar? A boa ética, para mim, é a ética do trabalho, não a ética que permite aposentadoria aos 35 anos. O Estatuto, no lugar de proteger o menor desprotegido, dá guarida ao menor super-protegido, o filhinho de papai. Não se pode falar nada para ele que o pai ou a mãe dele vêm aqui e, daí é preciso convencer o "cara" que ele não tinha nada que vir aqui. O moleque dele precisa respeitar os professores e se ele não gosta disso, tire o filho dele daqui. Eu não vou demitir um professor porque aquele aluno pediu. Isso nunca vai acontecer e nunca aconteceu, Graças a Deus. Mas o que incomoda no Piloto não é só a braveza, mas também uma série de outras coisas. Inclusive, estes mitos como o que você citou, "nossa o 'cara' é muito inteligente". Outro dia uma aluna falou isso para mim: "ah professor o senhor fica me olhando assim com um jeito que parece que eu não sei nada". "Mas é claro que você não sabe nada porque se soubesse não seria minha aluna. Eu sou o

professor e tenho consciência que você não sabe. Você precisa entender isso: se o professor achar que é um defeito você não saber, está maluco, está no lugar errado. Aluno é aquele que não sabe e isso não é pecado. É assim que tem que ser. Ensinar ao aluno o que ele já sabe, alguma coisa está errada. Você está aqui exatamente para fazer as perguntas que quiser e eu para respondê-las”. É preciso não esquecer que muitas vezes a palavra do professor tem muito peso. É preciso estar atento para o fato de que você fala uma coisa e o aluno acha que você está querendo falar outra.

3.2.3 Textualização 03: Entrevista com o professor Wilson de Matos Silva

3.2.3.1 Apresentação

O professor Wilson de Matos Silva é Sócio-Gerente do Colégio Objetivo de Maringá e também Mantenedor e Reitor do CESUMAR – Centro Universitário de Maringá –, na cidade de Maringá, estado do Paraná. A entrevista foi realizada nos dias 25/01/2006 e 19/02/2007, na sala da reitoria do CESUMAR.

3.2.3.2 Entrevista

Vou contar a minha história de vida. Você não vai perguntar nada por enquanto, depois que eu terminar minha história você faz as perguntas que quiser. Meu nome é Wilson de Mattos Silva, nasci em 1947, na cidade de Jaguapitã, no Paraná, na zona rural chamada Água da Baiela, hoje município de Santa Fé. Em 1951, com quatro anos de idade, mudei com os meus pais para Maringá, isto é, para a zona rural de Iguatemi. Ali ficamos até eu ter dez anos de idade. Em seis anos moramos em três propriedades rurais. Meu pai era colono de cafezais, aqui na região de Iguatemi. Em 1957, mudamos para Maringá. Eu sou o quarto filho de um grupo de dez, tive nove irmãos. Atualmente, oito estão vivos, um faleceu adulto com trinta anos de idade. Apesar de ser um trabalhador rural, meu pai queria que todos os filhos estudassem. Ele sonhava com uma profissão para cada filho. Eu ia ser Guarda Livro. Você

sabe o que é Guarda Livro? Guarda livro é um contador que guardava os livros das empresas. Fazia os apontamentos necessários e guardava os livros.

Meu pai era um trabalhador rural, mas era um homem que lia muito. Ele era de uma família grande também, mas era o único que tinha um desenvolvimento cultural e intelectual significativo, em que pese ter freqüentado um ano só de escola. Mas meu pai mantinha uma biblioteca em casa, cultivava uma ideologia muito forte. Eu fui influenciado por duas ideologias do meu pai: uma foi a ideologia comunista e a outra a ideologia cristã. Duas ideologias incompatíveis, na época. Hoje não vejo incompatibilidade, em que pese o comunismo ter extinguido a Igreja, Católica e Protestante, sob o pretexto que a igreja era o “ópio do povo”. Em verdade, da forma como a Igreja foi estruturada, durante milênios, ela era o ópio do povo mesmo. Principalmente a Igreja Católica, que usava o peso da parceria com o Estado para manter o povo subjugado ao seu domínio. A Igreja era aliada ao Estado. Não havia interesse em seu desenvolvimento, inclusive a missa era em latim. Você pode imaginar, entrar na igreja hoje e durante duas horas ouvir as pessoas falando em uma língua que você não entende? Muito bem, então meu pai era um homem de pouca escola, mas era um pensador, lia muito. Todos os sábados ele vinha à cidade fazer compras e levava um picuá. Picuá era um saco de transportar coisas, que se colocava no animal, ele tinha dois lados para poder equilibrar o peso entre os dois lados e não cair. Daí ele levava os jornais da semana e levava livros também. Isso, para um trabalhador rural na década de cinqüenta, era inédito.

Aos domingos nós caminhávamos sete quilômetros pela estrada. A partir de mim, eu e meus irmãos mais velhos caminhávamos a pé atrás do meu pai e minha mãe, que iam numa carroça com meus irmãos mais novos para uma Igreja Evangélica. Essa foi minha disciplina de vida e dou graças ao meu pai e a Deus ter seguido esse caminho. E também à Igreja Evangélica ela, que desde a Reforma Protestante, tenta libertar o homem em todos os sentidos, não só no sentido espiritual. Tanto Calvino⁵⁸, quando fez a reforma em mil cento e pouco, e depois Lutero⁵⁹, se preocuparam em ensinar o povo a ler. Então eles fizeram as

⁵⁸ João Calvino (de seu verdadeiro nome Cauvin) foi o líder francês da Reforma Protestante. Filho de um nobre de Noyon foi destinado à carreira eclesiástica. No entanto, em 153, tornou-se adepto dos reformadores evangélicos. Escreveu em 1536 a obra “Instituição da religião Cristã” que foi considerada como a carta da religião reformada. Em 1541 fundou em Genebra uma Igreja conforme seus desejos e transformou a cidade numa cidade-igreja, regida pelos princípios do Evangelho e um centro de difusão da doutrina que foi denominada “calvinismo”. Junto a Martinho Lutero é considerado figura chave na Reforma Protestante. (Larouse Cultural, v.5, p.1068-1069)

⁵⁹ Martinho Lutero, teólogo e reformador alemão, foi precursor da Reforma Protestante na Europa. Nascido na Alemanha foi ordenado padre pela Igreja Católica em 1507; era doutor em Teologia, ensinou na Universidade de Wittemberg a partir de 1513, mas suas idéias eram contrárias às pregadas pela Igreja Católica. Sua doutrina, salvação pela fé, foi considerada desafiadora pelo Clero Católico. Lutero a tornar públicas, em 1517, as 95 teses que marcaram o início da Reforma. Ele não pretendia abandonar a Igreja, mas suas polêmicas com os teólogos romanos acabaram implicando sua condenação por Leão X, em

igrejas e no fundo da igreja, fizeram uma escola. Eles queriam que as pessoas lessem por conta própria, principalmente lessem a Bíblia e juntamente com os teólogos a pudessem entender. Queriam que as pessoas aprendessem a interpretar. Aí começou a desenvolver a capacidade de pensar do ser humano, quando ele aprendeu discutir os princípios bíblicos. E ao discutir os princípios bíblicos, estende-se este entendimento para os princípios humanos, uma coisa ligada com a outra. Aí começou a libertação do ser humano. Há um princípio bíblico que diz o seguinte: “Conhecereis a verdade e a verdade os libertará...”⁶⁰. E essa verdade no ponto de vista dos protestantes, não é só no sentido vertical, é no sentido horizontal também. Porque a própria pesquisa na Academia sempre busca a verdade. Ela vê o que está posto e aí busca no laboratório as comprovações. Por isso muitos conceitos ao longo da história foram mudados, a verdade nós encontramos nos laboratórios. E o mundo passou por todas as transformações vividas até hoje. Portanto, o desenvolvimento das pessoas na minha forma de crer, começou com a Reforma, com essa visão propiciada pela Reforma Protestante. Foi com essa nova visão dada ao povo que começou a queda da Bastilha e tantas outras quedas, que se implantou no mundo um novo reino, um novo modelo de regime. Sem isso nós ainda estaríamos sob o domínio vertical de um imperador, do G7⁶¹ e da Igreja junto. Então... a primeira visão de desenvolvimento, a visão empreendedora, foi da Igreja. E a Igreja Protestante mantém até hoje esse trabalho. Há uma grande fábrica de líderes dentro da Igreja Protestante. Vou dar um único exemplo. Eu tenho já alguns netos. Eu tenho um neto de um ano de idade que já participou de um teatro, uma apresentação num palco com quinhentas pessoas assistindo. Ele vai crescer se apresentando no palco duas, três vezes por ano. Quando tiver dois anos, três anos, cinco anos, dez anos... Então quando ele for um adolescente, ao invés dele ser uma pessoa introvertida, tímida e tal, ele vai estar acostumado à apresentação para centenas e centenas de pessoas. Isso acontece tanto na parte teatral quanto na parte da música. A Igreja Evangélica divide as pessoas em grupos pequenos e todos participam, ninguém fica sentado no banco. Todos participam, um grupo aqui, outro grupo ali e tal. Com isso há o desenvolvimento na comunicação, o desenvolvimento de enfrentar o público, aprende-se falar em público. Essa é uma grande barreira que a maioria das pessoas tem e muitos não conseguem reverter. O objetivo é romper a barreira dos complexos,

1520. Traduziu a Bíblia para a língua alemã, organizou sua Igreja, dotando-a de um Catecismo, regulamentando o culto e uma liturgia em que era ativa a participação dos fiéis. Assim, a partir do século XVI, foram criadas as primeiras Igrejas Luteranas. (Larouse Cultural, v.15, p.3689-3690).

⁶⁰ Capítulo 8 do Evangelho segundo São João, versículos 31 e 32

⁶¹ Criado em 1975 por iniciativa do Presidente Valéry Giscard d'Estaing, o "G7" reúne os representantes dos sete países mais industrializados do mundo: Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Estados Unidos da América e Reino Unido.

principalmente dos complexos de inferioridade. A Igreja tenta atingir a todos, ela estabelece oportunidade para todos. Agora, é claro que muitos fogem desses momentos, da oportunidade de se integrar. Mas a Igreja tem metodologias para integrar a todos, isso é que é importante. É a forma macro.

Outro exemplo, você pode verificar: países que foram colonizados por países que eram de linhas protestantes, assim dizendo de uma forma mais radical, são países que se desenvolveram. Os Estados Unidos da América é fruto disso. A Inglaterra na época da colonização dos EUA, em que pese até hoje ter rainha lá, já era um país de visão democrática, de uma Igreja Protestante forte. Com a Inglaterra começou o desenvolvimento americano. A Dinamarca e muitos países que conseguiram sair desse domínio rapidamente implantaram verdadeiras democracias. Claro, o primeiro modelo de democracia é da Grécia Antiga, e tal. Mas no mundo moderno, da Idade Média pra cá, foram Lutero e Calvino quem implantaram um sistema representativo, para tirar a força de um único cidadão que pretenda mandar em tudo. Até hoje as Igrejas historicamente Protestantes defendem esse modelo de governo. Na Igreja, nós não temos um presidente. Aliás, temos um presidente, mas não é um presidente permanente. Em nossa Igreja, por exemplo, que é a Igreja Presbiteriana Independente⁶² ou Presbiteriana, nós temos o presidente da assembléia geral. A partir de amanhã à noite, essa assembléia geral da igreja Presbiteriana Independente do Brasil, se reúne aqui em Maringá. Durante quatro dias, é um Concílio. Esses membros da assembléia geral são membros de células regionais, chamados presbitérios. Os membros dos presbitérios representam todas as Igrejas da região. Então, das igrejas da região são eleitos alguns representantes para os presbitérios dos presbitérios; daí sai alguns representantes para o Supremo Concílio, chamado Assembléia Geral é que a instância que normaliza a Igreja, que discute os problemas sociais, os da Igreja, traça uma visão de futuro etc. Ela se vai se reunir em Maringá, o Brasil todo estará aqui. Então esse é um modelo representativo, que não é presidencialista, mas é extremamente representativo da base para o topo e tira a força do topo. O sistema presidencialista é muito forte e se o presidente errar será em nome de toda uma organização. E esse presidente só se torna presidente quando essa assembléia está reunida, fora isso não é ele o presidente da Igreja. Há uma comissão executiva que, em nome desse Concílio, toma as decisões. É um modelo muito interessante.

⁶² Segundo Reis (2004), diversas famílias evangélicas mudaram-se para Maringá a partir de 1946 e passaram a promover cultos em suas residências. Mas logo surgiram as três primeiras igrejas pioneiras: as Igrejas Presbiteriana Independente, Assembléia de Deus e Metodista. A Igreja Presbiteriana Independente instalou seu templo em 1947, embora o trabalho de evangelização tenha se iniciado, segundo o autor, dois anos antes.

Todos meus parentes eram protestantes, evangélicos. E esse povo tem visão empreendedora, eles sempre foram para frentes pioneiras, novas frentes. Isso levou a gente, a mim e meus irmãos, sermos empreendedores. Empreendedores do ponto de vista protestante. A história da minha família começou ali em Bauru, na cidade vizinha, Agudos. A origem da minha família é de lá. Meu pai se converteu politicamente para a ideologia de esquerda nos movimentos de terra, que surgiram na região de Porecatú, onde tinha os posseiros e os grileiros. Meu pai foi um dos primeiros posseiros dessa região do estado de São Paulo. Jaguapitã pertenceu a esse movimento de Porecatu. Procura na história que você vai encontrar os grandes movimentos de posseiros de terra de ordem católica na década de quarenta. A história conta a respeito dos movimentos de Porecatu, mas esse movimento atingiu toda aquela região. Meu pai veio do Estado de São Paulo em 1942, como posseiro, e se instalou ali na região de Jaguapitã. Ele assumiu um lote de terra que era do Estado, era tudo terra do Estado na época. Só que a terra não tinha dono, cada um entrava, marcava um trecho, derrubava a mata e ficava. De repente o governo estadual, começou a entregar as terras para as grandes loteadoras ou para gente vinculada ao poder, lá de Curitiba, que não tinha nada a ver com o Norte. Não tinha nem estrada que ligasse Curitiba ao Norte do Paraná naquela época, não é?

O Norte do Paraná foi colonizado via São Paulo, passando pelo Rio Paranapanema. E de repente, os donos das grandes áreas começaram chegar e a terra já estava habitada. Daí essas pessoas contratavam os jagunços para matar os posseiros. Ou saía ou morria. E a própria policia trabalhava em favor daqueles que adquiriam as escrituras através do governo do Estado. Bom, aí veio a mobilização... Vieram pessoas que começaram a organizar a resistência. Para organizar a resistência e mobilizar os trabalhadores posseiros, claro, vieram aquelas pessoas voltadas pra área comunitária e tal. E aí aconteceu um trabalho de difusão das ideologias de esquerda, da união, da defesa do pobre e tal. Mas isso não dá certo, hoje eu não sou mais da esquerda. Mas eu vivi isso, tive a grande oportunidade de viver isto, numa época em que o mundo era bipolarizado. Só pra concluir esta tese, é o seguinte: quem ficou em cima do muro, os jovens que ficaram em cima do muro na década de sessenta, não fizeram nada da vida. Você tinha que ser pró- Estados Unidos ou tinha que ser pró-União Soviética, o mundo era bipolarizado. Os dois países disputavam “palmo por palmo” no mundo todo. Nenhum governo conseguiu ser independente, sobreviver independente da Rússia ou dos Estados Unidos da América, ou dos dois ao mesmo tempo. Ou se aliava a um ou ao outro, não se conseguia viver sem influência de um ou de outro. E, aí, a ditadura foi implantada amplamente no mundo, porque a Rússia precisava da ditadura, os comunistas sempre

sobreviveram com ditaduras, ditaduras de esquerda. Por outro lado, os Estados Unidos da América, para garantir a manutenção dos seus países aliados, também tentavam ditaduras militares, linha dura, para resistir ao outro lado. Desta forma a sociedade precisava fazer uma opção e eu, ainda jovem, orientado pelos meus pais, fiz opção pela esquerda. E era um sonho, não é? Era um sonho. Eu tinha quinze anos, era adolescente, aquele fervor todo. Era lindo chegar para uma pessoa e falar: eu sou de esquerda, sou comunista. Por quê? Eu quero igualdade para todos, que todos os bens sejam distribuídos de forma igual para todos, que o salário de todo mundo seja igual. Teoricamente é lindo isso. Mas na prática não funcionou. Acabou o bloco soviético. Para manter isto, a igualdade das pessoas, é preciso o uso da força porque as pessoas não são iguais na sua vontade, na sua forma de ser, em seu empreendedorismo, na sua forma de ver o mundo, nos seus desejos, nas suas vontades. São iguais como seres humanos, mas a formação, a cultura, o berço, cada um é um, cada um é um. E o ser humano precisa ser liberto. Mesmo quando eu estava já na Universidade ainda era um rapaz de esquerda. Eu estudava na Universidade Federal de Santa Catarina e provocava um pouco os meus professores. Nós tínhamos uma disciplina própria de Estudo dos Problemas Brasileiros, chamada EPB. Ela surgiu com a revolução pelos militares. O meu professor era um General do Exército, lá em Santa Catarina. Mesmo assim, nós estudantes o provocávamos. Mas ele era um homem muito sábio. Só pra encerrar essa parte, ele contou uma história que eu gostei muito, uma rápida história. Um dia nós o provocamos e ele respondeu: “Oh, vocês querem mesmo saber qual a diferença entre o capitalismo e o comunismo?” Nos ficamos ávidos por ouvir um general e o que ele ia falar mal da esquerda. Na época a União Soviética dominava, crescia, parecia que era próspera. Mas foi uma porcaria né? Aí ele contou a seguinte história: “Dois cachorros se encontraram numa esquina de Paris, da grande cidade Paris. Um cachorro era bonito, roliço e o outro era magricela, esfomeado, vivia virando latas na rua. Aí o “vira-latas” olhou para aquele cachorro gordo e falou: “ué, mas... ‘perai’ cara, você tá aqui na rua. Cadê? Não tá no cabresto de ninguém e está aqui na rua como eu. De onde você vem que está gordo, bonito assim?” Ele respondeu: “Eu vim da União Soviética. Acabei de sair de lá.” “Mas você, gordo, bonito assim, saiu de lá? Pô, e eu sendo daqui, estou tão magricela!” Vou abrir aspas: claro, para todo mundo a primeira aspiração de quem luta pela vida é a comida, né? Aí nisto, dando continuidade à história, passou um cidadão e despercebidamente pisou no pé do cachorro magro e ele imediatamente virou e mordeu o calcanhar do cidadão. O cidadão ainda deu uma corridinha, mas percebeu que tinha pisado no pé do cachorro, não deu mais importância a ele e foi embora. Aí os dois cachorros voltaram a conversar e o cachorro gordo disse para o magro: “Sabe por que eu sai da União Soviética?”

Exatamente por causa disso que aconteceu com você agora”. O outro retrucou: “Ué! Mas um cidadão, um homem pisou no meu pé, foi essa a única coisa que aconteceu”. “Mas você teve a liberdade de morder o calcanhar dele. Lá, como você mesmo disse, sou gordo, tinha comida, mas quando alguém pisava no meu pé eu não podia morder o calcanhar de ninguém”. Ou seja, é a questão da liberdade. Se o ser humano não tiver liberdade, nada mais o completa. O fundamento da vida humana é a liberdade. Então, o ser humano, em outras palavras, concluindo o pensamento do meu professor, ele prefere passar necessidade e ter liberdade, prefere a liberdade à comida. Pergunta: Alguém na cadeia, pode enchê-lo de comida, fazer banquete lá, pergunta se os presos seriam felizes lá. Liberdade, o que num país comunista nunca foi possível. Não é possível manter um regime de desenvolvimento com liberdade plena. Porque alguns têm perfil para pesquisador, gostam de viver fechado dentro de uma salinha, não querem conversar com ninguém, querem ser excelentes pesquisadores. O outro é um comunicador, um falante, um empreendedor, quer outro caminho. Ele quer correr risco, quer tentar, quer acertar, não tem medo de errar e tal. Isso é a liberdade do ser humano, que possui perfis e personalidades diferentes. E você não sabe o que é uma sociedade programada. Lá é uma sociedade programada, eu quero tanto dinheiro, tantos médicos, tantos operários. E na União Soviética a sociedade era programada.

Por isso que meu pai queria escolher uma profissão para cada um dos filhos. Eu ia ser “guarda livro”. Meu pai era filiado ao partido comunista. Na época da Ditadura Militar ele enterrou, chorando, todos os livros de sua biblioteca. A polícia vistoriava a casa das pessoas suspeitas e caso achassem um livro de ideologia de esquerda, na casa de alguém, a pessoa era presa. Nessa época nós já morávamos no Jardim Maringá. Em 1964, meu pai era guarda noturno do IBC, Instituto Brasileiro do Café. Nós morávamos numa casa dentro do IBC. Ele fez um buraco lá, naquele espaço. Hoje não existem mais, certamente, esses livros. Não me lembro onde, exatamente o lugar, que ele os enterrou. O procedimento era assim: eles interrogavam a pessoa suspeita sobre envolvimento com ideologias da esquerda, a pessoa negava. Aí eles buscavam algum vestígio na casa da pessoa. Caso encontrassem alguma literatura de esquerda, de autores de esquerda como Karl Max e tantos outros da época como Prestes, Luis Carlos Prestes⁶³, era o suficiente como prova para prender a pessoa. Entendeu? Então o Partido Comunista passou a viver na clandestinidade nessa época, ele era um partido ilegal. Só mais tarde voltou à clandestinidade. Nessa fase, eu estava fazendo o Ensino Médio e já trabalhava. Eu terminei o Ensino Médio em 1969, ou melhor, em 1968. Eu terminei o

⁶³ Luis Carlos Prestes foi militar e secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro.

Ginásio, o antigo Ginásio, em 1965; em 1966, 1967 e 1968 cursei o Ensino Médio. A Revolução foi em 1964, não é?

Em 1963 houve um Congresso de Trabalhadores aqui em Maringá, já sobre a égide do Brizola⁶⁴. O comunismo crescia muito no país com o apoio do Governo Federal e foi aí que o Brizola caiu né? Ele era o Presidente, quero dizer ele era Vice-presidente. Passou a ser Presidente com a renúncia de Jânio Quadros⁶⁵. O movimento de esquerda tinha apoio de várias lideranças do governo e a Igreja Católica resistia aos movimentos de esquerda na época. Então, é muito interessante esse lance: aconteceu um Congresso dos Trabalhadores Rurais de Maringá. E, claro, era promovido pela esquerda. Eu participei do Congresso, compareceram o Julião, Miguel Arrais⁶⁶, Brizola. Cometi um engano. Brizola era governador do Rio Grande do Sul na época, né? É... eu falei de Brizola, mas era João Goulart. Eu falei Brizola agora a pouco, mas era João Goulart o Presidente da República e o Brizola, que é parente, cunhado dele, era governador do Rio Grande do Sul. Grandes lideranças, governadores e tal, vieram coordenar os trabalhos, o Congresso dos Trabalhadores Rurais. O Partido atuava muito nessa base, dos rurais, dos sindicatos rurais. Hoje não é muito diferente ainda. E, aí, a direita se mobilizou, atacou com pedras, paus o local onde se realizava o Congresso. O Congresso estava acontecendo em um armazém desocupado na Avenida Brasil, acima da Avenida Paraná. O confronto foi na Avenida Brasil, entre as Avenidas Paraná, Brasil e a Rua Silva Jardim. Naquela noite do ataque, as lideranças do Congresso suspenderam as atividades. Lideranças da direita mobilizaram certo número de pessoas que ficaram dentro do Colégio Marista, se reuniram lá, até quando saíram para rua para fazer o quebra-quebra. Mas como o governo da época apoiava a esquerda, foi deslocada polícia pra valer pra cá. Os policiais se hospedaram em vários hotéis e à noite saiam pela rua em batalhões, prendendo, dando pancada em quem estivesse na rua.

Maringá era uma cidadezinha provinciana, mas muito solicitada. A sociedade daquela época participava muito da vida da cidade. O que me incomoda muito atualmente é ninguém tomar partido de lado nenhum. A juventude vive hoje como se o mundo fosse acabar amanhã. Quer curtir tudo, tomar tudo, sair com todas e todos hoje, porque amanhã o mundo não vai existir mais. Naquela época nós tínhamos visão de futuro. Eu desafio nossa juventude constantemente, a gente tem que assumir uma postura, tem que ver o que está proposto, não

⁶⁴ Leonel de Moura Brizola foi presidente nacional do PDT – Partido Democrático Trabalhista. Foi eleito governador gaúcho em outubro de 1958.

⁶⁵ Jânio Quadros foi filiado à UDN – União Democrática Nacional. Assumiu a presidência da República em 31 de janeiro de 1961. Seu vice-presidente foi João Goulart, filiado ao PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

⁶⁶ Miguel Arraes foi presidente nacional do PSB – Partido Socialista Brasileiro.

se pode viver no marasmo. Vocês têm vinte anos hoje? Vocês vão viver até os cem anos, têm oitenta anos de vida pela frente! A cada dia aumenta mais a expectativa de vida dos jovens. Naquela época a gente tinha essa visão não imediatista. Bom, eu saí na rua com meus irmãos para ver o que ia acontecer, já que o Congresso estava suspenso. Aí o movimento aconteceu, a polícia de um lado, ocupando uma rua inteira. Eu estava num dado momento naquela rua e a polícia entrou atropelando todo mundo. Eu era um menino, garoto de quinze anos. E, aí apareceu um pelotão de um lado e de outro e a polícia simplesmente batia porque tinha um toque de recolher na cidade. Quem não se recolheu... Eu estava no meio, e escapa aqui de uma “borrachada” de um cassetete, escapa de outro... Levei um bocado de “borrachada”. Mas consegui furar o bloqueio e corri para minha casa. Muita gente foi presa, ficou machucada, internada e tal. Então, participei disso na década de 1960. Arrendo-me? Não. Eu não fiquei “em cima do muro”, tomei partido. Quem tomou partido naquela época era gente que tinha iniciativa, que tinha visão de futuro, que tinha um pouquinho de vontade de fazer alguma coisa.

Em minha época de universitário não me envolvi mais em coisas assim. Já não acreditava no movimento, já havia o desgaste da União Soviética. Eu já era casado também, fui para a Universidade depois de casado. Eu casei em vinte e dois de fevereiro de 1969 e neste mesmo ano comecei o Curso Superior, mas já com maiores responsabilidades. Vou fazer trinta e oito anos de casado, dia vinte e dois agora e com a mesma esposa. Quando nos casamos ela estava no segundo ano da Escola Normal, que era o curso de formação de professores na época. Ela fez o primeiro ano de Escola Normal no Colégio Santo Inácio e o segundo, terceiro ano no Instituto Estadual de Educação.

Nessa época eu trabalhava numa retificadora, trabalhei lá nove anos. Era a Retificadora Maringá, Rua José de Carvalho, nº. 76. A empresa está lá até hoje. Entrei lá ainda menino, tinha 13 anos, sai com 21 anos, já casado, para ir para a Universidade Federal de Florianópolis. Foi uma grande escola para mim trabalhar lá. Entrei menino, meu serviço era na rua, comprava peças com bicicleta. Caso faltasse no estoque alguma peça para o conserto de um motor, o pessoal da seção ligava para uma loja de acessórios e me mandavam buscar a peça. Na verdade eu não comprava, apenas buscava as peças. Eu era um *office boy*, entrei lá como *office boy*. Eu passei por todos os níveis da empresa, por todas as fases e postos da empresa. Trabalhei na seção de acessórios, fui relações públicas, exerci uma chefia ali dentro. Quando sai da empresa para estudar em Florianópolis, fui atrás de aulas, sobrevivi

por minha conta lá, eu e minha esposa. Quando eu casei, ganhava um salário mínimo e meio aproximadamente.

A visão política do meu pai era altamente contestadora em relação ao que estava posto. Com essa visão ele me levou a fazer uma análise crítica do contexto do mundo na década de 1960. Além disso, uma visão assim incita à leitura. E quem lê desenvolve uma visão mais tranqüila de mundo, mais participativa, mais inserida em um contexto que foge do famoso senso comum e começa a elevar o ser. Esse é o papel da escola, né? Tirar a sociedade do senso comum. Dizem que o brasileiro é muito criativo. Eu pergunto: criativo em que, gente? O que nós criamos no período do século XIX a século XX? Época da ressonância magnética, da antena parabólica, da turbina do avião a jato, do satélite. O que nós criamos? É verdade que nós somos criativos no senso comum, mas não no senso científico. O que diferencia hoje uma nação da outra é o senso científico, é a capacidade de criar e inovar. E criar e inovar significa criar e inovar em alto nível, porque a sociedade avançou muito. Então essa é uma crítica que eu faço a tal da “criatividade brasileira”, que não sei onde está. O senso comum não resolve mais nada, senso comum é uma criatividade para sobrevivência em condições adversas. O brasileiro sempre precisou ser criativo para sobreviver, porque as condições sempre foram adversas, não é? Nunca tivemos um bom nível de empregabilidade, nunca tivemos facilidade de acesso ao ensino, tanto ensino fundamental, médio ou superior. Eu mesmo sou fruto de uma seleção do chamado “exame de admissão ao ginásio”. Aos onze anos de idade, nesta época só existiam vagas para vinte por cento das crianças que deveriam continuar os estudos. Ali já começava a primeira seleção. Somente passaram por esse gargalo as pessoas criativas, que tiveram boa leitura, que já fossem um pouco empreendedoras e tal. Pessoas que já se destacassem, que já fossem um pouco diferente no seio da sociedade. Esse exame foi a grande barreira das pessoas da minha faixa etária.

Eu fiz o primeiro ano primário, aqui em Maringá, no Colégio João XXIII, com dez anos de idade. Como meu pai era trabalhador rural ele sonhava em educar os filhos. Mas na roça, naquele tempo, não tinha escola e quando tinha era só até a quarta série. Eu tenho três irmãos mais velhos, que já tinham terminado a quarta série. Então, o sonho do meu pai era mudar para Maringá e a gente queria morar aqui na região. Em 1957 nós mudamos para dentro da cidade, fomos morar no fundo da Vila Operária. Meu pai foi contratado como

guarda noturno na SANBRA – Sociedade Algodoeira do Noroeste do Paraná⁶⁷. A escola da zona rural era precária. Além disso, nós mudávamos muito, vivíamos de sítio em sítio. Eu não tinha terminado o primeiro ano, tinha começado três vezes e não tinha terminado. Daí, no João XXIII, eu fiz o primeiro ano. Há pouco tempo trouxeram de lá o meu histórico escolar. Eu fui excelente aluno. Claro, eu era o mais maduro da turma. Meus colegas de sala tinham a idade normal para a primeira série, em torno de sete anos e eu tinha dez. Então, eu tinha obrigação de ser um dos melhores alunos da sala e realmente minhas notas foram muito boas. Cursei o primeiro ano no Colégio João XXIII, o segundo ano no Colégio Osvaldo Cruz e o terceiro e o quarto anos numa escola que extinguiu, chamava Castro Alves.

Bom, meu pai trabalhou na SANBRA vários anos. Posteriormente, em 1960, uma pessoa vendeu para ele uma padaria, totalmente a prazo, porque meu pai não tinha dinheiro. Como éramos em muitos filhos, era fácil tocar uma padaria, que dependia muito de mão de obra. Essa padaria chamava-se: “Padaria Progresso”, ficava na Avenida Brasil, próxima à Praça do Peladão⁶⁸. Próximo do Posto Maluf⁶⁹, um pouco acima. Daí nós mudamos para o fundo da padaria.

Nessa época eu já tinha treze anos. Eu era encarregado de cortar lenha, esquentar o forno à tarde, era o forno a lenha. Pela manhã eu ia à escola. Eu dormia à tarde e no final do dia eu fazia isso. Eu trabalhava à noite também, ajudando a fazer pão. Era auxiliar de padeiro, dormia em torno de três horas da madrugada. Dormia das três horas da manhã até as cinco horas. Às cinco horas, pegava uma bicicleta de carga, com treze anos, colocava sacos de pão no suporte de carga e ia entregar pão de madrugada, de casa em casa. Naquela época era muito comum isso. As padarias mais fortes tinham um carrinho, uma carroça puxada por um cavalo. Meu pai não tinha dinheiro pra comprar carroça, então nós entregávamos o pão de bicicleta. Quando chovia entregávamos a pé, colocávamos os pães em dois sacos, amarrávamos um no outro, e entregávamos o pão de madrugada de casa em casa. Eu e um irmão éramos entregadores de pão. Desde cedo já foi uma vida de muito trabalho, de muita ocupação. Meu pai tocou a padaria durante uns três anos e meio, quatro anos, ali no Maringá Velho, um local próximo ao Maringá Velho. Naquela época só um lado da Avenida Brasil era

⁶⁷ SANBRA - Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro.

⁶⁸ Praça do Monumento ao Pioneiro.

⁶⁹ O “Posto Maluf”, na verdade “Posto Santo Antonio”, foi o primeiro posto de combustíveis do Maringá Novo. O proprietário, senhor Alfredo Moisés Maluf, foi um grande líder local. Por monopolizar as ações pioneiras na região do seu estabelecimento comercial, o senhor Maluf fez do posto uma referência em Maringá. Provavelmente poucas pessoas saibam o nome da Praça na qual o posto está localizado, mas é certo que a referência “praça do Maluf” é uma demarcação comum à comunidade maringaense, embora o posto não seja mais de propriedade da família Maluf.

asfaltado, entre a Praça José Bonifácio, a Praça do Posto Maluf, e a Praça Sete de Setembro, que é a do Peladão. Ou seja, entre o Maluf e o Peladão. Um lado era asfaltado e o outro era pedra. Eu vi construir esta cidade.

Mas meu pai conseguiu passar num concurso e foi indicado para guarda noturno do IBC. Nós mudamos então para o pátio do IBC, lá na saída para Paranavaí, ao lado do Clube Hípico⁷⁰. Moramos lá uns cinco anos. Meu pai vendeu a padaria e eu arrumei trabalho no Hotel Nossa Senhora de Fátima, que existe até hoje. Era um prédio de madeira que ocupava o terreno inteirinho, era tudo muito simples. Era a Maringá do começo. Trabalhei neste Hotel uns dez meses.

Eu fiz quinta série no Colégio Visconde de Nacar⁷¹, em um Ginásio novo perto da padaria do meu pai. Fiz uma parte da quinta série ali e a outra parte no prédio chamado Instituto Filadélfia, onde hoje é a TV Cultura. Mas era o Colégio Visconde Nacar mesmo, antigamente ali funcionava um Ginásio. A partir da sexta série, segunda série do ginásio, eu fui para o Colégio Estadual Gastão Vidigal. No Gastão eu fiz todas as séries até o terceiro colegial. Ele funcionava no prédio do atual Instituto Estadual de Educação. Ainda não tinha asfalto ali em frente, era terra pura na década de 1960. Em 1967, quando eu estava no meio do segundo ano colegial, foi construído um novo prédio para o Gastão Vidigal. Ai nós saímos do prédio do Instituto e fomos lá para a Zona Sete onde está o Colégio hoje. Professor Amaury Meller foi meu professor no Ensino Médio no Gastão Vidigal e também no primeiro ano de Faculdade. Eu iniciei o curso superior na Faculdade de Mandaguari, fiz dois anos, lá. Depois consegui transferência para a Federal de Santa Catarina e terminei o curso lá.

Em seguida eu arrumei um serviço na Retificadora Maringá, trabalhei lá durante nove anos. Morando no IBC, eu vinha de bicicleta pela linha do trem, que é mais plana e o declive é pequeno. Eu entrava no serviço às sete, sete e meia da manhã, retornava em casa para o almoço, voltava para o trabalho, ao final do dia ia até em casa jantar e depois ia para o Colégio Gastão Vidigal, que era aqui atrás da Catedral. Todo este trajeto eu fazia de bicicleta. Quando chovia, tomava chuva, quando tinha barro carregava a bicicleta nas costas, com um

⁷⁰ O Clube Hípico foi fundado pelo engenheiro Vladimir Babikov, cossaco nato, filho de um sacerdote da Igreja Grega-Ortodoxa. Cursou Física e Matemática em Sofia, na Bulgária, e Engenharia Agrônômica em Praga. Foi topógrafo da Companhia Melhoramentos e responsável pelo trabalho topográfico de demarcação dos logradouros públicos de Maringá. (REIS, 2004). Por muitos anos o clube foi o mais “fechado” da cidade, sendo freqüentado apenas pela alta sociedade maringaense. Atualmente, em sua área, está sendo construído um *shopping* de luxo.

⁷¹ O Grupo Escolar Visconde de Nacar nasceu da Escola Isolada do Maringá Velho, inicialmente foi denominado Grupo Escolar do Maringá Velho.

pedaço de madeira tirava o barro dos pneus. O serviço do Circular⁷² era muito precário na época. O transporte coletivo não oferecia muita garantia. Quando era necessário tomar o Circular, tínhamos que pegá-lo em frente ao Clube Hípico porque não tinha Circular, naquela época, onde morávamos. Não tinha nada por lá. Foi uma luta muito árdua. Meus irmãos pararam os estudos e não quiseram nem entrar na quinta série, face toda essa dificuldade. Essa caminhada toda. Numa família de nove irmãos, os três irmãos mais velhos naquela época não continuaram os estudos. Como eu estava com três anos de defasagem, uma irmã fez a quarta série comigo. Quando entrei na quinta série ela desistiu, não quis continuar os estudos. Mas meus pais sempre incentivaram para que todos continuassem os estudos. Eles achavam o seguinte: que a libertação do homem no país capitalista se dava através do conhecimento, já que a idéia do comunismo não tinha dado certo. Na União Soviética o que se via era um capitalismo de Estado, onde o Estado tinha tudo e o povo não tinha nada. Então não deu certo.

Como continuei estudando, continuei insistindo para meus irmãos entrarem no Ginásio. Quando eu estava na sétima série um irmão entrou no Ginásio; quando eu estava na oitava o outro entrou; quando eu estava no primeiro colegial entrou outro na escola. Enfim, todos foram fazer o Ginásio. Na década de setenta, oitenta, todos terminaram a Faculdade. Os nove fizeram a Faculdade. O mais velho casou muito cedo, teve filhos, ele era viajante. Mas fez faculdade no CESUMAR. Um dos primeiros alunos do CESUMAR foi o meu irmão mais velho, em 1990, ele tinha quarenta e oito anos de idade e fez Administração. Ele tinha uma pequena empresa. Ela se transformou em uma grande empresa, a partir do momento que ele começou a aprender os princípios de gestão e dominar os processos administrativos e recursos humanos, análise, balanço etc. Aprendeu com a Sociologia a relação entre as pessoas, com a Psicologia, a Filosofia... Ele começou o curso com quarenta e oito anos e saiu com cinquenta e dois. Os quatro anos de escola fizeram a empresa dele sair da condição de pequena empresa para a de uma grande empresa. É uma indústria. Então essa é a importância do conhecimento.

O curso em Mandaguari era Matemática. Eu trabalhava o dia todo, saía dali e ia direto para a rodoviária, pegava um ônibus e ia para Mandaguari. No primeiro ano eu fiz o curso sozinho, no segundo ano, Rosemary, minha esposa, terminou a escola Normal e começou o Curso de Letras lá. Mas a Faculdade de Mandaguari não era reconhecida e naquela época era muito difícil reconhecer um curso. Nos terceiro e quarto anos, uma boa parte dos alunos se

⁷² Forma local de se referir ao ônibus de transporte coletivo em Maringá.

debandavam e iam procurar escolas já reconhecidas pelo MEC. O Curso era Licenciatura Plena, tinha duração de quatro anos com aulas todas as noites. Mais tarde essas escolas de Jandaia e Mandaguari, começaram ficar meio *light* demais, com aulas só no final de semana, e tal. Mas no início, não. Embora a frequência mínima não fosse 75%. Havia projetos de recuperação de frequência, inclusive. No segundo ano eu dei aulas à noite no Colégio Paraná. O professor Amauri era meu professor na Faculdade de Mandaguari. Eu deixava de ir à Faculdade para trabalhar no Colégio Paraná. A frequência dependia do Regimento de cada Instituição. Algumas escolas exigiam a frequência mínima de 50%. Para atingir 75% era necessário fazer uma recuperação no final do ano. Havia vários modelos, cada Instituição tinha seu próprio modelo. De qualquer forma, eu ia à escola regularmente, mas faltava uma vez por semana, às vezes.

No final do segundo ano de Faculdade, eu estava muito preocupado por terminar meu curso em uma Instituição que não era reconhecida pelo MEC. Comecei pensar na possibilidade de estudar fora, terminar a Faculdade fora. Alguns colegas foram para Guaxupé, que era reconhecida. O pessoal ia para lá duas vezes ao mês. Mas eram pessoas que trabalhavam com Educação, podiam sair, viajar e voltar. Mas eu trabalhava numa empresa que exigia uma jornada de 44 horas por semana, trabalhava sábado inclusive naquela época. Quando comecei a trabalhar oficialmente na área comercial eram cinquenta e duas horas por semana, trabalhava-se sábado o dia todo. A jornada de trabalho foi diminuindo aos poucos. Na minha geração houve duas reduções. Primeiro, o trabalho terminava aos sábados na hora do almoço, foi quando a jornada passou para quarenta e oito horas. Agora, a jornada de trabalho é de quarenta e quatro horas, não se trabalha mais aos sábados. Aí eu busquei outra Instituição para terminar a faculdade. Eu fui na Federal do Paraná, até “matei” um dia de trabalho. Era muito difícil a gente faltar no trabalho naquela época, porque a relação empregador-empregado era muito forte. Era autoridade pra valer, né? Hoje não, a gente chama de cliente. O nosso funcionário é o cliente interno. Na época era empregado mesmo, não era colaborador não era cliente interno, era empregado e o patrão mandava e acabou. A gente vivia um mundo ditatorial, a autoridade mandava de cima para baixo, a partir dos reis, dos ditadores. A autoridade do pai e da mãe também era muito forte e no trabalho o modelo de autoridade se repetia. Era o modelo construído na época, mas tudo isso mudou muito. As coisas mudaram muito nos últimos quarenta anos. Bom, eu tentei a Federal do Paraná, mas lá não se aceitava transferência de Faculdades não reconhecidas. Aí eu mandei uma carta para a Universidade Federal de Santa Catarina e eles aceitavam a transferência, mas precisava levar o histórico até lá. Eu pedi um dia de folga na Retificadora, emprestei um carro de um

cunhado e fui para Santa Catarina, em novembro, dezembro, final de 1970. Em janeiro de 1970 eles deram o aceite, mas as aulas começariam vinte dias depois. Para sobreviver, eu e Rose procuramos por escolas de lá para conseguir aulas. Fomos a Embiguaçu, uma cidade próxima, distante uns quarenta quilômetros de Florianópolis. A Rose e eu nos apresentávamos como estudantes, eu do terceiro ano de Matemática e ela do segundo ano de Letras. Conseguimos as aulas. Aí eu voltei rapidamente para Maringá, me dirigi aos meus patrões, disse a eles que iria me retirar, que iria terminar meus estudos fora e precisava que eles me liberassem em menos de trinta dias. A primeira reação foi “aquela dura”: que não iam me liberar, que não pagariam direito nenhum e que eu tinha que continuar lá. Mas logo em seguida o meu empregador me chamou e falou: “Olha, Wilson, nós reagimos mal porque você é um funcionário muito importante para nós. É uma pessoa por quem nós temos muito carinho e tem contribuído muito para nossa empresa. Mas nós não temos o direito de interferir na sua história e no seu futuro.” Eles me liberaram em tempo, pagaram todas as verbas. Naquele tempo não tinha os direitos de hoje, mas enfim... Até hoje eu tenho um grande sentimento de gratidão pelo Jorge Kubota e Felipe Makeich. Felipe Markeich partiu muito cedo, era o gerente, e Jorge Kubota era o proprietário. Até hoje é o proprietário dessa empresa e é meu amigo.

Bom, não tivemos nem tempo de arrumar casa em Florianópolis, eu voltei prá cá, tudo muito rápido. Faltavam vinte dias para começar as aulas, tanto na Universidade quanto no próprio trabalho que eu tinha arrumado lá, como professor. Meu dinheiro era muito curto, a mudança também era pequena. Andando na rua, vi um caminhão de Tangará da Serra que veio trazer uvas para vender em Maringá. Perguntei ao motorista se ele não poderia levar minha mudança, quando terminasse de vender as uvas aqui. Ele aceitou, pegou minha mudança de retorno e eu e minha esposa fomos na cabine do caminhão. Convenci um colega de Mandaguari, que morava em Maringá, a estudar lá também. Fomos todos prá lá, sem casa para morar. Como fomos num sábado, eu imaginei: chegando na cidade do Embiguaçu, uma cidade pequena, vou arrumar uma casa adequada no mesmo dia. E descarrego minha mudança. Chegamos lá muito tarde da noite, não tinha asfalto na serra, entre Curitiba e Joinville. A estrada era de terra e de pedra naquela serra toda, era uma dificuldade enorme. Dormimos em um pequeno hotel, no fundo de um posto de gasolina em Embiguaçu. No entanto, achar uma casa para alugar não foi simples. Eu demorei quatro meses para arrumar uma casa. Por sorte uma pessoa, sensibilizada pela minha situação e porque sabia que ia ser professor no Colégio, me emprestou a garagem para descarregar a minha mudança. Eu imediatamente descarreguei a mudança na garagem desse cidadão, liberando o caminhão.

Afinal eu não tinha dinheiro para pagar o caminhão parado lá, né? Isso foi num domingo. Neste dia eu fui para um hotel um pouquinho melhor, porque o hotelzinho anterior tinha muitas baratas circulando e minha esposa tinha muito medo delas. Mas contei novamente o dinheiro, não dava para permanecer muitos dias naquele hotel. Aí eu liguei para minha Igreja, Igreja Cristã Independente em Florianópolis, e conversei com o pastor que se chamava Messias Anacleto Rosa. Ele é pastor da Igreja em Londrina há trinta e cinco anos. Ele veio para Londrina naquela época e está lá até hoje. Ele é negro, é um homem fantástico. Quando eu disse a ele que era da Igreja de Maringá, que estava ali para estudar e estava enfrentando dificuldades, ele imediatamente me convidou para a sua casa. Aí, me instalei na casa do pastor, eu, minha esposa e meu amigo.

Assim nós começamos nossa vida em Florianópolis. Quatro meses depois eu consegui uma casa e ele foi meu fiador e avalista. Naquela época, um professor demorava quatro, cinco meses pra receber o primeiro salário. Santa Catarina era igual ao Paraná daquela época. Precisavam cadastrar todo mundo, manualmente e tal. Daí, o pastor Messias me apresentou em um posto de gasolina, em uma padaria, num supermercado, numa farmácia. A todos ele falou: “Olha esse homem, eu sou fiador dele, ele vai comprar aqui por três, quatro, cinco meses. O dia que receber o primeiro salário, ele vai pagar as contas, se ele não pagar eu pago.” Mas eu precisava de algum dinheirinho, para algumas coisas, como por exemplo, cortar o cabelo. Não se abre conta em salão. Eu liguei então para um irmão, pedi um dinheiro emprestado para cortar o cabelo. Todos da minha família lutavam com muita dificuldade aqui. Mas ele me emprestou o dinheiro e assim eu consegui cortar o cabelo. Era um detalhe da imagem do professor naquela época e até hoje a gente tem que manter a postura. Aí surgiu outro complicador: eu achava que só teria aulas pela manhã na Universidade, mas tive que fazer adaptações no período da tarde. Desta forma precisei diminuir minha carga horária no Colégio e minha esposa aumentou a carga horária dela. Ela não pode estudar, só trabalhava. Naquela época os estudantes do curso de Licenciatura tinham aula em abundância.

Aqui no Paraná havia até cursos preparatórios para professores do Ensino Fundamental e Médio, chamado CADES⁷³. O CADES era chamado de CADINHO e CADÃO. Então, a pessoa que terminava o Ensino Médio poderia fazer o CADINHO, que era um curso de seis meses, e o CADÃO que era curso de um ano. O CADINHO mais ou menos habilitava para lecionar até a oitava série e o CADÃO para o Ensino Médio. Nisso, os seminaristas, que já tinham uma excelente formação, eram bastante requisitados. As Faculdades de Licenciatura no Brasil começaram a se espalhar, se interiorizar, realmente a

⁷³ Campanha de Aperfeiçoamento à Difusão do Ensino Secundário

partir do final da década de 1960. Haja vista que aqui no Norte do Paraná, isso tudo aconteceu na década de sessenta: Faculdade de Jandaia, de Mandaguari, o começo das Universidades Estaduais de Maringá e Londrina, que não eram nem Universidades, eram cursos isolados. Daí que, qualquer aluno, os primeiros alunos das Licenciaturas, que surgiram na década de 1960, já pegavam aulas no Ensino Fundamental e Médio direto. E assim foi minha história lá. Sofri muito porque eu tinha feito um curso aqui muito fraco, tinha faltado um pouquinho, lecionava no mesmo horário de aula da Faculdade, trabalhava o dia todo, quero dizer.... Em Florianópolis eu entrei em uma turma que estudava pela manhã, que já eram professores, já tinham uma boa vivência na área enquanto eu tinha trabalhado em uma retificadora. Entrei em uma turma dessa, com a opção de fazer adaptação no período da tarde. Durante esses dois anos que eu fiquei lá, precisei estudar desesperadamente. Eu tomei muito remédio para virar noites e noites inteiras estudando. Tomava estimulantes para não dormir. Mas, enfim, consegui eliminar todas as disciplinas. Eu e esse meu amigo que foi daqui para lá. O nome dele é Miguel Pelandré Perez⁷⁴. A família dele é de Maringá até hoje. E eu vim embora com minha esposa, no começo de 1973 e o Miguel ficou lá porque estava namorando uma colega nossa, uma moça do curso de Letras. Ele fez carreira na Universidade e a esposa também. Ela é doutora, foi vice-reitora da Universidade de Santa Catarina, é autora de livros, uma estudiosa do Paulo Freire. Ela pesquisou a comunidade de Angicos que Paulo Freire tinha alfabetizado quarenta anos antes. Toda a teoria do Paulo Freire foi baseada no trabalho dele em Angicos, quando ele era jovem. Ele alfabetizou as pessoas de uma forma um pouco diferente, formando pessoas críticas e tal. Nilcéia Peres⁷⁵, esposa desse meu amigo, fez a pesquisa de Doutorado em Angicos⁷⁶, observando a qualidade de vida daquelas pessoas que tinham sido alfabetizadas há quarenta anos por Paulo Freire. Um trabalho muito bonito. Enfim, eles fizeram a carreira acadêmica de grande sucesso. Hoje ele é aposentado da Federal e um dos diretores da Fundação de Incentivo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina. Como a que temos no Paraná, a Fundação Araucária, e em São Paulo, a FAPESP⁷⁷.

⁷⁴ Miguel Pelandré Perez, coordenador de projeto em Saúde da FAPESC – Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina.

⁷⁵ Nilcéia Lemos Pelandré é autora do livro “Ensinar e Aprender com Paulo Freire: 40 Horas 40 Anos Depois”, editado pela Cortez Editora.

⁷⁶ A cidade de Angicos é uma pequena vila, situada na região mais pobre do sofrido nordeste brasileiro. Foi nesta vila que Paulo Freire fez a mais importante experiência do seu método pedagógico. Foi a partir do êxito obtido lá, em 1963, que ele ficou conhecido no mundo. (GADOTTI, 2002)

⁷⁷ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Em 1972 eu terminei o curso em Santa Catarina e retornei a Maringá. Em 1973 eu já era professor da Universidade Estadual de Maringá.

Eu voltei para Maringá porque toda minha família era daqui e eu sempre fui muito ligado à família. Os nove irmãos, papai, mamãe, tios, a família, a parentela era toda daqui. Além disso tinha o vínculo com a Igreja. Eu me criei nessa Igreja, as pessoas ali eram muito íntimas e são até hoje. Muito íntimas da gente, nós tínhamos um meio ao qual pertencíamos. Eu não via a hora de voltar para minha terra. Até fiz alguns ensaios para ir fazer um Mestrado na Alemanha, através da Igreja Luterana, que era muito forte em Santa Catarina e tinha convênio com uma Universidade na Alemanha. Mas tinha a barreira da língua, da cultura e, também, confesso, a minha relação com a família foi sempre muito forte. A minha primeira filha nasceu lá em Florianópolis, chama-se Ludhiana Ethel Kendrick Silva. Atualmente Bertocello também, sobrenome do marido. O segundo filho foi gerado lá também, mas nasceu aqui, em Maringá, em 1973: Wilson de Matos Silva Filho. Depois nasceram mais dois filhos, Wesley Kendrick Silva em 1976 e, por último, a Willian Victor Kendrick de Matos Silva. Quatro filhos.

Florianópolis era uma cidade provinciana na época, só tinha a ponte Hercílio Luz⁷⁸ de difícil acesso, grandes congestionamentos. Eu morava no Estreito, era uma dificuldade o acesso nos horários de aula... Das onze às quatorze horas, congestionava a ponte, formavam-se filas enormes dos dois lados, e das dezessete as dezenove horas também. Era uma cidade muito provinciana, mais do que Maringá à época, porque ela ficava isolada em uma ilha. O grande desenvolvimento de Florianópolis se deu a partir de 1974. Quando nós saímos de lá, no começo de 1973, estava sendo feito o primeiro aterro para a construção da primeira ponte de concreto. Atualmente são duas. Eu vi a execução de todo aquele aterro novo, onde está a rodoviária. Eu vi as dragas colocando areia ali, compactando o solo, para começar a ampliação da cidade. E Maringá, no começo da década de 1970, já era uma cidade dinâmica. A Universidade pagava bem aos professores e eu consegui entrar sem dificuldades. Dois anos antes eu era funcionário de uma retificadora, dois anos depois eu era um professor da Universidade Estadual. O curso de Matemática já existia quando eu entrei na Universidade. Ele funcionava no ICET, no fundo do antigo Instituto de Educação, em um predinho. Ali funcionavam alguns departamentos porque a Universidade não tinha os prédios próprios ainda. As salas de aula eram espalhadas pela cidade em vários prédios diferentes. Em 1973 a

⁷⁸ A ponte Governador Hercílio Luz foi inaugurada em 13 de maio de 1926. Primeira forma de ligação do Continente com a Ilha. (PMF, 2008)

reitoria funcionava no Edifício Atalaia. Aí fizeram aqueles barracões pré-fabricados. Muitos desses mesmos barracões ainda existem no *campus* atual até hoje, né? Eu dei aula lá também.

No primeiro ano trabalhando na Universidade eu consegui comprar um lote de terra, pagava aluguel, comprei um carro melhor. Mas logo depois, busquei algumas outras oportunidades e com isso eu fui me afastando da Universidade. Um ano e meio depois eu vendi o lote, fiz um dinheirinho e com ele entrei na sociedade de uma empresa de britagem de pedra, a atual Pedreira Ingá, com um capital muito pequeno.

Mas eu não tive sucesso com essa empresa na época. Eu dava aulas pela manhã e a noite e a tarde ia administrar a Pedreira. Mas não deu certo, eu me endividei um pouco e tive que partir para outro negócio, para poder pagar minhas contas. Não cheguei a ser inadimplente, nunca fui inadimplente na minha vida. Mas tomei dinheiro de particulares e ficava pagando juros. O que eu ganhava mal dava para pagar os juros e eu tinha que sobreviver. Ai, eu fui dar aula na Faculdade de Umuarama, de Jandaia, peguei aulas no Ensino Médio. Cheguei a dar sessenta aulas por semana. Trabalhava no Ensino Superior, Fundamental e Médio. Eu tinha quatro aulas pela manhã, quatro à tarde e quatro à noite, todos os dias. Aos sábados era dez horas aula, o dia todo na Universidade de Umuarama. Eu saía daqui às cinco da manhã, sete e pouquinho estava lá. Então era mais de sessenta horas de aulas, né? Eu corrigia provas viajando. Era uma loucura.

O professor Candinho⁷⁹ nessa época não morava em Umuarama, ele morava em Tupã. Ele tinha uma Faculdade em Tupã. Mas ele foi o fundador da Faculdade em Umuarama. O diretor chama-se Barradas, ainda é vivo, dirigia a escola durante a semana e o professor Candinho e a professora Neiva, esposa dele, vinham para Umuarama quase todos os finais de semana. A Faculdade só tinha os cursos de Filosofia, Ciências e Letras. Só tinha cursos na área da Educação. Uns dois anos depois o professor Candinho mudou-se para Rolândia. Ele criou uma Faculdade em Rolândia e ficou morando no *campus* por causa dos filhos, que estudavam em Londrina. Em 1986, 1985, quando eu decidi abrir aqui, o Candinho ainda morava em Rolândia. Toda quinta-feira ele passava por aqui, indo para Umuarama. Mas eu trabalhei só três anos em Umuarama. Em 1974, 1975 e 1976. O Candinho mudou para lá no final da década de oitenta e encaminhou a Instituição para ser uma Universidade. Bom, nessa caminhada, eu pedi afastamento dessa escola porque para continuar ali, eu tinha que pesquisar e tal. E isso era impossível para quem dava aula de todo jeito. Durante um período fiquei dando essas aulas.

⁷⁹ Veja nota de rodapé anterior sobre a UNIPAR.

Em 9 de fevereiro de 1976 eu comecei meu primeiro negócio que deu certo. Eu aluguei uma sala e comecei a fazer entregas de encomendas para Viação Garcia⁸⁰. Em Londrina eu descobri que eles tinham dificuldade fazer as entregas de encomendas que vinham de ônibus pra cá. Eles fizeram um contrato temporário para ver no que dava e tal. Eu tinha uma perua chamada *Variant*, da *Volkswagen*. Naquela época eu parei de dar aula à tarde. Contratei um motorista que me levava à escola pela manhã e ia para a rodoviária. À tarde eu o ajudava nas entregas. À noite eu pegava o carro para dar aula. Assim eu comecei a fazer entrega de encomendas da Viação Garcia de casa em casa. E em seis meses eu estava entregando as encomendas para a Viação Garcia em dezesseis cidades do Paraná. Eu sempre parti de um principio muito simples: “O que merece ser feito, merece ser bem feito”. Sempre cumpri minhas tarefas com qualidade. Mas como não tinha saldo médio e nem tinha nada para dar em garantia para conseguir dinheiro emprestado em banco, eu financiei minha primeira Kombi, depois passei pra um veículo maior, em nome de um irmão que trabalhava no Banco Real e trabalha até hoje. Ele trabalha há quarenta e dois anos no Banco Real. É gerente da agência, aqui em Maringá. Desta forma eu comecei a me recuperar, a pagar algumas dívidas e tal. Depois comprei bicicletas de carga, lambretas com carreta atrás, *Fiat Fiorino*. As coisas deslancharam, fazendo entregas de encomendas para a Viação Garcia. Trabalhei oito anos neste negócio. E sempre dando aula. Nunca parei de dar aula. Eu sempre gostei do ensino, sempre gostei de ser professor. Mas fui diminuindo a carga horária e tal, né? Nesse período, final da década de setenta, início da década de oitenta, em torno de dois anos, eu só trabalhei com a Viação Garcia. Depois comecei buscar alternativas. A questão que me incomodava era o seguinte: apesar do meu negócio estar crescendo, eu só tinha um cliente. No dia que esse cliente não quisesse mais trabalhar comigo... Por isso comecei buscar outras atividades, com veículos pequenos. Descobri que o Correio fretava veículos. Fui ao Correio, me cadastrei com muita dificuldade, é uma empresa pública com um grau de exigência elevadíssimo. Exige seguro, garantias, uma quantidade enorme de exigências, capacidade técnica comprovada, mas enfim fui atrás. Levei um susto quando comprei o primeiro Edital de Concorrência do Correio. Fui até Curitiba para isso. Eram tantas as exigências... Eu li o edital na Biblioteca

⁸⁰ A Viação Garcia tem a mesma idade da cidade de Londrina: 74 anos. Essa empresa está ligada à história da região pioneira do Norte do Paraná e, sem dúvida, foi um dos facilitadores para o progresso dessa. O mecânico alemão Mathias Heim foi contratado pela Companhia de Terras Norte do Paraná para gerenciar o transporte na região. Mas em 1932 a Companhia decidiu entregar a concessão do serviço e Heim associou-se ao mecânico espanhol Celso Garcia Cid. Juntos, em 1934, com um capital de 100 contos de réis, fundaram a Companhia Rodoviária Heim & Garcia - precursora da Viação Garcia. A empresa começou a operar em janeiro daquele ano com um caminhão adaptado em jardineira. Em 1938 José Garcia Villar, também espanhol, comprou a participação de Mathias Heim. Assim, a Empresa Rodoviária Garcia & Garcia passou a existir a partir de 1º de fevereiro de 1938. Não só o Paraná, mas também os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul são servidos por rotas da empresa. (VIAÇÃO GARCIA, 2008)

Federal do Paraná, a Biblioteca Pública de Curitiba. Fiquei assustado, eram muitas as exigências e eu tinha um negócio pequeno. Mas ao mesmo tempo pensei: se alguém faz o serviço então ele é possível. Então, se alguém o faz, eu também consigo fazer. Eu não sou melhor do que ninguém, mas não tem ninguém melhor do que eu. É uma questão de especialidade, não é? É claro que hoje entendo aquela frase celebre: “O sábio sabe que nada sabe.” Ou seja, quanto mais a gente estuda, mais percebe o que não sabe. O conhecimento que o mundo detém hoje é muito grande. Mas enfim, essas questões de gestão, das áreas administrativas não podem ser segredo, não é? Não precisa ser um pesquisador para entrar em áreas administrativas. Claro, quem tem um Curso de Administração, tem domínio desses processos com muito mais facilidade. Mas eu fiz Matemática. Matemática é um curso que ensina lógica e a lógica é o fator de sucesso das pessoas. O empreendimento que não tiver um bom planejamento na área de logística não vai para frente. Essa é uma grande virtude das pessoas que fazem cursos de Exatas. Graças à minha habilidade logística, dada pela Matemática, eu sempre consegui buscar os caminhos mais curtos, ou seja... Procurei e consegui sempre encurtar caminhos. Enquanto as pessoas, às vezes, percorriam caminhos mais longos eu sempre conseguia caminhos um pouco mais curtos. Bom, daí eu decidi então ir à luta para prestar serviço para os Correios. Perdi a primeira concorrência, mas ganhei a segunda. Coloquei dois carros a serviço dos Correios. Mas já existiam alguns prestadores de serviço muito bem organizados. Um tentava não deixar o outro entrar e foi uma luta enorme. Enfim, eu consegui me estabelecer e prestar serviço para os Correios. A partir daí a coisa cresceu prá valer: essa transportadora chegou a ter cento e cinquenta veículos próprios. Ela existe até hoje. Chama-se: SEDIMAR - Serviços de Transportes Maringá Ltda. Eu a vendi em 1998. Ela já tem outro dono, depois também foi vendida... Eu já tinha o CESUMAR, só vendi a transportadora depois que a instituição criou corpo. A transportadora foi muito importante na minha existência, ajudou na minha capitalização. Eu tive filiais dessa transportadora em Rondônia; transporte malotes para o banco OBERON (que já nem existe mais) no Estado inteiro, na década de 1980, quando só tinha uma única linha asfaltada. Minha frota chegou a rodar um milhão de quilômetros por mês. Transporte malotes para o Banco do Brasil na cidade de São Paulo, com trinta e cinco motocicletas, para cento e trinta agências, diariamente, quatro vezes ao dia. Um malote chegava e outro saía. Imagina a loucura da logística de um negócio desses. Eu prestava serviços também para outras empresas: distribuí listas telefônicas para a TELEPAR⁸¹, antiga TELEPAR, durante oito anos no Paraná, de casa em casa. Era um milhão de catálogos telefônicos e eu tinha que achar noventa e sete por cento

⁸¹ TELEPAR – Telecomunicações do Paraná S/A, atualmente “Telepar Brasil Telecom”.

dos endereços, inclusive da zona rural, as chácaras nas quais tinha telefone. E eu fiz esse serviço durante oito anos. Eu fiz serviços que pouquíssimas pessoas encarariam em função dos desafios decorrentes da complexidade da atividade.

A sociedade hoje é muito complexa. São tantas as atividades que demandam hoje para manter a sociedade, que a maior parte das pessoas não tem a mínima idéia da extensão delas. Um exemplo disso é o transporte de malotes dentro da cidade de São Paulo. Ou a distribuição de um milhão de catálogos telefônicos em um Estado inteirinho, de casa em casa, de empresa em empresa. Tem sempre alguém fazendo isso e fazendo com eficiência. É verdade que a lista telefônica atualmente perdeu bastante o seu valor, dada a eficiência da Internet e de outras formas como o próprio sistema “102”, sistema de informação de números telefônicos que na época era muito precário. Mas naquela época a lista telefônica era um instrumento muito importante.

Bem, no começo da década de oitenta, em 1980, eu já construí minha primeira casa de alvenaria. Uma casa de um padrão muito bom. Comecei a me estruturar financeiramente ao final da década de setenta, em 1980 eu já tinha minha casa própria. E assim a vida continuou. Em 1983 eu entrei no primeiro Condomínio⁸² de Maringá. Logo me elegeram presidente desse Condomínio, em função de minhas observações como condômino e pela minha vivência empresarial. Dois anos depois de iniciado o prédio, já estava com a estrutura levantada, ele mostrava-se um excelente negócio. Quem quis vender sua cota o fez por duas ou três vezes o valor investido. Percebi que era um bom momento em Maringá para abrir uma construtora. Abri a Construtora Matos Carvalho em 1985 com a engenheira Suzi Carvalho, que foi minha sócia durante muitos anos. Posteriormente o nome mudou para Construtora Matos Barbosa, por causa do nome do outro sócio que tive, Luiz Carlos Barbosa. Fiquei dez anos na construtora, construímos dez edifícios. Mas sempre dando as minhas aulas. Eu dava aula na Faculdade de Jandaia em finais de semana, sexta à noite e sábado o dia todo. Durante a semana eu rodava pelo Brasil inteiro. Conheci o Paraná com a distribuição de catálogos telefônicos: cidade por cidade eu passei apoiando, verificando a estrutura, conferindo os serviços de pessoas que eu contratava para entregar listas telefônicas. O resto do país eu

⁸² Sistema de viabilização financeira para construção de prédios através de um consórcio de pessoas. Fez muito sucesso junto à classe média na década de 1980 em Maringá, em oposição ao Sistema de Financiamento da Caixa Econômica Federal e de outros Bancos, cujas taxas de financiamento oneravam a aquisição de imóveis. Além disso, investidores perceberam nessa modalidade de financiamento de imóveis uma boa oportunidade para aplicar o capital de que dispunham. Por ocasião do “Plano Cruzado”, no Governo José Sarney, ocorreu um grande impulso na verticalização da cidade, um verdadeiro *boom* imobiliário, principalmente por conta desse sistema.

conheci por conta da transportadora. Eu não tive serviço em Manaus, mas participava de concorrência da Caixa Econômica, e a sede regional para serviços em Belém, no Norte e Nordeste, era em Manaus. Tive um bocado de carros rodando pelos estados brasileiros.

Mas lá pela metade da década de oitenta, meus filhos crescendo, adolescentes, próximos de entrar em uma universidade, eu comecei a me incomodar com o fato de Maringá só ter uma Universidade e com pouquíssimos cursos. Daí, eu comecei sentir que Maringá precisava ter mais uma instituição de ensino. A maior parte das famílias mandava os filhos para estudar fora. Os jovens saiam para estudar e acabavam nem voltando mais, se integravam, namoravam por lá, casavam. E isso é uma forma muito forte de separação de família, né? Além de que há também certa perda do acompanhamento da vida do filho.

Foi aí que eu achei que Maringá precisava ter outra Faculdade. Mas criar uma Faculdade na década de oitenta era muito difícil. Abrir um hotel, uma casa de jogos, todo isso era fácil, menos uma Faculdade. Porque o conhecimento é um perigo para quem administra. Não é? O conhecimento é agente de mudanças da sociedade e quem está no poder, historicamente, não tem muito interesse em que a sociedade cresça. O conhecimento provoca mudanças muito rápidas, e numa sociedade que aprenda prá valer os que historicamente dominam o poder certamente seriam substituídos. Nunca houve interesse de nossos governantes, raros os que tiveram interesse no desenvolvimento da Educação brasileira. Um processo de abertura de cursos demorava no Conselho Federal de Educação cinco anos, pelo menos. Em noventa por cento dos processos a resposta era negativa. Os processos só prosperavam quando pessoas do próprio Ministério estavam envolvidas, como participantes na sociedade. Eu tive que fazer isso aqui. Chamei o professor Candinho para participar porque ele já tinha caminhos. Assim mesmo, tive que convidar um cidadão que era vice-presidente do Conselho Federal de Educação da época, chamado Jucundino da Silva Furtado⁸³, para ter participação aqui, porque senão não saia curso. Ele já morreu. Foi Secretário de Educação do Estado do Paraná, foi Presidente do Banestado etc. etc. Foi assim que nossos processos sobreviveram em Brasília.

Para se ter uma idéia de como boa parte das nossas lideranças, que são pseudo-líderes, não tem interesse nenhum na educação, basta ver quanto tempo um Ministro da Educação permanece no poder. De 1980 a 1994, em um período de quatorze anos, foram onze Ministros

⁸³ Jucundino da Silva Furtado foi presidente do Conglomerado Banestado, Secretário da Educação e Cultura do Estado do Paraná e Secretário-geral da Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

da Educação. No governo do presidente Fernando Henrique o Ministro permaneceu no cargo por oito anos. Só duas vezes no século XX nós tivemos um ministro que tenha ficado quatro anos ou mais tempo no Ministério da Educação: o Capanema, na década de 1930, e Paulo Renato, no final do século passado. Quando não se tem interesse que a Educação avance, é muito fácil: trocam-se os chefes toda hora e cada um que entra, entra com novas idéias, cancela os projetos anteriores e tal. Para você ter uma idéia disso também, as novas diretrizes da LDB – Lei de Diretrizes e Bases –, que completaram dez anos agora no final do ano passado, ficaram onze anos no Congresso. A anterior é de 1961, com alguns retoques em 1971. A reforma correu de casa em casa, uma casa retocava, outra retocava, voltava, mudava e não tinha uma solução. Porque não havia interesse em uma Lei moderna que facilitasse a questão do Ensino Superior no Brasil. O melhor era continuar do jeito que estava. O grupo do PRN, do Fernando Collor de Melo, em 1990, quando ganharam a eleição, colocou mil cento e cinqüenta emendas no Projeto de Lei da LDB. Um partido pequeno, que coloca mil cento e cinqüenta emendas num Projeto de Lei, você acha que eles queriam melhorar esse Projeto? Não. O propósito era melar durante mais vinte anos, entendeu? Para continuar do jeito que estava. Mas, felizmente, com o presidente Fernando Henrique, que é um estadista, um homem de visão do mundo, um intelectual, a LDB foi aprovada. E regulamentada um ano depois. A partir de 1997 é possível observar o crescimento da Escola Privada no Brasil, porque até então era quase impossível criar um curso superior privado no Brasil. Agora, é verdade que é necessária uma supervisão melhor dos cursos que foram criados: está faltando avaliação e punição para os cursos ruins. Mas é preciso ter, a sociedade tem que ter liberdade de organizar suas escolas e ensinar o povo, já que o governo não tem capacidade de fazer isso tudo sozinho.

Dos quatro milhões e meio de jovens no ensino superior brasileiro, só um milhão de alunos estão na escola pública e gratuita, três milhões e meio estão na iniciativa privada. Então, o que se tem que fazer é ter metodologias para que a escola seja boa, mas que haja liberdade de orientação de escola. Liberdade há, mas infelizmente está faltando um critério melhor de avaliação e acompanhamento para que as escolas sejam melhores. Há excelentes escolas privadas pelo Brasil a fora, excelentes projetos, mas uma boa parte a gente sabe que deixa a desejar. Assim como também há muitas escolas federais e estaduais ruins. As escolas públicas, em sua maioria, parecem ser boas escolas porque fazem uma boa seleção na entrada. De cada vinte alunos que as procuram, elas pegam o melhor e descartam os outros dezenove. Então, as escolas têm que ser boas. Toda escola pública que tenha feito uma seleção de vinte por um na entrada e tenha tirado conceito D ou E no provão, tinha que fechar no primeiro D

ou no E. Fechar no ato. Agora, uma escola privada não, porque a escola privada aceita todos os alunos. Todos aqueles que têm capacidade para pagar o estudo e que tenha terminado o Ensino Médio. Então, o esforço da escola privada para obter um conceito de C para cima no antigo “provão”, é um esforço gigante. Como era um indicador visível para sociedade, eu sempre defendi o “provão”. Hoje, o novo sistema do exame nacional de desempenho do aluno é um pouco subjetivo. Você não tem resultados visíveis para a sociedade. Mesmo no SINAES, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, nós não temos resultados visíveis, que permita ao jovem e à família fazerem uma análise.

Bom, então essa foi a história. Em 1985, 1986, nós nos organizamos e eu fui compondo com algumas pessoas para facilitar o acesso a Brasília. Em 1986 os processos foram protocolados lá. Dois cursos, na época. Administração e Tecnologia em Processamento de Dados foram os primeiros cursos que foram abertos. Para se ter uma idéia do grau de dificuldade de se montar uma escola: primeiro, oitenta, noventa por cento dos projetos que chegavam ao Conselho Federal de Educação iam para o arquivo. Dos dez, quinze por cento que eles liberavam era para uma escola com dois cursos. A aprovação demorava cinco anos. Só era permitido pedir mais dois cursos depois de reconhecidos os dois anteriormente aprovados. E para que os cursos fossem reconhecidos era necessário ter formado a primeira turma, o que levava mais quatro anos. Só aí era possível dar entrada no projeto de mais dois cursos, que demorava mais quatro anos para serem aprovados. Então para uma escola ter quatro cursos demorava... Os cinco anos do primeiro projeto, quatro para que os cursos sejam reconhecidos, são nove. Mais quatro anos na tramitação de novos cursos, portanto, são treze anos para se ter quatro cursos.

Então esse era o compasso, tudo era feito para que as escolas não expandissem, porque isso poderia ser uma ameaça para o poder. Lamentavelmente essa foi a máxima do Brasil em quase toda sua história. Mas nós não esmorecemos. Queremos poder e quem quer arruma um caminho, quem não quer arruma uma desculpa. Outro princípio muito interessante. Nós criamos várias falsas premissas, até pra justificar nosso fracasso cultural e intelectual. Nosso não. O fracasso da sociedade, mas planejado por quem dirige, certo? Quem manda. Então foram criadas algumas falsas premissas para nos justificar. Primeira, que nós somos o povo mais criativo e eu já disse que nós não somos criativos. Nós somos criativos no senso comum. E não no senso científico que é que interessa. Segunda, para justificar o fracasso, “que os últimos serão os primeiros”. Gorbachov disse que os últimos sempre foram castigados pela história, os últimos nunca foram os primeiros em momento nenhum. A outra falsa premissa é

que nós somos o povo mais feliz da face da terra. O brasileiro é alegre, é feliz e tal. E eu tenho dito para meus jovens que eles são “bobos alegres”. Eu sempre faço uma palestra para todos que entram aqui, dividido em dez grupos de trezentos a quatrocentos alunos. Falo durante duas horas e meia mostrando e desmascarando esse *status quo* que foi criado para manter essa juventude como “bobos alegres”. Eu sempre indago: a felicidade que vocês dizem sentir está fundamentada em quê? No fato de ser brasileiro? Na excelente escola de Ensino Fundamental e Médio que vocês fizeram? Na excelente Faculdade que vocês vão cursar? O que não é verdade: eu já disse para vocês que a escola brasileira é muito ruim e fundamentei. No excelente mercado de trabalho? No alto nível de empregabilidade que vocês vão ter quando acabar o curso aqui? Eu já falei para vocês que um terço dos que estudam no Brasil continuam desempregados? Vinte por cento continuam ganhando o mesmo salário? Então, que alegria é essa? No excelente sistema de saúde que vocês têm? Na excelente aposentadoria que vocês têm garantida? Para vocês e para os pais de vocês? Onde está fundamentada essa alegria? Outra falsa premissa. E a outra falsa premissa é que “em casa de ferreiro, o espeto é de pau”. Não é verdade, o ferreiro tem que mandar no espeto. Se eu sou educador, meus filhos têm que gostar disso, precisam ser excelentes alunos. Então é “faça o que eu faço” no lugar de “faça o que eu mando, mas não faça o que eu faço”. Nós criamos uma série de falsas premissas para justificar nosso fracasso em todos os sentidos. E eu tenho desmistificado essa questão. A Educação é bem mais eficiente quando há o resgate da dignidade de um povo, segundo Rui Barbosa. Tem um pensador japonês que afirma que a educação lapida, enaltece a alma e lapida o caráter humano. Isso todos nós sabemos, então por isso eu sou apaixonado por esse profeta. Eu sou, eu fui resgatado pela Educação. Rui Barbosa estava certo quando disse que “A educação é resgate da dignidade humana”. Eu poderia ser um trabalhador rural até hoje, mas fui resgatado pela Educação, fui mudado, fui transformado. A Educação precisa ter qualidade prá valer. Deveria ser seis, oito horas na escola, mais três horas de estudos em casa. Os países que deram certo, só deram certo porque fizeram isso. Encararam de frente, converteram a sociedade ao conhecimento. Aqui no Brasil a escola de ponta-a-ponta é muito ruim, ela não é agente de mudança. A escola brasileira age como agente de manutenção da sociedade que temos, da cultura que temos. Uma boa escola, quando ela é feita com vontade, por pessoas que amam o país, que queiram mudar o país, é um projeto educacional que busca ser um agente de mudança das pessoas. Ao se mudar as pessoas, a sociedade muda como um todo. É o que falta no Brasil. E a escola tem sido a reprodução do modelo que temos e não de mudanças. Então esse é o grande desafio que nós temos pela frente. Eu sempre vi a escola dessa forma: com qualidade, como agente de libertação do homem, da forma como está na

Bíblia. Já disse antes, o conhecimento quando diz a verdade, a verdade libertará. Eu trouxe esse princípio do seio da minha família, do meu pai e da minha mãe. Do berço. Primeiro o princípio bíblico, que proclama a libertação do homem através do conhecimento e do meu pai que dizia, dada a sua ideologia: “a libertação do homem, no país capitalista se dava através do domínio do conhecimento.” Eu aprendi isto, vivi isso, vivo isso, luto por isso dia e noite aqui na escola, no sentido de converter minha juventude ao conhecimento. E essas minhas certezas eu tenho propagado pelo seio da nossa Instituição. Aí você pode me perguntar: quais são as ações, né? Eu dou dez dias de férias em julho, em São Paulo você tem um mês inteiro em julho. Agora, você trabalhou em dezembro e janeiro? Quando você começou? Em fevereiro. A nossa LDB avançou um pouco, mas é muito pouco ainda. Nossa lei exige duzentos dias letivos, boa parte das escolas não cumpre nem esses duzentos dias. No Japão, são duzentos e setenta e cinco dias letivos. Aqui, em nossa Instituição, são duzentos e dez, duzentos e vinte dias letivos. A primeira mentira da escola brasileira é sobre a hora-aula. O único lugar do mundo em que uma hora não tem sessenta minutos é na escola brasileira. Ela tem cinquenta minutos. Você tira dez minutos de cada hora, em quatro horas você tira quarenta minutos, são três horas e vinte de aulas precárias. E pior, você sabe muito bem o quanto um aluno pode faltar na escola brasileira: vinte e cinco por cento. Então você pode faltar cinquenta dias na escola. O que sobra disso? O que sobra? De precários duzentos dias com três horas e vinte minutos, o aluno pode faltar cinquenta dias. Em um país desenvolvido não existe permissão de falta na escola. Nos Estados Unidos, na maior parte dos estados americanos, o aluno pode faltar quatorze dias com justificativa. No Japão só existe uma alternativa para faltar à escola: é o hospital. Se você não vem à escola doente, você não pode ficar doente em casa. “Ah não vim na escola hoje porque eu estava doente.” “Ah, em qual hospital você estava internado?” Só assim ele pode faltar à escola. E por que tem que ir para o hospital? Porque lá tem professores. Eu vi isso lá, fui às escolas e aos hospitais ver os professores dando aulas para os doentes no quarto, individualmente, com o *notebook* aberto, a criança ali, o adolescente. Passou a dor, é hora de aprender. Caso o estudante precise ficar três, quatro dias ou cinco dias no hospital sem aprender nada ele não acompanhará mais a turma dele. Ele vai ter muita dificuldade e vai ser um problema. Esses são os países que estão dando certo. Eu tenho um sobrinho morando na Inglaterra. Ainda há pouco estava conversando com meu cunhado, que esteve lá. Primeiro, criança não paga ônibus lá porque criança só sai na rua sozinha se for para ir a escola. Esse meu sobrinho é muito crescido, a altura dele é bem acima da média para a idade dele. Então o motorista abre a porta, o responsável pelo recebimento do pagamento do ônibus cobra a passagem de quem entra. Basta ele dizer: “Eu sou criança.” Acabou. Se ele diz

que é criança, acabou. Ele é criança e pode entrar no ônibus sem pagar. Aconteceu isso com meu sobrinho. Daí o motorista olhou no relógio e falou: “Mas agora é horário de você estar na escola”. Ele respondeu: “Eu tenho autorização da minha mãe para ir ao médico”. Aí é necessária a cartinha da mãe para apresentar a quem interessar. Caso algum adolescente ou criança estiver na rua no horário de aula, alguma coisa está errada com ele. Até o motorista de ônibus fiscaliza isso. Ou seja, é uma sociedade que valoriza o conhecimento. A criança no período das nove da manhã às dezesseis horas não pode estar na rua e em nenhum outro lugar que não seja na escola. E é isso que nós temos que fazer para avançar nesse país. Pensando nisso e sempre pensei assim, foi que eu fundei o CESUMAR. Para abrir oportunidades para nossa juventude. E desde o primeiro dia eu fiz uma escola rigorosa, linha dura.

Bem, então quais são as minhas ações aqui? Mais dias letivos. Segundo: em cada prédio eu tenho um apontador, uma pessoa com a prancheta na mão. Professor que chegou atrasado cinco minutos, soltou os alunos cinco minutos mais cedo, alguém vai conversar com ele. Então tem aula, acabei com a história de professor faltar ou de chegar atrasado ou de soltar mais cedo. Essa é uma péssima cultura do sistema educacional brasileiro. Liquidei com isso. Mudei a cultura aqui dentro. O aluno pode sair, mas ele está sabendo que vai ter prejuízo. Mas quando a aula está sendo bem dada, a cobrança é boa, o aluno não sai, ele fica na escola. Terceiro: em toda prova tem um fiscal na sala de aula, para não deixar colar. Apenas em salas com menos de vinte alunos o professor pode aplicar a prova sozinho. Eu gasto duzentos mil reais por ano em uma equipe que tenho aqui só para fiscalizar provas. Em provas é sempre um professor e um fiscal. Quarto: a prova tem que ter um bom grau de complexidade, a prova está regulamentada: é descritiva. Eu não aceito prova tipo teste, múltipla escolha e nem prova em grupo. A prova é descritiva e individual, porque o mercado vai exigir individualmente do futuro profissional. Nós temos aí um tal de projeto sócio-construtivista, que pensa que isso é errado, não se pode expor o aluno, ele é fruto do meio, não sei o que lá. Mas o mercado exige do indivíduo e não do grupo. Então o cara tem que ser bom pra ficar aqui no CESUMAR. A prova bimestral vale no mínimo oitenta por cento da nota. Não tem essa história de dar um trabalho e tal. Aí todo mundo copia da Internet, um faz e três ou quatro assinam. Estão aprendendo? Nossa sociedade não é voltada ao conhecimento, posso dar um exemplo pra fundamentar isso. O maior jornal japonês, o *Yomiuri Shimbun*, edita quatorze milhões e seiscentos mil exemplares por dia. No Brasil, os dez maiores jornais juntos editam um milhão e seiscentos mil exemplares. Nós somos uma sociedade muito alienada, cheia de alienados com diploma de curso superior na mão, porque a informação é o que alimenta os processos que você aprende na escola. É o combustível dos processos. Se

você não tiver informação atualizada, tudo que você estudou há cinco, dez anos atrás não vale nada. Eu organizei agora um grupo de trabalho, a partir deste ano, no CESUMAR. Todas as provas vão ter vinte por cento de conhecimentos gerais, todas as questões serão tiradas de periódicos como os jornais “A Folha de São Paulo”, “O Estado de São Paulo”, “A Gazeta Mercantil” e os jornais locais, além das revistas “Veja” e “Isto é”. Destes periódicos sairão vinte por cento das provas. De acordo com os temas não é? Por exemplo: prova de “Saúde Pública”, o professor irá buscar as questões de saúde que foram tratadas em jornais atualizados. Talvez os professores de Matemática tenham um pouco mais de dificuldade, mas ele pode utilizar-se de dados da seção da Bolsa de Valores. A seção “mercado financeiro”, não é? Tudo isso porque eu preciso fazer com que meu aluno aprenda a ler. Hoje em dia o aluno gasta dois três mil reais pra participar de uma colação de grau, com grandes festas, baile, dá a impressão que ele venceu o mundo e não é verdade. Ele gasta muito mais com a formatura do que com compras de livros durante o tempo em que ele foi universitário. Então, eu trabalho nisso diuturnamente aqui na nossa Instituição para que se tenha uma boa escola.

Eu não trabalho com turmas muito grandes, mas também não vejo prejuízo nisso, desde que o professor tenha habilidade para tal. Quando eu faço uma palestra para trezentos e cinquenta alunos, eu discuto sobre isso. Uma das principais reclamações é: “Em uma turma de setenta, oitenta alunos como é que eu aprendo?” Aí, eu pergunto para ele: “Escuta, há duas horas eu estou falando com vocês. Caso estivesse aqui só o pessoal da primeira fila, eu pergunto para o pessoal da primeira fila: ‘Se estivessem só vocês aqui na primeira fila, vocês teriam aprendido mais ou teriam aprendido menos? Teria aprendido mais se estivessem só vocês, tem trezentos e cinquenta, vocês perceberam os de trás?’” Agora, eu sou motivado, sou apaixonado pelo que faço. Essa é a grande diferença, não é? Então, é a qualidade do professor que determina a aprendizagem. Eu tenho um convênio com a *University of Florida*. Eu conheço escolas do mundo todo. É outra ação pessoal minha. Todos os anos eu saio para conhecer instituições fora do Brasil. Então, isso me dá segurança naquilo que eu estou falando aqui, ou seja, me dá uma diretriz para que eu erre menos e aplique melhor o dinheiro dos meus alunos aqui, na Instituição. Nos Estados Unidos, eles resolveram esse problema de tamanho de salas e baixaram muito o custo do ensino. Aqui nós matriculamos o aluno, primeiro ano de Direito, por exemplo, em Direito Civil I. Ele é matriculado na série, na turma e no professor, não é? Que direito o aluno tem de escolher? Nenhum. Quando ele chega na Instituição de Ensino é dado a ele uma lista, ou ele acessa a Internet para saber em qual sala está, quais serão os colegas de sala dele, qual o professor que vai dar aula para ele. Ele não escolhe nada. Nos Estados Unidos a rotina de matrícula no primeiro ano é a seguinte: “Você

quer fazer todas as disciplinas? Faça a matrícula nas disciplinas”. Ele é quem vai escolher a sala de aula e o professor. Então eu vi lá, e qualquer um que for lá vai ver, tem professor dando aula para trezentos alunos e ao lado um professor dando a mesma disciplina para vinte, trinta alunos. Caso aconteça desses vinte, trinta alunos chegarem à conclusão que o professor não está de acordo com o que desejam e quiserem freqüentar as aulas na sala com trezentos alunos, a escola arrumará uma sala de trezentos e cinquenta. E o professor que estava em uma turma com vinte alunos vai entrar na sala, constatar que não tem nenhum aluno, vai se perguntar: “Ué, o que está acontecendo?” Confere o horário, está no horário errado? Não. Aí ele retorna no dia seguinte, a sala está vazia de novo. O que ele vai fazer? Ele terá que ir no RH, recursos humanos, pedir perdão para o pessoal, né? E falar: “Oh, eu não tenho vocação para essa profissão, porque os alunos não quiseram ficar em minha turma. Eu acho que não estou preparado para ser professor”.

No caso da nossa Instituição, para o atendimento extraclasse temos monitores. Os alunos precisam dispor de tempo para estudar além do tempo em salas de aula. As aulas práticas em laboratórios são para turmas pequenas. Os laboratórios estão montados para trinta alunos, em média. Então, se a turma tem sessenta alunos eu a divido em duas turmas, se tenho mais alunos eu a divido em três.

Em relação às Engenharias, não dá para fazer um Curso de Engenharia à noite. O cara vai, trabalha o dia todo, assiste às aulas a noite. Quando ele vai estudar? Quando ele vai estudar com um grupo? Quando ele vai procurar um monitor? Para você ter uma idéia, como a gente anda com a cabeça tão engessada... Eu tenho dito nas minhas palestras, fiz minha última palestra agora para meus professores, quatrocentos professores, na abertura do ano letivo, que nós colocamos uma grade ao redor da escola e ao redor de cada um de nós e ao redor de nossa mente. A escola de hoje é extremamente engessada. Até mesmo para pegar a transferência de um aluno de uma escola para outra é complicado. É necessário olhar a matriz curricular, a chamada grade, e preencher quadradinho por quadradinho. Dois alunos nossos pediram transferência para universidades americanas, na área da Psicologia. Em datas diferentes, mas coincidentemente os dois eram de Psicologia, um tinha cursado dois anos aqui e o outro três anos. Procuram universidades americanas diferentes. Chegaram lá e disseram: “Olha, eu cursei, três anos de Psicologia no Brasil.” O outro, “eu cursei dois anos”. “Ah, você que já cursou o terceiro ano, entra no quarto ano.” O que tinha cursado dois anos, entrou no terceiro ano. Não tem “adaptação”, não tem nada disso. A ciência é única no mundo, gente.

O que é que a Psicologia americana estuda? Jung, Freud etc. A ciência é uma só. O que o aluno estuda em Matemática no Japão? O mesmo que nós estudamos aqui. Agora, meu Deus, nós nem aceitamos diploma do Japão aqui. O cara, que fez uma Faculdade em Matemática no Japão, chega aqui e é uma loucura. Dispendio de três, quatro anos para convalidar o diploma dele. Ele tem que fazer complementação, porque “aquilo” não está na grade, aquele conteúdo. Como se isso fosse o supra sumo da formação do cidadão. Eu encontrei com um ex-aluno nas férias, na praia. Ele me disse: “Professor eu terminei a Graduação em Psicologia nos Estados Unidos, não me exigiram nenhuma adaptação. Mas eu fiz uma especialização lá e retornei ao Brasil. Aí, fui tirar minha credencial para dar aula. Fiquei três anos “enroscado” na Federal do Rio Grande do Sul porque demoraram seis meses para fazer uma avaliação do meu currículo. E, ao final, determinaram que eu tinha que fazer um monte de adaptações para obter a convalidação do diploma americano e a credencial de psicólogo.” Percebeu como nós somos engessados? Na Itália, no modelo europeu, eles exigem frequência só em três cursos. Frequência na Europa hoje, principalmente na Itália, é exigida em Medicina, em Engenharia e Psicologia, porque são cursos invasivos. Porque, se um médico erra ele mata; um engenheiro se errar o cálculo o prédio cai e o psicólogo pode criar desvios de conduta significativos. Em nenhum outro curso é exigido frequência. Mas aí de quem não estudar o dia todo em casa ou mesmo na escola. Na escola os professores fazem conferências. Algumas conferências por semana. Por exemplo, um aluno que faz Administração, ele terá que cursar no primeiro ano do curso uma disciplina de Matemática Básica e outras de menor complexidade. Então, o aluno chega à universidade, recebe a relação do que ele terá que cumprir naquele semestre e umas cento e vinte referências bibliográficas, no rodapé. É informado a ele que terá que estudar os tais cento e vinte livros relacionados para que possa vencer o primeiro semestre do Curso de Administração. É informado também que serão disponibilizadas algumas conferências, nas quais serão discutidos os temas mais complexos das disciplinas. Certo? E também que ele terá professores disponíveis para eventuais dúvidas. E não tem “conversa mole”. Ao final do semestre, são formadas bancas com três professores e são aplicadas provas orais. Meia hora de avaliação, os três professores já conseguem perceber se o cara estudou ou não. “Ai, não, pelo Amor de Deus, professor... Meu pai ficou doente, minha mãe perdeu o emprego, meu avô teve câncer”. As lamúrias não são levadas em conta. O que tem a ver uma coisa com a outra?

Aqui no Brasil, isso não daria certo ainda. Estou falando sobre isso só para você ver como são os modelos lá fora. E nós engessados em gradezinhas. Antes nós precisamos ensinar

ao aluno como estudar. O aluno para fazer uma boa faculdade precisa treinar umas seis, oito horas por dia. Ele precisa ficar cinco, seis horas na escola e estudar mais duas ou três horas em casa. Agora, eu tenho pesquisado direto, aqui na Instituição. “Quantas horas você estuda em casa? Quantos livros você leu neste bimestre?” O melhor aluno de cada série almoça comigo bimestralmente em um restaurante. Eu comecei esta rotina, almoçando com vinte alunos. Atualmente, são cento e sessenta alunos. Durante o almoço eu faço uma pesquisa e dessas duas perguntas nunca abri mão. Esses alunos estão situados entre os melhores alunos das melhores escolas brasileiras. No tempo do provão, entre vinte por cento das melhores escolas brasileiras. E isso me dá o direito de dizer isso. E mesmo assim a gente vê que é um aluno que estuda muito pouco em casa e que não lê, ele não monta uma biblioteca em casa durante os quatro anos de curso. Usa apenas um pacotinho de cópias de apostilas que ele pega no xérox. Isso é uma vergonha para o modelo educacional brasileiro. Não é professora?

Eu tenho um monte de cursos noturnos. Sou contra, mas não adianta eu querer sozinho mudar o mundo. O curso noturno é uma fase em transição. Mas é o seguinte: eu disse para meus alunos nas minhas palestras, já falei para você e falo para os alunos dos cursos noturnos também. “Eu não quero trabalhador estudando aqui no CESUMAR. Eu não quero trabalhadores aqui no CESUMAR. Alguém aqui trabalha? Levanta a mão quem trabalha”. Claro, como estava falando para alunos do curso noturno, o pessoal levanta só a metadinha da mão. “Calma, vou esclarecer melhor: não estou precisando de novos empregados, não estou oferecendo emprego. Eu quero conviver com estudantes que trabalham, é diferente”. O aluno pode trabalhar, mas tem que assumir uma nova postura. Enquanto estiver aqui ele é estudante e isso tem que ser prioridade em sua vida. E estudantes que trabalham têm muito tempo para estudar. Ao que o pessoal responde: “Como? Eu trabalho o dia todo, como é que eu tenho tempo para estudar?” “Você tem quarenta e oito horas todo final de semana, quarenta...” Aos gritos mesmo, professora. “Quarenta e oito horas livre todo final de semana, o que vocês fazem nestas quarenta e oito horas? Tudo bem você precisa dormir, vou considerar sete horas de sono, sete e sete são quatorze, quarenta e oito menos quatorze são trinta e quatro horas. Ah! você precisa de mais tempo para suas refeições, vamos considerar mais duas horas, mais duas horas para suas necessidades fisiológicas, tomar banho, enfim final de semana é tempo de tomar banho. Portanto, sobram trinta horas. O que você está fazendo com estas trinta horas meu caro? Então você tem tempo para estudar muito. Agora você tem que assumir uma postura de estudante, e não justificar dizendo que é trabalhador para não fazer nada na vida. Se você não estudar seu diploma não vai valer porcaria nenhuma, ele não vai ajudá-lo em

nada”. Eu faço a minha palestra em duas horas e meia, entendeu? Porque a mentalidade precisa ser mudada. A função do meu discurso é abrir espaço para “chegar junto”. Eu acompanho tudo, professora. O CESUMAR cresceu do jeito que cresceu não foi de graça. Foi fruto de uma filosofia, de muito trabalho. Aí, eu continuo dizendo a eles: “Eu não quero trinta horas, cara, tira vinte... Tira vinte horas para você namorar, curtir pai e mãe, tomar cervejinha, jogar bola, mas me dá dez horas! Pelo amor de Deus, bicho, me dá dez todo final de semana. Você tem cinco, seis matérias, se dedicar duas horas por disciplina, que teve aula durante a semana, se você dedicar duas horas para rever os conceitos, pegar dois, três livros que tratam do assunto, ver o que um autor pensa diferente do outro, terá um grande sucesso. Pouco para o mundo, mas muito bom para o Brasil. Você será um profissional de sucesso”. Não é verdade? Pergunta para os seus alunos quem estuda dez horas em casa todo final de semana? E ele não tem tempo? Ele tem. Mas essa juventude vive hoje como se o amanhã não existisse. São uns “bobo-alegres” da sociedade, professora. São uns “bobo-alegres”, entopem essas ruas em torno da escola, a partir de quinta à noite, virando a noite tomando cerveja e fazendo sexo nos muros. Sexo, droga e cerveja, tudo hoje, parece que o mundo vai acabar hoje, parece que amanhã não vai existir. O cara vai ter setenta anos pela frente, oitenta anos para tomar cervejinhas, para fazer sexo, para curtir a vida. Porque não dedica esses quatro anos para construir este futuro, para o futuro ser diferente? O projeto pedagógico brasileiro está voltado para dar diplomas para imbecis. Por isso que eu estou lá com um pé dentro do Senado. Para tentar mudar essas coisas. E tenho dito.

O CESUMAR teve uma rápida evolução. Em janeiro de 1990 saiu a autorização para os dois primeiros cursos. Inicialmente, como nós não tínhamos prédios. O Amaury Meller já tinha Ensino Médio no Colégio Paraná e por isso os prédios não eram totalmente tomados à noite. Então, procurei por ele e ofereci certa percentagem no CESUMAR para que ele nos cedesse os prédios por dois, três anos. Imaginava que em dois ou três anos fosse possível ter os próprios prédios. Mas não deu certo, ele não chegou a entrar no Contrato Social porque nós divergimos na discussão da composição societária. Ele queria participações individuais para ele, a Elza e o Boldori⁸⁴. Eu queria que só colocasse o nome dele, representando a sociedade com os outros dois. Enfim, não deu certo. Também convidei o Antonio Bárbara⁸⁵, ele tinha um terreno aqui, quase em frente. Era meio alqueire de terra, daria para a gente começar ali. Ele chegou a entrar na composição, mas saiu antes de

⁸⁴ Vide entrevistas do professor Amaury Meller.

⁸⁵ Ex- Deputado Federal Antonio Paula de Souza Bárbara.

começarmos. O Bárbara também não deu certo. Afinal, permaneceram o Candinho, de Umuarama, eu, Claudio Ferdinandi. Claudio é meu um amigo íntimo e trabalhava junto com minha mulher em Jandaia. Joaquim Henrique Lawer, outro amigo íntimo também, participou do grupo no início. Ele é ex-padre, escreve muito bem. Ele elaborou parte dos projetos desta escola. Além deles tinha aquele sócio do qual eu falei no início, o Jucundino Furtado. Joaquim Henrique Lawer saiu antes de começar, e o Jucundino Furtado morreu. O filho dele trabalhou comigo por quatro anos juntos, depois vendeu a parte dele. O pessoal da UNIP, do Grupo Objetivo, também tem participação com a gente aqui. Quando estava para sair novos cursos, eles estavam para entrar em Maringá. Qualquer cidade como Maringá tem UNIP, não tem? E porque Maringá não tem? O que eu fiz para não ter UNIP aqui? Com um gigante desse concorrendo conosco, como se diz na gíria, estaríamos ferrados. Então eu fiz uma aproximação e propus a eles colocarem um Colégio Objetivo aqui dentro, em troca de não entrarem com a UNIP aqui em Maringá. Atualmente, eles têm uma pequena participação no Colégio e uma pequena participação no CESUMAR. O Claudio Ferdinandi continua meu sócio até hoje, tem doze e pouco por cento. Bem, antes de começarmos houve várias mudanças. Começamos com dois cursos em 1990 e aí só poderíamos pedir dois cursos novos depois de quatro anos. Por isso abrimos outra faculdade, outra mantenedora, e pedimos dois outros cursos. Demos um nome qualquer para essa instituição, ela só foi aberta para poder tramitar o processo e depois fazer a fusão, como de fato fizemos. Com isso, em 1994 nós já tínhamos os Cursos de Direito e Ciências Contábeis. Foi muito difícil abrir o Curso de Direito em 1994. Senão fizéssemos assim, em 1993 nós iríamos pedir a abertura de novos cursos e só em 1997 teríamos a resposta. O governo permitiu a fusão, sem problemas. Mas não só nós fizemos isso, as pessoas abriam várias mantenedoras para pedir vários cursos ao mesmo tempo. Assim, em 1993 nós tínhamos quatro cursos: Direito, Contábeis, Administração e Tecnologia em Processamento de Dados. Eu não abri Filosofia. Eu pensei em desenvolvimento, em formação de bacharéis e não em licenciados. Tem um monte de Cursos de Licenciaturas por aí. Eu peguei outra área né? Bom, aí aconteceu o fechamento do Conselho Federal de Educação por dois anos, medida do Itamar Franco. Ficou tudo parado até que, ao final de 1996, foi aprovada a nova LDB. Em 1997 ela foi regulamentada. A partir daí uma escola podia pedir quantos cursos quisesse. Em início de 1997 eu protocolei dezessete cursos. Em 1998 começaram a ser aprovados os cursos da área de Saúde. Atualmente, à exceção de Medicina, eu tenho todos os cursos dessa área. Nós temos Medicina Veterinária e, na fazenda experimental, um laboratório de última geração, de última tecnologia. Lá se faz clonagem, inclusive. O primeiro experimento científico em clonagem no

Paraná foi feito agora, em novembro, no CESUMAR. Lá é feita a reprodução fora do útero. Aspiram-se as células reprodutivas no ovário da vaca, coloca-se em uma estufa para maturar, para desenvolver. Aí a célula se desenvolve, o processo de maturação dela é acelerado, acontece em dois dias. É feita a escolha do melhor sêmen para aquela doadora, fecunda-se na plaqueta, o material retorna para os equipamentos por mais três dias. O embrião com trinta e duas a sessenta e quatro células é colocado nas barrigas de aluguel. Além da pesquisa nós prestamos serviços para a região nesta área de transferência de embrião e *Filia*, reprodução *in vitro*. Nós investimos em pesquisa prá valer. Nós temos os melhores laboratórios. Aliás, outra falsa premissa é aquela que afirma que “na prática a teoria é outra”. Essa é outra falsa premissa que a sociedade brasileira utiliza. Justamente porque não se ensina nem bem a prática, nem bem a teoria no Brasil. Tudo é mal feito. Aí o profissional mal formado vai para o Mercado, para ele uma coisa não bate com a outra e ele se utiliza dessa falsa premissa também.

Retomando a história do CESUMAR. Não foram aprovados os dezessete cursos, mas pelo menos uns oito cursos foram liberados em 1997 e 1998. Mais os quatro cursos que já tínhamos, doze cursos estavam em andamento. Em 1999 eu montei o projeto de Centro Universitário e ao final de 2001 nós passamos a ser Centro Universitário, com autonomia para criar o curso que quiséssemos. Nessa época nós já tínhamos dezessete cursos. Começamos a construção do *campus* com 700 m² de construção em uma área de dois alqueires. Hoje nós temos 85.000 m² de área construída em uma área de oito alqueires e meio. É um *campus* extremamente bem estruturado. Você conheceu a nossa biblioteca⁸⁶, a levei até lá...

3.3. Uma análise por eixos

A partir dos depoimentos coletados, e tendo por horizonte o referencial teórico elencado no estudo anterior, optou-se por iniciar de forma mais explícita a análise das entrevistas selecionando sete eixos a partir dos quais uma certa apreciação dos depoimentos poderá ser feita: “Escola e Conhecimento”, “Família e Igreja: fatores de fixação a uma

⁸⁶ A Biblioteca possui uma área total de 4.000 m², sendo 3.834 m² de área útil, com 650 lugares para acomodar seus usuários.

região”, “Formação pessoal e escolar”, “Como as Escolas foram constituídas”, “Forma de Gerência das Escolas”, “Política” e “Controle”. Não são, certamente, os únicos eixos possíveis e cada leitor poderá detectar outros elementos significativos que, segundo cada ponto de vista teórico, conduziria melhor ou mais consistentemente a análise. Essa opção está certamente radicada em opções anteriores e mesmo nas intenções que dispararam as entrevistas e a escolha dos depoentes.

Para a continuidade da leitura, parte-se do pressuposto que as narrativas dos três professores são conhecidas pelo leitor na forma que foram apresentadas no tópico inicial deste estudo. Poder-se-ia propor que cada um desses leitores buscasse indicativos para compreender sua “realidade próxima” (a escola em que trabalha, os mecanismos de controle que por ele são exercidos e que nele se exercem, os profissionais que formam sua comunidade de trabalho, o perfil de alunos que ele e/ou sua instituição pretendem formar, etc.), constituindo, assim, uma análise autoral que poderia ser comparada a que será apresentada a seguir. Essa é a natureza de uma investigação qualitativa: ao disponibilizar publicamente os depoimentos e as compreensões de um autor sobre esses depoimentos, o leitor cria seus próprios eixos de análise e forma suas compreensões, dado que a interpretação de um texto é inesgotável em suas possibilidades.

Este texto apresentará, segundo um determinado referencial analítico, indícios que as entrevistas anteriormente apresentadas apontaram de particulares determinações da produção capitalista nas atividades produtivas desses profissionais da área da Educação. Os recortes das entrevistas que aparecem permeando a análise que segue terão, fundamentalmente, a função de indicar a posição de afirmações nas textualizações e, portanto, não pretendem ser uma expressão completa das mesmas, isto é, apenas irão apontar elementos que o leitor já conhece por ter se familiarizado com os depoimentos. Essa opção, do ponto de vista operacional, minimiza a necessidade de re-apresentar longos trechos, o que poderia tornar a leitura excessivamente enfadonha.

3.3.1. Escola e Conhecimento

O primeiro eixo proposto diz respeito ao modo como os três professores, depoentes deste trabalho de pesquisa, parecem ver a função social da Escola e a importância que dão ao conhecimento. Nos relatos disponibilizados é possível compreender o que pensam ser o

modelo de Escola (até mesmo porque eles o explicitam) que direciona suas ações enquanto prestadores de serviço na área da Educação. Talvez, dos três, o que declarou de forma mais explícita o modelo de escola que defende, como sendo seu nicho de atuação, tenha sido o professor Amaury Meller.

Em seu relato o professor Amaury Meller fala sobre a função integradora da escola, ou seja, aquela que visa a incorporar (ou integrar) as pessoas ao mercado de trabalho segundo uma diferenciação de competência, e também da intensidade das lutas que mantêm em movimento toda a rede interdependente de funções que compõem a sociedade:

Minha primeira experiência com o curso diurno foi baseada no que o Di Gênio estava fazendo no Colégio Objetivo. A idéia era montar turmas com sete ou oito alunos em média. Era um sistema todo especial e eu fiz essa experiência. Eu tinha uma filha que estava estudando no Colégio Santa Cruz, se não me engano na quinta ou sexta série, a outra cursava uma série anterior e o menino ainda estava na primeira série. Então, abri todas as séries do ensino fundamental. Convidei filhos de amigos, mas não fiz nenhuma outra divulgação porque não queria um curso com muitos alunos. Enquanto o curso se desenvolvia, fui fazendo reuniões com os professores, observando, avaliando as possibilidades de retorno, qual era o benefício para o aluno.

A minha conclusão a respeito dessa experiência foi que um número muito pequeno de alunos em uma sala de aula não é interessante. Fiquei sabendo que no Objetivo em São Paulo foi feita a mesma observação. Não há competição. A sala precisa ter um número maior de alunos de tal forma que os alunos líderes tenham outros colegas nos quais eles exerçam influência.

Essa percepção de como se processam as relações constituídas na sociedade capitalista, que se realizam através de intensa competição, dá a ele o modelo de Escola necessário à sua clientela. Por um lado, segundo sua percepção, a escola deve cuidar da formação integral do estudante enquanto “ser”, por meio de uma formação cultural, artística etc. Por outro lado, afirma taxativo, o cerne da formação deve visar à vida econômica prática, o que em uma sociedade capitalista de um país como o Brasil corresponde à reprodução da estrutura vigente por meio do cuidado com a formação daqueles que exercerão o “mando”. A preocupação com a formação com foco em perspectivas atuais em disciplinas profissionalizantes (“instrumentais”) é uma demonstração de que ele sabe dos sucessivos deslocamentos que acontecem num sistema como o liberal e, conseqüentemente, da necessidade dos cuidados conscientes para a sua reprodução. A escola deve estar a serviço dessa visão de mundo:

Então colocamos cursos da área de administração visando especificamente preparar o que eu digo, em termos bem simples, sem retórica nenhuma: cursos para preparar o representante do capital, o dono, o filho do dono e os gerentes de setor. É com essa visão

que os professores fazem sua prática, os problemas que são apresentados aos alunos seguem essa linha. Para um ensino assim, a meu ver, não interessa saber o que se fez no passado, a não ser como uma visão cultural, sem maior ênfase, apenas como uma base de formação pessoal. Mas para a disciplina instrumental não interessa saber sobre linha em produção em série, Fordismo, etc. O aluno tem que ser preparado para resolver problemas do dia-a-dia de uma empresa que está indo mal, por exemplo. As ações de hoje são medidas totalmente diferentes das aceitas no passado. É muito difícil falar em poucas palavras, e não parecer ingênuo, do porquê de um curso pragmatista. Sou totalmente favorável à uma sólida formação cultural mas na hora de ser instrumental vamos ser objetivos e preparar os estudantes para o dia-a-dia. Todos da minha equipe pensavam assim também.

O professor Arnaldo Piloto declara em seu relato que a Escola é o “caminho” possível para a mudança de condição econômica e até de classe social para os menos favorecidos socialmente, por meio da potencialização da competência. Isso, segundo minha perspectiva, pode ser evidenciado quando o depoente narra seu esforço na busca de uma formação pessoal na Escola e quando relata a influência que exerceu na formação dos irmãos, das filhas etc.

Meu pai sempre teve a característica de muita generosidade, ele dizia “olha, se eu proferir e se eu falar a pessoa faz. Se ela não fizer é porque ela não quer fazer”. Eu já tenho uma idéia um pouco diferente, e acho que isso foi bom para alguns dos meus irmãos. Eu tenho três irmãs e a mais velha tem oito anos, nove mais ou menos, menos do que eu. Quando eu estava no segundo ano do colegial e minha irmã na sexta série, ela reprovou. Como eu já era um adulto, tinha vinte anos, resolvi interferir nessa questão, com relação a elas. Procurei alertar meu pai e aos meus irmãos sobre a importância da escola. Pelo meu pai ficaria na base do “será que foi, será que não foi?” Comigo era diferente, e eles tinham um receio de mim, sabe? Um receio bravo, me respeitavam. Verdade! Eles diziam: “O Arnaldo, ai meu Deus!” Marisa, eu nunca tive vocação para tirano. Mas a gente vivia numa miséria tão grande, sabe? Eu nunca fui de revolta e nem de ter pressa. Acho que foi ótimo Deus ter me dado essas características, nunca maldisse a minha vida “oh como sou pobre e tal”, embora eu soubesse que era extremamente pobre. Mas nunca fui de lamuriar por isso e nem tampouco ter a idéia fixa “eu preciso enriquecer”. Não, eu só tinha consciência que precisava ter condições dignas de vida, que eu precisava cuidar da minha turma. De que modo? Devagar, tudo no seu devido tempo... Naturalmente, é óbvio, a escola seria o nosso caminho. Por isso procurei, então, estar sempre junto com meus irmãos e os obrigava ir para a escola.

Essa percepção que norteou sua influência no âmbito familiar torna a aparecer em outros momentos da entrevista: quando ele comenta a respeito da bolsa de estudo concedida por um convênio firmado entre o Colégio Nobel e o Rotary ao filho de uma zeladora da Universidade Estadual de Maringá. Percebe-se a importância que atribui à Escola para aqueles que se encontram em situação desfavorável na sociedade. A Escola é também forma de distribuição dos saberes, ela seleciona os competentes independentemente da classe social.

[...] De novo é aquela história: se estou gerindo dinheiro do povo, eu não gostaria que o dinheiro dos meus impostos fosse destinado para pagar um curso para determinados alunos que eu vejo aqui. Tem “cara” dormindo na sala, ele não quer nada com nada. Enquanto isso tem “nego” ralando. Nós tivemos recentemente a visita de um garoto que foi nosso aluno, ele foi bolsista. Nós temos um concurso anual, promovido pelo Rotary, cujo prêmio é fazer os três anos aqui. Esse menino ganhou, ele é filho de uma zeladora da UEM. Ele terminou o curso de Direito no Largo de São Francisco, Marisa. Entende? o garoto é sensacional, inteligentíssimo. [...] Quando se está empregando recursos públicos é necessário classificar, os melhores devem ser os escolhidos. É necessário otimizar os recursos públicos ao usá-lo com os melhores alunos.

Um aspecto interessante nas entrevistas dos professores Amaury e Arnaldo é a variação do discurso sobre a coisa pública, em especial a Educação: conforme o interesse de suas empresas o discurso os leva a uma avaliação ou à avaliação oposta. Essa variação no discurso empresarial do prestador de serviços visa a demarcar seu espaço de atuação, sua clientela – o perfil de aluno que o interessa – e, de alguma forma legitimar sua atuação, a fim de obter sucesso em seu empreendimento. A partir desta constatação é possível traçar o modelo de escola dos professores Amaury e Arnaldo Piloto.

Professor Amaury, em determinado momento, atribui às universidades públicas um caráter livresco, em contraposição à perspectiva objetiva que norteia seus cursos. Para ele, determinadas escolas têm a função de preparar para a profissão enquanto outras parecem estar direcionadas para a pesquisa. Ele, de certa forma, desvincula os três eixos que deveriam compor as atividades acadêmicas: pesquisa, ensino e extensão.

O Cursinho ainda existe. Mas apenas para propiciar o “terceirão integrado” para nossos alunos quando eles chegam à terceira série do Ensino Médio. Na terceira série, nossos alunos fazem revisão de primeira e segunda em ritmo do que seria no Cursinho. Da forma como o vestibular está indo um bom ensino médio é o que importa. Não interessa deturpar o ensino de segundo grau para o ingresso na universidade. Essas universidades que preparam professores e usam um método totalmente descabido em seu vestibular, onde só pede-se aspectos quantitativos de Física, Matemática, problemas que depois no curso superior o aluno não chega nem aprender, me incomodam. As universidades públicas estão começando lentamente introduzir avaliações mais qualitativas. O vestibular que eu tenho aqui, na Faculdade Maringá, é para selecionar o aluno específico que nos interessa. Não nos interessa, por exemplo, formar um advogado pesquisador, para a carreira diplomática, mas advogados do dia-a-dia. Então, muitas vezes são pessoas com experiência da vida profissional que vêm fazer um curso aqui.

Mas, no entanto, no mesmo relato, uma forma de aferição da qualidade dos seus cursos supletivos é justamente dada evidenciando uma universidade pública:

Daí nossos alunos foram fazer vestibular, tiraram os primeiros lugares em Direito, Administração e Economia. Na UEM, nós tivemos maravilhas em seus vestibulares. Os

alunos eram aprovados nos primeiros lugares, alunos que fizeram nossos cursos, ginásial em dois anos e ensino médio mais um ano e meio. Completaram a escolaridade básica em três anos e meio e foram aprovados nos primeiros lugares na universidade. Até mesmo no vestibular para o curso de Direito, que sempre foi um curso muito concorrido. Da mesma forma os que optavam pelos cursos de Economia e Administração.

Da mesma forma, o professor Arnaldo faz críticas a determinadas atividades na universidade pública: às discussões estereis, ao excesso de manobras políticas e à existência dos que visam benefícios próprios, razões que o afastaram de Instituição dessa natureza. No entanto, não é uma crítica que descaracteriza a Instituição, mas que visa a colocar em evidência as razões pelas quais defende explicitamente em seu relato o regime capitalista e a eficácia da racionalidade técnica:

Outra coisa: nesta época o Departamento, a Universidade em geral, começou se politizar demais. A Universidade recebeu uma leva de professores, muitos professores de São Carlos. São Carlos era um manancial da esquerda, né? Aquilo “brotava”, “brotava” gente de lá que era uma maravilha. A década de 80 foi quando começaram aparecer “os filhos de São Carlos”. Maravilha... O Departamento tinha contratado uma leva, acho que nove professores e, praticamente todos eles vinham de São Carlos. Quase todos. A situação era cômica, caricata algumas vezes [...] Isso tudo foi fazendo com que eu chegasse à conclusão que não deveria me meter a fazer um doutorado. Isso significaria minha condenação a viver eternamente dentro daquele ambiente. Naquela hora eu não conseguia perceber que um dia a grande maioria dali ia sarar daquele “esquerdismo”. Caso aquela doença se agravasse cada vez mais eu estaria perdido, ia morrer ali, ia ficar louco porque eram discussões intermináveis, acerca de assuntos bobos. [...] Eu sou a favor do Estado mínimo, porque o Estado é uma praga, todo mundo sabe disso. Eu vivi dentro de uma Instituição Estadual durante muitos anos e sei a praga que é. Vi histórias horríveis. Eu me lembro de uma vez, uma professora apresentou um projeto de pesquisa. [...] Mas no decorrer deste processo, um colega de Câmara Departamental me informou que a tal professora se aposentaria em dois anos e que o objetivo dela com o projeto era reduzir a carga horária. Eu não sou um paladino da moralidade, Marisa, mas sou um paladino da racionalidade. Eu estava no meio desse troço, aquilo ia me prejudicar. Sabe, por quê? Porque essa mulher ao reduzir a carga horária, obrigaria o Departamento contratar outro professor. Quando se fecha os olhos para coisas assim não se percebe que está se promovendo um inchaço no departamento. Um Departamento que funciona com trinta professores em pouco tempo pode ter sessenta. E o Estado não vai agüentar pagar um salário razoável para sessenta, quando trinta poderiam fazer o serviço. As pessoas não percebem isso.

É possível perceber que não se tratava de desmerecimento integral das atividades em uma universidade pública porque em determinado momento do seu relato professor Arnaldo mostra respeito pelo trabalho realizado na esfera que conhece bem, o Departamento de Matemática, uma vez que fez parte de seu quadro de professores durante muito tempo:

Eu acho que até hoje o Departamento de Matemática da UEM tem essa característica, ele é composto de gente muito séria. Há lá, um ou dois que podem destoar,

mas hoje em dia eu acho que nem tem mais esses. Sempre foi um grupo de gente muito idealista, muito “grudada na coisa”, que gostavam do que faziam e o faziam de forma correta. Eu estou falando dos professores que dão aulas para o Curso de Matemática, principalmente. São pessoas que não afastam o aluno, são sempre muito abertos e isso já existia desde a primeira turma.

Esta postura de, no mesmo relato, tecer críticas e enaltecer as atividades de uma instituição, tem a capacidade de legitimar sua opção pela iniciativa privada e a demarcação da sua clientela, de seu nicho de atuação. Sua escola busca atender àqueles que procuram não apenas formação para saberes práticos, mas uma formação que inclui saberes estéticos e o despertar da sensibilidade pela e para a fruição da arte. A imensa gama de cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior mostra que o processo de tornar o homem civilizado colocou necessidades que, no decorrer do tempo, foram incorporadas pelo Ocidente como frentes para as relações de produção. Uma escola que prepara seus alunos para vestibulares de instituições públicas precisa ter como prioridade a formação em saberes clássicos que são cobrados em provas de ingresso ao ensino superior. Os diversos cursos possibilitam que diferentes vocações e talentos sejam aproveitados. É este tipo de formação que irá diferenciar a força de trabalho, separar aqueles que formam percepção da amplitude de possibilidades da reprodução da vida daqueles que se formam para contentar-se com o essencial apenas.

[...] Mas a poesia não só me consola, ela me diverte, emociona, cativa, fascina. Quando eu estava preparando aquela fala, pensei em um pequeno poema do Carlos Drummond de Andrade cujo título é “Cabaré Mineiro” Eu o acho hilariante, maravilhoso, fantástico. Pensei nele porque eu ia falar sobre inteligências múltiplas. Eu concordo que existem inteligências múltiplas, mas isso quer dizer que algumas pessoas aprendem melhor algumas coisas e não conseguem aprender tão bem outras. Portanto, o professor não pode esperar que todos seus alunos aprendam tanto quanto ele deseja porque alguns não vão aprender mesmo. Do professor se espera a sensibilidade para compreender qual é o limite de cada um. A minha idéia foi colocar para a platéia o poema e perguntar se ali alguém saberia escrever algo assim. Provavelmente ninguém ali o faria, mesmo que estudasse anos a fio de comunicação e expressão. Você não tem a inteligência necessária para escrever isso, eu também não tenho. Mas eu também tenho certeza que o Carlos Drummond de Andrade nunca vai saber Matemática como você. Não saberia, poderia se debruçar nos livros, estudar, estudar e não saberia. Esse é o significado de “inteligências múltiplas” para mim. [...] Fico pensando sobre a estupidez do MEC quando fez uma campanha dizendo que no Ensino Médio só será ensinado o que é útil para a vida. Onde já se viu uma coisa dessas? Aprender só o que é útil para a vida? Para a maioria das pessoas o útil para a vida delas é o arroz e o feijão. E só.

Mas este tipo de clientela, que alimenta uma escola que visa ao ingresso de seus alunos em escolas de ensino superior renomadas, busca garantias para seu investimento. Professor Arnaldo mostra isso quando declara ser importante dar às pessoas uma medida da

qualidade da escola. Daí, ele busca legitimar suas ações chamando à cena o índice de aprovação nos vestibulares destas instituições; no caso de Maringá, especialmente, na UEM.

Quando se fala, “ah os nossos alunos passam no vestibular” há sempre aquela deturpação de que Cursinho é um “treinador” para vestibulares. Pelo amor de Deus! Se os professores da Universidade são tão incompetentes que não conseguem fazer um teste a prova de treinadores, eles deveriam dar um tiro na cabeça. [...] Portanto é um estudo como outro qualquer. Acho que o Cursinho provê condições para que um aluno que tenha potencial o desenvolva. Não fazemos milagres. Se o “cara” não quer, não tem capacidade, ninguém faz milagres. Mas eu acredito que nós temos uma estrutura, tocada com cuidado, que dá oportunidade para quem tem potencial se desenvolver. É o caso desse menino, por exemplo, que eu acabei de citar. E ele não é o único. Só em Direito no Largo São Francisco nós temos três alunos. Isso porque são poucos os que vão para essa escola. [...] Então eu acredito que nossa escola funciona bem. Essa aferição, a aprovação em vestibulares, dá às pessoas em geral uma medida da qualidade da escola, mantém certo prestígio da escola.

No relato do professor Wilson Matos a Educação tem caráter transcendental (remédio para o espírito) e, ao mesmo tempo, é objetiva, uma vez que possibilita padrões de comportamento necessários à identidade de um povo, à manutenção de sinais distintivos de classe (daí a exigência em relação aos filhos) e à mudança de classe (do que ele próprio é exemplo). Nesse sentido, ele dialoga bem com as posições do professor Arnaldo Piloto.

E a outra falsa premissa é que “em casa de ferreiro, o espeto é de pau”. Não é verdade, o ferreiro tem que mandar no espeto. Se eu sou educador, meus filhos têm que gostar disso, precisam ser excelentes alunos. Então é “faça o que eu faço” no lugar de “faça o que eu mando, mas não faça o que eu faço”. Nós criamos uma série de falsas premissas para justificar nosso fracasso em todos os sentidos. E eu tenho desmistificado essa questão. A Educação é bem mais eficiente quando há o resgate da dignidade de um povo, segundo Rui Barbosa. Tem um pensador japonês que afirma que a educação lapida, enaltece a alma e lapida o caráter humano. Isso todos nós sabemos, então por isso eu sou apaixonado por esse profeta. Eu sou, eu fui resgatado pela Educação. Rui Barbosa estava certo quando disse que “A educação é resgate da dignidade humana”. Eu poderia ser um trabalhador rural até hoje, mas fui resgatado pela Educação, fui mudado, fui transformado. A Educação precisa ter qualidade prá valer.

Assim como o professor Arnaldo, ele vê na escola uma possibilidade de ascensão social, e se utiliza desta percepção para evidenciar que o CESUMAR, da qual é sócio-proprietário e reitor, segue promovendo essa intenção:

Como continuei estudando, continuei insistindo para meus irmãos entrarem no Ginásio. Quando eu estava na sétima série um irmão entrou no Ginásio; quando eu estava na oitava o outro entrou; quando eu estava no primeiro colegial entrou outro na escola. Enfim, todos foram fazer o Ginásio. Na década de setenta, oitenta, todos terminaram a Faculdade. Os nove fizeram a Faculdade. O mais velho casou muito cedo, teve filhos, ele

era viajante. Mas fez faculdade no CESUMAR. Um dos primeiros alunos do CESUMAR foi o meu irmão mais velho, em 1990, ele tinha quarenta e oito anos de idade e fez Administração. Ele tinha uma pequena empresa Ela se transformou em uma grande empresa, a partir do momento que ele começou a aprender os princípios de gestão e dominar os processos administrativos e recursos humanos, análise, balanço etc. Aprendeu com a Sociologia a relação entre as pessoas, com a Psicologia, a Filosofia. Ele começou o curso com quarenta e oito anos e saiu com cinquenta e dois. Os quatro anos de escola fizeram a empresa dele sair da condição de pequena empresa para a de uma grande empresa. É uma indústria. Então essa é a importância do conhecimento.

Ou seja, por um lado, o conhecimento para o professor Wilson tem natureza essencialmente prática – é uma ferramenta que tanto auxilia no jogo estratégico, no seu planejamento que a reprodução da estrutura de produção requer, quanto proporciona a agilidade que o mercado atual exige – para a obtenção do poder. Por outro lado, é necessário o poder para se ter o conhecimento da forma almejada, daí seu envolvimento com a política partidária:

O conhecimento que o mundo detém hoje é muito grande. Mas enfim, essas questões de gestão, das áreas administrativas não podem ser segredo, não é? Não precisa ser um pesquisador para entrar em áreas administrativas. Claro, quem tem um Curso de Administração, tem domínio desses processos com muito mais facilidade. Mas eu fiz Matemática. Matemática é um curso que ensina lógica e a lógica é o fator de sucesso das pessoas. O empreendimento que não tiver um bom planejamento na área de logística não vai para frente. Essa é uma grande virtude das pessoas que fazem cursos de Exatas. Graças à minha habilidade logística, dada pela Matemática, eu sempre consegui buscar os caminhos mais curtos, ou seja, procurei e consegui sempre encurtar caminhos. Enquanto as pessoas, às vezes, percorriam caminhos mais longos eu sempre conseguia caminhos um pouco mais curtos. [...] Mas essa juventude vive hoje como se o amanhã não existisse. São uns “bobo-alegres” da sociedade, professora. [...] O cara vai ter setenta anos pela frente, oitenta anos para tomar cervejinhas, para fazer sexo, para curtir a vida. Porque não dedica esses quatro anos para construir este futuro, para o futuro ser diferente? O projeto pedagógico brasileiro está voltado para dar diplomas para imbecis. Por isso que eu estou lá com um pé dentro do Senado. Para tentar mudar essas coisas. E tenho dito.

Portanto, para o professor Wilson parece haver uma articulação entre o saber e o poder. O conhecimento possibilita os infinitos e ágeis deslocamentos que o poder necessita e, simultaneamente, o poder administra o saber.

Foi aí que eu achei que Maringá precisava ter outra Faculdade. Mas criar uma Faculdade na década de oitenta era muito difícil. Abrir um hotel, uma casa de jogos, todo isso era fácil, menos uma Faculdade. Porque o conhecimento é um perigo para quem administra. Não é? O conhecimento é agente de mudanças da sociedade e quem está no poder, historicamente, não tem muito interesse em que a sociedade cresça. O conhecimento provoca mudanças muito rápidas, e numa sociedade que aprenda prá valer os que historicamente dominam o poder certamente seriam substituídos.

Mas, para ele, parece haver uma tensão intensa na relação saber-poder, que ele procura captar num discurso de certa forma “flutuante”, no qual afirmações e negações não se excluem mutuamente e têm a função de preservar posições obtidas sob o “signo de muita luta”. Para atingir o objetivo de trabalhar com a Educação, passou por diversas outras atividades, enfrentando uma luta para transpor as barreiras que o poder impõe ao domínio do outro pelo conhecimento, uma vez que o conhecimento gera poder.

3.3.2 Família e Igreja: fatores de fixação a uma região

O núcleo familiar determina permanências e afastamentos, influenciando o acúmulo ou esvaziamento de regiões, o que é um dos fatores importantes para a produção. No caso dos três depoentes a família constituída pelos pais teve importância, ou até mesmo foi determinante, em relação à mudança para a cidade, como é o caso dos professores Arnaldo e Wilson. No caso do professor Amaury Meller, embora declare que seu pai foi uma grande influência em sua forma de proceder profissionalmente, a família constituída pelos pais foi motivo de afastamento da região onde nasceu e de sua permanência em Maringá. A opção pela cidade deu-se, em parte, pelas possibilidades profissionais que vislumbrava. Mas não é possível negligenciar o fato de que com pouco tempo de permanência na cidade constituiu sua própria família, o que foi um elemento a mais dentre os fatores a justificar a permanência e o fortalecimento de vínculos com a região. Os novos laços afetivos estavam também amarrados aos interesses econômicos que ele já mantinha com a família de sua esposa por ocasião de namoro e noivado.

Bom, vou começar falando sobre aquilo que exerceu bastante influência na minha vida, não profissionalmente, mas na minha maneira de encarar as coisas. [...] Ele foi bem sucedido, casou-se já com trinta e cinco anos e já era proprietário de terras, olaria, hotel, empreiteiro de estradas e tal. Ele sempre teve um espírito muito esportivo, viveu a vida. [...] Mas apesar de não ter ensino formal meu pai sabia orientar os empregados e os advogados de acordo com o desejo dele. Levou a vida movendo ações contra o governo, seja porque passavam na terra sem autorização, ou porque desviavam o córrego. Essa era a cultura dele, sempre me fez questionar muito, era o método da época. É... isso me ajudou muito. [...] Eu era um jovem morando em um lugar distante, sem a família cobrando certas atitudes e comportamentos, estava iniciando meu próprio ritmo de vida. Não tinha quem cobrasse se fora à missa ou não, eu era totalmente independente e isso para um jovem tem um valor extraordinário, o maior. Por isso, apesar da poeira,

apesar da cidade ser fria devido a sua distribuição futurística e às pessoas tão desconfiadas, eu quis permanecer na região. Aqui, eu era eu mesmo. Meu pai desejava que eu voltasse para o Rio Grande do Sul, esperava que fosse dirigir os negócios dele, afinal eu era o filho mais velho. Essa era a esperança dele. Em segundo lugar, percebi as possibilidades da região. [...] Minha vida empresarial começou cedo. Eu cheguei em Maringá em 1961, em dezembro deste ano noivei, em dezembro de 1962 me casei. Aí meu sogro, na época tinha uma empresa de exportação de madeira para São Paulo, me convidou a fazer o mesmo. Daí eu fundei junto com um sócio a firma “Madeiras Guairacá Ltda”.

Percebe-se também, no recorte acima, que a família exerce técnicas de controle na vida de seus membros, particularmente no que se refere aos atos das crianças e adolescentes. No caso do professor Amaury talvez o maior mecanismo de controle empregado tenha sido a religião. Foi estudante em Colégios de Irmãos Maristas, em Instituição de Ensino Superior Católica e, quando escolheu o exemplo que pudesse dar a medida do sentimento de independência e liberdade que buscava ao permanecer em Maringá, a opção foi pela desobrigação de uma atividade religiosa. No entanto, ele soube reverter esta técnica de controle a seu favor, quando do início de sua vida profissional. Seu ambiente familiar já tinha propiciado formação que o permitiu perceber a amplitude dos movimentos das pessoas no espaço das funções desempenhadas. Essa percepção o fez interrogar a respeito da forma como a função religiosa era praticada pelos Irmãos Maristas, e como o trabalho realizado por eles, em tudo e por tudo, era muito próximo à do trabalho realizado por professores leigos.

Tive uma formação bastante rigorosa e minuciosa. Como meu pai fez a doação de todas as cerâmicas para a construção do colégio e foi um conselheiro deles, eu sempre fui muito protegido pelos Irmãos Maristas. Uma consideração que até certo ponto eu não gostava, queria ser tratado como os demais. Isso me chocava muito. [...] Essa foi a grande influência de algo que eu detestei: ser muito paparicado. Mas tive uma boa formação. Participei de grupos de lideranças católicas, cruzadas eucarísticas e tudo mais. Daí, os padres tentaram me motivar a ser um Irmão Marista. Por isso quando eu cursava a segunda ou terceira série ginásial, bem garoto, fui morar em Porto Alegre, estudei num internato preparando-me para ser um Irmão Marista.

Fiquei bastante tempo no internato. Os professores deste internato, Colégio Champagnat, eram professores da primeira Universidade Católica dos Irmãos Maristas no Brasil, em Porto Alegre. Lá se fazia as tarefas em sala de aula, mas o resto do tempo era para estudar. Um Irmão Marista cuidava para que ficássemos quietos, estudando. [...] Mas aos poucos fui percebendo que os Irmãos que dedicavam uma vida inteira à religião, em sua maioria, apenas lecionavam aulas de religião durante dois ou três dias na semana, durante meia hora e, no restante do tempo, eram simples professores.

A percepção dos Irmãos Maristas como profissionais do Ensino, o auxiliou no início de sua atividade como empresário do Ensino, quando sua primeira escola foi alocada em

prédios da Associação. Essa aproximação já o havia beneficiado em seu início de vida profissional, como professor, e posteriormente o auxiliou no início da vida empresarial.

No mesmo ano que comecei a faculdade, em 1957, de imediato, eu peguei aulas no internato paranaense. Os Irmãos Maristas conheciam meu pai, acho que houve influência dele. Eles me deram aulas preparatórias para o exame de admissão ao ginásio, o quinto ano primário que faltava pra nós no Brasil e que agora estamos pra resolver. [...] As instalações iniciais do Colégio foram alugadas dos Irmãos Maristas. O primeiro prédio foi aquele no qual funcionou a Faculdade de Filosofia, na Avenida Tiradentes. Eu comentei com os Irmãos Maristas que ia fundar um colégio noturno, descrevi as características e pedi que me alugassem o prédio à noite uma vez que as instalações estavam livres neste período. Eles aceitaram e só passaram a me cobrar aluguel quando começou funcionar o colégio. Permitiram que eu tirasse fotografias, e que as usasse, assim como o endereço do prédio, no projeto, sem pagar nada adiantado. O aluguel cobrado era uma porcentagem da arrecadação bruta do colégio. O colégio começou a funcionar ali e em pouco tempo o prédio estava lotado.

Professor Arnaldo iniciou sua vida em Maringá por causa dos estudos em nível superior. Já naquela época a cidade era pólo centralizador por oferecer serviços que outras cidades próximas não dispunham, como era o caso do ensino universitário. Além disso, havia oportunidade de emprego para acadêmicos e recém-formados, o que ajudava na fixação dos jovens e das novas famílias à região

Eu sou da primeira turma do Curso, nós tínhamos um convívio agradável com os professores, uma coisa muito, muito tranqüila, nada de extremismo. Muito bom mesmo. A época da graduação para mim foi um sonho. Quando prestei o exame vestibular, eu fui aprovado aqui e em Mandaguari. Aqui, existia a possibilidade de no ano seguinte optar por continuar em Matemática ou cursar Engenharia Civil. Quem foi aprovado para o Curso de Química, poderia ficar na Licenciatura em Química ou então fazer Engenharia Química. Eu optei pela UEM por causa dessa possibilidade, mas num instantinho a esqueci. Principalmente porque eu estava lecionando. Esqueci desse negócio de ser engenheiro, virei professor mesmo e a Universidade teve uma participação muito grande nisso. [...] Marisa, em 1969, por aí, o governador, acho que era o Ney Braga, deu um tremendo reajuste de salário para os professores. Empolgou muita gente, sabia? Eu me lembro que os professores apresentavam visivelmente sinais de que estavam vivendo um período de relativa tranqüilidade financeira. [...] Quando vim para Maringá havia oportunidades para quem estivesse iniciando a graduação aqui, tanto é que eu entrei na graduação e consegui aulas no Estado, coisa que hoje não acontece. [...] Este primeiro semestre de 74 foi meu último semestre de graduação, no segundo semestre a UEM me contratou. Minha turma se formou no meio do ano, nossa formatura foi no dia 17 de agosto, e o meu contrato de trabalho com a UEM é de 19 de agosto. Dia 17 era um sábado, 19 uma segunda feira. [...] Em 1976 consegui uma bolsa de estudos e afastamento remunerado para fazer o mestrado na PUC. [...] Quando fui para o Rio de Janeiro fazer mestrado eu era solteiro, embora já tivesse compromisso com uma moça de Cianorte, Ivani. Enquanto estava lá, nos casamos.

A vida de necessidades, a proximidade com o pai durante a jornada de trabalho como torneiro mecânico – trabalho no qual ingressou cedo – deu ao professor Arnaldo a maturidade para buscar seus próprios caminhos. O pai dava importância à Educação, como meio de se impor diante do outro, embora, segundo o depoente, não fosse pessoa que impusesse sua percepção da vida a quem não estivesse interessado. Na medida de suas possibilidades, procurou colaborar tomando cuidados simples, como levar uma refeição para o filho que trabalhava durante o dia e estudava à noite. Foi muito condescendente com os filhos, o que forçou a interferência do professor Arnaldo em relação à vida escolar dos irmãos, mas sempre se manteve interessado na formação deles, como atestado em vários momentos da entrevista. Por sua vez, a interferência na vida escolar da maioria dos membros da família os encaminhou para cursos e, posteriormente, os levou a também fixarem-se na região.

Resultado: meu pai descobriu que eu não estava indo à escola, e falou comigo: “rapaz, já falei tantas vezes, quem não estuda (ele falava bem assim), quem não estuda vai ser burro de carga dos outros, você tem que ir à escola”. [...] Eu morava em um quarto na oficina, construído na época que ainda estudava no colégio porque meu pai tinha comprado uma casinha de madeira, muito longe dali. Como eu estava estudando e a oficina era próxima do colégio, morava lá. [...] Ah, meu pai vinha à noite e trazia comida para mim, deixava lá uma marmitazinha. [...] Meu pai só estudou até o terceiro ano do primário, mas era um camarada muito inteligente. Ele tinha uma multiplicidade de interesses. Quando a minha irmã estava cursando o doutorado, eu me lembro que ele guardava recortes da Folha de São Paulo que trouxessem artigos do interesse dela, artigos sobre Química, sobre refinamentos e tal. Ele lia com interesse e tinha discernimento suficiente para perceber que aquilo era uma coisa do interesse da filha que estava fazendo doutorado em Química. [...] procurei, então, estar sempre junto com meus irmãos e os obrigava ir para a escola. Nós viemos de uma família em que ninguém cursou sequer o colegial. Uma coisa triste. Ah, de repente, Graças a Deus, nosso pedacinho de família começou achar o trilho. Depois, as outras duas meninas perceberam o caminho que a mais velha trilhava.

Em nenhum momento da entrevista o professor Arnaldo atribui à Igreja qualquer interferência em sua vida pessoal ou profissional. As diversas invocações a Deus e à Nossa Senhora, são agradecimentos e invocações de perplexidade, nunca de resignação face às dificuldades encontradas. A religiosidade aparece como sendo fator subliminar de apoio e ajuda àqueles que, como ele, têm coragem de lutar por uma vida melhor. Os processos coercitivos sempre aparecem ditados pela pobreza e, quando adulto, por ele próprio, por meio de uma rígida autodisciplina: modelos internalizados face às dificuldades que a sobrevivência sempre impôs.

Acho que assusto as pessoas. Quanto a ser gênio, ou qualquer coisa assim, sem “frescura”, sem falsa modéstia, não tem nada disso não, viu? Eu sei muito bem quem

sou, sei que não sou uma pessoa de inteligência mediana, sei disso, desde pequeno eu sei, mas também não sou nenhum gênio. [...] Eu sempre fui muito esforçado, muito disciplinado. Eu me analisei durante muito tempo, gosto sempre de procurar o porquê? Qual a razão de eu ser assim? De fazer tal coisa? Já me perguntei muito sobre qual a razão de eu ser assim tão disciplinado... Atualmente, talvez, eu seja um pouco menos, o que só confirma a minha tese. Por que da disciplina? A resposta parece ser que eu achava que precisava acertar a minha vida e as de todos que dependiam de mim. Por isso sempre fui um “cara” muito estudioso. Sempre fui não. A partir de um certo momento percebi que precisava estudar. Ah, aí, eu estudei muito a sério. Isso levava as pessoas a acreditar que eu fosse um gênio, mas não é nada disso. Acho que sou apenas uma pessoa com inteligência um pouco acima da média.[...] A minha situação econômica e social era extremamente desfavorável, nós éramos extremamente pobres, nós batalhávamos muito para ganhar o suficiente para comer. Trabalhava-se muito mesmo. [...] Como fui criado sem uma figura feminina, sem a figura de mãe, eu tive que aprender a me defender sozinho, não tinha a quem recorrer nos momentos em que dava vontade de chorar. Assim, eu tirei isso da minha rotina, do meu espírito, nunca dava para ter vontade de chorar, de recuar, não podia retroceder, tinha que ir sempre adiante, ou no mínimo, não sair do lugar e deixar o vento açoitá-lo.

Professor Wilson declara ter sido influenciado por duas grandes instituições: a família e a Igreja Protestante. Ambas o orientaram em relação à importância do conhecimento:

Eu sempre vi a escola dessa forma: com qualidade, como agente de libertação do homem, da forma como está na Bíblia. Já disse antes, o conhecimento quando diz a verdade, a verdade libertará. Eu trouxe esse princípio do seio da minha família, do meu pai e da minha mãe. Do berço. Primeiro o princípio bíblico, que proclama a libertação do homem através do conhecimento e do meu pai que dizia, dada a sua ideologia: “a libertação do homem, no país capitalista se dava através do domínio do conhecimento.” Eu aprendi isto, vivi isso, vivo isso, luto por isso dia e noite aqui na escola, no sentido de converter minha juventude ao conhecimento. E essas minhas certezas eu tenho propagado pelo seio da nossa Instituição.

Seu pai, assim como o do professor Arnaldo, foi trabalhador rural nas frentes pioneiras do estado do Paraná e tinha pouca instrução formal. Professor Wilson atribui ao Partido Comunista e ao envolvimento com a Igreja Protestante uma capacidade de auto-formação que levou seu pai a desenvolver uma visão crítica do real. Esta capacidade do pai influenciou a formação dos filhos, em particular sua própria formação, e propiciou a ele próprio a visão do papel que a escola deve desempenhar na formação dos jovens: ou seja, por meio do conhecimento extrapolar o senso comum, participar da sociedade de forma crítica e produtiva.

Meu pai era um trabalhador rural, mas era um homem que lia muito. Ele era de uma família grande também, mas era o único que tinha um desenvolvimento cultural e intelectual significativo, em que pese ter frequentado um ano só de escola. Mas meu pai

mantinha uma biblioteca em casa, cultivava uma ideologia muito forte. Eu fui influenciado por duas ideologias do meu pai: uma foi a ideologia comunista e a outra a ideologia cristã. [...] A visão política do meu pai era altamente contestadora em relação ao que estava posto. Com essa visão ele me levou a fazer uma análise crítica do contexto do mundo na década de 1960. Além disso, uma visão assim incita à leitura. E quem lê desenvolve uma visão mais tranqüila de mundo, mais participativa, mais inserida em um contexto que foge do famoso senso comum e começa a elevar o ser. Esse é o papel da escola, né? Tirar a sociedade do senso comum. Dizem que o brasileiro é muito criativo. Eu pergunto: criativo em que, gente? O que nós criamos no período do século XIX a século XX? Época da ressonância magnética, da antena parabólica, da turbina do avião a jato, do satélite. O que nós criamos? É verdade que nós somos criativos no senso comum, mas não no senso científico. O que diferencia hoje uma nação da outra é o senso científico, é a capacidade de criar e inovar. E criar e inovar significa criar e inovar em alto nível, porque a sociedade avançou muito. Então essa é uma crítica que eu faço a tal da “criatividade brasileira”, que não sei onde está. O senso comum não resolve mais nada, senso comum é uma criatividade para sobrevivência em condições adversas. O brasileiro sempre precisou ser criativo para sobreviver, porque as condições sempre foram adversas, não é?

A mudança da família para a cidade de Maringá propiciou a ele praticamente iniciar sua escolaridade e, aos irmãos (embora mais tardiamente), a continuidade. A região, em seu setor rural, não oferecia condições de estudo aos filhos dos trabalhadores. Além disso, assim como aconteceu ao professor Arnaldo em sua infância, as condições da colonização obrigavam os trabalhadores a mudanças constantes. A situação financeira familiar não permitia dedicação exclusiva à formação escolar, e desde cedo as crianças foram obrigadas a ingressar no mercado de trabalho.

Eu fiz o primeiro ano primário, aqui em Maringá, no Colégio João XXIII, com dez anos de idade. Como meu pai era trabalhador rural ele sonhava em educar os filhos. Mas na roça, naquele tempo, não tinha escola e quando tinha era só até a quarta série. Eu tenho três irmãos mais velhos, que já tinham terminado a quarta série. Então, o sonho do meu pai era mudar para Maringá e a gente queria morar aqui na região. Em 1957 nós mudamos para dentro da cidade, fomos morar no fundo da Vila Operária. Meu pai foi contratado como guarda noturno na SANBRA – Sociedade Algodoeira do Noroeste do Paraná. A escola da zona rural era precária. Além disso, nós mudávamos muito, vivíamos de sítio em sítio. Eu não tinha terminado o primeiro ano, tinha começado três vezes e não tinha terminado. Daí, no João XXIII, eu fiz o primeiro ano. [...] Bom, meu pai trabalhou na SANBRA vários anos. Posteriormente, em 1960, uma pessoa vendeu para ele uma padaria, totalmente a prazo, porque meu pai não tinha dinheiro. Como éramos em muitos filhos, era fácil tocar uma padaria, que dependia muito de mão de obra. [...] Nessa época eu já tinha treze anos. Eu era encarregado de cortar lenha, esquentar o forno à tarde, era o forno a lenha. Pela manhã eu ia à escola. Eu dormia à tarde e no final do dia eu fazia isso. Eu trabalhava à noite também, ajudando a fazer pão. Era auxiliar de padeiro, dormia em torno de três horas da madrugada. Dormia das três horas da manhã até as cinco horas. As cinco horas, pegava uma bicicleta de carga, com treze anos, colocava sacos de pão no suporte de carga e ia entregar pão de madrugada, de casa em casa. [...] Eu e um irmão éramos entregadores de pão. Desde cedo já foi uma vida de muito trabalho, de muita ocupação.

Professor Wilson completou sua escolaridade em nível superior em Florianópolis, pois as condições locais para a formação universitária à época não eram, sob seu ponto de vista, favoráveis. Porém, a família, a Igreja e as condições de trabalho que a cidade oferecia foram componentes primordiais para que, terminado o curso superior, retornasse à cidade de Maringá.

O curso em Mandaguari era Matemática. Eu trabalhava o dia todo, saía dali e ia direto para a rodoviária, pegava um ônibus e ia para Mandaguari. [...] Mas a Faculdade de Mandaguari não era reconhecida e naquela época era muito difícil reconhecer um curso. Nos terceiro e quarto anos, uma boa parte dos alunos se debandavam e iam procurar escolas já reconhecidas pelo MEC. [...] Aí eu mandei uma carta para a Universidade Federal de Santa Catarina e eles aceitavam a transferência [...] Eu voltei para Maringá porque toda minha família era daqui e eu sempre fui muito ligado à família. Os nove irmãos, papai, mamãe, tios, a família, a parentela era toda daqui. Além disso tinha o vínculo com a Igreja. Eu me criei nessa Igreja, as pessoas ali eram muito íntimas e são até hoje. Muito íntimas da gente, nós tínhamos um meio ao qual pertencíamos. Eu não via a hora de voltar para minha terra. Até fiz alguns ensaios para ir fazer um Mestrado na Alemanha, através da Igreja Luterana, que era muito forte em Santa Catarina e tinha convênio com uma Universidade na Alemanha. Mas tinha a barreira da língua, da cultura e, também, confesso, a minha relação com a família foi sempre muito forte. [...] Florianópolis era uma cidade provinciana na época [...] E Maringá, no começo da década de 1970, já era uma cidade dinâmica. A Universidade pagava bem aos professores e eu consegui entrar sem dificuldades. Dois anos antes eu era funcionário de uma retificadora, dois anos depois eu era um professor da Universidade Estadual. O curso de Matemática já existia quando eu entrei na Universidade.

3.3.3 Formação pessoal e escolar

3.3.3.1 Formação pessoal

A formação do ser humano jovem jamais é um processo indolor, e sempre deixa cicatrizes. Os relatos desses três professores mostram que cada um a sua maneira enfrentou dificuldades em seu processo de formação pessoal: tanto em relação aos perigos e desconfortos quanto aos constrangimentos de natureza social que o meio impõe a seus membros.

Apesar de ter nascido em uma família com condições econômicas mais privilegiadas, o professor Amaury Meller não passou ileso pela juventude. As expectativas dos pais em relação ao seu futuro nem sempre coincidiram com o que almejava para si e, por certo, suas decisões não foram as mais cômodas. A busca por escapar de adversidades – quando garoto,

deixou Porto Alegre, transferindo-se para Curitiba por causa do inverno rigoroso – o afastaram da família ainda jovem. Posteriormente, quando já formado profissionalmente, a possibilidade de sucesso diferenciado o fez optar por uma região que não oferecia, à época, os confortos que uma mais antiga, com maior infra-estrutura, poderia disponibilizar. Mas, em contrapartida, a cidade de Maringá apresentava-se a ele como ideal para seus propósitos, ou seja, a construção de um campo próprio profissional e pessoal:

Eu freqüentei primeiro e segundo anos em um grupo escolar no Rio Grande do Sul, muito tradicional. Até hoje admiro o fato que as provas vinham impressas de Porto Alegre para serem aplicadas no interior do Rio Grande do Sul. Comecei o primeiro ano primário em mil novecentos e quarenta e dois, mas depois eu já fui estudar no colégio dos Irmãos Maristas. Tive uma formação bastante rigorosa e minuciosa. Como meu pai fez a doação de todas as cerâmicas para a construção do colégio e foi um conselheiro deles, eu sempre fui muito protegido pelos Irmãos Maristas. Uma consideração que até certo ponto eu não gostava, queria ser tratado como os demais. Isso me chocava muito. [...] Daí, os padres tentaram me motivar a ser um Irmão Marista. Por isso quando eu cursava a segunda ou terceira série ginásial, bem garoto, fui morar em Porto Alegre, estudei num internato preparando-me para ser um Irmão Marista. Fiquei bastante tempo no internato. [...] Bom, aí eu fui fazer a faculdade em Curitiba. O clima de Porto Alegre era muito rigoroso. Chegamos a ter sete graus abaixo de zero. Daí que eu e meu irmão fomos morar sozinhos em Curitiba. Eu por causa da faculdade e meu irmão para fazer o científico. [...] Mas o que me entusiasmou ficar aqui [Maringá] foi o seguinte. Quando chegava no Rio Grande do Sul, sentia o peso de ser filho de quem eu era. Meu pai fez até um edifício com o nosso sobrenome. [...] Por isso, apesar da poeira, apesar da cidade ser fria devido a sua distribuição futurística e às pessoas tão desconfiadas, eu quis permanecer na região. Aqui, eu era eu mesmo. Meu pai desejava que eu voltasse para o Rio Grande do Sul, esperava que fosse dirigir os negócios dele, afinal eu era o filho mais velho. Essa era a esperança dele. Em segundo lugar, percebi as possibilidades da região. De cara, fui à Companhia de Terras e comprei um terreno bem localizado, grande, para pagar em prestações mensais pequeninas por quatro, cinco anos, para construir minha casa. Isso com o salário de professor em Maringá. Hoje nossos filhos não conseguem algo assim sendo professores. Em 1961 eu dava aulas só no ensino médio, em 1962 já dava aulas também Faculdade de Economia. Mas mesmo assim é extraordinário que o trabalho de dois anos em uma cidade tenha proporcionado uma casa de alvenaria, prontinha, para casar. Isso me entusiasmou ficar aqui.

A hostilidade do meio físico é um fator que pode dificultar as vidas dos seres humanos. Como registrado nas três entrevistas, as condições da região do Norte Novo do Paraná, nas décadas de 1950, 1960, exigiram grande desprendimento de quem optasse por permanecer ali. Professor Amaury teve avós imigrantes, o pai foi uma pessoa que abriu frentes de trabalho no Rio Grande do Sul, ou seja, ele aprendeu em casa o gosto pelo pioneirismo que, nas relações capitalistas de produção, podia abrir um campo onde concepções específicas de mando poderiam se concretizar. Assim, o depoente associou tal histórico familiar – uma perspectiva externa de luta e de poder, que caracterizou seu avô e seu

pai – a uma perspectiva própria, internalizada, apoiada em uma formação “rigorosa e minuciosa”, que vislumbrou possibilidades de sucesso em uma região que começava seu processo de desenvolvimento. Mas nem por isso esqueceu-se do que enfrentou.

Eu queria ter facilidade financeira, meu pai foi um médio empresário no Rio Grande do Sul, na área de cerâmica, empresário de moinhos de arroz, de farelo de... farinha de trigo, milho... Ele era um médio empresário e tinha uma vida tranqüila. Bem, eu não queria ser um matemático e não poder ter esse nível de vida. [...] Maringá estava à época com treze, quatorze anos de emancipação política. Quando se vinha de Londrina, ao chegar em Mandaguari, entrava-se em um túnel, “túnel de pó”, que saía em Maringá. Era uma poeira... O asfalto era até Apucarana, depois de Apucarana até Mandaguari a estrada era bem empedrada, coisa assim, não era aquela poeira infernal. Durante o dia, se um carro passasse muito próximo, apenas quando a poeira subia é que se enxergava alguma coisa. Agora, à noite quando não há essa convecção do ar a poeira era permanente, aquela faixa, aquele túnel. Usava-se luz baixa, como se fosse uma neblina severa, andava-se devagar. Para percorrer o trecho de Mandaguari à Maringá devia se levar uma hora, duas, uma hora e meia talvez. E se chovesse era um dia. Maringá, se não me engano, naquela época, não tinha sessenta, ou melhor, tinha em torno de sessenta mil habitantes. E o traçado era pra trezentos mil, daí que era o desenho de uma aranha, enorme, uma cidade fria, tudo ficava distante.

A opção por permanecer na região, a reflexão contínua, a capacidade de previsão, o cálculo, o autocontrole, a regulação precisa e organizada das próprias emoções, o conhecimento do terreno onde age o indivíduo e o que a Educação pode proporcionar, tornaram-se precondições para o sucesso profissional e social obtido. Professor Amaury tem clareza de suas potencialidades e do que considera útil em suas habilidades no trato com as coisas da realidade.

No curso Científico, graças a professores que não nos obrigavam decorar livros e autores, eu percebi que a geografia era algo espetacular, muito mais complexa do que a Matemática ou a Física. Eles permitiam que a gente a cada aula dedicasse uns minutos, não lembro ao certo, quinze, vinte minutos, para ter uma idéia de toda obra de um dado autor, na outra aula de outro. A idéia era que as pessoas percebessem as ligações existentes, era uma coisa viva. O mesmo aconteceu com o Português, com Literatura, que eu até certo ponto ridicularizava. Eu percebi então que havia uma grande simbiose com o que estava acontecendo na época, as construções, os vários estilos. O estilo de vida tem uma ligação muito forte com a literatura e com isso comecei a enxergar também os aspectos da geografia humana, o que estava acontecendo com ela. [...] Esta visão, realmente de uma coisa não livresca no ensino, exerceu muita influência em mim. Isso numa época, anos cinqüenta, cinqüenta e pouco em que quase cem por cento dos professores, quase... e quase cem por cento dos alunos não tinham esta visão, o problema era decorar. Por isso, acredito que sempre me dei bem nos estudos. Uma autocritica que eu me fazia e jamais falei isso para ninguém, era a de que tinha boa memória e não o poder do raciocínio privilegiado. Eu era privilegiado quanto à memória. Mas felizmente eu tive essa autocritica e percebi que a memória não adianta muito.

Sua percepção de pioneirismo radica em sua relação com a cidade e com a Educação. Orgulha-se em ter sido pioneiro na implantação de sistemas educacionais, fundador de instituições de ensino. Em todo seu relato é possível perceber a disposição para criar novas perspectivas no campo profissional – seja na área da Educação ou em outras áreas, como o comércio de madeira e a agricultura.

Mais tarde eu fundei o Colégio Paraná com curso supletivo. Cheguei ter oito prefeitos da região como estudantes do ensino fundamental, aqui no Colégio Paraná. Da Câmara de Vereadores, dos quinze que eram na época, doze estudavam no Colégio. Poucos por aqui tinham curso superior. Maringá era uma cidade de filiais. Os funcionários que se destacavam nas matrizes, jovens funcionários, especialmente não casados pra agüentar isso aqui, eram destacados para cá. [...] Então essa era a sociedade da época. Foi quando surgiu a idéia do curso supletivo. Mas eu fundei um curso de calendário especial. É bom frisar isso. [...] Em pouco tempo havia cursos desse tipo em Apucarana, Curitiba, etc.. Surgiu então a preocupação de como levar ao conhecimento do público essa novidade na educação. Ai nós fundamos uma associação de escolas com calendário especial e resolvemos investir em marketing. [...] Dez anos depois, percebeu-se que era necessário revisar a parte pedagógica também. Fundamos uma Associação das mantenedoras de Escolas de Ensino de Calendário Especial. Ai, a nossa Associação de Escolas do Paraná foi consultada porque era a única na modalidade no Brasil. [...] Eu fundei o Cursinho porque não havia cursos desse tipo estruturados em Maringá. Isso é um fato até histórico [...] Em relação à Fundação da Faculdade de Filosofia aconteceu assim. Quando cheguei aqui em sessenta e um já existia Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, mas não tinha um professor de Matemática, muito menos quem poderia lecionar Estatística. [...] Em 1966 fundou-se uma Faculdade em Mandaguari e outra em Jandaia. Em 1965, quando o pessoal do Conselho Estadual de Educação esteve na região para deliberar sobre essas faculdades, eu compareci a uma reunião com eles a convite de um engenheiro que desejava fazer campanha política. Mas o meu interesse em estar ali era por acreditar que Maringá precisava de uma Faculdade de Filosofia. Sai dali como presidente da comissão, pró-fundação da Faculdade Estadual de Filosofia de Maringá. Bom, daí eu fiquei sozinho na comissão e comecei sem um tostão.

Professor Arnaldo Piloto formou-se em condições totalmente adversas, mas as maiores hostilidades enfrentadas, segundo o seu relato, não tiveram origem em adversidades do meio físico. Ele gostava, quando garoto, da vida no campo: em determinado momento da entrevista atribuiu justamente às brincadeiras – que a proximidade do campo possibilitava – o desinteresse pelos estudos. Quando precisou deslocar-se de sua cidade para cursar o ensino superior já havia rodovia asfaltada ligando Maringá à Cianorte. No entanto, reconhece que, para algumas pessoas, em especial seu pai, a luta com o meio foi insana. Atribui a seu pai a condição de herói por ele ter superado as dificuldades em decorrência de um incêndio que destruiu todo o estoque de café de uma firma recém iniciada, algo particularmente significativo quando consideradas as outras situações adversas da vida. Seu pai enfrentou a abertura de várias frentes pioneiras, a falta de todo e qualquer conforto e assistência

enfrentadas por aqueles que se isolam das regiões ditas civilizadas para estabelecer novas fronteiras para si e, em decorrência, para a civilização humana. Também sua mãe foi vítima da falta de alternativas enfrentadas por pessoas para as quais seguir caminhando parece ser a única possibilidade que vislumbram na vida. No entanto, professor Arnaldo não fez qualquer comentário que possa ser considerado como lamentação em relação a essas dificuldades. Como ele próprio afirmou, só teve a percepção de todas as dificuldades enfrentadas pelos pais quando já era adulto. Porém, sentia as conseqüências da dura vida profissional do pai, dos problemas de saúde da mãe e, posteriormente, do relacionamento difícil com a madrasta, a ausência de maiores cuidados que ele percebia que os outros meninos e meninas tinham.

Aí, me lembro que em meu primeiro dia de aula, no dia que cheguei, havia uma prova para ser feita e eu não sabia nada. Mas mesmo assim fiz a prova. A professora chamava-se Dona Alice Zepato. Lembro-me bem dela, dei aula para um sobrinho dela. Pois bem, Dona Alice aplicou a prova e depois no dia que devolveu a prova ela foi chamando os meninos e as meninas pela ordem da nota. Como era fim de aula, quem recebia podia ir embora. Quando ela me chamou só havia uns dois ou três alunos na sala, mesmo assim porque estavam pegando material para sair, e eu fui o último a receber a nota. Dá para você imaginar a nota que eu tirei, acho que foi quatro, uma coisa assim. Quando ela me entregou a prova, eu agradeci. Eu não tinha pretensão de ofendê-la, mesmo porque sempre fui o último da fila, socialmente falando. Minha situação era muito complicada, não tinha quem me defendesse, quem olhasse por mim. Era complicado. Mas porque agradeci quando recebi aquela nota horrenda, Dona Alice me deu uma descompostura, como aquelas que de vez quando dou aqui nos meus alunos. Ela me disse que eu deveria chorar. Ah, mas eu tinha tanta coisa mais grave porque chorar, não ia chorar por causa daquilo.

Um tom marcante na entrevista de Arnaldo Piloto é a percepção de não ter tido quem o acompanhasse de perto, o auxiliasse em momentos difíceis. Adulto, já bem sucedido profissionalmente, professor Arnaldo parece não ter abandonado a amargura proveniente da falta de uma proximidade maior com os pais quando criança.

Maravilhoso, lindo, um poema que me consola. Em certa época da minha vida, o “Poema em linha reta” do Fernando Pessoa, meu Deus, nele o poeta parecia estar falando para mim. Ou era eu quem estava falando no poema? [...] Como fui criado sem uma figura feminina, sem a figura de mãe, eu tive que aprender a me defender sozinho [...] Esse poema me acompanha até hoje. Quando eu trabalhava na UEM, eu tinha uma cópia em minha mesa. Esse poema, para mim, é consolo puro desde aquela época.

Mas, ao mesmo tempo, aparece em seu relato a vaidade por uma autonomia que começou a ser desenvolvida cedo. Embora os “Joãozinhos” tivessem o apoio dos pais, a vida não parecia ser para eles menos difícil posto temerem as adversidades. O mesmo não acontecia com ele, “solto no meio do mundo”. Porém, nunca deixou de dar importância à

proximidade dos pais: em certo momento da entrevista enfatiza a importância de ter trabalhado junto com o pai. A mudança de hábitos que isso desencadeou é motivadora, atualmente, dos conselhos que dá aos pais de alunos de seu colégio quando há problemas comportamentais. Conservar boas rotinas ou quebrar rotinas e estabelecer novas, junto de pessoas que têm algo a ensinar quanto à luta pela sobrevivência parecem ser premissas de seu trabalho em Educação. Quando comenta sobre o processo de formação de suas filhas, de suas irmãs, o depoente retoma esta mesma posição: todas souberam escutá-lo, avaliá-lo a partir dos conselhos que dava a elas, como pai ou como irmão mais velho. Também para ele a reflexão contínua, a capacidade de previsão, o cálculo, o autocontrole, a regulação precisa e organizada das próprias emoções, o conhecimento do terreno onde age o indivíduo são oportunidades propiciadas pela Educação. Porém, um processo educacional não é atribuição apenas da Escola, mas também dos pais, dos amigos, das pessoas próximas. Em vários momentos ele relembra, por exemplo, a professora que foi além do mero cumprimento de tarefas profissionais e o incentivou com uma caixa de lápis de cor; as broncas do professor Olímpio que nele introduziu a perspectiva da relação entre estudo e trabalho e, portanto, dinheiro; o auxílio prestado pelo professor que emprestou livros e apostilas e ainda o auxiliou na obtenção de uma bolsa de estudos etc. Professor Arnaldo não desconsidera essas influências positivas em sua vida. Antes, faz questão de enfatizá-las.

Os alunos de todas as séries tinham que fazer isso, um exame de toda a matéria, não existia essa de aprovação direta por nota. Daí, no meu primeiro ano, no dia do exame, eu cheguei lá, tranqüilo, me lembro bem disso e me lembro bem da cena sabe? Cheguei à escola, em Alto Paraná, para fazer exame e estranhei que a escola estava cheia de mães e um bando de moleques chorando. “Aah... mas o que está acontecendo?” Exame, exame, todo mundo morrendo de medo do exame. O guri decerto apavorou o pessoal em casa e lá foi a mamãe para apoiar o Joãozinho. “Não chore, fique tranqüilo, a mamãe está aqui”. E eu lá, solto no meio do mundo. Ainda bem que, graças a Deus, eu tinha boa cabeça. As salas eram praticamente iguais as de hoje, com uma professora. Era bom quando se acertava com a professora, quando a professora era agradável, compreensiva. Eu tive uma ótima professora na primeira série, chamava-se Eiko Nakata. Nunca me esqueci dela, minha professora de primeira série era muito boazinha, muito boazinha mesmo e gostava bastante de mim. Ao final do ano ela me deu um estojo de lápis de cor, daqueles de madeira, 36 cores e tal... coisa linda! [...] A primeira aula foi com o professor Olímpio, e quando ele fez a chamada, quando chegou em meu número, me deu um sermão. [...] Ele me fez uma descompostura, eu me lembro bem o tom do discurso dele: “eu ganho doze mil setecentos e noventa e duas pitombas (sei lá qual era a moeda, devia ser cruzeiros) e trinta e sete centavos, para vir aqui dar aulas para vocês. Vejam, eles me pagam até os trinta e sete centavos para eu vir aqui, gastar meu tempo e você não toma juízo”. [...] Em junho de 1963 mudamos para Cianorte. [...] Chegamos lá, como eu disse, no meio do ano de 1963 e eu sem fazer nada. Mas foi bom porque durante o trajeto, no dia que mudamos, fui com meu pai, pensando naquilo que ele me falava, naquelas coisas que pai fala: “você anda em má companhia, você é muito bom, mas seus amigos o estragam”. Acho que era o contrário. Mas fui pensado nisso, sabe Marisa? [...]

Pensando nessa etapa da vida tenho observado que o camarada mudar de cidade é bom, é retirado da rotina, da turma que ele tem, das condições que mantêm os maus hábitos dele. Então se o camarada mudar-se para um outro lugar, não tendo amigos, ele pode recomeçar. Caso queira constituir um novo círculo de amigos, ele poderá constituí-lo selecionando as pessoas ou então ficar quieto. Muitas vezes, eu próprio, como diretor da escola, recomendo à família: “olha, tira o garoto da escola, manda-o para Curitiba, lá ele não terá telefone tocando toda hora, namorada, amigo chamando para ir ao shopping, não tem point, ele não sabe onde são os points”. Quando o camarada é um bom garoto você ajuda muito fazendo isso. Essa foi uma experiência valiosa para mim porque em Cianorte eu trabalhava com meu pai, era um trabalho interessante. Isso facilitou nosso convívio. Antes ele trabalhava em uma máquina de café, eu não podia fazer nada, não tinha nada para eu fazer. Ao trabalhar junto com meu pai eu me isolei. Daí, comecei sentir vontade de estudar de novo, lembrava do que o professor Olímpio falava, dois anos se passaram e eu ainda me lembrava do que ele falava. Resolvi, enfim, voltar a estudar.

“Paladino da racionalidade”, como se auto-intitula, professor Arnaldo não gasta tempo em falar dos aspectos que considera negativos no percurso de sua vida e formação: diz-se constrangido em melindrar alguém, ao falar sobre coisas e fatos ruins. No entanto, quando falou sobre as condições políticas reinantes no Departamento de Matemática e na Universidade, à época em que começava a se desenhar sua opção de deixar a Instituição, não ficou constrangido em apontar e criticar as idéias daqueles que se contrapunham ao que defende explicitamente: o regime capitalista. Neste momento, o que estava em pauta era sua crença de que, por meio dos ideais deste regime, teria condições de atingir seus objetivos, ou seja, ter para si e “sua turma” condições melhores de vida. Portanto, é no discurso capitalista e na clareza sobre haver uma classe dominante – ainda que essa não seja estabelecida aprioristicamente –, que se apóia a possibilidade de mudar o mundo, desde que haja paciência, que cada coisa seja feita a seu tempo. Tais são as raízes de sua própria verdade e, portanto, a perspectiva que norteou sua formação. O depoente percebe que, para uma classe tornar-se dominante, ou permanecer dominante, é necessário certo número de táticas eficazes, sistemáticas, que funcionam no interior de grandes estratégias que asseguram esta dominação. Portanto, não permitir certas manobras que prejudiquem quem está no poder (no caso o grupo de professores efetivos do Departamento) faz parte destes minúsculos movimentos, internos aos processos, que visam a perpetuar um sistema que possibilita determinada situação.

[...] eu só tinha consciência que precisava ter condições dignas de vida, que eu precisava cuidar da minha turma. De que modo? Devagar, tudo no seu devido tempo... Naturalmente, é óbvio, a escola seria o nosso caminho. [...] O advento do capitalismo possibilitou mais oportunidades para as mulheres. Eu honestamente acho que o capitalismo, no sentido de livre iniciativa, é uma coisa natural. O socialismo não é natural, é um regime muito generoso, e tudo mais... Mas o ser humano não é generoso. O socialismo parte do pressuposto que as pessoas são todas iguais, são todas boazinhas,

responsáveis, que cada um vai desempenhar sua função com afinco, com esmero e nós sabemos que não é assim. [...] Eu não sou um paladino da moralidade, Marisa, mas sou um paladino da racionalidade. Eu estava no meio desse troço, aquilo ia me prejudicar. Sabe, por quê? Porque essa mulher ao reduzir a carga horária, obrigaria o Departamento contratar outro professor. Quando se fecha os olhos para coisas assim não se percebe que está se promovendo um inchaço no departamento. Um Departamento que funciona com trinta professores em pouco tempo pode ter sessenta. E o Estado não vai agüentar pagar um salário razoável para sessenta, quando trinta poderiam fazer o serviço. As pessoas não percebem isso.

Professor Wilson de Matos é o quarto filho de um grupo de nove filhos de um trabalhador rural. A influência dos valores da sociedade em sua formação pessoal deu-se, a partir do seu relato, pelos ensinamentos da família e da Igreja Protestante. Segundo ele, foi a partir da intervenção efetiva da Igreja Protestante na Sociedade, disseminando uma visão de desenvolvimento e de empreendedorismo, que a Humanidade iniciou seu desenvolvimento. Quando comenta sobre a ação da Igreja não há uma tentativa de disseminar princípios cristãos, mas, sim, de mostrar como a Igreja preocupa-se com o mundano, com o desempenho das pessoas no trato com o real.

Essa foi minha disciplina de vida e dou graças ao meu pai e a Deus ter seguido esse caminho. E também à Igreja Evangélica ela, que desde a Reforma Protestante, tenta libertar o homem em todos os sentidos, não só no sentido espiritual. Tanto Calvino, quando fez a reforma em mil cento e pouco, e depois Lutero, se preocuparam em ensinar o povo a ler. Então eles fizeram as igrejas e no fundo da igreja, fizeram uma escola. Eles queriam que as pessoas lessem por conta própria, principalmente lessem a Bíblia e juntamente com os teólogos a pudessem entender. Queriam que as pessoas aprendessem a interpretar. Aí começou a desenvolver a capacidade de pensar do ser humano, quando ele aprendeu discutir os princípios bíblicos. E ao discutir os princípios bíblicos, estende-se este entendimento para os princípios humanos, uma coisa ligada com a outra. Aí começou a libertação do ser humano. Há um princípio bíblico que diz o seguinte: “Conhecereis a verdade e a verdade os libertará...”. E essa verdade no ponto de vista dos protestantes, não é só no sentido vertical, é no sentido horizontal também. Porque a própria pesquisa na Academia sempre busca a verdade. Ela vê o que está posto e aí busca no laboratório as comprovações. Por isso muitos conceitos ao longo da história foram mudados, a verdade nós encontramos nos laboratórios. E o mundo passou por todas as transformações vividas até hoje. Portanto, o desenvolvimento das pessoas na minha forma de crer, começou com a Reforma, com essa visão propiciada pela Reforma Protestante. Foi com essa nova visão dada ao povo que começou a queda da Bastilha e tantas outras quedas, que se implantou no mundo um novo reino, um novo modelo de regime. Sem isso nós ainda estaríamos sob o domínio vertical de um imperador, do G7 e da Igreja junto. Então... a primeira visão de desenvolvimento, a visão empreendedora, foi da Igreja. E a Igreja Protestante mantém até hoje esse trabalho. Há uma grande fábrica de líderes dentro da Igreja Protestante.

Este valor, que o professor Wilson atribui à perspectiva empreendedora que a revolução protestante instigou, norteou sua formação pessoal desde o tempo de menino,

quando considera que uma das características de quem era aprovado no exame de admissão era ser empreendedor. Com isso ele parece não atribuir a todos os conhecimentos humanos o mesmo valor. Antes, como já foi dito anteriormente, o seu discurso sofre flutuações: ele parece atribuir valores diferenciados às diversas áreas do conhecimento – ora menos valor, ora mais valor –, ao mesmo tempo em que precisa enfatizar o valor do que considerou mais acessível, por interesse profissional. Simultaneamente, ele considera o conhecimento gerado na área de gestão empresarial como sendo acessível, “sem segredo”, mas defende o valor do Curso de Administração. Há no depoimento uma tendência à valorização da capacidade criativa das pessoas no campo do empreendedorismo e dos conhecimentos proporcionados pela Matemática e Engenharia e quando professor Wilson comenta sobre sua trajetória profissional, a ênfase recai sobre as facilidades proporcionadas pelo conhecimento adquirido no curso de Matemática, que o auxiliou em uma grande empresa de distribuição de encomendas e no seu envolvimento com a construção civil.

O brasileiro sempre precisou ser criativo para sobreviver, porque as condições sempre foram adversas, não é? Nunca tivemos um bom nível de empregabilidade, nunca tivemos facilidade de acesso ao ensino, tanto ensino fundamental, médio ou superior. Eu mesmo sou fruto de uma seleção do chamado “exame de admissão ao ginásio”. Aos onze anos de idade, nesta época só existiam vagas para vinte por cento das crianças que deveriam continuar os estudos. Ali já começava a primeira seleção. Somente passaram por esse gargalo as pessoas criativas, que tiveram boa leitura, que já fossem um pouco empreendedoras e tal. Pessoas que já se destacassem, que já fossem um pouco diferente no seio da sociedade. Fiquei assustado, eram muitas as exigências e eu tinha um negócio pequeno. [...] Mas ao mesmo tempo pensei: se alguém faz o serviço então ele é possível. Então, se alguém o faz, eu também consigo fazer. Eu não sou melhor do que ninguém, mas não tem ninguém melhor do que eu. É uma questão de especialidade, não é? É claro que hoje entendo aquela frase celebre: “O sábio sabe que nada sabe.” Ou seja, quanto mais a gente estuda, mais percebe o que não sabe. O conhecimento que o mundo detém hoje é muito grande. Mas enfim, essas questões de gestão, das áreas administrativas não podem ser segredo, não é? Não precisa ser um pesquisador para entrar em áreas administrativas. Claro, quem tem um Curso de Administração, tem domínio desses processos com muito mais facilidade. Mas eu fiz Matemática. Matemática é um curso que ensina lógica e a lógica é o fator de sucesso das pessoas. O empreendimento que não tiver um bom planejamento na área de logística não vai para frente. [...] Em 1983 eu entrei no primeiro Condomínio de Maringá. Logo me elegeram presidente desse Condomínio, em função de minhas observações como condômino e pela minha vivência empresarial. Dois anos depois de iniciado o prédio, já estava com a estrutura levantada, ele mostrava-se um excelente negócio. Quem quis vender sua cota o fez por duas ou três vezes o valor investido. Percebi que era um bom momento em Maringá para abrir uma construtora. Abri a Construtora Matos Carvalho em 1985 [...].

Professor Wilson fala pouco de sua mãe. A figura feminina importante em seu relato de vida é sua esposa. Quando resolveu terminar o Curso de Matemática (que iniciara em uma cidade próxima à Maringá) em Florianópolis porque acreditava que o curso em Mandaguari

não seria facilmente aprovado, ela foi seu grande apoio. O Curso de Letras (que ela iniciara também em Mandaguari) possibilitou que ela conseguisse um grande número de aulas em Santa Catarina, um projeto abortado em favor da continuidade dos estudos do professor Wilson.

Eu casei em vinte e dois de fevereiro de 1969 e neste mesmo ano comecei o Curso Superior, mas já com maiores responsabilidades. Vou fazer trinta e oito anos de casado, dia vinte e dois agora e com a mesma esposa. Quando nos casamos ela estava no segundo ano da Escola Normal, que era o curso de formação de professores na época. [...] O curso em Mandaguari era Matemática. Eu trabalhava o dia todo, saía dali e ia direto para a rodoviária, pegava um ônibus e ia para Mandaguari. No primeiro ano eu fiz o curso sozinho, no segundo ano, Rosemary, minha esposa, terminou a escola Normal e começou o Curso de Letras lá. [...] Aí surgiu outro complicador: eu achava que só teria aulas pela manhã na Universidade, mas tive que fazer adaptações no período da tarde. Desta forma precisei diminuir minha carga horária no Colégio e minha esposa aumentou a carga horária dela. Ela não pode estudar, só trabalhava. Naquela época os estudantes do curso de Licenciatura tinham aula em abundância.

No relato do professor Wilson é possível perceber a luta com o meio físico muitas vezes hostil. Como trabalhou em sua adolescência em Maringá, inicialmente na padaria do pai e, posteriormente, em uma retificadora, sentiu a oposição do meio àqueles que o enfrentavam nos primórdios do desenvolvimento da cidade. Assim como professor Amaury descreveu, em Maringá, na década de 1960, quase todas as ruas e avenidas eram em terra, alguns trechos cascalhados, mas só um pequeno trecho da Avenida Brasil, via considerada central da cidade, tinha algum tipo de pavimentação. A precariedade do sistema viário dificultava o transporte tanto coletivo, quanto individual.

No entanto, essa não foi uma época na qual apenas na cidade de Maringá o meio físico representava para as pessoas um fator de luta e dificuldades. Quando o professor Wilson relata sua viagem de mudança para Florianópolis, comenta sobre a dificuldade de percorrer as vias que ligavam a capital catarinense à paranaense.

As padarias mais fortes tinham um carrinho, uma carroça puxada por um cavalo. Meu pai não tinha dinheiro pra comprar carroça, então nós entregávamos o pão de bicicleta. Quando chovia entregávamos a pé, colocávamos os pães em dois sacos, amarrávamos um no outro, e entregávamos o pão de madrugada de casa em casa. Eu e um irmão éramos entregadores de pão. Desde cedo já foi uma vida de muito trabalho, de muita ocupação. Meu pai tocou a padaria durante uns três anos e meio, quatro anos, ali no Maringá Velho, um local próximo ao Maringá Velho. Naquela época só um lado da Avenida Brasil era asfaltado, entre a Praça José Bonifácio, a Praça do Posto Maluf, e a Praça Sete de Setembro, que é a do Peladão. Ou seja, entre o Maluf e o Peladão. Um lado era asfaltado e o outro era pedra. [...] Em seguida eu arrumei um serviço na Retificadora Maringá, trabalhei lá durante nove anos. Morando no IBC, eu vinha de bicicleta pela linha do trem, que é mais plana e o declive é pequeno. Eu entrava no

serviço às sete, sete e meia da manhã, retornava em casa para o almoço, voltava para o trabalho, ao final do dia ia até em casa jantar e depois ia para o Colégio Gastão Vidigal, que era aqui atrás da Catedral. Todo este trajeto eu fazia de bicicleta. Quando chovia, tomava chuva, quando tinha barro carregava a bicicleta nas costas, com um pedaço de madeira tirava o barro dos pneus. O serviço do Circular era muito precário na época. O transporte coletivo não oferecia muita garantia. Quando era necessário tomar o Circular, tínhamos que pegá-lo em frente ao Clube Hípico porque não tinha Circular, naquela época, onde morávamos. Não tinha nada por lá. Foi uma luta muito árdua. Meus irmãos pararam os estudos e não quiseram nem entrar na quinta série, face toda essa dificuldade. Essa caminhada toda. [...] Chegamos lá muito tarde da noite, não tinha asfalto na serra, entre Curitiba e Joinvile. A estrada era de terra e de pedra naquela serra toda, era uma dificuldade enorme.

Por fim, é possível depreender dos relatos dos três professores, que eles percebem claramente uma das peculiaridades da sociedade ocidental: no curso do seu desenvolvimento reduziu-se muito o contraste entre a situação e o código de conduta dos estratos mais altos e mais baixos. Para os três, percebe-se a valorização da auto-regulação individual, resultante de restrições sociais – transformadas em hábito ou automatismo no tocante às paixões e aos sentimentos – disseminadas pelo sistema capitalista de produção à massa ocidental.

O professor Amaury deixa transparecer a importância do hábito e do controle das paixões quando relata seu envolvimento com os colonos de suas fazendas. Ele e sua esposa procuravam difundir hábitos de higiene e, também, conhecimentos administrativos para que os próprios empregados ampliassem suas atividades sem, no entanto, se deslumbrarem com possibilidades de ganhos fáceis. Além disso, destaca como aqueles que souberam entender suas observações tiveram sua vida melhorada, como a diferença econômica diminuiu no curso dos anos entre ele e esses funcionários que puderam adquirir algum bem material importante.

Comigo, com contrato de meeiro de café, eram vinte e quatro famílias e eu nunca tive o mínimo problema trabalhista, absolutamente nada. Eu estava sempre aos finais de semana nas fazendas. À tardinha reunia todo mundo batia papo sobre higiene, de que não tinha interesse em tirá-los dali, que fizessem a horta, plantassem uma árvore frutífera, orientava em como eles poderiam aplicar o dinheiro da percentagem na época da safra. Eu fico muito contente por saber que dezenas deles são proprietários de pequenas chácaras, pequenos sítios graças a esse papo. Alguns compravam um sítio e queriam mudar-se pra lá. Não percebiam o que estavam perdendo, a retaguarda que tinham ao trabalhar comigo. Quando eles foram sozinhos para suas terras não tinham esse amparo e não tinham se preparado para isso e não acreditavam, achavam que a gente falava por falar. Outros ficavam na fazenda, colocavam o filho mais velho ou um irmão para ir plantando, abrindo o sítinho. Assim eles ganhavam percentagem em cima de café, e depois mudavam pra lá com uma reserva de dinheiro. Outros foram comprar terras, lá por Curitiba, foram enganados, aqueles golpes de venda de terra no papel. [...] as famílias eram bem cuidadas, todas as casas com água de mina encanada, eu e a esposa cuidávamos da parte social, orientávamos, sonhávamos em colocar em prática inúmeras idéias que nós tínhamos. Por exemplo, hoje é fácil manter uma pequena criação de rãs, uma senhora consegue cuidar sozinha e desta forma ter uma renda extra

para a família. Nas fazendas, um ônibus passa na porta para as crianças irem a escola, há luz elétrica há muitos anos, os empregados têm celular. Hoje no meio rural as pessoas teriam uma estrutura para viver muito bem e o poder público não pensa nisso.

Nos relatos dos professores Wilson e Arnaldo, em função da origem humilde de ambos, a valorização da auto-regulação individual, disseminada pelo sistema capitalista de produção, aparece em suas próprias vidas.

O recorte abaixo demonstra como o professor Arnaldo, no transcorrer de sua formação pessoal, aprendeu a controlar suas paixões e também como a sociedade capitalista molda o ser humano, faz dele um sujeito de necessidades:

Eu sou realmente muito fechado, isso é traço de caráter, fui moldado assim. Eu me dou muito bem comigo mesmo, posso ficar sozinho em casa sem problema nenhum. Sou avesso a festas, essas coisas, sou mesmo. Não tenho trato social, não fui educado assim. Aqui em Maringá, não tem um bar onde um casal de meia idade, aí pelos seus cinquenta anos, possa sentar, tomar uma bebidinha, bater papo ouvindo uma música suave. Só tem aqueles bares de jovens com som infernal, ninguém consegue conversar, não entendo isso. Não tem um lugar onde um cidadão da minha idade, por exemplo, possa ir sozinho e não se sentir deslocado. É difícilimo, é difícilimo. Hoje, talvez muito mais do que antes, faz-se tudo para o jovem. Esse negócio de telefone celular é uma barbaridade. Estão lançando telefone celular como sendo um brinquedo para rapazes e moças. Telefone celular para eles não é um aparelho de comunicação. Isso mostra de que modo o consumo, quem provê os consumidores, olha para esses consumidores.

Professor Wilson percebe a necessidade de auto-regulação que o sistema capitalista de produção requer das massas quando relata as atividades de sua Igreja. As pessoas precisam tanto frear paixões quanto adquirir hábitos que os projetem na sociedade, que possibilitem uma identidade.

Aos domingos nós caminhávamos sete quilômetros pela estrada. A partir de mim, eu e meus irmãos mais velhos caminhávamos a pé atrás do meu pai e minha mãe, que iam numa carroça com meus irmãos mais novos para uma Igreja Evangélica. Essa foi minha disciplina de vida e dou graças ao meu pai e a Deus ter seguido esse caminho.[...] Eu tenho já alguns netos. Eu tenho um neto de um ano de idade que já participou de um teatro, uma apresentação num palco com quinhentas pessoas assistindo. Ele vai crescer se apresentando no palco duas, três vezes por ano. Quando tiver dois anos, três anos, cinco anos, dez anos... Então quando ele for um adolescente, ao invés dele ser uma pessoa introvertida, tímida e tal, ele vai estar acostumado à apresentação para centenas e centenas de pessoas. Isso acontece tanto na parte teatral quanto na parte da música. A Igreja Evangélica divide as pessoas em grupos pequenos e todos participam, ninguém fica sentado no banco. Todos participam, um grupo aqui, outro grupo ali e tal. Com isso há o desenvolvimento na comunicação, o desenvolvimento de enfrentar o público, aprende-se falar em público. Essa é uma grande barreira que a maioria das pessoas tem e muitos não conseguem reverter. O objetivo é romper a barreira dos complexos,

principalmente dos complexos de inferioridade. A Igreja tenta atingir a todos, ela estabelece oportunidade para todos. Agora, é claro que muitos fogem desses momentos, da oportunidade de se integrar. Mas a Igreja tem metodologias para integrar a todos, isso é que é importante. É a forma macro.

3.3.3.2 Formação Escolar

A análise que será feita da vida escolar dos depoentes terá como eixo norteador a perspectiva que considera a possibilidade da existência de pontos de regulação internos a todo discurso. Nesta análise, o discurso a ser considerado é o capitalista local, que orienta externamente as ações individuais e de grupos, através de restrições sociais que são internalizadas de formas diferenciadas, mas apenas como formas diferentes de regulação do discurso uma vez que não se afastam dele e produzem efeitos que o alimentam e perpetuam.

Dessas regulações internas ao discurso, que acontecem de formas diferenciadas, algumas são mais importantes para este tipo de análise porque possuem um núcleo comum: buscam a capacitação para aumento da produtividade. Como foi dito no tópico 2.3 do Estudo anterior, essa importante característica da classe dominante na produção capitalista, a de ser produtiva, foi escolhida como nexos internos para a análise de como acontecem as regulações do discurso capitalista local.

A razão desta escolha está centrada nas análises de como certas particularidades dos discursos capitalistas singularizam-se em importantes instituições e empresas de Maringá, mas principalmente no fato, que os três depoentes mostram claramente em seus relatos, de que, em dado momento de suas vidas, a opção pelo estudo de forma séria aconteceu em função de um tipo almejado de vida.

Professor Amaury Meller em toda sua vida escolar teve acesso a escolas tradicionais que proporcionaram a ele, segundo suas próprias palavras, uma formação muito boa. A partir do segundo ano do grupo escolar esteve sempre em escolas dos Irmãos Maristas que ele descreve como muito preocupadas em propiciar uma formação universal, em que clássicos de diversos temas eram discutidos, havendo a preocupação com o espírito crítico em relação ao que estava sendo ensinado. Também foi a escola dos Irmãos Maristas a responsável pela concepção de educação prática, a necessidade de validação na prática do que é obtido pela

teoria, que detém ainda hoje. A preocupação com o aprendizado de duas línguas estrangeiras reforça essa perspectiva de uma pessoa formada a partir dos grandes valores universais.

A mãe do professor Amaury teve uma formação tradicional em um internato de freiras. O pai, embora sem estudo formal, era uma pessoa que sofreu influência de pessoas cultas, como foi o caso do médico que o ensinou falar corretamente. Daí, professor Amaury nunca ter sentido desnível cultural entre ambos. Um ambiente familiar propício, a intenção de se tornar um Irmão Marista o encaminharam para Escolas que, à época, primavam pelo cuidado com a formação cultural. Ele próprio comenta na entrevista que a razão pela qual tantos seminaristas faziam parte do corpo docente das escolas em Maringá, em seu início de desenvolvimento, era a formação cultural diferenciada.

Eu freqüentei, primeiro, segundo ano em um grupo escolar no Rio Grande do Sul, muito tradicional. Até hoje admiro o fato que as provas vinham impressas de Porto Alegre para serem aplicadas no interior do Rio Grande do Sul. Comecei o primeiro ano primário em mil novecentos e quarenta e dois, mas depois eu já fui estudar no colégio dos Irmãos Maristas. [...] quando eu cursava a segunda ou terceira série ginásial, bem garoto, fui morar em Porto Alegre, estudei num internato preparando-me para ser um Irmão Marista. Fiquei bastante tempo no internato. Os professores deste internato, Colégio Champagnat, eram professores da primeira Universidade Católica dos Irmãos Maristas no Brasil, em Porto Alegre. [...] foi muito importante na minha vida, ter lido realmente muito. Eu já era contra o tipo de ensino de línguas da época, que era decorar a pergunta e a resposta do questionário. Como percebi que ia ter deficiência em virtude daquele tipo de ensino, eu li todos os romances de Conan Doyle em inglês pra treinar a língua. Assim eu fiz com o francês, tanto que leio pensando em francês e inglês. [...] Nessa época o internato comprou um laboratório de Física da Alemanha, chamado Phiwe. Foram feitos armários para guardar as pecinhas de acordo com a planta vinda da Alemanha. Eu e mais três ou quatro alunos, que dedicávamos muito tempo à leitura, fomos escolhidos pelos professores para auxiliá-los na montagem desse laboratório. Nós ajudamos montar, guardar todas peças. O professor de Física não tinha feito essas experiências por isso nós montávamos as experiências e ele supervisionava. Como éramos uns quatros, se não me engano, cada vez ele tinha quatro experiências novas. Com isso eu adquiri uma visão muito prática. [...] No internato, percebi como era a vida deles e vi que não era isso que eu queria. Por isso, saí quando tinha dezenove pra vinte anos. Bom, aí eu fui fazer a faculdade em Curitiba. [...] na época, os cursos de Matemática e Física da Universidade Católica eram praticamente o mesmo curso. Uma ou duas disciplinas eram diferentes nos cursos de Matemática e de Física. Mais tarde eu cursei essas duas disciplinas na Federal, mas não peguei o diploma apesar de estar habilitado para lecionar Física. Na realidade eu tenho os cursos de Matemática e Física. O meu curso de Matemática foi bacharelado. Mas como no último ano era possível cursar as disciplinas da licenciatura separadas eu tenho os dois diplomas, um de bacharel e outro de licenciado.

Percebe-se no recorte acima que o tipo de formação almejada pelo professor Amaury, como acontece com a maioria dos adolescentes, flutuou entre diversas perspectivas. Almejou ser Irmão Marista e desistiu porque não percebeu, na vida daqueles que conheceu, o tipo de

envolvimento com a religião e a sua disseminação que imaginara quando pensou nesta opção. Optou então por um Bacharelado, mas o envolvimento com o ambiente de pesquisa e as perspectivas de retorno financeiro daquele tipo de trabalho o desencorajaram. Não que tivesse muito entusiasmo, no início, com a perspectiva de ser professor: achava que não tinha domínio de sala quando teve uma experiência com crianças. Os Irmãos Maristas, no entanto, tiveram uma influência decisiva quando o encaminharam para trabalhar com adolescentes. Assim, fez o Curso de Matemática nas modalidades de bacharelado e licenciatura. Como a diferença de grades dos cursos de Matemática e Física era pequena, acabou concluindo também o Curso de Física. O incentivo dos Irmãos Maristas deu a ele aquilo que, como jovem, almejava: reconhecimento e, claro, início de uma vida profissional que o levaria à independência financeira.

Newton Carneiro, ele era da área da lógica matemática e desenvolveu uma teoria própria, a Teoria da Lógica Paraconsistente. Ele tornou-se meu amigo, conselheiro. [...] Como eu gostava da Matemática, ele disse que eu seria seu sucessor na Católica. Ele dava seis horas de aula, três na Federal e três na Católica e para ele como pesquisador era demais. É... mas cheguei à conclusão que não era isso que eu queria. Eu queria ter facilidade financeira [...] Naquele primeiro ano eu quase desisti de ser professor, pensei em fazer o curso de Matemática com o intuito de ser pesquisador. Eu não tinha domínio de classe – aliás, até hoje com garotinhos. Simplesmente fui um... fracasso. Eu não conseguia, com garotinhos de onze anos, chegando, puxando, “professoor”... e tal. Os Maristas perceberam isso. Mas perceberam também que eu tinha habilidade com Física e Matemática e me deram de cara no ano seguinte aulas dessas matérias no segundo e no terceiro científico. Eram matérias, que na época, glorificavam o professor, e os Irmãos Maristas deram para um jovem professor de vinte e dois anos, acho que tinha vinte e um anos, por aí. Sei lá como que eles administraram isso. Poxa, para um jovem...

Apesar de todo envolvimento político no campo da Educação e profissional que o professor Amaury manteve durante toda a vida, ele declara sempre ter tentado manter-se atualizado. Mas à época do término de sua graduação, a idéia de pós-graduação era diferente daquela disseminada a partir do final da década de 1960, início da década de 1970, quando as modificações relativas ao Ensino Médio dispararam a necessidade de aumento no tempo de escolarização⁸⁷. No recorte abaixo, o professor Amaury comenta o início do movimento que

⁸⁷ O ensino de pós-graduação foi institucionalizado pela Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, a chamada Lei da Reforma Universitária. Os Objetivos a ele atribuídos eram os de formar professores para suprir o ensino superior (de graduação) em grande expansão; formar pessoal de alta qualificação para as empresas públicas e privadas e para a burocracia governamental; e, finalmente, de estimular estudos e pesquisas que servissem ao desenvolvimento do país. No entanto, observa Cunha (1981), é possível perceber, nos textos oficiais, proposições mais ou menos veladas a respeito de outro objetivo da pós-graduação: “manutenção da alta cultura que permanece privilégio de alguns”. Em contraposição à marca de raridade (mestre e doutor) concedida pelo ensino de pós-graduação, observa-se, na mesma reforma, a fragmentação do grau acadêmico de graduação com a criação das denominadas “licenciaturas curtas”. Estes cursos correspondiam a uma parcela da

possibilitava a alguns o acesso a cursos de pós-graduação. Esse movimento aparece mais detalhado no relato do professor Arnaldo Piloto, como será apontado posteriormente, ainda neste tópico. Nestes dois relatos é possível observar como os acontecimentos (e os desdobramentos aos quais a Educação e o processo de ensino, estiveram e permanecem sujeitos), sempre estiveram relacionados a alguma circunstância: existe um porquê, houve necessidades estratégicas e não, necessariamente, interesses por parte de um sistema que implantou a continuidade da escolarização e por quem respondeu a ela. Professor Amaury, por seu envolvimento como chefe do Departamento de Matemática, propiciou ao quadro docente a oportunidade de cumprir as exigências que começavam a ser colocadas na própria cidade através de convênio com a USP. Professor Arnaldo também relata sobre os convênios que foram firmados com universidades de outros Estados que já dispunham de uma estrutura de pós-graduação que não existia na Maringá daquela época.

Quanto à minha titulação acadêmica, foi assim. Em 1957, 1958, em Curitiba o máximo que se tinha acesso para quem tinha interesse em algum tipo de especialização era a Sociedade Paranaense de Matemática. Quem se interessava por um aprimoramento reunia com os professores e a cada encontro um dos acadêmicos apresentava um capítulo de um livro avançado de Matemática. Nós sabíamos com antecedência de um ano qual capítulo nos caberia. Um dos meus calouros, o Jairo, fez mestrado na Inglaterra e foi ele quem instalou o primeiro mestrado em Matemática, não sei se no Fundão no Rio de Janeiro ou no Instituto de Matemática e Estatística. Fora isso não havia muitas possibilidades. Mas eu tentei me manter atualizado, fiz um estágio, isso consta na Universidade Federal do Paraná, com o professor Jaime Cardoso que era um dos catedráticos, e fiz um outro com o pessoal da USP. Esse curso da USP eu trouxe para Maringá, para fazer o nivelamento dos alunos egressos da graduação porque nos primeiros mestrados em Matemática, se o aluno não fizesse dois anos de nivelamento, ele não entrava. E mesmo com toda minha tarefa administrativa de chefe de departamento de Matemática, sendo anfitrião do professor, eu fiz a especialização em Análise Matemática. Daí que eu fiz duas especializações, não tinha as classificações de especialização ou atualização e tal, mas foram especializações realmente, com carga horária bem superior a 360 horas. Eu era catedrático, que na época era um título e um cargo. Aí, por decreto fui transformado em professor titular, que é só cargo.

O recorte apresentado abaixo é longo, no entanto, parece-me necessário para se ter a justa medida de como a vida escolar do professor Arnaldo, em decorrência da doença da mãe e do trabalho árduo do pai, aconteceu com pouco envolvimento da família. A sucessão das séries se deu por esforço pessoal e com a ajuda ou embates com professores e professoras que, talvez por suas interferências, mereceram que seus nomes não fossem esquecidos. A relação com os professores tanto é lembrada pelo carinho recebido na época de criança

habilitação que o curso completo conferia e visavam a suprir a carência de profissionais no ensino de 1.º grau em decorrência da modificação introduzida pela Lei de Diretrizes e Bases de 1971 (Lei 5692/71). (BERNARDES, 2003, p.76)

quanto pelo rigor de alguns. Ele reconhece resíduos deste tipo de formação em suas atitudes como professor e diretor da Escola. O esforço pessoal deu a ele, segundo sua própria avaliação, no decorrer da vida, a medida de sua capacidade intelectual, da sua força de vontade e firmeza diante dos problemas, o que tem influenciado suas decisões na vida adulta. Mas, ao mesmo tempo em que afirma que o sofrimento propiciou firmeza em suas atitudes, o que é motivo de orgulho, deixou também um ranço de amargor que se denuncia nas ironias em relação ao seu próprio comportamento.

Eu não tinha dificuldade para aprender. Graças a Deus nunca tive, aprendi a ler depressa, sempre tive muito interesse nessas coisas, sempre gostei de ler. Já nesse tempo eu estava muito aos meus próprios cuidados, quando entrei no primeiro ano do grupo como a gente chamava, ensino primário. Eu estava muito aos meus cuidados, quero dizer, completamente aos meus cuidados porque, primeiro, a escola não tinha essa estrutura que tem hoje, que tenta envolver família e, além disso, há pessoas para olhar pelas crianças além da sala de aula. Eu me lembro que havia um exame ao final do ano, estudávamos o ano todo, fazíamos todas as provas, mas mesmo assim ao final do ano era necessário fazer um exame de toda matéria. Os alunos de todas as séries tinham que fazer isso, um exame de toda a matéria, não existia essa de aprovação direta por nota. Daí, no meu primeiro ano, no dia do exame, eu cheguei lá, tranqüilo, me lembro bem disso e me lembro bem da cena sabe? Cheguei à escola, em Alto Paraná, para fazer exame e estranhei que a escola estava cheia de mães e um bando de moleques chorando. “Aah... mas o que está acontecendo?” Exame, exame, todo mundo morrendo de medo do exame. O guri decerto apavorou o pessoal em casa e lá foi a mamãe para apoiar o Joãozinho. “Não chore, fique tranqüilo, a mamãe está aqui”. E eu lá, solto no meio do mundo. Ainda bem que, graças a Deus, eu tinha boa cabeça. As salas eram praticamente iguais as de hoje, com uma professora. Era bom quando se acertava com a professora, quando a professora era agradável, compreensiva. Eu tive uma ótima professora na primeira série, chamava-se Eiko Nakata. Nunca me esqueci dela, minha professora de primeira série era muito boazinha, muito boazinha mesmo e gostava bastante de mim. Ao final do ano ela me deu um estojo de lápis de cor, daqueles de madeira, 36 cores e tal... coisa linda! No segundo ano não tive a mesma sorte. A professora chamava Dona Helena Yamashita, ela era brava, chata. Ela era daquelas pessoas “linha dura”. Por causa dela fiquei com a idéia que o segundo ano era o mais difícil, mas eu passei. Passei pela terceira série tranqüilamente porque aí, minha professora foi de novo Dona Eiko. Aí eu “nadava de braçada”. Na quarta série tive um pequeno problema, sofri um acidente, extremamente sério. [...] Aí, me lembro que em meu primeiro dia de aula, no dia que cheguei, havia uma prova para ser feita e eu não sabia nada. Mas mesmo assim fiz a prova. A professora chamava-se Dona Alice Zerbato. Lembro-me bem dela, dei aula para um sobrinho dela. Pois bem, Dona Alice aplicou a prova e depois no dia que devolveu a prova ela foi chamando os meninos e as meninas pela ordem da nota. Como era fim de aula, quem recebia podia ir embora. Quando ela me chamou só havia uns dois ou três alunos na sala, mesmo assim porque estavam pegando material para sair, e eu fui o último a receber a nota. Dá para você imaginar a nota que eu tirei, acho que foi quatro, uma coisa assim. Quando ela me entregou a prova, eu agradei. Eu não tinha pretensão de ofendê-la, mesmo porque sempre fui o último da fila, socialmente falando. Minha situação era muito complicada, não tinha quem me defendesse, quem olhasse por mim. Era complicado. Mas porque agradei quando recebi aquela nota horrenda, Dona Alice me deu uma descompostura, como aquelas que de vez quando dou aqui nos meus alunos. Ela me disse que eu deveria chorar. Ah, mas eu tinha tanta coisa mais grave por que chorar, não ia chorar por causa daquilo. Mas depois engrenei e, aí, Dona Alice viu que

eu era um bom aluno e, realmente eu era, lia bastante, fazia redações muito boas. No segundo semestre mudaram a professora, aí a professora era Dona Talma. Ela era diretora do colégio também, embora fosse assim, “rigorosa”, não era de todo assustadora não. Não tenho má lembrança da quarta série. Certa ocasião Dona Talma nos pediu uma redação cujo título era “minhas férias”. Ela gostou tanto da minha redação que a transcreveu no quadro para os outros alunos copiarem... “Ah, eu sou o maior” (risos). É por isso que eu digo, realmente me conheço muito bem. Eu não sou um bobo, não sou um qualquer, mas também não sou nada de extraordinário. Tanto não sou que quando fui para o ginásio, por isso tenho a exata medida de quem sou, eu sofri o choque que tentamos evitar nas crianças hoje: sair de uma professora única para um monte de professores.[...] Meu pai, já havia assimilado a idéia de que sua obrigação era simplesmente me mandar para a escola, perguntar quais eram os livros para comprar e dar conselhos. Eu não estou dizendo que me abandonou ou coisa assim. Não, não é nada disso. Pela condição social dele e tudo mais eu acho que ele fez o que podia. Era tudo difícil, o camarada tinha que trabalhar “prá caramba”. Ele não tinha tempo para ir à escola e saber do meu desenvolvimento, ou mesmo verificar meus livros e cadernos. [...] a primeira aula era com um querido professor que nunca esqueci o nome, Olímpio Bignini. Ele era o diretor da escola e era professor de Português. No ano anterior ele tinha lecionado Latim e também Matemática. Imagina as três coisas mais difíceis do mundo e o professor Olímpio era rigoroso, bravo... Mas ele estava certo, queria mesmo que a gente estudasse. Mas ele era aterrador. Então você está vendo, Marisa, que eu tenho porquê ser um professor assustador, acho que sou uma mistura de Dona Alice com o professor Olímpio. Mas ainda tem mais professores aterrorizantes pela frente.

A partir do professor Olímpio a vida estudantil do professor Arnaldo tornou-se palco de uma “vida de embrulhadas”, uma vez que o pai, apesar de aconselhá-lo a freqüentar a escola, não impunha isso a ele. Esta foi uma atitude que ele considera absurda: não acredita em liberdade onde tem que haver responsabilidade, principalmente quando existe potencial a ser desenvolvido.

E continuei naquela vida de embrulhadas, de fazer de conta que ia para a escola. Meu pai descobriu que eu não estava indo e veio com o jeitão dele e disse: “olha, já falei para você continuar estudando, você é quem sabe, não quer estudar não vai estudar, mas você devia estudar”. Por isso não sou adepto dessas pedagogias lenientes, sabe como? A Pedagogia comete ainda hoje os mesmos erros que se criticavam na Pedagogia do século XIX, tratar a criança como um adulto em miniatura. A de hoje também trata, só que trata a criança como um adulto em miniatura no que diz respeito aos seus direitos. Quero dizer, mais errado que as Pedagogias de antes, porque um moleque desse não tinha nada que ter vontades né? Pôxa, o “cara” tinha capacidade, tinha gosto, gostava de estudar, adorava ler... Tanto é verdade que eu parei de ir à escola, mas devorava tudo quanto era livro que achava pela frente, com treze anos já tinha lido quase a obra do José de Alencar inteirinha. Quero dizer, um moleque como eu fui tinha que ter levado uma cintada, é isso que eu tinha que ter levado...

Quando o pai precisou mudar para Cianorte, aconteceu uma maior aproximação entre os dois porque professor Arnaldo foi trabalhar na oficina com ele. Essa aproximação, o fato dele ter sido afastado do local onde tinha certo ritmo de vida que já se constituía um hábito e uma maior maturidade em decorrência da idade e das circunstâncias fizeram com que voltasse

a estudar. Isso foi possível graças aos anos cursados na escola anterior e ao seu gosto pela leitura. Enfim, ele tinha as condições necessárias para voltar aos estudos. Mas também nesta época seus caminhos não foram totalmente tradicionais: valeu a perseverança e a capacidade de garimpar material de estudo uma vez que a vida era difícil, segundo seu próprio relato, deficitária em relação a tudo. Acredita que se tivesse tido maiores oportunidades sua formação escolar teria sido muito mais esmerada.

Daí, comecei sentir vontade de estudar de novo, lembrava do que o professor Olímpio falava, dois anos se passaram e eu ainda me lembrava do que ele falava. Resolvi, enfim, voltar a estudar. Mas naquela época havia um tal de exame de admissão. [...] Eu já estava maduro, fiz quinze anos naquele ano. Bom, graças a Deus, daí para frente eu saquei como deviam ser as coisas, todo aquele período de fuga da escola não foi em vão. Como já falei, eu li bastante e isso me deu um bom preparo para estudar. [...] Um dos sócios do meu pai na máquina de café [...] tinha um monte de livros lá, inclusive uma coleção com uma encadernação azul, de literatura infantil. Quando mudamos para Cianorte, nós comprávamos muitos livros de vendedores que passavam por lá. Compramos livros de Júlio Vernne, Malba Tahan, uma coleção de histórias das grandes conquistas, uma enciclopediazinha chamada “Trópico” que é uma delícia. [...] Dessa maneira consegui ter acesso a livros, muito pouco, se tivesse mais eu teria lido muito mais. Eu era matéria para ser mais bem aproveitada se tivesse tido a oportunidade que essa molecada tem aqui. Nossa Senhora, teria rendido muito mais em termos de aprender. Mesmo com os poucos recursos, felizmente, eu consegui aproveitar um bocado de coisas. [...] Um dia nós fomos fazer um conserto em um hotel. Onde nós estávamos trabalhando havia um monte de notas fiscais, que o hotel havia jogado fora, e havia também um monte de apostilas do curso Bardahl. Eu peguei aquele monte de apostilas e levei para mim, tenho essas apostilas até hoje, aquelas apostilas antigonas. [...] Elas foram uma das fontes para eu estudar para o vestibular. Ai eu peguei a sério, peguei a sério mesmo. Tinha lá minhas razões para ser um aluno esforçado.

A maturidade e o reconhecimento do quanto a vida pode ser árdua para um trabalhador braçal talvez dê fundamento à frase final do trecho acima: ele relata na entrevista que o pai sempre o alertava para as dificuldades enfrentadas por quem não tinha formação escolar. Fato é que o professor Arnaldo, a partir desse momento, percebeu o que iria afirmar em outro momento da entrevista: o caminho para os socialmente menos privilegiados é a Escola.

Um aspecto interessante relatado pelo professor Arnaldo foi o atalhe efetivo no qual se constituiu a possibilidade de ser avaliado pelo Exame Madureza⁸⁸. Ele teve um início de vida

⁸⁸ Exame aplicado aos maiores de dezenove anos, que realizaram estudos sem observância do regime escolar regular, para a obtenção de certificados de conclusão do curso colegial, conforme artigo 99 da LDB, Lei Nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961 e revogada pela Lei nº 5.692 de 1971.

“Art. 99. Aos maiores de dezesseis anos será permitida a obtenção de certificados de conclusão do curso ginásial, mediante a prestação de exames de madureza, após estudos realizados sem observância do regime escolar.

Parágrafo único. Nas mesmas condições, permitir-se-á a obtenção do certificado de conclusão do curso colegial aos maiores de dezenove anos.” (BRASIL, 2008b)

escolar em escolas próprias da época pioneira da região do Norte: escolas simples, muitas vezes em instalações improvisadas, mas que de alguma maneira o orientaram para o exercício da formação autodidata. Assim, ele pode comprovar estar apto para o prosseguimento dos estudos em nível superior, tanto em termos de conhecimento dos conteúdos formais, quanto por apresentar a maturidade intelectual que este tipo de exame colocava como objetivos a serem avaliados.

Eu terminei o primeiro ciclo e fui cursar o que a gente chamava de colegial, científico. Fiz o primeiro ano, quando eu estava no meio do segundo ano meus amigos me disseram que existia um curso supletivo aqui e também um exame chamado “madureza”. Fiquei interessado naquele negócio.

No meio do segundo ano, em outubro de 1970, fiz esse exame de madureza, nós fomos fazer esse exame em um colégio em Araraquara. O exame consistia em uma bateria de provas, durante três dias lá, acho que eram duas provas por dia. Havia algumas matérias obrigatórias, acho que três matérias obrigatórias – Português, Matemática e uma língua. Depois eram mais três provas que você escolhia de um rol: História, Geografia sei lá o que. Caso o candidato fosse reprovado em alguma das provas ele poderia voltar para fazer novo exame até eliminar todas. Eu, felizmente, consegui eliminar todas as matérias de uma vez e recebi o diploma de conclusão do ensino médio, sem ter feito a terceira série.

Preparou-se a partir desta época estudando sozinho, recorrendo a amigos, em situação adversa, mas mesmo assim sentia prazer no que fazia uma vez que se refere àquele período como sendo bom.

Essa foi uma época em que eu me isolei do mundo, tempo muito gostoso. Fiz a inscrição para os vestibulares daqui de Maringá e Mandaguari peguei os dois programas e localizava nos livros os conteúdos, estudei sozinho, Graças a Deus eu tinha essa capacidade de me livrar das coisas, sozinho. Era um tempo complicado, nós não tínhamos nem luz elétrica, eu estudei à luz de vela e lamparina. Em Cianorte já havia energia elétrica, mas nós não tínhamos dinheiro para instalar a luz, entende? A situação era muito ruim, muito difícil. Eu morava em um quarto na oficina, construído na época que ainda estudava no colégio porque meu pai tinha comprado uma casinha de madeira, muito longe dali.

Aprovado nos dois exames que prestou, optou pelo Curso de Matemática em Maringá. Foi um período estimulante, segundo sua avaliação. Finalizou o curso em agosto de 1974, foi contratado imediatamente pela UEM, e em 1975 prosseguiu com o processo de formação acadêmica, graças aos Cursos que um convênio com a UNICAMP disponibilizou na cidade próxima, Londrina, e, posteriormente, um convênio da PUC com a UEM.

Bom, aí trabalhei na Universidade durante o segundo semestre de 1974, mas no ano de 75 eu já comecei a me preocupar com a continuidade da minha formação. Fiz um curso

em Londrina, havia lá um convênio com a UNICAMP, uns professores de lá davam cursos ali.[...] Em 1976 consegui uma bolsa de estudos e afastamento remunerado para fazer o mestrado na PUC. A PUC tinha um convênio com a UEM. No segundo semestre de 76 uma professora da PUC deu um curso de Análise no R^n , já valendo créditos para o mestrado; depois, no verão, vieram mais dois ou três professores do Rio e deram outros cursos. Eu fiz um curso de Álgebra Linear, um curso de Geometria Diferencial e um curso de Variáveis Complexas. Para fazer o mestrado no Rio era necessário fazer oito cursos para conseguir os créditos todos e eu já tinha feito quatro cursos dados por professores da PUC e mais o curso de Topologia do convênio de mestrado da UEL. Esse convênio tornou tudo mais fácil, daí, um grupo de professores foi para o Rio fazer mestrado.

Professor Arnaldo reconhece que sua concepção em relação a sua própria formação influenciou durante muito tempo sua atuação no Departamento de Matemática da UEM quanto a como deveria ser a formação de professores de matemática.

Eu, à época, reconheço, tinha idéias muito exageradas, em termos de otimismo, quanto ao curso. O programa era pesadíssimo para um curso de graduação. Eu só pensava em minhas deficiências como professor universitário. Atualmente, penso diferente, calma! É preciso separar bem as coisas. Nós estávamos elaborando um curso para formação de professores para o Ensino Médio, então as preocupações tinham que ser outras. Mas demorou uns dez anos para eu ir “baixando a bola” e perceber que não havia necessidade de um curso “violento” como aquele para o “cara” que ia dar aula em colégios. Além disso, era necessário criar mecanismos para que aquele “cara” que não desejava apenas dar aulas em colégios. Era preciso também criar condições para quem tinha um pouco mais de habilidade pudesse estudar mais, de acordo com a sua habilidade.

Não prosseguiu sua formação acadêmica, cursando um Doutorado, porque, à época, sua concepção de trabalho e os resultados que deveria esperar dele já haviam mudado.

[...] [no início da vida profissional docente] eu observava aquelas pessoas e pensava: “poxa, isso é o máximo. O camarada dar aulas na Universidade e ainda trabalhar no Estado”. Quero dizer, eu não tinha a percepção de que deveria trabalhar oito horas por dia e não doze ou quatorze horas aula. Eu queria trabalhar, se tivesse trabalho estava ótimo. Eu via aquilo como um ideal profissional. Oh! Que beleza seria ter aulas na Universidade, ter um bom salário e ainda aulas no colégio. Era isso o que eu queria fazer. [...] A época era 82, 83 por aí, já fazia quatro, cinco anos que havia retornado do Curso de Mestrado. [...] Nesta época comecei perceber que não seria boa opção para mim, fazer o Doutorado. Para mim, pela minha forma de encarar a vida e tal. Primeiro porque eu não seria um “expoente”. Eu ia ser um “cara” com um título de doutor, poderia ficar na Universidade arranhando a rocha do conhecimento para tentar me enquadrar, mas para ganhar um dinheirinho e tal. Outra coisa: nesta época o Departamento, a Universidade em geral, começou se politizar demais. [...] Tudo isso foi firmando em mim a decisão de que eu precisava arrumar alguma coisa para fazer por minha conta.

Observando como o professor Arnaldo relata o processo de sua formação é possível perceber como as práticas educacionais que habitam o cotidiano escolar das diversas escolas estão relacionadas com as normas e regras praticadas no contexto social mais amplo dos professores: a importância que ele atribuiu ao seu direcionamento para o Ensino Superior é o “carro-chefe” das suas escolas. O direcionamento dado ao ensino nos Colégios Nobel visa à aprovação dos alunos em vestibulares de faculdades e universidades públicas. É possível, desta forma, objetivar a percepção e a análise da existência de um campo múltiplo e móvel de correlação de forças existentes em dada sociedade. A percepção da importância da classe dominante, na produção capitalista, ser produtiva aparece na preocupação com a formação e com a valorização do trabalho.

Não fazemos milagres. Se o “cara” não quer, não tem capacidade, ninguém faz milagres. Mas eu acredito que nós temos uma estrutura, tocada com cuidado, que dá oportunidade para quem tem potencial se desenvolver. [...] alunos voltam aqui porque continuam tendo admiração por professores que eles tiveram aqui. Comparam professores daqui com os da Universidade. Nunca é uma comparação passional. Não, é sempre uma comparação sensata. Eles reconhecem que na Universidade não se sentiam como em outro planeta, antes eles já estavam em um ambiente onde eram desafiados. Então eu acredito que nossa escola funciona bem. Essa aferição, a aprovação em vestibulares, dá às pessoas em geral uma medida da qualidade da escola, mantém certo prestígio da escola. O processo de ampliação da escola foi inexorável. Foi oferecido o Ensino Médio e muitos alunos que fizeram o Ensino Fundamental em outros lugares vieram para cá sem formação ideal. Além disso, os pais preferem centralizar os filhos em uma só escola. Basicamente isso estabeleceu nossa trajetória. Isso funciona, os alunos que têm sua formação escolar de cabo a rabo aqui têm uma outra cabeça.[...]

Em vez das pessoas do governo falarem asneiras, do tipo “o aluno vai aprender na escola aquilo que é útil para a vida”, eles precisavam falar para as famílias: “mandem seus filhos para a escola e peça para eles respeitarem os professores. Os professores ajudam os pais a criar os filhos. Agora, os infelizes dos professores têm o maldito Estatuto do Menor e do Adolescente a cercear o trabalho deles. Os políticos sabem as besteiras que eles fazem e criam leis para tentar remendar a dor de consciência que eles têm. Uns troços absurdos. Hoje eu vi uma notícia no Jornal Nacional que me chamou atenção. Em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, aconteceu uma reunião para discutir o Estatuto do Menor e do Adolescente. A cidade de Santo Ângelo tinha sido escolhida porque lá havia ocorrido experiências exemplares nesse sentido. Lá o garoto, pequeno infrator, precisa assistir aula e também prestar algum tipo de serviço. Limpar a praça, por exemplo. Trabalho é bom, faz bem para o corpo, meu pai viveu até os 85 anos, lúcido, uma maravilha de pessoa, sempre trabalhando. Ele morreu quando não conseguiu mais trabalhar. Enquanto conseguia trabalhar dava gosto conversar com aquele velhinho, sabia de tudo, dinâmico, ativo, fazia exercício com os braços, com o corpo e mantinha a mente sadia. Trabalho é ótimo, não estou falando isso porque eu quero convencer meus empregados a trabalhar para mim não. Estou falando porque eu trabalho. Alguém que ficar sem trabalhar morre. É preciso corrigir o equívoco proveniente da nossa colonização portuguesa de que trabalho é coisa degradante. Com isso nós entramos no campo das éticas. Mas que ética que eu vou ensinar? A boa ética, para mim, é a ética do trabalho, não a ética que permite aposentadoria aos 35 anos. (grifo meu).

Professor Wilson de Matos Silva também conduziu sua formação com foco na atividade profissional futura: o tempo de formação deve priorizar, segundo seu entendimento, a excelência. Quando direcionou sua formação para a carreira docente teve a preocupação com os resultados práticos dela, daí ter concluído o Curso de Matemática em Florianópolis. Lá, ele não mediu sacrifícios para concluir o ensino superior da melhor forma possível. Esta concepção reflete-se atualmente em sua prática como profissional, frente ao gerenciamento de uma escola de nível superior.

Eu iniciei o curso superior na Faculdade de Mandaguari, fiz dois anos, lá. Depois consegui transferência para a Federal de Santa Catarina e terminei o curso lá. [...] a Faculdade de Mandaguari não era reconhecida e naquela época era muito difícil reconhecer um curso. Nos terceiro e quarto anos, uma boa parte dos alunos se debandavam e iam procurar escolas já reconhecidas pelo MEC. [...] No final do segundo ano de Faculdade, eu estava muito preocupado por terminar meu curso em uma Instituição que não era reconhecida pelo MEC. Comecei pensar na possibilidade de estudar fora, terminar a Faculdade fora. [...] Em Florianópolis eu entrei em uma turma que estudava pela manhã, que já eram professores, já tinham uma boa vivência na área enquanto eu tinha trabalhado em uma retificadora. Entrei em uma turma dessa, com a opção de fazer adaptação no período da tarde. Durante esses dois anos que eu fiquei lá, precisei estudar desesperadamente. Eu tomei muito remédio para virar noites e noites inteiras estudando. Tomava estimulantes para não dormir. [...] Eu tenho um monte de cursos noturnos. Sou contra, mas não adianta eu querer sozinho mudar o mundo. O curso noturno é uma fase em transição. Mas é o seguinte: eu disse para meus alunos nas minhas palestras, já falei para você e falo para os alunos dos cursos noturnos também. [...] O aluno pode trabalhar, mas tem que assumir uma nova postura. Enquanto estiver aqui ele é estudante e isso tem que ser prioridade em sua vida.

A formação básica do professor Wilson, assim como a do professor Arnaldo, teve os percalços próprios de quem viveu a época pioneira da região Norte do Paraná.

Eu fiz o primeiro ano primário, aqui em Maringá, no Colégio João XXIII, com dez anos de idade. Como meu pai era trabalhador rural ele sonhava em educar os filhos. Mas na roça, naquele tempo, não tinha escola e quando tinha era só até a quarta série. [...] A escola da zona rural era precária. Além disso, nós mudávamos muito, vivíamos de sítio em sítio. Eu não tinha terminado o primeiro ano, tinha começado três vezes e não tinha terminado. [...] Eu fui excelente aluno. Claro, eu era o mais maduro da turma. Meus colegas de sala tinham a idade normal para a primeira série, em torno de sete anos e eu tinha dez. Então, eu tinha obrigação de ser um dos melhores alunos da sala e realmente minhas notas foram muito boas. Cursei o primeiro ano no Colégio João XXIII, o segundo ano no Colégio Osvaldo Cruz e o terceiro e o quarto anos numa escola que extinguiu, chamava Castro Alves. [...] Eu fiz quinta série no Colégio Visconde de Nácar, em um Ginásio novo perto da padaria do meu pai. Fiz uma parte da quinta série ali e a outra parte no prédio chamado Instituto Filadélfia, onde hoje é a TV Cultura. Mas era o Colégio Visconde Nácar mesmo, antigamente ali funcionava um Ginásio. A partir da sexta série, segunda série do ginásio, eu fui para o Colégio Estadual Gastão Vidigal. No Gastão eu fiz todas as séries até o terceiro colegial.

Ele encerrou sua formação acadêmica com o Curso em Florianópolis. A partir dele sua atenção voltou-se para a família, a Igreja e as relações profissionais.

Eu voltei para Maringá porque toda minha família era daqui e eu sempre fui muito ligado à família. Os nove irmãos, papai, mamãe, tios, a família, a parentela era toda daqui. Além disso tinha o vínculo com a Igreja. [...] Até fiz alguns ensaios para ir fazer um Mestrado na Alemanha, através da Igreja Luterana, que era muito forte em Santa Catarina e tinha convênio com uma Universidade na Alemanha. Mas tinha a barreira da língua, da cultura e, também, confesso, a minha relação com a família foi sempre muito forte. [...] E Maringá, no começo da década de 1970, já era uma cidade dinâmica. A Universidade pagava bem aos professores e eu consegui entrar sem dificuldades. Dois anos antes eu era funcionário de uma retificadora, dois anos depois eu era um professor da Universidade Estadual.

No entanto, em sua fala existe uma grande ênfase à importância do desenvolvimento da formação científica como fator de liberdade de uma sociedade. Os deslocamentos do discurso da Educação carregam em seu bojo a possibilidade de adaptações e apropriações próprias, pelas diversas instituições e mesmo nos discursos individuais, face às necessidades e possibilidades locais. Na fala do professor Wilson percebe-se uma regulação do discurso científico segundo perspectivas internas e externas ao próprio discurso: interna, como fator de valorização do meio acadêmico – a importância da pesquisa justifica investimentos “prá valer” – e uma externa, como fator que diferencia nações e desenvolve espírito crítico nas pessoas, afastando-as do senso comum e possibilitando a liberdade em uma sociedade que é capaz de criar e inovar sem a dependência externa.

Esse é o papel da escola, né? Tirar a sociedade do senso comum. Dizem que o brasileiro é muito criativo. Eu pergunto: criativo em que, gente? O que nós criamos no período do século XIX a século XX? Época da ressonância magnética, da antena parabólica, da turbina do avião a jato, do satélite. O que nós criamos? É verdade que nós somos criativos no senso comum, mas não no senso científico. O que diferencia hoje uma nação da outra é o senso científico, é a capacidade de criar e inovar. [...] Nós [CESUMAR] temos [...] na fazenda experimental, um laboratório de última geração, de última tecnologia. Lá se faz clonagem, inclusive. O primeiro experimento científico em clonagem no Paraná foi feito agora, em novembro, no CESUMAR. Lá é feita a reprodução fora do útero. [...] Além da pesquisa nós prestamos serviços para a região nesta área de transferência de embrião e Fíliã, reprodução in vitro. Nós investimos em pesquisa prá valer. Nós temos os melhores laboratórios.

3.3.4 Como as Escolas foram constituídas

Neste estudo, metodologicamente, o pioneirismo foi considerado, no primeiro instante, uma forma real de aparecer de um todo, ou seja, as relações de produção capitalistas sendo constituídas numa região onde ainda não predominavam essas relações. Acredito que neste momento, o de análise da constituição das escolas às quais os três depoentes estão relacionados, possa ser melhor alinhavada. Como já foi dito anteriormente, os termos “pioneiro” e “pioneirismo” não têm neste trabalho a mesma conotação dada a elas quando, por exemplo, da era dos navegantes. O que foi instalado na região Norte do Paraná, por aqueles que abriram a região, foi uma das formas que o discurso do capitalismo pode assumir. As condições locais – a necessidade de contornar as hostilidades do meio, mas tendo como fator positivo as terras fertilíssimas –, as condições políticas e econômicas nacionais, as diversas culturas difundidas por estrangeiros e pessoas de diversas regiões do país que participaram do desbravamento da região, tudo isso constitui um cadinho cujo resultado foi uma percepção de desenvolvimento própria para a região. As grandes Instituições e a mídia promoveram um discurso que visava à construção de uma cidade cujo diferencial era o cuidado com o *bem comum*, com a qualidade de vida da população. Mas *bem comum*, *qualidade de vida* da população, *progresso*, em tudo e por tudo, já não eram discursos originais. O que sempre houve de original em uma trajetória dita pioneira foi a forma como os discursos foram apropriados e modificados para que um momento histórico respondesse a uma emergência, ou seja, para impor-se a predominância de um objetivo estratégico, que propicia visibilidade, e ocultar formas discursivas e não-discursivas. Portanto, os termos “pioneiro” e “pioneirismo” constituem, neste trabalho de pesquisa, os momentos de ruptura, os momentos nos quais a produção capitalista institui a necessidade de mudanças nos comportamentos das Instituições e das pessoas.

A análise dos depoimentos mostra como o Dispositivo da Educação, que incorpora e difunde discursos, sofreu modificações na região de Maringá. Nas décadas de 1950 e 1960, em diversas regiões do país, já existiam escolas organizadas em torno de saberes universais, como pode ser observado no relato do professor Amaury. No entanto, à época, na região de Maringá, a escolaridade era baseada em pessoas de “reconhecido saber”: seminaristas, contadores, freiras, poetas etc., como ele próprio relata. A criação da Faculdade de Filosofia foi uma emergência histórica, a predominância de um objetivo estratégico, em face de uma região que se desenvolvia e necessitava de profissionais próprios. Da mesma forma, a criação do Colégio Paraná respondeu a uma necessidade, a uma emergência: diversos profissionais que exerciam funções de mando em instituições que criaram suas filiais na região, como

Bancos, grandes Armazéns, por exemplo, necessitavam de continuidade em sua formação escolar uma vez que não a tinham completado em suas regiões de origem. Porém, estas pessoas já estavam fora das faixas etárias próprias aos colégios da rede pública e confessionais então existentes. Daí, a atitude pioneira do professor Amaury constitui-se tanto na luta pela implantação de uma Faculdade de Filosofia, que modificaria a condição dos professores na região, quanto pela criação de um colégio voltado para o ensino de adultos que teve reconhecimento posterior pelo próprio MEC, quando da necessidade da normalização do Ensino Supletivo criado pela LDB em 1961 em âmbito nacional.

Mas na época do início da cidade de Maringá, se o colégio precisava de alguém para assumir Física, a única opção eram os seminaristas porque tinham estudado Física no Seminário. A mesma coisa acontecia com a disciplina de Português, todos os professores de Português que eu encontrei eram ex-seminaristas. [...]

Mais tarde eu fundei o Colégio Paraná com curso supletivo. Cheguei ter oito prefeitos da região como estudantes do ensino fundamental, aqui no Colégio Paraná. Da Câmara de Vereadores, dos quinze que eram na época, doze estudavam no Colégio. Poucos por aqui tinham curso superior. Maringá era uma cidade de filiais. Os funcionários que se destacavam nas matrizes, jovens funcionários, especialmente não casados pra agüentar isso aqui, eram destacados para cá. Vinham pra Maringá e depois de mais ou menos estabilizados começavam a procurar uma forma de continuar os estudos. [...] Então essa era a sociedade da época. Foi quando surgiu a idéia do curso supletivo. Mas eu fundei um curso de calendário especial. É bom frisar isso. [...] era o curso exatamente igual aos demais, exceto o calendário especial. Mesma carga horária, mesma quantidade de dias letivos, apenas o calendário era especial. A cada sete meses, nós encerrávamos um ano. Então se um ano começasse em abril, dali sete meses tínhamos as férias de final de ano, publicávamos e começava outro ano... [...] [a] lei de Diretrizes e Bases, editada em 1961, criou o Curso Supletivo. Mas não entrou em detalhes, especificou apenas que deveria ser um curso diferente do regular, quanto à nomenclatura, metodologia, filosofia e tudo mais. Dez anos depois, percebeu-se que era necessário revisar a parte pedagógica também. Fundamos uma Associação das mantenedoras de Escolas de Ensino de Calendário Especial. Aí, a nossa Associação de Escolas do Paraná foi consultada porque era a única na modalidade no Brasil. Nós tínhamos experiência com adultos, fizemos um relatório e veio alguém do MEC e nos ouviu. Passaram um dia todo com nossa diretoria, levaram nosso relatório e a nossa sugestão. [...] O Ministério, a partir da nossa experiência, discutiu sobre essa possibilidade e orientou os Conselhos no sentido que aceitasse essa idéia, de redução de um terço, embora não constasse na lei.

Professor Amaury, em relação ao desenvolvimento do ensino superior em Maringá, não esteve envolvido apenas com a instituição da Faculdade de Filosofia, mas também com a própria criação da Fundação Universidade Estadual de Maringá, atualmente UEM. Assim, é possível perceber que a Educação sempre esteve regulada por um Dispositivo que, conforme necessidades locais, difunde um determinado discurso. No caso da região, inicialmente, o discurso local tornava possível a Educação formal com pessoas sem formação específica para atuar como docentes. Porém, a partir da existência de profissionais formados por essas

instituições de ensino superior iniciou um processo de mutação local deste Dispositivo, uma atualização deste discurso, aproximando-o das condições praticadas em regiões mais avançadas culturalmente. No entanto, essas iniciativas pioneiras de se criar escolas de Ensino Superior em nada eram originais porque se constituíram apenas em trazer para a região as necessidades que o professor Amaury aprendera em outras regiões, ditas mais “avançadas” ou “civilizadas”, como era o caso da capital do Estado e as regiões do Rio Grande do Sul, onde nascera e iniciara sua formação escolar. Elas foram iniciativas pioneiras apenas por sua característica de responder às necessidades, às emergências que o desenvolvimento da nova região criava.

A influência da Igreja Católica aqui, no início da cidade, foi muito grande. A Igreja sempre utilizou até o limite possível o poder que ela tinha em mãos e quanto mais fraco o nível cultural maior era esse poder. E não só pela presença dos Colégios confessionais. [...] Quando um dos diretores da Faculdade de Economia fez ver a ele que lhe faltavam os cursos legais, que começara lecionar apenas por benevolência do Conselho Estadual, ele tomou essa intervenção como agressão pessoal.[...]

Bom, retomando à história da Faculdade de Filosofia, algum tempo depois do início da Faculdade veio a idéia de reunirmos os cursos em universidade. O governador me nomeou como um dos três para instalar a universidade. No começo da UEM – Universidade Estadual de Maringá – só havia um departamento, chamado Departamento de Ciências reunindo Matemática, Física, Química, Biologia e Estatística. [...] As Faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas eram isoladas. A Faculdade de Ciências Econômicas funcionava no Instituto, a Faculdade de Filosofia no prédio dos Irmãos Maristas e o Curso de Direito funcionava no Edifício Atalaia.

A existência de uma escola de Ensino Superior e, conseqüentemente, de exames vestibulares, criou uma nova necessidade para o discurso local da Educação, que já se impunha em outras regiões: a de cursinhos preparatórios para essas provas.

No decorrer da história do Colégio eu abri o Curso Alfa Vestibular, foi o maior cursinho preparatório para vestibulares de Maringá. Eu sempre encarei o cursinho apenas como uma preparação para entrar em um curso superior da época, sem finalidade educativa. Por mais absurdo que pareça, era o método usado para preparar os alunos para entrar no curso superior. [...]montei, divulguei, um cursinho com molde de qualquer estrutura bem organizada. O curso funcionava aqui, foi montado nos moldes do colégio: professores registrados, um caixa empresarial. Daí que esse Cursinho foi o primeiro de Maringá que não fosse amador. [...]

Na década de 1970 houve a interiorização do ensino superior gratuito no estado do Paraná e também a proliferação do ensino superior privado. Professor Amaury relata que a construção de Itaipu e a conseqüente necessidade de técnicos qualificados criaram um ambiente favorável na região para a implantação de cursos de Engenharia e de formação de

técnicos. Estes cursos necessitavam de professores com formação específica, porém qualificados também pedagogicamente, daí a abertura para cursos de complementação docente. Apesar de ter conseguido do MEC parecer favorável para a instalação de um curso de Ensino Superior de complementação docente, professor Amaury achou que ainda não era o momento para tal passo. Assim, coube ao CESUMAR a condição de primeiro curso superior privado de Maringá e à Faculdade Maringá a condição de segunda escola de ensino superior privado a ser instalada na cidade.

A década de 1970 na área de Educação se caracterizou não só pela interiorização do ensino superior público, mas também pela proliferação do ensino superior privado. Quando percebi isso e soube que o professor Lafranchi em Londrina e o professor Candinho em Umuarama se mobilizavam para fundar faculdades eu pensei nisso também. Na época o requisito para se fundar uma faculdade era verificar se estava na região geoeducacional, daí eu consultei a respeito da nossa região, quais cursos poderiam ser implantados. Estávamos iniciando Itaipu, portanto um dos cursos era Engenharia Elétrica. Além disso, estava sendo requisitado às escolas qualificarem pedagogicamente profissionais, tais como engenheiros, biólogos, etc., profissionais de várias áreas, para serem professores em cursos técnicos. [...] Então solicitei ao MEC a viabilidade de um curso de formação de professores. Seriam cursos de um ano compostos apenas de matérias pedagógicas para esse fim. O processo de análise de viabilidade de instalação de cursos era bem eficiente e inteligente. Caso o MEC entendesse que para a região eram cursos interessantes, podia se fazer o investimento para instalar um curso, sabia-se que não era perdido, certamente eu teria a aprovação do curso. E eu recebi o parecer prévio favorável. [...] Daí, pensei: realmente não tinha equipe, e um curso superior, até hoje eu acho isso, não é curso de uma pessoa. Um curso superior não tem dono, ele precisa ser um curso realmente não autocrático, um curso democrático, não pode ser de um único dono, precisa contar com uma equipe. Assim, eu deixei caducar o parecer prévio no cofre e não instalei os cursos. Hoje nós temos a UNIPAR, a UNOPAR, escolas que começaram exatamente trilhando o caminho que eu comecei e não quis continuar. [...] O primeiro curso superior privado de Maringá foi mantido pelo Centro de Ensino Superior de Maringá, o CESUMAR. Eu fui convidado a fazer parte da sociedade e a idéia era ele funcionar no ano seguinte, aqui neste prédio. Mas eu não quis, preferi seguir o caminho sozinho. Eles atrasaram um ano o funcionamento porque tiveram que construir no terreno que ganharam da Prefeitura. A Faculdade Maringá foi o segundo curso superior privado.

Ao se analisar a implantação do CESUMAR, a partir do relato do professor Wilson de Matos Silva, surge novamente a perspectiva de uma situação pioneira como sendo resultado de um processo histórico de ruptura, como sendo um momento histórico que respondeu a uma situação de emergência em uma sociedade capitalista. Na década de 1980 só havia em Maringá uma universidade, a UEM. Segundo o relato do professor Wilson, a pouca oferta de vagas no ensino superior provocava, então, um êxodo de jovens maringaenses, o que era prejudicial tanto para os pais, que não podiam acompanhar de perto a formação dos filhos, quanto para a comunidade local, uma vez que muitos deles não retornavam. A atribuição de

uma situação pioneira fica evidente em sua fala quando demarca as dificuldades para instalar uma Faculdade.

Mas lá pela metade da década de oitenta, meus filhos crescendo, adolescentes, próximos de entrar em uma universidade, eu comecei a me incomodar com o fato de Maringá só ter uma Universidade e com pouquíssimos cursos. Daí, eu comecei sentir que Maringá precisava ter mais uma instituição de ensino. A maior parte das famílias mandava os filhos para estudar fora. Os jovens saíam para estudar e acabavam nem voltando mais, se integravam, namoravam por lá, casavam. E isso é uma forma muito forte de separação de família, né? Além de que há também certa perda do acompanhamento da vida do filho.

Foi aí que eu achei que Maringá precisava ter outra Faculdade. Mas criar uma Faculdade na década de oitenta era muito difícil. Abrir um hotel, uma casa de jogos, todo isso era fácil, menos uma Faculdade.[...] Mas, felizmente, com o presidente Fernando Henrique, que é um estadista, um homem de visão do mundo, um intelectual, a LDB foi aprovada. E regulamentada um ano depois. A partir de 1997 é possível observar o crescimento da Escola Privada no Brasil, porque até então era quase impossível criar um curso superior privado no Brasil.

Uma situação de emergência faz com que um determinado Dispositivo (no caso o da Educação) dispare a necessidade de tornar predominante um objetivo estratégico que propicia visibilidade e ocultamento nas formas discursivas e não-discursivas. Uma sociedade como a que se configurava em Maringá, resultado de novos direcionamentos da economia local e dos reflexos de políticas nacional e internacional a partir da década de 1980, propiciava a proliferação de um discurso que evidenciava a necessidade do ensino superior privado para a cidade. O discurso de uma situação democrática que o ensino privado proporciona, ou seja, oportunidade para todos, oculta o fato de que a escola privada é, de fato, para todos que tenham condições de pagar por um curso superior. O mesmo discurso parece justificar as possíveis diferenças de rendimento em mecanismos de aferição de conhecimento.

[...] a sociedade tem que ter liberdade de organizar suas escolas e ensinar o povo, já que o governo não tem capacidade de fazer isso tudo sozinho.

Dos quatro milhões e meio de jovens no ensino superior brasileiro, só um milhão de alunos estão na escola pública e gratuita, três milhões e meio estão na iniciativa privada. [...] Há excelentes escolas privadas pelo Brasil a fora, excelentes projetos, mas uma boa parte a gente sabe que deixa a desejar. Assim como também há muitas escolas federais e estaduais ruins. As escolas públicas, em sua maioria, parecem ser boas escolas porque fazem uma boa seleção na entrada. De cada vinte alunos que as procuram, elas pegam o melhor e descartam os outros dezenove. Então, as escolas têm que ser boas. Toda escola pública que tenha feito uma seleção de vinte por um na entrada e tenha tirado conceito D ou E no provão, tinha que fechar no primeiro D ou no E. Fechar no ato. Agora, uma escola privada não, porque a escola privada aceita todos os alunos. Todos aqueles que têm capacidade para pagar o estudo e que tenha terminado o Ensino Médio. Então, o esforço da escola privada para obter um conceito de C para cima no antigo “provão”, é um esforço gigante.

No entanto, apesar do ambiente propício para a instalação de escolas privadas de ensino superior, face às novas exigências do mercado e a deficiência de vagas no ensino superior gratuito, a implantação do CESUMAR exigiu manobras políticas no âmbito federal e muitas negociações locais e com instituição de fora. Mas, enfim, a escola que teve seus dois primeiros cursos aprovados em 1990, tornou-se Centro Universitário com autonomia para criação de cursos em 2001. Segundo o professor Wilson, em uma conversa informal, sua instituição conta atualmente com um número de alunos muito próximo ao da UEM.

O CESUMAR teve uma rápida evolução. Em janeiro de 1990 saiu a autorização para os dois primeiros cursos. [...] em 1993 nós tínhamos quatro cursos: Direito, Contábeis, Administração e Tecnologia em Processamento de Dados. [...] pelo menos uns oito cursos foram liberados em 1997 e 1998. Mais os quatro cursos que já tínhamos, doze cursos estavam em andamento. Em 1999 eu montei o projeto de Centro Universitário e ao final de 2001 nós passamos a ser Centro Universitário, com autonomia para criar o curso que quiséssemos. Nessa época nós já tínhamos dezessete cursos.

As instalações dos Colégios Nobel e das Faculdades Nobel não têm a marca do pioneirismo, como processo que atende necessidades imediatas de uma sociedade. Antes, estas escolas nasceram do anseio de certo grupo de professores, dissidentes do Curso Alfa Vestibulares do professor Amaury Meller, em ter seu próprio negócio. A implantação das escolas, segundo o relato do professor Arnaldo, foi feita de forma organizada, ponderada, dentro das possibilidades dos sócios, sem acordos políticos ou com grupos econômicos. Por ocasião da entrevista, professor Arnaldo ainda estava na expectativa de que as Faculdades Nobel cresceriam. No entanto, em 2007 elas foram incorporadas pela PUC-PR. A compra das Faculdades Nobel pela PUC-PR tem a marca das manobras das relações capitalistas: nestas manobras existem flutuações, representadas por intervalos de tempo nos quais há um processo de expansão dos capitais, através da proliferação de instituições menores, e por intervalos de tempo nos quais há a centralização de capitais, ou seja, no devido tempo as instituições menores são absorvidas pelas maiores.

Aqui em Maringá, nós começamos em agosto de 1988, ou seja, há quinze anos atrás. Até 1988, nós os oito sócios, trabalhávamos no Curso Alfa. Nós éramos professores da Universidade e também professores deste Cursinho preparatório para o exame vestibular. [...] Nessa época o dono da escola, professor Amaury Meller, praticamente nos empurrou para essa decisão de fundar uma escola nossa. Houve uma discussão sobre reajuste de salário, talvez para arrefecer o nosso ânimo, ele levantou a hipótese de que não funcionasse a escola no ano seguinte. [...] Consideramos a hipótese de pelo menos ele nos oferecer a oportunidade de arrendá-la. [...] Bom, diante da possibilidade que a história de arrendamento abriu, nós começamos a fazer alguma poupança.

Abrimos uma conta administrada por dois dos oito sócios, com o compromisso de um depósito mensal. Na verdade nós éramos mais do que oito sócios, mas depois alguns saíram. Fizemos também algumas chamadas extras de capital, as pessoas venderam o que podiam e, com capital praticamente nenhum, começamos o curso pré-vestibular. [...] Mas, felizmente, com esse capital conseguimos realmente arrancar, sair do chão, sem precisar achar, admitir um sócio capitalista, por exemplo, o que não teria sido bom para nós. [...] Nossa escola de Curso Superior oferece apenas três cursos por enquanto, temos oitocentos alunos mais ou menos. [...] Houve uma proliferação de escolas e a nossa opinião é que elas iriam logo, logo padecer de falta de qualidade. [...] Então ficamos nesse compasso.

3.3.5 Forma de Gerência das Escolas

O que realmente definiu o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente foi a forma de *governabilidade* praticada pelos Estados atuais. Esta prática fez com que o território ocupado por um Estado passasse a ser apenas um componente e não mais a sua definição. O que passou a definir os Estados atuais é a massa da população, com seu volume, sua densidade e as suas formas de controle. É um tipo de governo, que tem essencialmente como alvo a população, que utiliza a instrumentação do saber econômico, mas basicamente configura uma sociedade controlada por dispositivos de segurança. Este processo se viabiliza porque, no interior dessa sociedade, o sujeito não está apenas assujeitado ao jogo de forças dos aparatos do social, mas age como autor e sujeito de sua própria conduta. A lealdade ao Estado e à Nação é a identificação com a coletividade que se traduz na disposição para o ato supremo de abdicar de sua liberdade e até de sua vida a favor do *bem comum*. No entanto, é a forma como cada indivíduo metaboliza este tipo de governo, em sua expressão micro, que produz uma enorme gama de procedimentos, que por sua vez são combinados, e que movimentam este sistema cujo fim único é sempre o poder. Em sua expressão micro, este tipo de governabilidade produz sujeitos assujeitados ao jogo de forças, mas nunca inteiramente imobilizados por este jogo. Antes, o sujeito possui uma relativa mobilidade, ele se assujeita e ao mesmo tempo sujeita outros ao se utilizar convenientemente de determinados discursos, no mesmo movimento no qual se sujeita a tantos outros discursos.

É justamente este tipo de governabilidade, definidora dos Estados atuais, que justifica pesquisas como esta, que poderiam ser consideradas como estudos locais e, portanto, sem capacidade de generalização e que, no entanto, se ocupam do poder em sua expressão micro. Analisar os relatos dos depoentes, proprietários de escolas, é um exercício de como entender a forma como o poder articula-se com o saber, neste processo de controle dos indivíduos que

compõem a sociedade. Os discursos que perpassam uma sociedade constroem os indivíduos de forma que eles próprios se constituam em seus guardiões, ao absorverem e fazerem uso de tais discursos como sendo suas próprias verdades. Assim, o indivíduo responde ao discurso da mesma forma como faz uso dele. É segundo esta perspectiva que as formas de gestão defendidas pelos três depoentes são, aqui, compreendidas.

3.3.5.1 Política

O tópico anterior, a constituição das escolas, mostra como um mesmo fim pode ser alcançado segundo perspectivas diferentes.

Professor Amaury Meller utilizou-se da política não partidária, mas sempre ligando-se a políticos da situação – pelo menos no que se pode obter de seu depoimento –, em toda sua caminhada como profissional e proprietário de escola. O envolvimento com os Irmãos Maristas, a influência do inspetor federal Dino de Zambenedetti e o posterior relacionamento com outro inspetor federal tiveram grande influência na implantação do Colégio Paraná.

Quando terminei o Bacharelado, em 1961, eu queria também cursar a Licenciatura. Mas eu tinha sido convidado a dar aulas nesses cursos de verão, chamados cursos da CADES, em Londrina. [...] Esse inspetor federal de Londrina que me convidou para esses cursos, se tornou meu amigo e certa feita me disse: “Maury, vem pra cá, aqui falta professor de Matemática”. Ele era da área de português, porque fez o curso de Direito, é muito conhecido em Londrina, Dino de Zambenedetti. Mas como eu queria fazer as disciplinas da Licenciatura ele sugeriu que apenas prestasse as provas de segunda época das matérias pedagógicas, sem freqüentar os cursos. [...] No entanto, o Dino só conseguiu vinte aulas para mim em Londrina porque um colega meu da Católica tinha se antecipado a mim e assumiu a maior parte das aulas disponíveis. Então o próprio Dino sugeriu que eu procurasse pelo então diretor do Colégio Estadual Gastão Vidigal aqui de Maringá. [...] Aconteceu que uma aluna, uma carioca, veio para Maringá, para fazer a Faculdade de Filosofia e comentou com minha esposa que o tio dela, um inspetor federal que atuava em Londrina, tinha uma idéia revolucionária para colégio. Eu me interessei pelo assunto. Fomos a Londrina, junto com minha esposa, para falar com ele. Daí ele explicou toda a idéia dele. Questionei-o sobre como se fundava um colégio? Ele respondeu: “Você não fundou a Faculdade de Filosofia? Você sozinho a fundou. É semelhante o processo. Faculdade, colégio, tudo é semelhante”. Aí, ele me cedeu a legislação.

A fundação da Faculdade de Filosofia, a posterior promoção das Faculdades isoladas à condição de Universidade, a condição de chefe de Departamento, a decisão de não iniciar na década de 1970 uma escola de ensino superior, todas essas situações, em uma leitura atenta do

texto produzido a partir do relato do professor Amaury, apontam uma preocupação em se mostrar como um profissional do ensino envolvido com as condições da Educação. Ter sido madeireiro foi um acidente de percurso, ser “fazendeiro de asfalto” uma consequência ou até mesmo uma recompensa ao trabalho, uma vez que, em todo este envolvimento com a Educação, não perdeu a perspectiva que ser profissional não prescinde de uma racionalidade que visa ao lucro. A profissão, para ele, as manobras necessárias, visam às condições de sobrevivência – mas não de qualquer forma: com retorno, com prazer. A política parece ser encarada como a serviço das relações profissionais, como canal de viabilização das condições necessárias para que um determinado ramo profissional, a serviço do Mercado, independentemente de envolvimento partidário. A política se faz dentro do ambiente profissional, visando a este ambiente, nas relações do dia-a-dia e nas associações de classe.

O curso teve início em 1966. Daí, que eu comecei o Colégio com uma parenta do Dr Otávio, o inspetor que me auxiliou no início. [...] Em pouco tempo havia cursos desse tipo em Apucarana, Curitiba, etc.. Surgiu então a preocupação de como levar ao conhecimento do público essa novidade na educação. Aí nós fundamos uma associação de escolas com calendário especial [...] Aí, quando a Faculdade de Filosofia começou formar professores nós selecionávamos os melhores. Recrutávamos aqueles que tivessem mais visão para fugir do modelo ao qual eles estavam sendo levados. Era explicado como funcionava o curso, a nossa pedagogia para adultos.

A Faculdade de Filosofia, assim que começou a formar professores, deu retorno ao que, no momento de sua fundação, foi considerado um esforço para o *bem comum*.

Em 1965, quando o pessoal do Conselho Estadual de Educação esteve na região para deliberar sobre essas faculdades, eu compareci a uma reunião com eles a convite de um engenheiro que desejava fazer campanha política. Mas o meu interesse em estar ali era por acreditar que Maringá precisava de uma Faculdade de Filosofia. Sai dali como presidente da comissão, pró-fundação da Faculdade Estadual de Filosofia de Maringá.

Professor Arnaldo se mostra em seu relato avesso à política partidária e até mesmo à política que ele classifica de “favores”. Quando descreve a fase de implantação dos colégios faz questão de frisar que não houve nenhuma interferência política, nem mesmo envolvimento com chefes de seção, favores de fiscalização etc. Sua formação, como ele próprio percebe, o tornou muito centrado em si, em sua própria capacidade.

Outra coisa: nesta época o Departamento, a Universidade em geral, começou se politizar demais. [...] Alguém já disse: “esquerdismo” é uma doença que todo mundo pega na adolescência, alguns saram, outros não. [...] Eu vim de uma posição extremamente

humilde, sem grandes contatos sociais, sem participar dos esquemas oligárquicos. Então eu vi que o caminho era andar corretamente assim ninguém pode pegar no pé e não é necessário favor de ninguém. [...] Exatamente por nossa origem idealista, aqui não interessa se seu pai é senador, é deputado, fazendeiro, aqui todos são alunos e ninguém vai ser mais respeitado e nem desrespeitado em função do pai que tem.

Declara ser adepto da política sindical, afirmando que cada categoria deve filiar-se ao seu sindicato como forma de estabelecer não os limites de uma negociação, mas limites que permitam um espaço de manobra para a classe patronal. Assim, com este espaço, é possível criar diferenças entre as escolas e a identidade de cada uma.

Eu participo do movimento sindical patronal, assim como participei do movimento sindical dos funcionários. Eu fui um dos fundadores da entidade que deu origem ao Sindicato dos Professores. Sempre achei necessário as pessoas se associarem: quando era professor me associei ao sindicato dos professores, quando me tornei dono de escola me associei ao sindicato de donos de escola. Eu participo realmente, fui presidente do Sindicato Patronal inclusive; vice-presidente em uma gestão que o presidente abandonou o Sindicato e depois presidente efetivamente. Eu brigo na convenção trabalhista, mas brigo para o quê? Brigo para que as escolas sejam obrigadas a conceder o mínimo possível, de maneira que elas possam exercer a sua política salarial e patronal com alguma liberdade. Se as escolas cederem simplesmente e permitirem que sejam estabelecidas responsabilidades, tipo reajuste, carga horária, essas coisas todas, jornada de trabalho nos limites máximos suportáveis pela saúde econômica das empresas elas não terão liberdade para se diferenciarem. É natural que se garantam algumas coisas ao trabalhador, o essencial tem que ser garantido, o seu registro, descanso, etc., etc., mas também é necessário garantir a sobrevivência das empresas.

Professor Wilson em todo seu relato é um ser eminentemente político: até mesmo a relação com a Igreja é um ato político. Para ele o envolvimento político não é apenas um processo de viabilização de processos econômicos ou sociais. Ser político é uma condição necessária ao próprio sujeito para a formação de sua identidade, para entender os princípios divinos e humanos, para se posicionar em uma sociedade. Vê na política partidária um importante meio para se mudar estruturas, em especial na Educação, que interferem na formação e nas possibilidades profissionais e sociais das pessoas. No entanto, não tem muitas ilusões quanto às possibilidades de viabilizar empresas, como o caso das escolas de ensino superior privado, que dependem da avaliação prévia de um órgão governamental, sem uma “política de favores”.

Eu fui influenciado por duas ideologias do meu pai: uma foi a ideologia comunista e a outra a ideologia cristã. [...] Ai começou a desenvolver a capacidade de pensar do ser humano, quando ele aprendeu discutir os princípios bíblicos. E ao discutir os princípios bíblicos, estende-se este entendimento para os princípios humanos, uma coisa ligada com a outra. [...] E ai aconteceu um trabalho de difusão das ideologias de esquerda, da

união, da defesa do pobre e tal. Mas isso não dá certo, hoje eu não sou mais da esquerda. Mas eu vivi isso, tive a grande oportunidade de viver isto, numa época em que o mundo era bipolarizado. Só pra concluir esta tese, é o seguinte: quem ficou em cima do muro, os jovens que ficaram em cima do muro na década de sessenta, não fizeram nada da vida. [...]. Um processo de abertura de cursos demorava no Conselho Federal de Educação cinco anos, pelo menos. Em noventa por cento dos processos a resposta era negativa. Os processos só prosperavam quando pessoas do próprio Ministério estavam envolvidas, como participantes na sociedade. Eu tive que fazer isso aqui. Chamei o professor Candinho para participar porque ele já tinha caminhos. Assim mesmo, tive que convidar um cidadão que era vice-presidente do Conselho Federal de Educação da época, chamado Jucundino da Silva Furtado, para ter participação aqui, porque senão não saía curso. [...] O projeto pedagógico brasileiro está voltado para dar diplomas para imbecis. Por isso que eu estou lá com um pé dentro do Senado. Para tentar mudar essas coisas. E tenho dito.

3.3.5.2 Controle

Professor Amaury tem pleno domínio daquilo que deseja para sua Escola: em seu relato é taxativo quando relata os objetivos da Escola e dos seus cursos. Ele tem também uma visão muito clara dos procedimentos em uma sociedade capitalista e, portanto, que modelos de comportamento desempenham um papel importante na estrutura de correlação de forças, necessário aos diversos confrontos produzidos na vida cotidiana. Ele deixa isso claro quando comenta a relação do seu pai com um médico que corrigia seu modo de falar:

[...] meu pai teve o primeiro carro da região, devia ser um caminhãozinho, depois um automóvel. E até onde esse caminhão ou automóvel conseguia chegar ele levava o médico, que para não ir no lombo de um burro, pedia pro meu pai levá-lo. E nesses trajetos o médico foi corrigindo o português dele. Ele dizia, “você vai ser uma pessoa de destaque, tem que falar corretamente”. Ele percebeu nele um garotão que seria bem sucedido financeiramente. Meu pai sempre comentou que, graças ao médico, ninguém notava seu baixo nível de escolaridade.

Esta percepção estratégica produz nas classes médias e altas um autocontrole mais ou menos automatizado que o Ocidente denominou de “conduta civilizada”. Professor Amaury foi educado dentro destes padrões de conduta, que levam em conta os efeitos das próprias ações ou de outras pessoas sobre uma série inteira de elos na cadeia social: afinal, como ele próprio relatou, sua mãe foi educada em Colégio Confessional, grande parte de sua adolescência e juventude ele viveu em internato de Irmãos Maristas. Por todos estes fatores não é simples perceber em seu relato as formas de controle em sua instituição de ensino. A percepção que seu relato induz é que a instituição não exerce fundamentalmente um processo de vigilância sobre seus funcionários, mas que funciona como uma estrutura de aglutinação,

de fixação dos indivíduos para constituí-los como grupos. Os indivíduos internalizam a prática discursiva da instituição que os constitui como grupo e põe em funcionamento relações em que cada um é, por assim dizer, a própria instituição na sua função de vigilância, controle e correção de todos.

Naquela época a pedagogia era um pouco diferente. Caso o professor quisesse gravar a aula dele, isso era praxe, para melhorar a didática, porque a didática era quadro negro e voz, ele dispunha desse recurso. Bastava solicitar a gravação. Esse equipamento nunca foi usado para controlar os professores ou mesmo disciplina de uma sala de aula. Em resposta a sua pergunta, nunca me foi solicitado gravações para controle político. Para saber o que estava acontecendo em sala de aula eu mandei colocar um vidro em cada porta. Assim qualquer um que passasse pelo corredor via o que estava acontecendo em sala de aula. [...] Como o grupo de professores, com os quais começamos a Faculdade Maringá, pensavam todos na mesma linha, foi muito fácil aprová-la. Tínhamos muita unicidade no nosso pensamento de como conduzir o curso, como selecionar os professores e assim por diante. [...] Em nossos cursos, todos os professores sabem qual é o perfil do egresso que desejamos e vão trabalhar para isso. Então, se um professor faz uma avaliação com testes de múltipla escolha, aqui na Faculdade Maringá, ele deve ter um motivo claro para fazer isso porque senão estará preparando alguém para concursos e não é o perfil que nós queremos para os nossos alunos. Agora, ele pode ter a justificativa para isso, mas será argüido porque fez tal tipo de avaliação.

No relato do professor Wilson de Matos Silva o processo de controle é exercido segundo uma vigilância explícita.

[...] em cada prédio eu tenho um apontador, uma pessoa com a prancheta na mão. Professor que chegou atrasado cinco minutos, soltou os alunos cinco minutos mais cedo, alguém vai conversar com ele. [...] em toda prova tem um fiscal na sala de aula, para não deixar colar. Apenas em salas com menos de vinte alunos o professor pode aplicar a prova sozinho. Eu gasto duzentos mil reais por ano em uma equipe que tenho aqui só para fiscalizar provas. Em provas é sempre um professor e um fiscal.

Professor Arnaldo em seu relato, assim como professor Amaury, também parece entender sua instituição de ensino como uma estrutura de aglutinação, de fixação dos indivíduos para constituí-los como grupos. Quando descreve o período de constituição do Colégio Nobel ele faz uma observação a respeito de seu comportamento frente ao grupo de sócios que talvez permita uma leitura assim:

Eu tenho um espírito muito contemporizador e, sem falsa modéstia, tenho certa capacidade de empatia. As pessoas muitas vezes usam a palavra empatia fora do significado que ela tem, usam a palavra no sentido de identificação ou de simpatia. E o sentido de empatia é outro, o sentido é a capacidade de alguém se colocar no lugar do outro, de sentir mais ou menos o que o outro está sentindo na

situação. Isso é empatia, não é nada que liga alguém ao outro. Acho que essa capacidade foi importantíssima na organização desse grupo de pessoas porque algumas situações que poderiam causar encrenca foram evitadas.

3.4 Considerações finais

Como foi dito no início deste tópico, estes não são os únicos eixos segundo os quais estes relatos poderiam ser confrontados. Mesmo o arsenal teórico segundo o qual foi proposto direcionar este trabalho de pesquisa, permitiria outra série de opções. No entanto, estes eixos parecem ser suficientes para o fechamento desta Tese, o que empreendemos em seqüência. Eles permitem o confronto final, do ponto de partida teórico que foi a abstração constituída num determinado sistema conceitual (o “pioneirismo”), com momentos históricos que responderam a emergências no sistema capitalista de produção e que dispararam a necessidade de modificações nos discursos que colocam em movimento um Dispositivo como o da Educação. Ao fim e ao cabo, as situações ditas pioneiras, relacionadas aos depoentes, assim o são porque provocaram deslocamentos sucessivos, tanto na forma como no sentido da Educação na cidade de Maringá e dos discursos relacionados a eles.

4 TERCEIRO ESTUDO

Síntese: Relações Estratégicas e Táticas, Segundo as Perspectivas Instauradas pelo Processo Civilizador de Norbert Elias e o Dispositivo Estratégico Foucaultiano

4.1 Introdução

No início era o nada: apenas uma imensa região de terras fertilíssimas cobertas por uma exuberante e hostil mata tropical. Nada? Há peças de pedra lascada no Museu da UEM, de origem indígena, encontradas por meu pai em seu sítio a 40 km de Maringá. Professor Arnaldo e professor Wilson relatam a existência de posseiros – ocupantes de terras devolutas – que viviam neste espaço antes das companhias iniciarem o processo de colonização. Portanto, o “nada” que habita o imaginário das pessoas, em verdade, é uma ausência do homem dito “civilizado”.

Em Norbert Elias constata-se que o homem “civilizado” é produto de um anel concatenado, um triângulo de funções interligadas: controle da natureza, controle social e autocontrole dos indivíduos. Mas este padrão, na sua forma particular atual, não é um caminho natural aos seres humanos, mero desdobramento e consequência de uma pretensa linha evolutiva linear e biológica inerente à espécie humana. Antes, foi gerado nos países centro do capitalismo, tornando-se a forma dominante para o homem ocidental ver-se a si mesmo e, talvez, só a experiência histórica torne mais claro o que esse padrão significa. O avanço da civilização aconteceu a partir da vida dos seres humanos, cada vez mais direcionada por um código social de conduta e proibições apoiadas em sanções sociais, reproduzindo-se no indivíduo como forma de autocontrole. Este padrão teve origem a partir de um fenômeno astucioso, como constatou Michel Foucault, no qual a legitimação da condição de condutores das massas para alguns deu-se a partir de cuidados e preparação privilegiados. Em sociedades cujas relações são capitalistas houve o desdobramento de uma única e mesma raça em uma super-raça e uma sub-raça, num processo de auto-afirmação de um grupo em relação ao outro que naturalizou, sem suspeitas, os privilégios daqueles ditos “civilizados” e a necessidade do “progresso”. Assim, em contraposição ao “homem civilizado”, ao “homem educado”, a proposta deste trabalho é o “olhar educado” de Antonio Carlos Carrera de Souza. Ou seja, olhares desenvolvidos a partir de uma elaboração teórica que perscruta as diversas histórias para que seja possível uma crítica radical do sujeito humano pela história, que permita detectar as relações de poder que o discurso, que atravessa as ações,

possibilita. Esta é uma perspectiva especialmente útil para as intenções que permeiam o campo da Educação Matemática, ou seja, estabelecer mecanismos que, considerada essa disposição, possibilitem intervenções metodológicas e crítico-teóricas.

Para a viabilização da proposta deste trabalho de pesquisa, ou seja, a demarcação de uma região e o perscrutar de suas relações para que dela novas relações possam surgir, o norteador foi o dispositivo estratégico foucaultiano. Isso porque o “pioneirismo” (que antes se mostrava como uma abstração que representava de forma não desenvolvida relações do todo social), com o desenvolvimento da pesquisa mostrou-se, por meio da análise teórica, capaz de individualizar conjuntos a partir de sua produtividade tática e de sua integração estratégica – componentes básicos do dispositivo foucaultiano.

No primeiro Estudo, com a análise de algumas das grandes Instituições presentes em Maringá, foram enfatizados os efeitos recíprocos de poder e saber desta abstração “pioneirismo”. Ao se analisar a forma como estas instituições utilizam-se de determinados discursos na prática e legitimação de suas ações, percebe-se que este particular discurso, o “pioneirismo”, estrutura-se como justificativa *a posteriori* da posição que elas ocupam. Este termo “pioneirismo” manteve-se vivo na sociedade maringaense porque ele não trata de ações primeiras, originais, nunca antes tentadas. Ao contrário, trata da capacidade de alguns em constituir determinadas relações de poder a partir de um saber que foi obtido alhures. E como esta oportunidade de ser “primeiro” ainda existe na cidade, que apesar do seu atual desenvolvimento ainda possibilita a implantação do “novo” pela sua pouca idade, o discurso do “pioneirismo” como sendo a possibilidade de ser o “primeiro” ainda subsiste. Dia após dia a cidade torna-se mais “moderna” e a população “mais civilizada” pela implantação do “novo” inspirado no que existe nos grandes centros e nos países considerados “mais avançados”. Anualmente, por ocasião do aniversário da cidade, as grandes instituições e a mídia estabelecem comparações entre “passado” e “presente”. Jornais e *outdoors* contrapõem fotografias de ruas poeirentas ou lamaçais com grandes obras como o rebaixamento da linha férrea. A Sociedade Rural faz da exposição pecuária e rural, que acontece no mês de aniversário da cidade, o acontecimento de maior apelo popular do ano. Lá o “velho” e o “novo” são mostrados nas exposições de “jardineiras” da Viação Garcia e ônibus de última geração, tratores a gasolina e máquinas sofisticadas. Os pavilhões que abrigam os animais de puríssima linhagem ostentam nomes adjetivados pela palavra “pioneiro”. Sintomaticamente, tanto o “velho” como o “novo” referem-se a mudanças já da história do capital. Índios e posseiros, apesar de terem ocupado, em termos temporais, em primeiro aquelas terras, não a ocuparam na forma social do capital e, portanto, não são “pioneiros”. Destituídos de possibilidade de colocar em circulação uma fala própria, outros falam por eles, seja nas tentativas de apagar a memória dessa ocupação

anterior ao capital, seja no dizer que busca estabelecer negatividades: esses homens e mulheres teriam sido não os "pioneiros", mas os últimos restos de formas condenadas ao desaparecimento, "naturalizando" as ações violentas encetadas para eliminar aqueles que teriam se tornado um obstáculo ao "progresso". O marco inaugural arbitrário é uma instituição dos vencedores que instauram um corte no tempo: tudo teria começado com a destinação legalizada, nos marcos do capital, da posse, para as Companhias, de uma extensa região de terras devolutas. É a partir destas ações que a abstração "pioneirismo" tem forma real de aparecer, pois envolve a constituição de representações mentais de habitantes da cidade de Maringá e veicula-se explicitamente em múltiplas formas discursivas. Percebe-se pela análise, por exemplo, que todo o conhecimento da Igreja, acumulado durante quase vinte séculos, foi utilizado em mecanismos de poder que possibilitaram o acúmulo de pessoas e o seu necessário controle na tarefa de vencer a natureza. A ação pioneira do grande líder que a sociedade maringaense reconheceu em dom Jaime e nos religiosos que vieram para a região à época da sua abertura, constituiu-se no ato de implantar, na sociedade nascente, o conhecimento teológico originário e secular de outras regiões. O saber constituído pelo e para o capitalismo gerado nos países de centro foi disseminado na região pela Companhia, e ao ser aproveitado e mesclado a outros saberes de outras culturas, constituiu-se em mecanismo de poder na colonização da região – no controle da natureza e de homens e mulheres – para obtenção de lucros para a matriz inglesa e, posteriormente, lucros e prestígio para os acionistas nacionais. Novamente, a perspectiva pioneira desta ação colonizadora consistiu em utilizar-se de saberes produzidos alhures, que proporcionaram poder econômico. A COCAMAR utilizou-se de conhecimentos específicos do capitalismo em sua forma de gerência, e associados a eles os conhecimentos específicos de sua área de atuação, ou seja, conhecimentos sobre pecuária, agricultura, armazenamento e industrialização, para chegar à posição que ocupa no cenário das cooperativas. Sua ação pioneira consistiu em agregar homens e mulheres com a finalidade de obter dos conhecimentos arrebanhados um poder econômico. No sentido oposto, o poder que cada uma dessas grandes instituições detém permite a elas o desenvolvimento de novos conhecimentos, que são aplicados no domínio da natureza e no controle de toda a escala social, tornando o ser humano cada vez mais "civilizado", aos moldes dos países "mais avançados". Esta capacidade do poder de gerar novos conhecimentos é que faz com que discursos como o "pioneirismo", ou alguma palavra de ordem que motive fortemente uma sociedade, sobrevivam: as relações que ali se estabelecem de fato, na forma de aparecer, são novas, sofrem uma metamorfose. Esta metamorfose muda a aparência das relações para que, de fato, pareçam novas, mas o que subsiste é o seu verdadeiro objetivo: utilizar-se do conhecimento para se obter poder, em qualquer que seja a escala. Em síntese, "pioneirismo" faz parte dos procedimentos do poder que camufla o caráter fabricado do conhecimento e suas reações de retroalimentação, enfeixando um conjunto de

relações que o tornam apropriado como abstração inicial para um estudo teórico do processo civilizador capitalista que está se constituindo na região em questão. “Pioneirismo” é, portanto, uma metamorfose do conjunto de relações próprias do capitalismo que foi importada para a região em sua fase de desenvolvimento e que continua a produzir efeito. Mas para se perceber os nexos dessas relações foi necessário estabelecer também, com uma análise histórica, que conjuntura e que correlação de forças foram necessárias para tornar possíveis tais procedimentos. Assim, percebe-se que as relações locais sempre estiveram conectadas aos horizontes mais amplos, aos cenários nacional e internacional e, desta forma, “pioneirismo”, na região, é um amálgama de concretas produtividades táticas e estratégicas que ocorreram, ou seja, a utilização de particulares formas de saber-poder que produziram vencedores e vencidos e, na seqüência, condensam-se numa representação que pode expressar a reprodução da correlação de forças ali presentes. Nessa representação há evocação de sacrifícios, esforços e labuta de todos, mas o valor maior é atribuído a uma minoria que teria se destacado, aqueles que, por assim dizer, são mais “pioneiros” que os demais: sintomaticamente os “grandes pioneiros” são aqueles que estão melhor situados na sociedade do capital. Em uma ponta do “pioneirismo” aparecem as pessoas que constituem a epígrafe deste trabalho, na outra aqueles que são mistificados por grandes instituições como a ACIM, a Igreja, a Sociedade Rural etc. O discurso do “pioneirismo” justifica e legitima a reprodução das atuais situações porque antes nada havia, ou havia apenas vagas esperanças de oportunidades. Poucos, entretanto, foram os primeiros a transformar esperanças em oportunidades reais devido às suas qualidades pessoais de sagacidade, criatividade, inteligência e disposição para o trabalho árduo. Assim, “pioneirismo”, na região, pode ser considerado como uma metamorfose do conjunto de relações capitalistas geradas em outras terras; metamorfose constituída a partir da necessidade *a posteriori* de justificativa da implantação de situações primeiras, individuais ou de grupos, mas não originais, na formação desta sociedade.

No Segundo estudo, com a análise dos depoimentos a partir de alguns eixos selecionados, a tentativa foi de mostrar, a partir dos relatos de proprietários de escolas, como vai se determinando, particularizando e mudando o significado de determinados discursos na constituição das grandes escolas de ensino superior de Maringá, numa metamorfose que sirva à legitimação das empresas e de seus proprietários. Neste caso, a metamorfose do “pioneirismo” tem a forma da ausência que é presença: o termo não aparece explicitamente nos relatos, mas ocorre na demarcação de ações primeiras na cidade, tais como implantação de métodos diferenciados de ensino, do primeiro curso de preparação para vestibulares, das primeiras escolas de ensino superior, do primeiro colégio de ensino privado não confessional, com a exaltação do que acontece em países “mais avançados” e na conseqüente necessidade de importação dessas relações etc. Essas ações fazem

com que seus executores sejam lembrados como responsáveis por mudanças em uma sociedade por terem sido os primeiros a tomar uma dada iniciativa. No entanto, essas ações estavam ancoradas nas perspectivas que o cenário nacional sinalizava, nos deslocamentos que os discursos da Educação estavam sofrendo, a partir de necessidades instaladas pelas relações capitalistas. Por sua vez, essas descontinuidades, os deslocamentos de discursos que atenderam a momentos históricos nacionais do sistema de produção capitalista, fazem parte de uma continuidade, um dispositivo, que denominamos “da Educação”, que rege um jogo estratégico e polêmico e, portanto, se constituiu no horizonte estratégico, como será mostrado a seguir, para a instituição de escolas privadas. Esses deslocamentos configuram o nexo externo da história da constituição das escolas porque carregam em seu bojo a possibilidade de adaptações e apropriações próprias que, por sua vez, tornaram possível um jogo tático local. O conhecimento das conjunturas nacional e internacional fez com que determinados sujeitos se constituíssem como sendo “o homem certo, na hora certa, no lugar certo”. A utilização da retroalimentação entre poder e saber, por sua vez, determinou a posição de cada uma de suas escolas no *ranking* das instituições de ensino.

Um dos pontos importantes a ser destacado dos relatos, para que se entenda como a necessidade de integração estratégica é entendida e obtida, é a percepção que todos os três depoentes têm de que a classe dominante não é um dado prévio e que o sistema capitalista é uma relação de forças que se perpetua e reproduz, a partir de mecanismos de apoio que inventam, modificam, reajustam, segundo as circunstâncias do momento e do lugar, a ponto de se obter uma estratégia global, coerente, racional. Assim, essa constatação constitui, por sua vez, o nexo interno da história da instituição das escolas, ou seja, a perspectiva que a classe dominante é produtiva e que é tanto mais produtiva quanto mais estiver “formada” para esse fim. Mas não é uma formação qualquer, é uma formação voltada para as necessidades do mundo capitalista, para aqueles valores ditos universais que tornaram o homem “civilizado”: comportamentos, procedimentos, controle de emoções, autodisciplina, valorização da ciência como forma de distinção dos povos, capacidade de controlar a natureza de forma a tornar “civilizado” o ambiente em que se vive, ou seja, tirar da natureza todas as possibilidades de lucro e, ao mesmo tempo, a possibilidade de se criar um ambiente de conforto para o homem que é capaz de dominá-la. Tanto é verdade que as relações pioneiras aparecem nos três relatos, mas não como importantes por si só: não há apologia ao trabalho da imensa massa de trabalhadores, aos seus sacrifícios e lutas, mas apenas àqueles que, de alguma forma, tem a lembrança associada a importância da formação escolar. São citados sujeitos que por seu valor encararam a região pioneira, mas que, em um segundo momento, se preocuparam com a formação escolar. Sintomaticamente, o que se pode perceber, é que, por serem donos de escolas, defendem que um dos componentes importantes para um indivíduo

aspirar pertencer às posições dominantes é uma formação escolar específica, notadamente alguma dentre aquelas oferecidas pelas suas empresas.

Algumas relações e conseqüências, de perspectiva tática, desencadeadas a partir deste nexo interno (a classe dominante como produtiva) foram relacionadas no Segundo Estudo, na análise dos relatos por eixos. O leitor poderá detectar, a partir dos relatos e desta posição teórica, inúmeras outras situações de produtividade tática. Da mesma forma poderá perceber momentos nos quais, tomando como referência o “pioneirismo” como uma nova posição do par saber-poder, a situação de “primeiros” a perceber determinadas possibilidades justifica posições e situações nas relações capitalistas das quais fazem uso. É um discurso que tem produtividade tática (a condição de “primeiro” em situações econômicas). Portanto, para o fechamento deste trabalho de pesquisa nos propomos a esboçar uma análise do ambiente estratégico que se constituiu a partir de deslocamentos do discurso educacional nacional e a motivação de tais deslocamentos, nas décadas de 1980 e 1990 – nas quais foram instituídas as três escolas de ensino superior dos depoentes. Para isso serão utilizados dados obtidos no site do Ministério da Cultura, informações obtidas nos sites oficiais das escolas e a análise, disponibilizada no site do INEP, em relação ao Estado do Paraná.

4.2 Integração Estratégica – um campo constituído a partir dos deslocamentos dos discursos da Educação

4.2.1 Informações sobre as Instituições de Ensino Superior em Maringá

Maringá tem atualmente oito instituições de ensino superior: sete particulares e uma universidade estadual. Das instituições particulares uma é Centro Universitário, CESUMAR (1990) e seis são faculdades isoladas: Faculdade Alvorada de Tecnologia e Educação de Maringá - FACULDADE ALVORADA (1998); Faculdades Maringá (1996) e Faculdade de Tecnologia América do Sul (2007) (propriedades do Amaury Antonio Meller e do Amaury Antonio Meller Filho), UNINGÁ (1999), UNIFAMMA (2000), Cidade Verde (2005) – FCV. Embora não constem no Cadastro de Instituições de Educação Superior do Ministério da Educação, duas outras instituições oferecem vagas no ensino superior em Maringá: o INSEP (2004) e uma extensão da PUC-PR (2004) que incorporaram a Faculdade Nobel (1999).

<u>Instituição de Ensino Superior</u>	<u>Cidade</u>	<u>UF</u>	<u>Organização Acadêmica</u>	<u>Categoria Administrativa</u>
Centro Universitário de Maringá - Ceumar - CESUMAR	MARINGA	PR	Centro Universitário	Privada
Faculdade Alvorada de Tecnologia e Educação de Maringá - FACULDADE ALVORADA	MARINGA	PR	Faculdade	Privada
Faculdade Cidade Verde - FCV	MARINGA	PR	Faculdade	Privada
Faculdade de Tecnologia América do Sul -	MARINGA	PR	Faculdade	Privada
Faculdade Ingá - UNINGÁ	MARINGA	PR	Faculdade	Privada
Faculdade Maringá - CESPARG	MARINGA	PR	Faculdade	Privada
Faculdade Metropolitana de Maringá - UNIFAMMA	MARINGA	PR	Faculdade	Privada
Universidade Estadual de Maringá - UEM	MARINGA	PR	Universidade	Estadual

Nos *sites* dessas instituições de ensino superior e no Cadastro de Instituições de Educação Superior do Ministério da Educação (BRASIL, 2009b) estão disponíveis os dados complementares que serão listados a seguir, bem como os que são apresentados nos anexos:

4.2.1.1 O CESUMAR – Centro Universitário de Maringá

Dados obtidos em BRASIL (2009b):

1196 - Centro Universitário de Maringá - Ceumar - CESUMAR
Organização Acadêmica: Centro Universitário Categoria Administrativa: Privada - Particular em Sentido Estrito Dirigente Principal: WILSON DE MATOS SILVA
Dados de Criação: Documento: Decreto Federal No. do Documento: 98.471 Data do Documento: 05/12/1989 Data de Publicação: 06/12/1989
Situação Legal Atual: Credenciado(a) Documento: Portaria MEC Data do Documento: 16/01/2002 Data de Publicação: 18/01/2002 Credenciada para ministrar educação a distância: S

4.2.1.2 Faculdade Alvorada de Tecnologia e Educação de Maringá - FACULDADE ALVORADA

No site da instituição (UNIANDRADE, 2009) aparecem as denominações UNIANDRADE – Centro Universitário Campos de Andrade – e Faculdade Alvorada. No entanto, segundo dados do Cadastro de Instituições de Educação Superior do Ministério da Educação, em Maringá só aparece informações sobre a Faculdade Alvorada. A UNIANDRADE atua em três das principais cidades do Estado - Curitiba, Ponta Grossa e Maringá, mas sua sede é Curitiba.

Dados obtidos em BRASIL (2009b) sobre a Faculdade Alvorada:

1850 - Faculdade Alvorada de Tecnologia e Educação de Maringá - FACULDADE ALVORADA	
Organização Acadêmica: Faculdade	
Categoria Administrativa: Privada - Particular em Sentido Estrito	
Dirigente Principal: JOSÉ CAMPOS DE ANDRADE FILHO	
Mantenedora: Associação Educacional São José	
Dados de Criação:	
	Documento: Portaria MEC
	Data do Documento: 16/10/1998
	Data de Publicação: 20/10/1998
Situação Legal Atual: Credenciado(a)	

4.2.1.3 Faculdade Maringá

Conforme o disponibilizado no site oficial a Faculdade Maringá, a empresa foi fundada em três de abril do ano de 1996, sendo uma associação de ensino de direito privado, sem fins lucrativos e possui objetivos educacionais e culturais. Dados obtidos em BRASIL (2009b):

1079 - Faculdade Maringá - CESPAR	
Organização Acadêmica: Faculdade	
Categoria Administrativa: Privada - Particular em Sentido Estrito	
Dirigente Principal: PROFESSOR AMAURY ANTÔNIO MELLER	
Dados de Criação:	
	Documento: Portaria MEC

No. do Documento: 91 Data do Documento: 12/02/1998 Data de Publicação: 16/02/1998
Situação Legal Atual: Credenciado(a) Credenciada para ministrar educação a distância: N

4.2.1.4 Faculdade de Tecnologia América do Sul

A instituição aparece no site do INEP como sendo seu dirigente principal Amaury Antonio Meller Filho, filho do professor Amaury Antonio Meller, proprietário da Faculdade Maringá. Dados obtidos em BRASIL (2009b):

4330 - Faculdade de Tecnologia América do Sul -
Organização Acadêmica: Faculdade Categoria Administrativa: Privada - Particular em Sentido Estrito Dirigente Principal: Amaury Antonio Meller Filho
Dados de Criação: Documento: Portaria MEC No. do Documento: 1.177 Data do Documento: 05/12/2007 Data de Publicação: 06/12/2007
Situação Legal Atual: Credenciado(a) Credenciada para ministrar educação a distância: N

4.2.1.5 Faculdade Ingá – UNINGÁ

A UNINGÁ é uma faculdade voltada exclusivamente para cursos da Saúde e oferece em Maringá em torno de 1100 vagas distribuídas em doze cursos. Oferece, inclusive, o Curso de Medicina (autorizado através da portaria nº45 de 19 de janeiro de 2007). O Ministério da Educação autorizou o funcionamento do curso com 100 vagas totais anuais, período diurno, em turmas de, no máximo, 50 alunos.

1430 - Faculdade Ingá - UNINGÁ
<p>Organização Acadêmica: Faculdade Categoria Administrativa: Privada - Particular em Sentido Estrito Dirigente Principal: RICARDO BENEDITO DE OLIVEIRA CNPJ: 01207056000184</p>
<p>Dados de Criação: Documento: Portaria MEC No. do Documento: 1908 Data do Documento: 29/12/1999 Data de Publicação: 30/12/1999</p>
<p>Situação Legal Atual: Credenciado(a) Credenciada para ministrar educação a distância: N</p>

4.2.1.6 Faculdade Metropolitana de Maringá – UNIFAMMA

1508 - Faculdade Metropolitana de Maringá - UNIFAMMA
<p>Organização Acadêmica: Faculdade Categoria Administrativa: Privada - Particular em Sentido Estrito Dirigente Principal: Lupércio Cascone</p>
<p>Dados de Criação: Documento: Portaria MEC No. do Documento: 670 Data do Documento: 24/05/2000 Data de Publicação: 26/05/2000</p>
<p>Situação Legal Atual: Credenciado(a) Credenciada para ministrar educação a distância: N</p>

4.2.1.7 Faculdade Cidade Verde – FCV

3649 - Faculdade Cidade Verde - FCV
<p>Organização Acadêmica: Faculdade Categoria Administrativa: Privada - Particular em Sentido Estrito Dirigente Principal: José Carlos Barbieri</p>

Dados de Criação: Documento: Portaria MEC No. do Documento: 1.721 Data do Documento: 19/05/2005 Data de Publicação: 20/05/2005
Situação Legal Atual: Credenciado(a) redenciada para ministrar educação a distância: N

4.2.1.8 Instituto Superior de Educação do Paraná – INSEP

O INSEP, segundo seu *site* na internet, foi credenciado pela Portaria do MEC, nº. 2694, de 02.09.04, publicada no Diário Oficial da União do dia 03.09.04, seção1, p. 20, com 700 vagas anuais para o curso Normal Superior, Licenciatura para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Por intermédio da Portaria nº 590, de 6 de setembro de 2006, o curso Normal Superior foi transformado em Pedagogia e mantidas as 700 vagas anuais.

4.2.1.9 Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR

Em Maringá a PUC-PR, segundo seu *site* na internet oferece os cursos de Administração, Direito, Enfermagem, Filosofia, Nutrição e Turismo. Não há informações quanto ao número de vagas disponibilizadas. Iniciou suas atividades na cidade no prédio do Colégio dos Irmãos Maristas e, em 2007, incorporou a Faculdade Nobel.

Em busca efetuada no portal SiedSup (BRASIL, 2009b) foram obtidos os seguintes dados sobre a PUC-PR:

10 - Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR
Organização Acadêmica: Universidade Categoria Administrativa: Privada - Comunitária - Confessional - Filantrópica Dirigente Principal: CLEMENTE IVO JULIATTO
Endereço da Sede: CURITIBA - PR

Campi e Unidades fora da sede:	
	Campus São José dos Pinhais Campus Londrina Campus de Toledo Campus Maringá
Dados de Criação:	
	Documento: Decreto Federal No. do Documento: 48232* Data do Documento: 17/05/1960 Data de Publicação: 14/06/1960

4.2.1.10 Universidade Estadual de Maringá – UEM

57 - Universidade Estadual de Maringá - UEM	
Organização Acadêmica: Universidade Categoria Administrativa: Pública Estadual Dirigente Principal: DÉCIO SPERANDIO CNPJ: 79151312000156 Mantenedora: Governo do Estado do Paraná - Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	
Campi e Unidades fora da sede:	
	Campus Regional de Cianorte Campus Regional de Goioerê Campus do Arenito Campus – Umuarama
Dados de Criação:	
	Documento: Lei Estadual No. do Documento: 6034 Data do Documento: 06/11/1969 Data de Publicação: 10/11/1969
Situação Legal Atual: Credenciado(a)	
	Credenciada para ministrar educação a distância: S

4.2.2 Sobre a Expansão do Ensino Superior Particular em Maringá/Brasil

Quando se demarca um campo inicial para uma pesquisa, como foi o caso do direcionamento deste trabalho para a cidade de Maringá, o objetivo não é engessar possibilidades, mas, sim, arbitrar um ponto a partir do qual as relações possam ser analisadas em um processo de expansão constante. Portanto, para analisar o ambiente estratégico, que possibilitou e continua possibilitando que os depoentes deste trabalho de pesquisa constituam cenários nos quais suas posições e ações sejam justificadas *a posteriori*, é necessário observar também a paisagem na qual transitam os que trabalham com Educação e as alternativas de constituição de cenários que elas possibilitam.

Até o momento, buscou-se retratar as paisagens, formadas tanto pelo natural como pelo histórico-social: a natureza estática não forma sozinha a paisagem, como foi mostrado ao leitor no primeiro Estudo desta pesquisa. A paisagem é elaborada pela memória que o sujeito tem de uma dada visão, a partir dos seus juízos e valores estéticos, ela é o trânsito entre o natural e o humano. É uma elaboração do sujeito, é uma versão própria, uma vez que a memória tem um componente coletivo, mas também um individual que pode introduzir distorções em função do desejo de poder. Mas estas distorções, na forma de ocultações e ou presenças na paisagem, acontecem nas enunciações, no sujeito que fala sobre a paisagem. Daí que, no segundo Estudo desta pesquisa, observou-se que as circunstâncias determinam a enunciação apropriada, que ela é uma posição tática, no cotidiano das artes de fazer das pessoas. Ou seja, a enunciação não coincide necessariamente com a paisagem que o sujeito vê diante de si, com o cenário vislumbrado na paisagem que se constitui na mente do observador, o sujeito da paisagem. Então, embora o trabalho tenha sido dividido em três Estudos, eles não existem independentemente um do outro. A paisagem formada no primeiro Estudo, a partir da descrição do natural e das relações sócio-históricas, permite ao sujeito alinhar a percepção da classe dominante como sendo produtiva aos deslocamentos dos discursos (respectivamente os nexos interno e externo da verdade da Educação), de forma a constituir um cenário do qual ele se utiliza para exercer relações de poder e saber; mas é no segundo Estudo que se observam as táticas que justificam as posições, a partir de discursos manifestados nas falas.

Mas este conceito de paisagem, utilizado a partir da elaboração do professor Carrera (descrita no início do primeiro Estudo), requer também a percepção que ela, a paisagem, é constituída por quem transita por ela, da mesma forma que ela impregna e assujeita essas pessoas às suas relações e, desta forma, as constitui como sujeitos da paisagem. Daí que o intuito desta pesquisa tem sido analisar o sujeito da paisagem, a partir da produtividade tática que ele percebe em um determinado campo de integração estratégica, a paisagem na qual transita e que permite que ele constitua cenários. Quando empresários como os professores Amaury Meller e Wilson de

Matos Silva parecem ter demorado entrar em um jogo, que atualmente se mostra promissor, é preciso verificar quais conjunturas determinaram um dado momento como o ideal para o envolvimento. O professor Amaury recuou quando tinha nas mãos a condição de ser “pioneiro” na instituição da Educação Superior privada em Maringá, apesar de toda a experiência que já acumulara em relação aos meandros da Educação – tanto em ensino para adultos, quanto em Ensino Superior com o seu envolvimento com a Faculdade de Filosofia e, posteriormente, da UEM; professor Wilson de Matos, apesar de sua formação como docente, transitou por outras searas empresariais antes de optar pela constituição de uma Escola. Professor Arnaldo Piloto e seus sócios tiveram sucesso com os colégios que fundaram, apesar da pouca experiência empresarial que tinham. Diante destas constatações surge a dúvida em relação às condições de integração estratégica existentes na ocasião da implantação das escolas. Optamos, então, por analisar o período no qual as escolas foram instituídas em confronto com as condições existentes no Paraná e no Brasil à mesma época.

Segundo o que o próprio professor Wilson observou, e as tabelas de dados do INEP que cobrem o período de 1991 a 2004 comprovam, a aprovação das novas diretrizes da LDB – Lei de Diretrizes e Bases – foi um divisor de águas: são períodos distintos o anterior à aprovação das novas diretrizes (antes de 1996) e o posterior à aprovação (após 1996). A análise que foi desenvolvida em publicação do INEP, “Educação Superior Brasileira 1991-2004, Paraná”, mostra que as novas diretrizes da LDB apareceram como o marco legal básico que sintetiza uma determinada política educacional e desencadeia um processo de reformulação profunda no sistema de Educação Superior brasileiro. Os dados da Tabela 1 mostram o crescimento expressivo do sistema, cujos índices, no período, chegam a, aproximadamente, 120%, para instituições e matrículas, e 180%, para cursos; e que o credenciamento de novas instituições, com a autorização de vários cursos para cada uma delas, motivou as instituições já estabelecidas a abrirem mais cursos como forma de disputar o mercado existente. Isso determinou que o índice de crescimento dos cursos fosse significativamente superior ao das instituições e matrículas.

Tabela 1 – Distribuição das IES, cursos e matrículas - Brasil 1996 e 2004

ANO	IES	%	Cursos	%	Matrículas	%
1996	922	-	6.644	-	1.868.529	-
2004	2.013	118,3	18.644	180,64	4.163.733	122,8

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Não foi possível obter no *site* do INEP o número de matrículas na cidade de Maringá, mas os dados disponíveis permitem reproduzir as condições referentes ao crescimento do número de Instituições de Ensino Superior e o número de cursos. O movimento é o mesmo apresentado em nível nacional no mesmo período, apenas mais acentuado, uma vez que houve um crescimento de 250% em IES e aproximadamente 302% em cursos.

Tabela 1A – Distribuição das IES e cursos em Maringá - Brasil 1996 e 2004

ANO	IES	%	Cursos	%
1996	2	-	35	-
2004	7	250	141	302,8

Fonte: MEC/Inep

Segundo o que se pode observar a partir dos dados do INEP, disponibilizados na Tabela 2, o crescimento na área da Educação no Brasil deu-se principalmente no campo das instituições privadas. Em Brasil (2009c) a constatação é de que a política educacional em vigor criou as condições legais, as políticas e as necessidades para que se estabelecesse, no Brasil, um mercado educacional *strictu sensu*:

Pela Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, o legislativo brasileiro ratificou a possibilidade das instituições educacionais operarem com fins lucrativos. Por outro lado, o governo obstruiu o caminho da expansão da educação pública federal (a Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, impediu a União de expandir a oferta da educação profissional e tecnológica; o Presidente da República vetou as metas do PNE, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, itens 4.3,2 e 4.4, 24, que previam a expansão da educação superior pública). As instituições privadas que, em 1996, eram 711, passaram a ser, em 2004, 1.789, um crescimento de 151,6%. As instituições privadas detinham, em 1996, 3.666 cursos e 1.133.102 matrículas e passaram a deter, em 2004, 12.282 cursos e 2.985.405 matrículas. O crescimento dos cursos foi de 237,8% e o das matrículas foi de 163,5%. (BRASIL, 2009c, p.14)

A divisão percentual entre público e privado, para instituições, cursos e matrículas, em 1996 e em 2004, está na tabela a seguir.

Tabela 2 – Percentuais de instituições, cursos e matrículas de graduação presencial, segundo a categoria administrativa - Brasil 1996 e 2004

Ano	Instituições (%)		Cursos (%)		Matrículas (%)	
	Públicas	Privadas	Públicas	Privados	Públicas	Privadas

1996	22,9	77,1	44,8	55,2	39,4	60,6
2004	11,1	88,9	33,6	66,4	28,3	71,7

Fonte: MEC/Inep/Deaes

A mesma constatação acontece quando se analisam os dados referentes ao percentual de instituições e cursos em Maringá no mesmo período. Apenas, novamente, os resultados são mais contundentes. Como Maringá só conta com uma escola de ensino superior pública, o percentual de instituições públicas em 2004 era de 14,3%; número este que, no panorama atual, é muito mais crítico uma vez que aumentaram o número de instituições privadas e manteve-se a UEM como única escola pública. Da mesma forma, o percentual referente aos cursos, que em 1996 era muito maior na escola pública, teve um crescimento significativo na escola privada.

Tabela 2A – Percentuais de instituições e cursos de graduação presencial, segundo a categoria administrativa - Maringá 1996 e 2004

Ano	Instituições (%)		Cursos (%)	
	Públicas	Privadas	Públicas	Privados
1996	50,0	50,0	88,6	11,4
2004	14,3	85,7	36,3	63,7

Tabela obtida a partir de dados sobre as Instituições Superiores de Ensino em MEC/Inep

Tabela 2B – Percentuais de crescimento de instituições e cursos de graduação presencial, segundo a categoria administrativa - Maringá 1996 e 2004

Ano	Instituições				Cursos			
	Públicas		Privadas		Públicas		Privados	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
1996	1	-	1	-	31	-	4	-
2004	1	0,0	6	500,00	49	58,1	86	2050,0

Tabela obtida a partir de dados sobre as Instituições Superiores de Ensino em MEC/Inep

Segundo a análise em Brasil (2009c), o encaminhamento da Educação Superior brasileira adquire sentido quando analisada sob a perspectiva da política educacional que lhe deu impulso. Esta, por sua vez, expressa um contexto bem amplo de relações econômicas e políticas vividas pelo Brasil. No primeiro momento, o período anterior à aprovação das novas diretrizes da LDB, segundo a análise do INEP, aconteceram as contradições dos anos 1980 que poderiam ser

descritas, sucintamente, como as relações estabelecidas, de um lado, pela redemocratização (“Diretas Já”, “Constituinte”, “LDB”, primeira eleição direta à Presidência pós-Golpe Militar, *impeachment* presidencial) e, de outro, pelo acentuado *déficit* social e produtivo do País, produzido pela ação de políticas nacionais orientadas por organismos econômico-financeiros multilaterais. Iniciaram-se, assim, mudanças estruturais que implicaram a desregulamentação e a abertura ao capital internacional. O sistema educacional permaneceu quase inalterado nesse período, esperando a sedimentação dos debates e embates que desaguaram na aprovação das novas diretrizes da LDB. Segundo essa mesma análise, o segundo momento inicia-se, justamente, com a LDB (Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996), aparato legal que sintetiza o enquadramento do sistema educacional às regras do mercado.

Há, nesse período, o recrudescimento da liberalização e internacionalização da economia que se traduz, entre outras dimensões, pelo fluxo desinibido do capital financeiro; pela intensa privatização do patrimônio estatal e dos serviços públicos, combinada com o ajuste fiscal; pela liberalização comercial, aliada a incentivos aos investimentos externos; e pelas reformas que atingem em especial os direitos dos trabalhadores, entre elas, a da previdência/seguridade social e a que visa desregulamentar e flexibilizar as relações de trabalho. A insegurança gerada pela instabilidade do mundo do trabalho levou a classe média baixa e certos setores populares a buscarem apressadamente um diploma de educação superior. Essa demanda era o que faltava para que a iniciativa privada vislumbrasse, na Educação, uma excelente oportunidade de negócio. Instituições com fins lucrativos, ágeis e competitivas, disseminaram-se pelos quadrantes do Brasil, obrigando toda a rede privada se mobilizar na mesma direção. O resultado disso foi, como se viu, um fenômeno que pode ser resumido no trinômio: expansão-diversificação-privatização. A política educacional sentia-se plenamente justificada com a resposta dada pela iniciativa privada na oferta da educação superior, de modo que não via razões para expandir a rede pública. Com efeito, as instituições públicas do sistema federal receberam pouca atenção e pouco investimento, por isso seu relativo encolhimento no conjunto do sistema. (BRASIL, 2009c, p.20)

O mesmo cenário em relação a este período é relatado pelos professores Amaury e Wilson, quando declaram que passaram a se preocupar com o fato das condições da cidade necessitar de profissionais especialmente formados para atenderem setores específicos. Como foi observado no tópico 2.2 do primeiro Estudo, nos anos de 1990 a cidade de Maringá desenvolveu-se como pólo de desenvolvimento agroindustrial, comercial e financeiro e necessitava de pessoas especialmente capacitadas. A crise de superprodução de capitais tem à época sua resolução vinculada no ocidente principalmente à expansão da fronteira “serviços”, com loas ao chamado “terceiro setor”. Essas condições propiciaram o ambiente adequado para o crescimento das escolas de ensino superior privado, uma vez que esta perspectiva não escapou à percepção de empresários experientes como os professores Wilson e Amaury que instituíram o Ensino Superior na cidade. A paisagem era, então, constituída pelas condições proporcionadas pela nova política

educacional brasileira, o cenário foi o recorte feito na paisagem pelo discurso do *bem comum*, discurso que perpassa os relatos dos professores Amaury e Wilson e que pode ser sintetizado pelo excerto da edição comemorativa da ACIM:

Os anos 1990 plantaram a semente para que as bases da cidadania, da responsabilidade social e da ética florescessem em Maringá em toda sua plenitude. Houve a união de todos os segmentos em busca do bem comum. [...] A cidade não pensa apenas na cidade. Seja por altruísmo, seja por questões meramente comerciais, as lideranças de Maringá passam a lutar pelo desenvolvimento econômico e social da região. Projetos regionais passam a contar com o apoio da ACIM, Cocamar, de outras entidades e dos políticos locais. (ACIM, 2006, p.125, *grifo nosso*).

4.2.3 Educação Superior no Paraná, período 1991-2004

Segundo Brasil (2009c), o governo do Estado do Paraná, acompanhando a tendência nacional de expansão da educação superior pós 1968, criou, no ano de 1970, suas três maiores universidades estaduais públicas. Hoje, o Sistema Público Estadual de Educação Superior é composto por cinco universidades consolidadas – distribuídas em vários *campi* – e por 12 faculdades, espalhadas por 38 municípios, com abrangência em todas as regiões.

A análise da Tabela 3 mostra que no Paraná o processo de privatização, na segunda fase de expansão do sistema (1996-2004), foi bem mais intenso. Enquanto nacionalmente o sistema privado cresceu 151,6% de 1996 a 2004, no Paraná a expansão chegou a 312,1%. Em relação à Maringá, o acréscimo de colunas à tabela original com dados relativos à cidade, obtida a partir de dados sobre as Instituições Superiores de Ensino em MEC/Inep, mostra o mesmo movimento neste período com o crescimento do número de instituições de ensino privado em 500%. Em 1991, as escolas de nível superior particulares representavam 53,2% do total de instituições do estado. Em 2004, já dominavam 86,1% do mercado. Em 1991, Maringá contava com uma escola de ensino superior pública e uma escola de nível superior particular. Porém em 2004, as escolas privadas de ensino superior já compreendiam 85,7% do mercado, próxima à média paranaense. Percebe-se também na análise da tabela abaixo que, no Paraná e em Maringá, na primeira metade da década de 1990, a evolução do sistema particular manteve-se absolutamente estável.

Tabela 3 – Percentuais de crescimento de instituições e cursos de graduação presencial, segundo a categoria administrativa - Maringá 1996 e 2004

Ensino Superior por Categoria Administrativa – Brasil, Paraná e Maringá – 1991 – 2004												
Ano	Brasil				Paraná				Maringá			
	Pública	%	Privada	%	Pública	%	Privada	%	Públ	%	Priv	%
1991	222	24,9	671	75,1	29	46,8	33	53,2	1	50	1	50
1992	227	25,4	666	74,6	29	50,0	29	50,0	1	50	1	50
1993	221	25,3	652	74,7	29	47,5	32	52,5	1	50	1	50
1994	218	25,6	633	74,4	27	45,8	32	54,2	1	50	1	50
1995	210	23,5	684	76,5	23	41,1	33	58,9	1	50	1	50
1996	211	22,9	711	77,1	25	43,1	33	56,9	1	50	1	50
1997	211	23,4	689	76,6	22	38,6	35	61,4	1	50	1	50
1998	209	21,5	764	78,5	21	34,4	40	65,6	1	25,0	3	75,0
1999	192	17,5	905	82,5	22	30,6	50	69,4	1	20,0	4	80,0
2000	176	14,9	1.004	85,1	23	26,4	64	73,6	1	16,7	5	83,3
2001	183	13,2	1.208	86,8	22	19,6	90	80,4	1	16,7	5	83,3
2002	195	11,9	1.442	88,1	22	16,4	112	83,6	1	16,7	5	83,3
2003	207	11,1	1.652	88,9	22	14,6	129	85,4	1	16,7	5	83,3
2004	224	11,1	1.789	88,9	22	13,9	136	86,1	1	14,3	6	85,7
91/95 Δ %	5,4	-1,9	1,9	-	-20,7	-	0,0	-	0	-	0	-
96/04 Δ %	6,2	-	151,6	-	-12,0	-	312,1	-	0	-	500	-

Fonte: MEC/Inep

Durante todo o período o setor público no ensino superior manteve-se inalterado (da mesma forma, até os dias atuais), mas a rede de ensino superior privado cresceu. Segundo a análise feita em Brasil (2009c):

[...] de um modo geral, o crescimento do ensino superior brasileiro na última década deveu-se à expansão da rede privada, apesar do setor público ter crescido consideravelmente em algumas regiões (Norte e Nordeste, 50 e 40% respectivamente). Nos Estados mais ricos e economicamente mais dinâmicos do País, o crescimento do ensino superior público apresentou taxas negativas ou índices positivos muito baixos, tendo regredido nas regiões Sul e Centro-Oeste (-9,8% e -25,8%) e evoluído muito pouco na Região Sudeste (3,4%) (Censo da Educação Superior 2004). O modelo de expansão escolhido, nesse sentido, distanciou-se do padrão clássico, caracterizado pela indissociabilidade das esferas de ensino e pesquisa e extensão. (BRASIL, 2009c, p.34)

Pode-se observar com maior clareza na Tabela 4 e na Tabela 4A o mesmo comportamento em relação à cidade de Maringá: não houve crescimento do número de instituições públicas mas, por outro lado houve o crescimento do setor privado. Na Tabela 4A foram criadas as colunas P1 e P2 para destacar o fato do CESUMAR ter se tornado um Centro Universitário em 2002. A análise que será feita a seguir mostrará que o crescimento do setor privado não se deu apenas em número de instituições, mas, também em número de cursos oferecidos. Este crescimento na oferta de cursos se deu, principalmente, em função da lei que possibilitou a criação de Centros Universitários com autonomia para criação de novos cursos.

Tabela 4 – Distribuição percentual e evolução do número de instituições de ensino superior por organização acadêmica - Paraná 1991 - 2004

Ano	Universidades				Outras Instituições			
	Públicas	%	Privadas	%	Públicas	%	Privadas	%
1991	4	80,0	1	20,0	25	43,9	32	56,1
1992	4	80,0	1	20	25	47,2	28	52,8
1993	4	66,7	2	33,3	25	45,5	30	54,5
1994	4	66,7	2	33,3	23	43,4	30	56,6
1995	5	71,4	2	28,6	18	36,7	31	63,3
1996	5	71,4	2	28,6	20	39,2	31	60,8
1997	6	60,0	4	40,0	16	34,0	31	66,0
1998	6	60	4	40,0	15	29,4	36	70,6
1999	6	60	4	40,0	16	25,8	46	74,2
2000	6	60	4	40,0	17	22,1	60	77,9
2001	6	60	4	40,0	16	15,7	86	84,3
2002	6	60	4	40,0	16	12,9	108	87,1
2003	6	60	4	40,0	16	11,3	125	88,7
2004	6	60	4	40,0	16	10,8	132	89,2
91/95 Δ %	25,0	-	100,0	-	-28,0	-	-3,1	-
96/04 Δ %	20,0	-	100,0	-	-20,0	-	325,0	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes

NOTA: Na coluna “Outras Instituições” foram agrupados os dados referentes às instituições não universitárias (Centros Universitários, Faculdades Integradas, Centros de Educação Tecnológica, Faculdades de Tecnologia e Faculdades

Tabela 4A – Distribuição percentual e evolução do número de instituições de ensino superior por organização acadêmica - Maringá 1991 - 2004

Ano	Universidades				Outras Instituições					
	Públ.	%	Priv.	%	Públ.	%	Privadas			
							P1	%	P2	%
1991	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0
1992	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0
1993	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0
1994	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0
1995	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0
1996	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0
1997	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0
1998	1	100,0	0	0,0	0	0,0	3	100,0	0	0,0
1999	1	100,0	0	0,0	0	0,0	4	100,0	0	0,0
2000	1	100,0	0	0,0	0	0,0	5	100,0	0	0,0
2001	1	100,0	0	0,0	0	0,0	5	100,0	0	0,0
2002	1	100,0	0	0,0	0	0,0	4	80,0	1	20,0
2003	1	100,0	0	0,0	0	0,0	4	80,0	1	20,0
2004	1	100,0	0	0,0	0	0,0	5	83,3	1	16,7
91/95 Δ %	-	-	-	-	-	-	0,0	-	0,0	-
96/04 Δ %	-	-	-	-	-	-	400,0	-	100,0	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes

NOTA: Na coluna “Outras Instituições” foram agrupados os dados referentes às instituições não universitárias (Centros Universitários, Faculdades Integradas, Centros de Educação Tecnológica, Faculdades de Tecnologia e Faculdades). No entanto, no caso das instituições privadas a coluna P2 refere-se ao Centro Universitário, e P1 às demais modalidades.

Segundo a análise em Brasil (2009c) as matrículas na rede particular em instituições não universitárias começaram a apresentar maiores taxas de crescimento a partir de 1997. Neste mesmo ano foi promulgado o Decreto 2306, que criou os Centros Universitários. Essa nova categoria de instituição, que herdou da universidade tradicional a autonomia para abrir novos cursos e ampliar o número de vagas nos existentes, foi a que mais cresceu depois da virada do milênio no Estado do Paraná, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 5 – Evolução do número de matrículas em instituições particulares por categoria administrativa – Paraná 1997 - 2004

Categoria Administrativa	1997	2004	Δ %
Centros Universitários	5.739	36.377	533,9
Faculdades Integradas	2.962	14.998	406,3
Faculdades, Escolas e Institutos Superiores	22.338	72.051	222,5
Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia	624	2.240	259,0

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Como não foi obtido um relatório do número de matrículas em Maringá, a nossa opção foi analisar o desenvolvimento de número de cursos oferecidos. De acordo com Brasil (2009c), ao se analisar as instituições isoladas individualmente no Estado do Paraná, percebe-se que, entre elas, a maior evolução verificada no período de 1999 a 2004 corresponde aos centros universitários (403,8%) e aos Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia (450,0%). Além disso, os cursos de curta duração oferecidos na área tecnológica, em centros ou faculdades, cresceram consideravelmente nos últimos anos.

Pelo recorte e pelas tabelas abaixo, é visível que este desenvolvimento da rede de ensino superior privada aconteceu a partir da combinação da política neoliberal com a capacidade de aproveitar novas oportunidades do setor privado.

As inovações de caráter normativo e legal, a partir de 1996/1997, impulsionaram a expansão das instituições isoladas e dos centros universitários. No ano 2000, a LDB e a legislação complementar já tinham liberado da obediência ao critério da indissociabilidade, em todo o País, nada menos que 1.024 IES, sobre um total de 1.180 (SGUISSARDI, 2004, p. 43). Nesse período, ainda foram criados os cursos seqüenciais e regulamentada a oferta da educação a distância de nível superior, medidas que, em conjunto, favoreceram a diversificação e expansão do sistema (ver capítulo anterior). Em âmbito nacional, o Inep registrava, em 1999, a existência “de 39 centros universitários, que respondiam por 6,8% das matrículas. Em 2003, foram registradas 501.108 matrículas, 12,9% do total, em 81 centros universitários” (MACEDO, 2005, p.

4).No final de 2003, supostamente depois de perceber o descontrole no movimento de expansão dos centros universitários, o governo federal proíbe (Decreto nº 4.914, de 11 de dezembro de 2003) a criação de novas instituições sob a forma de centros e impõe às existentes um prazo (até dez./2007) para que observassem o atendimento ao princípio da indissociabilidade. Em 2006, um novo Decreto (nº 5.786, de 24 de maio) revoga integralmente as disposições impositivas do Decreto 4.914. Por meio dessa nova legislação, novamente é concedida aos centros universitários a prerrogativa de “criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes” Além desse benefício, os centros de educação ainda ganharam o direito de “registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos” (Art. 2º, § 4º). Os centros universitários são instituições pertencentes, quase que exclusivamente, ao setor privado. Em 2004, das 107 instituições organizadas sob a forma de centros, em todo o Brasil, apenas três eram mantidas pelo poder público, nenhuma delas em território paranaense. (BRASIL, 2009c, p.43)

Tabela 6 – Crescimento dos cursos de graduação presenciais na rede privada por organização acadêmica - Paraná 1999 – 2004

Org. Acadêmica	1999	2000	2001	2002	2003	2004	1999-04
Universidades	169	208	228	226	238	259	53,3%
Centros Universitários	26	42	79	83	95	131	403,8%
Fac. Integradas	17	35	38	46	71	55	223,5%
Fac./Esc./Inst. Sup.	113	152	216	317	357	388	243,4%
Centros Ed. Tecn./Fac.Tecn.	0	0	4	4	17	22	450%

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 6A – Crescimento dos cursos de graduação presenciais na rede privada por organização acadêmica - Maringá 1999 – 2004

Org. Acadêmica	1999	2000	2001	2002	2003	2004	1999-04
Universidades	36	48	49	49	49	49	36,11%
Centros Universitários	13	19	19	25	35	38	192,31%
Fac. Integradas	11	19	32	36	44	48	336,36%
Fac./Esc./Inst. Sup.	-	-	-	-	-	-	
Centros Ed. Tecn./Fac.Tecn.	-	-	-	-	-	-	

Fonte: MEC/Inep

Portanto, percebe-se em Maringá um desenvolvimento semelhante ao que aconteceu no Estado. No caso do crescimento do Centro Universitário a taxa de crescimento não foi tão elevada, o setor que teve um aumento considerável foi o das faculdades, até superior ao do que

aconteceu no Estado. No entanto, ao se analisar os dados disponibilizados anteriormente das escolas de Maringá após 2004, resumidos na tabela 7, percebe-se um considerável aumento de cursos: 453,85% para Centros Universitários e 518,18% para Faculdades em Maringá no período 1999-2009.

Tabela 7 – Crescimento dos cursos de graduação presenciais na rede privada por organização acadêmica - Maringá 2004 – 2009

Org. Acadêmica	1999	2009	1999-2009
Universidades	36	57	58,33%
Centros Universitários	13	72	453,85%
Fac. Integradas	11	68	518,18%
Fac./Esc./Inst. Sup.	-	-	
Centros Ed. Tecn./Fac.Tecn.	-	-	

Fonte: MEC/Inep

As análises acima não levaram em consideração dados do Instituto Superior de Educação do Paraná – INSEP porque ele não consta das informações disponibilizadas pelo MEC/INEP. Tampouco foram considerados os cursos oferecidos na forma de Ensino a distância.

4.2.4 Um “fechamento”

Este Terceiro estudo acrescentou, portanto, mais uma especificidade da implantação do metabolismo do capital na cidade de Maringá àquelas mostradas nos Estudos anteriores: como um Estado dócil, mas poderoso, pode servir aos interesses da iniciativa privada. Nos estudos anteriores foi mostrado que, no processo de expansão das relações capitalistas, há componentes locais articulados a componentes globais e a outros, de caráter nacional, desde o início do processo de colonização. O diferencial deste Estudo foi mostrar que isso ocorre em especial nos SERVIÇOS de Educação.

A partir da instituição do ensino profissionalizante na década de 1970, ocorreu uma evolução da oferta e demanda em Maringá no Ensino Médio, seguindo uma tendência nacional de evolução que, ao longo de aproximadamente três décadas, praticamente universalizou esse nível

de ensino. A atuação dos empresários de Educação de Maringá, especificamente os professores Amaury e Arnaldo Piloto, seguiu a tendência de começar os negócios com base mais nos níveis iniciais de ensino, ao mesmo tempo em que o poder público também vai ampliando o oferecimento nesses níveis. Assim, a acumulação de capital nos negócios com o ensino básico, a criação de demanda significativa para o ensino superior, e a legislação nacional favorável no sentido de destravar a oferta privada – ao constituir um nicho atraente para a reprodução ampliada do capital no ensino superior – foram os ingredientes básicos para que as aberturas das escolas se constituíssem em sucesso. O Colégio Paraná, como o próprio professor Amaury Meller relata, foi constituído quando as condições locais – a existência de adultos e jovens adultos precisando dar continuidade aos estudos em uma região nascente – aliadas à legislação nacional – que permitia alterações nas estruturas educacionais existentes – eram favoráveis para seu sucesso imediato. No caso dos Colégios Nobel a situação é semelhante: uma condição local de conflito entre uma liderança – professor Amaury Meller – e alguns que almejavam a condição de líderes, aliada às condições nacionais que determinaram que as escolas públicas entrassem em processo de desmanche a partir da década de 1970, foram as condições necessárias ao sucesso do empreendimento. Professor Wilson acumulou capital inicialmente em outros negócios, mas implantou o CESUMAR à medida que as condições da legislação nacional foram se mostrando cada vez mais favoráveis. A promoção do CESUMAR em Centro Universitário em 2002 aconteceu porque a legislação nacional proporcionou vantagens para esta modalidade de escola, mas aparentemente esta era uma emergência face à carência de inovação da única escola pública existente, a UEM. Ou seja, neste Terceiro Estudo tenta-se mostrar como funciona um Dispositivo da Educação: face às emergências do sistema capitalista – universalização do Ensino Médio, carência de escolas públicas de ensino superior e um mercado cada vez mais competitivo – há uma mudança do discurso educacional (com flexibilização e adaptações da legislação) que proporcionam as condições ideais para que apareçam “homens certos em locais e momentos certos” e escolas “absolutamente” necessárias.

COMENTÁRIO FINAL

Se fossemos resumir nossas intenções, diríamos que este trabalho de pesquisa é uma tentativa de mostrar que uma postura mais crítica sobre o trabalho docente passa pela percepção que as ações do ser humano, organizado em sociedade, necessitam de instrumentos de análise que visam tanto ao perscrutar de nexos internos como externos a elas. Se defendemos isso de um modo geral, o defendemos mais enfaticamente em relação ao ensino da Matemática e da área que o acolhe, a Educação Matemática. Na percepção da enorme capacidade de metamorfose que as relações capitalistas possuem e segundo as quais o poder vai aumentando suas frentes, reside uma possibilidade de resistência, tanto na luta cotidiana, quanto na vida profissional:

Esta resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea. [...] Também não é isto [a imagem invertida do poder]. Se fosse apenas isto não haveria resistência. Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente. [...] Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder; podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.” . (FOUCAULT, 1996, p.241.)

A percepção das condições e as estratégias necessárias neste processo de luta pela modificação das condições hegemônicas em nossa sociedade, e em consequência da Educação, estão atreladas ao mapeamento da capacidade de metamorfose das relações tramadas pelo poder. A tessitura deste trabalho de pesquisa teve como um dos seus objetivos demonstrar esta necessidade, defendendo que a resistência ao poder resolve-se teoricamente ao se analisar o objeto em seu **desenvolvimento**, no processo formativo de sua integridade.

Trata-se, pois, de que só com esta condição cabe desmembrar mentalmente as formas de movimento que na realidade são indispensáveis para a entidade concreta e as que são meramente casuais, já que no processo de desenvolvimento o sistema reproduz como seus efeitos o que para ele são premissas **indispensáveis**. “Se no acabado sistema burguês – diz Marx – [...] todo o suposto é por sua vez premissa, isso mesmo tem lugar em qualquer sistema orgânico”. (DAVÝDOV, s/d, p.321. Tradução livre.)

O objeto de estudo desta Tese foi o processo civilizador do capital em Maringá, ou seja, a implantação das relações capitalistas e não o estudo do capitalismo em suas determinações locais. Além disso, a constituição do processo capitalista na região de Maringá deu-se numa fase desenvolvida, orgânica e sistemática do metabolismo do capital. Daí que seus resultados e efeitos são, segundo o modelo de legitimação das relações capitalistas, suas premissas indispensáveis de implantação e reprodução. O “pioneirismo” foi tomado como uma abstração inicial para nosso trabalho teórico porque percebeu-se que ele trazia em seu bojo os pares efeitos-premissas, aliado a uma determinação “local” como fenômeno astucioso na legitimação da condição de condutores de massas atribuída a determinados indivíduos. O geral e o doméstico se aliaram, como é comum nas economias dos países ditos emergentes, na tarefa de reprodução do capital através dos efeitos de um discurso eficaz e, para isso, foram utilizados diversos artifícios de legitimação, entre eles, idealizar alguns representantes que relembram o passado pioneiro muito próximo e que, se Maringá é hoje uma cidade moderna e pujante é porque as relações estabelecidas sob a condução de pessoas especialmente talhadas para o comando foram eficazes. Portanto, a importância desta escolha não está em uma suposta abrangência universal do termo em relação à sociedade maringaense, mas, sim, porque na base de sua utilização, nas diversas frentes utilizadas pela mídia e pela propaganda relacionada às grandes instituições da cidade, aparece a questão de que um dos componentes da caracterização do "pioneirismo" (conceito praticado) passa por tecer loas às especiais competências técnicas, à inteligência, e que a labuta intensa dos "grandes" empreendedores teriam produzido as próprias oportunidades produtivas. Ao mesmo tempo o discurso desse conceito praticado oculta que a ação desses “grandes” empreendedores está vinculada às oportunidades produtivas que aparecem, em Maringá, como decorrência de um tipo de produção específico (a produção do capital). Não importa se a sociedade maringaense reconhece no “pioneirismo” a importância a ele atribuída por alguns: o importante é que, ao ser atribuído a ele determinado valor, seja passada a mensagem de que o poder é legítimo, uma vez que quem o pratica é produtivo e visa o *bem comum*. Para se analisar, por exemplo, uma crise mundial ou local de forma a serem absorvidos seus efeitos, parte-se da premissa que a situação “naturalmente” produzirá desemprego. A astúcia, nesses casos, reside em deslocar (esconder) as condições gerais e sistêmicas para a esfera de supostas “capacidades individuais”. Da mesma forma, no caso do uso do “pioneirismo” pela mídia, a astúcia reside em deslocar (e esconder) as condições gerais e sistêmicas para a esfera de supostas “capacidades individuais” que “explicariam” porque tudo concorre para o melhor dos mundos possíveis nas terras maringaenses. Daí o “pioneirismo” vai se tornando um conceito, que é na

realidade um conceito intencionalmente forjado para “explicar” os resultados não como premissas, pois essas seriam as capacidades espantosamente eficientes dos “grandes pioneiros” que, quis o destino, convergissem para Maringá. Além disso, o termo “pioneirismo” esconde o antagonismo principal em um regime de produção capitalista que se dá, historicamente, entre duas das classes (burguesia - operariado): não só a classe dominante, os “grandes pioneiros”, foram e/ou são produtivos, a massa anônima, sem rosto, “esquecida” no conceito praticado de “pioneirismo”, também é produtiva. E tanto a classe “lembrada”, quanto a “esquecida” são reais. Daí o como e o porquê do lembrar e esquecer também têm base real, não são meros produtos da imaginação. O movimento que leva da realidade à cabeça dos vencedores e volta à realidade com sentido (expresso em conceitos, regras de conduta, ladainhas, formas de marcar distinções, monumentos etc.) de classe, é um movimento que tem base real, daí há uma constituição de resistência que entranha tanto possibilidades, quanto dificuldades em relação à sua produtividade tática e à sua integração estratégica. Este é um modelo antigo: passa pelos grandes heróis da História, pelos exemplos “exemplares” que direcionam as escolhas de profissões pelos jovens, etc. Mas é precisamente naquilo que oculta, que o conceito de “pioneirismo” praticado pelos vencedores pode, pela análise, ser o ponto de partida para desvelar o processo de constituição local do metabolismo do capital e suas metamorfoses, dado que tal conceito em sua conformação sintetiza premissas indispensáveis de reprodução do capital em Maringá para poder “servir” para tal reprodução (é preciso reproduzir sua lógica, diria o professor Wilson). Produzida e reproduzida sua lógica o conceito “serve” para conformar e mobilizar e “serve” ainda para legitimar os condutores da mobilização.

A escolha inicial (pioneirismo) mostrou-se adequada durante o desenvolvimento da trama da Tese uma vez que, ao se “depurar” as entrevistas e documentos emergiu um conceito praticado, pelos vencedores, de “pioneirismo”, o qual se configura (mais ou menos) da seguinte forma: há uns poucos indivíduos que nascem biologicamente melhor aquinhoados de uma inteligência prática. Estes indivíduos não só são os primeiros a perceber as oportunidades, como são dotados de capacidades como tenacidade, maestria e sistematicidade para encetar um labor que inaugura novos empreendimentos, fadados ao sucesso. A suposta distribuição biológica desigual da inteligência prática entre os indivíduos humanos é justificada, em última instância, como tendo origem num Plano Divino da Criação. Para tal distribuição desigual da inteligência deverá então corresponder, “naturalmente”, uma correspondente distribuição desigual dos produtos. Segundo essa concepção, o Direito

Positivo vai então se constituir como um conjunto de regras "naturais" que apenas expressariam formalmente a partilha "justa" da propriedade. Esses traços estão presentes tanto nos documentos das associações empresariais, quanto nos depoimentos dos empresários professores. Mas nos depoimentos destes um outro componente é destacado: muito embora a distribuição desigual da inteligência biológica seja importante, ela por si só não garantiria o sucesso na vida prática, sendo necessário seu burilamento através da educação escolar, precisamente o ramo de seus negócios (a inteligência "natural" é matéria bruta que precisa ser lapidada, diria o professor Arnaldo Piloto).

Esse conceito praticado encobre e, portanto, revela, via análise, condições indispensáveis da implantação e reprodução do metabolismo do capital na região de Maringá, ou em outros termos, o processo de transformação do não-capital em capital e a ocultação de várias formas importantes de não-capital que historicamente se constituíram na região (índios, posseiros vivendo de uma agricultura de subsistência, tecnicamente extensiva, com padrões não científicos de reprodução dessa atividade). Portanto, esse conceito mostrou-se um componente nuclear da representação do todo (processo civilizador do capital na região), e conduziu para a escolha da abstração inicial que, ao longo da teorização, desembocou na elaboração da categoria pioneirismo. Na categoria pioneirismo, elaborada ao longo da investigação, os componentes determinantes são a relação produtiva em que ambas as classes fundamentais são produtivas (embora a dominante, pela posição ocupada nas relações de produção do capital – e não devido a uma suposta melhor capacidade advinda de uma inata inteligência prática – apropria-se de forma diferenciada dos produtos); a mobilização de saberes técnico-científicos já acumulados; e as formas jurídicas e ideológicas de legitimação social das posições diferenciadas ocupadas pelos indivíduos (a contradição tática-estratégia distintas, mas imbricadas, das classes antagônicas) e a constituição da massa populacional e a típica forma de governá-la.

Além desses, um componente fundamental da categoria pioneirismo é o de mostrar que a função do conceito praticado de "pioneirismo" é a de produzir um corte histórico, que se reveste em arbitrar uma origem absoluta da História. Para o "pioneirismo", História é apenas e tão somente a história do capital. Antes da implantação do capital e suas metamorfoses Maringá seria o nada. Após, o capital em Maringá é eterno e, de certo modo, já pré-existiria em seu Destino Manifesto de por em marcha um inabalável progresso civilizatório em terras incultas. Assim a categoria pioneirismo, embora elaborada, via análise, ao longo da tese, é ao mesmo tempo a categoria que orienta a própria análise e escolha da

fundamentação teórica desta Tese. Tal escolha orientou, ao longo da investigação, tanto o movimento dos conceitos, quanto o tratamento dado ao referencial teórico e também quanto à sistematização do material coletado. Os depoimentos dos professores, por exemplo, mostram como uma perspectiva micro das relações poder-saber pode orientar análises que busquem entender como as relações capitalistas interferem no fazer docente. Também foi possível perceber como os processos de normalização e controle foram sofrendo deslocamentos de tal forma que a configuração dos indivíduos na sociedade extrapola a mera observação pautada na inserção ou exclusão social, segundo a perspectiva dominantes/dominados.

Para a teorização desse particular objeto (as condições indispensáveis de reprodução do processo civilizador do capital em Maringá) foi necessária a elaboração dessa particular categoria pioneirismo como sendo aquela categoria mais simples (a "célula") que contém as relações do todo. Segundo Norbert Elias a função social de certas palavras é expressar a posição de um determinado grupo ou sociedade: elas permitem esconder as relações tático-estratégicas do poder. Para a análise teórica aqui realizada, não se trata mais da importância, ou não, atribuída ao termo "pioneirismo", mas, sim, pôr a descoberto, as premissas indispensáveis observando os efeitos e resultados (a descontinuidade) para sintetizar teoricamente o processo (a continuidade). Em linhas gerais o movimento teórico pode ser sintetizado da seguinte forma:

O processo de implantação do metabolismo do capital em Maringá é um **todo** que aparece, para a pesquisadora, na forma de **representação** de um objeto integral, porém não desmembrado em suas condições e nexos internos. Nessa representação, por ser o **todo** um objeto orgânico (sistêmico), aparecem as condições indispensáveis de sua reprodução (empresas, associações de classe, escolas, igrejas, cartórios, permanente evolução do traçado e equipamentos urbanos, o conceito praticado de "pioneirismo" e suas marcas como a escultura cognominada "Peladão", os registros oficiais e de "propaganda" desse movimento caracterizado como um estupendo sucesso etc.). Essa representação esteve presente o tempo todo na mente da investigadora durante o processo de realização deste trabalho e cumpriu uma função metodológica precisa: a) orientar a análise para, em termos lógicos, não se perder num emaranhado de relações e nexos secundários, controlando-a para obter-se a síntese **teórica** que já estava de partida **representada no todo**; e b) orientar a análise no sentido de não se perder numa elaboração mental do tipo "jogo conceitual" que tendesse a se descolar do movimento efetivo da realidade que está sendo teorizado. Daí a importância de apresentar

uma sistematizada iconografia e excertos de documentos na forma impressa desta tese, com o fim de municiar o leitor para que ele próprio possa formular sua própria representação do todo. Muito embora essa representação seja de suma importância para se elaborar o conhecimento sobre o objeto aqui estudado, ela não é suficiente. Daí que para o estudo teórico desse **todo**, optou-se pela abstração inicial que foi a elaboração da categoria **pioneirismo**. A elaboração dessa categoria tomou para reflexão o próprio conceito praticado de “pioneirismo” (apropriado pelos vencedores e disseminado para produzir consenso entre os vencidos). A forma lógica desse conceito praticado é a do conceito empírico que tem como um de seus constituintes o apreender a necessidade como fim, como possibilidade realizada, o que implica, ato contínuo, a busca de sua “origem”, a qual lhe vai ser externa. Para que essa reflexão pudesse dar na categoria pioneirismo foi necessária uma análise canalizada para desmembrar as condições indispensáveis de sua produção e reprodução, em seus nexos internos. Dado esse passo teórico, a síntese das relações e mediações investigadas para a categoria **pioneirismo** são relações e mediações encontradas no objeto integral, o processo de constituição do metabolismo do capital em Maringá, o qual, devido à análise feita, transita em termos lógicos da **representação** de um **todo** para uma **totalidade** teoricamente elaborada, ao menos nos marcos possíveis da análise que pode ser realizada neste trabalho. Ou seja, a categoria pioneirismo é uma abstração inicial para o trabalho teórico e, ao mesmo tempo, um ponto de chegada.

Freqüentemente o processo de formação, o movimento se representa só como uma simples soma e sucessão de estados intrinsecamente determinados, já consumados, e de atos de repouso. Pois bem, e se descrevem só os resultados do processo formativo (em ocasiões, muito “fracionados”, mas resultados *ao fim e ao cabo*), e não o genuíno processo de formação. Sua reprodução encerra em si – como sublinhava Lênin – a mostra mesma de sua **possibilidade**. Só graças a isso se resolvem dialeticamente as contradições entre a continuidade (processo) e a descontinuidade (resultado) como momentos fugazes do processo formativo real. (DAVÝDOV, s/d, p. 324. Tradução livre.)

Portanto, acredito que no trabalho desenvolvido há uma indicação teórica para orientar a exposição de relações expressas: a) nas unidades continuidade – descontinuidade e efeitos – condições indispensáveis de reprodução; b) pelas duas histórias da “verdade”, denominadas por Foucault como sendo histórias externa e interna da verdade. A análise dessas relações, que por sua vez se desenvolvem em um cenário constituído pelo sujeito da paisagem,

possibilita o perscrutar das respostas obtidas dos modelos sugeridos na Educação, suas implicações sociais, econômicas e políticas. Assim, a partir da constituição do sujeito da paisagem por um modelo ocidental de civilidade e influências locais é possível relatar e explicar como as opções e ações ao nível individual, os micro poderes, estão intrinsecamente relacionados com o todo que constitui a sociedade, com o horizonte estratégico dado. Além disso, essas opções e ações constituem-se e são constituídas nas possibilidades táticas de resistência que, neste movimento de inter-relação com o horizonte estratégico, determinam a totalidade do objeto Educação. Talvez seja esta possibilidade, a percepção da existência de um dispositivo estratégico, que desponte como um caminho teórico possível para o estudo sistemático das formas de poder que controlam, exploram, devastam e exaurem as possibilidades da Educação e, ao mesmo tempo, permite o estudo de como estas formas de poder vinculam-se a uma lógica de poder global. Assim, o sujeito da paisagem poderá modificar a paisagem de dominação, segundo condições determinadas e segundo uma tática precisa orientada para a constituição de uma nova estratégia na esfera da Educação.

Desta forma, penso ter apresentado nesta Tese indicações possíveis para analisar depoimentos, tópico importante para a História Oral. O movimento de constituição do processo civilizatório do capital mostrou-se adequado para a análise da forma como as escolas dos três depoentes foram constituídas no momento preciso para se tornarem empreendimentos possíveis. Isso nos possibilita entender, do campo de sentido “externo”, as falas dos depoentes. A análise dos sentidos produzidos pelos próprios depoentes nas entrevistas nos possibilita abordar o campo de sentido “interno”. O confronto dessas “duas verdades” configura o trabalho analítico principal desta investigação.

Por fim, julgamos ser possível continuar esta nossa pesquisa buscando “desdobramentos do processo de constituição de relações capitalistas em Maringá” a partir do que já foi estudado. Poder-se-ia, neste sentido, por exemplo, investir na análise da Ecologia e da Educação como serviços, dado que já há, em relação a isto, neste trabalho, alguns indicativos, algo como que uma pré-moldagem de componentes e nexos internos dessas “categorias”, notadamente às páginas 105 e 106. Tal estudo poderia ser visto como uma complementação ao objetivo desta investigação, sob o ponto de vista da metodização e da reprodutibilidade de uma investigação científica aqui defendidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIL. *Nosso Século: Memória Fotográfica do Brasil no século XX*. v.3. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ACIM (Associação Comercial e Empresarial de Maringá). *O sonho se faz ACIM*. Organizado por Dirceu Herrero Gomes e Gilson Costa de Aguiar. Maringá: Dental Press, 2006.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2000a, p. viii – xxv.

BERNARDES, Marisa Rezende. *As várias vozes e seus regimes de verdade: um estudo sobre profissionalização (docente?)*. Bauru, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência). Universidade Estadual Paulista.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.19-32.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CESUMAR (Centro Universitário Maringá). Relatório Social 2005.

CMNP. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. São Paulo: Editora “Ave Maria”. 2ª ed. 1977. (Depoimentos sobre a maior obra do gênero realizada por uma empresa privada. 24 de setembro de 1975. Publicação comemorativa do Cinquentenário).

COCAMAR (Cooperativa Agroindustrial de Maringá). Uma história em quatro décadas. Coordenação Rogério Recco. Maringá: COCAMAR, 2003. 129 p.

CORRÊA Jr., João Antonio. *O trem de ferro!* Maringá: Editora 5 de Abril, 1991.

CORRÊA Jr., João Antonio. *A Maria Fumaça!* Santa Izabel do Ivaí: Ind. Gráfica Ivaí. 1988.

DAVÝDOV, V. V. Tipos de generalización en la enseñanza. Habana: Editorial Pueblo y Educación, s/d.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. *O processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b, 2v.

FERNANDES, Florestan. A reconstrução da realidade nas Ciências Sociais. In: IANNI, Octavio (org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERREIRA, Delson. *Manual de Sociologia: Dos Clássicos à Sociedade da Informação*. São Paulo: Atlas, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Coleção Ditos & Escritos, IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *Conversação com Michel Foucault*. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Coleção Ditos & Escritos, IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *Diálogo sobre o poder*. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Coleção Ditos & Escritos, IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. Coleção Ditos & Escritos, I. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2000a.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000b.

_____. *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000c.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2000e.

_____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.

_____. *Resumo dos cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

_____. Verdade e Subjectividade (Howison Lectures). *Comunicação e Linguagens*, (19): 203-224, Lisboa, dez. 1993.

_____. *História da Sexualidade I*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, Centro do Livro Brasileiro, 1972.

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. *Um tema, dois ensaios: Método, História Oral, Concepções, Educação Matemática*. Bauru, 2005. Tese (Livre-docência). Universidade Estadual Paulista.

GHIRALDELLI, Paulo. Posso conversar sobre “História das Idéias” e “História da Educação” a partir do Neopragmatismo de Richard Rorty? In: MONARCHA, Carlos (Org.). *A História da Educação Brasileira: formação do campo*. Ijuí: Unijuí, 1999, p. 66-93.

HOBSBAWM, Eric J. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. *A era o capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a.

_____. O novo século: entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

LAROUSE CULTURAL: Grande Enciclopédia. Nova Cultural. v. 3, 5 e 15. 1998.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá*. Maringá: Prefeitura, 1997.

MACEDO, Arthur Roquete de. et al. Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, jan./jun. 2005, p. 1-15. *Apud* BRASIL. Ministério da Educação. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. MEC. INEP. *Educação Superior Brasileira 1991-2004: Paraná*. Disponível em <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp#>>Acesso em 05 de jan. de 2009c

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 261-294. (Os economistas).

MOUSNIER, Roland. *Os séculos XVI e XVII*. Direção de Maurice Crouzet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 548 p. (História Geral das Civilizações; 9).

NIETZSCHE, Friedrich.. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2003a.

_____. *ECCE HOMO: como alguém se torna o que é*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2003b.

_____. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2003c.

_____. *Humano, demasiadamente humano: um livro para espíritos livres*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2003d.

_____. *A Gaia Ciência*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PESSOA, Fernando Pessoa. *Fernando Pessoa: Obra Poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1990.

PORTELLI, Alessandro. *The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in oral history*. Albany (USA): State University of New York Press, 1991.

RECCO, Rogério. *À Sombra dos Ipês da Minha Terra*. Londrina: Midiograf, 2005. 112 p.

REIS, Osvaldo. *1947-2004, Maringá: a história em conta-gotas*. Maringá: Primavera, 2004.

ROUBLES, Orivaldo Pe. *A IGREJA que brotou da mata*. Os 50 anos da Diocese de Maringá. Maringá: Dental Press, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2000. (A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência, v.1) [A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência], v.1.

SERRA, Elpidio. COCAMAR: sua história, sua gente. Maringá: Hamburg, 1989.

SGUISSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; MANCEBO; Deise (Orgs). *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 33-52. *Apud* BRASIL. Ministério da Educação. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. MEC. INEP. *Educação Superior Brasileira 1991-2004: Paraná*. Disponível em < <http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp#>> Acesso em 05 de jan. de 2009c.

SOUZA, Paulo César de Souza (Org.). *Freud, Nietzsche e Outros Alemães: artigos, ensaios, entrevistas*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

REFERÊNCIAS DE SITES

BRASIL. Ministério da Educação. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. MEC. INEP. Disponível em < <http://www.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sul.pdf>>. Acesso em 05 de jan. de 2009a.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. MEC. INEP. Cadastro de Instituições de Educação Superior. Disponível em < http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_ies.asp Acesso em 05 de jan. de 2009b.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. MEC. INEP. *Educação Superior Brasileira 1991-2004: Paraná*. Disponível em < <http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp#>> Acesso em 05 de jan. de 2009c.

BRASIL. Ministério da Defesa. Agência Nacional da Aviação Civil. *Diário Oficial da União*. Dispõe sobre portaria 388/SIE de 16 de Abril de 2007. Seção 1. Nº 74, quarta feira, 18 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materias/pdf/do/secao1/18_04_2007/do1-12.pdf>. Acesso em 05 de janeiro de 2008a.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961: Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm#art97. Acesso em 31 de dez. de 2008b.

BUTANTAN, Instituto. Vital Brasil e o IB, um breve histórico. Disponível em: <<http://www.butantan.gov.br/materialdidatico/numero3/numero3.htm>>. Acesso em 13 de janeiro de 2008.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. IMPRENSA. *COMEÇA AMANHÃ RENEGOCIAÇÃO DO CRÉDITO EDUCATIVO*. Brasília, 22 de Março de 2004. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/Imprensa/imprensa_release.asp?codigo=4201586&tipo_noticia>. Acesso em 08 de junho de 2007.

DIAS, Álvaro. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/web/senador/alvarodi/press%20releases/noticia.asp?codigo=17495>>. Acesso em 26 de setembro de 2007.

DMA. Departamento de Matemática. Universidade Estadual de Maringá. História. Disponível em: <<http://www.dma.uem.br/gradua/principal.html>>. Acesso em 13 de janeiro de 2008.

EDUCATERRA. MUNDO: História por Voltaire Schilling. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/liberdades.htm>>. Acesso em 26 de setembro de 2007.

ESCOLA DA FAMÍLIA. Disponível em: <<http://www.escoladafamilia.sp.gov.br/apresentacao.htm>>. Acesso em 16 de julho de 2007.

Faculdade Maringá. Disponível em <<http://www.faculdadesmaringa.br/index.php>>. Acesso em 12 de jan. de 2009.

FERROBAN. Ferrovias Bandeirantes S.A. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/bit/mapas/mapclick/ferro/JPG/mapa-FERROBAN.jpg>>. Acesso em 01 de outubro de 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. Sinapse, 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u212.shtml>>. Acesso em 17 de julho de 2007.

GADOTTI, Moacir. *Educação: o sonho possível. Paulo Freire e o futuro da humanidade*. FÓRUM PAULO FREIRE - III Encontro Internacional. Los Angeles, 2002. Disponível em: <<http://www.forumeducacao.hpg.ig.com.br/ecopedagogia/Aperspectiva.htm>>. Acesso em 20 de março de 2008.

GALERIA DOS REITORES. UEM. Disponível em: <<http://www.cer.uem.br/galeria/thumbnails.php?album=16>> Acesso em 26 de maio de 2007

GARCIA, Nelson Martins. História, 2002. Disponível em: <<http://www.spm.uem.br/spmatematica/historia.htm>>. Acesso em 08 de junho de 2007.

INSEP. Instituto Superior de Educação do Paraná. Disponível em <<http://www.insep.edu.br/>>. Acesso em 12 de jan. de 2009.

MBP (Museu da Bacia do Paraná). Histórico. Disponível em: <<http://www.mbp.uem.br/historico.htm>>. Acesso em 01 de janeiro de 2008.

NOGUEIRA JR, Arnaldo. Projeto Releituras. *Carlos Drummond de Andrade*. Disponível em: <http://www.releituras.com/drummond_amaquina.asp>. Acesso em 10 de junho de 2007a.

NOGUEIRA JR, Arnaldo. Projeto Releituras. *Fernando Pessoa*. Disponível em: <http://www.releituras.com/fpessoa_menu.asp>. Acesso em 10 de junho de 2007b.

PMF - PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. *História*. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/index.php?link=perfil&sublink=historia>> Acesso em 21 de março de 2008.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. MEMÓRIA. *FERNANDO GASPARIAN, um editor que resistiu à ditadura*. Como poucos. Globo Online em 8/10/2006. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=401CID003>>. Acesso em 09 de junho de 2007.

ODA, Lucas Kiyoharu Sanches. *Vaginas entrelinhas: poesias pornográficas de Drummond de cabo a rabo ou de quando rebentaram*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/v00002.htm>>. Acesso em 10 de junho de 2007.

MOLINA, José Roberto. *Chão de estrelas*. Disponível em: < <http://natura.di.uminho.pt/~jj/musica/html/brasil-chaoDeEstrelas.html>>. Acesso em 10 de junho de 2007.

MARINGÁ. Prefeitura do Município de Maringá. Disponível em: <<http://www.maringa.pr.gov.br/prefeitos.php>>. Acesso em 10 de junho de 2007.

MARINGÁ. Prefeitura do Município de Maringá. *Assessoria de Imprensa*. Disponível em: http://www.maringa.pr.gov.br/visualiza_noticia_destaque.php?cod_artigo=644 . Acesso em 08 de outubro de 2007.

SENADO FEDERAL. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=116684>>. Acesso em 11 de dezembro de 2007.

SENADO FEDERAL. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1974&li=48&lcb=1987-1991&lf=48. Acesso em 26 de setembro de 2007.

SOUZA, Antonio Carlos Carrera de. *O Sujeito da Paisagem: Escritos de Educação Matemática e Educação Ambiental*. Rio Claro, 2001. Livre Docência. Universidade Estadual Paulista. Disponível em: < http://www.ghoem.com/textos/e/livredocencia_carrera.pdf>. Acesso em 18 de junho de 2008.

UNIANDRADE. Centro Universitário Campos de Andrade. Disponível em < <http://www.uniandrade.edu.br/links/menu3/auniandrade.html>>. Acesso em 12 de jan. de 2009.

UNIFAMMA. Faculdade Metropolitana de Maringá. Disponível em < <http://www2.unifamma.edu.br/site2/site/?pg=apresentacao>>. Acesso em 12 de jan. de 2009.

UNINGÁ. Faculdades Ingá. Disponível em < <http://www.uninga.br/php/index.php>>. Acesso em 12 de jan. de 2009.

VIAÇÃO GARCIA. *O Progresso chegou de ônibus*. Disponível em: < <http://www.viacaogarcia.com.br/agarcia.asp>>. Acesso em 21 de março de 2008.

WHITE HOUSE. History. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/history/presidents/fr32.html>> Acesso em 26 de setembro de 2007.

ANEXO A

Centro Universitário de Maringá - Ceumar - CESUMAR			
Lista dos cursos/habilitações			
Cursos de Graduação			
Curso / Habilitação	Turno	Início do funcionamento	Número de Vagas autorizadas
Administração	MANHA	01/03/1990	50
	NOTURNO		100
Agronomia	NOTURNO	07/08/2006	50
Arquitetura e Urbanismo	MANHA	10/02/2003	50
Artes Visuais	NOTURNO	09/02/2004	40
Biomedicina	MANHA	02/01/2003	50
Ciências Biológicas	NOTURNO	02/02/2002	50
Ciências Contábeis	NOTURNO	04/05/1994	60
Comunicação Social			
Jornalismo	NOTURNO	06/07/1998	50
Publicidade e Propaganda	MANHA	06/07/1998	45
Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio	Ens. distância	27/10/2006	20
Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio	NOTURNO	04/08/2003	50
Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	NOTURNO	01/03/1990	60
Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial	NOTURNO	04/08/2003	60
Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior	NOTURNO	06/02/2007	50
Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores	NOTURNO	10/02/2005	60
Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética	NOTURNO	06/08/2007	60
Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia	MANHA	04/08/2003	50
	NOTURNO		50
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial	NOTURNO	10/02/2003	50
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial	Ens. distância	27/10/2006	20
Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	NOTURNO	06/02/2006	50
Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	Ens. distância	27/10/2006	20
Curso Superior de Tecnologia em Gestão	Ens. distância	27/10/2006	20

Financeira				
Curso Superior de Tecnologia em Marketing	NOTURNO	06/02/2007	50	
Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários	Ens. distância	27/10/2006	20	
Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários	NOTURNO	05/08/2002	Não consta	
Curso Superior de Tecnologia em Produção Sucoalcooleira	NOTURNO	11/02/2008	60	
Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores	NOTURNO	10/02/2003	50	
Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet	NOTURNO	09/02/2004	60	
Direito	MANHA	07/09/1994	60	
	NOTURNO		120	
Educação Física	NOTURNO	21/02/2000	100	
EDUCAÇÃO FÍSICA	MANHA	06/02/2007	50	
Enfermagem	MANHA	02/02/2002	50	
	NOTURNO		50	
Engenharia Civil	NOTURNO	11/02/2008	50	
Engenharia de Controle e Automação - Mecatrônica	INTEGRAL	09/02/2004	50	
Engenharia Elétrica	NOTURNO	11/02/2008	60	
Farmácia				
	Análises Clínicas	NOTURNO	21/02/2000	Não consta
	Farmácia	INTEGRAL	21/02/2000	50
Farmácia	NOTURNO	21/02/2000	50	
Fisioterapia	NOTURNO	11/02/2008	40	
Fisioterapia	INTEGRAL	06/07/1998	40	
Fonoaudiologia	MANHA	31/08/1998	40	
	NOTURNO		40	
Letras	NOTURNO			
Português e Espanhol e Respectivas Literaturas	NOTURNO	02/02/2002	Não consta	
Português e Inglês e Respectivas Literaturas	NOTURNO	02/02/2002	30	
Medicina Veterinária	INTEGRAL	10/08/1998	100	
Moda	MANHA	17/02/1999	50	
	NOTURNO		50	
Nutrição	MANHA	21/02/2000	50	
	NOTURNO		50	
Odontologia	INTEGRAL	04/10/1999	50	
Pedagogia	Ens. distância	12/03/2007	20	
Pedagogia	NOTURNO	02/02/2002	55	
Psicologia	MANHA	28/04/1999	55	

	NOTURNO		55
Formação de Psicólogo	MANHA	28/04/1999	55
	NOTURNO		55
Serviço Social	NOTURNO	02/02/2003	50
Sistemas de Informação	NOTURNO	02/02/2003	50
Teologia	NOTURNO	02/02/2003	40
Turismo	NOTURNO	09/02/2009	50
Turismo e Hotelaria	NOTURNO	19/06/2000	Não consta

ANEXO B

Faculdade Alvorada de Tecnologia e Educação de Maringá - FACULDADE ALVORADA			
Lista dos cursos/habilitações - Cursos de Graduação			
Curso / Habilitação	Turno	Início do funcionamento	Número de Vagas autorizadas
Administração	NOTURNO	13/08/2001	360
	NOTURNO	04/03/2002	120
	NOTURNO	04/03/2002	120(em extinção)
	NOTURNO	13/08/2001	150 (em extinção)
Ciências Contábeis	MANHA	06/03/2005	100
	NOTURNO		100
Ciências Econômicas	MANHA	06/03/2006	100
	NOTURNO		100
Ciência da Computação	MANHA	06/03/2006	100
Comunicação Social	MANHA	06/03/2003	100
	NOTURNO		100
Publicidade e Propaganda	MANHA	06/03/2003	100
	NOTURNO		100
Direito	NOTURNO	06/03/2007	200
Enfermagem	MANHA	01/03/2005	90
	NOTURNO		80
História	MANHA	06/03/2006	100
	NOTURNO		100
Letras Português e Inglês e Respectivas Literaturas	MANHA	06/03/2003	60
	NOTURNO		60
	MANHA	06/03/2003	60
	NOTURNO		60
Letras Português e Espanhol e Respectivas	MANHA	06/03/2003	100
	NOTURNO		100
	MANHA		100

Literaturas	NOTURNO		100
Pedagogia	MANHA	13/08/2001	60
	NOTURNO		240
Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	MANHA	13/08/2001	30 (em extinção)
	NOTURNO		120 (em extinção)
Orientação Educacional	MANHA	13/08/2001	30 (em extinção)
	NOTURNO		120 (em extinção)
Pedagogia	MANHA	13/08/2001	60
	NOTURNO		240
Sistemas de Informação	NOTURNO	06/03/2006	100

ANEXO C

Faculdade Maringá – CESPAP			
Lista dos cursos/habilitações			
Curso / Habilitação	Turno	Início do funcionamento	Número de Vagas autorizadas
Administração	NOTURNO	14/04/1998	300
Administração Mercadológica	NOTURNO	14/04/1998	125
Análise de Sistemas	NOTURNO	14/04/1998	125
Comércio Exterior	NOTURNO	14/04/1998	125
Comunicação Social	NOTURNO	01/08/1998	63
Jornalismo	NOTURNO	03/08/1998	63
Radialismo (Rádio e Tv)	NOTURNO	03/08/1998	63
Direito	MANHA	01/09/1999	87
	NOTURNO		88

ANEXO D

Faculdade de Tecnologia América do Sul -			
Lista dos cursos/habilitações			
Curso / Habilitação	Turno	Início do funcionamento	Número de Vagas autorizadas
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)	NOTURNO	17/03/2008	100
Curso Superior de Tecnologia em Marketing (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)	NOTURNO	17/03/2008	100
Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)	NOTURNO	17/03/2008	100

ANEXO E

Faculdade Ingá - UNINGÁ			
Lista dos cursos/habilitações			
Curso / Habilitação	Turno	Início do funcionamento	Número de Vagas autorizadas
Biomedicina	MANHA	16/02/2004	100
	NOTURNO		50
Análises Clínicas	MANHA	16/02/2004	100
	NOTURNO		50
Ciências Biológicas	NOTURNO	29/07/2002	100
Educação Física	MANHA	31/07/2006	60
	NOTURNO		60
	NOTURNO		100
Farmácia	MANHA	17/02/2003	50
	NOTURNO		50
Fisioterapia	MANHA	03/09/2001	60
	NOTURNO		60
	NOTURNO	05/02/2002	60

Fonoaudiologia	TARDE		60
Medicina (Conforme decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, não pode abrir processo seletivo)	INTEGRAL	12/02/2007	100
Nutrição	MANHA	13/02/2006	50
	NOTURNO		50
Odontologia	INTEGRAL	21/02/2000	100
Psicologia, Formação de Psicólogo	NOTURNO	17/02/2003	90
Serviço Social	NOTURNO	12/02/2007	100

ANEXO F

Faculdade Metropolitana de Maringá - UNIFAMMA			
Lista dos cursos/habilitações			
Curso / Habilitação	Turno	Início do funcionamento	Número de Vagas autorizadas
Administração	MANHA	07/08/2000	150
	NOTURNO		750
Administração	Matutino/Vespertino	07/08/2000	150
	NOTURNO		750
Agronegócios	NOTURNO	07/08/2000	75 (em extinção)
Gestão de Negócios Internacionais	NOTURNO	07/08/2000	75 (em extinção)
Gestão de Pequena e Média Empresa	NOTURNO	07/08/2000	75 (em extinção)
Gestão de Serviços	NOTURNO	07/08/2000	75 (em extinção)
Ciências Contábeis	MANHA	05/02/2001	150
	NOTURNO		150
Comunicação Social	NOTURNO	05/02/2001	300
Publicidade e Propaganda	NOTURNO	05/02/2001	150
	Relações Públicas		150
Direito	NOTURNO	25/07/2005	100
Marketing	NOTURNO	07/08/2000	150
Secretariado Executivo Trilíngüe, Português, Inglês e Espanhol	NOTURNO	28/01/2001	150

Serviço Social	MANHA	2009	100
	NOTURNO	2009	100

ANEXO G

Faculdade Cidade Verde - FCV			
Lista dos cursos/habilitações			
Curso / Habilitação	Turno	Início do funcionamento	Número de Vagas autorizadas
Administração	NOTURNO	10/08/2005	120
Ciências Contábeis	NOTURNO	10/08/2005	120
Ciências Econômicas	NOTURNO	11/02/2008	120

ANEXO H

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR				
Lista dos cursos/habilitações				
Curso / Habilitação	Turno	Cidade	Início do Curso	Número de Vagas autorizadas
Administração	MANHA	MARINGA	21/03/2000	50
	NOTURNO			100
Gestão Empresarial e Negócios	MANHA	MARINGA	21/03/2000	50
	NOTURNO			100
Direito	MANHA	MARINGA	01/03/2001	50
	NOTURNO			150
Enfermagem	INTEGRAL	MARINGA	16/02/2004	50
Filosofia	MANHA	MARINGA	29/03/2006	50
Nutrição	NOTURNO	MARINGA	16/02/2004	50
Turismo (Ênfase em Agenciamento e Eventos)	MANHA	MARINGA	05/04/1999	60
	NOTURNO			120

ANEXO I

Universidade Estadual de Maringá - UEM				
Lista dos cursos/habilitações				
Curso / Habilitação	Turno	Cidade	Início do Curso	Vagas autorizadas
Administração	Ensino à distância	MARINGA	27/06/2007	750
Administração	MANHA	MARINGA	01/03/1971	80
	NOTURNO			80
Agronomia	INTEGRAL	MARINGA	04/07/1977	84
Arquitetura e Urbanismo	INTEGRAL	MARINGA	20/03/2000	40
Ciências Biológicas	INTEGRAL	MARINGA	01/03/1973	40
Ciências Biológicas	NOTURNO	MARINGA	01/03/1973	40
Ciências Contábeis	MANHA	MARINGA	01/03/1973	40
	NOTURNO			80
Ciências Econômicas	MANHA	MARINGA	01/03/1961	44
	NOTURNO			80
Ciências Sociais	NOTURNO	MARINGA	20/03/2000	40
Ciência da Computação	INTEGRAL	MARINGA	05/09/1988	44
Direito	MANHA	MARINGA	01/03/1966	80
	NOTURNO			80
Educação Física	INTEGRAL	MARINGA	01/03/1973	60
Educação Física	NOTURNO	MARINGA	01/03/1973	60
Enfermagem	INTEGRAL	MARINGA	03/08/1981	44
Engenharia Civil	INTEGRAL	MARINGA	01/03/1972	84
Engenharia de Alimentos	INTEGRAL	MARINGA	20/03/2000	40
Engenharia de Produção - Agroindústria	NOTURNO	MARINGA	20/03/2000	30
Engenharia de Produção - Confeção Industrial	NOTURNO	MARINGA	20/03/2000	30
Engenharia de Produção - Construção Civil	NOTURNO	MARINGA	20/03/2000	30
Engenharia de Produção - Software	NOTURNO	MARINGA	20/03/2000	30
Engenharia Mecânica	INTEGRAL	MARINGA	20/03/2000	40
Engenharia Química	INTEGRAL	MARINGA	01/03/1972	90
Estatística	NOTURNO	MARINGA	20/03/2000	40
Farmácia	INTEGRAL	MARINGA	01/03/1974	66
	INTEGRAL			66
	INTEGRAL			Não consta
	INTEGRAL			Não consta
Farmácia e Bioquímica				
Farmácia Industrial	INTEGRAL			
Filosofia	TARDE	MARINGA	20/03/2000	40
Física	NOTURNO	MARINGA	02/03/1973	60
Geografia	MANHA	MARINGA	01/01/1967	44
	NOTURNO			60
História	MANHA	MARINGA	01/03/1967	40

	NOTURNO			40
Informática	NOTURNO	MARINGA	05/03/1998	44
Letras	MANHA	MARINGA	01/03/1967	40
	NOTURNO			80
Inglês e Literaturas Correspondentes	MANHA	MARINGA	22/02/2007	Não consta
Português/Francês e Literaturas Correspondentes	NOTURNO	MARINGA	01/03/1967	40
Português/Inglês e Literaturas Correspondentes	NOTURNO	MARINGA	01/03/1967	40
Português e Literaturas Correspondentes	MANHA	MARINGA	01/03/1967	40
Matemática	NOTURNO	MARINGA	01/03/1971	84
Medicina	INTEGRAL	MARINGA	15/08/1988	40
Música	INTEGRAL	MARINGA	05/08/2002	40
Canto	INTEGRAL	MARINGA	21/03/2005	Não consta
Instrumento (Opções: Piano, Violino, Violão e Flauta Transversa)	INTEGRAL	MARINGA	21/03/2005	Não consta
Música	INTEGRAL	MARINGA	21/03/2005	Não consta
Regência de Coral	INTEGRAL	MARINGA	21/03/2005	Não consta
Normal Superior	Ensino a distância	MARINGA	12/03/2006	1500
Magistério para Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Ensino a distância	MARINGA	12/03/2006	1500
Odontologia	INTEGRAL	MARINGA	15/08/1988	40
Pedagogia	MANHA	MARINGA	01/03/1973	40
	NOTURNO			80
Gestão Educacional	MANHA	MARINGA	06/03/2006	40
	NOTURNO			80
Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio e Magistério de 1ª a 4ª Séries do Ensino Fundamental	MANHA	MARINGA	15/12/1999	Não consta
	NOTURNO			Não consta
Magistério de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental e Educação Infantil	MANHA	MARINGA	22/11/2000	Não consta
	NOTURNO			Não consta
Pedagogia	MANHA	MARINGA	01/03/1973	40
	NOTURNO			80
Psicologia	INTEGRAL	MARINGA	13/08/1979	80
Formação de Psicólogos	INTEGRAL	MARINGA	13/08/1979	Não consta

Psicologia	INTEGRAL	MARINGA	13/08/1979	Não consta
Química	INTEGRAL	MARINGA	01/03/1971	44
Química	NOTURNO	MARINGA	01/03/1971	44
Secretariado Executivo Trilingüe	NOTURNO	MARINGA	20/03/2000	40
Zootecnia	INTEGRAL	MARINGA	01/03/1975	80